

ÍNDICE

PREFÁCIO	15
I PORTUGAL	
Sessão Solene Comemorativa do 25.º Aniversário do 25 de Abril [25 de Abril de 1999]	23
Sessão Solene Comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas [10 de Junho de 1999]	37
Cerimónia Comemorativa da Restauração da Independência [1 de Dezembro de 1999]	45
Mensagem de Ano Novo ao País [1 de Janeiro de 2000]	53
II ESTADO DEMOCRÁTICO	
Sessão Comemorativa do 20.º Aniversário do Instituto Nacional de Administração [8 de Junho de 1999]	59
Mensagem ao País sobre as Eleições Legislativas [9 de Outubro de 1999]	63
Tomada de Posse do XIV Governo Constitucional [25 de Outubro de 1999]	65
Sessão Solene de Abertura da VIII Legislatura [19 de Novembro de 1999]	69
III DIREITO, JUSTIÇA E CIDADANIA	
Declaração sobre o Serviço de Informações Estratégicas e de Defesa Militar (SIDEM), da Polícia Judiciária e do SIS [28 de Março de 1999]	81
Conferência integrada no Ciclo de Conferências «Perspectivas da Realização do Direito e dos Valores que ele Integra e Veicula no Início do Terceiro Milénio» [30 de Abril de 1999]	83

Sessão de Abertura das Jornadas da «International and Penitentiary Foundation» [22 de Maio de 1999]	101
Sessão de Abertura da XXIV Reunião Internacional da Amnistia Internacional [13 de Agosto de 1999]	107
Sessão Comemorativa do 150.º Aniversário do Tribunal de Contas [10 de Novembro de 1999]	111
Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial [25 de Janeiro de 2000]	115

IV FORÇAS ARMADAS

Mensagem aos Militares das Forças Armadas Portuguesas, por ocasião do 25.º Aniversário do 25 de Abril de 1974 [25 de Abril de 1999]	133
Cerimónia de Inauguração de Lápides com o Nome dos Militares Falecidos ao Serviço de Portugal [5 de Fevereiro de 2000]	137

V TERRITÓRIO E COESÃO NACIONAL

Sessão Solene na Câmara Municipal de Setúbal [10 de Maio de 1999]	143
Inauguração da ETAR de Frielas [8 de Junho de 1999]	149
Sessão Solene na Câmara Municipal de Aveiro [9 de Junho de 1999]	157
Sessão de Abertura do Seminário «Coesão e Competitividade das Aglomerações Urbanas, Níveis de Governo, Competências e Cidadania» [24 de Junho de 1999]	163
Almoço com representantes de Associações Empresariais [25 de Junho de 1999]	169
Almoço oferecido pela Câmara Municipal da Guarda [27 de Junho de 1999]	171
Jantar em honra dos Representantes de Associações de Imigrantes [27 de Junho de 1999]	175
Sessão Solene na Praça Velha de Angra do Heroísmo [11 de Julho de 1999]	179
Jantar oferecido pelo Ministro da República para os Açores [11 de Julho de 1999]	183
Sessão Solene na Assembleia Legislativa Regional dos Açores [15 de Julho de 1999]	187
Sessão Comemorativa dos 500 Anos do Concelho de Ponta Delgada [19 de Julho de 1999]	195

Jantar em honra do Presidente do Governo Regional dos Açores <i>[19 de Julho de 1999]</i>	199
Visita à Universidade dos Açores <i>[22 de Julho de 1999]</i>	203
Sessão Solene Comemorativa do VIII Centenário da Cidade da Guarda <i>[27 de Novembro de 1999]</i>	211
Comemorações do 75.º Aniversário da Cidade de Portimão <i>[11 de Dezembro de 1999]</i>	215
Sessão de Abertura do Seminário sobre Gestão das Grandes Áreas Urbanas <i>[2 de Fevereiro de 2000]</i>	223
 VI EDUCAÇÃO E CIÊNCIA	
Sessão Solene Comemorativa do 30.º Aniversário da Crise Académica de Coimbra em 1969 <i>[17 de Abril de 1999]</i>	233
Sessão Solene na Universidade do Algarve <i>[19 de Maio de 1999]</i>	245
Apresentação Pública dos Programas Operacionais de: Ciência, Tecnologia e Inovação e Sociedade de Informação <i>[9 de Julho de 1999]</i>	253
Sessão Conjunta de Abertura da 6.ª Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente e da International Conference on Public Participation and Information Technologies <i>[20 de Outubro de 1999]</i>	257
Sessão de Abertura da Conferência «Os Cidadãos e a Sociedade de Informação» <i>[9 de Dezembro de 1999]</i>	265
Iniciativa Dedicada à Educação Pré-Escolar <i>[13 de Dezembro de 1999]</i>	271
Sessão de Abertura do Colóquio sobre «Sociedade, Tecnologia e Inovação Empresarial» <i>[7 de Fevereiro de 2000]</i>	279
 VII CULTURA E IDENTIDADE	
Inauguração do Museu de Serralves <i>[6 de Junho de 1999]</i>	285
Inauguração da Casa do Artista <i>[11 de Setembro de 1999]</i>	289
Sessão de Encerramento do III Congresso de Arqueologia Peninsular <i>[25 de Setembro de 1999]</i>	293
Comemorações do 90.º Aniversário do Castelo de Santa Maria da Feira <i>[29 de Outubro de 1999]</i>	297
Entrega do Prémio Vergílio Ferreira — 1999 <i>[1 de Março de 2000]</i>	301

VIII ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO	
Inauguração da Feira Internacional de Lisboa [13 de Março de 1999]	305
Sessão de Abertura do 6.º Congresso do Jovem Empresário [27 de Maio de 1999]	307
Condecoração da Confederação da Indústria Portuguesa [2 de Julho de 1999]	311
IX RESPONSABILIDADE SOCIAL	
Apresentação da Iniciativa sobre as Pessoas Idosas [5 de Maio de 1999]	317
Sessão de Abertura da Conferência Internacional «A Reforma sobre o Pacto Social» [8 de Novembro de 1999]	323
X SAÚDE	
Sessão de Abertura do XII Encontro das Taipas [16 de Março de 1999]	333
Sessão de Abertura do XVII Congresso Europeu de Directores e Gestores Hospitalares [16 de Setembro de 1999]	337
Apresentação da Semana da Saúde [26 de Novembro de 1999]	341
Recepção aos Responsáveis pelo Sistema de Ensino e de Formação da Saúde [29 de Novembro de 1999]	345
Visita ao Hospital de Santa Maria [30 de Novembro de 1999]	351
Recepção às Associações de Doentes [30 de Novembro de 1999]	355
Sessão Solene do Ano Académico de 1999 da Academia Portuguesa de Medicina [14 de Dezembro de 1999]	361
XI TIMOR	
Declaração sobre Timor-Leste [7 de Abril de 1999]	365
Declaração por Ocasão da Assinatura do Acordo entre Portugal e a Indonésia sobre a Questão de Timor-Leste [7 de Maio de 1999]	367
Declaração sobre o Referendo em Timor-Leste [4 de Setembro de 1999]	371
Jantar Oferecido em Honra do Bispo D. Ximenes Belo [10 de Setembro de 1999]	375
Declaração sobre os Acontecimentos em Timor-Leste [12 de Setembro de 1999]	377
Mensagem sobre a Resolução do Conselho de Segurança da ONU [15 de Setembro de 1999]	379

Sessão da 54. ^a Assembleia Geral das Nações Unidas <i>[20 de Setembro de 1999]</i>	381
Recepção Popular em Díli <i>[12 de Fevereiro de 2000]</i>	389
Visita ao Contingente Nacional em Timor-Leste <i>[13 de Fevereiro de 2000]</i>	393
Visita ao Acantonamento das FALINTIL <i>[14 de Fevereiro de 2000]</i>	395
Saudação à População em Baucau <i>[14 de Fevereiro de 2000]</i>	399

XII MACAU

Sessão Solene de Boas-Vindas no Palácio da Praia Grande <i>[18 de Março de 1999]</i>	403
Cerimónia de Inauguração do Centro Cultural de Macau <i>[19 de Março de 1999]</i>	409
Sessão Solene na Assembleia Legislativa de Macau <i>[19 de Março de 1999]</i>	411
Almoço oferecido pela Associação Comercial de Macau <i>[20 de Março de 1999]</i>	415
Inauguração do Edifício dos Tribunais de Macau <i>[20 de Março de 1999]</i>	419
III Encontro das Comunidades Macaenses <i>[22 de Março de 1999]</i>	423
Sessão de Encerramento das Conferências sobre «O Direito Português de Macau — Um Legado para o Futuro» <i>[28 de Outubro de 1999]</i>	427
Sessão Solene na Assembleia da República que Assinala a Transferência de Soberania do Território de Macau <i>[14 de Dezembro de 1999]</i>	431
Cerimónia de Imposição Oficial de Insígnias das Ordens Honoríficas Portuguesas <i>[18 de Dezembro de 1999]</i>	437
Espectáculo Comemorativo por Ocasão da Transferência de Poderes de Macau <i>[19 de Dezembro de 1999]</i>	441
Cerimónia de Transferência de Poderes <i>[19 de Dezembro de 1999]</i>	445

XIII EUROPA

Sessão de Encerramento do Seminário Económico Luso-Esloveno <i>[9 de Abril de 1999]</i>	451
Almoço oferecido pelo Presidente da Eslovénia <i>[9 de Abril de 1999]</i>	455
Sessão Solene no Parlamento Húngaro <i>[12 de Abril de 1999]</i>	463
Jantar oferecido pelo Presidente da Hungria <i>[12 de Abril de 1999]</i>	473

Encerramento do Seminário Económico Luso-Húngaro <i>[12 de Abril de 1999]</i>	481
Sessão de Boas-Vindas na Câmara Municipal de Dublin <i>[31 de Maio de 1999]</i>	485
Jantar oferecido pela Presidente da Irlanda <i>[31 de Maio de 1999]</i>	487
Almoço oferecido pelo Primeiro-Ministro da Irlanda <i>[1 de Junho de 1999]</i>	495
Mensagem ao País por ocasião das Eleições para o Parlamento Europeu <i>[12 de Junho de 1999]</i>	501
Sessão Solene no Parlamento Suíço <i>[8 de Setembro de 1999]</i>	503
Jantar oferecido pelo Conselho Federal Suíço <i>[8 de Setembro de 1999]</i>	511
Jantar em honra do Rei dos Belgas <i>[23 de Novembro de 1999]</i>	515
Jantar oferecido em honra do Presidente da República Helénica <i>[2 de Dezembro de 1999]</i>	521
Jantar oferecido pelo Presidente da Roménia <i>[4 de Março de 2000]</i>	527

XIV COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Jantar em honra do Presidente da República Popular de Moçambique <i>[20 de Abril de 1999]</i>	537
Sessão de Encerramento do Congresso Portugal-Brasil Ano 2000 <i>[18 de Junho de 1999]</i>	545
Mensagem ao VI Congresso Internacional de Lusitanistas <i>[Julho de 1999]</i>	549
Cerimónia de Entrega do Prémio Luís de Camões <i>[19 de Novembro de 1999]</i>	551
Discurso na Torre de Belém por ocasião da Visita do Presidente da República Federativa do Brasil <i>[8 de Março de 2000]</i>	555
Jantar em honra do Presidente da República Federativa do Brasil <i>[8 de Março de 2000]</i>	559

XV COMUNIDADE INTERNACIONAL

Visita ao Comité Internacional da Cruz Vermelha <i>[9 de Setembro de 1999]</i>	565
Assinatura do Manifesto 2000, por ocasião do Lançamento em Portugal do Ano Internacional da Cultura da Paz, Proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas <i>[14 de Setembro de 1999]</i>	569

Jantar em honra do Presidente da República Popular da China <i>[26 de Outubro de 1999]</i>	571
Almoço em honra do Presidente da República Popular da China <i>[27 de Outubro de 1999]</i>	577
Cerimónia de Entrega dos Prémios Norte-Sul do Conselho da Europa <i>[29 de Outubro de 1999]</i>	579
Sessão Solene no Senado dos Estados Unidos Mexicanos <i>[11 de Novembro de 1999]</i>	581
Almoço oferecido a Criadores e Intelectuais Mexicanos <i>[12 de Novembro de 1999]</i>	589
Recepção oferecida à Comunidade Portuguesa no México <i>[12 de Novembro de 1999]</i>	591
Jantar oferecido pelo Presidente do México <i>[12 de Novembro de 1999]</i>	593
Sessão de Abertura da IX Cimeira Ibero-Americana <i>[12 de Novembro de 1999]</i>	599
Cerimónia de Apresentação de Cumprimentos de Ano Novo pelo Corpo Diplomático <i>[28 de Janeiro de 2000]</i>	605
XVI HOMENAGENS	
Aos Presos Políticos <i>[13 de Março de 1999]</i>	615
A Jorge de Sena <i>[24 de Março de 1999]</i>	619
A António Aleixo <i>[19 de Maio de 1999]</i>	623
A Ferreira de Castro <i>[20 de Maio de 1999]</i>	625
A Ângelo Almeida Ribeiro <i>[21 de Junho de 1999]</i>	627
A Personalidades da Expo'98 <i>[9 de Julho de 1999]</i>	629
A Emídio Guerreiro <i>[6 de Setembro de 1999]</i>	631
A Ernesto Melo Antunes <i>[Outubro de 1999]</i>	633
A Egas Moniz <i>[27 de Outubro de 1999]</i>	639
A César de Oliveira <i>[28 de Outubro de 1999]</i>	641
A Manuel Duarte Baganha <i>[8 de Dezembro de 1999]</i>	643
CRONOLOGIA	645

PREFÁCIO

Durante o quarto ano do meu mandato, período de tempo a que se refere este volume, Portugal foi confrontado com acontecimentos da maior importância e responsabilidade, que aqui deixam o seu registo e eco.

Foi o ano em que o Povo de Timor-Leste foi sujeito, ainda mais do que já vinha acontecendo, a provas de crueldade e dureza únicas, que enfrentou com um heroísmo, uma coragem e uma dignidade que mereceram o respeito e a admiração do Mundo.

O Estado português travou uma batalha política e diplomática das mais difíceis e exigentes da nossa história contemporânea, que foi acompanhada de um espontâneo e impressionante movimento popular de solidariedade.

Neste livro ficam arquivados alguns textos que dão conta da complexidade dessa batalha e da forma como tentámos cumprir os nossos deveres para com os timorenses e a sua causa.

Foi também em 1999 que se concluiu o processo de transição e se deu a passagem de soberania de Macau para a República Popular da China. Pelo seu intenso simbolismo, no qual muitos comentadores viram o «último acto do Império», as cerimónias foram seguidas pelo País com uma atenção e uma emoção muito marcantes.

Sobre o significado deste clima de emoção que acompanhou os acontecimentos de Timor e Macau muito se escreveu. As interpreta-

ções variaram — como é próprio numa sociedade livre e pluralista — consoante os pontos de vista e as formações políticas e culturais dos seus autores.

A grande maioria deles concordou, no entanto, que o País manifestou um sentido de comunidade, de pertença e de partilha, que, como Presidente da República, me é grato destacar. Sem saudosismos anacrónicos, os portugueses mostraram que assumem a História, no que ela tem de luzes e de sombras, conscientes de que, para vencermos os exigentes desafios do nosso tempo, precisamos de fortalecer a nossa identidade e a coesão nacional.

A experiência tem-nos mostrado, contudo, que essa coesão não se funda em consensos fáceis e artificiais. Os consensos em torno do que é essencial não se constroem na passividade, no alheamento, na neutralidade, no amorfismo, ou na indiferença. Em democracia, os consensos, para serem produtivos, sólidos e duradouros, são de construção difícil; exigem participação e debate, têm de ser renovados e aperfeiçoados constantemente.

Com o objectivo de contribuir para um debate vivo sobre os problemas do País, entendo, por isso, que compete ao Presidente da República tomar iniciativas, lançar ideias, ir junto das populações, promover a discussão, assinalar o que está bem e é um exemplo, mas apontar também o que está mal e deve ser corrigido.

Penso que o deve fazer com rigor e sem demagogia, sabendo que temos atrasos estruturais que vêm de trás, que nem sempre aproveitámos as oportunidades e os estímulos, que há vícios de organização e funcionamento no Estado, na sociedade e na economia que não se ultrapassam de um dia para o outro. Sabendo tudo isso, é certo. Mas sabendo também que é preciso agir com a eficácia e a rapidez possíveis, não nos deixando acomodar e adormecer numa atitude fatalista do género «foi sempre assim e continuará a ser assim. Não há nada a fazer».

Penso que há sempre muito a fazer e julgo que a acção do Presidente da República pode ajudar a criar uma nova atitude face aos problemas, a romper bloqueios, a concertar esforços, a mobilizar vontades, a fazer ouvir a voz dos que são tantas vezes excluídos, esquecidos, omitidos, marginalizados.

Algumas das iniciativas que tomei este ano, como a Semana da Saúde e a Semana das Cidades, as Jornadas sobre as Pessoas Idosas, sobre as Áreas Metropolitanas e sobre o Pré-Escolar, as Conferências sobre «A Reforma do Pacto Social» e sobre «Os Cidadãos e a Sociedade de Informação» tiveram esse grande objectivo: contribuir para que os cidadãos participem e para que essa participação tenha continuidade, consequências e desenvolvimento.

O nosso regime constitucional dá ao Presidente da República poderes e competências que ele deve usar com sentido do rigor e da eficácia. É muito fácil, cómodo e até sedutor, consoante os pontos de vista e as conveniências próprias em cada conjuntura, acusar o Presidente da República de fazer muito ou de fazer pouco, de não fazer o que deve e de fazer o que não deve.

A leitura que faço dos poderes que a Constituição me atribui e a linha que tracei para a minha acção é, no entanto, indissociável da concepção que tenho de que o Presidente, se é um garante da estabilidade, é também um impulsionador da cidadania.

As intervenções que fiz, durante as iniciativas que atrás enumeerei, mostram, creio, as minhas preocupações e os meus propósitos. Estimo que os resultados não são depreciáveis, que o País ficou mais consciente dos problemas, mas também das possibilidades de solução.

Os próximos tempos não vão ser fáceis. O Mundo vive uma crise de referências e de valores tradicionais, alguns deles seculares, que passa pela criação de novos valores. Quais são as respostas da demo-

cracia a esta profunda mudança de paradigmas em todos os domínios da vida cultural, social, económica e política? Esta é a grande questão.

A Europa, cuja presidência assumimos, num período de complexidade e de expectativa, vê-se confrontada com desafios e ameaças que têm de se encarar com prudência, mas com determinação.

O projecto europeu precisa de um novo alento. Para o nosso País, passados quinze anos da entrada na União Europeia e cumprida esta segunda presidência, é também, penso, uma boa altura para se fazer um balanço e para se reavaliar as nossas grandes linhas estratégicas, reafirmando, com lucidez, o nosso empenhamento no desenvolvimento do projecto europeu como projecto da nossa afirmação nacional.

Há domínios que são cruciais e nos quais foi já feito um grande esforço, que tem de prosseguir. Há outros que necessitam de mais atenção. Temos de acompanhar as grandes transformações que a globalização e a revolução tecnológica impõem. Não podemos ficar parados, à espera.

Neste ano 2000, a Humanidade vive, não sem perplexidade, mutações radicais, cujos efeitos, positivos e negativos, nem sempre avaliamos inteiramente. A Europa que se está a desenhar para o futuro será um projecto muito diferente do que tem sido até aqui.

Quais vão ser, por exemplo, o nosso lugar e o nosso papel nessa nova Europa alargada? É agora a altura de reflectirmos sobre estas questões e de fazermos o que temos a fazer, recusando simultaneamente duas perniciosas tendências: uma, a de nos sobreavaliarmos numa retórica sem correspondência com a realidade da nossa posição; outra, a de nos anularmos numa impotência prévia que transfere para os outros as responsabilidades que são nossas e que só nós podemos e devemos assumir.

As visitas que fiz aos países da Europa oriental, que pediram a sua adesão à União Europeia, foram realizadas, como neste volume se documenta, com o objectivo de avaliar melhor a realidade daqueles países e aquilo que os seus representantes pensam e esperam da Europa. Verifiquei em todos eles o desejo de conhecer melhor a experiência portuguesa, que têm como referência. Creio que essas visitas tiveram utilidade, tornando-nos, a mim e a todos os que me acompanharam, mais aptos para entendermos melhor as linhas de que o futuro se vai tecer. A presidência portuguesa do Conselho Europeu, nestes primeiros meses do ano 2000, teve de enfrentar um dos períodos mais complexos da União. Portugal quis dar o seu contributo para que um novo caminho comece a ser percorrido.

Este é também o ano em que estamos a comemorar os quinhentos anos da chegada dos portugueses ao Brasil. Defendi, desde o início, que as comemorações deveriam decorrer sob a inspiração de um novo espírito: uma atitude mais moderna, que assuma com clareza o que nos liga, mas também o que nos divide. Somos dois países com interesses próprios e definidos. Os vínculos que nos unem devem servir para reforçar a defesa desses interesses, de cada um dos países, no que eles têm de comum e de complementar. O modelo passadista e pouco consequente que, por vezes no passado, determinou algumas formas do nosso relacionamento não tem mais sentido. Somos, hoje, dois países enraizados no passado, mas voltados para a frente. Podemos e devemos, se for essa a vontade dos nossos povos, como penso que seja, ser parceiros em projectos que valorizem as nossas potencialidades, a primeira das quais é a língua falado por duzentos milhões de seres humanos.

A Cimeira Ibero-Americana que se realizou em Cuba pôs em evidência, na linha das anteriores, que, num Mundo globalizado, a afirmação dos grandes conjuntos com afinidades linguísticas, culturais e históricas representa uma mais-valia para todos.

É neste Mundo, cada vez mais interdependente, que Portugal tem procurado estar à altura da sua responsabilidade, nomeadamente através de uma presença militar, em forças de manutenção de paz, no Kosovo, na Bósnia e em Angola.

É de inteira justiça salientar o esforço que tem sido feito pelas Forças Armadas que, com limitações de recursos e de efectivos, têm assegurado estas missões com a maior eficácia, dignidade e sentido de cooperação.

Reencontrados com a liberdade e com a democracia, em 25 de Abril de 1974, sabemos, deste então, que o destino do País está nas nossas mãos — nas mãos de todos. As comemorações dos 25 anos do 25 de Abril constituíram isso mesmo: a afirmação de que a cidadania se exerce, em todos os níveis, de uma forma activa, participativa e criativa. Por isso, quisemos ligar a memória do 25 de Abril à educação, à ciência, à cultura, à cidadania e à modernidade. Numa palavra, à preparação das novas gerações, pois é delas que depende a mudança de que Portugal necessita para ser um país mais moderno, solidário e desenvolvido. Este livro também é disso que fala: da responsabilidade que sinto de contribuir para que possamos olhar o futuro com mais confiança, sabendo que, para tanto, temos de construir o presente com mais solidez e com maior determinação.

Lisboa, 24 de Março de 2000.

«Confesso-vos que, como português e como Presidente da República, sinto orgulho no Portugal democrático. É isso que deve dar força a todos nós para continuar a lutar por um Portugal melhor.»

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA
DO 25.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL
Assembleia da República
25 de Abril de 1999

Vinte e cinco anos depois, tudo parece tão simples. Banalizaram-se as imagens daqueles militares em ameno convívio com a população. As fotografias e filmes, a preto e branco, conferem um ar remoto e frágil aos instantâneos da Revolução. Os testemunhos sucessivos dos intervenientes, narram uma organização quase sem sobressaltos. Tudo isso e a distância do tempo, parecem contribuir para uma imagem de facilidade no derrube do regime. Mas a verdade é outra. Derrubar a Ditadura exigiu determinação. Foi necessária muita coragem para arrostar com os riscos inerentes a uma revolta contra quem dispunha de um forte aparelho repressivo e do apoio de sectores das forças armadas. Temos uma grata dívida para com esses oficiais, sargentos e praças que, desprezando os riscos, pegaram em armas para permitir aos portugueses alcançar a liberdade há tanto tempo desejada. Honra aos militares do 25 de Abril. Em nome da República exprimo-vos o nosso reconhecimento e gratidão. Recordo, sentido, a memória daqueles que infelizmente já não é possível ter hoje ao nosso lado. Permitam-me que por todos eles eu evoque o nome do Capitão Salgueiro Maia. O gesto generoso do 25 de Abril põe fim a uma longa luta que opôs sucessivas gerações à Ditadura. É à luz do sacrifício das diversas oposições ao Estado Novo que o 25 de Abril se compreende. É nessa ampla tradição de determinação, de sacrifício e coragem que ele se integra.

Também hoje, essas décadas de combate parecem tão simples e remotas. E tão saradas as feridas dos que conheceram a prisão e a tortura. Tão distantes os sacrifícios daqueles que foram forçados ao exílio ou aqui sofreram perseguições. E tão longe a dor de quem viu os seus familiares morrer às mãos da polícia ou numa guerra travada contra o sentido da história.

O 25 de Abril é o gesto de toda uma geração que, das fábricas às universidades, dos campos do Alentejo aos movimentos de libertação, em seu nome e no de todos os que antes de si ousaram lutar, tornaram inviável a sustentação da Ditadura.

O 25 de Abril é um dia único e irreproduzível. O dia em que todos nos encontramos, oriundos dos mais diversos percursos. Desde os mais velhos, vindos da antiga oposição Republicana, aos mais novos, agrupados em torno das múltiplas famílias da esquerda. É o dia da Liberdade e da esperança. Liberdade e esperança, para as quais, cada um de nós, tinha uma visão própria. Vinte e cinco anos depois não é o balanço dessas diversas perspectivas que importa fazer. A isso se dedicará o memorialismo, com as suas visões pessoais e a História que com distância e rigor um dia se fará.

Mas há um país que se construiu com a Liberdade. Creio que a todos nós, que tivemos responsabilidades políticas, é grato olhar para trás, para estes vinte e cinco anos, e reconhecer que o balanço é muito positivo. Creio que a todos os portugueses, que tiveram de contribuir com o seu trabalho e muitos com a sua quota-parte de sacrifícios, é igualmente grato reconhecer a enorme transformação que o seu esforço tornou possível.

Com a coragem desse dia tudo pôde mudar.

Quero sublinhar, em primeiro lugar, em homenagem aos militares, que a consolidação e a evolução da democracia permitiu uma grande mudança nas Forças Armadas. Graças a um processo de

reestruturação e apetrechamento progressivo, elas estão hoje mais aptas para responder às exigências do mundo contemporâneo. É conhecida a amplitude das actuais missões desempenhadas pelas Forças Armadas em Portugal e no estrangeiro e o prestígio que granjearam no exercício dessas missões. O seu qualificado contributo é decisivo na estratégica cooperação técnico-militar com os países de expressão portuguesa. A sua capacidade operacional é essencial à consubstanciação dos compromissos internacionais assumidos por Portugal com os demais Estados e com as organizações internacionais.

O processo de reestruturação e modernização das forças armadas não está concluído. Apesar dos esforços já desenvolvidos, há ainda um longo caminho a percorrer, que faz apelo a um grande empenho, determinação e capacidade de compromisso de todos. Os objectivos têm de ser claramente definidos. Para um país como Portugal, com recursos escassos e com um potencial estratégico limitado, é de primordial importância que tal exercício conduza à identificação das grandes prioridades que deverão orientar o esforço de modernização das Forças Armadas, essencial para a projecção internacional do nosso País.

Portugal desempenha hoje um papel no concerto das nações só possível porque o 25 de Abril permitiu o fim de um ciclo marcado pelo isolamento e condenação internacional.

Foi possível, então, pôr fim à Guerra Colonial. Guerra que ceifou a vida de tantos soldados portugueses que, honrando o seu amor a Portugal, serviram uma causa errada que a Ditadura impedia que se debatesse ou pusesse em causa. Guerra que ceifou a vida de tantos irmãos nossos africanos que, com determinação, lutaram por um princípio fundamental: o do direito à autodeterminação. Hoje choramos ambos os mortos desta tragédia e lamentamos impotentes o desperdício de tantas vidas.

Senhor Presidente da Assembleia da República,
Excelências,

Nada me poderia ser mais grato neste aniversário carregado de simbolismo e emoção do que saudar em nome de Portugal a presença do Presidente Joaquim Chissano e do Senhor Presidente da Assembleia Nacional da Guiné-Bissau.

Senhor Presidente da República de Moçambique,

Do alto desta tribuna não lhe pode falar o amigo que tanto o estima. Mas é com igual comoção que se lhe dirige o Presidente da República de Portugal. A sua presença aqui representa para nós, e sei que também para Vossa Excelência, muito mais do que o testemunho das excelentes relações entre Moçambique e Portugal.

A sua presença aqui, Senhor Presidente da Assembleia Nacional da Guiné-Bissau, permite-nos exprimir a nossa solidariedade e esperança no futuro democrático da Guiné-Bissau.

Ela é símbolo da consolidação de um reencontro entre Portugal e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Reencontro em que todos nós, de um lado e do outro, pacientemente, superámos o desconhecimento e o preconceito com a redescoberta e o entendimento, ultrapassámos a relação de exploração com a complementaridade dos espaços económicos e sarámos a ferida da guerra com o abraço da fraternidade.

Quero que saiba, Senhor Presidente da República, e por isso lho exprimo hoje em nome de todos os Órgãos de Soberania, que este novo relacionamento de Portugal com África é um dos motivos de orgulho maior do balanço destes vinte e cinco anos. Excelências,

Quando foi possível libertarmo-nos da ilusão do império reorientámos a vida colectiva nacional para a partilha e a solidariedade no espaço europeu. A adesão à Comunidade Económica

Europeia é um projecto da República democrática. Alcançar esse objectivo foi um factor de estabilização da democracia. Contribuiu para a racionalização e o enquadramento de estratégias de modernização económica e social do país. Criou-se e consolidou-se o poder local democrático. Permitiu que Portugal definisse, de forma clara e consistente, uma nova política internacional. Não teria sido possível percorrer com sucesso esse caminho se a jovem democracia portuguesa não tivesse podido dispor de um consistente apoio internacional. É em sinal de reconhecimento por todo o apoio que Portugal recebeu dos países amigos que, com redobrado gosto, dirijo uma saudação muito especial a todo o Corpo Diplomático que nos dá o prazer de connosco comemorar este 25.º Aniversário da Revolução.

Senhor Presidente da Assembleia da República,
Excelências,

Confesso-vos que, como português e como Presidente da República, sinto orgulho no Portugal democrático. É isso que deve dar forças a todos nós — na diversidade das perspectivas que cada um defende — para continuar a lutar por um Portugal melhor. É difícil fazer o balanço de tantas transformações. Melhorou a prestação dos serviços primários de saúde, alargou-se o leque de beneficiários dos sistemas de protecção social, intensificou-se o processo de escolarização, nomeadamente no ensino básico, criaram-se equipamentos e infra-estruturas que melhoraram as condições de vida de muitos portugueses, aprovou-se legislação laboral impeditiva de abusos e arbítrios, eliminaram-se os obstáculos mais flagrantes a uma igualdade de direitos das mulheres, descentralizaram-se muitos serviços. A vida dos portugueses melhorou significativamente.

Com a democracia refundou-se também o Estado de Direito. Consagraram-se os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Assegurou-se a independência dos tribunais. Garantiu-se a liberdade e o pluralismo político. A liberdade eleitoral ficou associada à necessária equidade nas condições de divulgação das mensagens políticas.

Mas o estado de Direito carece de aperfeiçoamento permanente, atento à evolução das sociedades, para melhor garantir a igualdade de oportunidades e a capacidade de iniciativa.

O debate acerca da reforma do sistema político, da lei eleitoral, do reforço da participação dos cidadãos e do financiamento da actividade política continua em aberto e deve merecer a nossa maior atenção.

Há sempre novas questões a discutir. Vinte cinco anos depois temos de novo perante nós a necessidade de procurar com coragem a construção dos consensos sem os quais estas reformas são inviáveis.

Sem elas, talvez não seja possível dar resposta aos sinais de distanciamento na relação entre o cidadão e o sistema de representação. Estes são evidentes, por exemplo, nas taxas de abstenção eleitoral ou na ausência de voluntários em número suficiente para as operações de escrutínio e fiscalização eleitoral que ainda há dez anos atrás mobilizavam milhares de militantes partidários. A entrada de Portugal no grupo de países fundadores da Moeda Única, é igualmente um marco maior da democracia portuguesa, só possível à custa de rigor na governação. É alicerçados nessa realização e no que ela significa de capacidade nacional, mas também no que ela nos impõe como continuidade, urgência e rigor no esforço de reformas que importa olhar para o futuro. Portugal continua a enfrentar problemas muito sérios. Problemas com que convivemos há décadas e são de difícil solução. Problemas que todos os partidos que tiveram responsabilidades de governo já procuraram minorar.

No momento em que se fazem esforços, aliás de grande mérito, para responder aos desafios da sociedade da informação, persiste o analfabetismo literal e funcional e o abandono escolar precoce.

O serviço nacional de saúde, que tanto sucesso alcançou, não responde ainda com eficácia às necessidades das populações; as assimetrias regionais de desenvolvimento continuam a penalizar zonas do país; o desemprego de longa duração e as dificuldades no acesso ao primeiro emprego persistem; a justiça é lenta e ainda inacessível aos mais desfavorecidos, a burocracia sem sentido resiste e tolhe os movimentos de quem tem iniciativa, o sistema fiscal continua a não ser uma arma eficaz na criação de mais equidade social, a toxicodependência mina o quotidiano de muitas famílias, os elevados níveis de pobreza existentes no país estão longe da erradicação.

É indispensável prosseguir com determinação os esforços encetados por todos os governos, ganhando ânimo com os resultados entretanto já alcançados. A previsível evolução da conjuntura europeia aconselha a que se encarem com coragem — que aqui é expressão de rigor, exigência e previsão — novos passos no sentido da modernização do país. Há um sentido de urgência que a todos deve interpelar, que temos de interiorizar. Só assim se contornam as pressões dos calendários eleitorais e os impasses nos consensos quando estes comprometem o momento em que é imperioso decidir.

Senhor Presidente da Assembleia da República,
Excelências,

A Europa vive um momento difícil.

São conhecidas as causas da operação da NATO. É impossível aceitar a brutalidade inqualificável das forças militares e policiais sérvias contra os albaneses. Tão grosseiras violações dos direitos

humanos são intoleráveis. Não há impunidade possível para actos desta natureza. É importante que o presidente Milosevic compreenda isso. É importante que se compenetre da determinação da Comunidade Internacional.

À violência tem de se responder necessariamente com a força. Mas a utilização da força só tem sentido se for prosseguida com objectivos militares claros e objectivos políticos claros. Por isso, é necessário desenvolver, paralelamente às operações militares da NATO, um esforço político e diplomático para resolver os problemas que estão na base da presente crise.

É indispensável procurar com determinação uma solução política. É necessário reunir os esforços de todos; da União Europeia, da Aliança Atlântica, da Rússia, dos restantes membros da OSCE, e das Nações Unidas e do seu Secretário-Geral que têm uma responsabilidade central em termos de garantir a paz e a segurança internacionais.

É bom que o Presidente Milosevic realize bem que este é o único caminho que pode seguir. E que o deve fazer depressa, activamente e de boa fé. Que deve dar, em tempo útil, sinais inequívocos à Comunidade Internacional. Só assim se poderá alcançar uma solução política para o problema.

Para permitir essa solução é necessário pôr fim à presente fase desta crise, tendo por base os termos clara e convergentemente definidos pela NATO, pela União Europeia e pelo Secretário-Geral das Nações Unidas.

Entretanto, a situação humanitária é uma catástrofe que se agrava dia-a-dia. O número de vítimas inocentes aumenta. Cresce a preocupação quanto aos efeitos desestabilizadores da crise em outros países da região, nomeadamente na Macedónia, na Bósnia e no Montenegro. A Europa vive um dos momentos mais dramáticos e difíceis do pós-guerra.

Por muito criativas que sejam as novas expressões que definem hoje os conflitos, a Guerra é o que é. A Guerra é o que sempre foi. A Guerra é uma coisa horrível.

Não creio que ninguém possa assistir sem um calafrio de horror à transformação em espectáculo mediático da trajetória de um míssil até que transforma riqueza, património e vidas, em miséria, destruição e morte. E se algum dia a banalização do horror nos tornar insensíveis ao drama que uma guerra representa, os valores humanistas em que assenta quer a nossa civilização quer a construção europeia estarão postos em causa.

A União Europeia em que nos reconhecemos é a que defende uma Europa que se rege por valores humanistas, a que deve condenar sempre as violações de direitos humanos, mas também a que defende que a via da prevenção dos conflitos e da diplomacia são os instrumentos essenciais para assegurar a paz, a estabilidade na Europa e a segurança internacional.

Para isso é necessário que o projecto político europeu se reforce. Sem uma Europa politicamente mais integrada, não haverá uma Política Externa e de Segurança Comum credível e eficaz, nem a Europa poderá assumir um papel mais actuante na defesa dos seus interesses próprios.

A Aliança Atlântica continua a representar um quadro indispensável para garantir a segurança e a estabilidade dos seus membros. Mas a Europa tem de assumir uma maior quota-parte de responsabilidade na sua própria defesa. Chegou a hora de os europeus disporem de uma capacidade própria e eficaz em termos de gestão de crise, para poderem agir política e militarmente com autonomia.

Importa caminhar, com prudência e discernimento, mas com clara determinação política, na elaboração de uma política de

defesa comum europeia, reforçando a nossa solidariedade política e militar e aproveitando o património que a UEO representa em si mesma.

Para além da resolução política do problema do Kosovo, julgo que se impõem medidas globais de estabilização e segurança do sudeste europeu, que passam pela consolidação de regimes democráticos, pela protecção eficaz das minorias e pelo desenvolvimento económico e social.

Os Balcãs não podem continuar a ser uma região da Europa sem perspectiva de futuro, excluída do concerto europeu, dos benefícios da paz, da segurança e do progresso.

A União Europeia tem, aqui, uma especial responsabilidade, e seria sem dúvida útil avançar com um pacto de estabilidade baseado em elementos políticos e económicos e reforçar a perspectiva de uma aproximação crescente destes países à União.

A realização de uma conferência sobre a Europa do Sudeste seria, sem dúvida, muito oportuna.

Portugal participa na força da NATO com 3 aviões F-16 e 53 homens. Fazemo-lo porque o nosso país tem uma posição consistente quanto à defesa intransigente dos Direitos Humanos. Fazemo-lo porque o Estado português sustenta uma posição de responsabilidade solidária no quadro dos seus compromissos internacionais. Responsabilidade que assumimos com redobrado empenho quando as acções que delas decorrem são, em minha opinião, concordantes com os valores fundamentais que orientam o nosso ordenamento constitucional.

Todos estamos conscientes das limitações do uso da força num conflito que só por solução política pode eliminar as causas que o geraram. Todos estamos conscientes das limitações nacionais. Mas um país pequeno como Portugal tem de saber — e nós temos sabido sempre fazê-lo nos últimos 25 anos — conjugar os

nossos valores com as nossas responsabilidades na condução da política externa nacional.

Só assim foi possível, no espaço de uma mesma geração, transformar Portugal de um país isolado no contexto das nações num país internacionalmente respeitado pela consistência da sua política externa.

É, aliás, a solidez da posição internacional de Portugal que nos tem assegurado as condições externas indispensáveis para obter novos resultados na resolução da questão de Timor-Leste. Como o demonstram, designadamente, as conclusões das últimas conversações de Nova Iorque, sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas.

O acordo alcançado sobre uma consulta livre e democrática representa um passo da maior importância no processo de autodeterminação de Timor-Leste. Sei que todos partilhamos a esperança de que esse acordo possa ser assinado proximamente e, sobretudo, que todas as partes se empenhem em cumprir, escrupulosa e integralmente, as suas disposições, de modo a criar as condições de paz e estabilidade no Território. Pela nossa parte, tudo faremos nesse sentido.

Os portugueses têm um afecto muito especial por Timor. Acompanham com angústia os momentos difíceis e com expectativa os momentos de esperança.

Timor tem vivido momentos dramáticos. Perderam-se vidas humanas. Mortos que choramos como se fossem nossos. Quiseram transformar a esperança em desespero. Angústia a que temos de devolver de novo a esperança. Nunca desistiremos de lutar pelos direitos do povo de Timor-Leste. Nunca deixaremos de o fazer, até ao limite das nossas capacidades e meios, para que os timorenses possam decidir livremente o seu destino colectivo.

Senhor Presidente de Assembleia da República,
Excelências,

Comemoramos o dia 25 de Abril, mas sei que cada um de nós não deixa de interiormente comemorar o percurso das causas porque lutou ao longo da sua vida política e dos combates que em nome delas travou. Há um percurso pessoal que hoje cada um de nós instintivamente revisita.

O meu é já longo de quatro décadas. Feito de vitórias e de derrotas políticas. Feito de persistência, de esperanças e de incertezas. Norteado por valores e procurando sempre exercer com rigor as minhas responsabilidades públicas. Lutei desde muito novo contra a ditadura, num confronto de posições que não tinham conciliação possível. Assumi no regime democrático responsabilidades políticas muito variadas. Em confronto, ao lado, ou com o apoio de muitos dos presentes.

Sei que terei dificuldade em transmitir-vos o que significa para mim viver este dia exercendo o cargo que ocupo, procurando ser para todos uma referência suprapartidária, de isenção e rigor no exercício das minhas competências, exercendo uma magistratura de conciliação e de estímulo ao progresso constante do país, empenhando o melhor do meu esforço em desempenhar a mais nobre das funções que alguma vez me foram confiadas: a de procurar ser um referência de unidade nacional e um factor de estabilidade política.

Olhando para o futuro, acima das diversas perspectivas partidárias e até do que de mais premente pode haver na agenda política, partilho convosco algumas preocupações nacionais.

A preocupação de lutar contra a ignorância, contra o facilitismo, contra a inacção, contra a arrogância. O papel da educação numa sociedade baseada na informação e no conhecimento é decisivo.

Esta é uma sociedade de participação e quem nela não consegue participar activamente, não existe. A participação exige que se saibam falar linguagens comuns e que se seja um interlocutor válido. É nessa tarefa que a qualidade da educação é decisiva. É preciso incutir nos mais novos a confiança nas suas próprias conjecturas, único processo que os levará a construir novos edifícios intelectuais sobre os ombros das gerações que os precederam. Urge desenvolver uma cultura científica que garanta o alargamento dos horizontes e perspectivas fundamentais para a sua compreensão. Importa despertar nos mais novos o gosto e a curiosidade de experimentar, de observar, de conjecturar.

A preocupação de incentivar uma cultura de cooperação. É preciso compreender que não há soluções reais no mundo contemporâneo que não sejam partilhadas, globais. É preciso promover uma cultura de cooperação, abandonando a ideia errada de que pensar o futuro é algo que não nos compete. Uma sociedade que abdica de definir e construir o seu próprio destino colectivo é uma sociedade que vai morrendo sem esperança.

A preocupação em promover uma cultura de tolerância. Nunca a mudança nas sociedades foi tão rápida, nem os valores do conhecimento e da capacidade intelectual tão preciosos. Por estes motivos, sabemos que as soluções não se encontram num quadro desregrado de mecanismos que desprezem, humilhem e anulem os valores e as iniciativas dos outros. É preciso que os mais novos aprendam a acolher a alteridade e a reconhecer e aceitar o outro, sem hesitações de qualquer espécie. Só assim se reconstrói e redefine hoje, em permanência, a identidade.

A preocupação em minorar as desigualdades sociais. A igualdade dos cidadãos perante a lei exige que a democracia garanta a todos um mínimo de possibilidades económicas, sociais e culturais de

integração e que as desigualdades — de oportunidades e de estatutos — introduzidas pelo funcionamento dos mercados sejam corrigidas, ou pelo menos compensadas.

A garantia dos direitos sociais não é um luxo que se possa guardar para épocas de desafogo e de prosperidade acentuada. Pelo contrário, a garantia de direitos sociais constitui uma condição para que a universalidade dos direitos cívicos e políticos se possa realizar.

Lutar contra a ignorância, incentivar uma atitude de cooperação, promover uma cultura de tolerância, procurar corrigir as desigualdades. Digo-o hoje como objectivos a prosseguir. Podíamos todos nós tê-lo dito, e dissemo-lo de certeza, há vinte, trinta ou quarenta anos.

Valores por que lutámos, e que continuam, como tantos outros, válidos e actuais. Valores por que lutei sempre e aos quais continuo a querer dar o meu contributo vinte e cinco anos depois do 25 de Abril.

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal!

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA
DO DIA DE PORTUGAL, DE CAMÕES
E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS
Aveiro
10 de Junho de 1999

*P*ortugueses

Celebramos, hoje, Portugal, o vínculo que une os portugueses e as comunidades, a nossa história e a nossa cultura, que simbolizamos em Camões.

Esse vínculo que une todos os portugueses de agora, estejam onde estiverem, une-nos também aos portugueses do passado e aos portugueses do futuro.

Aos portugueses do passado, porque uma Pátria é feita de memória partilhada, de referências comuns, de património colectivo, de permanência e transmissão. Une-nos aos portugueses do futuro, porque uma Pátria é responsabilidade perante as gerações que nos renderão, é mudança e transformação, é esperança, expectativa e renovação, é sonho e desejo de acrescentar o recebido, de fazer melhor do já feito.

Um País constrói-se com o contributo de todos e é, em cada momento, ponto de chegada e ponto de partida. A diversidade de modos como, ao longo de épocas e em cada época, os portugueses foram vendo Portugal não impede, todavia, a existência de uma identidade largamente sedimentada, em que nos reconhecemos e que faz de nós um Estado-Nação independente dos mais antigos do Mundo.

Portugal foi, é e será uma criação dos portugueses. Como disseram Herculano e Oliveira Martins, Portugal é independente porque, de entre todos os factores que concorreram para essa independência, há um que se manteve inalterável — a vontade.

Portugal foi, é e será independente porque essa foi, é e será a vontade dos portugueses, uma vontade todos os dias reafirmada em actos. Os portugueses criaram o território, criaram uma língua e uma cultura, criaram um Estado-Nação.

Como mostrou Orlando Ribeiro, apesar dos contrastes geográficos, os portugueses criaram uma unidade territorial, impedindo que esses contrastes fossem factor de divisão. A valorização da unidade territorial continua na ordem do dia. Tem alcance económico e social e tem alcance político. O país precisa tanto de um litoral ordenado, onde as continuidades e os equilíbrios sejam garantidos, como de um interior povoado, onde o risco de desertificação ecológica seja sustido.

A relação com o Atlântico, historicamente tão importante, é complementar da relação com a Europa e o Mediterrâneo. A língua é outra das criações identitárias de Portugal. A unidade linguística fortaleceu Portugal e deu dinamismo à sua afirmação cultural. Com o fim do Império, a língua tornou-se um dos fundamentos mais decisivos para o estreitamento das relações, não só entre Portugal e as comunidades portuguesas, como entre Portugal, o Brasil e os países africanos onde o português é língua oficial.

Temos de dar à língua a maior atenção e usá-la como um instrumento estratégico da nossa projecção no Mundo. Uma política de língua, com meios e recursos apropriados, é sempre uma prioridade fundamental. E não podemos esquecer que a aprendizagem e o domínio do português é a primeira condição para um ensino com bases, qualquer que seja o rumo que, mais tarde, venha a tomar.

Outro factor de reforço da nossa identidade é a defesa e valorização do património cultural. O consenso democrático em torno do património pode e deve ser aprofundado, tomando o patri-

mónio como um conceito que evoluiu muito e que abrange realidades muito amplas e diversas: os monumentos, os documentos, as obras de arte, a paisagem, o saber, o saber fazer, as memórias, as representações, os símbolos, os lugares.

O Estado-Nação foi outra criação dos portugueses. «Somos independentes porque o queremos ser: eis a razão absoluta, cabal, incontestável, da nossa individualidade nacional», afirmou Herculano. A coesão nacional foi a grande condição que, mesmo nos momentos difíceis, fez com que nos entendessemos como portugueses, superando as dificuldades e as crises.

Herdeiros de uma cultura de que nos orgulhamos e de uma história de oito séculos e meio, com luzes e sombras, que assumimos, somos hoje um País livre e democrático, europeu e universalista. Durante os anos de ditadura, as comemorações nacionais eram apresentadas como a expressão de um unanimismo falso, que ia ao ponto, para o ser, de recusar existência àqueles que não partilhavam a versão oficial da História e da identidade portuguesas.

Em democracia, a unidade nacional a que este Dia apela constrói-se na diversidade, no pluralismo e na diferença. Sabemos que uma sociedade moderna é feita de equilíbrios que se procuram e que nunca são definitivos, pois estão sujeitos, como sabemos, a forças de integração e forças desintegradoras. Ter isso presente é ter consciência de que a coesão não nos é dada, que a temos de construir e aprofundar a cada momento.

Os dias simbólicos como o de hoje, em que, para além das divergências, nos sentimos fazendo parte de um todo, apelam ao patriotismo. Esse patriotismo não é mais invocado, como o foi no passado recente, para excluir portugueses ou os dividir entre bons e maus. É um patriotismo moderno e democrático que representa o compromisso de cada um de nós para com os outros e para

com o País, é um patriotismo que vê na democracia, na participação de todos os portugueses e na cidadania as condições do engrandecimento de Portugal.

A democracia é o regime da Lei, da legitimidade, da responsabilidade e do respeito pelas regras. É o regime da autoridade democrática do Estado, serena, firme e eficaz. Não é e não poderá ser nunca o regime da predominância dos particularismos, dos corporativismos, ou dos localismos sobre o interesse nacional. A autoridade do Estado democrático resulta do voto, que expressa a soberania popular e lhe dá legitimidade exerce-se em nome da Lei e na defesa dos direitos de todos e de cada um.

Numa democracia, a autoridade do Estado de Direito é a outra face da cidadania e da participação. É assim que tem de ser entendida e praticada. Para isso, tenha-se por claro que a Justiça — serviço de dar a cada um o que de direito lhe pertence — é uma co-responsabilidade de todos, enquanto poderes e enquanto cidadãos.

Aos poderes compete a organização e a disciplina dos meios que permitam ao Estado de direito ser Justiça pronta e eficaz e assim revelar a sua autoridade; a todos, poderes e cidadãos, compete usar esses meios de forma responsável, resistindo à tentação de fazer deles um inaceitável instrumento de confrontação ou de os colocar ao serviço de egoísmos sociais em prejuízo de toda a comunidade.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

É sob a evocação de Camões que celebramos o Dia de Portugal. Não devemos fazer, porém, como se de uma rotina ou de uma retórica festiva se tratasse. A obra de Luís de Camões não pertence ao passado. Mantém intacta a sua capacidade de inquietação. Ao longo da nossa história, foi nela que se buscou a energia para mudar o que estava mal e para fazer ressurgir o País. Foi em Camões que Garrett encontrou inspiração para a sua grande obra

literária, cívica, política e cultural, que representa um momento fulcral de viragem. Foi em Camões que, após o Ultimato, se buscou a força do protesto e da mudança. É ainda, hoje, em Camões que podemos medir o sentido e o alcance da nossa ambição para Portugal e para os portugueses.

Este Dia é, por isso, também o dia adequado para olhar o futuro. Temos orgulho no que somos e nas realizações em que projectámos o que de melhor pudemos e soubemos, mas também estamos conscientes de que a encruzilhada é difícil e o espaço para a afirmação de Portugal e dos portugueses não está garantido. Só nós o podemos garantir, com o nosso trabalho, com a nossa inteligência, com a nossa determinação e, atrevo-me até a dizer, com a nossa capacidade para superarmos os próprios limites. De entre as nossas prioridades, estou convencido de que a educação é, nos próximos anos, um factor absolutamente decisivo. Portugal joga a força da sua posição na Europa e no Mundo através da qualificação que o seu sistema escolar puder assegurar. Não tenhamos medo das palavras: se não conseguirmos converter esta razão antiga do nosso atraso num factor de competitividade, nada faremos de duradouro e o caminho será estreito.

A sociedade de informação está aí e as competências indispensáveis para que Portugal nela se integre exigem uma atitude generalizada favorável à ciência como condição para o conhecimento da realidade e para a nossa modernização em todos os domínios da actividade, da administração à economia. Temos, pois, diante de nós dois desafios muito exigentes, absolutamente prioritários e entre si articulados: a educação e a ciência. São desafios cruciais como não me canso de sublinhar.

A estes dois somaria, um outro: o do ambiente. A demonstração de que economia e ambiente não podem caminhar de costas voltadas já não precisa de ser feita. Todos os dias, da forma mais

crua, somos confrontados com as ameaças à qualidade de vida. Vencemos algumas batalhas neste domínio, mas há muitas outras a travar e a urgência é agora maior.

Precisamos, em suma, de aprofundar o desenvolvimento, assegurando, ao mesmo tempo, a coesão nacional, a solidariedade e promovendo a justiça contributiva e distributiva, de modo a combater as assimetrias.

A força da nossa participação na construção da Europa e a voz que nela podemos ter dependem muito da nossa capacidade de nos modernizarmos e tornarmos mais competitivos. Mas dependem também da fidelidade a nós mesmos, aos valores e às causas universalistas que defendermos.

A cidadania europeia continua a ser um combate de todos os europeus. As eleições do próximo domingo são um momento da sua afirmação. Por isso, renovo o apelo à participação eleitoral dos portugueses.

A situação em Timor-Leste continua a merecer o nosso cuidado mais permanente. Na sequência dos acordos de Nova Iorque, que abrem caminho para o exercício livre e democrático do direito de autodeterminação, Timor-Leste está a viver momentos decisivos na sua história.

Portugal está preparado para assumir todas as suas responsabilidades decorrentes dos acordos e dos resultados de uma consulta livre e democrática. Continuam, no entanto, longe de estar asseguradas as necessárias condições de estabilidade no Território, apesar dos esforços das Nações Unidas para pôr fim à violência organizada contra a população. Quero renovar, neste momento, o meu apelo à pronta libertação de Xanana Gusmão, cuja participação no processo de reconciliação é determinante.

Não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação pelo atraso na criação de um clima de segurança e de liberdade indis-

pensável para garantir uma consulta democrática. Permanecere-
mos, por isso, vigilantes e empenhados em trabalhar com as
Nações Unidas para assegurar o cumprimento rigoroso dos acor-
dos e o sucesso do processo de autodeterminação.

Temos confiança nos timorenses e queremos que saibam que os
Portugueses estarão sempre com eles na luta pelos seus direitos e
pela sua liberdade.

No final do ano, será concluída a transferência de Portugal para
a China da administração de Macau. Tem sido possível conduzir
esse processo com tranquilidade e na salvaguarda dos direitos da
população do território. Macau continuará a ser um lugar único
de encontro do Ocidente com o Oriente, ao qual permaneceremos
ligados por laços afectivos e culturais indissolúveis.

Neste Dia, quero também louvar a acção exemplar que as
Forças Armadas vêm desenvolvendo, no país e no estrangei-
ro, cooperando com as autoridades civis, na melhoria da vida
dos cidadãos, no quadro da cooperação técnico-militar com
os Países de Língua Oficial Portuguesa e em missões de apoio
à paz e segurança internacionais, que muito têm prestigiado
Portugal.

Portugueses,

A poucos meses de entrarmos no novo século e no novo milénio,
neste tempo de mudança, em que a preocupação se cruza com a
esperança e com o desafio, celebramos a Pátria, Camões e as
Comunidades, em Aveiro, cidade que fez do patriotismo demo-
crático, de que vos falei, uma marca que honra as suas gentes e
que merece a nossa homenagem.

É daqui que me dirijo a vós, para dizer: façamos de Portugal
uma responsabilidade assumida por cada um e uma criação rea-
lizada *por* e *para* todos os portugueses.

Viva Portugal!

CERIMÓNIA COMEMORATIVA
DA RESTAURAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

Faro

1 de Dezembro de 1999

*P*resto a minha homenagem pública ao Senhor General Themudo Barata militar prestigiado e Presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

V. Ex.^a, Senhor General, era depositário de uma tradição e anfitrião de uma cerimónia pública que ano após ano se cumpriam. Mas deu-nos a todos nós o exemplo da lucidez e da perfeita compreensão dos factores de independência de um país ao aceitar o meu desafio e promover a tentativa de adaptar essa cerimónia às modernas condições de comunicação da sociedade, de lançar uma reflexão sobre as novas condições da Independência de Portugal, mantendo o fio da tradição que nos liga ao passado.

Esse seu gesto, que tanto lhe agradeço, quer como Presidente da República, quer no plano pessoal, exprime uma concepção da Independência de Portugal assente nas condições que asseguram o futuro da comunidade nacional e não apenas na história de que todos nos orgulhamos.

Conheço bem a inércia das instituições em actualizarem práticas e rotinas. E, por isso, aprecio e valorizo o seu exemplo de coragem. Espero que ele fique como a primeira mensagem deste dia. Um país que na vida das suas instituições não sabe encontrar, permanentemente, um novo equilíbrio entre tradição e modernidade enfrenta sérias dificuldades em manter vivo o interesse dos cidadãos na participação da vida da sua comunidade.

Excelências,

Minhas Senhoras e meus Senhores.

A globalização da economia e dos mercados não nos deve fazer esquecer as enormes assimetrias que existem no mundo. O século XX fica marcado por uma transformação sem precedentes no domínio da ciência e da tecnologia, mas também por destruições maciças, bem como por fenómenos de instabilidade e de exclusão social. Poucos países poderão pretender influenciar e muito menos determinar as linhas de força da globalização. Quer isto dizer que a temos que tomar como um pressuposto, não para suportar resignadamente as suas consequências, mas para antecipar e gerir, na verdadeira acepção da palavra, os seus efeitos.

O futuro não está escrito, e a sua dimensão é essencial para encarar o presente como o cruzamento de dois processos: o do passado, histórico, e do futuro, conjectural. O futuro não acontece por fatalidade; ele decorre apenas em parte dos indicadores de natureza económica: a outra parte que o constrói resulta das visões e das determinações dos principais agentes e actores da sociedade em que vivemos.

A ciência é crucial para o nosso país. A manutenção de processos ou formas de organização caducos e a recusa em experimentar e avaliar novos procedimentos paga-se caro, neste mundo de concorrência acrescida.

Por isso há que apelar a todas as iniciativas que criem um clima favorável à ciência e à inovação e que criem condições concretas para que a competitividade das organizações e a produtividade das empresas portuguesas se eleve.

No passado era principalmente ao quotidiano que se iam buscar as novas ideias, numa prática que se assemelhava a uma acumulação de conhecimentos sobre como aproveitar as forças da natureza. Foi assim até há cerca de cinquenta anos.

Porém, este mecanismo alterou-se drasticamente. A criação das indústrias de alta intensidade tecnológica, na segunda metade do nosso século, assinala a importância central das aplicações da ciência nas sociedades do mundo industrializado.

A prática empresarial e societal passou pois a depender fortemente de novas ideias cuja origem está intimamente associada ao esforço científico, isto é, não deriva da linguagem natural ou do saber comum. O processo de desenvolvimento tecnológico transformou-se radicalmente.

Por outras palavras, se na linguagem de todos os dias os valores, as atitudes e as expectativas de índole científica não circularem nem se afirmarem, a própria capacidade de representar e manipular a realidade fica severamente limitada. As escolhas não serão certamente as mais adequadas aos tempos e aos contextos em que vivemos.

Já nos finais do século XIX, Antero de Quental apontava como causa principal da nossa decadência a repressão do espírito crítico, experimental, inovador e universalista. Hoje, mais do que nunca, temos que continuar a fazer de Portugal um país moderno, aberto à contemporaneidade, um país em que a educação, a ciência, a cultura e a cidadania sejam, de facto, considerados como condições insubstituíveis de realização individual e colectiva.

Sabemos hoje que a herança do passado só se torna viva se lhe juntarmos o impulso prospectivo do futuro. A esperança que faz com que os homens ajam e lutem por causas e ideais, para além da satisfação dos interesses imediatos e egoístas, assenta na nossa capacidade de criar novos conhecimentos e novas possibilidades de progresso sustentado.

Sabemos também que a complexidade da nossa época e dos problemas que nos põe exige maior informação, mais esclarecimento, mais comunicação, mais participação, mais ciência, mais cons-

ciência. O próprio destino das sociedades democráticas depende, em larga medida, disso mesmo. Não podemos aceitar um Mundo ou uma sociedade atravessada por um novo e ainda mais terrível, dualismo — de um lado os poucos que possuiriam tudo, poder, saber, tecnologia, informação, dinheiro, capacidade de decidir, de escolher, de manipular; do outro, os muitos que nada teriam e nada poderiam.

Nessa sociedade, que constituía uma nova e mais perversa versão da profecia de Orwell, não haveria nem liberdade, nem progresso, nem cidadania, nem participação, nem identidade, nem independência.

Não podemos também aceitar que as inquietações, dúvidas, perplexidades do tempo levem, tantas vezes com propósitos inconfessáveis, à exploração do irracionalismo mais primário, da superstição mais grosseira, do fanatismo mais agressivo.

A curiosidade pelo novo e pelo diferente, o desejo de explicar, o amor do conhecimento são, desde os gregos, o motor primeiro do nosso processo civilizacional e da nossa definição como civilização de muitas culturas e de muitas racionalidades.

A ciência, o método experimental, a observação metódica, a procura da prova, a produção da lei, a organização do conhecimento, a razão crítica marcaram e deram origem a uma nova fase da vida da humanidade, com mudanças radicais em todos os domínios, do particular ao geral, do económico ao social, das instituições aos costumes.

Devemos ter presente que a ciência exige recursos e meios poderosos. Temos de ganhar consciência de que apostar a fundo na investigação científica é o investimento a prazo mais rentável, pois é o que mais valoriza o que os países têm de precioso: a capacidade intelectual de criar, de inventar, de descobrir, de realizar.

Esta aposta nas pessoas, na sua formação é hoje um factor decisivo de Independência dos países. O estado deve, por isso, garantir que os sistemas de ensino e de formação respondem capazmente a essa necessidade estratégica das sociedades modernas. Mas deve, igualmente, assegurar um sistema de avaliação exigente e rigoroso que permita, regularmente, aferir com seriedade o trabalho que se faz. O estado não pode permitir o facilitismo, a cultura do desperdício e a desresponsabilização. Exigência. Cada vez mais exigência e rigor. E avaliação permanente. Os nossos recursos são limitados. E a nossa responsabilidade para com as pessoas permanente. Nunca, mas nunca, se pode perder de vista o sentido de eficácia na aplicação desses recursos.

Mas uma cultura de avaliação implica, também, que se tenha a firmeza necessária para tirar as consequências dessa avaliação. E a sociedade beneficia duplamente. Quer porque pode tomar as suas decisões, quando for caso disso, baseada numa avaliação independente. Quer porque ganha confiança num sistema que não se limita a produzir relatórios, mas que transforma em acção política as consequências desses relatórios.

É cada vez mais claro que as actividades científicas têm que ser considerados como inseridas em fenómenos de natureza cultural, mais vasta e, portanto, que a ciência é ela própria uma parte integrante e indissociável da cultura.

A necessidade de divulgar os resultados e outros acontecimentos científicos, bem como de tornar conhecidos do público as opiniões e as interrogações dos cientistas, a necessidade de avaliar os impactos dos grandes projectos tecnológicos e, sobretudo, de analisar os progressos científicos em termos das implicações futuras, são reais, prementes e sérias.

A opinião pública, os segmentos especializados da população, o sistema educativo, os actores e agentes económicos e políticos

não se podem alhear nem alienar das grandes questões da ciência, envolvendo a ciência. O alargamento e aprofundamento da cultura científica é tarefa primordial em todas as sociedades que querem continuar a ser avançadas.

Hoje, mais do que nunca, torna-se imprescindível compreender o mundo em que vivemos, bem como as escolhas que se configuram. Porque, igualmente mais do que nunca, temos necessidade de aprender, observar e experimentar ao longo de toda a nossa vida. A cidadania implica a participação. A solidariedade implica a independência.

A democracia pode por vezes parecer frágil no seu funcionamento. Mas o nosso dever colectivo é reforçá-la sistematicamente, porque o seu fortalecimento é, inclusivamente, a medida da sobrevivência da nossa identidade cultural, dos nossos valores e das nossas percepções.

Ouvimos continuamente que «temos que nos adaptar». Adaptar a isto, adaptar àquilo; adaptar às novas tecnologias, às novas condições de concorrência do mercados, às novas regras de acesso à sociedade de informação; como se não houvesse escolhas, como se só houvesse uma resposta e uma solução.

Mas é por decidirmos, por exercermos a nossa capacidade de escolha, com independência e conscientemente, que somos humanos.

Por isso, ou aprofundamos as bases científicas do nosso conhecimento sobre a sociedade, sobre a natureza e sobre o próprio homem, e simultaneamente promovemos o espírito crítico e a participação cívica, ou, em alternativa, assistiremos primeiro à contestação lenta e, depois logo a seguir, à destruição rápida e inexorável do edifício da ciência; a seguir veremos certamente o desmantelamento dos saberes argumentativos e, com eles, o da legitimidade da própria ordem em que assenta a regulação da nossa sociedade.

É que as novas ditaduras e os totalitarismos nunca desprezam a força nem a eficiência das máquinas: antes a estimulam no quadro de uma combinação perversa com a ignorância política e com novas ou recicladas superstições.

É preciso por isso incutir nos mais jovens o dom de imaginar, o prazer de aprender, o gozo de descobrir. Este é um campo onde uma sociedade democrática não pode fazer quaisquer concessões. Porque é dos jovens a sua participação como cidadãos, porque será deles que dependerá a prática da cidadania, porque serão eles os intérpretes da nossa independência no futuro.

Porque são eles o futuro de Portugal.

Viva Portugal!

MENSAGEM DE ANO NOVO

AO PAÍS

1 de Janeiro de 2000

*A*o longo de mais de cinco séculos, Portugal descobriu e colonizou vastos territórios espalhados por vários continentes.

Com o 25 de Abril, Portugal reconhece, apesar de tardiamente, o direito dos povos à autodeterminação, juntando-se, assim, ao grande movimento civilizacional do pós Segunda Guerra Mundial que conduziu ao fim dos Impérios Coloniais.

Esse processo só agora se concluiu com a cerimónia de transferência de poderes em Macau e o histórico referendo em Timor-Leste. Portugal renova-se como litoral do ocidente europeu e mergulha no Atlântico através dos Açores e da Madeira.

Encerramos um capítulo da nossa história que durou mais de metade do milénio que, por um consenso já feito mesmo que discutível, agora vai terminar.

Dessa história ficou um património riquíssimo, com uma forma própria de estar no Mundo, de ser capaz de compreender a sua diversidade cultural e de conviver com todos os povos, como bem atestam as inúmeras Comunidades Portuguesas, das quais temos fundadas razões para nos orgulhar.

A par disso, que por si só encerra já uma importante dimensão civilizacional que nos projecta no Mundo, Portugal fecha este ciclo da sua história como parte integrante de duas importantíssimas Comunidades de países: a União Europeia e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Portugal soube reencontrar o seu lugar na Europa. Mas soube também manter e desenvolver a sua ligação histórica com África, agora num plano de igualdade entre Estados soberanos e independentes.

Somos hoje uma Nação prestigiada pela dimensão da sua história, pela riqueza do seu povo, mas também pela forma eficaz com que temos sido capazes de assumir as nossas responsabilidades na Comunidade Internacional.

Símbolo disso mesmo é assumirmos agora a Presidência da União Europeia, quando tanto nela se joga na promoção do factor social e no próprio desenho das suas actuais fronteiras.

Importa, por isso, que o nosso desenvolvimento tenha condições de sustentação que nos permitam encarar reveses e circunstâncias conjunturais. Só assim, Portugal pode continuar o seu caminho de progresso e ultrapassar os problemas que subsistem e as desigualdades, quer territoriais quer sociais, que importa corrigir. No plano nacional é importante vivificar o debate sobre as opções que se nos colocam e garantir que as decisões de que depende o nosso futuro são tomadas a tempo e partilhadas pelos portugueses. A evolução das sociedades contemporâneas impõe esse debate permanente e uma grande exigência e rigor na gestão das opções e na aplicação dos recursos.

No plano pessoal, os portugueses devem também saber olhar para o seu futuro. Infelizmente, as sociedades caracterizam-se hoje pela incerteza e pela precariedade. Criou-se uma cultura, quase uma ideologia, do consumo. A fronteira entre essencial e o sumptuário parece cada vez mais ténue.

Mas temos hoje condições de aceder à informação necessária que permita fazer as escolhas mais correctas para o país ou para as nossas vidas pessoais. O que é importante é que essas opções assentem em critérios claros e em princípios sólidos capazes de

assegurar um desenvolvimento sustentado para Portugal e uma vida equilibrada para os portugueses.

Faço votos para que este simbólico ano 2000 traga aos portugueses — onde quer que se encontrem — toda a felicidade possível. O País tem excelentes condições para continuar a prosperar e com isso melhorar a situação de muitos daqueles que ainda vivem com grandes carências. É possível que este ano traga para todos mais equidade e justiça social, mais solidariedade. E, se é possível, então é desejável e é necessário.

Faço votos de felicidade, progresso e paz para todos os povos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Permito-me três palavras em particular: uma, para as Forças Armadas portuguesas que, no país e no estrangeiro, afirmam o estatuto e a imagem de Portugal no mundo. Outra, para o povo de Timor-Leste ao qual em breve transmitirei pessoalmente a esperança — que sei ser a de todos os portugueses — de uma recuperação tão rápida quanto possível da imensa destruição causada no país durante os dramáticos acontecimentos que se seguiram ao referendo; finalmente outra, para o povo angolano, a quem faço votos que este ano represente o regresso da paz e, com ela, o desenvolvimento, o progresso e a possibilidade de, enfim, olhar o futuro sem medo. Aos portugueses, a todos os portugueses, os meus sinceros votos de um Bom Ano.

«Continuarei, como sempre, a procurar garantir o equilíbrio, separação e interdependência dos poderes e o pluralismo democrático.»

«Uma parte importante do futuro do nosso país depende das decisões que tivermos a coragem de tomar para a modernização da administração pública.»

SESSÃO COMEMORATIVA DO 20.º ANIVERSÁRIO
DO INSTITUTO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO
Oeiras
8 de Junho de 1999

Quero começar por recordar e agradecer a todos aqueles que, ao longo dos últimos vinte anos, aqui conceberam e realizaram um conjunto vastíssimo de iniciativas, contribuindo, de uma forma decisiva, para o prestígio que, hoje justamente, associamos ao nome e à obra do Instituto Nacional de Administração.

E para além da avaliação dos resultados concretos que, certamente, não deixará de ser ponderada, o INA é hoje uma entidade insubstituível na formação contínua dos dirigentes da administração pública, no apoio a projectos de pós-graduação, na investigação, na assessoria técnica, nas publicações, na cooperação internacional.

E, felizmente, não me seria difícil apresentar excelentes exemplos, em qualquer uma destas áreas e que resultam do vosso esforço e da vossa competência.

Mas seja-me permitido realçar as qualidades excepcionais de liderança técnica e científica que todos reconhecemos ao Professor Correia de Campos, a quem se deve, em grande parte, o desenvolvimento e a importância do INA que hoje constatamos.

Gostaria, ainda, de aproveitar este aniversário para partilhar convosco algumas breves reflexões.

A primeira é sobre a desconcentração de serviços e a descentralização.

Seguramente que o ambiente criado a propósito do referendo sobre a regionalização, não me detendo, agora, nos variados

contributos técnicos e políticos desde a instauração da democracia, esse ambiente, dizia, promoveu um melhor conhecimento e discussão dos modelos de organização e de desenvolvimento do Estado.

E o resultado de toda essa riquíssima reflexão não se pode perder. O acatamento do resultado do voto dos Portugueses ficará, uma vez mais, como prova da maturidade cívica do nosso regime democrático. Mas não podemos esquecer tudo aquilo que constitui já hoje o acervo doutrinário de consenso nacional e os caminhos de modernização que necessariamente devem ser percorridos.

Os Portugueses têm que sentir que a Administração existe para resolver os seus problemas e para mediação dos cidadãos com as necessidades da própria sociedade.

A segunda reflexão é sobre a burocratização, irmã cultural da centralização e causa estrutural de ineficiências, que afectam o dia-a-dia dos Portugueses e a própria competitividade das empresas. Não podemos, por um lado, adoptar o discurso da modernidade e da solidariedade e, por outro, alimentar a cultura centralizadora e burocrática que herdámos de séculos. Uma localização equilibrada das actividades e dos cidadãos não pode ser um sonho utópico. Deve passar dos programas e dos manifestos eleitorais para a prática do ordenamento efectivo do Estado e do território.

A terceira reflexão é sobre a modernização da administração pública.

Portugal tem realizado um esforço considerável, nomeadamente nas políticas sociais, que tem permitido uma aproximação efectiva à média de alguns resultados na União Europeia. Por força de um conjunto diversificado de factores, alguns dos terríveis números que há duas décadas nos afastavam de outros países

européus, estão hoje francamente esbatidos. Por exemplo na saúde e na educação, como não me cansarei de referir, fruto de intervenções técnicas e políticas oportunas, realizadas desde os anos setenta.

Temos, porém, uma administração pública exaurida por uma teia imensa de normativos, desde a pura burocracia aos diversos controlos de fiscalização e de julgamento, que lhe perturba a procura da eficiência e dando dela própria a imagem de dificuldade ou mesmo de incapacidade de servir os cidadãos com qualidade.

Algumas traduções desta situação encontram-se nos resultados da avaliação da satisfação dos consumidores ou na dificuldade em encontrar, por vezes, dirigentes disponíveis com o perfil técnico adequado.

E, para além da querela apaixonante sobre o papel do Estado, nomeadamente na execução das políticas sociais, encontramos, cada vez mais, adeptos das mais diversas formas de privatização, de maneira a contornar esses mesmos obstáculos.

A experiência portuguesa de desintervenção do Estado já é rica e complexa e deve ser convenientemente avaliada: na monitorização de novas soluções, como, por exemplo na saúde, a gestão privada do Hospital Fernando da Fonseca, em Amadora/Sintra, ou a utilização de normas de direito privado no Hospital de São Sebastião, em Santa Maria da Feira. Mas também, no controlo periódico dos resultados e na avaliação final dos objectivos alcançados.

E a eventual redução do papel do Estado como prestador de serviços públicos exigirá o aumento da regulação. Regulação que visa defender o interesse público, nomeadamente os interesses dos consumidores, da saúde pública, do meio ambiente, da própria concorrência.

Só assim poderemos com êxito conhecer e acompanhar o contexto em que se desenrola o processo de mudança, antecipar e gerir conflitos e alcançar a finalidade consensual de uma melhor administração.

Esta é uma reflexão urgente: a de como conciliar as regras da igualdade, da justiça e da transparência nos actos da administração pública, com a necessidade de encontrar respostas prontas, por vezes emergentes a necessidades inadiáveis.

A par dos órgãos próprios de decisão, este é um tema de reflexão de políticos, investigadores, técnicos e do INA, naturalmente. Sigo com atenção as vossas iniciativas. Serei um leitor atento das conclusões da vossa próxima conferência sobre «A Administração Pública no limiar do século XXI: os grandes desafios».

Em todo este processo o INA tem desempenhado um importante papel na modernização da Administração Pública e na formação dos seus funcionários.

Desejo que esse papel se mantenha e se reforce: nas contribuições doutrinárias e na discussão dos diversos modelos, no aconselhamento técnico, na formação dos agentes que serão chamados a desempenhar funções num ambiente de mudança, no estudo dos indicadores que permitam medir os resultados, na monitorização e avaliação nos diferentes momentos e contextos da reforma. Uma parte importante do futuro do nosso país depende das decisões que tivermos a coragem de tomar para a modernização da administração pública. Não temos o direito de recuar nem de desanimar perante as dificuldades.

MENSAGEM AO PAÍS
SOBRE AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS
9 de Outubro de 1999

Vão realizar-se amanhã, as eleições para deputados à Assembleia da República. Dessa eleição depende a escolha do governo de Portugal para os próximos quatro anos.

Venho apelar à vossa participação nesse acto eleitoral. Cada eleitor tem certamente uma ideia sobre a escolha que melhor corresponde às suas expectativas para o governo do país. Alguns, porém, podem, por esta ou aquela razão, achar dispensável o exercício do seu direito ao voto. É a esses, em especial, que me quero dirigir.

A vontade política de cada um dos cidadãos é importante. Todos os votos contam. Todos os votos são decisivos. É da soma de todos eles que resulta a legitimidade de um governo para exercer este poder. Dessa soma resulta também a expressão das oposições que no parlamento defendem opiniões e políticas diversas daquela que vier a ser maioritária. Ambas as coisas são importantes num regime pluralista e democrático.

Votar é a forma de manifestar a nossa preferência por um dos possíveis caminhos para o futuro do país. As propostas apresentadas pelos partidos, e que ganham maior visibilidade durante as campanhas eleitorais, reforçam a percepção dessas diferenças políticas e a consciência de que é da decisão de cada um de nós que elas terão a possibilidade de se exprimir no governo ou na Assembleia da República.

As linhas de orientação do futuro colectivo dos portugueses, de cada um de nós, dependem do voto de cada cidadão. Este é o

momento de olharmos para o nosso país, para os problemas internos e externos que temos de enfrentar e para as soluções que cada partido para eles oferece. É por isso o momento de formarmos opinião.

Não votar é uma escolha possível. Mas com isso em que é que se contribui para formar um governo ou reforçar uma opinião? Em nada. E todos nós, no fundo, temos uma opinião formada sobre o que pensamos ser melhor para Portugal.

O que lhe peço, por isso, é que exprima pelo voto a sua vontade política. E que o faça consciente de que esse voto individual é muito importante para determinar a futura composição da Assembleia da República da qual depende a legitimidade do governo e a força das oposições.

TOMADA DE POSSE
DO XIV GOVERNO CONSTITUCIONAL
Palácio Nacional da Ajuda
25 de Outubro de 1999

*D*urante os últimos quatro anos, num quadro de estabilidade política e institucional, Portugal pôde consolidar uma estratégia de crescimento sustentado, seguindo uma linha de modernização e desenvolvimento económico e social equilibrados. Portugal pôde também, durante este período, projectar e reforçar na comunidade internacional o seu estatuto de Estado empenhado na defesa do Direito, da paz e da segurança.

Quando confirmaram o Partido Socialista como força política mais votada, os portugueses renovaram-lhes, a si, Senhor Primeiro-Ministro, e ao seu partido, um mandato de confiança na condução da acção governativa para os próximos quatro anos.

No momento da tomada de posse do seu novo Governo, aqui lhe apresento as minhas felicitações.

As consequências políticas dos resultados verificados nas últimas eleições para a Assembleia da República têm sido sobejamente comentadas nos últimos dias. De resto, saber ouvir e interpretar o que os portugueses disseram é tarefa de todos.

De entre os mais importantes dados a extrair dos resultados eleitorais, saliento: a renovação do mandato e confiança na força política que governou o país nos últimos quatro anos, a estabilização da representatividade dos diferentes partidos, a emergência parlamentar de uma nova área política e o aumento significativo da abstenção. Não é este o lugar e a oportunidade para uma reflexão desenvolvida sobre cada um destes aspectos, designadamente aquela que

urge fazer sobre os perigos, o sentido e os ensinamentos a colher de uma abstenção que aumenta continuamente.

Permito-me, no entanto, sintetizar o que entendo ser o duplo sentido dos resultados eleitorais, quanto ao significado que encerram e às expectativas que exprimem. Eles traduzem um essencial desejo dos portugueses na estabilidade e continuidade políticas, mas espelham também sintomas inegáveis de alheamento, insatisfação e impulso para melhorar.

No seu significado mais profundo estes são, por si só, sinais de grande complexidade. Mas as interrogações que eles suscitam são ainda ampliadas pelo facto de as vicissitudes próprias do sistema eleitoral terem produzido um resultado inédito e particular na distribuição dos mandatos parlamentares.

A situação que vamos ter nos próximos quatro anos nem é a de Governo apoiado por uma maioria parlamentar absoluta nem, em contrapartida, a situação de Governo minoritário. Ora, como acontece frequentemente nas situações de conjuntura política híbrida ou mista, também a que vamos viver tende a sofrer os inconvenientes, mas também a beneficiar das vantagens de cada uma daquelas modalidades típicas.

Quanto aos inconvenientes, o Presidente da República deve assegurar que um sistema político cuja racionalidade foi testada ao longo de mais de vinte anos nos dá plena garantia de capacidade da sua superação em coerência e estabilidade. Nos limites das minhas funções constitucionais, continuarei, como sempre, a procurar garantir o equilíbrio, separação e interdependência dos poderes e o pluralismo democrático e, nesse sentido, estarei atento à necessidade de prevenir bloqueios artificiais e inúteis.

Prefiro, no entanto, e na linha de optimismo e esperança que os portugueses também expressaram nas últimas eleições, salientar as virtualidades positivas que decorrem das vantagens da nova situação.

De um lado, o Governo que hoje toma posse é um Governo para quatro anos, com a segurança, mas também com as responsabilidades que isso comporta. De outro, é um Governo que, para corresponder às expectativas de reforma generalizadamente partilhadas, estará aberto aos contributos, anseios e propostas das restantes correntes políticas.

Em contrapartida, a responsabilidade que cai sobre as oposições não é menor nem menos clara. Delas depende igualmente que os próximos quatro anos sejam aproveitados na via do progresso e modernização do país e na melhoria das condições de vida dos portugueses.

O passado e o presente de empenhamento democrático e serviço público de que as diferentes oposições têm dado provas e o eleitorado igualmente reconheceu são a garantia de que estão à altura das responsabilidades institucionais e do papel indispensável que lhes cabe em sistema democrático.

São conhecidos os desafios que o país atravessa nos anos vindouros. Os diagnósticos estão, de uma forma geral, feitos. Os principais factores de bloqueio ao desenvolvimento estão identificados. Os diferentes projectos e propostas de solução tiveram tempo suficiente de maturação.

O tempo é, agora, de escolha e de realização.

Os portugueses renovaram a confiança no Governo que hoje toma posse.

De mim, como aconteceu até hoje, o novo Governo pode esperar toda a solidariedade institucional no quadro das minhas funções constitucionais de garante do regular funcionamento das instituições e da unidade do Estado.

SESSÃO SOLENE DE ABERTURA
DA VIII LEGISLATURA
Assembleia da República
19 de Novembro de 1999

A Assembleia da República inicia com esta cerimónia uma nova prática parlamentar. Ao fazê-lo sublinha e reforça o seu papel de pilar do regime democrático. E, em certo sentido, presta também uma homenagem pública aos eleitores que conferem a legitimidade aos deputados que a compõem.

Saúdo esta iniciativa. Revejo-me na riqueza do seu simbolismo. E reconheço a importância política deste gesto inovador. Estou certo de que as cerimónias de Abertura Solene da Legislatura passarão a constituir marcos da nossa vida democrática, oportunidade de exaltar o papel do sistema representativo na nossa democracia e de reflectir sobre aspectos da nossa vida democrática. Considero um privilégio o convite para participar nesta cerimónia. Privilégio que sentidamente vos agradeço.

Saúdo a nova VIII Legislatura, saída das eleições de 10 de Outubro, na qual se renovou o princípio da representação assente no sufrágio universal, igual, directo, secreto e periódico, essência da democracia.

Saúdo a Assembleia da República, representativa de todos os cidadãos portugueses. Saúdo os deputados que nela representam todo o país.

Saúdo os Senhores Membros do Governo.

Saúdo os Senhores Embaixadores e as demais autoridades que se dignaram, com a sua presença, sublinhar a dignidade e a importância desta sessão solene.

Faço votos de um profícuo trabalho parlamentar. E reitero solenemente a minha disponibilidade para um estreito diálogo institucional, assente no princípio do respeito pela dignidade e autonomia dos respectivos órgãos de soberania.

Senhor Presidente,

Excelências,

A existência da democracia em Portugal implicou décadas de luta. Várias gerações se sacrificaram nessa luta prolongada, algumas das quais estão presentes neste Parlamento.

A ausência ou o desrespeito de direitos, liberdades e garantias fundamentais caracterizava a natureza ditatorial do regime político a que o 25 de Abril de 1974 pôs fim. Mas a ditadura não impedia ou limitava apenas as liberdades individuais. Sem democracia era igualmente impossível garantir condições de modernização e desenvolvimento sustentado do país.

Distantes do poder, por nele não se sentirem representados, aos portugueses só restava ou o alheamento da vida política ou o inconformismo do combate contra o regime. Impossibilitados de encontrar no país condições de sobrevivência digna e um horizonte de esperança, só restou a milhões de portugueses o árduo e doloroso caminho da emigração.

Violando todos os direitos dos cidadãos, incapaz de aceitar os direitos dos outros povos, designadamente o direito à autodeterminação, o regime de então isolou Portugal da comunidade internacional. É o regime democrático que assegura aos portugueses os direitos fundamentais, que reconhece o legítimo direito à independência das colónias portuguesas, que torna possível novas condições de desenvolvimento económico e permite ao país granjear o prestígio internacional de que hoje desfruta.

Não foi um percurso fácil. Vivemos crises políticas, económicas e sociais muito difíceis. Mas ultrapassámo-las sempre. Para isso

contribuiu decisivamente um conjunto de factores. Sublinho apenas dois.

Em primeiro lugar, os portugueses participavam activamente na vida política nacional, revendo-se na legitimidade e representação que assim conferiam aos partidos políticos.

Em segundo lugar, em momentos decisivos, os partidos compreenderam que o sucesso do novo regime democrático dependia da sua capacidade de dar resposta aos principais problemas do país e que isso implicava, tanto alcançar um conjunto essencial de consensos e compromissos políticos nacionais, quanto assumir sem equívocos a suas diferenças, como forma de identificação dos eleitores e clarificação de opções. Ambos os caminhos são condições naturais de estabilidade de uma democracia pluralista, ambos foram ensaiados e provaram a sua eficácia.

Ambos foram decisivos, permitindo à democracia assegurar o progresso do país e eventualmente até sobreviver como regime. Por isso, em resposta ao vosso convite, quis estar aqui hoje, no início desta Legislatura — para expressar a importância decisiva que atribuo à democracia representativa e ao papel central e insubstituível que nela o Parlamento desempenha. Os deputados estão investidos de uma das mais nobres missões e responsabilidades que qualquer cidadão português pode ambicionar: a de representarem este país que todos amamos, e assim servir Portugal. Sei que à honra de que estão investidos corresponderão com o melhor do vosso esforço. Um parlamentar como eu, hoje com a responsabilidade de representar a República Portuguesa, de ser o garante da independência nacional, da unidade do Estado e do regular funcionamento das instituições, não podia deixar de expressar aqui uma palavra de incentivo e de respeito por este Órgão de Soberania que deve, enquanto tal, ser alvo da maior consideração por parte de todos os portugueses.

Sr. Presidente,
Excelências,

Os regimes democráticos são, por natureza, regimes abertos. Por isso, a sua dinâmica depende da capacidade de entenderem as transformações da sociedade e de se aperfeiçoarem, como forma de dar resposta a novas percepções, exigências e realidades.

Um regime que se fecha sobre si próprio provoca, mais cedo ou mais tarde, uma crise na sua relação com os eleitores que, mesmo sem explicitamente o desejarem, se distanciam, cada vez mais, de práticas e métodos que já pouco lhes dizem.

É preciso estar sempre um passo à frente. Olhar com sensibilidade para os sinais que nos chegam da sociedade. Antecipar o futuro no que ele tem, tanto de encorajador como de preocupante. Dar resposta, com lucidez e visão, aos desafios que assim se nos colocam. E perceber que manter a vitalidade da democracia deve prevalecer sempre como objectivo sobre a preservação de qualquer outra consideração de interesse individual ou de grupo.

Permitam-me, por isso, que partilhe convosco o meu olhar sobre o sistema político português, centrado em três considerações: sobre as realizações, sobre os sinais e sobre as exigências.

A democracia portuguesa pode e deve orgulhar-se das suas realizações. Portugal credita-lhe o progresso e o desenvolvimento alcançado nestes 25 anos. E, no essencial, os portugueses revêm-se, com justa razão, na nossa democracia.

Sei que as taxas de abstenção parecem indicar um alheamento dos eleitores. Não serei eu a negar esse facto. Mas importa, também, colocá-lo no seu devido contexto. Uma democracia estabilizada, num quadro de crescente melhoria das condições de vida da população, gera por vezes factores de confiança no funcionamento do sistema político que muitos eleitores traduzem em comportamentos de abstenção. Isso não invalida que cresça, a

par desta, uma abstenção por insatisfação face ao funcionamento da democracia representativa, ou por exclusão social ou política. Esse é um sério sinal a considerar.

Creio, além disso, que todos reconhecerão que as percepções críticas quanto ao funcionamento do sistema político coincidem com aquelas que são hoje correntes nas democracias modernas, não demonstrando o país, por isso, nenhuma característica que revele uma particular vulnerabilidade do regime português.

É, todavia, indiscutível, que recebemos da sociedade um conjunto de sinais que aconselham uma reflexão profunda e uma actuação urgente. Porquê urgente? Porque é sempre melhor reformar, de uma forma controlada e consensual, quando a credibilidade do sistema ainda é evidente, do que fazê-lo sobre a eventual pressão de uma crise mais profunda.

Precisamos todos de olhar com rigor para esses sinais de distanciamento entre eleitores e eleitos e entre eleitores e certas práticas políticas. E, assim, reconhecer que, se eles existem, é porque são fruto de uma insatisfação que se desenvolve na população à qual se não deu resposta. E não, seguramente, a um qualquer excesso de atenção da Comunicação Social a aspectos negativos do funcionamento do nosso sistema político ou a práticas individuais que, só envolvendo os próprios, descredibilizam, todavia, o sistema no seu todo.

A liberdade de expressão é um bem inalienável de uma democracia e uma das condições que permitem a permanente capacidade de avaliação pelos eleitores da prestação individual dos responsáveis políticos e do grau de satisfação face ao desempenho do sistema político.

É fácil a identificação das críticas que progressivamente se avolumam e consolidam. Sobre elas muito se tem dito. Uma coisa parece clara, apontam todas num mesmo sentido: um

distanciamento crescente entre representantes e representados e uma depreciação genérica da avaliação feita pelos cidadãos do exercício de funções públicas.

É igualmente fácil identificar o sentido das expectativas de mudança: Elas apontam para a necessidade de uma rigorosa separação de poderes; de uma efectiva transparência da Administração; de uma clara e exigente identificação de incompatibilidades e conflitos de interesses no exercício de cargos públicos; de um sistema claro e credível de financiamento da actividade política; de uma austeridade nos gastos das campanhas políticas; de uma revisão constitucionalmente compaginável das leis eleitorais; de uma consagração de novas formas de participação dos cidadãos na definição das políticas públicas, e de formas inequívocas de combate a toda e qualquer prática de corrupção.

O sentido a dar a estas reformas também parece ser claro. É necessário assegurar um efectivo reforço da proximidade, da participação e da confiança no sistema político. É preciso melhorar a comunicação entre os responsáveis políticos e os cidadãos, revalorizar a prestação do serviço público, consolidar os partidos políticos e fortalecer as instituições representativas.

Não existe uma forma única de alcançar estes objectivos. Há, como é natural e desejável, uma diversidade de propostas que identificam cada um dos partidos com a solução que consideram mais correcta. Muita da legislação que importa alterar exige, e bem, uma maioria de dois terços. Outras mudanças dependem apenas das convicções e empenhamento político das maiorias parlamentares.

O que parece, porém, inquestionável é que não é possível adiar mais algumas destas decisões. E que importa voltar a estabelecer um conjunto de compromissos e consensos políticos interpartidários, como forma de evitar uma crise maior do sistema de representação.

Foi essa capacidade de estabelecer atempadamente consensos, quando a Constituição assim o exigia, que permitiu à jovem democracia portuguesa ultrapassar muitos dos problemas que lhe colocaram. É isso que de novo é necessário fazer.

Os portugueses desejam essas reformas. E o regime necessita delas. Os partidos têm debatido estes problemas. Quanto mais tarde elas forem introduzidas mais difícil será restabelecer a confiança, superar o distanciamento e credibilizar a actividade política.

Creio, convictamente, que as reformas têm de ser profundas. Elas terão, a título de exemplo, de responder a estas perguntas:

Como é que se assegura a confiança no financiamento dos partidos quando são evidentes os gastos em meios de propaganda de nulo impacto, e opacas aos cidadãos as fontes de financiamento dessas despesas?

Como é que se assegura a proximidade entre os eleitores e eleitos, quando a esmagadora maioria dos eleitores ignora em que candidatos está a votar, e uma percentagem dos eleitos se faz imediatamente substituir nas funções políticas para que tinha sido eleito?

Como é que se garante a confiança na administração quando tantas das suas decisões ou a fundamentação de procedimentos, permanece inacessível aos cidadãos?

Como é que se assegura o envolvimento cívico da população quando as decisões são tomadas de forma distante e não participada pelos seus destinatários?

Como é que se credibiliza um sistema político que, paralisado pelo argumento demagógico da comparação entre o ordenado mínimo nacional e as remunerações dos titulares de cargos políticos, vê, ano após ano, afastarem-se da vida pública tantos portugueses de grande valia?

Como é que se dignifica a actividade política quando aos líderes dos partidos da oposição não é conferido pelo Estado um estatuto protocolar compatível com o papel insubstituível que desempenham no país?

Como manter a confiança dos eleitores se, à acumulação dos sinais de desencanto que enviam, se responde com a acumulação dos anos em que se adiam as soluções?

Olho com atenção redobrada e preocupação crescente para os sinais que se adensam, e pressinto urgência na resposta que tarda. Partilho convosco estas minhas preocupações, consciente, todavia, que o desencanto de muitos cidadãos não se prende apenas com esta ou aquela deficiência no funcionamento do sistema político. E que o debate sobre estas deficiências não pode iludir outras questões de fundo.

Tenho consciência que estamos perante novos patamares de exigência por parte dos portugueses. De desejo de exercício de novos direitos. De reivindicação de novas formas de participação política. De uma consciência mais informada e interventora da dimensão de muitas desigualdades que subsistem na sociedade portuguesa.

De um sentimento de impotência de uns e indignação de outros perante o aparecimento de novas formas de exclusão social, política e cultural.

A percepção da natureza das desigualdades é hoje mais aguda e assente em níveis de informação muito superiores. A ideia, mesmo se globalmente imprecisa, de que os crimes de colarinho branco ficam sempre impunes, de que quem mais ganha menos impostos paga, de que a fronteira entre interesses privados ou corporativos e interesses públicos nem sempre é clara, de que a oportunidade no exercício da justiça pode não depender de aspectos processuais, de que o acesso aos cuidados de saúde pode

traduzir-se numa espera desencantada, geram também fenómenos de distanciamento e desencanto. Quis ser claro, mas desejo, também, ser justo. Estes são velhos problemas que atravessaram vários governos, diversos partidos, mas um só país que para eles olha com um sentimento cada vez mais crítico.

Também aqui, hoje, uma vez mais, é preciso que a democracia portuguesa seja, em tempo útil, capaz de gerar níveis satisfatórios de resposta a estas, entre outras, preocupações.

Também aqui, de novo, importa estabelecer os consensos, quando necessários, e as rupturas, quando essa for a única via possível, para restabelecer a confiança numa sociedade mais justa e equitativa.

A soma destas percepções desencantadas constitui para mim um sinal de alerta. Portugal tem hoje condições invulgares para dar resposta a alguns destes problemas. Há uma sociedade dinâmica, estabilidade política e vive-se um período de confiança económica. Partilho convosco estas minhas preocupações para concluir num apelo e numa manifestação de disponibilidade.

O apelo é a que se tenha em atenção o sentido de prioridade de que se parecem revestir algumas das reformas a introduzir no funcionamento do sistema político e na promoção da equidade social.

A manifestação é de disponibilidade total para contribuir, dentro dos limites constitucionais, com o exercício de uma magistratura de incentivo, conciliação e consenso, quando disso puder depender o sucesso das respostas a dar às expectativas dos portugueses. Ninguém se pode excluir do debate dos temas hoje aqui abordados, por achar que dele não faz parte. A dignificação da vida política a todos diz respeito. E a todos deve envolver, na diversidade das competências próprias de cada órgão de soberania. O Presidente da República não é um espectador distante. Reco-

nheço-me nas vossas preocupações. Por isso, entendo dever contribuir para estimular o debate e estar disponível para ajudar a incentivar consensos.

Referi-me a um caminho de reformas que entendo tanto necessário e oportuno como dignificante e honroso. Permitam-me que, a terminar, explicito a minha opinião sobre o sentido último desse caminho.

O primeiro aspecto que quero destacar é o da revalorização da função política enquanto função que se cumpre e esgota no serviço público. Os valores republicanos, neste domínio, devem ser reafirmados. A actividade realizada pelos responsáveis políticos não corresponde a uma forma autónoma da cidadania. Os políticos são cidadãos que desempenham cargos de representação, por definição sujeitos a controle democrático e a regras de transparência, e portanto amovíveis. O seu estatuto não é — não pode ser nunca — o de um grupo separado, com lógica de defesa e reprodução próprias, mas o de cidadãos que transitoriamente exercem uma actividade em favor da comunidade que neles directa ou indirectamente depositou confiança para tal.

Devemos velar pelo prestígio desse estatuto. Não para que daí os políticos recolham benefícios, seja de que natureza for, mas porque dessa forma é a sua actividade que ganha apreço e respeito, e, conseqüentemente, eficácia.

Estamos todos empenhados em vincar na política a razão pública que a fundamenta e em devolver aos políticos o orgulho de serem políticos.

Acredito nesse objectivo e acredito que — todos — o podemos alcançar.

Viva a democracia! Viva Portugal!

CAPÍTULO III

DIREITO,
JUSTIÇA
E CIDADANIA

*«A reforma da Justiça não é um leilão de poderes,
nem uma feira de vaidades. É vontade política
e trabalho, muito trabalho.»*

**DECLARAÇÃO SOBRE O SERVIÇO DE INFORMAÇÕES
ESTRATÉGICAS E DE DEFESA MILITAR (SIDEM),
DA POLÍCIA JUDICIÁRIA E DO SIS**

*Palácio Nacional de Belém
28 de Março de 1999*

Uma sequência de acontecimentos associados ao funcionamento do Serviço de Informações Estratégicas e de Defesa Militar (SIDEM), da Polícia Judiciária e do SIS, deu lugar a alguma inquietude e apreensão quanto ao normal e eficaz funcionamento daquelas instituições, que são indispensáveis para a segurança das pessoas e dos bens.

Esta situação, pela delicadeza de que se reveste, exige sobriedade nos comportamentos, ponderação rigorosa e uma intervenção atempada.

Torna-se, assim, indispensável que, em adequada cooperação entre o Governo, a Assembleia da República e os partidos nela representados, se consolidem as condições que reconduzam aquelas entidades à desejável normalidade de funcionamento.

É importante que fiquem bem claras as competências próprias de cada órgão do Estado, decorrentes da Constituição.

Compete, ao Governo, e não a outros órgãos, designar as chefias e definir as orientações da sua acção, de harmonia com os critérios e objectivos definidos na lei. Compete à Assembleia da República e, não a outros órgãos, avaliar tais critérios e objectivos quando da apreciação da actividade política do Governo.

A especificidade e funcionamento do Serviço de Informações Estratégicas e de Defesa Militar e do SIS, exigem rigor extremo e escrupulosa reserva. A Lei coloca estas instituições da República no âmbito da fiscalização e acompanhamento parlamentares.

Torna-se, assim inadiável o necessário consenso partidário para designar os membros do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações, assegurando a este Conselho os meios adequados a uma actuação eficaz e permanente. Só assim poderá ele constituir uma verdadeira garantia para os cidadãos.

A urgente restituição dos Serviços de Informações e da Polícia Judiciária a condições de desejável normalidade de funcionamento eliminará a natural sensação de incerteza na opinião pública e restaurará a imprescindível confiança aos cidadãos. Confiança tanto mais justificada quanto o Estado de Direito em que vivemos é garantido por tribunais que são servidos por magistrados do Ministério Público com adequado estatuto de autonomia, e por juízes independentes que, com total isenção, fazem cumprir a Lei e punem os seus infractores.

E para que assim continue a ser, devem também as magistraturas ser resguardadas de qualquer excesso de zelo na defesa da imagem própria, para que os interesses do Estado passem à frente quando estão em causa questões essenciais da vida colectiva.

Continuarei a acompanhar a situação, na certeza de que é pelo regular funcionamento das instituições, e no respeito das suas competências próprias, que se resolvem, com sucesso, as questões do Estado e se assegura a confiança dos cidadãos.

As democracias têm os seus momentos de dificuldade institucional. Mas também só elas conseguem sempre, com determinação, em clima de serenidade, e com o sentido de responsabilidade de todos, encontrar as soluções que permitem o indispensável reforço das instituições e da confiança dos cidadãos.

CONFERÊNCIA INTEGRADA NO CICLO
DE CONFERÊNCIAS «PERSPECTIVAS DA REALIZAÇÃO
DO DIREITO E DOS VALORES QUE ELE INTEGRA
E VEICULA NO INÍCIO DO TERCEIRO MILÊNIO»

Coimbra

30 de Abril de 1999

Quero começar por saudar a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra pela ideia de realizar este Ciclo de Conferências, numa iniciativa que consubstancia uma das principais tarefas que se me afigura caberem a uma Universidade do nosso tempo: preparar para o futuro, pondo em debate pontos de vista diferentes, alicerçados em concepções plurais e em experiências diversas. Preparar o futuro, questionando as ideias feitas e estimulando o gosto da reflexão e a abertura a novos horizontes de pensamento.

Agradeço o amável convite que me dirigiram para encerrar este Ciclo, mas, apesar de ter dedicado a minha vida à prática do Direito, não pude contudo, quando o recebi, deixar de sentir alguma perplexidade, próxima daquela que José Saramago referiu no início da Conferência que aqui fez.

De facto, ao receber o vosso convite, que muito me honra, pensei: como posso eu, que não tenho na matéria outro título que o de simples, embora devotado, advogado, responder à expectativa e, numa Escola com o prestígio desta e que conta com Mestres tão eminentes, abalançar-me a um exercício que exige dotes que não possuo e que já foi aqui realizado por quem tão manifestamente os tem em maior grau do que eu?

Creio, porém, que, independentemente da consciência que tenho dessa situação devo, como Presidente da República, participar e estimular o debate sobre os caminhos e os desafios do fu-

turo, que neste ano de viragem tão simbólico nos interpela fortemente, sob a forma de muitas esperanças e também de grandes perplexidades.

Abordar as «Perspectivas da Realização do Direito e dos valores que ele integra no início do Terceiro Milénio» é proceder a uma análise prospectiva que terá também de assumir uma dimensão política e cultural.

O tema que me é proposto suscita impulsos de orientação e análise de sentido divergente ou até contraditório.

De um lado, há uma predisposição para salientar, no balanço das realizações do século XX, as conquistas e extraordinários progressos verificados, nos últimos cinquenta anos, designadamente nos domínios da manutenção da paz, do progresso das instituições democráticas e da protecção dos direitos do homem. Esses são os alicerces em que pode assentar uma visão optimista e mobilizadora perante os problemas que a realização do Direito e da Justiça nos colocam no dealbar do novo século.

Mas, contraditoriamente, sobram os motivos de insatisfação e de carência, de desilusão e de crise, para alimentar, não apenas o discurso, mas também uma visão marcadamente pessimista dos novos tempos.

Não deixa de ser significativo que nas conferências das personalidades que me antecederam neste ciclo se possam observar algumas linhas de reflexão comum onde perpassam essas duas notas dissonantes características do pensamento crítico dos nossos dias. De resto, aí estão os trágicos acontecimentos que estamos presentemente a viver, e que mais directamente nos tocam, como em Timor ou na Jugoslávia, para ilustrar a forma contraditória como renovadas e justificadas expectativas de solução são, a cada momento, ensombradas por retrocessos, inquietações e incertezas.

A minha perspectiva não será, aqui, a de me enredar em conjecturas ou de me aventurar em profecias sobre o que nos reserva o futuro, para o que, como disse, não disponho nem dos instrumentos de análise nem de qualquer habilitação especial.

Vou limitar-me a formular algumas dúvidas e considerações assentes numa vivência particular de quem, fruto das funções que exerce, se vê directa e permanentemente confrontado, não apenas com a necessidade de reflectir estas questões, mas, também, de nelas perscrutar aquilo que possam encerrar de sementes de mobilização de energia e esforço colectivos em prol da realização dos valores que partilhamos.

Neste sentido, abordarei as dimensões que, neste tema, mais directamente repercutem na actividade do Presidente da República, ou seja, a do papel e natureza do Direito enquanto limitação do Poder e enquanto realização de valores de justiça material. Não vou ignorar os factores de crise nem a grandeza das dificuldades que se colocam àquelas duas dimensões do Direito na transição do século. Pelo contrário, salientarei a forma como, nos diferentes planos da comunidade internacional e dos Estados nacionais, nos vemos confrontados com problemas inéditos para os quais não existem nem soluções conhecidas nem respostas fáceis. Mas isso não pode, na minha perspectiva, constituir fundamento de passividade ou desesperança nem servir para alimentar pessimismos tão em voga e tão típicos de final de milénio. Colocar-me-ei sempre no ponto de vista de quem, sem escamotear as dificuldades ou os aparentes bloqueios que se nos deparam, formula dúvidas e interrogações para estimular a formulação de estratégias orientadoras da procura de respostas.

Designadamente, esforçar-me-ei por demonstrar que, em geral, as dificuldades não têm a ver com uma qualquer incompatibilidade essencial ou insolúvel entre as necessidades e conveniências

políticas do nosso tempo e o Direito e a Justiça, mas são, sobretudo, o resultado de inaptações ou inadequações próprias de uma época de transição.

Há, em todo o caso que ter consciência, não apenas das incapacidades subjectivas de quem procura novas vias, como do carácter necessariamente precário, falível e limitado que a novidade das circunstâncias objectivas do tempo presente impõe às tentativas de solução a que vamos chegando.

Durante muitos séculos, a filosofia e a cultura foram dominadas pela criação de grandes paradigmas, que se sucederam e que constituíram referências estáveis e duradouras. Mas vivemos hoje uma época em que as escolhas e as decisões são mais radicalmente responsabilizadoras porque privadas dessas grandes referências que condicionaram a formação dos saberes e o modo de exercício do poder.

No nosso tempo, a incerteza e a contingência vêm-se revelando como a verdadeira dimensão ontológica das criações humanas, ocupando o lugar que no Mundo antigo era o do destino, no Mundo medieval o da providência e no Mundo moderno o da certeza determinística, do historicismo e do cientismo.

Hoje, sabemos que a complexidade é a qualidade mais notória do Universo, mesmo do universo humano e social, e que cada momento da vida representa um confronto com o risco e com a incerteza.

O desenvolvimento do conhecimento científico moderno pôs em causa os próprios fundamentos epistemológicos da ciência clássica, que postulavam uma concepção mecanicista, determinista, regular e ordenada, abrindo caminho à formulação do princípio da incerteza, substituindo os critérios determinísticos por critérios probabilísticos, concebendo o conhecimento como descoberta progressiva e valorizando a falibilidade e o erro como fac-

tores dinâmicos de progresso segundo um método de conjecturas e refutações.

Sabemos agora, como disse o grande físico Niels Bohr, que «o contrário de uma verdade profunda pode ser uma outra verdade profunda». E, poderíamos acrescentar, que o contrário de um grande erro pode continuar a ser um grande erro.

Sabemos também que pensar ou conhecer não consiste mais em construir sistemas fechados com fundamentos estáveis, mas pressupõe dialogar com a incerteza e a mudança, com a instabilidade, a transitoriedade e a imprevisibilidade.

Tal exigência implica a necessidade de uma atitude mental radicalmente nova, cuja validade de princípio, embora comece a ser aceite, demora tempo a integrar os nossos hábitos de pensamento e de acção.

Também nos mundos do Direito e da Política entre as lições a retirar do século XX estará, seguramente, a de que não há, na sociedade pluralista e aberta em que vivemos soluções «duras», grandiosas e definitivas para os grandes problemas do nosso tempo. Também aqui as ideias de ponderação, de tolerância, de ductibilidade ou de compromisso são mais sinal de prudência e sageza que sintoma de fraqueza ou de renúncia à prossecução de ideais. Num contexto próprio de uma sociedade aberta a transformações profundas, revelam-se cada vez mais inadequadas as concepções da Política e do Direito construídas sobre lógicas de *amigo/inimigo*, de exclusão e de formulação de verdades e conceitos absolutos.

De facto, qualquer das referidas dimensões do Direito enquanto limitação do Poder e enquanto realização de valores se encontra, hoje, envolvida numa teia de tendências divergentes ou contraditórias, de uma complexidade que não se coaduna com respostas de ambição globalizante ou definitiva.

Todavia, começo por assinalar, no plano internacional, alguns elementos positivos de uma evolução recente que se traduzem, designadamente, na generalização do reconhecimento universal do *rule of law*.

A importância desse facto tem que ser relativizada, note-se, por força da natureza, muitas das vezes, meramente proclamatória ou semântica desse reconhecimento. Mas, o simples facto de, cada vez mais, e seja na Ásia, na África ou na América Latina, a adesão a este princípio se constituir como fonte de legitimação do Poder é, por si só, significativo.

As novas expectativas de generalização, partilha e revitalização dos ideais universais da justiça e da dignidade da pessoa humana que, por essa via, se podem abrir para centenas de milhões de pessoas são de um valor inestimável.

É certo que a história do século XX é pródiga nos exemplos de manipulação ou instrumentalização do princípio da legalidade para efeitos de legitimação de regimes essencialmente autocráticos. Mas, também aqui, a adopção de uma concepção tendencialmente universalista dos direitos do homem vem constituindo factor poderoso de pressão no sentido da progressiva transformação dos Estados de mera legalidade em verdadeiros Estados de Direito. Neste capítulo cabe destacar o renovado empenhamento da comunidade internacional na realização prática deste objectivo, nomeadamente através da instituição de mecanismos internacionais de controlo de eficácia crescente.

No entanto, e ainda no plano internacional, a rápida evolução verificada, sobretudo na última década, gerou também, como seria porventura inevitável, evidentes situações de desequilíbrio e instabilidade. É que, em grande medida fruto das transformações assinaladas, alteraram-se radicalmente as relações de forças sedimentadas ao longo de várias décadas pelo que, no fundo, é toda

a estruturação conhecida da comunidade internacional que está posta em causa.

Trata-se, por outro lado, de compreender que assistimos, neste final de século, à evidência da erosão de alguns pilares sobre os quais se havia construído todo o edifício do Estado moderno e do Direito Público interno e internacional. Entre eles está, seguramente, o paradigma da soberania do Estado nacional.

O sentido que esta evolução assumirá no próximo século é, por ora, inapreciável, mas, pelo menos, traduz-se, desde já, na necessidade de reavaliar, adaptar e transformar todo um legado aparentemente consolidado nos últimos séculos.

As relações entre Direito e Política não poderiam ficar imunes às profundas alterações verificadas, sobretudo quando a cada dia e em cada nova crise se revela a conseqüente inadequação de um quadro jurídico internacional pensado para uma outra realidade. Assim, ao mesmo tempo que aumentam as solicitações para uma crescente intervenção intensiva e extensiva da comunidade internacional, mais evidente surge o desfasamento entre as novas realidades e necessidades da sociedade internacional e o enquadramento jurídico que actualmente a sustenta. Daí resultam inevitáveis riscos de tensão e conflito entre a efectividade da acção reclamada e os limites jurídicos que a condicionam.

Nestas situações há uma enorme pressão, não apenas das partes envolvidas, como da própria opinião pública, para privilegiar a realização pontual e circunstancial dos princípios materiais, mesmo quando eles são expressão de uma ideia de Direito apenas emergente, em desfavor da estrita observância das formas jurídicas gerais e abstractas, eventualmente incómodas e paralizantes. Porém, e infelizmente, também o século xx é fértil em demonstrações de como a prossecução não juridicamente limitada e sustentada de valores materiais, por mais vinculados que eles sejam

à prossecução da justiça, igualdade e liberdade, rapidamente corre o risco de degenerar em abuso de poder e, em última análise, em violação daqueles mesmos valores.

Encontramo-nos perante problemas de uma enorme complexidade, cuja resolução não se compadece com meros e piedosos apelos à reforma ou à adaptação das instituições e do Direito Internacional. É que aquilo que é deveras problemático não é a necessidade da reforma — em que todos concordaremos —, mas antes o sentido e conteúdo que ela deva assumir.

Tomemos, a título de exemplo, o caso do chamado «direito de veto» no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Fácil é constatar a sua inadequação à actual relação de forças internacional e o seu efeito potencialmente paralizante de intervenções necessárias. Difícil é, no entanto, encontrar novos mecanismos que sejam adequados às actuais necessidades, que previnam eventuais tendências hegemónicas potencialmente ameaçadoras da própria subsistência do Direito Internacional, mas que, simultaneamente, sejam aceitáveis pelos Estados com uma posição dominante na comunidade internacional.

No fundo, as dificuldades que hoje vivemos são os afloramentos de uma contradição básica: é que a comunidade internacional só se pôde desenvolver com base em princípios como os da soberania nacional e da não ingerência nos assuntos internos, mas hoje, vinculada que está a prosseguir valores como a justiça, a liberdade, a igualdade, a democracia e os direitos do homem, vê-se obrigada a questionar a intocabilidade dos velhos paradigmas que haviam permitido a sua própria constituição enquanto tal.

Por outro lado, tais dificuldades espelham, e cada vez de forma mais evidente, a contradição inerente a uma comunidade que apresenta aqueles valores como fonte de legitimidade da sua in-

tervenção, mas que só muito limitadamente se mostra capaz de os acolher e reflectir na sua própria organização e estruturação internas.

A época que vivemos coloca-nos, assim, perante problemas de uma enorme complexidade, relativamente aos quais é mais fácil rejeitar pretensas soluções cujo carácter erróneo já foi tragicamente comprovado no século XX que encontrar respostas novas e adequadas.

Parece seguro, de um lado, que os anteriores paradigmas já não correspondem ao actual estágio de desenvolvimento civilizacional. A actual consciência jurídica universal não tolera mais uma comunidade internacional satisfeita no autocomprazimento das realizações que o Mundo desenvolvido obteve nos últimos anos à sombra dos velhos dogmas, enquanto assiste impavidamente, à sua volta, à miséria, à destruição, à desesperança e o atropelo sistemático dos valores em que essa mesma comunidade se pretende fundar.

Neste quadro, o Direito cumpriria um trágico destino se, não só abdicasse da sua função emancipatória de realização da justiça, como ainda pudesse ser invocado como alibi hipócrita de uma passividade intolerável.

Mas, por outro lado, a solução não pode ser a de uma intervenção política pontual e voluntaristicamente decidida à margem ou até contra os limites jurídicos existentes. Por mais bem intencionada que seja, uma actuação política sem Direito pode produzir, no imediato, uma ilusão de eficácia, mas, a prazo, e porque apenas se sustenta na capacidade de imposição do mais forte, gera inevitavelmente novos abusos, novas injustiças e novas desigualdades.

A via de realização da justiça no século XXI terá que ser construída no Direito e através do Direito, por mais contraditórias, difíceis

ou incómodas que se nos apresentem, agora, as reformas institucionais da comunidade internacional e a adaptação correspondente do Direito Internacional.

Há inevitavelmente inúmeros riscos que impendem sobre este processo; com toda a probabilidade, o movimento que vivemos será feito de avanços e retrocessos, tentativas e erros, optimismo e desilusão. Mas, por isso mesmo, precisamos de caminhar ancorados numa estratégia orientadora. Ora, quando olhamos a espiral de tragédias que marcou indelevelmente este século e nos interrogamos como foi possível que um progresso científico e tecnológico sem precedentes fosse acompanhado de um tal cortejo infundável de horrores, a conclusão só pode ser a de fundar aquela estratégia nos valores da tolerância e da inclusão, da democracia e da igualdade, da paz e dos direitos do homem e dos povos.

Esta postura dinâmica e aberta de transformação pressupõe, é certo, a adaptação e inovação, mas também a manutenção e reforço das mais importantes realizações dos últimos séculos, como seja, a do imprescindível papel do Direito como a mais efectiva garantia de limitação do Poder. Continuamos longe, ou, pelo menos, não estamos mais perto da realização da utopia clássica em que, nas palavras de Engels, o governo das pessoas cederia lugar à mera administração das coisas. Logo, a ordenação e limitação jurídica do Poder continuará a ser, no novo século, uma dimensão essencial nas relações entre Estado e Direito. Não um qualquer Direito, note-se, mas um Direito orientado a valores que, na nossa época, não podem ser outros que os valores da justiça e da igualdade, da dignidade da pessoa humana, da autonomia pessoal e dos direitos fundamentais.

Também no plano da política interna a transição de século coloca novos e não menos complexos problemas à função do Direito enquanto limitação do Poder.

Há também, tal como acontece internacionalmente, uma pressão da necessidade de obtenção efectiva e imediata de resultados sobre a manutenção das garantias e direitos individuais.

É que se estes cumpriam, reconhecidamente, uma função insubstituível de protecção nas épocas ou em situações de advento ou ameaça de autoritarismo estatal, são agora muitas das vezes mal compreendidos e criticados como relíquias anacrónicas e dispensáveis. Como se o actual estágio de desenvolvimento democrático das nossas sociedades fosse o fim da história ou como se a democracia ou o desenvolvimento económico constituíssem garantia absoluta contra violações que, por serem pontuais, nem por isso são menos graves ou menos atentatórias da dignidade da pessoa humana. Estas dúvidas ou reservas são pouco significativas num contexto de claro progresso no domínio da sensibilização social e política para a imprescindibilidade da protecção dos direitos fundamentais e das garantias próprias de Estado de Direito. No entanto, embora de forma desfocada, elas convocam a nossa atenção para a necessidade de repensarmos, no contexto das sociedades democráticas e desenvolvidas do final do século, a articulação dos direitos, liberdades e garantias individuais com a prossecução de outros valores comunitários igualmente relevantes.

A perspectiva não pode ser a de opor garantias processuais individuais a, por exemplo, realização de uma justiça célere, até porque, se é certo que não há direitos fundamentais onde eles não possam fazer valer-se judicialmente em tempo útil, também não há administração de verdadeira justiça se ela não se fizer no respeito e observância estrita das garantias fundamentais.

O verdadeiro problema não está numa pretensa incompatibilidade entre valores igualmente dignos de protecção, mas na necessária abertura de caminhos da sua realização optimizada em termos de ponderação e de concordância prática.

No exemplo em apreço, não há um dilema que nos obrigue a optar entre realização da justiça ou garantia dos direitos fundamentais. Há, antes, o problema de evitar que garantias processuais inadequadas redundem, na prática, em meros mecanismos de salvaguarda dos mais ricos, dos mais poderosos ou dos mais hábeis em desfavor da realização da justiça e, conseqüentemente, dos direitos fundamentais dos outros cidadãos. Há, antes, o problema do afinamento e descoberta das garantias processuais que verdadeiramente protejam os cidadãos no labirinto de um mundo que não controlam e onde cada vez mais se defrontam com novos poderes.

O problema não está, recorrendo a outro exemplo, na possibilidade de os cidadãos recorrerem ao Tribunal Constitucional. Estará, eventualmente, na inadequação de um sistema que permite que um advogado conhecedor arraste indefinidamente um processo através da hábil arguição de uma insignificante pretensa inconstitucionalidade de uma norma, mas não permite que um cidadão possa recorrer àquele Tribunal para tutela de um direito fundamental clara e gravemente violado por uma decisão eventualmente prepotente ou, pura e simplesmente, errónea de um juiz.

Estamos presentemente, por outro lado, perante um Direito que foi pensado e cumpria o seu papel enquanto instância de regulação da vida económica, dos conflitos sociais e dos mecanismos de decisão política num Estado soberano e regulador, mas que hoje se vê em grande medida impossibilitado ou, pelo menos, prejudicado no desempenho dessas funções.

Há transformações institucionais que, apesar de voluntariamente decididas, aceites ou assumidas pelo próprio poder político, não deixam, todavia, de significar uma perda substancial de soberania no plano interno e, conseqüentemente, de produzir conse-

quências profundas na ordem jurídica e política dos Estados nacionais. Vejam-se, sobretudo, e para além do aprofundamento e complexificação dos já conhecidos processos de descentralização e autonomia institucional e territorial internamente decididos, a tendência para deslocação do centro de decisões políticas fundamentais para instâncias internacionais, a possibilidade de recurso dos cidadãos nacionais a mecanismos de controlo jurisdicional internacional sobre as decisões políticas, administrativas ou judiciais internas, e, de uma forma geral, os profundos efeitos fácticos e jurídicos derivados dos processos de globalização económica. Por outro lado, e constituindo uma perigosa e importante ameaça que os Estados nacionais têm que enfrentar, desenvolveu-se, nos últimos anos, todo um conjunto de dificuldades derivadas do surto e ramificação de poderosas formas de economia subterrânea, de branqueamento de capitais, de emergência de redes de influência e de pressão não publicamente conhecidas e controladas. Mas, com cobertura da lei, assistimos também à concentração de poderes e acumulação de influência por parte de grupos que se constituem em novos poderes fácticos perante os quais o cidadão comum é deixado totalmente desarmado por um Direito estatocêntrico e baseado em concepções de direitos fundamentais predominantemente orientadas para a protecção do indivíduo isolado face ao Estado.

Assim, os mecanismos de regulação, controlo, limitação e participação aperfeiçoados durante décadas no plano nacional, se bem que imprescindíveis, são agora confrontados com os problemas da sua questionável adaptação e generalização às relações de interdependência, cooperação e integração internacional e com a sua duvidosa capacidade de resposta a formas até agora desconhecidas de exercício real de poder político, económico e social.

Estas novas circunstâncias produzem um enorme desgaste nas instituições e geram ondas de insegurança, insatisfação ou desconfiança dos cidadãos relativamente ao respectivo funcionamento. Nessa medida, projectam-se sobre toda a ordem jurídica e política nacional. Não apenas sobre o plano do Direito enquanto regulação da vida social e económica, mas também sobre as suas funções de ordenação do poder político, de limitação dos poderes e de protecção das garantias individuais. Não apenas sobre a estruturação e o funcionamento geral da democracia representativa, mas também sobre o exercício concreto dos direitos políticos, de participação e de cidadania.

São enormes e complexas, como se vê, as solicitações que o novo século coloca ao Direito e aos juristas.

A caracterização desta realidade como significando uma «crise» (seja da Justiça, do Direito ou do Estado Social) já não contribui, por tão banalizada e recorrente, para a tomada de consciência da gravidade dos problemas de que tratamos. Preferiria, por ser mais positivamente iluminante, a ideia de que às nossas sociedades é imanente uma dinâmica de permanente transformação e conseqüente necessidade de permanente adaptação das instituições e do Direito e é perante essas responsabilidades que todos nos encontramos.

Estes problemas, que tantas vezes se nos afiguram imensos e sem soluções fáceis nem imediatas, não nos devem levar a uma atitude passiva, céptica ou mesmo niilista. Obrigam-nos, pelo contrário, a ter a coragem e a responsabilidade de eleger valores, escolher caminhos, defender convicções.

Não podemos aceitar que as inquietações, dúvidas e perplexidades do tempo que vivemos levem, tantas vezes com propósitos inconfessáveis, à exploração do irracionalismo mais primário, da superstição mais grosseira, do fundamentalismo mais agressivo.

A única maneira de não sermos paralisados pela incerteza e pela imprevisibilidade é encará-las, através de estratégias adequadas, como sendo co-naturais aos problemas. Estratégia significa isso mesmo: a abertura de vias de progressão de conhecimento e de acção por entre a complexidade e a incerteza.

Sabemos hoje que as sociedades são organismos em equilíbrio dinâmico nunca definitivo, flutuante e variável, percorridas por factores contraditórios de coesão e de desagregação. As necessidades de permanente reforma, inovação, transformação e adaptação são co-naturais à própria dinâmica da vida e dos Estados democráticos dos nossos dias.

Sem a tentação das soluções fáceis mas redutoras e ilusórias, precisamos de nos habituar a pensar e a agir sobre o que é complexo, desconhecido e aleatório, rejeitando o pensamento único e unidimensional, ligando o que está isolado e estando atentos à multidimensionalidade dos problemas.

É por isso que, ao contrário das antigas formas de previsão, que partiam da regularidade e da repetição, a moderna prospectiva assume a complexidade e a incerteza, sabendo que o futuro não está sujeito a leis deterministicas, pois resulta de uma mistura de necessidade, de estabilidade e de regularidade, mas também de acasos, de rupturas, de erupções e de vontades, até porque é sempre construído por grupos humanos que procuram realizar projectos e interesses muitas vezes contraditórios.

Qualquer presente tem sempre à sua frente uma pluralidade de futuros. A escolha dos futuros possíveis e a invenção de alguns outros que parecem mesmo impossíveis é da nossa responsabilidade e essa pode ser exercida com a eleição de valores.

Tal é o ensinamento que recebemos dos acontecimentos que, nas últimas décadas do século, mudaram o Mundo. Essa tem sido também para nós, portugueses, a lição que nos é dada pelos vinte

e cinco anos que estamos a comemorar e que constituem um riquíssimo património de experiência.

Iniciamos o novo século perante três grandes e preocupantes questões: a do ecossistema e da capacidade de avaliar as suas alterações; a da solidariedade e da luta contra a exclusão e as desigualdades, a dos fundamentalismos e do combate pelo melhor conhecimento dos outros e de nós próprios.

A excelência de uma preparação científica e técnica que se abra decididamente às novas realidades e interrogações, mas, simultaneamente, integre os valores comunitários de justiça, igualdade, participação e democracia que constituem o legado mais positivo das realizações do nosso tempo será um factor decisivo no sucesso com que enfrentaremos os problemas do novo século.

Ao pensamento da complexidade no domínio filosófico e cognitivo deve corresponder, como defende Edgar Morin, no plano político e social, o pensamento da solidariedade. Perante a crise de algumas formas tradicionais e localizadas de cooperação e entreatajuda, precisamos de reforçar a coesão da sociedade, considerando a solidariedade não apenas como um valor moral, mas como um valor social que responde à insegurança gerada pela incerteza, que por vezes se traduz também numa «crise de futuro». O futuro não é mais uma via de sentido único, para o qual é possível termos previamente um mapa de estradas. O futuro é um caminho que se faz caminhando.

Sabemos que a complexidade da nossa época e dos problemas que nos põe exige maior informação, mais esclarecimento, mais comunicação, mais participação, mais ciência, mais consciência. O próprio destino das sociedades democráticas depende, em larga medida, disso mesmo. Não podemos aceitar um Mundo ou uma sociedade atravessada por um novo e ainda mais terrível, dualismo — de um lado os poucos que possuiriam tudo, poder,

saber, tecnologia, informação, dinheiro, capacidade de decidir, de escolher, de manipular; do outro, os muitos que nada teriam e nada poderiam. Nessa sociedade, que constituiria uma nova e mais perversa versão da profecia de Orwell, não haveria nem liberdade, nem progresso, nem cidadania, nem participação.

É necessário compreendermos que não há neste mundo soluções reais que não sejam globalmente partilhadas. Ou seja, é preciso instalar uma cultura de cooperação, abandonando a ideia de que pensar o futuro é algo que nos não compete por não podermos dirigir os destinos do planeta.

Sabemos, sobretudo, que as soluções terão de ser procuradas através de uma estratégia firmemente ancorada em princípios de justiça que não se encontram, seguramente, num quadro desregrado de mecanismos em que prevaleça a lei do mais forte e que desprezem, humilhem e anulem os valores e as iniciativas dos outros.

O Direito e a Justiça estão, pela sua própria natureza e função, no centro das mudanças e das transformações que temos vivido e, não tenhamos ilusões, continuaremos a viver no início do novo milénio.

Significa isso que debates como o que este Ciclo propôs representam uma tomada de consciência do que está em causa e dos valores que é imperioso defender. E, como sabemos, tomar consciência é a primeira condição para que a nossa liberdade se afirme como um valor universal que faz da condição humana uma aventura portadora de futuro.

SESSÃO DE ABERTURA DAS JORNADAS

DA «INTERNATIONAL

AND PENITENCIARY FOUNDATION»

Lisboa

22 de Maio de 1999

Compreenderão VV. Ex.^{as} que, tendo percorrido a barra dos tribunais vinte e cinco anos a fio, e, como simples operário da luta pelas liberdades, aí tenha levantado a voz em defesa dos direitos humanos, desdenhados pela ditadura deposta em 25 de Abril, me sinta especialmente honrado por estar, hoje, na sessão inaugural destas Jornadas da Fundação Internacional Penal e Penitenciária, colégio de sábios que, há décadas, vem reflectindo sobre a prevenção do crime e o tratamento dos delinquentes e tem contribuído, de modo singular, para o aperfeiçoamento dos sistemas penais e penitenciários do mundo contemporâneo.

Esse contributo, que, no plano prático, tem o seu ponto alto nas «Regras Mínimas para o Tratamento de Delinquentes», elaboradas, em 1955, pelo 1.º Congresso da ONU sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes, com base no trabalho científico da FIPP, jamais se afastou do que tem sido a ideia rectora e o limite de todo o trabalho científico desta Fundação — os direitos humanos e a sua defesa.

E por isso a temática dos «Direitos Humanos e Detenção Penal», no Colóquio Internacional de Neuchâtel de 1992, ou os «Aspectos Legais da Prevenção do Crime», nas Jornadas de Berlim de 96, sem esquecer o tema da «Detenção Policial à Luz das Garantias dos Direitos Humanos» nas Jornadas de Macau de 94, numa atitude pioneira de levar ao Extremo Oriente a reflexão e a mensagem dos direitos humanos, exactamente no território que me-

lhor simboliza o diálogo Oriente/Ocidente e as promessas de enriquecimento mútuo que contém.

Para esta escolha feliz contribuiu, decisivamente, o Prof. Jorge Figueiredo Dias, que, com assinalável brilho, vem presidindo à FIPP desde 1990, juntando ao seu trabalho científico, de reconhecido mérito, e ao seu labor de docente e de responsável por muitas das reformas penais dos últimos anos, este serviço à comunidade jurídica internacional, que honra a Faculdade de Direito de Coimbra e honra Portugal.

Comunidade jurídica internacional que não pode, não deve, esquecer a África, esse extenso continente tantas vezes perturbado por sucessivas lutas de procura e consolidação de identidades, e cuja estabilização em muito dependerá do esforço de integração de que a FIPP dá exemplo com a admissão da África do Sul e o assento, como membro correspondente, de Cabo Verde, país a que nos ligam laços especiais de amizade e cooperação. Aos seus representantes, uma saudação especial.

Uma palavra, também, para os representantes da *Association Internationale de Droit Pénal*, da *Société Internationale de Criminologie* e da *Société Internationale de Défense Sociale*. E uma palavra de estímulo, para que prossigam na cooperação que, de parceria com a FIPP, vêm realizando no Comité Internacional de Coordenação, que tão valioso contributo tem prestado para os trabalhos dos Congressos quinquenais das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Controlo da Delinquência.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O tema que nestas Jornadas é proposto para reflexão — «Novas Orientações do Regime Prisional» — revela-se de irrecusável actualidade.

O crescimento económico, a rápida alternância de ciclos de expansão com ciclos de recessão, o desemprego, a exclusão social,

a droga, as condições de vida dos meios urbanos, têm constituído importantes factores de indução da criminalidade, condicionando, ainda, o modo como a comunidade se representa o crime e as reacções sancionatórias a que dá lugar.

E porque a criminalidade de rua, sobretudo ligada à droga, gera, compreensivelmente, um nível apreciável de insegurança urbana, a tendência social é para pedir mais, e mais graves, penas de prisão e para o acompanhamento distraído do que se passa dentro dos estabelecimentos prisionais.

Daí às conhecidas derivas securitárias, que concebem a prisão como simples meio de incapacitação do delinquente, o passo é curto e não raro tem sido objecto de inaceitável demagogia.

Contra isso, continuarei a fazer o discurso da cidadania, porque se há uma cidadania da vítima e irrecusáveis exigências de segurança social, há também uma cidadania do delinquente, *maxime*, do recluso, tanto mais carente de tutela quanto o módulo prisional o coloca em especiais condições de vulnerabilidade.

Temos nesse domínio uma magnífica tradição, tributária do ideário socializador que Beleza dos Santos, pioneiro do controlo jurisdicional da execução de penas, tão bem protagonizou, dentro e fora de portas, a partir dos anos 30, e que se expressa na reforma de 79, verdadeira e própria lei fundamental da execução de penas e de medidas de segurança privativas da liberdade, que emparceirou com o amplo movimento legislativo verificado na década de 70. É que se é essencial dispor de uma lei penal e de processo que realize os valores expressos nos direitos humanos, universalmente declarados e reconhecidos, tanto ou mais importante é garantir que, aplicada a pena, a sua execução não passe apenas por uma perspectiva asilar e marginalizante, que degrade o cidadão recluso, que é sujeito de direitos, em mero objecto de poderes, tantas vezes incontrolados.

E por isso o tema destas Jornadas se revela tão actual e decisivo. É que o direito penitenciário, para que o recluso continue a ser cidadão, tem de deixar de viver na situação de pobreza envergonhada a que, amiúde, é votado, no compêndio das disciplinas criminais, e aproveitar esta oportunidade, em que a sobrelotação das cadeias faz título por esse mundo fora, para se firmar como garante de que a reclusão e marginalização de alguns, sem tutela dos direitos fundamentais, nem é justa para com eles, nem é exigida, necessariamente, pela segurança de todos.

A comunidade jurídica portuguesa não sofreu, pelo menos de modo significativo, o choque dos chamados «modelos penais de justiça», que, balizados, nos extremos, ora por inspirações libertárias, ora por ideologias de segurança, acompanharam o desencanto e, não raro, os abusos a que deu lugar o ideal socializador. A geografia destas Jornadas é, assim, propícia para constatar que se os «modelos penais de justiça» não cumpriram os objectivos que se assinalaram — decréscimo de criminalidade, maior celeridade do sistema judiciário, melhoria das condições de detenção e de motivação das *performances* dos agentes prisionais — tiveram, todavia, o mérito de colocar em cena os direitos fundamentais do recluso, e a imprescindibilidade de qualquer modelo de tratamento ter de ficar sujeito ao regime garantístico que eles expressam.

Restaurado o sentido de recuperação social da pena de prisão, então a sua eficácia exige que se estabeleça entre o recluso e a administração prisional uma relação de direitos/deveres recíprocos e que o modelo de tratamento se funde na voluntariedade. Possa a vossa reflexão explorar estas vias e, à semelhança do que ocorreu com as «Regras Mínimas», verem projectado nas condutas e incorporado nas leis o labor científico feito actor de mudança.

Trata-se de uma exigência da cidadania, em que não me cansarei de insistir.

Se punir é um direito do Estado, então corresponde-lhe o dever de preparar o recluso para o regresso à vida social, que a prisão é Quaresma e não uma penitência sem sentido, nem destino. E porque assim é, o módulo prisional deve prefigurar o modelo social em que o recluso se reintegrará, o que implica normalização, apenas com as limitações necessárias, da vida prisional; estabelecimento, no âmbito de execução de pena, de relações de liberdade/responsabilidade; e criação de mecanismos que compensem a *diminutio* em que o recluso se encontra — serviços de saúde, de formação profissional, de trabalho voluntário, de animação cultural —, sob pena de a desigualdade, que a prisão necessária e licitamente comporta, se degradar em desigualdade *tout court*; no limite, em injustificada discriminação, que a ética censura e a Constituição da República proíbe.

Quando a população prisional é composta, em grande percentagem, por toxicodependentes, seropositivos, estrangeiros, reclusos com penas de longa duração ou problemas de saúde mental, *ergo*, com os níveis de dessocialização que já trazem consigo quando ingressam nos estabelecimentos prisionais, então aquela abordagem é irrenunciável. De outro modo, as prisões não serão mais do que marginalidade; agora *ex lege*, é verdade, mas com as mesmas virtualidades criminógenas da que gerou o delinquentes e o seu crime.

Torna-se, por outro lado, necessária uma adequada cooperação e coordenação entre a administração penitenciária e as entidades, sejam estaduais, sejam da sociedade civil, que possam contribuir para o desiderato da reintegração no termo do cumprimento da pena, à míngua do que todo o projecto de recuperação social poderá falir.

Minhas Senhores e meus Senhores

A consideração do regime prisional numa perspectiva ético-jurídica de recuperação social do recluso é uma exigência da cultura que professamos e do Estado de direito que informa esta comunidade. Mas é também uma condição de eficácia do próprio sistema que, recusando a incapacitação como o fim universal das penas de prisão, tem então de organizar os meios que impeçam a dessocialização e promovam a não-dessocialização.

Que na reflexão agora iniciada sobre «Novas Orientações do Regime Prisional» se não perca de vista que, nas prisões e seu regime, está comprometida uma questão essencial — sermos todos, reclusos e não reclusos, cidadãos.

SESSÃO DE ABERTURA
DA XXIV REUNIÃO INTERNACIONAL
DA AMNISTIA INTERNACIONAL
Tróia
13 de Agosto de 1999

Quero, em primeiro lugar, agradecer o amável convite para me dirigir a esta Convenção da Amnistia Internacional, convite a que acedo com muito gosto, dado o alto apreço que nutro pela actividade da vossa organização. Aproveito, aliás, a ocasião para prestar homenagem à Amnistia Internacional, cuja acção tanto tem contribuído para a salvaguarda dos direitos humanos por esse mundo fora.

Muitos são os portugueses devedores à Amnistia Internacional pelos seus esforços em prol de todos aqueles que, por motivos políticos ou de consciência, foram perseguidos, aprisionados, vítimas de maus tratos e de abusos de toda a ordem.

Quero igualmente manifestar a minha solidariedade com a campanha para a abolição da pena de morte conduzida pela Amnistia Internacional. Portugal, que aboliu esta sanção desumana em 1861, tem-se batido incansavelmente por esse objectivo. Estou certo que os vossos esforços darão um contributo importante para uma tomada de consciência mais larga e aprofundada, a nível internacional, de que a pena de morte já não deve ter lugar em nenhuma comunidade civilizada.

Quero, ainda, enaltecer aqui o labor desenvolvido pelas Organizações Não-Governamentais, das quais a Amnistia Internacional foi pioneira. A actividade das ONGs tem dado uma contribuição inestimável para despertar a consciência da opinião pública para as violações de direitos humanos em todo o mundo e a sua

acção no terreno, tantas vezes mais célere e eficaz do que a dos Governos, desempenha hoje em dia um papel insubstituível na assistência humanitária a nível internacional.

A defesa dos direitos humanos e dos valores humanitários é um tema que tem vindo a ganhar crescente relevo na agenda política internacional. Afirma-se por todo o mundo a consciência de que a dignidade do ser humano e o respeito pelos seus direitos inalienáveis são valores universais que não podem ser escamoteados nem ignorados, a pretexto do primado da soberania.

Reconheceu-se progressivamente que os direitos humanos deixaram de ser uma questão puramente interna a cada Estado e que a condenação das suas violações, sobretudo quando assumem um carácter sistemático, interessam o conjunto da comunidade internacional. Os princípios consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Dezembro de 1948, obtiveram crescente aceitação e venci-mento: o princípio de que o reconhecimento da dignidade inerente a todo o ser humano e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da justiça, da liberdade e da paz no mundo; o princípio de que há uma concepção comum dos direitos e liberdades fundamentais e de que a sua tutela tem uma dimensão universal; e ainda o princípio de que a organização política e a ordem jurídica dos Estados deve orientar-se pelo fim essencial da protecção dos direitos do homem.

Tudo isto representa um avanço notável no caminho para uma ordem internacional mais justa e solidária, baseada em critérios éticos mais do que na defesa de interesses egoístas. Portugal tem-se batido por esta concepção da política internacional, fazendo da defesa dos direitos humanos uma pedra basilar da sua política externa. Batalhámos sem descanso, durante mais de duas décadas, pela causa de Timor-Leste, pelo direito à autodeterminação do seu

povo e pelo respeito dos direitos humanos naquele território. Foi um combate difícil e é de elementar justiça reconhecer aqui a grande ajuda que recebemos das ONGs e da própria Amnistia Internacional. É pois com legítima satisfação que encaramos hoje o processo político em curso naquele território. Não subestimamos as dificuldades que ainda terão de ser vencidas para o levar a bom porto, mas a evolução da situação nas últimas semanas constitui motivo de ânimo. Apesar da situação de segurança inspirar ainda cuidados, o processo de recenseamento constituiu um inegável sucesso. As próximas semanas serão cruciais. Serão necessárias paciência, vigilância e determinação. Portugal, posso asseverar-vos, continuará totalmente empenhado em garantir que o povo de Timor, tão injustamente martirizado, tenha finalmente a oportunidade de se pronunciar sobre o seu futuro, em condições dignas e de liberdade. Pela nossa parte, não pouparemos qualquer esforço para o conseguir.

Qualquer que seja o resultado da consulta marcada para o dia 30 de Agosto, haverá que considerar-se uma vitória o facto dela se realizar. Cabe aqui prestar homenagem às Nações Unidas, pelo profissionalismo e isenção que têm demonstrado na condução de todo este processo. Mas a vitória pertencerá acima de tudo ao heróico povo timorense, cuja abnegação, coragem e determinação não é demais realçar neste momento decisivo para o seu futuro.

Senhor Presidente

Senhores Delegados

O respeito pela pessoa humana, pela sua dignidade, pela igualdade de oportunidades que a todos deve ser oferecida, a rejeição de qualquer tipo de discriminação étnica ou religiosa, o combate sem tréguas contra o racismo e a xenofobia são valores e dimensões que se têm de impor a todos os Estados e critério incontornável do relacionamento internacional.

São valores que naturalmente alteram a maneira tradicional de conceber as relações entre Estados, que estabelecem limites à sua acção soberana, afectando a validade de conceitos que fizeram o seu tempo. Mas são valores que se impõem em nome do progresso da Humanidade, da paz e de uma efectiva estabilidade da ordem internacional no quadro de um processo acelerado de globalização que não desejamos apenas ditado pelas leis do mercado, mas igualmente enquadrado por valores de justiça, solidariedade e respeito pela dignidade da pessoa humana.

Forçoso é reconhecer, contudo, que nos falta ainda percorrer um longo caminho até podermos dar por adquirida essa visão das relações internacionais. Não podemos ignorar que, no relacionamento entre os Estados, a defesa dos direitos humanos entra às vezes em colisão com o respeito devido à soberania alheia ou interfere com outros interesses, de ordem política, económica, ou outra, porventura menos nobres mas igualmente legítimos, os quais também compete ao Estado defender.

Por isso, a acção dos Estados em prol dos direitos humanos na vida internacional é temperada por considerações de vária ordem e nem sempre é assumida com total imparcialidade e isenção.

É por isso que a actividade de organizações como a vossa, bem como de outras ONGs, assume um carácter tão importante. Alheias aos interesses tantas vezes contraditórios que tolhem a acção dos Estados nestas matérias, podem dedicar-se, de corpo e alma, à defesa das causas nobres que são a sua razão de ser. Merecem por isso a nossa gratidão e aplauso. Gostaria por isso de terminar esta curta intervenção, deixando a todos os delegados da Amnistia Internacional presentes nesta sala uma palavra de agradecimento e apreço pelo vosso esforço altruísta. Muito obrigado pela vossa atenção.

SESSÃO COMEMORATIVA DO 150.º ANIVERSÁRIO
DO TRIBUNAL DE CONTAS

Lisboa

10 de Novembro de 1999

É com grande satisfação que presido a esta cerimónia que assinala a passagem de 150 anos sobre a criação do Tribunal de Contas.

A história desta casa está intimamente ligada à história da Administração Pública e das Finanças Públicas portuguesas.

A criação do Tribunal de Contas, pelo Decreto de 10 de Novembro de 1849, insere-se no contexto de uma necessidade, vivamente sentida, de modernização da Administração e de contenção das despesas públicas.

É elucidativa, a esse propósito, a discussão parlamentar ocorrida por ocasião da aprovação da lei de autorização legislativa que propiciou o referido decreto; e é também muito elucidativo que a Constituição de 1838, bem como o Acto Adicional de 1852 contivessem normas nas quais se dispunha sobre a existência de um Tribunal de Contas.

A instituição assim criada sob o impulso modernizador do liberalismo, aproveitando embora uma tradição de séculos no domínio da fiscalização dos dinheiros públicos apresentava, no entanto, características muito marcantes e inovadoras em relação a experiências precedentes: um estatuto de assinalável independência dos seus juízes e a fixação de uma competência de fiscalização claramente diferenciada da competência de administração.

Ao longo de 150 anos a evolução da instituição não foi linear, acusando, naturalmente, as vicissitudes políticas do país.

Sob o regime derrubado em 25 de Abril, o Tribunal de Contas, embora revestido de grande dignidade formal — como se ilustra até pela grandeza desta sala das sessões em que nos encontramos — foi transformado em mero braço disciplinar da actividade financeira da Administração Pública, no âmbito das reformas empreendidas logo nos anos trinta.

Com a Constituição de 1976, o Tribunal de Contas readquire o seu estatuto constitucional e ganha um lugar de corpo inteiro, que nunca havia tido, ao lado dos restantes tribunais.

E foi na sequência deste estatuto constitucional, aliás melhorado nas revisões de 1989 e 1997, que o Tribunal adquiriu a sua actual fisionomia, através da legislação estatutária publicada nos últimos anos, e de que lhe adveio um alargamento significativo da sua competência e da sua jurisdição.

Para além daquilo que resultou directamente dos textos legais, o Tribunal, pela acção dos seus juizes e pelo labor incansável dos seus técnicos, alcançou um significativo prestígio na sociedade portuguesa. De resto, é inegável a importância crescente que nas sociedades democráticas assumem as instituições de controlo externo e independente das finanças públicas.

A contradição latente entre as necessidades sociais, que exigem crescentes gastos públicos, e a dificuldade de aumentar as receitas, por possível indisponibilidade dos cidadãos para suportar agravamentos da carga fiscal, apenas pode atenuar-se por uma gestão rigorosa dos recursos disponíveis, pautada por regras de economia, eficiência e eficácia.

Por outro lado, a arrecadação das receitas apenas pode impor-se moralmente aos cidadãos contribuintes se for acompanhada de racionalidade e probidade na execução das despesas.

É certo que é ao Parlamento que compete, em primeira linha, como assembleia representativa dos cidadãos e como órgão don-

de emana o Orçamento, a fiscalização da execução orçamental e a aprovação das respectivas contas.

E é também no Parlamento que deve fazer-se a avaliação da gestão, em termos de responsabilização política por deficiente ou ineficaz execução dos Orçamentos.

Na verdade, constitui sequência necessária desse momento marcante e significativo da democracia representativa que é a aprovação do Orçamento o acompanhamento parlamentar, atento e interessado, de todo o ciclo orçamental.

Mas justamente para acorrer a esta nobilíssima parcela da actividade parlamentar é imprescindível o apoio de instituições superiores de controlo como o Tribunal de Contas.

Assim sucede na generalidade dos países democráticos em que o beneficiário por excelência da actividade destas instituições é o Parlamento; será desejável que, cada vez mais, assim seja entre nós.

Uma evolução nesse sentido, bem como a crescente complexidade das tarefas do Estado com repercussões financeiras, aconselha, de resto, a uma reflexão sobre a própria natureza desta instituição. Concebida conceitual e constitucionalmente como um Tribunal – órgão que administra a justiça – há-de ter-se em conta que esta configuração pode não esgotar a vasta competência de que desfruta nem a capacidade de actuação que possui.

Recordemos, por exemplo, questões relacionadas com o poder de iniciativa, que detém, de desencadear por si só, sem dependência de qualquer outra entidade, o impulso fiscalizador.

Ou de como compatibilizar o estatuto judicial e o facto de no seu seio se desenhar a acusação e se ditar a sentença, utilizando em ambas as vertentes a mesma actividade de um corpo de funcionários especializados como é o dos Serviços de Apoio.

Uma palavra final para referir um aspecto da maior importância na actividade do Tribunal de Contas.

O Tribunal têm, normalmente, perante si, titulares de cargos políticos, altos funcionários, decisores públicos. Não é fácil ser gestor da coisa pública em Portugal. Sei do que falo por experiência própria.

Sei bem o que é a complexidade do acervo legislativo com que se tem de lidar no desempenho de cargos públicos.

As normas legais apelam ainda, frequentemente, à mera regularidade formal em desfavor da gestão racional dos dinheiros públicos. Há uma tendência, velha de muitas décadas, de tudo regular minuciosamente, pela via legal, num paternalismo que sufoca a autonomia e o desempenho dos gestores.

Reconheço também quão difícil é, a uma instituição como este Tribunal, a aplicação do direito nestas circunstâncias.

Espera-se do Tribunal de Contas, um incremento da sua capacidade de diálogo com o legislador, da capacidade de o influenciar e de o sensibilizar, dado o excepcional ponto de observação que ocupa sobre a Administração Pública.

Mas também pode esperar-se, obviamente sem quebra da sua competência, um reforço das potencialidades do Tribunal no diálogo com os próprios titulares de cargos públicos, numa função pedagógica e orientadora da maior importância.

A modernização do Estado e da Administração Pública é uma tarefa crucial do nosso presente e nenhuma instituição pode alhear-se dela.

Precisamos de levá-la a cabo com entusiasmo e esperança, assumindo naturalmente algum risco, combatendo o conformismo e a lassidão.

Queremos poder contar com esta Instituição nesse caminho que necessariamente temos de trilhar, rumo ao futuro.

SESSÃO SOLENE DE ABERTURA
DO ANO JUDICIAL
Supremo Tribunal de Justiça
25 de Janeiro de 2000

No momento em que a inquietação com o estado da Justiça atravessa, fundadamente, toda a comunidade, não quero deixar sem uma palavra de apreço todos aqueles que, com enorme empenho e dedicação — magistrados, advogados, solicitadores, oficiais de justiça — têm contribuído, em condições particularmente adversas, para que a administração da Justiça se faça — com múltiplos bloqueios, disfunções várias, inaceitável morosidade, é certo, mas garantindo, apesar disso, o essencial da segurança das pessoas e dos bens, sem a qual soçobriariam os próprios fundamentos do Estado.

Esta palavra de apreço, que é justa e que é devida, não se esgota, todavia, em si própria.

Pretende ainda significar que a abordagem dos graves males de que padece o sistema judiciário tem de ser feita com o senso e a ponderação de quem sabe que se a mudança é imprescindível e inadiável, a sua própria natureza e objectivos impedem resultados de um dia para o outro.

Exige-se, por isso, no entretempo, uma consciência expressa e vigilante quer das debilidades, quer das valias do sistema, sob pena de a exclusiva acentuação das fragilidades distorcer a realidade e ser factor de acrescida descredibilização da Justiça e dos seus agentes.

Com o que todos perderíamos.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Tenho privilegiado a abertura solene do ano judicial, quando se reúnem os mais altos responsáveis pela administração da Justiça e larga audiência dos seus vários agentes, para uma chamada de atenção sobre alguns dos males do sistema e riscos que comportam, *pari passu* com a identificação de vias de abordagem de soluções e de remédios.

Referi-me, então, à toxicodependência como factor de criminalidade, à insuficiência de resposta à intranquilidade urbana, à frequente impunidade dos poderosos, aos excessos da prisão preventiva, ao escândalo das prisões sobrelotadas e doentes, com a maior taxa média de encarceramento de toda a Europa, à confrontação, ora expressa, ora enviesada entre agentes do poder político e do poder judicial. Sem esquecer as crispações corporativas e a progressiva constatação de que a Justiça, sendo serviço público, com frequência prestava mal ou a desoras as utilidades que a justificam, exigindo-se uma ordenação do sistema de harmonia com os novos saberes no domínio da concepção e gestão de organizações e de procedimentos.

De alguma coisa valeu.

Cito, a título de exemplo, a toxicodependência, responsável por larga fatia da insegurança urbana, que passou a ser considerada como exigindo intervenções de natureza vária, com abandono da perspectiva tradicional de tratamento do fenómeno da droga no mero circuito da repressão; ou a diminuição do uso da prisão preventiva, agora ordenada de modo mais criterioso, e com melhor avaliação da sua necessidade em concreto, como a estatística tem evidenciado; ou ainda a intenção proclamada de aplicar à mudança do sistema judiciário os novos métodos de gestão de organizações e de procedimentos, que exigem colaboração pluridisciplinar entre juristas e gestores, cujos saberes di-

ferenciados são, todos eles, indispensáveis para a reforma da Justiça.

Devo, no entanto, reconhecer que o aplauso suscitado pelas anteriores intervenções nesta sede e pelas iniciativas que propus, nem sempre foi acompanhado quer nas intenções, quer nos actos. Apesar disso, não posso, não devo esmorecer.

É esse o imperativo da cidadania e da função suprema para que fui eleito. E não serão razões de calendário político que levarão o Presidente da República a mudar o tom e os termos em que tem intervindo nas anteriores sessões de abertura do ano judicial.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Entrados no ano 2000, o sentimento de Justiça da comunidade é, de novo, abalado, agora pelo risco de prescrição do procedimento criminal de casos que, pela sua natureza e gravidade, foram causa de profunda e compreensível perturbação da confiança nas instituições, que só o apuramento de responsabilidades em Juízo e o julgamento tempestivo dos eventuais culpados poderia restabelecer de modo pleno. E vem isto de par com a divulgação dos milhares de casos prescritos nos últimos anos, a suscitar compreensível perplexidade.

Pôs-se o acento tónico na inaceitável morosidade dos procedimentos; e medidas foram, em boa hora, tomadas, para ajuizar se a negligência de alguns não se terá associado à lentidão do próprio sistema.

Mas convém não esquecer que a responsabilidade desta situação terá de ser partilhada com o legislador de 87, que, sem se dar conta das consequências que as alterações então introduzidas na lei de processo traziam para a prescrição do procedimento criminal, manteve essa desatenção até 1995, deixando o sistema, quanto a este período de tempo, desarmado contra os males, que são de décadas, da lentidão dos processos.

E isto porque, relativamente a todos os crimes praticados entre 1988 e 1995, deixou de ser possível beneficiar da ampliação que, na prática, sofria o prazo de prescrição do procedimento criminal, por via de um acto processual que tinha esse efeito ampliativo, e que, com o Código de Processo Penal de 1987, desapareceu da nossa ordem jurídica, sem nada de equivalente que o substituísse. É bom que a comunidade saiba que esta omissão legislativa é irreparável, seja pela Assembleia da República, seja pelo Governo; e que só a aceleração dos processos criminais relativos àquele período, que ainda se encontram pendentes, impedirá que, aqui e ali, sejamos defrontados com novas situações de prescrição e com o cortejo de danos daí emergente.

E isso conduz-nos à questão que, afligindo a Europa inteira — não tenhamos ilusões — assume entre nós contornos particulares — a morosidade dos processos judiciais, a impedir uma decisão pronta e eficaz das questões submetidas a Juízo, sem o que não é possível falar de verdadeira Justiça.

Tem sido traçado o quadro de razões que explicam a inaceitável lentidão do sistema judicial, com largo consenso, no diagnóstico, entre decisores políticos e agentes da Justiça. E se divergências se suscitam no domínio das soluções, todos conviremos em que a mudança terá de se fundar numa cultura de rigor e de responsabilidade, que todos assumam e que a todos se aplique.

E é, por isso, que se impõe, desde logo, ter por claro que o facto de constituir regra comum de todas as profissões forenses serem os magistrados, os advogados, os solicitadores, os oficiais de justiça, servidores do Direito, tal não passará de pia intenção, enquanto não tiver correspondência adequada no estatuto de cada profissão. A tutela que esse estatuto comporta será, por certo, reforçada, pelo brio profissional de tantos deles e pela ética irrepreensível com que exerçam a sua função.

Mas a garantia de um estatuto, se sai fortalecida pela virtude de cada um, não é nela que tem de assentar, mas na sanção que corresponda à sua violação.

A experiência de mais de vinte e cinco anos de exercício da advocacia, autoriza-me a recordar perante VV. Ex.^{as}, com conhecimento de causa, o rigor e a responsabilidade que é o quotidiano da vida dos advogados.

Nesse quotidiano, por exemplo, a propositura de acções tem de ser feita dentro dos prazos previstos na lei; as pretensões da contraparte, contestadas em tempo; as testemunhas cujos depoimentos podem fazer absolver o réu hão-de ser apresentadas no período assinalado pela lei; e o recurso de uma sentença que manda encarcerar o constituinte tem de ser interposto no prazo legal.

Se o advogado assim não fizer, deitará a perder a causa que lhe foi confiada, tantas vezes com lesão definitiva e irreparável dos interesses ou da liberdade dos constituintes e, portanto, da própria Justiça.

E digo da própria Justiça, porque a lei quer que os direitos contestados, ou em risco, sejam protegidos pelos tribunais; que as pretensões de cada um não sejam decididas sem audição da contraparte; que a sanção pelo crime imputado a um arguido não se aplique sem a produção das provas de que ele disponha para contrariar a acusação; ou que uma condenação em primeira instância não determine a prisão do acusado sem que um tribunal de recurso a reaprecie.

Ora, quando os advogados não cuidam, no tempo legalmente determinado, dos interesses dos seus constituintes, ou quando, por sua negligência, cometem um erro profissional que lesa tais interesses, estão sujeitos a punição disciplinar e obrigados a indemnizar os constituintes pelos prejuízos causados.

E é por isso que, para cumprirem em tempo e tratarem de modo profissionalmente eficaz as causas que lhe são confiadas, têm de limitar a quantidade de mandatos que aceitam.

É esta exigência de rigor e de responsabilidade que tem de ser estendida aos magistrados judiciais, ao Ministério Público e aos oficiais de Justiça.

A benefício de uma Justiça pronta e eficaz, sobretudo quando sabemos que é aí que reside um segmento importante da morosidade na sua administração.

É, na verdade, inaceitável que os prazos para os actos dos magistrados e das secretarias judiciais sejam tão-só ordenadores, isto é, uma referência meramente programática, e não representem, com rigor, o tempo de duração de um processo.

Para que deixe de ser assim, para que, também eles, estejam obrigados a um estatuto de rigor e de responsabilidade, tornam-se necessárias condições.

Por um lado, que, em cada período de tempo, os processos a cargo de cada magistrado e, portanto, das respectivas secretarias, não ultrapassem um limite razoável, embora exigente, que tenha, obviamente, em conta as várias espécies de processos.

Depois, uma clara simplificação dos actos, quer dos magistrados, quer das secretarias, com adequado aproveitamento dos meios expeditos de comunicação, de modo que possam ser praticados em tempo útil e em tempo útil produzirem os seus efeitos.

E isto tanto em processo criminal, como em processo civil e laboral.

Permito-me questionar três exemplos.

Na fase de investigação criminal, responsável por tanta da morosidade existente, por que razão, apresentada uma queixa-crime na Polícia Judiciária, não deverá ser ela, de imediato, remetida ao Ministério Público, sendo as diligências que este entenda deter-

minar àquela Polícia, comunicadas por meios electrónicos e informáticos, alguns já disponíveis, com o que se poupariam semanas de trânsito entre edifícios, a determinar, logo de início, um inútil atraso?

Ou, na mesma fase, qual a utilidade de, formulada uma queixa com detalhe e circunstâncias, se fazer perder uma manhã ou uma tarde a um funcionário, quando não ao Ministério Público, e sempre ao queixoso, para, em Juízo ou na Polícia Judiciária, se proceder à mera confirmação do que já consta da queixa?

Ou ainda para que se mantêm as exigências de forma das sentenças, que continuam a pesar, injusta e inutilmente, sobre os magistrados judiciais?

Para a sua suficiência, terá o relatório, em que se descreve longa e detalhadamente o litígio, alguma utilidade, quando tudo já consta do processo e bastaria remeter para as peças processuais pertinentes?

Ou em matéria cível, para que servirá relatar os factos provados, quando já constam da decisão sobre a matéria de facto, para que simplesmente se remeteria?

Ficaria, então, e apenas, a identificação do direito aplicável e, em face dele, a decisão.

E aí, deveria ter-se por regra, nas classificações de serviço, que as sentenças, como, aliás, os acórdãos, não são dissertações de mestrado, nem monografias curriculares. E que, por isso, quer a justeza da identificação do direito aplicável, quer o mérito da decisão, em nada saiem beneficiados por largas exposições doutrinárias, recheadas de citações, ou por extensas excursões jurisprudenciais.

Doutrina e jurisprudência, devem conhecê-las, quer os patronos das partes, quer os magistrados que reapreciem a decisão.

E se as não conhecem, não é o abono doutrinário ou jurisprudencial que tornará mais clara ou mais justa a decisão proferida.

Estes exemplos, e tantos se poderiam citar, aconselham uma revisão criteriosa das exigências de forma dos actos dos magistrados e das secretarias, para que possam ser, na medida em que fique cumprida a sua função, simplificados; e quando representem mera inércia da burocracia processual, eliminados.

Merece aqui especial atenção o regime das notificações, significativamente melhorado na anterior legislatura, mas que constitui ainda um dos factores preocupantes da inaceitável morosidade na administração da Justiça.

É matéria em que terá de se exigir aos cidadãos que cumpram com especial diligência o seu dever de cooperação com as instituições judiciais, que faz parte de um mínimo de ética democrática.

Para isso, deverão ser ponderados os critérios de domicílio que viabilizem, com segurança, a notificação postal, dando-se para todos os efeitos como notificados aqueles que não comuniquem a alteração de domicílio ou que não cumpram as diligências normais para tomar conhecimento da correspondência judicial que lhes seja endereçada.

É óbvio que uma medida deste tipo não deve ser posta em prática, sem uma adequada campanha de informação pública. Mas feito o esclarecimento, não pode a comunidade inteira ter mais um factor de bloqueio do sistema, pela incúria de muitos em cumprir o dever cívico de cooperar na administração da Justiça. A tutela desse dever de cooperação passa, também, por os tribunais disporem de meios que lhes permitam fiscalizar, ainda que aleatoriamente, a genuinidade das faltas por doença a actos judiciais. E de utilizarem tais meios de forma habitual.

Trata-se de uma escandalosa situação de laxismo cívico, a que importa pôr cobro, e cujo combate constitui mais um elemento de valia para que os processos cheguem a seu termo em tempo útil.

Mas se há muito a reformular para que se torne visível a mudança necessária, impõe-se um melhor aproveitamento de meios processuais, quer na jurisdição penal, quer na civil, introduzidos, ou ampliados, na anterior legislatura, e cujos efeitos ainda se não fazem sentir.

Refiro-me, em matéria penal, ao reforço de atenção e de empenho do Ministério Público, quer na utilização dos processos abreviados, quer na iniciativa de suscitar a suspensão dos processos.

Previstas, uma e outra, em condicionalismo legalmente fixado, para crimes com penas de prisão até cinco anos — e são tantos — poderão representar, no caso dos processos abreviados, um acréscimo de celeridade das decisões finais, e, no caso da suspensão dos processos, um significativo alívio para os tribunais de julgamento.

Quanto à jurisdição civil, exige-se uma maior largueza na aplicação, pelos tribunais superiores, do regime de rejeição liminar dos recursos sem fundamento sério, que poderá fazer diminuir, em medida apreciável, a carga que impende sobre estas instâncias, e constituirá, a médio prazo, valioso elemento dissuasor para tantos litígios levados a tribunal, ou aí mantidos, com meros propósitos dilatórios.

E aqui terá, por certo, o aplauso de todos os agentes da Justiça uma mais corajosa e frequente condenação como litigantes de má fé de todos aqueles que prejudicam uma boa administração da Justiça com pretensões sem qualquer fundamento.

Impõe-se, aliás, rever, tanto em matéria penal, como em matéria cível, o regime de recursos e seus fundamentos, para que meras questões instrumentais ou acessórias não continuem a entrar a acção da Justiça e a impedir uma efectiva tutela dos direitos dos cidadãos.

As mais das vezes, em benefício dos ricos e dos poderosos, que podem dispor de meios para eternizar a duração dos litígios. Trata-se de medidas que, com utilidade, poderiam ser complementadas por uma reponderação do valor das alçadas, proposto pelo Governo na anterior legislatura, e que só em tímida medida foi acolhido pela Assembleia da República.

Sobretudo se pensarmos que o valor actual, em termos reais, é sensivelmente menor do que há vinte anos, quando os litígios eram em número significativamente inferior.

Será também por estas vias, estou certo, que os cidadãos encontrarão Justiça mais pronta e melhor garantia dos seus direitos. A este propósito, seja-me permitido invocar uma vida inteira de militância pelos direitos do homem, de denúncia das injustiças do dualismo, de combate contra a discriminação e a exclusão social, para não ser mal entendido quando aqui me referi, em anos anteriores, ao excesso de garantismo das leis de processo. Não estavam, obviamente, em causa os direitos dos arguidos e das vítimas, que ainda se não encontram suficientemente protegidos.

É o caso, a título de exemplo, da prisão preventiva, de tão graves e irreparáveis consequências para o detido, e que continua a ser decretada sem sujeição ao princípio do contraditório.

Ou do registo de prova, tantas vezes em condições tecnicamente deficientes, e com o ónus de transcrição para o recorrente, sem que haja meios expeditos e economicamente suportáveis de a efectuar.

Tão-pouco do acesso ao direito, que continuará a exigir sucessivas melhorias, até que todos possam aceder à Justiça em condições mínimas de igualdade.

O que estava em causa era a necessidade de restrição de meios processuais de utilidade discutível, ou a sua desadequada ritologia.

A excessiva largueza do regime de recursos, com inútil reapreciação de questões laterais, propiciando um aproveitamento dilatatório do processo, com grave dano para a Justiça.

Ou a possibilidade indiscriminada de recurso para os tribunais da Relação, por exemplo, em matéria de contra-ordenações, tantas vezes em valores inadmissíveis, como é o caso das coimas por infracções de trânsito, com o mero propósito de fazer prescrever o procedimento judicial, face à curteza dos prazos e à morosidade do sistema.

Ou ainda a inexistência de meios que impeçam o aproveitamento das questões de constitucionalidade como mero expediente dilatatório, desacreditando, por essa via, a Justiça constitucional, e contribuindo para a lentidão do sistema.

Ora nada disso tem que ver com as legítimas garantias dos cidadãos. Ou melhor, tem tudo a ver. Pois é, entre outras razões, por esses excessos que o sistema bloqueia e fica insuficientemente disponível para a tutela dos direitos das pessoas e dos interesses da comunidade, que é a sua razão de ser.

E é por isso que a reforma da Justiça também passa pela eliminação destes excessos.

Importa, todavia, ter presente que a mudança não se poderá fazer sem que os tribunais sejam dotados dos meios materiais e humanos que continuam a escassear.

A anunciada instalação de redes informáticas em todos os tribunais até 2001 e o investimento na construção e apetrechamento de novos tribunais, sendo de louvar, representam apenas parte do esforço que se torna indispensável para que a prioridade assinalada para a Justiça possa estar adequadamente sustentada por correspondente prioridade orçamental.

Sem o que grande parte do esforço será vão.

A generalização das redes informáticas representa, efectivamente, uma oportunidade única e decisiva para a simplificação e agilização

de procedimentos, e para uma aceleração das comunicações no interior do sistema e para fora dele.

Tenha-se, todavia, em conta, que a concepção e reformulação de tudo deve ser feita, de parceria, entre juristas e gestores de sistemas, aproveitando, no caso destes, um saber já trabalhado e padronizado — aqui, e sobretudo fora de portas — e de que a ordenação do sistema judiciário tem estado arredia ou, pelo menos, considerado de modo reticente.

E se o investimento na construção e apetrechamento de tribunais corresponde a uma necessidade patente, importa não esquecer que uma administração de Justiça com qualidade e eficácia exige também que os juizes dos tribunais superiores passem a ter instalações com um mínimo de dignidade e de meios.

Então, haverá condições para que possam trabalhar, diariamente, no tribunal, e reunir aí, com a periodicidade e o tempo necessários, deixando de se ver obrigados a preparar em casa as decisões e a vir ao tribunal uma vez por semana, às vezes percorrendo centenas de quilómetros, para discutir e votar os acórdãos.

Tudo isto, ou seja, a limitação razoável, embora exigente, do número de processos a cargo dos magistrados e das suas secretarias, a simplificação dos actos processuais e das comunicações, a revisão do regime das notificações, o melhor aproveitamento dos mecanismos de intervenção já existentes, a disciplina dos recursos, o alargamento dos meios materiais e humanos, tudo isto, dizia, poderá contribuir para a inadiável reforma e para a introdução de uma cultura de rigor e de responsabilidade, quer dos agentes da Justiça, quer dos cidadãos em geral.

Criadas estas condições, impõe-se, porém, que a inobservância pelos magistrados e pelas secretarias dos prazos legalmente fixados para os seus actos deixe de ser um mero elemento da classificação de serviço e passe a ter consequências disciplinares, res-

taurando-se igualmente a autoridade dos magistrados sobre as suas secretarias.

E será mesmo de ponderar, em matéria criminal, em que medida, e em que casos, a inobservância dos prazos para acusar, para submissão a julgamento, para prolação da sentença, ou para decidir de um recurso, não deverá determinar a extinção do processo, com adequada punição dos responsáveis.

É que se o Estado exige aos seus cidadãos que cumpram os prazos legais, sob pena de preclusão dos seus direitos, seja a fazenda, seja a liberdade, por que razão não há-de ter ele o mesmo regime, impondo aos seus agentes igual diligência e sancionando as condutas que dela se afastem?

O que vale, ainda, para a responsabilidade civil do Estado e dos magistrados pelos danos que, por sua negligência, causem na administração da Justiça, impondo-se, a esta luz, a revisão do regime em vigor.

Tudo isto é indispensável e inadiável.

Mas não nos iludamos.

A reforma da Justiça é um processo longo, cujos resultados só se fazem sentir, de modo eficiente, a médio prazo.

É, por isso, decisivo que não nos deixemos seduzir quer por tremendismos, quer por utopismos, que trazem em si o risco de destruição do sistema.

Sistema que tem vícios, disfunções e bloqueios, é certo.

Mas é o que temos.

E é a partir dele, e com ele, e não pelo seu maior descrédito, que é o que sempre resultará dos anúncios de catástrofe, ou da promessa de eldorados, que poderemos vencer esta crise que tão fundadamente nos inquieta.

A agilização do sistema que temos não nos pode, todavia, dispensar de reflectir sobre um novo modelo de administração da Justiça.

Modelo que responda, de modo eficaz, quer à aceleração do tempo, resultante da revolução nas comunicações e da generalização informática, quer às expectativas geradas pelo aumento progressivo dos padrões de vida, com o *boom* de litígios que potencia. Sem esquecer as novas formas de conflitualidade ou de criminalidade, a exigirem especialização, que o sistema, em larga medida, ainda ignora.

Esse modelo, com formas mais imediatas de resolução de conflitos, domínio da oralidade sobre a forma escrita, e o aproveitamento das novas tecnologias para reduzir drasticamente a duração dos processos, permitirá a obtenção de decisões que sejam consistentes com um mundo em que, cada vez mais, todo o acontecimento é vivido em tempo real.

E será, porventura, esse o momento de ponderar se deve ser ampliado no nosso sistema o princípio da oportunidade de exercício da acção penal, numa reflexão que resista aos apelos, quer para o diabolizar, quer para fazer dele o milagreiro de todos os males.

Estarão em causa questões essenciais no âmbito do princípio da igualdade e riscos, nem sempre evitáveis, de abusos, excessos e aproveitamentos ilícitos.

Mas isso não é obstáculo a que, sem deixar de se considerar tudo isso, se debata em que medida uma mais equilibrada e eficaz gestão do sistema exige que, em determinado momento, se dê prioridade à investigação de certa categoria de crimes, em detrimento de outros; ou ainda se o Ministério Público, por razões de gestão de meios, ou por exigências do interesse público, deverá abster-se, conjuntamente, ou em dadas condições, de exercer a acção penal relativamente a um determinado tipo de delitos. E a ser assim, a quem caberá a responsabilidade de tal decisão e o seu controlo.

É um tema fundadamente polémico, que só ganhará em ser discutido com serenidade, de modo a que, na sede própria, se decida o que melhor convém a uma boa administração da Justiça.

Minhas senhoras e meus senhores,

É bom que seja claro para todos que temos pela frente um longo combate, que a todos compromete — responsáveis pelo sistema de Justiça e cidadãos em geral.

Mas é aos responsáveis pelo sistema de Justiça que cabe a iniciativa e a condução do processo de reforma.

Nele estão comprometidos todos os órgãos de soberania, de gestão das magistraturas e de representação e disciplina dos agentes da Justiça.

É indispensável que a cooperação entre eles estabelecida se reforce e não seja perturbada por quem, não tendo uma ideia, nem se esforçando por tê-la, substitui propostas por encenações de catástrofe, ou projectos realistas e eficazes por soluções milagreiras.

Isso não significa que deixem de ser ponderados os princípios em que assenta o sistema de Justiça; e que se avalie se o seu aperfeiçoamento é melhor servido, mantendo-se o quadro existente, ou alterando-o.

Tenha-se, todavia, por certo, que não se resolvem problemas com a criação de bodes expiatórios, sejam pessoas, sejam instituições; e que o que foi decidido e mantido, com demorada e séria ponderação, não deve ser alterado, sem que se faça uma cuidadosa contabilidade de custos e de benefícios.

Mas que a necessária ponderação não nos distraia da necessidade, que não pode sofrer delongas, de prover, no imediato, à eliminação dos bloqueios do sistema, cujas virtualidades para vir a prestar uma Justiça pronta e eficaz estão longe de estar esgotadas.

Minhas Senhoras e meus Senhores

A reforma da Justiça não é um leilão de poderes, nem uma feira de vaidades.

É vontade política e trabalho, muito trabalho, que, como responsável pelo funcionamento das instituições, reclamo a todos — aqui e nesta hora, em que todos estão aqui presentes ou representados. Para que possa chegar, na democracia moderna que queremos, a Justiça que tarda.

«Para um país como Portugal, com recursos escassos e com um potencial estratégico limitado, é de primordial importância que tal exercício [de prospectiva] conduza à identificação das grandes prioridades que deverão orientar o esforço de modernização das Forças Armadas, essencial para a projecção internacional do nosso País.»

MENSAGEM AOS MILITARES
DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS
POR OCASIÃO DO 25.º ANIVERSÁRIO
DO 25 DE ABRIL DE 1974
25 de Abril de 1999

É com orgulho e reconhecimento que me dirijo hoje a todos vós — oficiais, sargentos, praças e civis — que servem dedicadamente nas Forças Armadas Portuguesas.

A todos vós, componentes de umas Forças Armadas que souberam, há vinte e cinco anos atrás, devolver a liberdade aos Portugueses, pondo fim a um regime ditatorial caracterizado pela opressão, pela ausência de um estado de direito democrático, pela violação persistente de direitos fundamentais e pela recusa do direito à autodeterminação dos povos.

A coragem dos militares de Abril devolveu ao País a dignidade nacional, diminuída pelo regime autoritário, e o lugar de Portugal no Mundo contemporâneo, de que nos encontrávamos isolados pela política colonial. E esse orgulho maior que então todos os Portugueses sentiram, só esse gesto de coragem tornou possível. A acção dos Capitães de Abril abriu um processo que, sendo revolucionário, não tem paralelo em outros exemplos que se revelaram quase sempre sangrentos e dolorosos. Foi uma revolução imediatamente adoptada pelo povo português, para cujo sucesso em muito contribuiu a forma determinada como os militares de então garantiram a transição de um poder militar a um poder legitimado pelo sufrágio popular, exemplo que marcou tantas transições democráticas que se lhe seguiram.

As comemorações do 25.º aniversário do 25 de Abril são mais uma homenagem que o País presta ao conjunto de militares que

pôs fim a quarenta e oito anos de ditadura e a todos aqueles que sofreram e lutaram durante décadas para que um dia como o do 25 de Abril fosse possível. Mas são também um momento privilegiado para reflectir prospectivamente sobre o futuro, olhando para além da conjuntura, com sentido de modernidade.

A consolidação e a evolução da democracia em que hoje vivemos, permitiram também a evolução das Forças Armadas, que através de um processo de reestruturação e apetrechamento progressivo, estão hoje mais aptas para responder às exigências do mundo contemporâneo.

A amplitude das actuais missões desempenhadas no interesse do Estado pelas Forças Armadas, interna e externamente, através da cooperação com autoridades civis, na melhoria da vida dos cidadãos, na cooperação técnico-militar com os países de expressão portuguesa e em missões de apoio à paz e segurança internacionais, são bem a prova dessa evolução positiva.

Porém, o processo de reestruturação e modernização das Forças Armadas não está, sabemos-lo, concluído. Apesar dos esforços já desenvolvidos nesse sentido, há ainda um longo caminho a percorrer, que faz apelo a um grande empenho e determinação de todos — responsáveis políticos, chefias militares e militares em geral — para preparar as Forças Armadas do século XXI.

Como atrás referi, é necessário exercer um esforço prospectivo de reflexão sobre o futuro. São conhecidas as profundas alterações no panorama estratégico internacional que motivaram consequências muito variadas no vector militar. Nos últimos anos, tem vindo a interiorizar-se, nalgumas sedes do pensamento militar, a inevitabilidade de se conceberem novas formas de resposta para as exigências estratégicas do mundo pós-Guerra Fria.

Reformularam-se os conceitos estratégicos e as doutrinas militares encontram-se em profunda evolução. Estas últimas são agora

concebidas mais em termos de capacidades do que baseadas numa ameaça específica. O espectro das missões das Forças Armadas foi alargado e passou a incorporar, adicionalmente, missões de «*estabilização*» e de «*apoio*» — ou de «*não-guerra*» — as chamadas «*novas missões*».

Este quadro geral de evolução, ainda que marcado por elementos de grande imprevisibilidade e incerteza, teve naturalmente consequências na estrutura da força militar. Privilegiam-se agora os sistemas de forças mais reduzidos, mais móveis e versáteis, em termos de estrutura e organização e, conseqüentemente, mais aptos a associar capacidades diversificadas e a serem utilizados em diferentes cenários.

Prospectivar o «*produto*» operacional a obter, que garanta uma maior capacidade global às Forças Armadas para cumprir o vasto leque de missões que lhes estão cometidas e para fazer face aos desafios dos cenários actuais e futuros, é um exercício crucial a consubstanciar num conjunto de opções políticas fundamentais. Para um país como Portugal, com recursos escassos e com um potencial estratégico limitado, é de primordial importância que tal exercício conduza à identificação das grandes prioridades que deverão orientar o esforço de modernização das Forças Armadas, essencial para a projecção internacional do nosso País.

Como Comandante Supremo das Forças Armadas, continuarei a incentivar que se dêem os passos necessários no sentido de dar concretização a esse grande objectivo nacional, de tornar as Forças Armadas portuguesas mais aptas para responder às exigências do mundo actual.

A todos os militares portugueses que estão empenhados em missões externas em prol da paz, da cooperação e solidariedade internacionais, desejo enviar-lhes uma calorosa e amiga saudação, expressar-lhes o meu agradecimento, e testemunhar-lhes o orgu-

lho de Portugal pela forma exemplar como têm exercido e estão a exercer essas difíceis e nobres missões.

Quero terminar, reiterando o meu reconhecimento e profundo apreço pelo esforço que as Forças Armadas Portuguesas têm vindo a desenvolver e pelo prestígio e dignificação que a sua acção tem proporcionado ao País, que muito honra Portugal e os Portugueses.

CERIMÓNIA DE INAUGURAÇÃO DAS LÁPIDES
COM O NOME DOS MILITARES FALECIDOS
AO SERVIÇO DE PORTUGAL
Torre de Belém
5 de Fevereiro de 2000

*A*gradeço, reconhecido, aos promotores desta iniciativa o gesto de deferência que tiveram para comigo ao adiar esta cerimónia, permitindo-me, assim, estar aqui hoje convosco.

O Estado Democrático, ao assentar os alicerces do novo regime, saído do 25 de Abril, na Declaração Universal dos Direitos Homem, permitiu ao Estado resolver as causas políticas da Guerra. Mas até hoje, estava por prestar a homenagem devida aqueles que morreram lutando sob o Estandarte de Portugal. Era tempo de o fazer.

Sinto, ao curvar-me em respeito perante a memória destes homens, a mesma comoção que sempre sinto quando, em visita a unidades militares, o clarim soa o toque de silêncio e de homenagem àqueles que ao longo de décadas e séculos tombaram ao serviço do seu país.

Seja-me permitido presumir que talvez eu, pelas funções que desempenho como Presidente da República e por todo o meu passado político, possa deixar hoje, a todos os portugueses, uma mensagem e um apelo.

A nossa responsabilidade maior, aquela pela qual seremos invariavelmente julgados, é para com o futuro de Portugal, garantindo a sua perenidade. É para isso importante, entre tantas outras coisas, naturalmente, que os portugueses aprendam e sintam orgulho em amar e a servir o seu País.

Para o amar têm que o conhecer. Conhecer o território em que vivem e a História que nos permitiu chegar aqui. Uma História com oito séculos. Sobre ela, sobre cada um dos seu momentos mais relevantes, existem sempre, diversas interpretações, por vezes polémicas. Ainda bem, a diversidade de leituras interpretativas é importante.

A grande virtude dos regimes democráticos, em relação às ditaduras, é que a democracia não impõe uma leitura da história excluindo todos aqueles que não se reconhecem numa interpretação oficial. A vitalidade histórica de um povo reside na sua capacidade de compreender essa diversidade e, ao debatê-la, não fazer dela um território de desencontros e de rupturas com a própria história.

Compreendo que a jovem democracia portuguesa tenha tardado em realizar esta cerimónia. Mas ainda bem que assim foi. Feita muito mais cedo, ela não teria encontrado condições para se transformar num gesto verdadeiramente nacional, porque se teria deparado, inexoravelmente, com um contraditório de sentimentos sobre a Guerra em África que só o tempo permite colocar no seu devido contexto. Estaríamos então a debater se esta era uma homenagem às causas da guerra, dividindo-nos nisso, e não, como é nossa obrigação a prestar uma homenagem aos portugueses que serviram o seu país.

Só é possível estimular os portugueses a saber servir Portugal, se todos soubermos, devidamente homenagear aqueles que o serviram e por ele morreram. Apelo, por isso, aos portugueses para que saibam sempre servir e amar o seu país e aos poderes públicos para que saibam sempre elevar-se acima das polémicas e homenagear devidamente aqueles que o serviram.

Longe dos juízos da história, ao percorrer o silêncio irreversível daqueles nomes e o drama, irreparável, de quem perdeu a vida,

CERIMÓNIA DE INAUGURAÇÃO DAS LÁPIDES COM O NOME
DOS MILITARES FALECIDOS AO SERVIÇO DE PORTUGAL

evoco o sentimento e a angústia de quem perdeu os seus familiares. Não há palavra de conforto que minore esse sofrimento. Que este monumento e estas lápides fiquem, por isso, como um testemunho perene desse sacrifício feito sob a Bandeira Nacional.

CAPÍTULO V

TERRITÓRIO
E COESÃO
NACIONAL

*«Estamos num momento de transformação
do papel do Estado e de redefinição do seu modelo
de funcionamento e de articulação com o território,
com os recursos e com as populações.»*

SESSÃO SOLENE
NA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL
Setúbal
10 de Maio de 1999

Esta visita contém, como puderam verificar, alguns aspectos menos habituais neste tipo de deslocações a concelhos. Pretende, em primeiro lugar, homenagear Setúbal, homenagear os setubalenses, as suas instituições, as mulheres e homens que diariamente fazem deste concelho e desta cidade uma peça essencial do tecido económico e social do nosso país.

Setúbal é bem um exemplo. Um exemplo das dificuldades inerentes ao processo de modernização e de reconversão produtiva. Mas também um exemplo da determinação e da imaginação indispensáveis para fazer dos problemas oportunidades, e articular as vantagens de forma a ganhar capacidade competitiva e a portanto a ganhar esperança.

Conheço bem essas dificuldades, que acompanho de perto, como é meu dever. Entendo que a minha função é estar onde e com aqueles que sentem os problemas e dão de si o melhor, com trabalho e inteligência, para que o país eleve os níveis de desenvolvimento e os distribua com equidade.

Quero estar onde os problemas são vividos, não para sublinhar os obstáculos, que existem e são poderosos, mas para pôr em destaque as qualificações que é necessário obter.

Há que exprimir a solidariedade onde ela é indispensável para contrapor ao desânimo, dar força aos que nas várias frentes, desde o combate à exclusão até à criação de emprego e de riqueza, todos os dias fortalecem a iniciativa do país.

Não quis também deixar de manifestar, num gesto simbólico, a solidariedade do Estado português para com o martírio do povo kosovar. Na passagem pela Delegação do Instituto da Juventude de Setúbal encontrei jovens que viram os seus estudos interrompidos, famílias destroçadas pela violência e pela morte, gente subitamente despossada das suas coisas, as coisas de uma vida. Quero crer que esta situação, apesar das dificuldades, tenha um fim próximo, quando as armas se calarem para dar lugar a uma solução política.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Setúbal ocupa uma posição de grande importância no espaço nacional, polarizando um notável fluxo de actividades e de pessoas. Ao longo da história tem sabido potenciar essa posição, e há todos os motivos para acreditar que continuará a ser assim no futuro. Setúbal e o seu concelho funcionam e funcionarão como um importante *interface* na Península onde se localiza, estruturando relações a sul do Tejo entre o Mar e o Interior, entre a Área Metropolitana de Lisboa e o sul do País, designadamente o Alentejo. A essa posição tem correspondido uma elevada capacidade de instalação de empresas e de atracção do investimento. O porto de Setúbal, com o conjunto diversificado de actividades que suscita, é um valor de futuro, como o foi no passado.

Sou dos que encaram com optimismo a capacidade portuária nacional e acredita que o desenvolvimento nacional não pode dispensar este valor decisivo.

Quando se ouve falar da projecção de Portugal como plataforma logística europeia, na frente atlântica, não posso deixar de reconhecer nesta ideia uma vocação mobilizadora e de vislumbrar, por detrás das palavras, um caminho imperativo do século XXI. Setúbal, neste contexto, vale pela capacidade de gerar relações no plano regional, nacional e internacional.

Setúbal e a sua região apresentam condições naturais excepcionais, e tanto mais excepcionais quanto o ambiente é, cada vez mais, um recurso de grande significado económico, como se percebe através das actuais orientações do turismo.

É possível que, por vezes, se sinta em Setúbal algum constrangimento pela amplitude das suas áreas de reserva natural — o estuário do Sado e a Arrábida — mas creio que é cada vez mais compreendida a importância dessas áreas para o desenvolvimento económico e social da região.

Importa estar atento a essas realidades e efectuar todos os esforços, e realizar toda a concertação possível, para acautelar a compatibilização entre preservação e valorização.

Isto vale para o ambiente — onde se enfrentam desafios tão importantes como o de Tróia, por exemplo — como para o património histórico e o património cultural.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Setúbal tem podido contar com gente dedicada e competente nas tarefas da sua promoção e do seu desenvolvimento. Quis assinalar isso mesmo numa muito simples sessão de condecorações — uma das tais novidades desta visita — a que procederei em seguida. Em diversos domínios da vida económica e cultural, mesmo correndo o risco de pecar por omissão, quis distinguir pessoas e organizações que a Setúbal conferem o estatuto prestigiado de que goza no panorama nacional.

Permitam-me que, nesta sequência, dirija uma palavra de grande consideração e apreço à autarquia setubalense.

De facto, a Câmara Municipal, na sua pluralidade e até na sua alternância, tem sabido, não só combater pelos interesses do seu concelho, como delinear e aplicar políticas que contribuíram para melhorar significativamente a imagem da cidade, e habilitá-la a responder às novas exigências das cidades modernas.

Refiro-me às políticas nos domínios dos transportes e acessibilidades, do ambiente, da renovação urbana e do ordenamento urbanístico, da habitação e do património, da cultura e da educação, essenciais para fazer das cidades pólos de qualidade num espaço global e competitivo.

Não devo, nesta referência à autarquia de Setúbal, esquecer o papel do Prof. Mata Cáceres, um homem com uma vida política intensa e empenhada dedicada a Setúbal.

Uma palavra de reconhecimento e de estímulo pessoal é-lhe devida, sem que neste gesto se deva ver mais do que a manifestação de apreço pelo serviço prestado à causa pública em Setúbal.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O processo de reconversão de Setúbal não está concluído. Algum desemprego foi absorvido, mas as taxas de desemprego são ainda elevadas. Merecem pois que nos preocupemos com elas. A lentidão na resolução de uma questão desta natureza penaliza sempre aqueles que estão já mais fragilizados. É por isso que os mecanismos da solidariedade não podem ser desactivados.

Mas sei também do esforço que tem sido realizado na melhoria das condições estruturais que permitem à economia setubalense, novas perspectivas e novos avanços, verificados quer no sector agrícola (com fortes tradições no concelho e capacidade instalada crescente), quer no sector industrial, de serviços e turismo. Refiro-me à melhoria significativa das acessibilidades, com a Ponte Vasco da Gama, a conclusão do chamado anel de Coima, e o próximo comboio na Ponte 25 de Abril.

Sei também da forte expansão que o sector escolar teve no distrito nas últimas décadas. Este aspecto é crucial, como não me canso de repetir.

O sistema escolar, na diversidade das suas vertentes, na sua adaptabilidade e na sua aproximação aos contextos sociais — e Setúbal

é um caso de enorme variedade de paisagens sociais e económicas — em articulação com o sistema de formação profissional é um elemento imprescindível na estratégia de desenvolvimento de Portugal.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Quis que esta visita a Setúbal contemplatesse, na medida do possível, as múltiplas frentes em que se joga hoje o futuro do concelho e da cidade.

Quis por essa forma exprimir o reconhecimento pelo trabalho que está a ser feito pelos setubalenses, da indústria à agricultura, do desporto à habitação, do combate à toxicodependência, à cultura, à educação.

A palavra que quero deixar em Setúbal é de certeza e de estímulo. De certeza quanto às qualidades disponíveis na cidade e no concelho e quanto ao acerto dos objectivos definidos pelos diversos responsáveis, públicos privados.

De estímulo à convergência de esforços e de iniciativas, entre o público e o privado, entre o local, o regional e o central.

As cidades não são, nunca foram ilhas. Formam arquipélagos. Em Setúbal certamente se compreende bem esta metáfora. Há que explorar, descobrir e pôr de pé novos meios para reforçar esses laços de complementaridade. Contamos com Setúbal e com os setubalenses.

INAUGURAÇÃO DA ETAR DE FRIELAS

Frielas, Loures

8 de Junho de 1999

*I*nauguramos hoje esta obra, peça fundamental de um sistema que irá, ao fim de largas dezenas de anos, restituir ao Rio Trancão o seu carácter natural. Deste modo, e decididamente, se faz o tratamento dos efluentes que um povoamento profundamente desordenado, nele descontroladamente deitou, transformando-o num caniço, onde nenhuma das suas dezenas de milhares de «vizinhos», em caso algum se poderiam e podem rever. Digo que não se poderiam rever, mas quarenta anos para encarar e resolver esta situação é tempo de mais! Hoje devemos congratular-nos com a obra feita, mas também responsabilizarmo-nos a todos, pelo demasiado tempo que levámos a fazê-la.

Meus amigos, é chegado o momento de olharmos o nosso país e fazermos o balanço do que, no domínio ambiental, fizemos. E também do que adiamos mas que na realidade não podemos adiar, porque a alternativa é por demais custosa.

O Ambiente é hoje, como aliás sempre o foi, um factor de custo e de benefício que temos de enquadrar claramente nos nossos orçamentos individuais, nacionais e globais.

O Ambiente é, para todos os efeitos, a globalidade em que estamos inseridos e de que a nossa existência, como Espécie, como Sociedade e como Cultura dependem.

Não podemos mais aceitar que o benefício de alguns se baseie na socialização dos custos por ele originados, como também não podemos aceitar mais que uma alegada preservação do Ambiente

se materialize na restrição arbitrária ou na interdição inadequadamente compensada, do direito à propriedade e ao uso do solo. Torna-se urgente, no domínio ambiental, ultrapassar os preconceitos e os oportunismos demagógicos para, urgentemente, encararmos de frente os imensos problemas que a questão ambiental nos coloca, de modo a encontrar a síntese que permita o desenvolvimento equilibrado da qualidade de vida das sociedades humanas. Para ultrapassar esta situação temos de, no diálogo construtivo, reconhecer as limitações do nosso conhecimento e identificar as medidas para a sua correcção. E elas são conhecidas:

- Planeamento prospectivo;
- Horizontalidade na consideração das interacções ambientais, económicas e sociais;
- Transparência e envolvimento público e cidadão;
- Eficácia e eficiência na produção e utilização dos recursos;
- Solidariedade activa e inventiva;
- Conhecimento crescente do nosso meio e das suas funções e processos;
- Criatividade.

Temos pois, de caminhar no sentido de uma nova cultura, de uma nova jurisprudência, de uma nova prática sócio-económica, em suma, de uma nova ética, em que o respeito pela capacidade do nosso Meio seja tão óbvio como o respeito pelo direito à Vida Humana.

Esse é o grande desafio da Democracia de hoje: num universo crescentemente globalizante e globalizado, onde o indivíduo e mesmo os governos, parecem perder cada vez mais poder, o desafio está em encontrar novas formas de concretizar as relações entre os indivíduos e destes com o seu Meio.

Tem de se desenvolver a consciência de que, neste limiar do século XXI, urge aprofundar um novo relacionamento do Poder com os cidadãos, envolvendo-os na sua actividade e mobilizando-os para as suas decisões, pelo que há que evoluir no sentido de:

Generalizar e horizontalizar o planeamento, colaborar inter-institucionalmente no sentido da busca atempada e concertada das melhores soluções para os diferentes planos e projectos;

Evoluir no sentido de integrar a avaliação ambiental nos processos de planeamento e concepção e não, como agora ainda acontece, quando todas as decisões estão tomadas, envolvendo custos crescentemente inaceitáveis;

Evoluir no sentido de desenvolver normativos claros que permitam uma jurisprudência eficaz e fundamentada e não, como tem sido muitas vezes o caso, manipulada por interesses ou pressões conjunturais;

Evoluir no sentido de integrar no processo de licenciamento, a consideração de todas as variáveis ambientais, não como factores de custo, mas crescentemente como factores de eficácia;

Evoluir no sentido de desenvolver, cada vez mais, o conhecimento do nosso território, das suas potencialidades e limitações de modo a terminar a sua depredação, mas também a limitação infundada do seu uso devido a preconceitos decorrentes da ignorância.

Impõe-se, em suma, generalizar uma cultura, uma ética individual e política, equacionada no longo prazo, em termos de custos e de benefícios e do princípio de que a herança que recebemos tem de ser transmitida valorizada às gerações que nos sucederão.

Aos cidadãos coloca-se o desafio de saberem ultrapassar os seus interesses individuais e de, construtivamente, se entre-ajudarem na procura das melhores soluções para o uso dos escassos recursos do nosso Planeta. Têm de ter presente que os valores e potencialidades que o nosso meio actualmente nos disponibiliza são como que uma «garantia bancária» do nosso futuro e do dos nossos filhos.

Temos de compreender a necessidade de abandonar os preconceitos individuais e colectivos, de ouvir os argumentos contrários, de, às convicções, saber sobrepor a capacidade de aceitar as argumentações fundamentadas, enfim, de aprender que nenhum de nós detém a verdade ou o interesse absoluto, mas apenas parcelas deles. E que apenas a concertação, num plano não de cedência, mas de construção de novas mais valias, permitirá construir o futuro equilibrado, concertado e sustentável que todos desejamos.

Conflitos existirão sempre, mas a história da Vida é a da construção na ultrapassagem das contradições, no desaparecimento das soluções inadequadas, na permanente criação de novos caminhos e soluções, mesmo quando eles pareciam catastróficos para o *status-quo* existente. A história do Homem é semelhante.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Se hoje estamos aqui inaugurando esta obra, devemo-lo ao nosso esforço e ao esforço que aqui me prezo de relevar da autarquia de Loures. Devemo-lo também à Administração Central e ao incentivo da União Europeia, sem o qual continuaríamos, talvez, a construir, sem infra-estruturas adequadamente.

Não podemos continuar a ocupar a terra sem um adequado ordenamento que previna a destruição de recursos e preveja, também, a gestão eficaz das implicações dessa ocupação em termos da qualidade de vida dos que aí vão morar, como de todos os outros cidadãos do nosso país.

A responsabilidade deste estado de coisas é de todos nós, que nos recusamos a assumir as nossas responsabilidades e remetemos sempre para trás das costas, ou para os poderes públicos, a obrigação de resolver os problemas que o nosso uso do território origina. É precisa uma nova solidariedade ambiental entre os portugueses.

Vinte e cinco anos passados sobre o 25 de Abril, é ainda indispensável lembrar que os poderes central e local não representam os únicos depositários das responsabilidades cívicas e /ou ambientais. A sua consagração, fundamentalmente, representa o estabelecimento de um contrato de mútua responsabilização entre os cidadãos e os políticos que aqueles consideram mais aptos para conduzir os processos de gestão do território onde vivem, onde constroem e, ao cabo, que deles depende, para o bem e para o mal.

A Democracia não se consolida com uma pseudo-reconfortante transferência de responsabilidades. Bem pelo contrário. A democracia é o assumir da responsabilidade cidadã que, com a sua iniciativa, se empenha na busca e concretização das melhores soluções para cada problema que o desenvolvimento e a construção do bem estar individual e colectivo vão originando.

As águas residuais e os resíduos sólidos são, infelizmente, um triste exemplo desta incorrecta compreensão, pelos eleitores e pelos eleitos, das responsabilidades e obrigações mútuas.

Na verdade, só pela antevisão e pelo planeamento antecipativo, associados ao empenhamento e responsabilização individual, poderemos resolver os problemas que a partilha de espaços urbanos, cada vez maiores e mais populosos, coloca.

Exigir — ou pelo menos assegurar com regulamentos e sanções palpáveis e claras — uma infra-estruturação prévia de qualquer novo desenvolvimento urbano ou industrial nestes como em todos os outros domínios (tráfego, transportes públicos, vias rodoviá-

rias, espaços verdes e de lazer, centros de saúde, etc.), tem de passar a ser uma base indispensável de qualquer licenciamento urbano, exigível pelas autarquias e pelos cidadãos.

Mas não é só em relação ao futuro que importa exigir a responsabilidade colectiva. Apesar do indiscutível e grande esforço destes anos, o passado é ainda muito pesado na sua herança de esgotos por tratar ou insuficientemente tratados, de lixeiras descontroladas ou pretensamente controladas, enfim, de um conjunto triste de laxismos e de desresponsabilização.

A obra que agora inauguramos, assim como muitas outras e recentes infra-estruturas que tenho visitado e observado por todo o país, correspondem, felizmente, a uma inversão daquela tendência. Mas existem ainda muitas resistências, muitas reticências, muitas ineficiências e erros, muita falta de solidariedade individual e colectiva, nomeadamente entre as comunidades e os seus representantes democráticos.

Sabemos todos que o caminho é difícil, mas ele é também cada vez mais incontornável se pretendermos, como é o caso, ter melhorias na qualidade de vida de muitos cidadãos. Posso citar exemplos bem ilustrativos dessa dificuldade.

A consideração exclusiva dos aspectos técnicos conduz, muitas vezes, a que a opinião e a sensibilidade das populações sejam involuntariamente menosprezadas, o que conduz a situações típicas do binómio ofensa/ofendido ou de fáceis populismos que obviam à concretização adequada e atempada de obras essenciais.

E assim as emoções, mais ou menos justas, passam a conviver com a falta de solução para as prementes questões que há muitos anos se arrastam.

Outro exemplo, que aqui e acolá se observa, é o de técnicos e investigadores que se mostram incapazes de cooperar na busca

concertada das melhores soluções em cada momento e em cada conjuntura, criticando facilmente mas propondo renitentemente. A evolução, tão forte e tão positiva, da comunidade científica portuguesa autorizava e justifica a sua presença permanente e o seu estudo e proposta constantes na base de qualquer discussão pública e de qualquer decisão política.

Finalmente, o caso de populações que, justamente cansadas de anos e anos de convívio com soluções que o não são, já não têm capacidade de acreditar e de se mobilizar construtivamente, preferindo atirar o problema para o quintal do vizinho. Têm de compreender que a única solução é encarar de frente, cooperantemente, a definitiva resolução dos problemas com que todos os dias se confrontam.

Precisamos, por isso e cada vez mais, de não adiar para as próximas gerações de portugueses os problemas que o nosso modo de crescimento passado gerou.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Hoje é, pois, um dia de alegria pelo passo de gigante que esta obra representa. Certamente está assegurado que ela funciona eficazmente, e que é e será complementado pelas obras correctivas e preventivas, que permitam devolver definitivamente a natureza deste magnífico vale do Trancão aos munícipes de Loures e a todos os Portugueses.

Devemos assim felicitar quem conduziu e concluiu esta obra. Devemos assumir todos, individual e colectivamente, que isto é mais um exemplo de consolidação de uma caminhada que a todos envolve, mobiliza e responsabiliza.

SESSÃO SOLENE
NA CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO
Aveiro
9 de Junho de 1999

*A*o decidir realizar em Aveiro as celebrações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, quis em primeiro lugar, no contexto desta data de tão elevado significado nacional, homenagear nesta cidade a luta pelos ideais democráticos em Portugal.

Comemoramos neste ano o 25.º Aniversário da Revolução de 1974. As múltiplas iniciativas evocativas do 25 de Abril que por todo o País se desenvolveram sublinharam, muito justamente, que a democracia portuguesa é mérito de um povo inteiro, assim se homenageando e fazendo justiça às mulheres e homens, militares e civis, actores anónimos da História que lutaram corajosamente contra a ditadura, ou participaram nas acções que levaram ao derrube do regime anterior.

À cidade de Aveiro, que em períodos particularmente difíceis da ditadura acolheu os Congressos da Oposição Democrática, atribuí no ano passado o grau de membro honorário da Ordem da Liberdade, como reconhecimento pelos contributos dados à causa da Liberdade e dos ideais da Democracia.

A escolha de Aveiro para as comemorações do Dia de Portugal nos vinte e cinco anos do 25 de Abril é, uma vez mais, a expressão desse reconhecimento, no qual envolvo, naturalmente, todos os democratas aveirenses, de sucessivas gerações, que lutaram contra o anterior regime e ajudaram a construir a nossa Democracia.

Aveiro é hoje uma cidade renovada e virada para o futuro. A sua população é das mais jovens do País e continua a crescer, dispõe de uma Universidade prestigiada e em expansão, e tem uma base económica e empresarial forte e diversificada.

As condições de desenvolvimento equilibrado que Aveiro apresenta, como cidade motor de uma região, são em boa medida o resultado do trabalho realizado ao nível local. Devem-se a uma visão moderna das políticas municipais, no virar do século.

Há hoje, em Portugal, bons exemplos sintomáticos de maturidade no exercício do poder local autónomo, 25 anos após a sua criação pelo regime democrático. Esta é também a mensagem que quero deixar em Aveiro, saudando, perante vós, os responsáveis eleitos nos municípios e freguesias em todo o País.

É reconhecido por todos o relevante contributo das autarquias portuguesas na prestação de serviços básicos e na criação das infra-estruturas indispensáveis à transformação da qualidade de vida dos portugueses, num esforço acentuado após a integração europeia de Portugal.

Essas tarefas de infra-estruturação básica podem considerar-se em boa medida concluídas. A administração local enfrenta hoje desafios que são já qualitativamente diferentes dos problemas tradicionais.

Exigem-se agora, nas palavras do historiador César de Oliveira, também ele um autarca — e saudoso amigo — «políticas municipais de investimento no imaterial».

Trata-se de uma nova cultura de intervenção local, que tem por pressuposto básico a noção de que o reforço da malha urbana portuguesa e, particularmente, das cidades, só pode ser bem sucedido se tiver por base um planeamento estratégico que oriente os programas a desenvolver.

Que tem de assentar em regras claras e eficazes de ordenamento do território e urbanização, definidas e actualizadas através de processos participados de contratualização com as comunidades. Que não pode prescindir de incorporar uma política adequada de desenvolvimento sustentado e ambientalmente equilibrado. Passam também, esses novos desafios, pelo investimento na formação, na cultura, na animação urbana, e na humanização do espaço público.

Exigem-se políticas municipais agregadoras, de integração das minorias, de combate à exclusão social, à marginalização e à insegurança.

Às autarquias cabe igualmente uma acção decisiva, em colaboração estreita com o Estado e com as organizações da sociedade civil, para fazer face ao problema das drogas e da toxicod dependência que, todos o sabemos bem, vai progressivamente minando a vida colectiva nos meios urbanos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Tudo isto pressupõe a adesão à ideia, que tem ainda de fazer maior caminho entre nós, de que muitos dos interesses públicos em causa, pela sua transversalidade, não são prosseguíveis de forma adequada na perspectiva estrita do espaço geográfico municipal. Rejeitada pelos portugueses a instituição de um modelo de regionalização, cabe-nos agora, a todos, dar os passos imprescindíveis para aprofundar a descentralização administrativa, reforçando o nosso sistema municipal.

Aos portugueses pouco aproveita saber quem perdeu ou quem ganhou no referendo nacional que realizámos, e a verdade se diga que ninguém se preocupou com isso.

O que os portugueses certamente esperam é que o debate que então atravessou a sociedade portuguesa tenha um efeito útil, que não fique tudo na mesma, porque é ao nível da administra-

ção descentralizada que se jogam, na política concreta, muitos dos anseios e exigências dos cidadãos.

Aos líderes locais cabe também a responsabilidade desse novo impulso.

Arredemos definitivamente, pois, o conceito «bairrista» de que cada comunidade ou concelho pode desenvolver-se independentemente do contexto geográfico, económico e social da região mais vasta em que se integra, sobretudo num quadro, como é o português, em que é relativamente baixa a densidade população média dos municípios.

A esse conceito, ultrapassado, devemos contrapor cada vez mais o recurso a formas de associação e cooperação intermunicipal, não apenas para a construção e a gestão de equipamentos comuns, como já hoje acontece, mas também para um adequado planeamento conjunto das acções a desenvolver pelas diversas autarquias, face a problemas que são partilhados e cuja solução só se encontra numa lógica territorial mais vasta.

Num quadro de interdependências entre comunidades locais vizinhas, nem sempre faz sentido a competição entre si.

Pelo contrário, é a complementaridade que cria economias de escala, quando baseada numa «especialização» de cada um dos municípios e como resultado de processos de concertação intermunicipal ou regional, em espaços poli-nucleados.

Temos já hoje experiências bem sucedidas de articulação entre municípios para o exercício em comum das suas atribuições em diversos domínios.

Há que ter a visão e os instrumentos necessários para aprofundar esse processo, e dele obter melhores resultados ainda na perspectiva do desenvolvimento local e regional.

Para que assim aconteça, carecemos igualmente de formas específicas de organização administrativa, vocacionadas para potenciar

a adopção pelos municípios portugueses de novos modelos de gestão, adequados à prossecução das políticas que os tempos de hoje requerem.

Pela minha experiência anterior como autarca, e porque conheço de perto a evolução por que têm passado as autarquias portuguesas e as experiências desenvolvidas em muitos pontos do País, tenho a certeza de que esta nova cultura de gestão local está já a fazer caminho em entre nós e é partilhada por muitos responsáveis eleitos dos municípios e das freguesias, progressivamente mais dotados dos instrumentos necessários para tanto.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Atribuo a maior importância às questões que acabo de vos enunciar. Elas são decisivas para a efectiva formulação de uma política para as cidades, e delas depende a qualidade das políticas públicas de incidência territorial no nosso País, no próximo milénio. Por isso mesmo, irei realizar no final deste mês de Junho um programa de iniciativas e visitas temáticas sobre as políticas para as cidades e as formas de cooperação intermunicipal para a satisfação de necessidades colectivas.

Tenho como objectivo dessa iniciativa, precisamente, estimular o debate sobre estes problemas e avaliar experiências inovadoras e com futuro, como tenho feito ao longo do meu mandato em diversos domínios da vida nacional.

No quadro desse programa realizar-se-á um Seminário com a participação de especialistas portugueses e estrangeiros, bem como de autarcas, visando debater o sentido da evolução que nestes domínios aconteceu noutros países e lançar perspectivas sobre a realidade da gestão urbana em Portugal. O Seminário terá lugar nesta vossa cidade, e será organizado com a inestimável colaboração da Universidade de Aveiro, cujo contributo para a vitalização desta região merece o maior reconhecimento de todos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A presença do Presidente da República na sede do Município onde se realizam as cerimónias do 10 de Junho corresponde a uma tradição feliz, que cumpro sempre com gosto.

Pela minha parte, julgo ser uma excelente ocasião para sublinhar a importância política do trabalho autárquico, que os cidadãos cada vez mais reconhecem como essencial.

Tenho a convicção de que é na proximidade dos poderes públicos com as pessoas e com os seus problemas concretos que se fortalecem e se relegitimam, todos os dias, os laços de confiança dos cidadãos no sistema político. É essa mensagem que gostaria também de vos deixar hoje.

Termino agradecendo ao Município de Aveiro, na pessoa de V. Ex.^a, Senhor Presidente da Câmara Municipal, a forma empenhada como acolheu as comemorações nacionais do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

É-me muito grato poder assim saudar mais uma vez os aveirenses e, especialmente nesta data, todos aqueles portugueses que, residindo e trabalhando noutros países para os quais emigraram, têm em Aveiro as suas raízes, as suas famílias e, seguramente, a sua identidade mais profunda.

SEMANA DAS CIDADES —

COESÃO, COMPETITIVIDADE E CIDADANIA

SESSÃO DE ABERTURA DO SEMINÁRIO

«COESÃO E COMPETITIVIDADE

DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS, NÍVEIS DE GOVERNO,
COMPETÊNCIAS E CIDADANIA»

Aveiro

24 de Junho de 1999

*I*ncio aqui hoje uma Jornada dedicada às Cidades, e quero começar por agradecer à Universidade de Aveiro, na pessoa do seu Reitor, a disponibilidade para organizar este seminário, iniciativa que me propus patrocinar e que contou com a inspiração do Prof. Arquitecto Nuno Portas.

Permita-me Senhor Reitor que faça uma menção especial ao Departamento de Ambiente e Ordenamento do Território que se empenhou na realização do seminário, e individualize nos meus agradecimentos o Prof. Doutor Rosa Pires, Director do Departamento.

Quero também agradecer aos nossos convidados estrangeiros, Professores Jordi Borja, François Ascher e Klaus Kunsmann, que acederam a apresentar as experiências dos seus países, aos convidados portugueses, Professores João Ferrão e João Caupers, bem como a todos os participantes, interessados em enriquecer com a sua experiência e os seus conhecimentos os trabalhos desta reunião.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Na abertura duma Jornada sobre as Cidades e de um Seminário sobre as Aglomerações Urbanas, devo referir-me, de forma breve, aos objectivos com que encaro cada uma das iniciativas.

A Jornada sobre as Cidades tem a intenção: em primeiro lugar, de reconhecer o lugar central e estratégico que a resposta aos problemas das cidades deve ocupar nas políticas públicas em

Portugal; e, em segundo lugar, de manifestar empenho em que o sistema urbano português se fortaleça mais e se articule melhor. A urbanização cresceu rapidamente nas últimas décadas em Portugal e o dinamismo urbano tornou-se o principal factor de estruturação do território. Mas os desequilíbrios sociais resultantes da aceleração da urbanização, e os impactos da concentração urbana sobre os recursos patrimoniais e paisagísticos trouxeram a primeiro plano uma problemática urbana múltipla e complexa. Os centros dinâmicos da vida colectiva são hoje constituídos por cidades. Uma política urbana tem de ser capaz de, potenciando esse dinamismo, corrigir e qualificar o ordenamento das cidades e aprofundar as suas faculdades de integração cultural e social. Esta Jornada sobre Cidades enuncia três grandes desafios às políticas urbanas no nosso País. Em primeiro lugar, o desafio da competitividade. Trata-se aqui de dar ao sistema urbano os meios necessários ao papel insubstituível que as cidades têm no desenvolvimento dos seus territórios, quer esses meios sejam da ordem das infra-estruturas, quer sejam da ordem do imaterial.

O segundo desafio é o da coesão. Coesão quer aqui dizer capacidade de resposta à mobilidade das pessoas, qualidade de vida, segurança, emprego, justiça, na cidade.

Quer dizer respeito pela diferença e eliminação dos factores de exclusão, das barreiras entre grupos e cidadãos.

O terceiro desafio é precisamente o da cidadania. Ou seja, o da afirmação plena dos valores duma sociedade plural, onde a legitimidade da representação política anda a par de outras formas de expressão participativa da vontade popular. A cidade tem que ser o espaço privilegiado dos cidadãos.

O programa de visitas que cumprirei, entre Porto e Lisboa, com passagem por Castelo Branco, Fundão, Covilhã, Guarda, e Coimbra, procura ilustrar estes desafios.

O tema que levo ao Porto é o da internacionalização, um aspecto que se enquadra na competitividade.

De facto, a internacionalização é um tema crucial que o País no seu conjunto assume para o Porto, reforçando o seu papel no quadro das relações peninsulares e atlânticas, corolário da sua história e da sua posição económica e geográfica. Será dada uma especial atenção ao sistema de comunicações e transportes: ferrovia, porto de Leixões, aeroporto. Ouvirei representantes do poder local, de associações empresariais, técnicos e universitários. O eixo Castelo Branco-Guarda, que inclui ainda as cidades de Fundão e Covilhã, constitui um aglomerado urbano situado na primeira linha da resistência à desertificação do interior. Localizadas a cerca de 20 minutos de distância, as componentes desta rede estão hoje perante questões fundamentais e em simultâneo aprofundar aquilo que identifica cada uma, aprofundar as complementaridades passivas e explorar as complementaridades activas.

Coimbra quer eleger a saúde como uma área de excelência que qualifique a cidade no seu território e no País. É uma aposta estratégica a que prestarei toda a atenção, conhecidas as necessidades de efectuar nesse domínio da saúde um enorme esforço nacional.

Em Lisboa e na sua área metropolitana o programa foca um aspecto de grande actualidade: a integração de imigrantes, designadamente os provenientes dos países de língua oficial portuguesa.

Em Vila Franca e em Oeiras, serão apreciadas situações onde as políticas sociais e de habitação, conjugando o nível municipal e o central, procuram soluções ajustadas a dificuldades acumuladas. Lisboa está perante um grande desafio neste domínio: o de fazer do seu multiculturalismo uma vantagem.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A rede urbana nacional ganhou nas últimas décadas uma configuração policêntrica. O crescimento espontâneo da urbanização entre cidades próximas somou-se às tendências polarizadoras metropolitanas de Lisboa e Porto das décadas anteriores. Em comum, estas aglomerações têm o facto de abrangerem vários municípios, e, dadas as interdependências internas à aglomeração, estão colocadas perante a necessidade de desenvolverem formas de entendimento e de conciliação.

Os imperativos da coesão social e da promoção das populações, aliados às expectativas de competitividade, trazem à ordem do dia os temas da solidariedade no aproveitamento dos recursos, sempre escassos.

Para esta dinâmica a administração pública, há que reconhecê-lo, não tem respostas adequadas. O dualismo poder central-poder local mostra-se insuficiente para rasgar formas novas de cooperação e complementaridade, com legitimidade política.

É esse o sentido (e a urgência) do debate que aqui se propõe. É um debate que depois do virar de página da regionalização não pode ser deixado ao sabor dos acontecimentos.

Como referi aqui mesmo em Aveiro, no dia 9 de Junho passado, há que ter a visão e os instrumentos necessários para aprofundar os processos de concertação intermunicipais, e deles obter melhores resultados ainda na perspectiva do desenvolvimento local e regional. Para que assim aconteça, carecemos igualmente de formas específicas de organização administrativa, vocacionadas para potenciar a adopção pelos municípios portugueses de novos modelos de gestão, adequados à prossecução das políticas que os tempos hoje requerem.

Este Seminário permitirá conhecer melhor e avaliar experiências de outros países e debater diferentes pontos de vista entre nós.

No final, a organização proporá um agenda de reflexão que pode constituir um quadro orientador para o aprofundamento do debate e da decisão sobre esta matéria.

Pela minha parte conto participar nestes trabalhos com grande interesse. Não existem, creio, soluções pronto-a-vestir, mas é necessário encontrar os pontos de acordo indispensáveis para avançar.

SEMANA DAS CIDADES —

COESÃO, COMPETITIVIDADE E CIDADANIA

ALMOÇO COM REPRESENTANTES

DE ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS

Porto

25 de Junho de 1999

Esta minha presença no Porto, no âmbito de uma Jornada sobre as Cidades em Portugal, decorre sob uma preocupação: a competitividade.

A mensagem que trago é muito simples: o País precisa de um Porto competitivo tanto nas suas tradicionais áreas de especialização como em novos domínios de actividade económica, Portugal precisa de um Porto com elevada capacidade de internacionalização.

Para isso é necessário melhorar e dar coerência às acessibilidades externas. Existe hoje uma consciência generalizada de que os estrangulamentos a esse nível têm que ser rapidamente resolvidos. Repito: essa prioridade não é puramente regional, é nacional. O Porto tem de ter melhores ligações à Europa, tanto ferroviárias, como marítimas como aéreas, e tem de reforçar as articulações deste sistema e dele com o sistema das acessibilidades internas.

Abordar o tema da internacionalização do Porto sem falar com os empresários que a tecem, todos os dias, a partir das suas empresas, seria manifestamente desajustado. Por isso vos pedi para se reunirem aqui, neste almoço de trabalho.

Partilho convosco a preocupação com a valorização da capacidade empresarial do Porto e da região, com a promoção da sua imagem no exterior, e com a criação de condições favoráveis à inovação científica e tecnológica, à formação exigente, em suma

à qualidade. Tal como vós estou empenhado em que o Porto continue a ser uma região jovem, que atraia e emprega jovens e lhes assegure futuro.

Estou pois aqui para continuar uma conversa, aliás há muito iniciada.

SEMANA DAS CIDADES —
COESÃO, COMPETITIVIDADE E CIDADANIA
ALMOÇO OFERECIDO
PELA CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA
Guarda
27 de Junho de 1999

*N*a Jornada sobre Cidades em Portugal, trouxe a este sector das visitas ao eixo Castelo Branco-Guarda uma ideia simples: — há uma potencialidade extraordinária, ainda insuficientemente explorada, neste eixo, a qual reside no facto de existirem, com grande proximidade, entre si várias cidades que podem fortalecer as relações.

Reparem bem. Não estou apenas a dizer que há cidades — que as há, evidentemente, e são pólos insubstituíveis de modernização do tecido económico e social. Mas cada uma delas é uma média cidade com capacidades de expansão limitadas

Também não estou a dizer apenas que há uma rede de cidades, mas sim que há um aglomerado urbano de razoável dimensão (cerca de 200 mil habitantes), com vários centros que podem e devem explorar complementaridades activas.

Ora, eu também quis dizer que é fundamental que Portugal tenha um território bem articulado e que os vazios, ou as assimetrias, ou as concentrações excessivas de população e meios põem em risco a coesão do País.

Falo aqui de coesão do território, uma ideia porventura ainda pouco corrente na linguagem política. O território, onde vivem e trabalham pessoas, tem que ser ligado, tem que ser harmonicamente ligado, e só as cidades o podem fazer. As cidades que cuidam do seu território, aquele que influenciam mais directamente, mas que, ao mesmo tempo, concertam com as cidades

mais próximas a defesa e a valorização dos seus patrimónios, sejam eles humanos ou naturais.

Ora, a tal ideia simples que trouxe a estas cidades que visitei ontem e hoje pode agora ser resumida assim: o facto de as dinâmicas destas cidades poderem formar um conjunto é um recurso de grande importância, de importância estratégica.

Estamos a falar de escala. Sem escala, abaixo de uma certa dimensão, dificilmente se atinge a competitividade indispensável e a coesão social imprescindível.

Verifiquei, até com alguma surpresa, confesso, uma consciência da actualidade destes temas entre os responsáveis locais. Esse facto anima-me muito, como se calcula.

O espaço em que actuamos é hoje profundamente outro. Competimos num quadro aberto, europeu, e, em diversas vertentes, mundial até. Já não podemos pensar pequeno, pensar paroquial, local. Podemos agir localmente, mas como se diz na célebre frase, há que pensar globalmente para agir localmente.

Em todas estas cidades me têm sido referidos alguns estrangulamentos das acessibilidades. Reconheço que esse aspecto não andou tão depressa como seria necessário. Aqui, e em todo o País. Interessa-nos ter um sistema viário não apenas moderno mas também coerente, o que, como se sabe, não se compadece com a construção de estradas ao sabor das oportunidades e das conveniências de momento.

De facto a conclusão da rede de acessibilidades previstas melhorará substancialmente a relação com o exterior e a relação com o mercado regional. Esse mercado não é de forma alguma negligenciável. Nele estão centenas de milhares de consumidores, um tecido empresarial significativo e alguns serviços de certa dimensão, como as escolas de ensino superior, os hospitais, os centros administrativos, etc. Nele se encontra já um número

significativo de empresas que pode também gerar complementaridades produtivas.

Gostaria de acentuar, a este propósito duas ou três ideias que me têm sido, por diversos modos, referidas ao longo desta Jornada. A primeira ideia é a de que o ensino superior e as empresas devem continuar o processo de diálogo e de articulação já iniciado e que, nalguns casos, atingiu já plataformas muito interessantes. São agora os próprios empresários a solicitá-lo, e não apenas o poder político a sublinhar esse objectivo, sem o qual evidentemente não há inovação. Precisamos de *interfaces* entre o ensino superior e as empresas, conhecedores do meio, ousados, inovadores, eficazes.

A segunda é a de que a expansão do ensino superior, com grande expressão nesta cidades, designadamente na Guarda, não pode fazer esquecer o ensino básico e secundário, por definição promotor da igualdade de oportunidades. Este é, como não me canso de acentuar, um aspecto crucial do Portugal de hoje e do seu futuro. A escola, designadamente a escola obrigatória, é um elemento fundamental para dar capacidade àqueles sectores que a própria geografia e a sociedade por vezes discriminam.

A terceira é a de que o sector comercial, a par do turístico, merece uma grande atenção. Há que qualificar o sector comercial e desenvolver o potencial turístico da região, onde há uma componente patrimonial e natural fortíssima.

Quero, por último, reafirmar aqui que a minha preocupação não é com a administração, é com os cidadãos. É preciso reforçar a cidadania. E o que quer este aparente chavão dizer? Quer dizer que há que garantir que as pessoas estão mais informadas e, formando a sua opinião, apostadas em intervir, fazer ouvir a sua voz, ajudar a política a encaminhar e a solucionar os problemas. Não há por definição cidadãos no isolamento, coarctados da in-

formação e da troca cultural. Reforçar a coesão é certamente criar condições para uma mais viva e crítica cidadania.

Senhora Presidente da Câmara,

Obrigado pelas suas palavras calorosas e pelo seu convite irrecusável. Um pouco por acaso, venho à Guarda num dia 27, envolvendo-me pois no programa comemorativo dos 800 anos da Guarda. É uma honra e um prazer.

A Guarda tem uma presença forte na história nacional. Pode ter orgulho das suas raízes e do seu percurso. Não se fazem grandes cidades sem esse patriotismo que todos os dias se rega, como se de uma planta de tratasse, e se refaz. Obrigado Guarda.

SEMANA DAS CIDADES —

COESÃO, COMPETITIVIDADE E CIDADANIA

*JANTAR EM HONRA DOS REPRESENTANTES
DE ASSOCIAÇÕES DE IMIGRANTES*

Palácio de Belém

27 de Junho de 1999

*T*erminei hoje uma iniciativa dedicada às cidades e aglomerações urbanas, formada por um conjunto de visitas e um seminário com especialistas portugueses e europeus. Coloquei esta Jornada sob a invocação dos seguintes temas: competitividade, coesão, cidadania. Deles falei em todos os espaços que visitei, e as dificuldades e problemas que lhes respeitam pude constatar em todos os locais por onde passei. Mas dei mais atenção ao tema da competitividade no Porto e em Coimbra, e da coesão territorial no eixo Castelo Branco-Fundão-Covilhã e Guarda. Sobre aspectos da coesão social e da cidadania me debrucei principalmente nas visitas que efectuei esta tarde a Vila Franca e a Oeiras.

É de coesão e de cidadania que principalmente se trata, sublinho, quando de aborda a questão da integração multicultural. Tem sentido abordá-la no quadro de uma jornada que se dirige às cidades, e é oportuno avaliar a sua dimensão na Região Metropolitana de Lisboa.

A circunstância, porém, de a presença de imigrantes estrangeiros ser mais significativa em Lisboa do que nas restantes regiões do País não reduz este problema a um problema regional. O que a este propósito quero afirmar é exactamente o mesmo princípio que enunciei a respeito da internacionalização do Porto, da complementaridade da rede urbana Castelo Branco-Guarda, da saúde em Coimbra: é um objectivo claramente nacional, ainda que tenha expressão regional mais marcante.

A integração multicultural é um grande desafio nacional e, como tal, tem de ser entendido por todos, e valorizado por todos. É do interesse de Portugal que a Região Metropolitana de Lisboa resolva os problemas acumulados da integração étnico-cultural e possa fazer dessa realidade uma vantagem, um recurso que dê consistência ao seu tecido social e económico, e projecte a sua imagem no Mundo.

Para nós, a História (a nossa História) passa pelo interior deste fenómeno. Portugal foi durante séculos um país de emigrantes, e não pode por isso deixar de prestar aos imigrantes que nos procuraram uma redobrada atenção. E se é de África, da África onde se fala português, que chega um dos mais importantes contingentes de imigrantes, também aqui há na história comum razões, responsabilidades, e certamente também alguma boa inspiração.

Não é aliás demais insistir no reconhecimento devido ao contributo que o nosso País tem recebido dos estrangeiros que aqui residem e trabalham.

Há problemas complexos com as condições de vida e de trabalho de muitos desses estrangeiros. Mas desejo sublinhar publicamente a inteligência e a competência com que municípios portugueses, designadamente os da Região Metropolitana de Lisboa, em conjunto com as autoridades centrais, têm metido ombros à tarefa de reduzir as desigualdades de que são vítimas algumas minorias étnicas.

Foi isso mesmo que observei esta tarde em Vila Franca e em Oeiras, cujos Presidentes de Câmara aproveitei para cumprimentar. Acredito, como vi acreditar e praticar nos bairros que visitei, que é nas escolas, nos locais de trabalho e nas zonas de residência que se joga o futuro duma cidadania aprofundada, capaz de conceber a diferença cultural e a pluralidade étnica como um sinal e uma promessa do desenvolvimento urbano avançado.

Mas é também nesses territórios da proximidade e da vizinhança que, se não formos capazes de ganhar as batalhas da informação contra a ignorância e dos valores democráticos contra o racismo e a xenofobia, se cavarão os fossos onde os populismos ignorantes e agressivos irão encontrar um terreno favorável à sua implantação.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Contribuir para que seja possível reduzir as desigualdades de oportunidades, compensar com acções positivas as desvantagens de que algumas minorias étnicas são vítimas, e para que os portugueses compreendam melhor que o pluralismo étnico pode constituir uma vantagem enorme para as cidades da Região Metropolitana de Lisboa é, certamente, um dever que incumbe a todos aqueles a quem o sufrágio eleitoral atribuiu responsabilidades especiais de promover o bem comum.

Mas é, igualmente, uma oportunidade para os investigadores sociais cruzarem os seus saberes com os valores da cidadania, para a comunicação social atingir públicos mais diferenciados, para os sindicatos, as associações empresariais, as organizações não governamentais e o voluntariado desenvolverem a sua acção num campo com importância crescente e enorme futuro.

Conto convosco nesta grande e compensadora tarefa.

SESSÃO SOLENE NA PRAÇA VELHA
DE ANGRA DO HEROÍSMO
Angra do Heroísmo
II de Julho de 1999

Quero agradecer-vos de forma sentida a calorosa recepção, a simpatia e o afecto com que nos receberam, quer a mim quer à Maria José.

Esta é uma cidade calorosa, que já conheço bem e que ao longo dos anos tenho tido a oportunidade de ver desenvolver-se, procurando sempre manter os traços de identidade que a distinguem e lhe conferem uma particular beleza.

Tocada por uma violenta tragédia natural a Terceira e Angra souberam, com coragem e sacrifício, mas também com lucidez e visão de futuro dar um exemplo notável a Portugal e ao mundo de uma reconstrução respeitadora do património.

Não posso deixar de sublinhar este facto que envolveu e envolve a participação de entidades oficiais, mas também da população. Esta que é uma cidade de liberdade e de tolerância está hoje vocacionada para pela qualidade do seu património e pelo permanente cuidado na sua preservação para fazer disso um factor de desenvolvimento, de progresso, de maior riqueza cultural e de natural desenvolvimento turístico, abrindo ainda mais a Terceira ao Mundo.

Sublinho a importância dos projectos que hoje visitei e que representam uma aposta clara no desenvolvimento e no progresso, procurando articular sempre a exigência, que não pode deixar de ser permanente, no rigor do enquadramento no património já edificado.

Este é um caminho que tem de continuar a ser seguido e onde a escola pode também desempenhar um papel decisivo. Não só aqui mas, naturalmente em toda a Região, onde a educação, é essencial para estimular o conhecimento e a intervenção cívica essenciais à valorização do património e da defesa do meio ambiente.

Os objectivos da minha visita são contactar as populações, ver e ouvir, conhecer melhor a realidade e debater perspectivas para o futuro.

Para tal, vou dedicar particular atenção ao desenvolvimento económico, social e cultural e a um melhor conhecimento das dificuldades.

Quero contactar com o isolamento, designadamente nas ilhas mais pequenas penalizadas por uma situação de dupla insularidade, obstáculo ao desenvolvimento económico.

Quero ter tempo, em cada ilha de contactar com a realidade e as pessoas. Quero demorar o que for necessário e possível. Quero estar próximo dos Açoreanos.

Quero valorizar a experiência autonómica, pela qual sempre me bati.

A Autonomia é um instrumento de democracia e de desenvolvimento.

A autonomia, tornada possível com a democratização do regime político em Portugal, tem no caso dos Açores raízes históricas significativas, tendo constituído um passo muito importante para a solução dos problemas regionais e um motor da vida cívica nos Açores.

Nascida em parte da consciência de uma sociedade bloqueada pela burocracia, pela pobreza, pelo isolamento e pela incapacidade de desenvolver uma gestão compatível com a geografia, os recursos físicos e económicos, a cultura, a autonomia trouxe aos Açores poderes efectivos de decidir sobre grande parte dos seus

problemas. Essa é uma mudança decisiva para o desenvolvimento da Região.

Hoje os Açores apresentam uma situação profundamente diferente designadamente no que diz respeito a infra-estruturas, da educação, saúde, comunicações, segurança social, emprego, fixação de quadros. A autonomia, a coesão e a solidariedade nacionais asseguraram já vinte e cinco anos de mudança na região. Subsistem todavia problemas de desenvolvimento para os quais terão de ser encontradas respostas específicas — essa é naturalmente uma das exigências da autonomia.

Os problemas causados pela insularidade e pela dupla insularidade devem continuar a ser encarados com respostas adequadas que terão de ser muitas vezes originais.

É preciso garantir às populações as condições de desenvolvimento pessoal e profissional, bem-estar e protecção social.

Há que inventar soluções novas articulando recursos, valorizando as características do território, e criando bem-estar e desenvolvimento.

Fiz questão de viajar para os Açores na SATA. Quis dar um sinal de estímulo e incentivo ao trabalho que se está a desenvolver em todos os domínios para reduzir os problemas causados pela distância entre região e continente e entre as próprias ilhas.

É preciso aproximar. Facilitar a circulação. Estimular a criação de um mercado regional com condições de maior sustentabilidade.

Os Açores têm uma situação muito específica quer pela extrema riqueza dos seus recursos naturais e culturais quer pela grande dispersão e diversidade de recursos das suas ilhas. É preciso continuar a criar condições para que a dispersão se transforme num património no qual é possível fazer assentar o desenvolvimento. O maior investimento que se pode fazer no desenvolvimento é o investimento que se fizer nas pessoas.

JANTAR OFERECIDO

PELO MINISTRO DA REPÚBLICA PARA OS AÇORES

Angra do Heroísmo

II de Julho de 1999

Agradeço a Vossa Excelência as palavras que quis ter a gentileza de me dirigir e manifesto-lhe, em meu nome e no da Maria José o nosso reconhecimento pela simpatia e afecto com que Vossa Excelência e sua mulher sempre nos receberam.

As autonomia regionais são das mais importantes transformações ocorridas em Portugal na sequência do 25 de Abril.

Entendidas, desde então, como elementos indispensáveis ao desenvolvimento das respectivas regiões e como factores de coesão nacional, as autonomias têm cumprido cabalmente a sua função. Mas o modelo então definido nunca se considerou com obra acabada. Bem pelo contrário, para todos, como eu, que sempre se mostraram partidários da solução autonómica para os Arquipélagos dos Açores e da Madeira, o entendimento era o de que esse processo seria necessariamente evolutivo. O exercício da própria autonomia, a experiência acumulada ao longo dos anos, ditariam, como têm vindo a ditar, uma evolução contratada do processo autonómico.

Dentro desta perspectiva evolutiva, o significado e a função do Ministro da República mudaram também. Essa mudança que decorre da evolução destes 25 anos se altera o leque das competências desempenhadas pelo Ministro da República, não diminui, todavia, a relevância do seu papel.

Quero, por isso, aproveitar para lhe expressar, Senhor Ministro o apreço do Presidente da República pela forma como tem sabido

desempenhar as suas funções, ao serviço do País e desta Região Autónoma.

Hoje, vinte e cinco anos passados sobre o 25 de Abril, continua a ser necessário manter uma perspectiva aberta sobre o futuro das autonomias regionais. Eu não temo essa evolução. Não me compete estimulá-la, nem sequer abrir pistas sobre caminhos possíveis.

O que creio que devo sublinhar é a necessidade de recusar todas as perspectivas fechadas e simplistas, venham elas de um lado ou do outro do atlântico, quanto aos desafios que hoje se colocam às Autonomias Regionais. Aliás, é normalmente de perspectivas fechadas que nascem desnecessárias tensões regionais.

Hoje, o nosso desafio colectivo já não é o do debate em torno do modelo e da repartição de competências. Esse debate, que ocupou as últimas duas décadas, fez o seu caminho, produziu os seus frutos, positivos, devo sublinhá-lo, mas está esgotado, salvo este ou aquele aperfeiçoamento, sempre desejável.

O que importa pensar é na capacidade de assegurar o desenvolvimento e a prosperidade das Regiões Autónomas. Esse, sim, é o grande teste colocado às autonomias. É o meu receio, que quero partilhar convosco, é o de que ao fim de tantos anos de um natural debate sobre o modelo político administrativo das regiões se perca na população portuguesa a consciência de que a solidariedade entre as partes do território nacional não se esgota na definição de um modelo.

A minha perspectiva é a inversa. De pouco servem as autonomias se nacionalmente não formos capazes de tirar o melhor partido da indiscutível vantagem desse modelo para o progresso e o desenvolvimento das populações. É preciso agora concentrar esforços na utilidade do estatuto como factor de desenvolvimento, mais do que continuar a pensar que esse

desenvolvimento pode decorrer por si só das sucessivas evoluções do modelo estatutário. Só o desenvolvimento económico, cultural e social é condição de eficácia das autonomias regionais. Creio que estão hoje reunidas condições para caminhar abertamente nesse sentido. A autonomia regional, nos Açores constituiu-se, em primeiro lugar, como um elemento essencial de solidificação de uma consciência regional que se acrescentou a uma consciência insular individualizada, fruto da história e do estatuto político administrativo anterior à autonomia.

A autonomia ao ser um importante factor de coesão regional permitiu desenvolver as bases de um modelo que procura cada vez mais consolidar as condições de existência de um mercado regional como condição de desenvolvimento económico e social, e muito se tem feito nesse sentido, como já hoje tive ocasião de referir.

Sr. Ministro,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

É preciso ter consciência que as autonomias regionais não são uma experiência nova apenas para os Açores e para a Madeira. Elas são-no para todo o país, que só com o 25 de Abril definiu um novo modelo constitucional que as consagra.

É natural, por isso, que o próprio país esteja ainda a consolidar a consciência de um espaço nacional composto por duas regiões autónomas de fortes tradições históricas e culturais e do maior significado geográfico para a afirmação geoestratégica de Portugal.

SESSÃO SOLENE

NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DOS AÇORES

Horta

15 de Julho de 1999

É com particular prazer que me encontro de novo nesta Assembleia Legislativa, para cuja Sessão Solene de Abertura tive a honra de ser convidado por Vossas Excelências, em Novembro de 1996.

Ao organizar hoje esta Sessão quiseram Vossas Excelências distinguir-me, uma vez mais, com um gesto carregado de simbolismo e significado político.

Ao longo desta visita tenho tido a oportunidade de contactar as populações das diversas ilhas desta bela Região. Mas o vosso convite permite-me dirigir uma mensagem a todo o povo açoreano, através dos seus representantes democraticamente eleitos, valorizando, assim a legitimidade dos órgãos de governo próprio da Região.

Fui toda a minha vida um democrata. Ao longo de quarenta anos de vida política, encontro como preocupação constante da minha carreira a necessidade de procurar aperfeiçoar os instrumentos de aprofundamento da democracia, tentando encontrar sempre novas formas quer de aproximação e participação dos eleitores nas instâncias de decisão política quer de garantia de expressão da diversidade de perspectivas para a evolução da sociedade.

Por isso, nunca tive dúvidas quanto à eficácia do modelo de Autonomia Regional para os arquipélagos dos Açores e da Madeira. Por isso, nunca deixei, ao longo destas décadas de estimu-

lar, na sociedade portuguesa, uma cultura de pluralismo, de respeito pela diferença, pelo debate de perspectivas diversas para a evolução do país e pelo respeito escrupuloso pelas minorias, cuja existência é essencial para a valorização da vida cívica e democrática do país.

Sou, por formação e por cultura política uma pessoa tolerante, valor que prezo acima de tudo como essencial à consolidação de uma sociedade humanista, baseada no respeito pela diversidade da pessoa humana.

A minha presença aqui cumpre, três objectivos.

Transmitir ao povo açoreano uma palavra de confiança, mas também de necessidade de coragem e persistência na procura de um futuro sempre melhor para Portugal e para esta Região Autónoma.

Manifestar o meu respeito por esta Assembleia Legislativa Regional e pelos deputados eleitos pelo povo açoreano, que representam no seu conjunto a diversidade de propostas políticas para a evolução da Região.

Agradecer a vossa penhorante disponibilidade para, nas respectivas ilhas, me acompanharem em todas as visitas, contribuindo com os vossos comentários e ideias para que o Presidente da República possa formar uma opinião mais fundada sobre o presente e o futuro dos Açores. Quero, também, expressar formalmente o meu reconhecimento pela presença constante, amiga e atenta de Vossa Excelência, Senhor Presidente da Assembleia, ao longo destas duas semanas, em representação desta Assembleia Legislativa. Mas permitam-me ainda a circunstância de me encontrar neste Parlamento, para dedicar uma palavra de particular apreço pela significativa presença ao longo desta visita dos Senhores Deputados eleitos à Assembleia da República.

A todos muito obrigado pela forma com que quiseram distinguir o Presidente na República com a vossa presença. A todos muito obrigado pelo calor humano com que me têm envolvido a mim e à Maria José ao longo destes dias.

Senhor Presidente da Assembleia,

Excelências,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A mensagem que vos quero transmitir é de facto uma mensagem de confiança no nosso futuro colectivo.

Vinte e cinco anos após o 25 de Abril, Portugal pode orgulhar-se do caminho que percorreu. Não foram poucas as dificuldades que foi necessário ultrapassar. Mas é indiscutível que o país mudou, e mudou profundamente ao longo destes anos.

Este é o momento de repensar o futuro. Mas é importante não esquecer que se é verdade que percorremos já um longo caminho, era enorme a distância que nos separava dos países mais desenvolvidos em 1974. E que, por isso, a todos nós está imposta a tarefa de olhar permanentemente para as carências que temos ainda de ultrapassar e de, com a mesma coragem e determinação, debater e definir as políticas que podem permitir sustentar o desenvolvimento do país.

Não me cumpre debater essas políticas. É aos partidos políticos e mesmo à sociedade civil que cabe essa tarefa.

Ao Presidente da República incumbe a responsabilidade de estimular uma visão de futuro que dê continuidade a uma Nação velha de oito séculos da qual todos nos orgulhamos.

Independentemente das políticas concretas, creio que o nosso futuro depende de uma cultura de exigência, que recuse perspectivas facilitistas.

É da capacidade em saber distinguir os sinais de bem-estar da existência concreta de condições de desenvolvimento sustentado

do país que depende a nossa possibilidade de garantir o futuro de Portugal.

Por isso, o nosso maior investimento tem de ser aquele que assegure a qualidade, que estimule a inovação, que promova uma atitude de avaliação permanente das oportunidades e dos desafios, que incentive a iniciativa individual e combata uma cultura de dependência, que valorize o sucesso baseado em melhores níveis de qualificação e não apenas na simples posse — sempre efémera — de bens materiais.

É às portuguesas e aos portugueses que tenho procurado dedicar o meu mandato. Chamando a atenção para a sua capacidade de iniciativa e de realização. Incentivando-os a olhar para a possibilidade de ultrapassar os problemas. Apelando-lhes a que acreditem sempre na nossa capacidade colectiva como Povo.

Mas esse esforço não pode ser apenas fruto de actos individuais, que por esta ou aquela circunstância asseguraram condições de maior realização pessoal.

É necessário garantir um sistema educativo cada vez mais eficaz, um investimento permanente numa maior qualificação profissional, um estímulo constante a uma cultura científica e tecnológica e condições de acesso eficazes à informação, condição essencial de compreensão e eficácia nas sociedades modernas.

Mas se essas, entre outras, podem ser condições que dependem de políticas, onde o papel do Estado é muito importante, outras dependem de uma consciência individual — e das acções que nela assentem — baseada numa cultura de partilha de deveres e de responsabilidades.

As condições de desenvolvimento do país, não dependem apenas do desempenho dos governos, ou do esforço dos outros.

Dependem, do meu ponto de vista, de forma decisiva, da consciência que os problemas do país são de todos nós e que só por

um esforço de solidariedade nacional os poderemos colectivamente ultrapassar.

No quadro da visita a esta Região, não posso deixar de sublinhar a importância de que se reveste este valor da solidariedade como forma de encontrar resposta aos desafios gerados pela distância e pela dispersão geográfica, bem como pelo agravado atraso em que se encontravam estas ilhas à data do 25 de Abril.

Também nos Açores nos podemos orgulhar do balanço destes vinte e cinco anos.

Esta era uma sociedade bloqueada pela pobreza, pelo isolamento, por um modelo de administração burocrático, ineficaz e incompatível com os desafios e as potencialidades impostas pela geografia do arquipélago.

Foi a Autonomia Regional, ao trazer aos Açores órgãos de governo eleitos e a possibilidade de poder legislar em matérias de interesse próprio que consolidou as bases de uma nova gestão dos recursos físicos e económicos, assegurando um maior desenvolvimento e uma maior projecção da sua cultura e património.

Subsistem todavia sérios problemas de desenvolvimento, para os quais terão de ser encontradas, regional e nacionalmente, respostas específicas.

Esta não é, por isso, apenas uma exigência imposta à Autonomia, mas uma exigência do país que tem de saber prestar a sua solidariedade para com os desafios específicos que se colocam a cada região.

Esta minha visita oficial à Região tem-me permitido aprofundar a consciência da dimensão dos problemas associados a dispersão geográfica do arquipélago. Sairei daqui com a consciência reforçada de que as soluções padrão são insuficientes e inadaptadas a esta realidade. Os problemas gerados pela dispersão geográfica — expressão que prefiro, por produzir uma imagem mais con-

creta, do que o conceito abstracto de dupla insularidade — necessitam de respostas flexíveis, de maior agilidade legislativa, e da aplicação do princípio da discriminação positiva, como forma de sustentar um modelo diversificado de oportunidades de progresso económico para as diversas ilhas, com consequências evidentes no equilíbrio demográfico do arquipélago, também ele condição essencial ao desenvolvimento.

Pela minha parte, sabem que podem continuar a contar comigo como defensor da solidariedade nacional necessária à especificidade desta Região Autónoma. A minha convicção reforça-se, aliás, com o conhecimento mais detalhado com que fiquei, do esforço que actualmente se está a fazer no sentido de reforçar, nas áreas de competência própria dos órgãos de governo da Região, todos os mecanismos que possam facilitar e melhorar as condições de articulação dos recursos dispersos, de estímulo à circulação entre as ilhas, de criação de um mercado regional, como forma de garantir maior sustentabilidade ao desenvolvimento e de assegurar melhores condições de realização pessoal e profissional, de bem-estar e protecção social.

Quero deixar uma palavra de estímulo e de incentivo a todos os esforços que já tive a oportunidade de testemunhar no sentido de encontrar respostas imaginativas para transformar a diversidade num património em que assente o desenvolvimento.

Permito-me sublinhar alguns aspectos a que tenho procurado dar uma particular atenção ao longo do meu mandato e que também aqui se revestem da maior importância.

Em primeiro lugar, a necessidade de considerar que o melhor investimento que se pode fazer é o investimento que se fizer nas pessoas. Por isso, a educação deve merecer uma atenção constante. E entendo aqui a educação como a escolaridade de base de todos os cidadãos, bem como a sua formação para o trabalho.

Neste sentido, é muito importante que a escola se saiba adaptar sempre às exigências do mundo de hoje e que seja capaz, com flexibilidade, de dar respostas adequadas às necessidades de desenvolvimento da Região em que está inserida.

Em segundo lugar, uma preocupação com o estímulo a uma cultura de iniciativa e de empreendimento individual. No mundo de hoje, e em particular numa região como os Açores, é necessário desenvolver desde a escola o espírito de iniciativa individual. Julgo dever-se combater a dependência do futuro dos jovens relativamente ao emprego público, havendo que apoiar as iniciativas empresariais das quais tanto depende o futuro desta região. Em terceiro lugar, uma preocupação com o património e o ambiente. Os Açores são um arquipélago lindíssimo, com um património natural de uma diversidade e riqueza que deslumbram e encantam quem o visita. É da preservação desse património e da sua transformação em factor distintivo dos Açores que pode depender uma parte da sustentação do seu desenvolvimento. Dar a conhecer essa riqueza, criando as condições para a sua preservação é um desafio estimulante de um valor estratégico incalculável para a Região.

Senhor Presidente da Assembleia,

Excelências,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Estas são ilhas encantadas que se visitam com deslumbramento e de onde com pena se parte. Esta visita, pela sua dimensão e detalhe é irrepetível. Mas quero-vos assegurar, tal como o tenho feito ao longo destes anos, que aqui voltarei sempre que seja útil e necessária a minha presença. Tenho-o feito sempre com grande prazer, juntando ao exercício das minhas funções o prazer de poder matar saudades desta Região de que Portugal tão justamente se orgulha.

SESSÃO COMEMORATIVA DOS 500 ANOS
DO CONCELHO DE PONTA DELGADA

Ponta Delgada

19 de Julho de 1999

É com particular prazer que acedi ao convite que Vossa Excelência há muito me tinha dirigido para participar nesta Cerimónia comemorativa dos 500 anos do Concelho de Ponta Delgada.

Ao integrá-la na visita oficial que estou a efectuar a esta Região Autónoma, quis assim contribuir para lhe conferir ainda maior projecção e significado.

As minhas primeiras palavras são, por isso, de agradecimento por terem querido partilhar comigo a celebração de uma data tão significativa e de gratidão pela forma afectuosa como todos me receberam.

Comemoramos estes 500 anos do Concelho de Ponta Delgada num saudável clima de festa. Serei, por isso, breve nas minhas palavras. Quero transmitir-vos apenas três mensagens, que sintetizam um pouco aquilo que penso ser essencial para assegurar o desenvolvimento desta magnífica Região dos Açores.

Em primeiro lugar, a necessidade de assegurar condições que garantam o eficaz funcionamento de todos os órgãos de administração do Estado. Quadros técnicos qualificados, uma equilibrada repartição de competências e um reforço da capacidade de intervenção de cada um dos patamares de administração são essenciais.

As estruturas de ensino e de formação profissional são, assim, decisivas para assegurar a qualidade dos recursos humanos indis-

pensáveis a uma administração tecnicamente bem preparada e com capacidade para contribuir para o desenvolvimento de uma visão de futuro para a Região. Por isso, o debate sobre a eficaz repartição de competências entre os diversos patamares de administração do Estado tem de permanecer sempre em aberto. Ninguém deve temer a sua evolução. É preciso ter consciência de que a qualidade da administração depende da proximidade da decisão face ao seu destinatário, mas que esse não é o único critério de avaliação.

A eficácia na gestão e na redistribuição dos recursos no quadro do país ou de uma Região tem sempre de ser ponderada. Talvez, nuns casos, seja necessário repartir melhor competências e recursos. Talvez, noutros, seja necessário ter melhores instâncias de racionalização do planeamento e dos recursos. Estamos num momento de transformação do papel do Estado e de redefinição do seu modelo de funcionamento e de articulação com o território, com os recursos e com as populações.

Importa manter um espírito aberto e um debate permanente sobre estas questões. Mas é vital que todos compreendam que a distribuição de competências não tem como propósito a constituição de poderes autónomos entre si, mas sim o melhor serviço da população. Por isso, o meu apelo constante, ao longo destes meus anos de mandato como Presidente da República, é para que se trabalhe mais e melhor em conjunto que se articulem esforços, que se coopere institucionalmente, que melhor se aproveitem todos os recursos existentes no país.

Nenhum de nós é eleito para exercer o poder que lhe é conferido pelo sufrágio contra os outros poderes. Todos nós somos eleitos para servir os portugueses no quadro das nossas competências. Em segundo lugar, quero sublinhar a necessidade de manter uma aposta muito forte na preservação do património e do ambiente.

Estas são duas das maiores riquezas que os Açores possuem. Ninguém fica insensível à paisagem destas ilhas, à sua diversidade geográfica, à beleza da ocupação do território que ao longo dos séculos se desenvolveu. Preservar esse património é essencial para assegurar a sustentação do desenvolvimento dos Açores. O equilíbrio entre desenvolvimento e património sempre foi difícil de definir. Não há uma medida certa. Um critério aplicável a todas as circunstâncias. Só é possível assegurar a preservação do património e do ambiente, mantendo constantemente um diálogo profundo com todos os envolvidos, uma ligação forte aos centros de investigação científica, e muito, muito bom senso. Nenhum dos fundamentalismos é saudável. Nenhum deles leva a lado nenhum. Só servem para bloquear a procura de soluções equilibradas. Este é um dos grandes desafios que Portugal tem diante de si. E é também um dos desafios que os Açores têm por diante nos próximos anos.

Muito do futuro dos Açores passa pelo Turismo. Ou seja, passa pela defesa de condições rigorosas e equilibradas de desenvolvimento urbanístico de preservação patrimonial e de fruição do património paisagístico e ambiental. Dar a conhecer todas estas riquezas, criando as condições para a sua preservação é um desafio estimulante de um valor estratégico incalculável para a Região e para o país.

Em terceiro lugar, aponto a necessidade de estimular o espírito de iniciativa que tenho testemunhado ao longo destes meus dias de visita. Ninguém me escondeu problemas, nem deixou de me apontar as carências que ainda importa ultrapassar. Mas por todo o lado vi experiências estimulantes, projectos interessantíssimos, uma preocupação crescente com a qualidade e certificação dos produtos e, como sempre foi timbre dos açoreanos, determinação, coragem e muita vontade de ultrapassar os obstáculos. Te-

nho vivido dias exaltantes, de contacto com a população, de análise profunda das realidades, com o privilégio de que disponho de poder contar, na minha comitiva, com uma pluralidade de opiniões e propostas para a evolução do futuro da Região.

Por isso, estas palavras dirigem-se a todos os açoreanos para lhes agradecer a dedicação e o empenho no futuro desta Região e do país. Quero que saibam que podem contar sempre com o Presidente da República. Entendi sempre a minha magistratura como um factor de estímulo das nossas capacidades, mas também de incentivo à estabilidade política e ao diálogo entre todos, para que melhor se possam assegurar as condições de desenvolvimento. Olho com comoção para o esforço que nesta Região se tem desenvolvido desde o 25 de Abril para ultrapassar o abandono a que estas ilhas estavam votadas. Olho com esperança para o futuro.

Agradeço-vos sentidamente a forma como me receberam.

JANTAR EM HONRA DO PRESIDENTE
DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES
Ponta Delgada
19 de Julho de 1999

Não ficaria bem comigo próprio se não retribuísse, em primeiro lugar, as suas palavras num plano puramente pessoal. Quero-lhe agradecer, a si e à Dr.^a Luísa todas as atenções e provas de amizade e estima com que me distinguiu a mim e à Maria José. Tenho plena consciência de que reforçamos um conhecimento recíproco e um relacionamento pessoal que me é particularmente grato.

Estes têm sido dias intensos, de um estimulante convívio entre toda a comitiva que me tem dado a honra de me acompanhar. Temos, em conjunto, tido a oportunidade de discutir os problemas dos Açores. Quero-lhe agradecer também, a franqueza com que sempre me chamou a atenção para as dificuldades que subsistem e para os problemas que ainda se colocam ao desenvolvimento desta Região.

Procurei sempre, desde os tempos dos debates sobre a autonomia, acompanhar a vida das Regiões Autónomas. Apesar disso, ao longo destes dias, aprendi muito. Solidifiquei convicções quanto aos desafios que estão colocados à região e ao modelo autonómico. Mas alterei outras que num confronto mais detalhado com a realidade pude melhor interpretar. Esta é uma oportunidade única para um Presidente.

Não tenho dúvidas em vos afirmar que o conhecimento aprofundado que de aqui levo é muito importante para o exercício do meu cargo.

Não cabem nas minhas competências constitucionais o exercício de quaisquer funções que directamente possam contribuir para a solução dos problemas concretos da Região. Mas, estou certo que ampliei a minha capacidade de desempenhar um papel de incentivador e facilitador de oportunidades, quando elas possam depender do apelo e da magistratura serena do Presidente da República. Estou certo de que aprofundei a minha capacidade de conceber e formular o natural desenvolvimento das autonomias regionais e do seu relacionamento com o governo da República. Tal como estou certo que reforcei o laço afectivo que me liga à população açoreana.

Ao longo destes dias, pude dispor do acompanhamento constante de um grande número de órgãos de comunicação social. O seu trabalho tem um valor insubstituível. Sem eles é impossível o país conhecer melhor a diversidade dos problemas que caracterizam as diversas parcelas do território nacional. E esse conhecimento é indispensável à construção de um sentimento de partilha de responsabilidades no exercício da necessária solidariedade nacional. É útil que o continente conheça melhor os Açores e a Madeira, tal como nestas regiões é importante conhecer melhor os problemas do continente português.

Espero, com esta minha visita, tal como com aquela que fiz à Madeira, ter contribuído para a divulgação de um conhecimento mais profundo das características particulares destas regiões Autónomas. É preciso afastar tantas ideias feitas, fruto de pormenores irrelevantes e de pequenos conflitos acessórios. É preciso perceber e compreender o caminho de afirmação que os poderes autonómicos tiveram de percorrer ao longo destes anos no contexto nacional. Acima e para além disso tudo, está a necessidade de construir uma consciência dos problemas que aqui se colocam e da forma como poderemos mobilizar os recursos nacionais para os resolver.

É isto e apenas isto que mobiliza o Presidente da República e que o fará estar sempre atento à realidade das regiões Autónomas e disponível para, no quadro das suas competências, poder dar o seu contributo.

Permito-me, para terminar este meu agradecimento das suas palavras que já vai extenso, sublinhar um aspecto que me é muito grato constatar.

Por todo o lado encontrei uma nova geração de açoreanos, activa, dinâmica, qualificada, interessada em apostar o melhor de si próprio na construção do futuro dos Açores e que felizmente não sentem mais a pressão da necessidade de abandonar a sua terra para poder encontrar uma oportunidade de vida para si e para os seus. Isso, Senhor Presidente do Governo, é o maior património de que os Açores dispõem e o maior factor de orgulho da Autonomia Regional.

Outros, tantos outros, tiveram antes de partir. Eles são, nas comunidades que constituem, laços indeléveis de Portugal no Mundo. Eles nunca esquecem Portugal. Nem nós os esqueçamos. A todos esses açoreanos eu quero estender também uma saudação fraterna. O seu sacrifício e coragem são dignos de admiração. É para que nunca se repitam as condições dramáticas que os forçaram a partir que é preciso que se reúnam todos os esforços, se mobilizem todas as vontades e se trabalhe com continuidade e estabilidade. Foi esse empenho que aqui vim encontrar. E nada me poderia ser mais grato de constatar.

VISITA À UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Ponta Delgada

22 de Julho de 1999

Quero cumprimentá-lo Senhor Professor pela sua posse como Reitor e desejar-lhe a si e a esta Universidade, as maiores felicidades.

É com muito prazer que aqui me encontro hoje, completando assim a visita que tenho vindo a realizar aos três pólos da vossa Universidade, nesta minha estadia nos Açores.

Na primeira parte desta intervenção gostaria de afirmar como me foi grato presenciar, uma vez mais a importância do trabalho realizado por esta instituição. Trabalho que tem contribuído de um modo muito positivo para a formação de quadros e para a produção de conhecimento sobre os Açores.

São particularmente importantes as prestações realizadas em domínios essenciais ao desenvolvimento, tais como a Agricultura e o Desenvolvimento Rural ou ainda a formação de educadores de infância em Angra do Heroísmo, as Ciências do Mar na Horta, a Vulcanologia, as Ciências e as Humanidades em Ponta Delgada com uma função de relevo na formação de professores.

Sei que não tem sido fácil conciliar as regras e a fórmula de financiamento do ensino público utilizadas no nosso país com a especificidade de uma Universidade tripolar, localizada em diferentes ilhas, onde a deslocação de recursos constitui um problema difícil de ultrapassar. Confio, todavia, que será possível evoluir no sentido da adopção de parcerias, com apoios financeiros provenientes designadamente da Região e dos Ministérios da

Ciência e da Educação. A excelência de projectos que aqui me foram apresentados deve, a meu ver, ser reconhecida e apoiada. A identidade cultural desta região bem como o seu desenvolvimento, muito têm ganho ao longo dos vinte e três anos desta universidade com a vossa actividade.

A minha deslocação aos Açores tem como objectivo conhecer melhor e dar a conhecer o processo de desenvolvimento da região, bem como os obstáculos que a ele se colocam.

Creio, por isso, serem estes o local e o momento certos para, no contexto desta visita, vos colocar algumas questões que dizem respeito à educação, sector a que tenho dedicado a maior atenção ao longo do meu mandato e que considero ser um motor essencial da democracia e do desenvolvimento.

Na segunda parte vou referir alguns desafios que se colocam no mundo de hoje e, em particular nos Açores, bem como às respostas que estão a ser encontradas no sector da educação.

Se durante muito tempo a educação foi encarada quase exclusivamente na perspectiva da formação das crianças e jovens, hoje, ela é cada vez mais, considerada também como um instrumento decisivo para o desenvolvimento e para a democracia.

Ao longo destas duas últimas semanas visitei iniciativas que me sensibilizaram por representarem um esforço significativo para ultrapassar situações de dificuldade e muitas vezes de inércia. Algumas dessas iniciativas apresentam inovação e criatividade, designadamente no domínio das actividades económicas, do turismo, da educação ou do combate à exclusão.

Constatei que a preservação do ambiente e a valorização do património surgem como elementos essenciais ao futuro dos Açores. Verifiquei, todavia, a existência de dificuldades de compreensão de algumas iniciativas neste domínio, facto que requer trabalho permanente ao nível da educação ambiental e patrimo-

nial. Senti, em paralelo, a contradição entre o isolamento das populações e a evolução em matéria das comunicações. Verifiquei a dependência relativamente ao emprego no sector público. Fui mais uma vez confrontado com a dor e a insegurança das populações vítimas da actividade sísmica e da meteorologia.

O papel dos órgãos regionais foi decisivo na concepção, gestão e debate dos projectos que visitei como também o foi o papel das autarquias ou noutros casos ainda a iniciativa associativa.

Esta experiência inesquecível que eu e a Maria José estamos a viver, levam-me a colocar, mais uma vez algumas interrogações sobre o mundo de hoje, no que diz respeito à preparação das populações e em particular dos jovens, para lidarem com os desafios colocados por esta mudança rápida, contínua e com tendência para acelerar:

Estaremos nós a formar jovens capazes de enfrentar os desafios em matéria de preservação do ambiente e património?

Estaremos nós a sensibilizar os jovens para a necessidade de intervir na vida cívica e contrariar o espírito de indiferença que tanto tem prejudicado a democracia?

Estaremos nós a preparar os jovens e os adultos para trabalharem num mundo em acelerada mutação tecnológica, e assumirem iniciativas empresariais que contrariem o espírito de dependência no mundo do trabalho e promovam o desenvolvimento local?

Estou convencido e, por isso, o afirmo neste contexto, que a educação pode dar um contributo muito significativo para que a evolução se processe de forma sustentada e com a participação dos cidadãos. Para tal há que garantir uma formação básica para todos e, simultaneamente, o desenvolvimento de competências essenciais ao trabalho e ao exercício da cidadania.

Aqui nos Açores senti de forma especial como é importante que as crianças e os jovens aprendam na escola a gostar da terra em

que vivem, desenvolvam a consciência de que o território é um bem comum, que temos a obrigação de respeitar.

Por outro lado, é necessário que as instituições educativas assumam uma função de apoio ao desenvolvimento, quer garantindo a educação e a formação profissional, quer através da investigação e produção de conhecimento.

Estou convencido que a educação pode dar um contributo muito significativo para que a evolução se processe de forma sustentada e com a participação dos cidadãos. Para tal há que garantir uma formação básica para todos e, simultaneamente, o desenvolvimento de competências essenciais ao trabalho e ao exercício da cidadania. Refiro-me designadamente à promoção de capacidades de compreensão do mundo que nos rodeia, de intervenção cívica, de negociação, de tolerância, de gestão dos recursos naturais.

É também necessário que as instituições educativas assumam uma função de apoio ao desenvolvimento, quer garantindo a educação e a formação profissional quer promovendo a investigação, a produção de conhecimento e a inovação. Estas serão as bases indispensáveis a sociedade do conhecimento para que haja cada vez menos espaço para a exclusão social, educativa e cultural.

Creio que devemos ser otimistas relativamente aos desafios que se colocam nos domínios que referi. Apesar dos problemas que ainda existem, foram em Portugal dados passos significativos no acesso a todos os níveis de ensino.

Se olharmos os índices educativos da população portuguesa constatamos a existência de alguns problemas que é necessário ultrapassar sobretudo no que diz respeito à qualificação da população com mais de 35 anos. Com efeito, se o nosso país deu passos notáveis na formação de jovens, a situação dos adultos apresenta

um dos piores índices da Europa. Considero que a Democracia tem no nosso país uma dívida a saldar para com os menos jovens.

É, por isso, necessário que se possam encontrar novas respostas, mais flexíveis e pertinentes ao nível do acesso, para quem quer voltar a estudar.

Foi-me muito grato verificar que alguns dos problemas educativos mais graves do nosso país estão a encontrar nos Açores caminhos específicos e inovadores para a sua solução. Refiro-me por exemplo à gestão integrada das escolas dos diferentes níveis de ensino, com vantagens inegáveis para o sucesso educativo das crianças e jovens, do apoio à transição entre ciclos, das taxas de cobertura da educação pré-escolar e do ensino secundário. Fui igualmente sensível às experiências de articulação da educação e da formação profissional, permitindo designadamente a formação de quadros em áreas de grande carência, importantes para o desenvolvimento local e regional.

Estes exemplos são reveladores da importância da autonomia para a construção de caminhos próprios, adaptados às características da Região.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A última parte da minha intervenção dirá respeito ao ensino superior. Aqui a evolução e o processo de democratização do acesso foram muito significativos, facto pelo qual nos devemos regozijar todos. Graças à expansão verificada a frequência do ensino superior corresponde hoje a mais de 35% da população portuguesa com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos. Esta realidade teve necessariamente consequências positivas para os jovens e para o país e, em especial para as regiões do interior e ilhas, onde foram criadas as universidades novas e institutos politécnicos.

Todavia esta expansão que era necessária, trouxe, ao ensino superior novos problemas que importa enfrentar de modo a melhorar a qualidade deste sector e potenciar o seu papel no desenvolvimento. Noutros momentos tenho afirmado que é necessário reflectir sobre o processo de crescimento ocorrido em alguns casos infelizmente de forma precipitada e pouco estudada.

Uma instituição de ensino superior deve ser criada de forma planeada e articulada com a região em que está inserida, o que exige tempo de preparação, formação dos seus docentes, diálogos com a comunidade, desenvolvimento de uma cultura científica, como aconteceu no caso da Universidade dos Açores. Infelizmente não foi assim nalgumas das instituições criadas no país nos últimos anos. Tenho vindo a alertar para a necessidade de repensar a rede do ensino superior, avaliar a experiência desenvolvida, traçar novos rumos. Não é aceitável que sejam dadas respostas pontuais a solicitações e pressões conjunturais como já tenho afirmado noutras ocasiões. Não se deve optar pela proliferação de polos ou extensões, um pouco por todo o lado ao sabor de reivindicações locais ou interesses institucionais. Se a realidade tripolar desta universidade encontrou uma justificação em contextos histórico e geográfico bem precisos, o mesmo caminho não se deve aplicar a outras realidades bem diferentes, pelo menos enquanto não for repensada a rede do ensino superior em Portugal.

É importante encontrar processos mais racionais de organização que contribuam para diminuir o insucesso e abandono escolares existentes hoje no ensino superior português. Por outro lado, a alteração da composição socio-cultural da população escolar exige novas respostas pedagógicas e organizativas. É necessário, inovar em matéria de modelos curriculares, valorizando experiências já existentes, por forma a permitir uma maior articulação entre a instituição de formação e o mundo do trabalho.

Quero deixar aqui um desafio especial à Universidade dos Açores para que pense a necessidade de incentivar o ensino de segunda oportunidade e educação ao longo da vida essenciais no mundo actual, mas ainda mais necessários no caso específico português e em particular nesta Região.

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA
DO VIII CENTENÁRIO DA CIDADE DA GUARDA
Guarda
27 de Novembro de 1999

É difícil não sentir o peso da história. Oitocentos anos de cidade é um tempo que nos transcende e que na sua longa espessura dificilmente se evoca.

Alguns têm o privilégio de recorrer à erudição e nela apoiados percorrer os séculos, narrar glórias e desditas, convocar lendas e mistérios, citar personagens e narrativas das gentes que aqui, viveram e das tradições que deixaram. Mas não é esse o meu caso. Só por exercício de imaginação olho na distância o recorte da Guarda e recrio o que terá representado há oitocentos anos aquela carta de foral e o fio do tempo que daí, ininterruptamente decorre até esta comovente sessão. Percorro o casco histórico da cidade e sinto o passado presente na estrutura urbana, na arquitectura, nos monumentos. Mas sinto, mais forte ainda, o presente desse passado. As pessoas. A sua vida. A vitalidade da cidade. E a força telúrica com que olham em frente, para a vida. Com orgulho, com legítimo orgulho por pertencerem a esta cidade. Com confiança. Com a inabalável confiança, com que encaram, o futuro, fruto de quem, ao longo de tanta história, aprendeu, quando necessário, a cerrar os dentes e a lutar pelo que é seu, mas também pelo lugar e pelo papel que a Guarda deve desempenhar no desenvolvimento de Portugal.

É quando sinto essa força que emana das pessoas que, confesso-vos, me apetece mais falar do presente e do futuro do que do passado. Só garantindo o futuro asseguramos a continuação do passado.

E o futuro é, em primeiro lugar, o futuro das pessoas. É pensando nelas que devemos abordar a realidade e perspectivar o desenvolvimento. Mas, onde estão as pessoas? Porque diminui a população deste interior? Para onde vão? Porque não ficam na sua terra? Por que é que o sonho e a esperança se sediaram aqui durante séculos e hoje parecem poder existir apenas no litoral? Sem pessoas o território nem paisagem é. Sem possibilidade de desenvolvimento o presente não passará de um arrastar do passado. A primeira homenagem a fazer à Guarda, neste dia, só pode ser a de assegurar que ao amor próprio, à coragem, à determinação e à riqueza humana da sua população corresponde, por parte do Estado, uma visão equilibrada e justa do desenvolvimento do país que permita às pessoas condições para continuarem a viver na terra que ajudaram a construir, a nela poderem, com qualidade educar os seus filhos, a encontrar oportunidades de trabalho e de investimento para, em suma, não serem forçados ao exílio dentro do seu país.

Deixámos, durante demasiados anos, que a modernização se fizesse sem atender ao necessário equilíbrio de desenvolvimento entre as diferentes partes do todo nacional.

Hoje, temos um sério problema entre mãos. Temos de ter consciência que o impacto das políticas que afectam o desenvolvimento tem efeitos duradouros sobre as comunidades e que quando esses efeitos são negativos as suas consequências são difíceis de inverter.

Nos últimos quarenta anos acumulámos problemas a que hoje temos de dar resposta. Não são respostas fáceis. Por isso mesmo, é hoje necessário ouvir as pessoas, envolvê-las nos processos de decisão, ajudá-las a pensar colectivamente o futuro da sua região, e, assim, a compreender e a partilhar as opções que o país, no seu todo tem de fazer.

As pessoas não querem que se lhes dê um futuro. Querem escolher o futuro. O que o Estado lhes deve fornecer e, por isso, por um lado, a informação, para que percebam as opções que se lhes colocam e as suas implicações nas outras comunidades, e, por outro, a possibilidade de debaterem os caminhos que afectam o desenvolvimento da sua região.

Sem o conhecimento e a consciência do desenvolvimento previsível para a sua terra, ninguém se sente comprometido com um futuro incerto que depende de decisões em que não participam e onde não encontram, por isso, esperança.

A Guarda tem de recuperar a possibilidade de desempenhar um importante papel no desenvolvimento do país. Tem para isso excelentes condições. Possui um belíssimo património natural, valores culturais riquíssimos, um vincada identidade histórico-cultural, uma qualidade humana que vos distingue. Tem uma localização, do ponto de vista geoestratégico, muito importante podendo desenvolver todas as suas potencialidades como via de comunicação rodoviária e ferroviária transformando a Guarda num pólo de desenvolvimento e numa plataforma logística no intercâmbio de mercadorias.

Mas é preciso dar a essas, entre muitas outras potencialidades, condições para se desenvolverem. E é preciso fazê-lo agora através de uma estratégia clara de desenvolvimento do interior.

Sei que a Guarda dará sempre o seu melhor para aproveitar as oportunidades de desenvolvimento. Mas temos de reconhecer que isso não depende apenas do vosso empenho. Há condições que só o Estado pode assegurar.

A Guarda, e todo este interior, precisa do IP2, condição necessária a uma correcta e equilibrada estruturação das relações interior-interior, norte-sul, e não apenas interior-litoral. Necessita de se articular eficazmente, com os mercados regionais transfronteiriços.

Não é hoje o dia para debater a estratégia de desenvolvimento para a Guarda. O que quero realçar é que a capacidade de construir o futuro tem de ser pensada colectivamente, de forma aberta, clara e participada pelas populações. E que a todos, cidadãos autarquia e governo cabe uma parte da responsabilidade pelo desenvolvimento desta região.

A recuperação da actual assimetria de desenvolvimento é muito difícil. É necessário racionalizar e evitar a dispersão e descoordenação das entidades envolvidas no planeamento e na administração do território. Não se podem dispersar energias, nem aumentar os factores de disfunção já existentes.

Sobretudo, não se pode perder tempo. Todos têm dar o seu contributo de modo a ele poder ainda ser útil. De nada serve, por exemplo, fazer estradas se se tardou ao ponto de estar irremediavelmente debilitada a estrutura demográfica e produtiva que era suposto ajudar a revitalizar.

O tempo é aquilo de que é feita a história destes oitocentos anos que hoje se comemoram. Mas o tempo do passado é um tempo certo, contado em séculos, anos, dias, horas, minutos. É um tempo apenas cronológico, já não muda. Já nada muda no passado. O nosso tempo, o tempo do presente, é um tempo por viver. Somos nós que construímos aquilo que nele se faz. No nosso tempo tudo pode mudar. Mas as coisas só mudam se as fizermos mudar a tempo.

O interior de Portugal precisa de um outro modelo de desenvolvimento, mais equilibrado, mais equitativo, mais solidário, onde as pessoas percebam e confiem que é o mais importante, que o futuro do país passa também por aqui. É preciso mudar a tempo de se poder construir um futuro melhor para todos os portugueses.

Viva a Guarda! Viva Portugal!

COMEMORAÇÕES DO 75.º ANIVERSÁRIO

DA CIDADE DE PORTIMÃO

Portimão

II de Dezembro de 1999

Saúdo calorosamente Portimão no dia da celebração do seu Septuagésimo quinto aniversário. É com muito gosto que me encontro entre vós acedendo ao amável convite que esta Câmara me quis dirigir.

A oportunidade que me concederam, quero aproveitá-la não apenas para homenagear a população do Concelho, mas também para trocar breves impressões convosco sobre o futuro que nos compete construir para o país, para o Algarve e para Portimão.

Ao trabalhar com os meus colaboradores na preparação desta visita confrontei-me com uma realidade que de imediato me chamou a atenção pela importante carga simbólica de que se reveste.

Refiro-me ao facto de usarem da palavra nesta Sessão Solene todos os partidos com assento na Assembleia Municipal.

Tenho-me preocupado, ao longo da minha vida política, em reflectir sobre a forma como melhor se pode articular a democracia representativa com a participação dos cidadãos.

Esta problemática, presente de há muitos anos a esta parte no debate de ideias das democracias contemporâneas, ganhou foros de urgência perante as profundas transformações por que passaram as sociedades desenvolvidas nas últimas duas décadas.

O regime constitucional português ao consagrar o poder autárquico democrático abriu caminho à legislação que consagra a actual forma de funcionamento das autarquias.

Dois aspectos merecem particular atenção. Um, profundamente enraizado na vida das populações: as sessões públicas de Câmara, onde os munícipes se podem directamente dirigir ao poder executivo municipal colocando problemas e propondo medidas. O outro, porventura menos visível, no que representa como prática democrática, é o facto de a vereação ser composta não apenas pelos vereadores da maioria mas também por aqueles que representam as oposições.

Esta vossa sessão leva esse espírito e letra da lei mais longe, enriquecendo-o com a participação das oposições nesta Sessão Solene.

Este é um gesto de profundo significado político e de grande efeito pedagógico. É cada vez mais importante, do meu ponto de vista, que as pessoas, ao votarem, sintam a utilidade do seu voto. E essa utilidade não se resume apenas à eleição de uma maioria. É essencial que os eleitores que votaram em candidatos e partidos que não alcançaram a maioria sintam que existem mecanismos democráticos que permitem que a expressão das suas opiniões se possa continuar a manifestar.

As autarquias são, neste, como em muitos outros aspectos, uma escola de democracia. E julgo mesmo que todos aqueles que sentem o apelo da dedicação a uma vida cívica e política só têm a ganhar se começarem as suas carreiras percorrendo os diversos patamares da vida autárquica.

É por este conjunto de preocupações que continuo a acreditar nas potencialidades dos princípios constitucionalmente consagrados como base do nosso sistema eleitoral. E que o caminho de reformas a introduzir, independentemente do modelo final, para o qual existirão diversas soluções, deve preocupar-se com a manutenção e mesmo ampliação da tradução em mandatos dos votos expressos.

Entre as muitas formas de aproximar o eleitor dos eleitos está certamente aquela que garante que as opiniões e correntes políticas não maioritárias na sociedade continuem a encontrar no sistema eleitoral forma de transformar os seus votos em mandatos. Uma das causas da abstenção reside também no facto de muitas pessoas se alhearem do escrutínio por terem consciência que, neste ou naquele círculo, a sua opinião política não se traduzir em representação política.

Esta vossa prática política, fica como um estímulo à procura de soluções para este problema. Sei que estes não são problemas fáceis de resolver. Tanto mais, que a nossa vida democrática se tem focado mais nas autarquias e no Parlamento, descuidando o desenvolvimento de outros órgãos que podem contribuir para estreitar a proximidade das pessoas face aos centros onde se tomam as decisões políticas.

Hoje, todos os eleitores olham para os Deputados à Assembleia da República, exigindo-lhes que representem e que dêem voz ao seu distrito, não apenas no sentido em que eles reflectam a opinião desse distrito sobre os problemas nacionais, mas também, cada vez mais, no sentido de eles exprimirem as preocupações e problemas exclusivos do distrito.

Esta tendência, claramente compreensível, tem uma consequência e uma razão.

A consequência é o desvirtuamento do sentido constitucional e insubstituível de que o Deputado à Assembleia da República representa todo o país e não o círculo eleitoral que o elege, sem que o seu trabalho parlamentar se possa depois traduzir numa efectiva representação dos anseios das populações.

A razão, assenta no facto de entre o nível concelhio e a Assembleia da República não existirem instâncias intermédias que com eficácia e reconhecimento público representem as populações da divisão administrativa do país assente nos distritos.

Vários caminhos podem, naturalmente, ser seguidos. As Assembleias Distritais talvez careçam de revitalização e reformulação de métodos de composição e competências. O que importa, porém, é, tal como nesta sessão, romper com as limitações actualmente existentes e fazer com que as pessoas sintam que a expressão da sua opinião, dos seus problemas e dos seus anseios ao nível local têm tradução em instâncias políticas que os representam e que procuram encontrar as soluções possíveis.

Hoje, é cada vez mais necessário ser capaz de encontrar mecanismos que aproximem as pessoas do poder político e as levem a participar nas opções que perante nós se colocam.

Excelências,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Perdoem-me se no entusiasmo do formato desta sessão me alonguei demais em temas que transcendem o objectivo que nos une hoje aqui: celebrar Portimão. Mas creio também que esta é uma forma de celebrar o exemplo que Portimão dá.

Sabem que conheço, creio que posso dizê-lo, razoavelmente o Algarve, onde me desloco frequentemente, seja no exercício das minhas funções, seja para, como milhares de portugueses, para aqui passar alguns dias de férias.

Tenho debatido com autarcas, empresários e especialistas os desafios que se colocam ao futuro desta Região. Um futuro que tem de assentar na diversificação das ofertas e na requalificação do tecido urbano e na melhor articulação com a natureza e a preservação do ambiente.

Sei que para Portimão também estas são preocupações. E que a aposta da autarquia passa pela procura de um modelo de desenvolvimento que diversifique a oferta como modo de dar ao Concelho a possibilidade de redefinir as suas funções no quadro regional.

Este parece-me ser um importante caminho a seguir. Sinto que é necessário desenvolver estratégias que permitam a fixação de jovens, num concelho onde a pirâmide etária, projectada a 2010 apresenta já sinais preocupantes de envelhecimento da população.

É útil diversificar, criar alternativas dinâmicas ao turismo, noutras sectores de actividade, porque isso em si mesmo constitui também um factor acrescido de fixação diversificada de profissões e de jovens quadros.

Durante muitos anos, o Algarve cresceu e desenvolveu-se baseado numa estratégia global de oferta turística massificada. Sacrificou-se a este objectivo a qualidade de muitos projectos e planos de desenvolvimento. Talvez este seja o momento de apostar na diferenciação dessa oferta, permitindo aos concelhos desenvolver estratégias concorrenciais que assentem não na quantidade crescente da oferta mas em propostas distintas que assentem na requalificação do que existe e na qualidade, sempre na qualidade os novos projectos. Qualidade assente numa relação equilibrada e muito rigorosa entre a preservação do património, a salvaguarda do meio ambiente e a requalificação urbana.

Excelências,

Minhas senhoras e meus Senhores,

As minhas palavras finais quero dedicá-las a Portugal através da homenagem a Manuel Teixeira Gomes, Presidente da República entre 1923 e 1925, natural de Portimão.

Homem de invulgar sensibilidade, escritor de um estilo inconfundível, Teixeira Gomes afirmou-se na vida pública portuguesa pelos notabilíssimos serviços que prestou à política externa da Primeira República. Da sua obra literária e da sua vida política outros saberão falar melhor que eu.

Na sua biografia marca-me porém a desilusão que o leva a renunciar ao mandato como Presidente da República, amargurado e impotente perante o impasse político a que chegara o regime de então, e que, a curto prazo, conduziria à Ditadura.

Ao reflectir sobre a sua amarga experiência reafirmo perante mim mesmo e perante vós uma convicção profunda. As sociedades e os regimes estão em transformação permanente e cabe, por isso, aos políticos a responsabilidade insubstituível de saber introduzir a tempo as transformações necessárias à adaptação do sistema político às novas exigências das populações. Sem isso, sem essa coragem e determinação, os regimes distanciam-se da população e desenvolvem práticas autistas e autocentradas em que os eleitores não se revêm.

Sei que Portugal hoje não corre esse risco e olho, portanto, com esperança e confiança para o futuro do país.

Portimão deve orgulhar-se de ter como filho desta terra o político distintíssimo que foi Manuel Teixeira Gomes, profundo conhecedor do mundo do seu tempo e particular conhecedor das civilizações mediterrâneas que tanto estudou e visitou. No quadro da importante política de geminações que esta Câmara tem vindo a desenvolver cabe talvez um gesto particular e especial para com Bougie cidade onde se exilou e morreu Teixeira Gomes e que dele ainda guarda uma viva memória.

Saúdo esta política de geminações na pessoa do Presidente da Câmara de São Vicente, Ónesimo da Silveira. Esta política de internacionalização das autarquias é, julgo, da maior importância estratégica e poderá constituir um dos pilares do desenvolvimento do Concelho de Portimão.

Sei que Portimão possui a energia e dispõe da massa crítica necessária para dar um passo em frente no seu modelo de desenvolvimento. E que o futuro mostrará que os desafios que hoje se

colocam podem ser ultrapassados, sobretudo se, para isso se apostar fortemente numa partilha de informação constante e na participação das populações, para que elas se sintam envolvidas na construção do futuro.

Viva Portimão!

SESSÃO DE ABERTURA DO SEMINÁRIO
SOBRE GESTÃO DAS GRANDES ÁREAS URBANAS
Lisboa
2 de Fevereiro de 2000

Quero começar por agradecer ao Departamento de Geografia e Planeamento Regional da Universidade Nova de Lisboa o convite para participar neste Seminário Internacional sobre Gestão de Grande Áreas Urbanas. Saúdo os promotores e intervenientes deste Seminário, a quem quero dedicar uma palavra de apoio pelo seu empenho em identificar problemas, comparar experiências e esclarecer as opções que temos pela frente. Acompanho, como se sabe, interessadamente, a discussão dos temas relacionados com a metropolização e o crescimento urbano em geral, que nos coloca perante desafios complexos e exigentes. Desafios no plano da gestão do território, desafios no plano da competitividade, desafios no plano da participação cívica. Eu próprio, promovi, em Junho do ano passado, com a colaboração da Universidade de Aveiro, um debate sobre «Coesão e competitividade das aglomerações urbanas — níveis de governo, competências e cidadania», cujas conclusões estarão disponíveis em breve. As questões desta natureza não se compadecem nem com avaliações superficiais nem com decisões avulsas, e daí a importância deste tipo de jornadas com a presença de académicos e responsáveis políticos. Mas também é certo que o aprofundamento da análise dos problemas terá de ser acompanhado pela adopção das competentes propostas de solução, e julgo que é chegado o momento de pôr em marcha novos instrumentos de gestão para as aglomerações urbanas em Portugal.

Justificarei em seguida esta perspectiva: em primeiro lugar, caracterizando a evolução recente da urbanização que obriga a repensar o modelo de gestão; em segundo lugar, referenciando os limites a que chegou a experiência portuguesa actual neste domínio; em terceiro e último lugar, sublinhando os contornos de uma nova política para a regulação do sistemas urbanos mais complexos.

Minhas Senhoras meus Senhores,

As cidades são cada vez menos «ilhas», não me canso de repetir. Em poucas décadas alargaram e reconfiguraram os seus limites; tornaram-se menos individualistas, formaram redes. Em suma, de ilhas passaram a... arquipélagos. São poucas as áreas urbanizadas de alguma dimensão que ainda correspondem ao modelo da cidade-município isolada.

São várias as razões porque hoje, entre nós, e noutros países europeus, se repensa a organização — económico-social, administrativa, e também política — destas cidades-região.

Por um lado, há a preocupação de obter economias de escala para a gestão de alguns dos seus serviços locais. Por outro lado, há a preocupação de gerar efeitos de aglomeração que beneficiem a sua base produtiva e de emprego e justifiquem um «marketing de cidade» mais agressivo. No mínimo, trata-se de evitar ser excluído do quadro de vantagens comparativas da presente globalização das oportunidades.

Mas para que estas vantagens sejam reais é necessário que a aglomeração intermunicipal funcione como uma verdadeira rede de complementaridades. Não é um objectivo fácil de atingir, como se sabe.

É preciso que as naturais diferenças não dêem lugar a insuportáveis desigualdades e muito menos a antagonismos inultrapassáveis. E é essa capacidade que é afinal posta à prova no momento de

gerir internamente um elenco de recursos sempre escassos, de definir as prioridades de um conjunto de equipamentos que não podem ser repetidos em todas as sedes da rede, ou ainda de localizar outros que, ao contrário, pelos seus possíveis impactes, ninguém quer no seu próprio território.

Penso poder resumir esta primeira nota da minha intervenção, afirmando que é preciso que as tendências que concorrem para a desigualdade de oportunidades na vida urbana sejam contrariadas e alteradas. E que, para tal, é preciso dispor de níveis de decisão global, de «arquipélago», e não apenas de «ilha».

Em face destas dificuldades — e entro aqui na análise da nossa experiência — porventura contraditórias, a simples boa vontade associativa e negocial de que têm dado provas diversos grupos de municípios mostra ter um alcance limitado.

Vale, é certo, enquanto a prossecução do interesse comum for compatível com o interesse de curto prazo de cada parceiro autárquico, mas dificilmente esses agrupamentos terão legitimidade para redistribuir ou gerir oportunidades que constituam discriminações, embora positivas, para a coesão do sistema de conjunto. Basta olhar para a experiência das ainda recentes instituições metropolitanas...

Ao nível mundial, europeu, transnacional ou nacional a dinâmica das cidades alargadas, das maiores às médias, assenta cada vez mais em estratégias de competitividade externa, baseadas na oferta de melhorias de infraestruturas e serviços, ambiente urbano, equipamentos de excelência. Mas essas estratégias supõem elevados níveis de consenso sobre a sua complementaridade e coesão interna, como condição para rendibilizar os recursos sempre escassos e o aproveitamento de oportunidades de investimento não menos escassas. Conciliar a competitividade com a redução das assimetrias internas em ambiente de, aliás legítimos e normais,

protagonismos municipais, eis o problema mais crítico e que carece de respostas claras e corajosas.

Noutros países europeus o «centralismo distributivo» do Estado Providência co-existiu, durante décadas, com maior ou menor sucesso, com o reforço de tecno-estruturas administrativas nas maiores aglomerações. Aí assistimos, hoje, ao repensar do novo problema que consiste em fortalecer as complementaridades intermunicipais nas aglomerações potencialmente mais competitivas, sem destruir, entretanto, tanto a dinâmica da democracia local, como a da cooperação ou parcerias, emanadas da sociedade civil.

Entre nós, as tentativas mais interessantes surgidas com o regime democrático têm-se situado ao nível do associativismo espontâneo de municípios. Estamos em regra a falar de municípios de média dimensão, e só raramente metropolitanos, mais próximos pela distância ou pelos problemas — ou por ambos. De modo geral esses municípios acham-se empenhados em responder com maior probabilidade de êxito a programas nacionais ou comunitários que premiavam justificações estratégicas de racionalidade da aplicação dos recursos públicos.

Não regateio elogio a essas experiências mais ambiciosas de «governo local ao nível de rede» de cidades-municípios ou de territórios urbanizados relativamente homogêneos. Mas a admiração não pode levar-nos a esquecer as dificuldades com que eles se debateram e debatem, não só para conseguirem os consensos políticos para cada decisão importante (sobretudo sempre que não se pode satisfazer todas as partes), como para serem ouvidos e contemplados enquanto conjunto autárquico e não simplesmente soma de autarquias. Os problemas tornam-se particularmente evidentes quando se trata de negociar contratos-programa, ou medidas coordenadas de âmbito interministerial, visando as máximas sinergias possíveis.

Longe de se pretender transferir para estas estruturas, por natureza politicamente frágeis, «mundos e fundos» — como se tal pudesse constituir remédio para os efeitos da centralização e para os problemas do ordenamento do território — importa discutir as condições de legitimação política de decisões de natureza intermunicipal, que assumem um verdadeiro nível «supra-municipal». Minhas Senhoras e meus Senhores,

Uma terceira nota, a encerrar esta intervenção, dedicada ao novo consenso a que é necessário chegar para reforçar o papel da nossa rede urbana, e, em especial, das nossas aglomerações.

De facto, como referi, apesar de mais evidentes nas chamadas áreas-metropolitanas, estas questões surgem também noutras aglomerações menores, ou territorialmente menos coesas ou contínuas, e compreendendo municípios de menor peso e capacidade. Dito por outras palavras, estamos perante questões que não poderão ter resposta no plano da estrutura técnica ou do financiamento autárquico se, ao mesmo tempo, se não encontrar uma arquitectura político-administrativa adaptável às variadas situações de complexidade dos territórios visados.

Esta arquitectura implicará, pelo menos, uma progressiva separação de funções entre o nível da rede e o nível das autarquias que a integram e, em consequência, uma legitimação democrática do governo da rede no que respeita às funções que lhe forem atribuídas. Ou seja, uma representatividade própria — não entrarei agora no tema do modelo institucional desejável e possível — sem a qual a coesão da associação voluntária pode ser posta em risco ou, em alternativa, o cumprimento das decisões de consenso difícil pode ser inviabilizado ou distorcido (para parecer que beneficiaram todos...).

Se estes e outros problemas da moderna governação de sistemas urbanos mais complexos não forem amplamente discutidos e não

conduzirem a soluções adequadas às diferentes realidades do País, de pouco servirá repetir fórmulas administrativas de aparência — como as que já se conhecem na sua prática pouco estimulante. E se os municípios em causa serão postos perante novas perspectivas, ao ceder para o nível da rede algumas das suas competências tradicionais — em princípio aquelas mais distantes da participação local directa — também a Administração Central poderá encontrar uma base sólida, porque responsável, para descentralizar competências específicas e serviços tutelados que tem vindo, talvez, a exercer, sob o argumento da relativa atomização e debilidade orçamental do poder local.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

As realidades são diferentes e não resolveremos nenhum problema propondo que se lhe aplique um mesmo modelo institucional. Nem os municípios são todos iguais em termos de competências e critérios de fiscalidade, nem os espaços urbanos alargados tem a mesma configuração. O tema do governo destes espaços tem que atender a essa diversidade de situações (não é a mesma coisa uma área metropolitana, como a de Lisboa, com a sua estrutura radiocêntrica, e uma aglomeração urbana policêntrica) além de ser congruente com os objectivos que se pretendem atingir de cooperação institucional e de concertação estratégica.

É necessário responder adequadamente e com sentido da oportunidade, pois a ausência total de qualquer mecanismo de integração e concertação ao nível da aglomeração pode ter consequências irreparáveis em termos das condições de sustentabilidade urbana, tanto do ponto de vista ambiental, como nos domínios social, económico e cívico.

A incapacidade de conferir uma «inteligência colectiva» a sistemas tão complexos como são esses espaços urbanos aumenta exponencialmente a importância das dimensões mais críticas do

crescimento urbano, ao mesmo tempo que contribui para reduzir drasticamente a nossa capacidade de as regular.

O que está em causa, num período em que esses espaços se têm vindo a associar a situações de fragmentação e exclusão sócio-urbanística, é, por outro lado, transformar esta nova cidade numa fonte de oportunidades, de identidades, de cultura cívica e de inovação política, isto é, redescobrir a missão histórica dos espaços urbanos.

A «inteligência colectiva» que temos de encontrar passam certamente pelos modelos institucionais de administração. Mas a grande pergunta dificilmente poderá deixar de ser: que novas formas de governabilidade queremos para os nossos espaços de tipo metropolitano?

Este Seminário não deixará de propor respostas a esta pergunta crucial.

CAPÍTULO VI

EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA

*«No acesso dos cidadãos à informação e comunicação,
é fundamental perceber que as barreiras
não se centram apenas no nível económico,
mas sobretudo no plano cultural e educacional.»*

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA

DO 30.º ANIVERSÁRIO

DA CRISE ACADÉMICA DE COIMBRA EM 1969

Sede da Associação Académica de Coimbra

17 de Abril de 1999

Esta sessão memorável e histórica e de grande densidade emotiva culmina uma Jornada dedicada especialmente a Coimbra, no âmbito das comemorações dos vinte e cinco anos do 25 de Abril de 1974.

Sobre o sentido deste programa comemorativo já me pronunciei noutras oportunidades. Há datas que, corporizando grandes referências cívicas, devem constituir ensejos não só para lembrar um acontecimento marcante ou prestar homenagem a um gesto decisivo, mas também para efectuar uma ponderação histórica de percurso.

Trata-se de ponderação que tem no horizonte problemas e escolhas que se nos colocam hoje. Acontece que é precisamente com o futuro — a sua avaliação — que à política se pede que se ocupe e preocupe. Não é afinal o futuro que nos compete sondar e inspirar, ajudar a criar e a garantir?

Entendo que este aniversário do 25 de Abril constitui um momento de um significado que merece ser valorizado, o momento em que uma geração transmite a outra um testemunho, entrega de forma simbólica uma herança — e espera que ela seja como tal recebida e prosseguida. Hoje, é precisamente uma dessas passagens de testemunho que aqui acontece.

Por esse património de um Portugal democrático combateram as gerações anteriores, em nome de um sistema de valores que funda na liberdade a dignidade do homem e a convivência das sociedades.

Compreende-se que me refira em primeiro lugar à crise académica de Coimbra, que hoje evocamos, e que se inscreve no ciclo da ruptura que culminou, em 25 de Abril de 1974, com o fim da Ditadura. Identificarei em seguida os traços mais marcantes do regime que saiu dessa ruptura, a benefício do debate em curso, e ocupar-me-ei, por fim, das questões estudantis e universitárias, tal como surgem três décadas volvidas sobre 1969.

Os acontecimentos registados em Coimbra há 30 anos tiveram repercussões profundas na luta pela Democracia em Portugal, e projectaram-se historicamente no 25 de Abril de 1974.

Há circunstâncias que singularizam a crise de Coimbra no contexto das crises académicas do Regime Autoritário.

Em primeiro lugar, foi uma das mais duras e prolongadas lutas estudantis de sempre, pois se materializou numa greve a exames, com a conseqüente perda de ano para um número muito considerável de alunos, e estendeu-se durante vários meses.

Em segundo lugar, ultrapassou claramente o âmbito exclusivo do protesto estudantil, para envolver professores, a Universidade no seu conjunto, e suscitar a adesão de uma cidade.

Em terceiro lugar, a natureza eminentemente política que o protesto tomou, com o tipo de instrumentos utilizados para o desmobilizar e reprimir, designadamente a incorporação militar compulsiva de centenas de participantes no movimento grevista, pôs em causa, não apenas um sistema escolar, mas um regime político autoritário, com o seu sistema de repressão.

Não nos esqueçamos, entretanto, que a crise de Coimbra estalou poucos meses após a substituição de Salazar por Marcello Caetano à frente do Estado Novo, funcionando como teste aos propósitos liberalizadores do regime.

Convidei para me acompanharem neste dia os dirigentes estudantis de 1969, a quem quero prestar homenagem, aqui na

Universidade onde há trinta anos foram exemplo de inconformismo, de coragem, de determinação. Quero reafirmar que o vosso sacrifício, juntando-se ao de outros, conduziu ao 25 de Abril. Não os podendo referir a todos, nomearei a direcção da Associação Académica de 1969: Alberto Martins, Osvaldo de Castro, Celso Cruzeiro, Fernanda da Bernarda, José Gil, Matos Pereira, José Salvador.

Em nome da República, agradeço-vos — a vós e a todos — o contributo da Liberdade.

Não devo esquecer, nesta oportunidade, todos os que cumpriram a inesquecível equipa de futebol da Académica que disputou em 1969 o final da Taça de Portugal. Vejo alguns nesta sala. Permitam-me uma nota pessoal: eu também estive no estádio e ainda hoje recordo a emoção com que assistimos no intervalo ao súbito erguer dos cartazes que contestavam a actuação das autoridades.

Mas quero também citar professores. Não gostaria de esquecer ninguém, e por isso presto homenagem aos já falecidos, Paulo Quitela e Teixeira Ribeiro, que foram secundados, na independência com que arriscaram as suas próprias carreiras, por outros docentes, mais jovens, alguns dos quais tenho a honra de ver nesta sala.

Em vós saúdo o gesto que resgatou uma Universidade, reconduzindo-a à tradição essencial que dela fazia um espaço de liberdade crítica e de autonomia intelectual.

Este momento é adequado para estabelecer o nexos entre os movimentos estudantis e o 25 de Abril.

Não foi só, aliás, em Portugal que os movimentos estudantis reclamaram uma liberdade insuportável para o poder estabelecido. Em diversos contextos, a denúncia viva, a acção generosa em nome de grandes ideais — como a independência dos povos co-

loniais, a paz, a não discriminação racial, o respeito pela oposição, pela minoria, pela diferença — constituiu para gerações e gerações uma escola da vida cívica, e um incitamento à participação política.

Na movimentação se descobrem direitos, se inventam formas de acção, se aprende a tomar a palavra, a exercê-la, a solidarizar-se com colegas e companheiros, a partilhar decisões e ser responsável por elas.

Podemos afirmar, neste sentido, que os movimentos estudantis desenvolveram uma cultura da liberdade.

Em Portugal esse foi porventura o seu grande contributo para a Democracia que construímos com e depois do 25 de Abril.

E porque hoje quero celebrar aqui, na Universidade e em Coimbra, o 25 de Abril, devo ir um pouco mais além, na identificação do conteúdo dessa data de que comemoramos o quarto de século.

O 25 de Abril representa o fim do medo, dos múltiplos medos que tomavam conta da sociedade e das consciências individuais. Não me refiro apenas ao medo da perseguição com fundamento em convicções ideológicas e políticas, mas também ao medo gerado pela distância imposta por barreiras intelectuais e políticas e pelo isolamento.

Vencidos os medos, foi possível, em primeiro lugar, aplicarmos-nos colectivamente na refundação do Estado de Direito e, em segundo lugar, reorientarmos a vida colectiva para a partilha e a solidariedade num outro espaço, o espaço europeu, do qual nos tínhamos afastado.

O fecho do ciclo implicou naturalmente o fim da guerra, a descolonização, e o desenvolvimento de um novo conceito de relação entre Portugal e os outros países de língua portuguesa, baseada no respeito mútuo e na cooperação.

(Seja-me permitido, a este respeito, invocar o alto simbolismo de que se reveste o acto em que terei a honra de participar da atribuição do Doutoramento *Honoris Causa* ao Presidente da República de Moçambique, Joaquim Chissano, por esta mesma Universidade de Coimbra, no próximo dia 23 de Abril).

O Estado do Direito consolidou-se, nestes 25 anos decorridos depois de 1974, em torno da liberdade eleitoral e do pluralismo político, do reconhecimento dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e na divisão de poderes, na independência dos tribunais e na previsão de formas de participação directa dos cidadãos na vida política.

A integração europeia, que a democracia projectou e conduziu, foi, por seu turno, um factor de estabilização democrática. Contribuiu para a racionalização e o enquadramento das estratégias de modernização económica e social do país. Permitiu que Portugal definisse, de forma clara e consistente, uma nova posição internacional. Constituiu, por tudo isto, uma oportunidade para sublinhar os traços históricos da identidade nacional numa dimensão de abertura e de diálogo, onde se exprime a nossa vocação universalista. Este duplo caminho — simplifadamente Estado de Direito e Europa — foi posto à prova e deu a Portugal e aos portugueses uma nova esperança e uma nova confiança. Foi um caminho que exigiu determinação e convicção nas políticas, e consenso nacional no seu traçado e aprofundamento.

Consenso não significa unanimismo. O consenso não dispensa o contributo diferenciado das posições críticas. Consenso implica acordo no objectivo estratégico, respeito pelas regras do apuramento da vontade, e conjugação de esforços na formação da opinião plural. Mais: o consenso não exclui a necessidade e a riqueza do debate, não só sobre as políticas, como sobre os valores em que assentam.

É esse consenso que importa preservar e em certa medida reafirmar no debate europeu que estamos a travar e que é fundamental que seja travado. É um debate crucial porque o momento põe à prova a capacidade europeia de levar mais longe a sua unidade e a sua identidade, e porque o apuramento do sentido da nossa vontade colectiva condiciona as escolhas políticas que temos pela frente.

A democracia é o único regime que pode garantir a paz. Por isso não podemos deixar passar ao lado o debate essencial que há a fazer sobre a nova Europa e as novas questões europeias, não podemos por isso perder a oportunidade de nos fixarmos naquilo que é verdadeiramente importante.

Não se encontra também esgotado o debate acerca da reforma do sistema político e do reforço da participação dos cidadãos. Também aqui, há inúmeras questões a discutir sem tabus nem limitações, mas também com coragem de estabelecer consensos. O Estado de Direito tem ser aperfeiçoado, para melhor garantir aos cidadãos igualdade de oportunidades e capacidade de iniciativa. Uma palavra final, para me reportar de novo aos movimentos estudantis, e à situação universitária, hoje provavelmente também em fase de reavaliação de percurso.

Além duma feição eminentemente reivindicativa, quase «sindical», que vem do passado, e que certamente permanecerá ainda em aberto, os movimentos académicos têm pela frente desafios muito importantes.

Um dos traços caracterizadores dos movimentos estudantis do final da década de 60 foi o de terem questionado a própria escola, na sua função e na sua prática quotidiana.

Atrever-me-ia a considerar que também neste aspecto o legado dos movimentos estudantis precedentes não se deve dar por esgotado.

Precisamos tanto de inconformismo, como de generosidade cívica e de capacidade reivindicativa.

Mas para isso é necessário ganhar alguma distância, ou seja caminhar em sentido inverso da tendência para o envolvimento directo na gestão do sistema.

A intervenção académica é uma realidade incontornável na nossa sociedade. Importa que seja ela própria o mais participada possível, atenta aos fenómenos de indiferença ou alheamento, e apostada em lhes dar combate, removendo com imaginação e sentido do risco as dificuldades que lhe dão origem.

E importa também que ela tenha um sentido mais claro e determinado em torno do desenvolvimento de uma cultura da inovação e da aspiração da qualidade para o sistema educativo português.

Não me parece incompatível a capacidade crítica com a predisposição favorável à criatividade e à mudança. Pelo contrário! O sistema de ensino necessita tanto de inconformismo como de criação, a todos os níveis. Exige tanto a mobilização dos recursos para dizer não ao que está velho e inadequado, como de mobilização para inovar, inventar, exigir e erguer a qualidade. Este desafio é aliás, hoje, para todos, estudantes e professores. Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Trinta anos decorridos sobre a Crise de Coimbra, a Universidade Portuguesa está profundamente transformada. São inúmeras as mudanças que tiveram lugar num período de tempo tão curto.

Não será este o momento apropriado para debater exaustivamente as questões actuais da Universidade, mas não quero deixar de partilhar convosco três notas breves, aliás directamente relacionadas com princípios defendidos pelo movimento estudantil de 1969.

A primeira nota refere-se à defesa da «democratização do ensino» tema presente na sociedade portuguesa desde finais da década de 60. Os 40 000 estudantes daquela época são hoje quase 400 000, frequentando instituições públicas e privadas, politécnicas e universitárias, um pouco por todo o país. Julgo ser justificado neste contexto repetir o que tenho dito sobre a matéria.

Ninguém tem dúvidas sobre a relevância social desta expansão, que abriu o ensino superior a novos públicos mas todos reconheceremos também que ela trouxe problemas e dificuldades que é preciso enfrentar com determinação.

Uma Universidade não surge do nada, não se estabelece através de uma mera conjugação de vontades pessoais, de interesses económicos e de apoios locais. A fundação de uma Universidade exige um tempo longo de preparação, de formação dos seus docentes, de consolidação de uma cultura científica e de um espírito académico; exige uma planificação atempada e a inserção numa rede nacional de escolas do ensino superior.

Os mecanismos de avaliação em curso e as respectivas conclusões aguardadas para data próxima permitirão certamente uma visão mais esclarecida e rigorosa desta questão. Com conhecimento de causa e informação detalhada a comunidade aceitará sem dificuldade medidas de fundo que ponham cobro a situações inaceitáveis e que permitam, ao mesmo tempo, valorizar as escolas, nomeadamente do sector privado, que realizam um trabalho sério e qualificado.

Os factos provam que o Estado não pode abdicar de um papel activo na organização da rede do ensino superior e na sua regular fiscalização. Até porque, em situação de crise, é sempre do Estado que se exige uma intervenção reparadora, a defesa dos anseios e das expectativas dos alunos e das suas famílias. Neste aspecto, é preciso que todos estejamos conscientes dos problemas que

teremos de resolver, fruto em grande parte de um crescimento incoerente e desequilibrado.

A segunda nota chama a atenção para a defesa da autonomia da universidade.

A autonomia tinha, para os estudantes de 69, o sentido da liberdade: liberdade de espírito, liberdade de crítica, liberdade de associação. Mas, na época, acrescentou-se, quase em jeito de profecia: «só a instituições inovadoras a autonomia servirá como instrumento de inovação».

Hoje, possuímos todos, e em especial VV. Ex.^{as}, uma experiência de grande significado neste domínio. E podemos confirmar que a autonomia, por si só, não resolve todos os problemas, contribuindo mesmo, nalguns casos, para agravar erros e defeitos.

É tempo, pois, de juntar ao conceito de autonomia uma cultura de avaliação, que dote as instituições, os alunos, as comunidades científicas, o Estado e a sociedade em geral de instrumentos de aferição, de regulação e de conhecimento público sobre as Universidades.

A autonomia é um meio, não é um fim. Não deve servir para que as instituições fiquem reféns de interesses particulares, para que se fechem dentro de um corporativismo antiquado.

A autonomia que advogo é o contrário do isolamento das Universidades. É a criação de formas de ligação e de articulação com o exterior. É a prestação de contas, a divulgação pública de iniciativas e de projectos científicos.

Mais do que nunca, precisamos de um ensino superior de grande qualidade, actualizado e exigente, em ligação constante com a produção do saber e do conhecimento.

Precisamos de professores dedicados e competentes, de escolas que contribuam para a formação integral dos jovens, no plano científico, cultural e cívico.

A terceira nota que recupero nos documentos da chamada «crise académica» é a crítica a um «ensino ineficaz e ultrapassado», a defesa de uma Universidade Nova contra a Universidade Velha daquele tempo...

Criticava-se, então, a rigidez das estruturas universitárias. E é preciso reconhecer que a crítica continua válida em muitos aspectos.

Desde logo, nos modelos de gestão e de funcionamento. Parece-me essencial imaginar soluções diferentes, que respondam às exigências do tempo presente.

Pela minha parte, gostaria de incentivar experiências criativas que contribuam para uma melhoria do ensino.

Mas a rigidez manifesta-se, igualmente, nas dificuldades de vária ordem para conceber e pôr em prática cursos com características diferentes, organizados de forma flexível e inovadora, por exemplo através da associação ao mundo da ciência, da arte e das empresas.

Já existem bons exemplos, mas reconheçamos que é necessária uma nova pedagogia do ensino universitário, que garanta elevados níveis de exigência, mas que assegure uma maior flexibilidade na frequência dos cursos, nos percursos de formação e nos modos de ensinar e de aprender.

Finalmente, gostaria uma vez mais de chamar a atenção para a importância de adaptar as estruturas universitárias ao acolhimento de novos públicos.

Para além dos alunos jovens, que seguem um processo de formação inicial, as instituições terão de se abrir a adultos que procuram uma segunda oportunidade educativa, a profissionais que buscam uma actualização dos seus conhecimentos, a pessoas que querem valorizar-se culturalmente, isto é, a uma série de grupos que não se enquadram no perfil tradicional do estudante.

Não devemos esquecer que o ensino superior é, por definição, um espaço de produção de saber e de conhecimento. É fundamental que os professores estejam actualizados do ponto de vista científico e que os jovens tenham acesso a laboratórios, bibliotecas e centros de investigação que lhes permitam adquirir uma verdadeira formação superior.

Não consigo conceber a vida estudantil sem uma referência constante aos valores da humanização e sem uma participação regular em actividades associativas, artísticas e culturais. O tempo de estudante é essencial para o nosso futuro como pessoas e como cidadãos. O ensino superior é um espaço de cultura, no sentido mais amplo do termo: cultura científica e tecnológica, cultura humanista, cultura artística e literária.

O futuro das Universidades depende, em larga medida, da capacidade de renovação que demonstrarem, da compreensão de que as suas finalidades só serão cumpridas se adoptarem novos meios e métodos de acção.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Quero terminar, voltando a 1969, cuja evocação nos trouxe aqui, à Coimbra onde então Manuel Alegre fazia votos que «mil flores floresçam onde só dores florescem». Floresceram, não tenho dúvida!

Quero concluir com palavras de grande respeito e agradecimento pelo que todos, sem excepção, fizeram em 1969.

Quero congratular-me por termos vivido estes anos entretanto decorridos, onde demos o nosso contributo à democracia e a Portugal. Quero congratular-me por este momento.

SESSÃO SOLENE

NA UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Faro

19 de Maio de 1999

Agradeço o convite que me foi dirigido pelo Senhor Reitor para visitar a Universidade do Algarve. Agradeço igualmente a sua disponibilidade para acolher e colaborar na organização de uma iniciativa que patrocinei relativa a Armação de Pêra. Agradeço-lhe, também, e em especial, as suas palavras e a substância delas.

O contexto desta visita, quando se assinala a passagem dos vinte anos da Universidade, é adequado para dirigir as mais vivas felicitações a todos os que nela estudam e exercem as suas actividades profissionais. Quero pois prestar homenagem à Universidade do Algarve, pelo esforço aplicado em proporcionar um ensino de qualidade, desenvolver a investigação científica e a prestação de serviços à comunidade. É uma homenagem que envolve todos os que têm dado o seu saber e a sua dedicação, o seu empenhamento e a sua capacidade, nas diversas fases desta instituição e nas diversas escolas que a compõem, politécnicas e universitárias.

Entendo que devo estar especialmente atento ao domínio da educação. É um domínio que se prende com a realização pessoal dos portugueses, com o desenvolvimento do país, com a qualidade da nossa democracia.

Tenho seguido tão de perto quanto possível a evolução e os problemas dos ensinos básico, secundário e superior. Este ano lectivo foi para mim particularmente rico em contactos com o ensino universitário e o politécnico, que prosseguirei no próximo ano.

Conheci melhor as novas instituições de ensino superior público, em especial no que toca às novas respostas pedagógicas e curriculares que têm produzido, e às parcerias em que participam surgidas no âmbito de programas de desenvolvimento.

A experiência da Universidade do Algarve, integrando na mesma instituição escolas universitárias e escolas politécnicas, com a sua diversidade e com a sua complementaridade, suscita o maior interesse.

Certamente que os desafios colocados por esta matriz, pioneira no nosso País, são difíceis e complexos, como aliás o Senhor Reitor sabe, melhor que ninguém. Sei que tem procurado o equilíbrio do desenvolvimento institucional, aperfeiçoando a articulação dos dois subsistemas de ensino superior.

Considero aliás que seria útil e oportuno promover uma reflexão aprofundada sobre esta dimensão do percurso da Universidade do Algarve. Constituiria certamente um dado de grande importância para o estudo do sistema binário português e ajudaria a desdramatizar a discussão sobre o tema. Não devemos perder esta boa oportunidade de aprofundar o conhecimento e valorização das experiências, competências e inovações de cada um dos subsistemas de ensino superior em causa.

Tem-se considerado que o ensino politécnico, de criação mais recente, trouxe ao sistema de ensino superior contributos relevantes, sobretudo no domínio das formações de teor eminentemente prático e ligadas ao mundo das profissões. Dizem-nos as estatísticas que os cursos politécnicos apresentam índices de empregabilidade elevados. Este é seguramente um aspecto que importa aprofundar. Será por outro lado necessário pensar o desenvolvimento do ensino politécnico de modo a criar condições para aumentar a sua capacidade de produção científica.

Em suma, acredito que a análise da diversidade de experiências e modelos constituirá um ensejo para enriquecer o debate sobre o presente e o futuro do ensino superior.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Gostaria de me referir às três missões essenciais do ensino superior, a saber: o ensino, investigação e prestação em serviços à comunidade.

O primeiro vector — o do ensino — oferece-nos, no plano quantitativo, uma imagem positiva, que nunca é de mais realçar. O ensino superior português teve uma evolução sem paralelo na Europa. Com efeito deixámos para trás uma situação que era uma das piores da Europa e da OCDE, e hoje a taxa de frequência do ensino superior já ultrapassou 30% da população portuguesa com idades compreendidas entre 18 e 24 anos.

Esta democratização do acesso provocou grandes mudanças no panorama do ensino superior, tanto em termos de composição social, como regional e de género. Estas mudanças, muito rápidas, exigem adaptações não só ao nível da acção social escolar como ao nível da organização pedagógica e do acompanhamento dos alunos.

Noto, por vezes, que esta última dimensão — pedagógica — nem sempre ocupa lugar tão relevante quanto seria desejável nas reflexões dos responsáveis. Ele reporta-se ao acompanhamento pessoal dos alunos, ao diagnóstico das causas do insucesso escolar, à descoberta de estratégias de motivação sintonizadas com as aspirações culturais e profissionais dos estudantes.

Trata-se de uma limitação que importaria ultrapassar de uma forma decidida: creio, com efeito, que nenhuma comunidade educativa poderá realmente ser inovadora e criativa, se não for capaz de mobilizar a inteligência, a disponibilidade afectiva e até mesmo o inconformismo entusiástico dos estudantes.

Ora, para que uma tal mobilização possa acontecer e dar os seus frutos, é indispensável começar por reconhecer as mudanças operadas na própria natureza e composição da população estudantil. Elas foram impostas quer pelo forte incremento das taxas de escolarização no ensino superior quer pelas transformações da estrutura social portuguesa. E a própria mutação, no plano das aspirações colectivas, decorrente de fenómenos de mobilidade geográfica e social da população portuguesa, também tem de ser tida em conta.

Com tantas e tão profundas alterações ocorridas entre nós nas últimas décadas, é inevitável e saudável que o sistema do Ensino Superior português acolha hoje jovens com características muito diferenciadas.

Sem dúvida, essas características são globalmente bem distintas, nos seus horizontes culturais, das que, ainda há pouco, era normal encontrarmos neste nível de ensino.

Saibamos estar atentos a tal mudança, já que a desatenção pode, no caso, levar a duras formas de incomunicação e a quotidianos bem menos estimulante do que os que idealmente associamos às comunidades universitárias.

Admito que uma perspectiva de actuação centrada no envolvimento activo dos estudantes possa conter alguns riscos de dispersão para os docentes, tão solicitados que já são, quantas vezes, pelas exigentes tarefas da investigação e da actualização científica. Mesmo assim, não quero deixar de apelar aos professores, investigadores e autoridades académicas para que não descurem a reflexão sobre os modos mais eficazes de melhorar a qualidade do ensino superior. Com isso, estarão, afinal, a promover, no exercício da sua profissão, a formação de novas gerações mais preparadas no plano do conhecimento, mais respeitadoras dos valores universalistas da Ciência e da Criação Artística e, seguramente

também, mais empenhadas na transformação fundamentada da sociedade em que vivem.

Contribuirão igualmente para diminuir as taxas de insucesso e abandono escolares que deverão ultrapassar os 40%, sendo fonte de um enorme desperdício e desencanto.

No que diz respeito à missão de ensino gostaria ainda de colocar um problema que constituirá porventura o grande desafio para as instituições de todos os níveis de ensino nos próximos anos. Se Portugal deu passos muito significativos no acesso dos jovens ao ensino, existe um profundo desfasamento cultural destes face às gerações que os precederam, constituídas por pessoas que estarão ainda no mercado de trabalho duas ou três décadas e que têm níveis de formação muito deficientes. Esta situação constitui um obstáculo ao nosso desenvolvimento para o qual é necessário encontrar respostas eficazes. Por isso a educação ao longo da vida de que tanto se fala hoje deve ser cada vez mais assumida pelas instituições de todos os níveis de ensino.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Refiro-me agora a outra missão do ensino superior que é a investigação.

É hoje quase consensual que, para ser um bom professor do ensino superior, é indispensável dominar os instrumentos e metodologias da pesquisa, trazendo para o espaço da aula o fervilhar de ideias e de interrogações, aliado ao gosto pela abordagem racional da realidade, constitutivos do espírito científico.

Mas este último tem de estar presente, com particular relevo, naquele tipo de actividades que, segundo muitos, melhor define a especificidade da vida das instituições de ensino superior — refiro-me à investigação científica propriamente dita.

A verdade é que, actualmente, a possibilidade de realizar pesquisa de qualidade, especialmente em determinadas áreas, não se

compadece com orçamentos demasiado reduzidos, nem com financiamentos sujeitos a flutuações imprevisíveis. Exige, por outro lado, uma boa inserção dos cientistas nacionais nas comunidades de especialistas dispersas pelo mundo e a criação de condições de alguma atractividade para o prosseguimento de carreiras neste domínio profissional tão exigente.

Sabe-se que alguns problemas de financiamento da pesquisa são resolvidos através da vertente de prestação de serviços à comunidade. Esta é a terceira vertente da missão do Ensino Superior que me propus abordar. É graças a ela que tem sido possível elevar o potencial tecnológico e o conhecimento em áreas estratégicas do desenvolvimento das regiões e do país.

Mas existe alguma ambiguidade no exercício dessa função. Assim, se, por vezes, a procura de um serviço específico não impede nem desvia a instituição dos seus objectivos científicos primordiais, verifica-se outras vezes que a prestação de serviços ao exterior, e em especial, às empresas, cede em demasia às exigências e urgências de solicitações mais ou menos pontuais. Neste último caso, corre-se o risco de dispender esforços e energias criativas que seria vantajoso canalizar para tarefas mais enriquecedoras.

Permitam-me avançar a opinião de que é possível, com lucidez e um debate aprofundado sobre os objectivos estratégicos do Ensino Superior, encontrar, a este respeito, os equilíbrios necessários e razoáveis. Não vejo que, para cumprir metas ambiciosas em termos de avanço do conhecimento científico, seja necessário abdicar de responder a procuras formuladas pela comunidade. Pelo contrário: acredito firmemente que a promoção do desenvolvimento económico e social de uma região, assim como afirmação plena de identidade de uma Academia, só terão a ganhar com o aperfeiçoamento empenhado deste intercâmbio.

Atrevo-me, de resto, a ir um pouco mais longe, sugerindo que ao Ensino Superior pode caber um papel absolutamente inovador nesta matéria, tomando a iniciativa de formular projectos que visem a análise e resolução de problemas económicos e sociais da comunidade envolvente. Em domínios tão variados com os do aproveitamento de recursos naturais e da protecção ambiental, do planeamento e reconversão urbanísticas, da modernização e humanização das organizações económicas, da formação ao longo da vida, para não falar de muitos outros, parece-me razoável prever para as Universidades e Politécnicos um papel activo, e não apenas reactivo, na redefinição do âmbito dos serviços à comunidade ao seu alcance.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A Universidade do Algarve dedicou este dia à Biblioteca, uma peça justamente considerada fundamental no crescimento da instituição. E, também muito justamente, ligou a ocasião a uma homenagem à Dr.^a Aliete Galhoz, investigadora e Doutorada *Honoris Causa* por esta Universidade. Quis desta forma simbolizar, se bem percebi, a atenção que numa Universidade construída sob um forte impulso das tecnologias e das ciências «duras», merecem igualmente as humanidades e as ciências sociais.

Quis também associar-me à homenagem à Dr.^a Aliete Galhoz, atribuindo-lhe, a insígnia de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique. Fi-lo, tendo em conta a sua vastíssima obra de poesia, de ficção e de ensaio, com destaque, neste último campo, para os estudos das obras de Mário de Sá Carneiro, José Régio e Fernando Pessoa (cuja *Obra Poética*, pela primeira vez editada no Brasil, organizou).

A investigação nos domínios da Literatura e das Tradições Populares constitui igualmente um trabalho do mais alto valor e uma referência fundamental do nosso Património. Personalidade dis-

creta, mas de grande exigência consigo própria, a Dr.^a Aliete Galhoz é, como escritora, investigadora e divulgadora da nossa licenciatura, autora de uma obra caracterizada pelo rigor intelectual, pela probidade científica e por um exemplar sentido de serviço e de dedicação à cultura.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Cumpridas duas décadas de vida desta Universidade, nunca será demais sublinhar a importância do trabalho que aqui se realiza, numa grande diversidade de domínios estratégicos. Aliás, a pertinência da investigação aqui realizada e o alcance da formação ministrada são amplamente reconhecidas na região e no país. O papel revitalizador da sociedade e da economia que a Universidade do Algarve tem desempenhado é fundamental e hoje claramente insubstituível. Vejo, com satisfação, que a Universidade continua a crescer e tem em execução projectos de reforma e modernização de cursos e equipamentos.

A todos os órgãos académicos, aos funcionários, estudantes e professores quero dirigir os meus votos de melhor êxito. A si, Senhor Reitor, que tenho o privilégio de conhecer e estimar há muito, quero igualmente desejar as maiores felicidades na realização dos objectivos que se propôs para a Universidade do Algarve.

APRESENTAÇÃO PÚBLICA
DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS DE:
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
E SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO
Feira Internacional de Lisboa
9 de Julho de 1999

A minha presença nesta sessão significa o meu apreço pela actividade desenvolvida em todo o país no campo da ciência desde a sua criação à sua aplicação e à sua aprendizagem. Significa sobretudo o interesse que todos devemos atribuir, colectivamente, a esta enorme área do conhecimento, crucial para a construção de um futuro sustentado, solidário, participado.

A globalização da economia e dos mercados não nos deve fazer esquecer as enormes assimetrias que existem no mundo. O século XX fica marcado por uma transformação sem precedentes no domínio da ciência e da tecnologia, mas também por fenómenos de instabilidade e de exclusão social.

Poucos países poderão pretender influenciar e muito menos determinar as linhas de força da globalização. Quer isto dizer que a temos que tomar como um pressuposto, para antecipar e gerir, na verdadeira acepção da palavra, os seus efeitos.

A inovação é crucial para o nosso país. A manutenção de processos ou formas de organização caducos e a recusa em experimentar e avaliar novos procedimentos paga-se caro, neste mundo de concorrência acrescida. Por isso há que apelar a todas as iniciativas que criem um clima favorável à inovação e que criem condições concretas para que a competitividade das empresas portuguesas se eleve.

No passado era principalmente ao quotidiano que se iam buscar as novas ideias, numa prática que se assemelhava a uma acumu-

lação de conhecimentos sobre como aproveitar as forças da natureza. Foi assim até há cerca de cinquenta anos.

Porém, este mecanismo alterou-se drasticamente. A criação da indústrias de alta intensidade tecnológica, na segunda metade do nosso século, assinala a importância central das aplicações da ciência nas sociedades do mundo industrializado.

A prática empresarial e societal passou pois a depender fortemente de novas ideias cuja origem está intimamente associada ao esforço científico, isto é, não deriva da linguagem natural ou do saber comum. O processo de desenvolvimento tecnológico transformou-se radicalmente.

Por outras palavras, se na linguagem de todos os dias os valores, as atitudes e as expectativas de índole científica não circularem nem se afirmarem, a própria capacidade de representar e manipular a realidade fica severamente limitada. As escolhas não serão certamente as mais adequadas aos tempos e aos contextos em que vivemos.

É preciso dedicarmos mais tempo e mais espaços para aprender a funcionar e a comunicar eficientemente, em termos colectivos. Mas essa aprendizagem é apenas uma condição de acesso, de entrada: a sociedade do próximo século é uma sociedade da participação e, quem nela não participa, não existe. Ora a participação implica que se saibam falar as linguagens comuns, mais ou menos especializadas, implica que se seja um interlocutor válido, isto é, que se seja capaz de tornar os nossos problemas, as nossas questões próprias, em temas interessantes para os outros. Só se comunica o que se sabe.

Assim, temos absoluta necessidade de desenvolver uma atitude científica face às grandes questões relativas ao desenvolvimento da sociedade e à sua sustentabilidade, o que implica uma atenção e valorização constante dos institutos e das equipas de investiga-

ção, dos esforços que visam a divulgação e a apropriação alargada dos conceitos científicos, que promovem a educação pela ciência, que garantem uma literacia científica adequada à componente tecnológica societal contemporânea.

Uma sociedade que abdique de procurar os vectores da sua racionalidade é uma sociedade que vai morrer sem esperança.

SESSÃO CONJUNTA DE ABERTURA
DA 6.^a CONFERÊNCIA NACIONAL
SOBRE A QUALIDADE DO AMBIENTE
E DA INTERNATIONAL CONFERENCE ON PUBLIC
PARTICIPATION AND INFORMATION TECHNOLOGIES
Lisboa
20 de Outubro de 1999

Aproveito esta ocasião única em que me encontro perante uma assembleia conjunta de técnicos de Ambiente e de especialistas da Participação das Populações e das Tecnologias da Informação para procurar reflectir sobre alguns temas que são essenciais, no nosso dia-a-dia, e dizem respeito a todos, qualquer que seja o nível de responsabilidade em que nos situemos, pois representam uma exigência primordial de cidadania.

Estes temas ligam-se a um problema fundamental que é o da relação entre o Homem e a Natureza, o qual tem de ser, hoje, encarado como uma verdadeira questão do nosso progresso e da nossa sobrevivência como Espécie.

A consciência que temos da nossa situação cria-nos a responsabilidade de agir.

Sabemos que somos uma espécie, entre os biliões delas que povoam e povoaram o Planeta — uma espécie que, como todas, usa a Natureza para assegurar a sua vida, saúde e bem-estar, provocando perturbações e mudanças no próprio processo natural de evolução.

Mas sabemos também que somos a única espécie capaz de conhecer e estudar o meio em que vive, bem como os efeitos e consequências da sua acção sobre ele.

Esse conhecimento dá-nos a capacidade de gerir para além do interesse imediato, numa perspectiva de longo prazo, e a aptidão por entendermos que pertencemos a um sistema que não é ines-

gotável nos seus recursos. Essas capacidades e aptidões de compreender e agir representam também uma obrigação, uma responsabilidade e um dever.

Uma obrigação perante nós e os nossos contemporâneos.

Uma responsabilidade face ao futuro e às gerações que nos sucederão.

Um dever, em suma perante o passado, o presente e o futuro da Terra e da espécie humana.

Como único ser vivo com capacidade de compreender, prever e gerir a longo prazo, temos a obrigação de preservar e promover o sistema ambiental, buscando um equilíbrio que assegure a vida, a saúde e o bem-estar da Humanidade de forma durável, ao mesmo tempo que defenda, proteja e promova o ambiente e aqueles factores que, nele, são decisivos para a continuação da nossa existência como espécie.

Enunciar este princípio fundamental, não é desconhecer que a sua prática está sujeita a dificuldades de vária ordem.

Desde logo, a que resulta do facto de que, se conhecemos já alguma coisa, desconhecemos ainda muito, sobretudo no que se refere às reacções e consequências das nossas intervenções.

Depois, temos a dificuldade que advém de uma pulsão biológica que se exerce em ordem ao preenchimento e à resposta imediata das nossas necessidades, impedindo, tantas vezes, a necessária racionalidade dos actos de gestão da natureza.

É por sabermos isto que temos de estar cada vez mais preparados, prevenidos e conscientes. É por isso mesmo que gerir recursos naturais representa um desafio técnico, político, social e ético.

Um desafio técnico, de modo a assegurarmos que as soluções encontradas e postas em prática são, no estado dos conhecimentos e da tecnologia de cada momento, as que melhor asse-

guram a preservação da capacidade do ambiente, potenciando a equidade sócio-cultural e a eficiência económica das nossas actividades.

Um desafio político, social e ético, porque, nestes actos de gestão estamos, muitas vezes, não apenas a obedecer a princípios e convicções que não são os que a nossa biologia determina ou seja, a mera sobrevivência como ser e como espécie, como temos mesmo de reprimir algumas dos nossos impulsos sócio-culturais que, porventura, se mostrem desfasados dos objectivos de equidade social e do respeito pela capacidade do ambiente.

Tendo presente o quadro geral em que estas questões se põem julgo importante reflectir um pouco sobre a forma como as nossas sociedades podem caminhar no sentido de, dentro das condições que asseguram um equilíbrio ecológico durável, prosseguir visando a Saúde e o Bem-Estar de todos os seres humanos. Como sabemos, os sistemas ambientais são o suporte de todos os sistemas sociais, como sempre constituíram o suporte de todas as comunidades de espécies que vivem e viveram na Terra.

Sabemos hoje, mais do que nunca, que esses sistemas dependem das utilizações que deles fazem toda a comunidade dos seres vivos e o ser humano em particular, o Homem, introduzindo modificações na natureza desses sistemas cujos efeitos têm de ser avaliados.

Não podemos analisar a qualidade e o respeito pela capacidade do Ambiente sem a equacionar em termos do funcionamento equitativo dos sistemas sócio-culturais e, ainda, da eficácia dos sistemas económicos que lhes dão consistência, assegurando a subsistência e o progresso individual e colectivo.

Tudo isto introduz um complexo desafio em termos de conhecimento do funcionamento das nossas sociedades: a saber, o da gestão integrada e simultânea de três complexos sistemas, o

Ambiente, a Sociedade e a Economia, profundamente interligados, sujeitos a diferentes regras e condicionantes de natureza cultural, social, económica ou geográfica, para citar apenas algumas das mais importantes.

Este desafio é um desafio global, porque, como sabemos, o ambiente terrestre é uno, tendo qualquer perturbação grave, por mais localizada que seja, um efeito na totalidade do sistema. É também global porque diz respeito à globalidade dos valores, princípios e objectivos que conduzem a gestão política, económica, social e cultural do nosso globo.

No primeiro caso estamos perante um exigente problema técnico, domínio no qual o progresso tem sido nos últimos anos muito significativo e que estas conferências de certo reflectirão.

No segundo caso, estamos perante problemas de uma enorme complexidade, que tem que ver com a integração, na temática ambiental, da questão do desenvolvimento.

De facto, urge alterar o modo como nas nossas mentalidades e práticas temos abordado o Desenvolvimento, circunscrevendo-o, quase só ao domínio económico, esquecendo que a omissão das componentes social e ambiental põe em causa as próprias bases e a sustentabilidade desse «desenvolvimento».

Se considerarmos as crises sócio-políticas que o Mundo atravessa, encontramos como suas causas frequentes a injustiça social, a violência exercida sobre culturas, a ineficácia dos sistemas económicos ou a disputa de recursos ambientais escassos.

Enfrentar estas crises numa perspectiva meramente sectorial é manter a sua latência e o risco de, num maior ou menor prazo, recludirem com maior intensidade.

Encará-las globalmente, exige responder a um conjunto de desafios, sobre os quais interessa reflectir para podermos agir. Posso sintetizá-los sob a forma de interrogações.

Como resolver a contradição aparente ou real, entre a globalização económica, informativa, cultural social e ambiental e a soberania nacional, expressa em termos da soberania democrática tradicional e dos novos modos de participação popular nos sistemas de decisão? Como envolver as pessoas na vida social, sem que elas se sintam desmotivadas pelo gigantismo e pela inércia das instituições, já não locais ou nacionais, mas crescentemente globais?

Como implementar soluções equitativamente fundamentadas, num universo crescentemente mediatizado pela difusão da informação, no qual a opinião individual assume um valor completamente diferente do passado, tomando a representação e a concertação muito mais complexas?

Como ultrapassar a tendência crescente de desresponsabilização individual que, contraditoriamente, perante a referida crescente individualização da opinião pela difusão global da informação, se traduz na, incapacidade de acção que leva por vezes os indivíduos a abdicarem da sua condição de cidadãos, relegando para os «outros» a responsabilidade pela solução dos problemas colectivos? Como assegurar uma real participação dos indivíduos e comunidades nos processos de decisão num mundo em crescente «desnacionalização» dos mecanismos de poder político e económico, e a emergência cada vez mais acentuadas das corporações supranacionais, totalmente regidas estas por normas que fogem à lógica da soberania e dos direitos dos indivíduos, das comunidades ou mesmo das Nações?

Como fazer emergir uma estrutura efectiva de poder partilhado e democrático em que os cidadãos envolvidos local e regionalmente, se concertem como poder em contraponto e em colaboração com os órgãos de natureza mais central ou global, sejam elas corporações ou comunidades e administrações regionais, nacionais ou internacionais?

Como assegurar a igualdade na diversidade, seja ela nos domínios cultural, económico ou social, sem reduzir a importância da diversidade cultural, ecológica e geográfica a uma pseudo igualdade económica, desprezando as especificidades e valores locais, em favor de uma uniformização que fere o próprio princípio da igualdade que se afirma querer preservar e concretizar?

Como assegurar, em suma, o equilíbrio entre a globalidade do acesso à informação e a preservação dos valores e individualidades locais, regionais e nacionais, numa perspectiva inversa do chauvinismo que marcou tão dolorosamente o último século? Como assegurar, em suma, a afirmação das mais-valias individuais em termos de contribuição para a riqueza e o bem-estar globais?

Acabei de enunciar um conjunto de questões que, como cidadão e como político me preocupam, e para as quais sei que, só colectivamente, poderemos ir encontrando as soluções.

Estou consciente da existência de uma certa incomunicabilidade entre aqueles que decidem politicamente e aqueles que investigam e têm responsabilidades técnicas.

Essa incomunicabilidade é um mal que deve ser ultrapassado. Precisamos de falar mais uns com os outros, de aprender com as nossas experiências diversas.

A Economia, a Sociedade a Cultura e o Ambiente estão intimamente ligadas e, sem uma visão plural e global, apenas semeamos conflitos, seja eles entre os homens, seja nos efeitos que decorrem da incapacidade da Natureza em suportar, de uma forma compatível com as necessidades humanas, as perturbações que nela se vai provocando.

As vossas conferências contribuirão, estou certo, à semelhança das anteriores, para um avanço, sempre naturalmente incompleto, no sentido da resolução de algumas destas questões. Quero

louvar, por isso, esta realização e a feliz iniciativa de as conjugar num *forum* comum. Todos os esforços que se façam no sentido de desenvolver as técnicas e motivar os processos sociais e éticos que nos permitam olhar o futuro de uma forma responsável e mais confiante merecem ser apoiadas.

Desejo o maior êxito aos vossos trabalhos e fico à espera das conclusões a que chegarem, pois elas são muito valiosas e úteis para permitir decidir com mais informação e maior consciência do que verdadeiramente está em causa. Bom trabalho!

SESSÃO DE ABERTURA DA CONFERÊNCIA
«OS CIDADÃOS E A SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO»
Centro Cultural de Belém
9 de Dezembro de 1999

Sociedade de Informação, Sociedade de Vigilância, Sociedade da Comunicação, Sociedade em Rede, Sociedade Globalizada. Todas estas são designações que podemos encontrar na reflexão de especialistas, no discurso presente na maioria dos órgãos de informação e mesmo à volta de muitas mesas em conversas informais. O que parece unir todas estas tentativas de caracterização das sociedades contemporâneas é a ideia de que as tecnologias de informação e comunicação e os seus conteúdos representam hoje um elemento central para a evolução social, económica e cultural dos cidadãos.

Levando um pouco mais longe esta descrição poderíamos dizer que parece surgir um novo ideal de Homem, aquele que está permanentemente informado, contactável e que domina a utilização de uma multiplicidade de tecnologias: da Internet ao telemóvel, passando pelas consolas de jogos e pela televisão.

No entanto, grande parte da atenção pública dada às utilizações das tecnologias de informação e comunicação parece concentrar-se excessivamente no domínio do económico, relegando para um segundo plano as análises das implicações sociais e culturais. É este o ponto de partida — que não é pessimista — que me levou a promover esta iniciativa, a qual, partilhando do princípio de que a informação é um elemento central nas nossas sociedades, procura trazer para a discussão as implicações dos novos *media* para a participação dos cidadãos na vida pública.

Tem sido uma das minhas preocupações salientar a necessidade de proceder a reformas no sistema político, a par do assegurar de um efectivo reforço da proximidade, da participação e da confiança dos cidadãos. Julgo, igualmente, fundamental questionar o papel potenciador ou limitador que podem ter as tecnologias de informação e comunicação neste quadro.

Julgo não haver respostas definitivas para estas interrogações mas penso ser essencial afirmar a minha convicção de que, a par dos chamados direitos cívicos, sociais e políticos, se afigura a necessidade de considerar que a cidadania plena implica igualmente o direito ao acesso à informação e à comunicação. E que nas sociedades contemporâneas esta «quarta geração» de direitos é condição necessária para o exercício e o acesso aos restantes direitos de cidadania.

No entanto, o desejo de dar iguais oportunidades de acesso às novas tecnologias de informação e comunicação em geral e à Internet em particular, continua a ser um desejo não cumprido para muitos dos cidadãos do planeta. Esta desigualdade é algo que cresce não apenas entre os países do hemisfério norte e sul, mas também entre países desenvolvidos e, também, dentro destes. Daí que, embora muito, e de grande relevância, aliás, já tenha sido feito ao nível do acesso a terminais públicos em escolas e bibliotecas e com a chamada «Internet grátis», é fundamental que se verifiquem as condições necessárias para um abaixamento drástico dos preços do equipamento e dos acessos. Só assim poderemos aproveitar plenamente as possibilidades criadas pelos novos *media*.

Gostaria, igualmente, de salientar que, no acesso dos cidadãos à informação e comunicação, é fundamental perceber que as barreiras não se centram apenas no nível económico, mas sobretudo no plano cultural e educacional, ou seja, no que respeita ao

número de mulheres e homens que utilizam as novas tecnologias, à sua capacidade de aceder aos conteúdos em línguas diferentes do português e na resposta necessária, pelo sistema educativo, quanto ao proceder à formação de utilizadores e produtores de informação que estejam atentos à nova ética dos novos *media*. A referência que faço a uma nova ética tem como objectivo colocar também a discussão no plano das competências educacionais. Julgo que, no mundo das redes interligadas e da Internet, já não basta apenas saber utilizar um computador.

É fundamental saber destriçar a informação útil da não útil, a falsa e prejudicial da verdadeira e, acima de tudo, treinar a capacidade crítica face aos conteúdos, sejam eles escritos, visuais ou sonoros.

A iniciativa que nos junta hoje no Centro Cultural de Belém está igualmente a ser seguida por muitos outros cidadãos no território nacional e fora dele.

Isso é hoje possível pois a difusão da Internet e a sua convergência com outras tecnologias de informação e comunicação permitem que as distâncias geográficas e o tempo ganhem novas dimensões.

Estas alterações merecem a nossa reflexão e não podem deixar de representar desafios, oportunidades ou ameaças para a comunicação e participação dos cidadãos na construção e aprofundamento da democracia.

Sabemos hoje que a nossa identidade como País, livre e democrático, é inseparável e provém, em larga medida, da energia da nossa afirmação cultural e científica.

E tal como afirmei no discurso que proferi no dia 1 de Dezembro, dedicado à Ciência enquanto incontornável fonte de afirmação, a complexidade da nossa época e dos problemas que nos coloca, exige maior informação, mais esclarecimento, mais co-

municação, mais participação, mais ciência, mais consciência. O próprio destino das sociedades democráticas depende, em larga medida, disso mesmo.

Não podemos aceitar um Mundo ou uma sociedade atravessada por um novo e ainda mais terrível dualismo — de um lado, os poucos que possuiriam tudo, poder, saber, tecnologia, informação, dinheiro, capacidade de decidir, de escolher, de manipular; do outro, os muitos que nada teriam e nada poderiam.

A opinião pública, os segmentos especializados da população, o sistema educativo, os actores e agentes económicos e políticos não se podem alhear nem alienar das grandes questões da ciência, envolvendo a ciência, interrogando a ciência no vasto leque das suas aplicações. O alargamento e aprofundamento da cultura científica é tarefa primordial em todas as sociedades que querem continuar a ser avançadas.

Devemos ter presente que a ciência exige recursos e meios poderosos. Temos de ganhar consciência de que, apostar a fundo na investigação científica é o investimento a prazo mais rentável, pois é o que mais valoriza o que os países têm de precioso: a capacidade intelectual de criar, de inventar, de descobrir, de realizar.

É cada vez mais claro que as actividades científicas têm que ser consideradas como inseridas em fenómenos de natureza cultural mais vasta e, portanto, que a ciência é ela própria uma parte integrante e indissociável da cultura.

Hoje, mais do que nunca, torna-se imprescindível compreender o mundo em que vivemos, bem como as escolhas que nele se configuram. Mais do que nunca, temos, igualmente, necessidade de aprender, observar e experimentar ao longo de toda a nossa vida. A cidadania implica a participação. A solidariedade implica a independência.

A democracia pode, por vezes, parecer frágil no seu funcionamento. Mas o nosso dever colectivo é reforçá-la sistematicamente, porque o seu fortalecimento é, inclusivamente, a medida da sobrevivência da nossa identidade cultural, dos nossos valores e das nossas percepções.

As novas ditaduras e os totalitarismos nunca desprezam a força das máquinas nem a eficiência da propaganda; antes as estimulam, no quadro de uma combinação perversa com a ignorância política e com novas ou recicladas superstições.

É preciso estimular nos mais jovens o dom de imaginar, o prazer de aprender, o gozo de descobrir, a vivência de participar. Este é um campo onde uma sociedade democrática não pode fazer quaisquer concessões. Porque é dos jovens que dependerá a prática da cidadania na sociedade que queremos construir.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

É este o momento de exprimir algumas questões que julgo devem merecer a nossa atenção e que constituem um ponto de partida para a discussão do exercício da cidadania na Sociedade de Informação.

São elas as seguintes:

Como poderemos potenciar as práticas e instituições da democracia representativa através do uso das tecnologias de informação e comunicação?

Será o acesso a mais informação suficiente para falarmos de mais e melhor cidadania?

Que papel poderão desempenhar as tecnologias de informação e comunicação para a consulta da opinião dos cidadãos e para a proposta de temas e questões a abordar pelos representantes eleitos? Será a discussão sobre democracia directa e representativa uma mera questão de possibilidades tecnológicas ou implicará a discussão mais vasta de modelos de sociedade?

Como é que iremos encarar a formação da opinião pública numa televisão com públicos cada vez mais segmentados e numa Internet onde a característica fundamental é a da possibilidade de produzir e consumir informação em simultâneo?

Como se poderá assegurar os direitos dos cidadãos no que respeita à sua privacidade no consumo, quando cada vez mais as transações feitas com o recurso a meios electrónicos e o próprio comércio electrónico criam um rasto digital das nossas opções e das nossas compras? E como proteger o cidadão face a uma nova burocracia digital, com tendência para entrar na esfera privada dos cidadãos? Que novas formas de exclusão social podem as tecnologias de informação e comunicação promover?

Qual o papel das instituições do Estado-Nação e da União Europeia num mundo cada vez mais articulado e dependente das redes de informação?

Esta não é uma discussão apenas sobre o futuro. Ela é também uma constatação de que a cidadania se encontra já hoje ligada à utilização da Internet, da televisão, dos telemóveis e das redes em geral.

Como a mobilização a favor do povo de Timor demonstrou, os portugueses souberam utilizar o impacto das imagens televisivas das manifestações em Portugal, o correio electrónico, as petições na Internet, o envio de faxes, as mensagens de telemóvel e mesmo o multibanco para sensibilizar a opinião pública global e os decisores internacionais para as atrocidades ocorridas no outro lado do planeta.

Este é apenas um dos exemplos de como as tecnologias podem ser utilizadas para uma maior e melhor cidadania. Cabe-nos agora, a todos nós, cidadãos, discutir, propor, experimentar. Em suma, colocar ao serviço da sociedade a utilização dos novos *media*, procurando um melhor exercício da cidadania no próximo milénio.

INICIATIVA DEDICADA À EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Palácio de Belém

13 de Dezembro de 1999

Nunca como hoje, as crianças ocuparam um lugar tão importante na vida familiar e social. Elas concentram grande parte das nossas atenções e afectos, das nossas esperanças e anseios. Mas, ao mesmo tempo, nunca como hoje, tivemos tão pouco tempo para cuidar dos nossos filhos, para com eles convivermos no dia-a-dia. A evolução do emprego das mulheres e das condições de vida nas cidades, bem como o desaparecimento progressivo das estruturas familiares «alargadas», são aspectos que permitem explicar esta realidade.

Portugal é hoje o país da União Europeia com a maior proporção de mães jovens a trabalhar a tempo inteiro.

Não espanta, por isso, que ao longo das últimas décadas tenham crescido instituições que se dedicam ao acolhimento de crianças, desde os primeiros meses de vida até à entrada na escola obrigatória. Recentemente, e graças a uma política que tem suscitado grande consenso na sociedade portuguesa, tem sido possível dar passos muito significativos no desenvolvimento da educação pré-escolar para crianças dos 3 aos 5 anos. Com esta iniciativa, dedicada aos problemas da educação de infância, quero dar público testemunho da importância de prosseguir esta política, contribuindo para que todos os jardins de infância tenham as condições previstas na lei e para que, progressivamente, haja um aumento de frequência e um maior cuidado com a acção educativa junto das crianças até aos 3 anos de idade.

Ao fazê-lo, quero lembrar «que a Humanidade deve dar à criança o melhor de si própria», como se escreve na Convenção dos Direitos da Criança, que este ano comemora o seu 10.º aniversário. Ora, é preciso reconhecer que ainda falta muito para garantir os direitos das crianças, tal como estão consagrados neste texto das Nações Unidas.

As minhas primeiras palavras são, justamente, para denunciar as situações de violência e de abandono que impedem muitas crianças de serem crianças, que as transformam em vítimas da ignorância e da exploração dos adultos. É para elas que se dirige a minha atenção e o meu pensamento. Não quero que hajam «crianças a chorar na rua», «crianças exiladas dos outros», como dizia Fernando Pessoa, crianças perante as quais os nossos «corações estão desprevenidos e exaustos».

Todos sabemos que a infância é uma idade decisiva. As nossas acções — e as nossas omissões — marcam as crianças, tantas vezes de forma definitiva e irreparável.

Recordo as palavras de João dos Santos: «O segredo do homem é a própria infância». Recordo-as, para dizer que ninguém se pode isentar desta responsabilidade social. A educação é o dever primeiro que temos como adultos, como pais, como cidadãos.

Sei que tem sido realizado um esforço difícil mas conseqüente ao nível da justiça, da solidariedade social e da educação para proteger, valorizar e dignificar a infância. Foram já dados como resultado dessa cooperação, alguns passos significativos.

Gostaria também de louvar as iniciativas para dar a conhecer os Direitos da Criança. Lembro com emoção um episódio que vivi nos Açores quando numa festa popular, um grupo de crianças apresentou um interessante trabalho realizado na escola sobre esses direitos. Proponho falar-vos de três aspectos que me parecem essenciais para pensar, hoje, as questões da educação de infância.

Em primeiro lugar, quero dizer-vos que a educação de infância não é apenas um problema da escola.

É evidente que, para muitas crianças, a escola constitui uma forma de protecção dos seus direitos e um elemento extremamente importante de desenvolvimento pessoal e cultural. Hoje, todos estamos de acordo quanto à necessidade de alargar a rede da educação pré-escolar, prolongando o investimento que tem sido feito nos últimos anos.

Mas, ao mesmo tempo, é preciso sublinhar a importância dos pais e das famílias, dos amigos e dos espaços informais na educação das crianças. E, por isso, é tão importante avançar com medidas que favoreçam uma maior presença das mães e dos pais junto dos seus filhos, e a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar com políticas de apoio às famílias, com acções concertadas sobre a qualidade de vida (em particular nas cidades), com mudanças na própria vida social e comunitária.

A educação das crianças mais pequenas não se faz apenas nos jardins de infância. Não podemos contentar-nos em deixar as crianças, e ir buscá-las no final do dia. A nossa responsabilidade é mais ampla.

Temos de assegurar as melhores condições educativas, nos jardins de infância, mas também num conjunto de outras situações de acolhimento, em particular das crianças até aos 3 anos. É preciso que a educação facilite o seu despertar lúdico estimulando-as na sua curiosidade e nos seus afectos, e apoiando-as no seu desejo de comunicar.

É preciso também que sem prejuízo das crianças e do seu direito a estarem com os pais, se pense na situação específica das mulheres portuguesas, aproximando os serviços prestados das necessidades das famílias em matéria de horários das instituições, e assegurando uma componente sócio-educativa e de animação de qualidade.

São tarefas que implicam uma responsabilidade partilhada de pais, educadores e autarcas, dentro e fora dos espaços formais, que «cruzam» uma diversidade de dimensões no respeito pela identidade própria de cada criança. Repito uma frase conhecida: «É precisa a aldeia toda para educar uma criança».

O segundo aspecto que gostaria de tratar nesta ocasião, prende-se com o sentido do trabalho educativo nos jardins de infância. Creio que todos estaremos conscientes da importância de uma «intervenção precoce» na educação fundamentada em modelos pedagógicos consistentes.

Há uma enorme diversidade de situações de acolhimento das crianças mais pequenas. Esta diversidade deve ser preservada, procurando assim dar respostas às diferentes necessidades das crianças e das suas famílias. Se o conceito de «escolaridade obrigatória» implica, por definição, a existência de certos padrões comuns, a situação não é idêntica no âmbito da educação pré-escolar.

A importância de assegurar um ambiente educativo propício ao desenvolvimento, e de harmonizar objectivos não deve favorecer a adopção de modelos rígidos e uniformes. Bem pelo contrário. Os jardins de infância devem organizar-se com grande maleabilidade, tendo em conta as tradições familiares e as comunidades em que estão inseridos. Deste modo, eles poderão constituir um elemento essencial para a formação, muito em especial das crianças oriundas de meios sócio-económicos desfavorecidos, que não usufruem de um ambiente familiar culturalmente estimulante.

Esta atitude não é incompatível com a organização das actividades educativas respeitando as orientações pedagógicas publicadas.

Para além do desenvolvimento pessoal, há duas dimensões do trabalho educativo que é essencial assegurar nos jardins de infância:

Por um lado, a aprendizagem da vida em comum, da partilha dos espaços, das regras da comunicação. A ideia de «cidadania democrática», baseada na promoção moral e cívica dos alunos, deve ser a pedra de toque do nosso esforço de educar. É aqui, na escola da primeira infância, que se dão os primeiros passos no caminho da tolerância e da solidariedade. (Gostaria de sublinhar como me foi grato conhecer as práticas de educação para cidadania que tivemos ocasião de visitar hoje, designadamente a aprendizagem do diálogo, de regras de vida colectiva, da tolerância.) Por outro lado, o contacto com o conhecimento e a cultura. Já não nos servem instituições preocupadas apenas em «entreter». As crianças devem iniciar-se no mundo da cultura, da ciência e na aquisição dos instrumentos do conhecimento segundo procedimentos próprios, adaptados à sua idade.

A convivência com os outros e com a cultura define-se por referência ao desenvolvimento próprio de cada criança, à criação das condições para o seu despertar autónomo e para a sua expressão como pessoa.

Por último, gostaria de me referir ao actual «edifício legislativo», que valoriza os contributos prestados pelas redes pública, solidária e particular e cooperativa, assegurando a «tutela pedagógica» do Ministério da Educação. Historicamente, o Estado português não teve durante décadas uma intervenção significativa no sector pré-escolar. É importante, por isso, valorizar a experiência e o conhecimento que existiram e ainda existem nas instituições de solidariedade social e no sector particular e cooperativo. Experiências em muitos casos de grande mérito pedagógico que marcaram muito positivamente o sector. Do mesmo modo, não po-

demos esquecer o importante esforço que tem sido realizado pelo Estado (entre 1996 e 1999, o Orçamento do Ministério da Educação para a Educação pré-escolar aumentou de cerca de 140 por cento) e por muitas autarquias.

O Estado deve assumir uma parte importante no financiamento da educação de infância, bem como uma função de regulação, de inspecção e de avaliação. O objectivo da gratuitidade da educação pré-escolar, pelo menos na sua componente educativa, deve ser atingido o mais rapidamente possível, prosseguindo o esforço que vem sendo realizado a bom ritmo. As visitas que já efectuei durante o dia de hoje, confirmam o interesse de alargar as parcerias e a cooperação institucional. Temos de encontrar fórmulas organizativas inovadoras, que respondam adequadamente à diversidade das solicitações das famílias e das necessidades das crianças. Durante décadas a educação pré-escolar foi reservada a um número muito restrito de crianças graças à iniciativa assistencial e particular. Temos de continuar a trabalhar para:

- Assegurar a qualidade dos serviços educativos prestados a todas as crianças;
- Progredir no esforço de construção de edifícios e aquisição de equipamentos para as creches e para os jardins de infância;
- Criar condições profissionais dignas e justas para todos os educadoras de infância.

Mas, durante as visitas que já realizei hoje tenho verificado que houve uma evolução muito positiva neste sector, evolução que importa prosseguir e consolidar nos próximos tempos.

Não quero terminar sem deixar uma palavra de muito apreço a todos os profissionais que têm dedicado a sua vida à educação de

infância (nas creches, nos jardins de infância, nas escolas de formação de educadoras, etc.). Aproveito para afirmar uma palavra de muita saudade pelo desaparecimento de Maria da Luz Deus, grande educadora que profundamente marcou este sector. É nas palavras de Irene Lisboa, ditas há mais de cinquenta anos, que simbolicamente vos saúdo (cito): «O erro fundamental é o de julgarmos que a educação consta apenas de umas tantas regras, e de escola. Já podemos ir um pouco além disto! A atenção que damos a uma criança, por amor, ou por interesse espiritual, faz-nos descobrir grandes verdades, ter relâmpagos de entendimento sobre a alma infantil. É esta atitude de observação e de amor a mais útil para a convivência com crianças. [...] Todos nós nos educamos e educamos os outros, de vários modos». Não há, certamente, tarefa mais nobre do que esta de educar crianças, de as preparar para um futuro como cidadãos de corpo inteiro, de sentimento inteiro. Mas nos jardins de infância não se constrói apenas o futuro.

Vive-se também o presente. Nós queremos um futuro melhor para as nossas crianças. Mas queremos também um presente melhor, mais afectivo, mais estimulante, mais feliz. O amanhã das nossas crianças depende do modo como formos capazes de as educar hoje.

SESSÃO DE ABERTURA DO COLÓQUIO
SOBRE «SOCIEDADE, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO EMPRESARIAL»
Fundação Calouste Gulbenkian
7 de Fevereiro de 2000

*M*esmo um olhar apressado sobre as transformações e os montantes transaccionados nos mercados mundiais, por força dos processos de globalização da economia, não pode fazer esquecer as enormes assimetrias que se cavam no nosso globo. O século XX, um século de grandes extremos, que experimentou uma transformação sem precedentes no domínio da ciência e da tecnologia, ficou também marcado por destruições, totalitarismos, instabilidades e exclusões. Poucos Estados ou organizações poderão hoje em dia pretender influenciar e muito menos determinar as linhas de força da globalização. Quer isto dizer que a temos que tomar como uma realidade, tentando antecipá-la para melhor gerir, na verdadeira acepção da palavra, os seus efeitos. Sabemos todos que futuro não é uma fatalidade, não se encontra escrito ou armazenado em nenhuma base de dados. O futuro é o que resulta das lutas e dos choques das forças em presença. O futuro começa todos os dias. Por isso, a nossa tarefa colectiva mais importante é a de arquitectar um grande desígnio, racionalizando as visões e as aspirações que vemos emergir na sociedade. É definir um rumo que permita distinguir, na vida económica, as ameaças das oportunidades. É explicitar a direcção que pode acolher e reforçar a diversidade das estratégias dos agentes.

Mas as transformações que as economias dos países ocidentais têm experimentado têm sido cada vez mais rápidas.

A inovação é, por este motivo, crucial para o nosso país. A manutenção de processos ou formas de organização caducos e a recusa em experimentar e avaliar novos procedimentos paga-se caro, neste mundo de concorrência acrescida.

Temos que apelar a todas as iniciativas que estimulem um clima favorável à tecnologia e à inovação, que criem condições concretas para que a competitividade das organizações e a produtividade das empresas portuguesas se eleve. Condições que devem incentivar não só a inovação tecnológica como a inovação na gestão e nos próprias relações de trabalho, que dêem o devido valor ao potencial inovador dos trabalhadores.

E neste aspecto o associativismo empresarial tal como o sindical poderá ter um papel de primeiro plano.

A inovação resulta de um processo de confronto contínuo entre a mudança tecnológica e o ajustamento social a essa mudança. O sucesso de uma economia baseada na inovação repousa, assim, na capacidade de ajuste social à mudança. Que, por sua vez, permite um novo ciclo de transformação.

A criação da indústria de alta intensidade tecnológica, na segunda metade do século XX, veio confirmar a importância central das aplicações da ciência nas sociedades do mundo industrializado.

A prática empresarial e societal passou pois a depender fortemente de novas ideias cuja origem está intimamente associada ao esforço científico, isto é, não deriva da linguagem natural ou do saber comum. O processo de desenvolvimento tecnológico transformou-se radicalmente.

Por outras palavras, é preciso que os nossos valores e atitudes acolham e assumam uma base científica e tecnológica explícita.

É preciso, pois, que sobre a cultura vigente uma nova cultura se afirme, onde a par do saber ler, escrever e contar dos primórdios da industrialização, se junte agora o saber experimentar e inovar e, também, o saber comunicar em todos os *media*.

Desafio maior, a que o sistema educativo terá que saber dar uma resposta cabal. Desafio maior, pois de outro modo as empresas não conseguirão fazer emergir comportamentos favoráveis à inovação. Nem legitimar a atitude de assumir riscos face à incerteza nem, concomitantemente, de a financiar.

Não me tenho cansado de afirmar que é preciso estimular uma atitude científica no debate sobre as grandes questões do desenvolvimento da sociedade e da sua sustentabilidade. Tal implica uma atenção e valorização constantes das actividades de investigação, mas também o de através delas conseguir despertar nos mais novos e em toda a sociedade o gosto e a curiosidade de experimentar e de inovar.

Só com um grande apetite pela investigação pode uma sociedade viver e conviver com a inovação. Só com empresas inovadoras pode uma economia competir num espaço cada vez mais globalizado.

A aposta nas pessoas, na sua educação e formação, é hoje um factor decisivo de identidade cultural de um país. O Estado deve, por isso, garantir que os sistemas de ensino e de formação respondam capazmente a essa necessidade estratégica das sociedades modernas.

Deve igualmente garantir a operacionalidade de uma infra-estrutura técnica e tecnológica adequada e interlocutora dos agentes mais inovadores da economia. E deve, naturalmente, assegurar um sistema de avaliação exigente e rigoroso que permita, de modo sistemático, aferir com seriedade o trabalho que se faz e orientá-lo face ao desejável.

Uma cultura de avaliação implica, assim, que se tenha a firmeza necessária para tirar as consequências dessa avaliação. É que a sociedade beneficia duplamente. Quer porque se podem tomar decisões, quando for caso disso, baseadas numa avaliação legítima e competente. Quer porque se ganha confiança num sistema que não se limita a produzir relatórios, mas que os transforma em acção política consequente.

São estes, pois, temas de grande alcance e actualidade. Muitas interrogações certamente eles nos suscitam. Mas só através do seu esclarecimento saberemos encontrar um caminho.

Como formar redes de inovação, como sedimentar ambientes inovadores, como estimular, enfim, as atitudes culturais geradoras de inovação? E, como atribuir maior relevância às relações entre as empresas e as universidades?

Como desenhar os esquemas de apoio adequados que permitam que nenhuma inovação séria seja bloqueada por falta de recursos ou de oportunidades de financiamento?

Como reforçar as condições que permitem às empresas, no contexto técnico e tecnológico que é o nosso, introduzir inovações tecnológicas e contribuir decisivamente para essa inovação? E, porque a inovação empresarial não se faz sem os trabalhadores, como encarar as relações de trabalho e a formação num ambiente de inovação?

Foi para debater temas como estes que tomei a iniciativa de organizar o presente colóquio, agradecendo desde já a presença de todos, em particular daqueles que se disponibilizaram para proferir as conferências e fazer parte dos painéis que o integram.

CAPÍTULO VII

CULTURA
E IDENTIDADE

*«Creio que a defesa do património constitui
um ensejo exemplar para um consenso nacional —
entre o nacional e o local, entre grupos e sobretudo
entre gerações.»*

INAUGURAÇÃO DO MUSEU DE SERRALVES

Porto

6 de Junho de 1999

Com a abertura deste Museu, podemos e devemos dizer, com orgulho, que a cultura e a arte portuguesas ficam mais no centro do que de importante acontece no Mundo, mais integradas nos circuitos por onde passam a informação, o debate, a mudança, a aventura. Ficam mais conscientes dos seus caminhos e das suas possibilidades. Ficam mais confrontados com o olhar próprio e com o olhar alheio, mais exigentes e mais visíveis. Por feliz intenção ou coincidência, o Museu inaugura a poucos meses do novo século e do novo milénio, neste tempo de passagem simbólica, de avaliação e de prospecção.

O século que agora termina deu à experiência humana uma intensidade que percorreu a tragédia mais radical e a esperança mais exaltante.

Em todos os domínios da vida, do conhecimento e da criação, foram cem anos de afirmações e de negações violentas, de revoluções e de rupturas, de recuperações e de inovações. Cem anos marcados pelo movimento, pela velocidade, pela aceleração do tempo.

A arte do século xx, do cubismo e do dadaísmo à *body art* e à *land art*, não foi apenas o sismógrafo que registou os abalos, foi o arauto que os anunciou. É por isso que uma compreensão esclarecida do que é o nosso tempo, do que representa no confronto com o passado e no impulso para o futuro, é indissociável de um conhecimento e de uma informação actualizados do que foram os movimentos e a história da criação artística em todos os domínios, da

inter-influência com a evolução científica e tecnológica, do modo como foram alteradas as nossas ideias e relações com o Mundo, a nossa percepção da realidade e as formas do nosso quotidiano. O Museu de Arte Contemporânea, pelo seu programa e pelo modo como o vai realizar, constitui, a partir de agora, um instrumento valiosíssimo de informação e de formação cultural, cumprindo múltiplas funções. Entre elas, cumpre, desde logo, uma função estruturante na internacionalização da vida cultural do País, do Porto e do norte da Península Ibérica, podendo ocupar ainda um lugar ímpar na ligação entre públicos e manifestações de diversas proveniências. Trata-se de um projecto de ambição, europeu e internacional, concebido com vista larga, arrojo e sentido do que hoje deve ser, permitam-me a redundância, um museu contemporâneo de arte contemporânea, servido pelos espantosos recursos tecnológicos, pela instantaneidade da comunicação e pela permanente circulação dos bens culturais.

Este Museu e a Fundação que o suporta representam a resposta a uma carência que, logo a seguir ao 25 de Abril, foi apontada como grave e constituída em prioridade: a criação de um Museu de iniciativa pública dedicado à arte contemporânea.

A concretização deste grande projecto fica-se a dever aos vários governantes que deram o estímulo e souberam criar as condições continuadas que permitiram o seu desenvolvimento. Mas fica-se a dever, sobretudo, a um modelo inovador, adequado e eficaz, traduzido na parceria do Estado e da Sociedade Civil. Esse modelo, sem que o Estado abdicasse das suas responsabilidades no domínio da cultura, funcionou bem e merece ser apontado como exemplo. É, por isso, muito justo felicitar aqueles que são responsáveis por este êxito. Em primeiro lugar, o Presidente do Conselho de Administração da Fundação de Serralves, João Marques Pinto que, com uma dedicação total e uma energia contagiante, fez

deste projecto a razão de ser da sua actividade nos últimos dez anos. A ele junto, nas felicitações, todos os que, no Conselho de Administração, tiveram responsabilidades.

A seguir, desejo, com especial ênfase, enaltecer o papel de todos os Fundadores que, associados ao Estado, permitiram que se desse um passo decisivo na nossa vida cultural. Saúdo-os por terem sabido entender o que estava em causa, garantindo os meios necessários para se chegar aqui. Quero testemunhar-lhes, em nome do País, o reconhecimento pelo serviço prestado à comunidade e à cultura. Estou seguro de que o bom resultado obtido, o orgulho pela obra realizada e as responsabilidades assumidas constituem o melhor penhor de que esse apoio prosseguirá e se alargará no futuro a outros mecenas.

É ainda da maior justiça realçar o valioso apoio que sempre foi dado à Fundação de Serralves pela Câmara Municipal do Porto e pelo seu Presidente, Dr. Fernando Gomes.

Este novo Museu não é um ponto de chegada, é um ponto de partida. É assim que é entendido e ainda bem, querendo com isso significar-se que é um projecto sempre inacabado, com capacidade de renovação e de abertura, fazendo da relação entre a arte, os criadores e o público o seu programa de acção.

Esta atitude está, aliás, na linha do trabalho desenvolvido pela Fundação de Serralves, desde o seu início: um trabalho caracterizado pelo rigor e pela qualidade, pela ousadia de trazer para o debate temas novos, pela preocupação pedagógica e educativa, pelo aprofundamento das questões ambientais e ecológicas, para as quais, pelas suas características naturais, esta Casa e este magnífico Parque estão vocacionados.

Seja-me permitido, neste momento, lembrar o trabalho aqui realizado por Fernando Pernes, com uma dedicação e uma competência exemplares.

O edifício que acolhe e configura este Museu é mais uma obra excepcional do Arquitecto Álvaro Siza Vieira, feito de rigor, beleza, elegância, memória e inovação. Felicito-o afectuosamente e digo-lhe que temos orgulho em si.

O Porto de Álvaro Siza, de Manoel de Oliveira e de outros grandes criadores, terra de liberdade, de trabalho e de cultura, fica, a partir de agora, dotado de um magnífico e polivalente equipamento, que será, aliás, um dos pólos dinamizadores no âmbito do Porto 2001.

A Exposição CIRCA 1986, que se inaugura, e a colecção permanente do Museu, que tem nos anos 60 e 70 o seu ponto cronológico de partida, permitem-nos tomar conhecimento mais directo com um ponto fundamental de viragem das mentalidades e das concepções estéticas, que iniciou uma nova época. De uma verdadeira e profunda revolução cultural se tratou, como sabemos, e o nosso tempo é herdeiro dela.

Serralves será, ainda mais, a partir de agora, uma referência fundamental de cultura. Felicito Vicente Todolí, personalidade de grande prestígio e reconhecimento indiscutível, e a sua equipa pelo trabalho feito, desejando-lhes as maiores felicidades.

A cultura é cada vez mais a criação de novas formas de conhecer, de sentir e de imaginar o futuro. Este Museu é um lugar vivo e aberto a esse propósito.

Neste dia de festa, sabemos que valeu a pena o esforço feito, o dinheiro investido, a dedicação a um projecto que é uma causa, uma aposta e um motivo de orgulho para o Porto e para Portugal.

INAUGURAÇÃO DA CASA DO ARTISTA

Lisboa

II de Setembro de 1999

A Casa do Artista, que, com este acto, inauguramos oficialmente, representa a concretização de um sonho, que foi realizado com esforço, trabalho, devoção, amor e empenhamento de anos.

A todos os que contribuíram para que o sonho se tornasse realidade, quero testemunhar profundo reconhecimento e louvor. A condecoração que tive o gosto de entregar a Octávio Clérigo simboliza essa gratidão, expressa a quem, como Presidente da Direcção da APOIARTE desde o início do projecto, em 1986, e durante três mandatos, foi o coordenador e impulsionador de tantas vontades e dedicações, juntando às suas qualidades pessoais e profissionais um sentido de serviço à comunidade que me é muito grato realçar. Ao actual Presidente da Direcção da APOIARTE, Armando Cortez, desejo as maiores felicidades, certo de que a sua provada dedicação a esta causa e o seu prestígio são o mais seguro penhor do êxito dela.

Esta Casa do Artista é, felizmente, muito mais do que uma casa de repouso, pois quer ser um espaço aberto, de convívio, cultura, amizade e festa. Constitui uma das dimensões do programa de acção da APOIARTE — o apoio, a assistência, a protecção e a integração daqueles que, pela força da idade, deixaram de exercer a sua actividade habitual.

As outras dimensões da actividade da APOIARTE são a formação profissional nas diversas áreas do espectáculo, o apoio àque-

les que estão a iniciar a sua carreira e a promoção e dignificação da actividade artística e dos que a exercem.

O programa da APOIARTE assenta, assim, numa ampla e fecunda concepção que importa sintetizar:

- A ideia de que o diálogo permanente e a cooperação entre gerações são indispensáveis, com a consequente troca de experiência, de saber, assegurando a transmissão de uma herança e a sua renovação e enriquecimento;
- A ideia de que uma comunidade não pode esquecer nem excluir aqueles que lhe deram durante décadas o melhor de si;
- A ideia de que, em todas as idades e etapas da vida, há a possibilidade de se ser útil à comunidade e de se viver uma vida relativamente activa, digna e com reconhecimento social;
- A ideia de que temos uma responsabilidade indeclinável perante os outros, que tem de se traduzir em solidariedade, apoio, incentivo, afecto;
- A ideia de que os mais novos e os mais velhos podem e devem conhecer-se melhor e aprender uns com os outros;
- A ideia de que a dignificação de uma profissão passa pela dignificação de todos os que a exercem, a exerceram ou se preparam para a exercer.

Esta concepção pode ser apontada como um exemplo.

A dignificação e a protecção dos profissionais das artes do espectáculo representa uma responsabilidade de todos, poderes públicos e sociedade civil, sobretudo se tivermos em conta tratar-se de

uma actividade com vínculos profissionais tantas vezes precários e incertos.

Neste momento, quero prestar uma homenagem calorosa a todos os profissionais do espectáculo, qualquer que seja a sua actividade. Com o seu talento, a sua criatividade e a sua dedicação à arte ajudam-nos a viver melhor. Estamos-lhe muito reconhecidos.

Tenho o maior gosto em poder estar hoje aqui convosco. Nestes dias de tristeza e dor que temos vivido, em que, minuto a minuto, nos chegam as imagens terríveis da violência iníqua, da crueldade e da injustiça, é reconfortante estarmos aqui reunidos hoje em nome da solidariedade, da dignidade humana, da paz e da cultura que se opõe à barbárie e é razão de esperança no futuro. Desejo a este projecto o maior êxito e digo-vos muito obrigado pelo que já fizeram e vão continuar a fazer. Aos que aqui vivem e trabalham desejo as maiores felicidades.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO III CONGRESSO
DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR

Vila Real

25 de Setembro de 1999

Este Congresso representa, como tem sido sublinhado pelos organizadores, uma forte mobilização da comunidade dos arqueólogos portugueses e espanhóis em torno de temas do domínio da sua actividade e da sua profissão. Encaro com o maior interesse os debates aqui efectuados e as orientações que delas virão a sair, e por isso agradeço à Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular e à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro o convite para também participar nesta iniciativa.

Tenho acompanhado algumas das principais intervenções da Arqueologia no território de Portugal e estou convencido de que se atingiram padrões de qualidade muito significativos. Por outro lado, a projecção mundial de algumas descobertas arqueológicas recentes, de que Foz Côa se tornou emblemática, ou dos trabalhos em profundidade e rigor no levantamento e estudo de espaços civilizacionais, como Mértola, permite verificar que a arqueologia portuguesa rompeu as barreiras tradicionais de um certo isolamento e deu passos no sentido de uma internacionalização.

Congratulo-me com esse facto e por isso saúdo este Congresso, onde arqueólogos portugueses e espanhóis partilham problemas, descobertas, preocupações e hipóteses. Não tenho dúvidas de que este horizonte de cooperação e de desenvolvimento científico é muito importante e representa uma oportunidade que deve ser consolidada.

O entusiasmo que este Congresso suscitou, com um notável número de participantes, efectuando-se numa das Universidades situadas no interior do País, é indicador de que a arqueologia exerce um largo fascínio entre a juventude. Há que corresponder a esse entusiasmo e encontrar possibilidades consistentes de enquadrar na actividade jovens arqueólogos, que renovem, ampliem e reforcem as capacidades já disponíveis. A arqueologia é um domínio fundamental para o conhecimento do território, uma disciplina a cujo corpo de técnicas e de saberes se tem de recorrer para melhorar a qualidade das intervenções nos espaços moldados pelo homem. Acredito que o caminho da articulação entre instituições com responsabilidades nas políticas territoriais e, em paralelo, o caminho da interdisciplinaridade e da multidisciplinaridade, permitirão à arqueologia crescer, crescer quantitativa e qualitativamente.

Permitirão igualmente, segundo creio, tornar mais fluida e confiante a relação entre a arqueologia e a comunidade. A percepção que se tem da actividade dos arqueólogos, enquanto técnicos do património, evoluiu consideravelmente nas últimas décadas, mas pode ser melhorada se aumentarmos a capacidade e a eficácia das intervenções arqueológicas e a coordenação das políticas de preservação e valorização do património.

Quero, por fim, reafirmar a convicção profunda da importância estratégica do conhecimento sobre o território para o nosso futuro colectivo. Refiro-me não apenas ao plano da acumulação de conhecimentos que habilitem os responsáveis à tomada de decisão. Refiro-me sobretudo aos conhecimentos que ajudem a formar uma consciência pública mais atenta aos problemas e mais participante na sua solução, mais desperta para os riscos e mais empenhada na mudança de atitudes em direcção aos valores da sustentabilidade. O papel da Arqueologia, em cooperação com

outras disciplinas que se ocupam igualmente do território, é realmente crucial.

Agradeço a todos vós o esforço realizado e faço votos pelo futuro da vossa actividade.

Gostaria, por último, de me dirigir à comunidade universitária de Vila Real, e peço licença à organização do Congresso para o fazer aqui, saudando a sua generosa mobilização em torno da causa timorense, num momento particularmente difícil e dramático do longo combate do povo de Timor pela liberdade e independência.

Como em todo o País, Vila Real foi solidária e a sua juventude esteve na primeira linha da condenação da violência e da opressão. Essa solidariedade vai continuar a ser posta à prova, sob outras formas estou certo. Estou igualmente certo de que saberemos continuar a corresponder aos novos apelos e exigências da paz e da reconstrução de Timor.

COMEMORAÇÕES DO 90.º ANIVERSÁRIO
DO CASTELO DE SANTA MARIA DA FEIRA
Santa Maria da Feira
29 de Outubro de 1999

O caso do Castelo de Vila da Feira e a sua preservação é um exemplo para todo o país. Ao ser afirmado que «importa decisivamente aos interesses desta terra a guarda, a reparação e o restauro do seu castelo» Vila da Feira demonstrou, de forma pioneira, a importância do envolvimento local na defesa do património, sobrepondo-se a prioridades definidas pelo poder central e levando mesmo o poder central a acompanhar e apoiar as decisões locais.

Em Vila da Feira um grupo de pessoas interessadas neste exemplar único da nossa arquitectura, símbolo de poder e baluarte de defesa nacional, tão ligado à nossa identidade e história, decidiu tomar a seu cargo o restauro e a conservação do Castelo, que permanecera cerca de 200 anos (de 1700 a 1909) em abandono.

Apesar da classificação do Castelo, em 1881, como monumento nacional, nada resultou de concreto que travasse a sua degradação, como então acontecia em muitos monumentos.

Os apelos que foram sendo lançados por ilustres feirenses impediram a derrocada do Castelo, salvando esta verdadeira jóia da arquitectura. Afonso Teixeira do Couto lançou uma subscrição pública, em 1905, a que se juntaram apoios de muitas figuras da terra permitindo realizar reparações urgentes.

Estes trabalhos voluntários conduziram à criação da Sociedade dos Amigos do Castelo da Feira que reunia muitos feirenses que,

assim, ligaram os seus nomes a tão singular iniciativa, que a memória não esqueceu.

A génese da Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo de Vila da Feira demonstra um elevado sentido de responsabilidade, único no país, para uma comunidade que vê neste monumento parte integrante dos seus valores, dos quais não quer abdicar, revelando uma profunda identificação da terra e da população com este monumento.

A história da «Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo de Vila da Feira» que data de 29 de Outubro de 1909, (e sucedeu à «Sociedade dos Amigos do Castelo» de 1905) representa uma iniciativa tão heróica quanto as batalhas que às suas portas se travaram. Vila da Feira demonstrou, no dealbar do século xx, a importância da mobilização das consciências e vontades numa plena afirmação de cidadania.

É necessário que os feirenses e todos aqui presentes continuem esta acção de defesa do património cultural, é importante que Portugal tome este caso como exemplo.

Por isto, quis estar presente neste jantar para destacar a nobreza de ideias e a firmeza na acção dos feirenses e dos membros da «Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo de Vila da Feira». Quero também saudar a Associação Empresarial de Portugal que deseja empenhadamente prosseguir esta obra. Uma nota final sobre o sentido com que encaro a defesa do património aqui exemplificada.

Nunca será demais sublinhar que cuidar do património é cuidar do futuro, respeitar e valorizar a memória colectiva faz parte integrante dos nossos deveres para com o futuro colectivo.

Respeitar não implica uma atitude passiva de submissão, de mera contemplação, ou sequer de exclusiva conservação. Pelo contrário, respeitar significa estudar, dialogar com, preocupação em

compreender e também em acrescentar. Acrescentar novos patrimónios é afinal dar continuidade ao passado, fazer dele um momento no processo criativo das sucessivas gerações.

Também gostaria de pôr em destaque que devemos reforçar o vínculo entre a defesa do património e a cidadania. Esse estatuto — o da defesa do património enquanto promoção da cidadania — sairá dignificado se fizermos do património uma oportunidade: para actividades de formação, e não apenas de divulgação; de formação designadamente de novos públicos e não apenas de transmissão de saber em circuito fechado; para estimular e desenvolver a participação cívica e comunitária; para trazer ao contacto e à fruição do património grupos normalmente menos despertos para os problemas culturais; para criar uma opinião mais esclarecida sobre a salvaguarda e sobre a reutilização, em suma sobre as várias soluções de recuperação e valorização patrimonial.

Tal como tem sucedido noutros países europeus, creio que a defesa do património constitui um ensejo exemplar para um consenso nacional — entre o nacional e o local, entre grupos e sobretudo entre gerações.

Estou interessado em tudo o que possa contribuir para formular e aprofundar esse contrato nacional. Estou convencido, como disse, que ele importa às tarefas da construção do futuro colectivo. Podem por isso contar comigo.

ENTREGA DO PRÉMIO

VERGÍLIO FERREIRA — 1999

Évora

1 de Março de 2000

É com muito gosto que estou, mais uma vez, na Universidade de Évora, para a entrega do Prémio Vergílio Ferreira. Este Prémio, embora criado não há muito tempo, é já, hoje, uma distinção prestigiada. É-o, desde logo, porque se instituiu em memória de um grande escritor do nosso tempo. Depois, porque associa a memória de Vergílio Ferreira a Évora, cidade onde ele viveu e foi professor, durante um período da sua vida, e da qual conservou uma recordação duradoura, como se pode ver pelo lugar importante que essa experiência assume, referida ou transposta, na sua obra literária.

É muito significativo que tenha sido a Universidade de Évora a instituir este Prémio. Tratando-se de uma escola aberta ao tempo e ao Mundo, que tem demonstrado uma grande capacidade de inovação e ousadia, é como se fizéssemos nossas as belíssimas palavras que Vergílio Ferreira escreveu na «Carta ao Futuro» sobre a renovação da aventura criadora.

Há ainda uma outra razão para o prestígio que o Prémio rapidamente alcançou: os nomes dos que o receberam. Maria Velho da Costa, Maria Judite de Carvalho e Mia Couto, os anteriores premiados, são grandes escritores da língua portuguesa, à qual têm dado um notável enriquecimento. E, agora, Almeida Faria. A obra do autor de *Lusitânia* é de uma importância capital e provocou, desde o primeiro livro, no panorama da nossa literatura, uma renovação e uma abertura a novos horizontes. De fac-

to, com *Rumor Branco* (escrito ainda antes dos vinte anos) e com os livros que se seguiram, Almeida Faria provocou um sobressalto na nossa ficção, quer pelo recurso a uma nova linguagem, quer pelas transformações da estrutura narrativa, quer pelo uso de novas técnicas e processos. Isso mesmo foi reconhecido pelos mais importantes críticos da literatura e ensaístas, entre os quais Vergílio Ferreira, que lhe dedicou palavras entusiasmadas e de uma notável inteligência crítica. Este Prémio é, por isso, de uma enorme justiça, tanto mais que actualiza a memória do vínculo que ligou o escritor premiado àquele que dá nome ao Prémio. Quero, neste momento, dizer a Almeida Faria quanto o estimo e como aprecio a sua obra, a sua atitude intelectual e cívica, a sua cultura. Sobre os prémios literários, já muito se disse e escreveu. Mesmo que não tivessem outras virtudes, há, pelo menos, uma que têm: são motivo para dizermos a quem os recebe que o seu trabalho é querido, apreciado e reconhecido. É esse o significado da nossa presença aqui.

Afirmar a língua, a cultura e a criação literária num mundo que corre o risco de uniformização e de massificação é lutar pela diversidade, pelo espírito crítico, pela originalidade criativa. Temos esse dever, penso. Sendo um Prémio de literatura, este é também um prémio de língua, que une todos os que a falam — esta nossa língua de onde, como disse Vergílio Ferreira, «se vê o mar».

Parabéns a Almeida Faria e à Universidade de Évora.

«Estamos hoje numa situação que considero de profunda viragem do nosso modelo de desenvolvimento, em que a inovação empresarial, o ensino, a formação profissional, a investigação científica e a qualidade têm de substituir a abundância de mão-de-obra a baixo custo como factores competitivos da nossa economia.»

INAUGURAÇÃO
DA FEIRA INTERNACIONAL DE LISBOA
Lisboa
13 de Março de 1999

Gostaria em primeiro lugar de exprimir a minha satisfação pela inauguração destas novas instalações da Feira Internacional de Lisboa.

E faço-o a vários títulos.

Enquanto exerci o cargo de Presidente da Câmara de Lisboa acompanhei sempre de forma muito interessada esta iniciativa da Associação Industrial Portuguesa que, desde o início considerei que iria beneficiar significativamente o espaço da cidade.

Com efeito, o feliz enquadramento deste projecto nesse memorável acontecimento que foi a EXPO'98 permitiu contribuir para a valorização dessa realização e ao mesmo tempo dotar Lisboa, a partir de agora, com novas instalações para a realização de feiras. As feiras internacionais são, como sabemos um elemento fundamental na internacionalização das economias. E se a nossa presença em feiras realizadas no exterior é hoje uma realidade cada vez mais sólida, a verdade é que a realização de certames no nosso País tem efeitos positivos adicionais que importa desenvolver e aproveitar.

Muito se tem feito, felizmente neste domínio.

Temos já hoje no nosso território um conjunto crescente de espaços de grande qualidade apropriados à realização de feiras e exposições, muitas vezes fruto das iniciativas de associações empresariais que souberam compreender de forma muito clara e oportuna os desafios da internacionalização e a forma de lhes fazer face.

A pronta colaboração do poder local na criação desses espaços é também um bom indício de abertura aos novos tempos, que exigem, cada vez mais, uma cooperação permanente entre autoridades dos diversos níveis e associações representativas das actividades empresariais.

Se, com efeito, compete às autoridades contribuírem decisivamente para a criação de um ambiente propício às actividades produtivas, não é menos certo que as empresas e as suas associações representativas não devem enjeitar a responsabilidade social que lhes é inerente.

Mas à nossa vocação atlântica, em boa hora redefinida não como um voltar de costas à Europa, mas, pelo contrário, como porta aberta para essa mesma Europa, faltava um espaço como este, adaptado aos novos tempos e situado no próprio estuário do rio que viu a Europa abrir-se ao mundo.

Portugal está hoje integrado na Europa e tem nela um papel importante a desempenhar que, para ter êxito, exige um grande esforço de todos, trabalhadores, empresários e autoridades.

A acção que a Associação Industrial Portuguesa tem desenvolvido desde os anos 50 com a Feira Internacional de Lisboa ganha, por isso, hoje, com a inauguração destas instalações, uma nova dimensão e um novo significado que o Presidente da República não pode ignorar.

Por isso me congratulo com esta realização e felicito a Associação Industrial Portuguesa, na pessoa do seu presidente Jorge Rocha de Matos, por em boa hora ter decidido avançar com este empreendimento que constitui a expressão eloquente de mais um serviço que a Associação presta às empresas, a Lisboa e ao País.

SESSÃO DE ABERTURA
DO 6.º CONGRESSO DO JOVEM EMPRESÁRIO
Lisboa
27 de Maio de 1999

Quero saudar o Congresso do Jovem Empresário, os participantes e agradecer à União dos Jovens Empresários o convite para participar nesta sessão de abertura.

Tenho acompanhado com grande interesse diversas iniciativas dos jovens empresários e suas organizações. Ainda ontem fiz, por sugestão da ANJE, um périplo por algumas das realidades do empreendedorismo jovem e já hoje tive oportunidade de ouvir dos jovens agricultores as suas preocupações e expectativas.

Tal como já disse várias vezes, pretendo, com esta presença junto do mundo dos jovens empresários, dar um sinal — o que faço com gosto — de que acredito na capacidade de iniciativa empresarial das gerações mais novas. Pretendo também reafirmar o quanto prezo o esforço que fazem para, através do movimento associativo, reflectirem sobre os problemas que têm de enfrentar, nomeadamente os que decorrem da necessidade de adaptação ágil a procuras emergentes, a tecnologias mutáveis e a regras concorrenciais muito exigentes.

Senhoras e senhores Congressistas, caros Amigos, Aproveitarei esta oportunidade de me dirigir ao Congresso do Jovem Empresário para me referir a dois temas sobre que considero fundamental reflectir quando se visa, como é o caso, o rejuvenescimento do tecido empresarial português. Refiro-me ao tema da dimensão organizacional das empresas e ao tema da comunidade empresarial.

São conhecidas algumas debilidades do tecido empresarial português. Sem querer simplificar o que, em boa verdade, não pode ser simplificado, direi que uma das principais, senão a principal, de tais debilidades diz respeito à dimensão organizacional das empresas.

Vários estudos realizados entre nós a este respeito apontam para que seja neste plano, e menos no da quantidade e qualidade das tecnologias disponíveis, que se alojam os factores cruciais do relativo insucesso do aparelho produtivo nacional.

É uma situação que, a meu ver, pode vir a alterar-se muito positivamente com a chegada ao mundo empresarial português de gerações mais escolarizadas e mais abertas às correntes de informação e inovação. Isto vale tanto para os sectores industrial e terciário, como, quero crer, e sob formas renovadas, o sector da agricultura.

Não se veja nestas considerações menor respeito pelos empreendedores portugueses de outras gerações (bom será, aliás que os mais jovens estudem com atenção o que, noutras épocas, foram experiências inovadoras e mesmo pioneiras do empresariado nacional).

E o optimismo contido na minha afirmação também não resulta de estar convencido que a formação, qualquer formação, incluindo a dos empresários, garante, por si só, os acréscimos de produtividade, de qualidade ou de capacidade competitiva por que todos ansiamos.

Se acredito no efeito positivo da presença dos jovens empresários nacionais no tecido económico nacional, tal acontece fundamentalmente porque admito que, aos níveis de escolarização mais elevados, tende a associar-se maior propensão à inovação organizacional. Isto é, maior preocupação com a criação de ambientes empresariais adequados a motivar os trabalhadores, a es-

timular a sua criatividade, a apostar numa participação empenhada do colectivo que é a organização empresarial.

Há quem entenda, e com fundamento, que na era da economia globalizada e da revolução das tecnologias da comunicação, é a própria noção de comunidade empresarial que está sofrendo uma enorme evolução.

Penso, contudo, que nem por isso vão deixar de se colocar aos empreendedores problemas de coordenação de actividades, de integração horizontal e vertical de unidades empresariais, de aperfeiçoamento de redes de cooperação.

Assim sendo, a questão organizacional — e com ela a do pleno aproveitamento de recursos económico-financeiros, culturais e relacionais das empresas — continuará a colocar-se, porventura com redobrada e renovada acuidade.

E se o uso das novas tecnologias de comunicação não tem impedido que se criem, no ciberespaço, as chamadas comunidades virtuais, por que razão não haveremos de repensar, à luz das novas realidades, a noção de comunidade empresarial?

Uma última observação, para sublinhar o entendimento que estou a dar à expressão «comunidade empresarial».

Não se surpreenderão se disser que a utilizo para acentuar a ideia de que os espaços de trabalho devem ser espaços sociais marcados de alto a baixo por preocupações de coesão social, abertos ao exercício pleno de direitos e deveres de cidadania e, mesmo, na medida do possível, fonte de acções solidárias em prol da comunidade envolvente.

Sendo o trabalho e o quotidiano empresarial parcelas tão valiosas das nossas vidas, não faz qualquer sentido retirá-las da esfera da cidadania.

Conto convosco para a tarefa de fazer da vida profissional dos portugueses um momento de plena afirmação da sua dignidade

cívica e de respeito pelos seus direitos sociais. Trata-se de uma contrapartida necessária e inteiramente justa para o processo de modernização empresarial que a todos nos mobiliza.

Senhoras e senhores Congressistas, caros Amigos,

Termino, desejando que este Congresso seja mais um estímulo para a continuação da vossa aventura em prol da modernização humanizada da vida empresarial portuguesa.

O País precisa de jovens empresários não apenas pelo que representam na criação da riqueza mas pelo papel insubstituível que desempenham na renovação da cidadania.

CONDECORAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO
DA INDÚSTRIA PORTUGUESA
Santa Maria da Feira
2 de Julho de 1999

Gostaria em primeiro lugar de cumprimentar a Confederação da Indústria Portuguesa pelo seu XXV aniversário.

Foram vinte e cinco anos que decorreram em ambiente de profundas transformações tanto a nível nacional como internacional. A CIP nasce quando o País dá os primeiros passos no caminho da democracia. Segue-se a descolonização e o fim do chamado ciclo do império a que correspondeu uma profunda viragem nas opções nacionais, agora dirigidas para a Europa, sem excluir África e América Latina.

A adesão à então Comunidade Económica Europeia surge então como natural corolário desta viragem.

Mas pouco tempo após a adesão, a queda do muro de Berlim e o fim do império soviético alteram profundamente o cenário geoestratégico mundial ao mesmo tempo que a globalização da economia e dos mercados financeiros se acelera intensamente.

Como resposta surge um novo aprofundamento do processo de integração europeia que culmina já neste ano com o início da terceira fase da união económica e monetária.

Face a mudanças de tal forma profundas, não será certamente exagero dizer-se que o mundo em que hoje vivemos é completamente diferente do que aquele que a CIP encontrou ao nascer. Mudanças que se fizeram sentir de forma muito especial no domínio económico.

As nacionalizações e a posterior liberalização da economia; a adaptação ao comércio livre com o desmantelar das protecções aduaneiras; a adesão à Comunidade Económica Europeia e de logo de seguida a realização do mercado interno comunitário, em particular do livre movimento de capitais; e mais recentemente o processo de convergência para acedermos à zona do euro, são apenas alguns exemplos das profundas alterações no domínio económico que os nossos empresários tiveram de enfrentar em pouco mais de duas dezenas de anos.

A CIP nasceu num mundo diferente é certo. Mas é justo reconhecer que perante todas estas transformações a CIP soube manter-se na primeira linha do debates nacionais que sobre estas e outras matérias foram tendo lugar.

Esteve sempre actuante em defesa do que considerou serem os interesses das empresas industriais portuguesas e muitas vezes da actividade privada em geral.

Contribuiu para que se formasse opinião sobre questões essenciais do nosso destino colectivo e influenciou muitas das soluções que, ao longo do tempo, se foram adoptando para os problemas nacionais.

Chamou permanentemente a atenção dos empresários e dos portugueses em geral para a necessidade de Portugal não ignorar as transformações que iam ocorrendo no mundo e não se pôr à margem das novas linhas da evolução global.

Tanto basta para que o Presidente da República considere extremamente valiosos os serviços prestados pela CIP à causa nacional e inteiramente dignos da elevada condecoração com que a distingo. Mas este acto tem um significado também para o futuro.

Quando, como é o caso, se distingue uma entidade activa e pujante, são sem dúvida os serviços passados prestados ao País que são a justificação bastante dessa distinção.

Mas é legítimo também esperar, para o futuro, a continuação da intervenção viva e empenhada que a CIP tem desenvolvido desde que nasceu.

Tanto mais que estamos hoje numa situação que, conforme tenho dito, considero de profunda viragem do nosso modelo de desenvolvimento, em que a inovação empresarial, o ensino, a formação profissional, a investigação científica e a qualidade têm de substituir a abundância de mão-de-obra a baixo custo como factores competitivos da nossa economia.

É, ainda, uma situação em que a afirmação dos interesses nacionais, sem dispensar obviamente o Estado, a que continua a competir um papel da mais alta importância, se faz também de forma crescente com a participação das entidades associativas.

Espero por isso que, neste cenário complexo e de mudança a CIP continuou, como até agora, a dar o seu valioso contributo na busca das respostas mais adequadas às questões que se põem ao nosso País.

Por isso, Dr. Pedro Ferraz da Costa, permita-me que na sua pessoa felicite a CIP por este aniversário tão marcante do caminho percorrido e que lhe deseje as maiores felicidades para o futuro.

«Que poderemos fazer para evitar a oposição, tantas vezes invocada, entre um alto nível de direitos sociais, que faz ponte da própria identidade europeia, e a necessidade das empresas responderem com eficácia aos desafios da competição internacional?»

INICIATIVA SOBRE AS PESSOAS IDOSAS

APRESENTAÇÃO DA INICIATIVA

SOBRE AS PESSOAS IDOSAS

Lisboa

5 de Maio de 1999

*D*ecidi realizar um conjunto de iniciativas dedicadas às pessoas idosas porque considero que a sociedade portuguesa ganha em actualizar permanentemente o modo como encara e enfrenta a questão do envelhecimento.

Ninguém pode pôr em dúvida que a democracia, em vinte e cinco anos, fez mais pelas pessoas idosas do que quatro décadas de ditadura.

Foi a democracia que criou as pensões do regime não contributivo, que desenvolveu e tornou mais justas as prestações familiares, que melhorou as pensões e os rendimentos do mundo agrícola, que promoveu a protecção social dos trabalhadores independentes, que aumentou a cobertura e os montantes das pensões do regime contributivo, que multiplicou os meios e os equipamentos da acção social, que consolidou a promoção da saúde pública. Todas essas medidas representam importantes conquistas democráticas, reforçam os direitos sociais dos portugueses e merecem, por isso, o apoio de todos os que prezam os valores da cidadania. Constató, com satisfação, que mesmo a criação do Rendimento Mínimo Garantido, que tantas polémicas motivou nas últimas eleições legislativas, integra hoje o património comum que a democracia portuguesa considera seu.

É com igual apreço que verifico sermos hoje capazes de enfrentar com lucidez os problemas da pobreza que, como se sabe, atingem muitos dos reformados e pensionistas.

Espero, aliás, que seja possível concluir a breve trecho, com as indispensáveis decisões legislativas, o processo de preparação da reforma das pensões iniciado com a elaboração do Livro Branco da Segurança Social.

Das decisões que se tomarem sobre a reforma da segurança social dependerão, em boa parte, as possibilidades que terão muitos dos nossos compatriotas de viver com dignidade a sua velhice e de encararem com tranquilidade a vida que têm para viver.

Nunca se atribuirá importância excessiva a essas decisões, tal como nunca será demais o saber, a capacidade de realização e a vontade que a elas se consagrarem.

Mas não é apenas por esses motivos que decidi promover o conjunto de iniciativas que hoje aqui se iniciam.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O papel do Estado na garantia dos direitos de cidadania social, económica e política foi, é e será insubstituível.

Ao Estado cabe, directamente, o dever de intervir em domínios tão importantes como a garantia de acesso de todos os cidadãos ao rendimento, à habitação, à saúde e à educação, função essa que não é transferível para terceiros.

Mas, se é certo que o Estado não pode, não sabe e não deve fazer tudo o que há a fazer, tal não significa que a responsabilidade pública se confine às intervenções directas do Estado.

Pelo contrário, quero insistir na ideia de que aos poderes públicos cabe também a promoção e, nalguns casos, a coordenação de iniciativas da sociedade civil com iniludível valor para o desenvolvimento da solidariedade social.

Essa partilha de responsabilidades e de meios, que é já muito significativa no domínio da acção social, pode e deve estender-se a novos sectores em que urge conceder a alguns Portugueses os apoios indispensáveis ao exercício pleno da sua cidadania.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A sociedade portuguesa vem conhecendo transformações muito profundas que, não retirando nenhuma importância ao problema das pensões e dos rendimentos na terceira idade, exigem que se repense o modo como encaramos os problemas dos idosos e se rediscutam os meios que usamos para os enfrentar.

Em primeiro lugar, há que reconhecer que a velhice já não é uma fase curta da vida, em que as necessidades são poucas e quase todas ligadas às funções vitais.

Pelo contrário, julgo que temos de encarar o facto de que o envelhecimento da sociedade portuguesa já atingiu níveis elevados, semelhantes aos da generalidade dos países desenvolvidos da Europa. Felizmente, há e haverá cada vez mais pessoas idosas que vivem, com saúde e com grande vitalidade, muitos mais anos do que há algumas décadas atrás.

O envelhecimento na sociedade portuguesa é, pois, um sinal de progresso, que resulta da melhoria da saúde e da qualidade de vida de todos os grupos etários verificada nas duas últimas décadas. Por outro lado, as estatísticas mostram que as estruturas familiares se estão a alterar: os Portugueses casam-se menos, casam-se mais tarde, divorciam-se mais vezes, têm menos filhos, há mais casais sem filhos.

Se a estas alterações das estruturas familiares juntarmos os factos, bem conhecidos, de que a percentagem das mulheres portuguesas que trabalham é das mais elevadas da União Europeia e de que é sobre elas que, ainda agora, recai a maior parte das tarefas relacionadas com o apoio às crianças e aos idosos, concluiremos, sem dúvida, que as famílias portuguesas — e, nelas, as mulheres portuguesas — têm crescentes dificuldades em realizar, como desejariam, o conjunto dos actos de solidariedade que tradicionalmente lhes cabem.

Em segundo lugar, o funcionamento da economia tem levado a que percentagens crescentes de adultos saudáveis se vejam forçados a trocar empregos assalariados por reformas precoces ou por formas de actividade económica mais ou menos independentes, frequentemente muito precárias.

Cria-se, assim, uma situação muito diferente da que conhecíamos há duas décadas atrás, já que muitos cidadãos saudáveis enfrentam hoje o desafio de viverem 20 ou 30 anos numa situação para a qual tiveram, quase sempre, muito poucas oportunidades para se prepararem.

Acresce que os peritos portugueses e as organizações internacionais especializadas vêm acentuando a urgência de se repensar esta estratégia que faz sair do mercado de trabalho pessoas saudáveis, que desejam continuar a trabalhar e que, de acordo com as previsões disponíveis, não poderão sequer ser integralmente substituídas por cidadãos portugueses mais jovens.

Em terceiro lugar, julgo que é tempo de pôr fim a esse erro, tão frequente, que consiste em confundir reforma e inactividade. Portugal tem, e digo-o com grande satisfação, muitas pessoas idosas cuja actividade cívica, social, económica e política deveria ser melhor conhecida.

No voluntariado cívico e social, na educação e na formação de jovens, de adultos e de idosos, há exemplos notáveis que merecem respeito, estima e apoio e de que beneficiam não apenas outros idosos como muitas famílias, muitas crianças, muitos jovens.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

De hoje até sexta-feira, a minha Mulher e eu teremos ocasião de conhecer algumas dessas iniciativas, de contactar com as universidades públicas e da terceira idade, de nos encontrarmos com autarcas, com associações de reformados e de pensionistas, com

parceiros sociais, com organizações de voluntários, com associações de desenvolvimento regional e local, com serviços públicos, com técnicos e outros especialistas do mundo universitário e científico.

Com as visitas, os encontros e os debates que decidi promover pretendo contribuir para um melhor conhecimento da situação e dos problemas das pessoas idosas.

Problemas que, no meu entender, não são apenas das pessoas que já viveram mais de metade da sua vida.

São questões que dizem respeito a todos nós, a toda a sociedade portuguesa, que tem deveres para com os idosos, nos quais se incluem quer a garantia de níveis dignos de rendimento, quer a criação de condições que permitam a esses cidadãos continuarem a ter um papel activo e socialmente respeitado, a viverem com segurança e com alegria.

Será, espero, mais uma oportunidade de prosseguir o combate que venho travando em defesa dos valores do desenvolvimento da cidadania, da redução das desigualdades sociais e da promoção da solidariedade entre as gerações.

SESSÃO DE ABERTURA
DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL
«A REFORMA SOBRE O PACTO SOCIAL»
Centro Cultural de Belém
8 de Novembro de 1999

A efectividade dos direitos dos cidadãos e o desenvolvimento da cidadania devem ocupar um lugar central na acção política. Constitui, aliás, um dever de todos aqueles a quem o voto conferiu a responsabilidade de velar pelo bem comum e pela coesão das nossas sociedades. Por isso decidi promover esta Conferência Internacional sobre a Reforma do Pacto Social.

Ora, como sabemos, as mudanças em curso em cada um dos nossos Países, na Europa e no Mundo, afectaram profundamente as relações entre as esferas do político, do económico e do social. Trouxeram à superfície os sinais da crise do pacto social tradicional. Apesar das características próprias de cada um dos Estados-membros da União Europeia, esses sinais são iniludíveis em todas as sociedades europeias.

Sei bem que os esforços para encontrar novos meios de conjugar a cidadania e o desenvolvimento económico, o progresso social e a competitividade empresarial motivam inteligências, saberes, vontades, instituições e poderes. É importante que os resultados desses esforços sejam avaliados e dessa forma recebam também um novo estímulo.

Conhecer melhor, com o rigor garantido pelo alto nível das personalidades que aqui intervirão, as diferentes manifestações concretas que a crise do modelo social europeu assume nos diversos países que, como Portugal, ambicionam construir uma Europa que se mantenha como uma das referências mundiais

da cidadania democrática, justificaria, só por si, estes dois dias de trabalho.

Mas permitam-me que exprima a ambição de que este encontro constitua, além disso, uma oportunidade para nos interrogarmos explicitamente sobre o presente e o futuro da cidadania europeia e, em particular, sobre as exigências e as possibilidades de reforma dos diferentes sistemas de relações industriais que integram o modelo social europeu.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Portugal saiu, há um quarto de século, de uma das mais longas ditaduras que Europa conheceu. Depois de institucionalizada a Democracia, optou, há quase década e meia, pela integração nas Comunidades Europeias.

O nosso futuro está hoje profundamente ligado ao da União Europeia, em cuja construção os cidadãos, as empresas e as instituições portuguesas vêm participando com uma lucidez e com uma determinação que muitos, dentro e fora do País, não julgavam possível.

E é porque estou certo de que queremos continuar nesse caminho, exigente e rigoroso, do desenvolvimento económico, da solidariedade social e do aprofundamento da cidadania que proponho um confronto e uma avaliação de respostas à crise do modelo social europeu. Trata-se de debater afinal os modos de melhorar a eficiência e a qualidade das respostas que têm vindo a ser dadas, dentro e fora de Portugal, à crise do acordo social que garantiu às democracias desenvolvidas da Europa décadas consecutivas de crescimento económico e de progresso social. Partilhar informações, avaliar experiências próprias e alheias, discutir as possibilidades e as condições para disseminar boas práticas, são, certamente, alguns dos instrumentos que usaremos com vantagem.

Fazê-lo, quando queremos partilhar responsabilidades quanto ao futuro da casa comum europeia, parece tanto mais necessário quanto temos pela frente dificuldades pesadas e complexas.

Os sinais das dificuldades em que nos encontramos são claros e bem conhecidos, por essa Europa fora.

Em primeiro lugar, os altos níveis de desemprego que conhecemos e, em particular, a permanência de elevadas taxas de desemprego de longa duração.

Em segundo lugar, as persistentes desigualdades sociais no acesso ao trabalho, ao emprego e aos rendimentos. Atingindo de forma particularmente intensa as mulheres, os menos qualificados e os mais idosos, tais desigualdades também não poupam alguns grupos de jovens muito escolarizados.

Em terceiro lugar, a insegurança de uma parte crescente dos cidadãos quanto aos seus níveis de rendimento no presente e no futuro e o desenvolvimento de novas formas de pobreza, associadas às mutações em curso nos mercados de trabalho.

Em quarto lugar, os problemas de financiamento da segurança social, derivados tanto das mudanças demográficas, como do aumento das necessidades de protecção social; tanto do aumento do desemprego, como, ainda, das pressões para a redução da carga contributiva ligada ao trabalho e ao emprego.

É sabido que são profundas as divergências entre os analistas quanto às origens e à dimensão dos processos que condicionam a evolução da crise do pacto social tradicional.

Mas seja qual for a opinião que cada um tenha sobre as causas da situação acima descrita, espero que possamos concordar que nas, duas últimas décadas, os temas da agenda das relações laborais sofreram uma mudança radical.

Nalguns casos, optou-se por uma abordagem neoliberal que pretendeu responder à crise económica e social pela supressão de

muitas, se não mesmo de todas, as barreiras legais e contratuais que condicionam o funcionamento dos mercados.

Noutros casos, a discussão sobre as formas de protecção do emprego cedeu lugar ao debate sobre a empregabilidade e sobre as medidas capazes de a promover. As polémicas sobre os ritmos e as formas de garantir a universalidade da protecção social foram substituídas pelo controvérsia quanto às prioridades que devem incumbir aos sistemas públicos de protecção social. A questão da partilha dos aumentos da produtividade perdeu prioridade em relação à da eficiência das políticas de gestão dos mercados de trabalho.

Mas, qualquer que tenha sido o caminho predominante nos diferentes países, os especialistas, os agentes sociais e económicos, os decisores políticos e a comunicação social convergem muitas vezes na ideia de que, enquanto se ampliaram os problemas sócio-económicos com que nos deparamos, as alternativas políticas susceptíveis de os enfrentar se estreitaram.

É esta situação, com muito de paradoxal, que ainda hoje vivemos e que parece insustentável a muitos de nós.

Dir-se-á que, sobretudo na última década, se multiplicaram iniciativas, algumas de indiscutível importância, destinadas ao debate das reformas que a situação exige.

Dir-se-á, a meu ver também com justiça, que a União Europeia, teve nesse debate um papel de grande relevo e que, desde o Livro Branco sobre Crescimento, Competitividade e Emprego, até à Cimeira do Luxemburgo se fez uma parte do caminho que, respeitando as especificidades próprias de cada Estado-membro, permite a coordenação das políticas de emprego para objectivos comuns definidos por acordo ao nível europeu.

E é igualmente certo que os parceiros sociais europeus esboçaram já o que pode vir a ser uma das dimensões relevantes de um

sistema de relações industriais europeu, sistema esse que, com a criação dos comités europeus de empresa, promete alguns desenvolvimentos da informação e da consulta dos trabalhadores nas empresas mais importantes.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Estou certo que os trabalhos desta Conferência permitirão esclarecer melhor o alcance das mudanças em curso tanto dentro dos Estados-membros como na própria União e avaliar com maior precisão as tendências nelas detectáveis, pelo que aguardo com muito interesse os resultados dos debates que aqui terão lugar. Quero, porém, deixar, desde já, enunciar algumas grandes questões que importam ao nosso futuro comum de cidadãos europeus.

A primeira delas, diz respeito às possibilidades de conciliar diferentemente o aumento da competitividade empresarial e a cidadania social dos europeus. Que poderemos fazer para evitar a oposição, tantas vezes invocada, entre um alto nível de direitos sociais, que faz parte da própria identidade europeia, e a necessidade das empresas responderem com eficácia aos desafios da competição internacional?

Que novos direitos é preciso assegurar para que os cidadãos, para além de disporem de reais possibilidades de adaptação à situação presente, possam encarar o futuro como um tempo mais promissor do que o passado?

A segunda interrogação prende-se com as políticas de promoção do emprego. Que poderemos fazer para melhorar a eficiência e a equidade dos sistemas de emprego, tantas vezes discriminatórios, quando não mesmo segregacionistas, para os que partem de posições socialmente desfavorecidas? Na situação actual, como poderemos reduzir a segmentação dos mercados de trabalho e promover flexibilidades não precarizantes?

A terceira interpelação refere-se à capacidade de orientar e de regular a mudança. De que alternativas dispomos para assegurar que, numa União Europeia monetariamente unificada, os diferentes mercados de trabalho, com as características que os individualizam, conseguem responder às alterações conjunturais e estruturais em curso, sem darem lugar a crises sociais graves dentro de cada Estado e a crises políticas relevantes entre Estados-membros? Quem pode e quem deve fazer o quê para criar um conjunto de instrumentos de solidariedade económica e social que garanta a coesão europeia?

A quarta questão que gostaria de suscitar é a da europeização dos diferentes sistemas de relações industriais que coexistem no interior da União e da «zona euro». Que possibilidades de coordenação ou de convergência entre os diferentes sistemas existem desde já? Que balanço fazem, quer os especialistas, quer os parceiros sociais das evoluções possíveis e desejáveis no curto e no médio prazo? Que requisitos pressupõem cada uma das alternativas em presença? E que instrumentos são utilizáveis?

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Estou convicto que muito do nosso futuro como cidadãos europeus depende das respostas que formos capazes de construir para enfrentar esse duplo desafio permanente das sociedades avançadas que consiste em, por um lado, assegurar o desenvolvimento económico que o mercado permite, e, por outro lado, limitar as desigualdades que ele engendra e potencia.

Temos pela frente desafios novos que, todos o sabemos, não poderão ser ganhos com estratégias cujos resultados ficaram aquém do que prometiam.

Julgo que todos reconheceremos que estamos obrigados a procurar soluções inovadoras para enfrentar as causas contemporâneas da iniquidade, que instala a descrença e corrói a coesão social.

É, uma tarefa difícil, que exige a cooperação das nossas melhores inteligências, de todo o saber a que pudermos aceder, de toda a determinação de que formos capazes.

Espero e desejo que esta Conferência permita dar um passo mais na direcção de um debate cada vez mais atento às inovações, plural, crítico, fundamentado, que envolva a comunidade científica, os agentes económicos e sociais e, evidentemente, os que têm especiais responsabilidades na condução das políticas públicas. Devo, por isso, um agradecimento sincero a todos os que nela quiseram participar e, em particular, aos que, apesar dos compromissos decorrentes das suas responsabilidades científicas e académicas, profissionais ou políticas, se dispuseram a sacrificar algum do seu tempo para aqui virem dar conta dos resultados do seu trabalho, manifestando o desejo de uma estadia agradável e proveitosa para os que se deslocaram propositadamente a Lisboa.

CAPÍTULO X SAÚDE

«Creio que, quaisquer que sejam as decisões que importa tomar, elas têm sempre de partir do pressuposto essencial de que o acesso aos cuidados de saúde deve constituir uma obrigação solidária do Estado.»

SESSÃO DE ABERTURA
DO XII ENCONTRO DAS TAIPAS
Lisboa
16 de Março de 1999

Quero começar por prestar uma especial homenagem aos técnicos que em Portugal se têm dedicado à prevenção e ao tratamento dos toxicodependentes.

O seu trabalho tem sido admirável, numa área social tão complexa, com tão poucas certezas terapêuticas e com uma observação e um escrutínio tão apertados por parte da nossa sociedade.

Penso que muito se alterou na capacidade e na qualidade de resposta dos serviços mas, permitam-me sublinhá-lo, no próprio entendimento social da toxicodependência e do toxicodependente, não como um delinquente necessário, mas como um doente que carece de tratamento.

E para além de todas as intervenções multissetoriais que uma política sobre drogas implica e exige, é justo que a sociedade portuguesa se disponha a realizar um considerável esforço, em especial no âmbito da saúde, para limitar o problema da toxicodependência. Um entendimento extensivo do Serviço Nacional de Saúde a áreas que lhe estão contíguas, como é o caso, por exemplo, do sistema prisional.

Em primeiro lugar porque não devemos perder de vista o direito destes cidadãos à felicidade, ou pelo menos a atenuar a amargura de uma vida com tantas limitações.

Em segundo lugar, nesta discussão, não pode ser esquecido o direito dos cidadãos à segurança, tantas vezes ameaçada com a prática de crimes associados à droga.

Em terceiro lugar porque os tribunais devem poder considerar efectivamente o tratamento do toxicodependente como uma alternativa real às sanções penais, no âmbito da aplicação de medidas não privativas de liberdade.

Como já afirmei em outras ocasiões, a constatação de que a população prisional é constituída, em larga medida, por condenados ou arguidos por crimes conexos com as drogas, obriga-nos a agir.

E aqui é merecida uma palavra, que será certamente bem compreendida, de muito apreço pelo discurso dos responsáveis dos partidos políticos com representação parlamentar, que quiseram e souberam retirar da legítima disputa partidária o tema tão apetecível das drogas.

E porquê? Porque foi possível dar a palavra aos técnicos dos variados saberes que concorrem neste tema tão vasto, de maneira a que as políticas que se definem tenham em atenção o que a experiência e a investigação vão demonstrando como acertado. Por isso me parece também da maior relevância o resultado do trabalho desenvolvido pela Comissão para a Estratégia Nacional de Combate à Droga, porque se trata de uma reflexão séria e consistente de técnicos e de responsáveis dos serviços.

Afirmei em Novembro de 1997, na apresentação do relatório anual sobre a evolução do fenómeno da droga na União Europeia, no decorrer de uma sessão no Observatório Europeu das Drogas e da Toxicodependência, que era necessário caminhar em direcção a uma política europeia no domínio da droga.

Permitam-me que volte, novamente, a este tema.

Esta política deveria constituir uma resposta concertada a um problema manifestamente transnacional e que exige, como em outras políticas comuns europeias, um grande esforço de cooperação, coordenação e de harmonização.

Penso que, para além da permanente atenção que os políticos devem prestar aos resultados da investigação e do trabalho desenvolvido nos serviços, se torna, porém, necessário recolocar o problema das drogas num âmbito mais alargado.

Efectivamente, se em alguns domínios da intervenção política sobre as drogas se alcançaram níveis satisfatórios de colaboração, persiste por concretizar um vasto espaço de cooperação e harmonização europeias.

É necessário consolidar o consenso europeu já conseguido, avaliar detalhadamente os planos anteriores traçados pela União Europeia, construir mecanismos de acompanhamento das políticas sectoriais e avançar para novos projectos europeus.

Concretamente é necessário caminhar, a nível europeu, para uma política social preventiva que encare os programas de redução de riscos numa perspectiva de saúde pública, que se baseie em informação objectiva e na investigação pluridisciplinar e que trate com equilíbrio as políticas de redução da oferta e da procura.

É necessário ainda caminhar, a nível europeu, para a possibilidade de se construírem espaços próprios para a experimentação que os técnicos entendam promover e que não isole ou penalize nenhum país da União Europeia.

A Europa poderá ser, também na política das drogas, um exemplo de cooperação efectiva, que permita encarar com optimismo o futuro dos cidadãos mais jovens.

Quero-vos desejar, finalmente, a continuação do vosso bom trabalho, cujos resultados os Portugueses tão bem conhecem e dizer-vos do meu empenho em contribuir para ganhos ainda mais efectivos nesta caminhada tão longa e esforçada.

SESSÃO DE ABERTURA
DO XVII CONGRESSO EUROPEU
DE DIRECTORES E GESTORES HOSPITALARES
Lisboa
16 de Setembro de 1999

Gostaria de saudar, em primeiro lugar, todos os participantes, em especial, os que vieram de outros países, apresentando as boas-vindas e desejando uma boa estadia em Portugal. Quero manifestar, também, o meu apreço à Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares, pela organização deste Congresso e pelo trabalho que desenvolve, há quase duas décadas, nomeadamente pelos seus contributos para o aperfeiçoamento do nosso sistema de saúde.

A Saúde ainda não constitui um elemento consistente na integração europeia, não obstante os relevantes passos já dados, desde a monitorização e intervenção comunitária nos problemas de saúde pública, até à garantia da prestação de cuidados de saúde aos cidadãos transfronteiriços. Mas o cidadão doente não é, ainda, um destinatário natural de uma política europeia de saúde. Por isso, não privilegiando, embora, uma abordagem normativa na resolução dos problemas sociais, sou partidário da formulação de uma carta europeia dos doentes, que clarifique o conjunto de direitos dos cidadãos doentes no espaço europeu.

Temos diferentes sistemas de saúde e não existe nenhuma razão válida para se pensar em qualquer uniformização ou standardização. Assistimos a bons resultados em sistemas de tipo Bismarck e em sistemas de tipo Beveridge e confrontamo-nos com sérias dificuldades para eleger o melhor ou mais eficaz sistema de saúde.

Tenho a profunda convicção de que o Estado não se pode alhear desta área social, mas o grau de responsabilização do Estado, do empregador, do cidadão, varia, naturalmente, de país para país. O que me permite formular algumas considerações.

A primeira consiste na necessidade do reforço da investigação em sistemas de saúde e da comparação de resultados. A criação de observatórios, já iniciada em escolas europeias com apoios comunitários, parece-me uma boa resposta a esta preocupação.

A segunda corresponde a uma atitude de grande disponibilidade para conhecer e estudar iniciativas e resultados, dentro e fora do espaço europeu. Temos muito a aprender, uns e outros, com os ganhos em saúde e a procura da eficiência, um pouco por todo o mundo.

A terceira baseia-se na afirmação de que os destinatários dos sistemas de saúde são os cidadãos. É neles que devemos pensar prioritariamente quando, por exemplo, discutimos as directivas comunitárias que regulam as profissões de saúde, ou os entraves à livre circulação de pessoas e de mercadorias por razões de saúde pública, ou a criação de um mercado europeu do medicamento. E tudo o que fica dito se aplica, também, aos países candidatos ao alargamento, que têm realizado um assinalável esforço no sentido da harmonização das suas legislações com as directivas e os regulamentos da União Europeia e com um modelo mais próximo do existente no espaço comunitário.

É verdade, porém, que podemos identificar grandes problemas que afectam o conjunto dos sistemas de saúde em toda a Europa: a cobertura de cuidados e o acesso, por um lado, e a contenção de custos, por outro.

Problemas esses que se devem a circunstâncias observáveis, também, em todos os nossos países, embora com diversos cambiantes: as alterações demográficas, com o aumento da esperança de

vida e o envelhecimento da população, as novas doenças e o recrudescimento de outras que, erradamente, julgávamos controladas, a inovação tecnológica, tão rápida e tão onerosa.

Aplicar melhor os recursos constitui um imperativo ético para todos os intervenientes neste processo: para os governos, em primeiro lugar, que se comprometem perante os cidadãos a executar um programa e uma estratégia, para os profissionais que cuidam, directa ou indirectamente, dos doentes, enfim, para os gestores.

E perante esta assembleia de gestores hospitalares, quero formular o desejo que, no âmbito das vossas competências, encontrem, com os saberes e a inteligência que vos animam, forma de tornar conciliável dois propósitos.

O primeiro: a sociedade deposita nas vossas mãos recursos financeiros muito consideráveis, que devem merecer uma aplicação eficiente. Seja qual for a origem dos recursos, eles representam o resultado do esforço da comunidade, que espera, naturalmente, para eles, uma aplicação adequada.

A avaliação sistemática da efectividade dos investimentos e das alternativas de gestão que se colocam nas organizações, deve constituir um guião permanente da vossa actividade profissional.

O segundo propósito é o de tornar menos penosa a estadia do doente no hospital.

Desde a diminuição dos tempos de espera nas consultas até à procura de formas alternativas à hospitalização e à formação permanente dos profissionais que lidam com os doentes e que esquecem, com frequência, que estão perante cidadãos fragilizados, tudo pode e deve ser feito para atenuar o seu sofrimento.

Estas são algumas considerações relativas a problemas que, naturalmente, me preocupam e me deixam, também, optimista.

Optimista porque as organizações dispõem, em regra, de profissionais muito competentes, na prestação de cuidados e na gestão.

Optimista porque os povos têm uma elevada consciência dos seus direitos, o que nos obriga, a todos, a trabalhar com crescentes níveis de qualidade.

Sei que todos nós, cidadãos da Europa, podemos contar com o empenhamento dos gestores hospitalares, para tornar efectiva a cidadania dos doentes.

Podem também contar comigo, porque esse é um dos objectivos mais solidários.

SEMANA DA SAÚDE

APRESENTAÇÃO DA SEMANA DA SAÚDE

Torres Vedras

26 de Novembro de 1999

Nos próximos dias vou dedicar a minha atenção aos problemas que se colocam na relação entre os portugueses e o funcionamento do sistema de saúde.

Faço-o consciente de três realidades.

Em primeiro lugar, são constatáveis claros níveis de descontentamento quanto ao acesso aos cuidados de saúde por parte da população. Existe, aliás, um debate público insistente sobre esta realidade. Eu próprio, ao longo de inúmeras visitas feitas ao longo destes anos tenho encontrado prementes expressões desse descontentamento. A saúde, com todas as temáticas a ela associadas, aparece em todos os estudos de opinião como uma das primeiras preocupações das pessoas. Quero conhecer mais de perto este problema e a forma como ele se manifesta no dia-a-dia de milhares de portugueses que necessitam de cuidados de saúde. Quero compreender melhor os seus anseios e necessidades.

Em segundo lugar, ao longo dos anos tem sido amplo o debate sobre as mudanças necessárias. Debates, estudos, relatórios e abundantes propostas têm sido apresentadas como forma de ultrapassar os problemas existentes. Quero, também, conhecer mais de perto a opinião dos técnicos envolvidos. Não me cabe fazer opções em matéria de políticas de saúde. Há porém um património de conhecimento, de identificação de problemas e, naturalmente, diversas tipologias de soluções. Creio que me

cumpra estimular e apelar ao aparecimento de uma síntese que favoreça as decisões que parecem ser necessárias tomar no curto prazo.

Em terceiro lugar, quero, também, sublinhar o contributo muito positivo dado pela criação há vinte anos do Serviço Nacional de Saúde. É a ele que se deve, em grande medida, a evolução positiva registada em indicadores de saúde dos portugueses, na comparação com outros países europeus desenvolvidos. Esse resultado deve-se, em especial, ao esforço de um conjunto vasto de políticos, profissionais da saúde, docentes e investigadores que, de uma forma competente e empenhada, estudaram e traçaram objectivos e lutaram para os alcançar.

Este meu interesse pelos problemas da saúde deve-se quer ao facto de os cidadãos doentes se apresentarem naturalmente fragilizados no contacto com o sistema de saúde, quer ao facto de subsistirem dificuldades significativas no acesso aos cuidados de saúde, que deve constituir um direito efectivo de todos os cidadãos. No sistema de saúde apresentam-se claramente entidades com objectivos próprios, económicos ou profissionais, que defendem com legitimidade, a maximização dos seus interesses como principal prioridade. Esta situação coloca especiais obrigações ao Estado na salvaguarda da cobertura de cuidados, em especial aos cidadãos de mais frágeis recursos. Creio que, quaisquer que sejam as decisões que importa tomar, elas têm sempre de partir do pressuposto essencial de que o acesso aos cuidados de saúde deve constituir uma obrigação solidária do Estado. Só pode ser essa a prioridade do Estado: a defesa dos direitos dos cidadãos.

Mas porque os recursos serão sempre escassos e os encargos com a saúde crescem de uma forma muito significativa, a procura da eficiência deverá constituir uma outra prioridade de todos os

actores do sistema de saúde. A combinação virtuosa da equidade e da eficiência deverá constituir, seguramente, uma finalidade explícita das políticas de saúde.

Os objectivos centrais desta minha iniciativa serão, assim, conhecer melhor o sistema de saúde, recolher o contributo de peritos de saberes diversos e ouvir os naturais destinatários do sistema de saúde, reconhecer os esforços e os êxitos dos seus profissionais, identificar melhor as suas debilidades e contribuir para que se criem condições para o melhorar.

Os portugueses reconhecem a enorme evolução dos últimos vinte e cinco anos e o esforço de todos aqueles que tiveram uma participação efectiva no progresso do sistema nacional de saúde, mas têm demonstrado, também, uma crescente exigência face à necessidade da sua melhoria, o que constitui um legítimo e salutar exercício de cidadania. É a essa exigência que é necessário dar resposta. Ao Presidente da República compete estimular o aparecimento de soluções. Mas compete também ajudar os portugueses a conhecer e, assim, compreender melhor progressos e limitações. É o que procurarei fazer ao longo destes dias.

SEMANA DA SAÚDE

**RECEPÇÃO AOS RESPONSÁVEIS PELO SISTEMA
DE ENSINO E DE FORMAÇÃO DA SAÚDE**

Palácio de Belém

29 de Novembro de 1999

No contexto desta semana dedicada à Saúde dos Portugueses, e durante a qual tenho sido acompanhado e esclarecido pelos mais diversos profissionais, ligados de uma forma ou de outra à Saúde, quero agradecer a vossa presença e partilhar convosco algumas reflexões sobre a Saúde em Portugal e o sistema de ensino e de formação. Fico-vos, na verdade, muito grato, por o poder fazer perante vós, ilustres personalidades ligadas ao Ensino e Formação em Saúde.

Portugal, no espaço de pouco mais de duas décadas, conseguiu ultrapassar muito do seu significativo atraso em importantes indicadores do estado de saúde das populações. A acentuada regressão das mortalidades infantil, materna e específica por doenças transmissíveis atesta o êxito na luta contra doenças típicas de um país em processo de desenvolvimento.

Este panorama positivo é, porém, ensombrado com o ritmo da incidência da SIDA e da tuberculose, o drama dos acidentes de trabalho e de viação e as doenças associadas ao flagelo da toxicoddependência e de estilos de vida, traduzidos em desequilíbrios alimentares e no consumo de álcool e do tabaco.

Aqueles importantes resultados positivos devem-se, como todos sabemos, a múltiplos aspectos. Desde logo à melhoria global das condições sociais, associadas ao ambiente de crescimento económico, a que assistimos nas últimas décadas, fruto, em especial, do esforço dos Portugueses.

Este ambiente e as necessárias decisões políticas possibilitaram o aumento dos recursos materiais, nos hospitais e nos centros de saúde, mas, em especial, a construção de novas instalações, dotadas com modernos meios de diagnóstico e de tratamento e, naturalmente, de maior conforto para os doentes e para os profissionais.

Não deixo de constatar a situação penosa que se verifica, em especial, nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, quer em relação ao acesso aos serviços de saúde, quer em relação às condições físicas de atendimento e de exercício profissional. As escolhas na construção de unidades do Serviço Nacional de Saúde, o planeamento dos serviços, devem basear-se, tão-só, na racionalidade que os estudos epidemiológicos e económicos, entre outros, nos fornecem, e não em injustificadas pressões locais.

Fará sentido a multiplicação de enormes investimentos em locais a uma distância-tempo inferior a 30 minutos? Fará sentido a multiplicação de serviços de urgência polivalentes a poucos quilómetros de distância, consumindo um bem escasso e imprescindível, que são os médicos e os enfermeiros, nas novas condições de acessibilidade em muitas regiões do nosso País?

Neste período, longo de mais de duas décadas, assistimos, também, a um significativo aumento na utilização dos serviços pelos cidadãos: no internamento hospitalar, nas consultas dos médicos de família, nos meios complementares de diagnóstico e de terapêutica, nos medicamentos.

E assistimos, também, a um acentuado consumo de recursos financeiros. E como já afirmei em outras ocasiões, no respeitante às despesas a cargo das famílias, gastamos sensivelmente mais do que seria desejável com o nosso rendimento médio *per capita*. Mas, regressando aos progressos registados no nosso sistema de saúde, quero deixar claro que os atribuo, em grande parte, à

qualidade dos nossos profissionais e ao seu empenho e dedicação. Porém, estamos hoje perante problemas de grande complexidade no ensino e na formação em Saúde.

O sistema de formação não responde às reais necessidades de técnicos do país. Este é um problema da maior gravidade e um dos maiores desafios que o Estado e as instituições formadoras têm perante si.

Desde logo porque o desenvolvimento do nosso sistema de saúde, no estado actual, exige recursos humanos acrescidos, em especial das profissões técnicas mais diferenciadas.

O que se observa, na densidade de emprego na saúde, que cresceu de 10,1 (por 1000 habitantes) em 1987, para 12,3 em 1996, mas que corresponde, ainda, ao valor mais baixo na União Europeia.

Mas se desagregarmos este valor por profissões, a dimensão do problema é maior.

O número de médicos por 1000 habitantes situa-se ligeiramente abaixo da média da União Europeia, o que constitui um valor globalmente positivo, mas concentrados, numa percentagem muito significativa — cerca de 64% — nos cuidados hospitalares e mais de 72% nos distritos de Lisboa, Porto e Coimbra. Mais preocupante ainda é, também, a demografia médica, com o envelhecimento dos quadros, verificável pelos cerca de 20% de efectivos com 55 ou mais anos de idade.

O número de enfermeiros situa-se, ainda, em valores muito baixos, como também o das profissões paramédicas, concentrados, ambos, nos cuidados hospitalares, embora com uma assinalável juventude dos seus quadros.

Apesar dos esforços verificados com a criação de novas escolas e o aumento do número de diplomados, o ritmo de formação é demasiado lento. Lento para fazer face à situação criada com a

aposentação de muitos profissionais, lento para suprir as necessidades, em especial nos centros de saúde, lento para dar resposta às necessidades colocadas com a abertura de novas unidades. A escassez de técnicos de saúde tem sido parcialmente suprida com a admissão de profissionais de outros países. Não estando em causa a eficácia dessa solução, ela representa e prova a debilidade das políticas de ensino e de formação, em especial no planeamento da necessidade de recursos humanos para o Serviço Nacional de Saúde.

Mas representa, também, um inqualificável cerceamento de direitos, ao frustrar, pelo *numerus clausus*, a expectativa de milhares de jovens, a quem é extraordinariamente dificultado o acesso a cursos na área da saúde.

Permitam-me que vos refira alguns números.

Se considerarmos apenas os alunos com notas de candidatura iguais ou superiores a 17 valores não entraram nas faculdades de medicina 1414 estudantes em 1997, 1471 em 1998, e 767 em 1999.

Com que direito, pergunto, ou em nome de que valor, se impede o acesso a uma profissão a jovens altamente qualificados quando a formação a que se candidatam tem uma tal falta de profissionais no mercado de trabalho que o país tem de recorrer a técnicos vindos do estrangeiro para suprir essa falta?

Apelo, portanto, ao Governo e às Escolas a que revejam a definição das prioridades no ensino e na formação para o sistema de saúde. E que o façam consistentemente. Pelos doentes, para quem um médico, um enfermeiro, um técnico, representam recursos preciosos. Pelos jovens que pretendem iniciar uma formação em saúde. E por uma inalienável responsabilidade do Estado: a de assegurar a eficaz continuidade da prestação de cuidados de saúde aos portugueses que deles necessitam.

O Estado tem responsabilidades a que não se pode sobrepor nenhum interesse. Estamos perante um desses casos. O Estado tem de garantir que a formação de profissionais assegura, de forma sustentada, os recursos humanos necessários na área da saúde. É este o meu apelo. É urgente a resposta. Todos estamos conscientes de que o impacto das medidas que se tomem só produz efeitos a médio ou a longo prazo, atendendo à duração e complexidade das formações nesta área.

Não é legítimo esperar mais.

SEMANA DA SAÚDE

VISITA AO HOSPITAL DE SANTA MARIA

Lisboa

30 de Novembro de 1999

A Semana da Saúde. assim chamada, que hoje termina, teria sempre de assinalar a vertente da investigação.

A investigação científica em Portugal tem sido objecto da minha especial atenção, em diversas ocasiões.

A razão fundamental deste meu interesse radica na convicção de que o desenvolvimento económico e social do nosso País depende, em larga medida, dos resultados que conseguirmos atingir na investigação científica.

A investigação clínica constitui, a este respeito, um exemplo expressivo.

Em primeiro lugar a investigação promove o desenvolvimento da medicina e contribui decisivamente para os bons resultados em saúde.

Se atentarmos, tão-só, no crescimento da esperança de vida nas últimas décadas e na melhoria da própria qualidade de vida da generalidade dos cidadãos, podemos avaliar, em grande medida, o impacto do desenvolvimento científico no bem-estar das pessoas.

Em segundo lugar, a investigação fomenta o crescimento económico, beneficiando um conjunto vasto de sectores, públicos e privados, que dependem, directa ou indirectamente, da produção científica.

Em terceiro lugar a investigação deve ser parte integrante do ensino e da formação médicas, cabendo, neste caso, às Faculda-

des de Medicina uma especial responsabilidade no ensino qualificado dos seus alunos.

A investigação qualifica o ensino e a pesquisa científica é, seguramente, indissociável da docência universitária.

Não defendo que todos os estudantes venham a realizar investigação clínica, mas sim que todos têm a ganhar com a aprendizagem da metodologia de investigação, que lhes permita compreender e utilizar diversos instrumentos de pesquisa, exercer a medicina de uma forma mais compreensiva e eficiente e desenvolver os seus interesses em áreas não directamente clínicas.

Por tudo isto seria desejável que as instituições universitárias, e concretamente as Faculdades de Medicina, dessem, cada vez mais, especial ênfase ao processo de avaliação sistemática do cumprimento dos seus objectivos institucionais.

Penso, naturalmente, na investigação, mas também na qualidade da educação médica, na eficácia da formação, na actividade pedagógica e nos programas curriculares.

Preocupa-me, ainda, a sua adequação às necessidades do sistema de saúde, com destaque para o ritmo de formação de diplomados, que permita, a prazo, suprir as evidentes necessidades deste sector social.

Voltando à questão central desta minha intervenção, ao Estado cabe, certamente, um decisivo papel na promoção da investigação. Desde logo na definição das orientações estratégicas e na avaliação geral do impacto dos investimentos no ambiente económico e social do nosso país.

E apesar do importante investimento realizado nos últimos anos em investigação científica, ocupamos, ainda, uma modesta posição em indicadores que nos permitem uma comparação com outros países desenvolvidos da Europa.

Mas a produção científica não depende apenas da dimensão dos investimentos. É o resultado, também, de outros factores e circunstâncias, como são as competências plurais dos investigadores e o próprio ambiente e a organização do trabalho científico.

Por isso me parece importante, que se promova uma ampla discussão sobre os processos de articulação entre as instituições de ensino e o Serviço Nacional de Saúde.

Vemo-nos confrontados, por vezes, com uma constrangedora realidade dual: pólos de desenvolvimento científico e de inovação tecnológica convivem com modelos de organização hospitalar burocráticos e centralizadores.

É chegada a altura, também, de encontrar para essas instituições, os estatutos jurídicos mais adequados e que permitam promover eficientemente a investigação e o ensino e os cuidados hospitalares altamente diferenciados.

Por isso aqui estou para prestar homenagem aos nossos investigadores que, na área da saúde, vêm realizando um trabalho sério e persistente, por vezes em circunstâncias difíceis.

E tal como há cinquenta anos se distinguia Egas Moniz pela sua decisiva contribuição científica, gostaria hoje de homenagear os seus continuadores que, com o mesmo espírito científico, trabalham para o bem da Humanidade.

SEMANA DA SAÚDE

RECEPÇÃO ÀS ASSOCIAÇÕES DE DOENTES

Palácio Nacional da Ajuda

30 de Novembro de 1999

*T*ermino hoje um conjunto de visitas e de encontros sobre o sistema de saúde, que me levou a hospitais e a centros de saúde e a ouvir especialistas de diversos saberes.

Constatei quer os resultados positivos, quer as suas muitas deficiências.

Sublinho primeiro as realizações:

Desde logo a evolução favorável de importantes indicadores do estado de saúde das populações, identificáveis na regressão das mortalidades infantil, materna e específica por doenças transmissíveis.

Confirmei, também, a qualidade da formação dos profissionais de saúde e o empenho demonstrado, por vezes em circunstâncias muito adversas, pelas condições físicas em que se desenvolve o trabalho e pela especial penosidade em lidar quotidianamente com a doença e com a morte.

Visitei, ainda, unidades que incorporam grande inovação tecnológica e que constituem, também, pólos de investigação científica e que nos permitem ter uma grande confiança na crescente eficiência do processo de diagnóstico e de tratamento.

Não deixei, porém, de constatar sérios problemas e dificuldades que subsistem no nosso sistema de saúde.

Em primeiro lugar, problemas no acesso aos cuidados de saúde e na equidade do sistema. Existem, ainda que de uma forma desigual, barreiras dramáticas no acesso dos cidadãos aos serviços

de saúde, que se quantificam em longas listas de espera para consultas, intervenções cirúrgicas ou exames de diagnóstico. Este é um problema muito grave, quer por aquilo que ele em si representa, quer porque penaliza os mais pobres e os menos instruídos. Essa é uma inaceitável injustiça.

Por outro lado, a mudança nas condições sociais e familiares de apoio tem-se traduzido, também, por uma crescente indisponibilidade das famílias para cuidarem dos seus idosos e doentes. Os cuidados informais, outrora prestados de forma humanizada pelas famílias dão, assim, progressivamente lugar a respostas afectivamente mais distantes, impessoais e institucionalizadas.

Há que saber adaptar o sistema a esta nova realidade e a prevenir as situações dramáticas de exclusão social na doença. A sociedade, as famílias e o Estado têm de encontrar formas humanizadas de resolução destes problemas. Ninguém se pode desresponsabilizar da atenção a dar aos cidadãos mais idosos e àqueles que necessitam de tratamento e carinho por se encontrarem doentes. Em segundo lugar, e ainda relacionado com o problema do acesso aos cuidados de saúde, confrontamo-nos com problemas na articulação desses cuidados. Tenho vindo a constatar, e congratulo-me com isso, a utilização progressiva dos cuidados de saúde primários e do médico de família.

O alargamento do horário de funcionamento dos centros de saúde, a deslocação de equipas móveis a locais de menor acessibilidade geográfica, o desenvolvimento do serviço domiciliário e de projectos integrados de promoção da saúde e de prevenção da doença, têm vindo a fomentar a articulação entre as diferentes unidades do sistema.

Em terceiro lugar, constatei a urgente necessidade de aumentar o número de profissionais de saúde que anualmente se formam. Este é um dos maiores desafios que o país tem de enfrentar.

Existem já, em diversas unidades, carências significativas. O sistema de formação — as universidades e as escolas — não formam por ano os profissionais de saúde necessários. Não podemos continuar a investir nos equipamentos e deixar a descoberto o investimento prioritário nas pessoas. Acelerar o ritmo de formação e melhorar o processo educativo deve constituir preocupação prioritária do Estado.

Quis terminar esta «semana da saúde» falando convosco, enquanto representantes de associações de doentes e, também, como cidadãos que dedicam parte da vossa vida a promover a qualidade e a humanização da estadia dos doentes nas instituições de saúde. Faço-o por duas razões.

Primeiro, para sublinhar de forma inequívoca que o sistema de saúde deve ser orientado para servir as pessoas, para ajudar aqueles que necessitam de cuidados.

Depois, para vos prestar o meu testemunho de reconhecimento pelo valorosíssimo contributo que, com a vossa actuação, dão para uma sociedade mais humanizada, mais justa e mais solidária. Vocês são o testemunho inesquecível de que não compete apenas «aos outros» e a um qualquer «sistema» resolver os problemas. As relações humanas são fundamentais porque as pessoas são, e serão sempre, a única razão de ser do sistema de saúde. Quero com isto dizer que os princípios orientadores e a principal preocupação dos governantes se deve situar no estudo e resolução dos principais problemas dos cidadãos que têm necessidade de aceder aos cuidados de saúde e não na gestão da conflitualidade interna do sistema. É importante não confundir nunca esta ordem de prioridades.

Julgo, por isso, que os representantes dos cidadãos doentes devem ter uma voz institucionalizada, a ser ouvida no acompanhamento regular dos problemas que se manifestem no desenvolvi-

mento no funcionamento do sistema de saúde. Devem ser apoiadas e incentivadas as diversas formas de participação da comunidade na vida das instituições de saúde. Desde logo facilitando-se o acompanhamento dos doentes e as visitas, estimulando a intervenção do voluntariado e das ligas de amigos, reforçando o papel dos conselhos gerais nos hospitais e os gabinetes dos utentes. Por último, penso que, em todo este processo, a intervenção das autarquias pode ser determinante para o seu êxito, pelo conhecimento que possuem das realidades locais, pela forte ligação, que existe, seguramente, com a comunidade e com as suas instituições sociais, pela sua representatividade democrática. Em muitos dos projectos que visitei vi, com satisfação, associadas as autarquias e outras entidades, como as escolas, as misericórdias e outras organizações não governamentais.

Esta combinação de diversas legitimidades propiciará, estou certo, uma forma diversa de encarar os problemas e as suas soluções. Termino estes dias que dediquei aos problemas complexos da saúde em Portugal convosco. Visitei instituições, ouvi técnicos e especialistas. Constatei realizações. Encontrei os problemas que todos já conhecem e já estudaram. No debate das diversas soluções possíveis para esses problemas, discutem-se opções ideológicas, paradigmas, modelos, sistemas, reformas. Expressões técnicas e abstractas com que se lida com uma realidade que é feita, afinal, de pessoas. E o debate envolve interesses organizados, dotados de grande capacidade de promoção da sua perspectiva particular para a solução desses problemas. Mas acima desses interesses — legítimos, naturalmente — deve estar o Estado que nunca, em circunstância alguma, pode abdicar de defender as necessidades dos cidadãos doentes como a prioridade que deve orientar as reformas que se queiram introduzir num sistema que claramente delas necessita.

Só assim se promoverá uma cultura de responsabilidade e de governabilidade na gestão do sistema de saúde em Portugal. Só assim se dará corpo efectivo ao objectivo de colocar o cidadão como personagem central do sistema.

Muito obrigado por terem aceite este convite.

SESSÃO SOLENE
DO ANO ACADÉMICO DE 1999
DA ACADEMIA PORTUGUESA DE MEDICINA
Lisboa
14 de Dezembro de 1999

Gostaria nesta Sessão Solene de partilhar convosco três breves reflexões.

A primeira consiste numa justa homenagem aos investigadores portugueses na área da saúde.

Disse-o recentemente no Hospital de Santa Maria, durante a semana que dediquei ao tema da Saúde, que os nossos investigadores vêm realizando um trabalho sério e persistente, por vezes em circunstâncias difíceis.

E numa altura de necessária modernização do nosso sistema de saúde, de forma a melhor responder às necessidades dos cidadãos, é oportuno reafirmar que a nossa investigação clínica tem produzido resultados da maior relevância para o prestígio e o progresso de Portugal.

Por isso sigo com muito orgulho e alegria os desenvolvimentos que, em áreas diversas das ciências médicas, vêm ocorrendo. A segunda reflexão consiste na necessidade, reafirmada, de aumentar a capacidade de formação de profissionais do Serviço Nacional de Saúde.

Conheço o relevante trabalho das Faculdades de Medicina na reformulação do ensino médico. Será importante que surjam as condições necessárias para que a qualidade inquestionável do vosso trabalho se articule com um diferente ritmo de formação.

Como todos sabemos, um médico representa um recurso precioso, a que muitos Portugueses ainda têm dificuldade em aceder.

Mas a medicina constitui, também, uma profissão que muitos jovens altamente qualificados pretendem seguir.

O Estado tem aqui uma particular responsabilidade que, em última análise, consiste em garantir os recursos humanos necessários na área da saúde.

Finalmente os resultados em saúde.

A evolução positiva registada em muitos indicadores da saúde dos Portugueses não nos faz esquecer que os resultados são ainda modestos, quando comparados com outros países europeus desenvolvidos e com o esforço financeiro realizado em Portugal. Em suma, a par do mais vivo reconhecimento aos investigadores, aos formadores e, em geral, aos profissionais de saúde, fica, se me permitem, também um apelo para que a responsabilidade e o compromisso que todos temos perante o País, possibilite a consolidação de um Portugal mais fraterno com quem sofre.

CAPÍTULO XI | TIMOR

«A questão de Timor-Leste é sobre um povo e sobre o essencial: o essencial da dignidade humana, do direito internacional e da consciência moral e universal.»

DECLARAÇÃO SOBRE TIMOR-LESTE

Palácio de Belém

7 de Abril de 1999

*T*enho estado a acompanhar, em permanência e com grande preocupação a multiplicação de incidentes, de gravidade crescente, em Timor-Leste.

Há poucas horas, estive em contacto com Sua Excelência Reverendíssima o Bispo D. Carlos Ximenes Belo, e pude obter a confirmação do bárbaro massacre de Liquiçá.

Transmiti ao Bispo de Dili a mais viva condenação de Portugal e pedi-lhe que apresentasse aos familiares das vítimas os meus votos de profundo pesar e de solidariedade.

As autoridades indonésias não podem deixar de ser responsabilizadas perante a comunidade internacional pela onda de violência contra as populações civis por parte de milícias armadas, que visam instalar um estado de instabilidade permanente em Timor-Leste e procuram comprometer as conversações em curso sobre a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas.

Por seu lado, Portugal continua empenhado em prosseguir essas conversações cuja finalidade é garantir o exercício livre e democrático do direito de autodeterminação e restaurar a paz em Timor-Leste, no mais breve prazo possível.

Nesse quadro, reiterarei hoje ao Secretário-Geral das Nações Unidas a urgência de assegurar uma presença efectiva das Nações Unidas em Timor-Leste, indispensável para garantir a estabilidade no Território.

Neste momento difícil, entendo ser meu dever dirigir um apelo a todos os Timorenses de boa vontade para que oponham à violência o exemplo de maturidade e contenção que tem distinguido a acção dos seus principais dirigentes cívicos e políticos, nomeadamente os Bispos de Dili e de Baucau e Xanana Gusmão nos seus esforços para institucionalizar uma Comissão de Estabilidade e Reconciliação. Esse exemplo é penhor da admiração e da solidariedade dos portugueses e do apoio crescente da comunidade internacional à luta dos Timorenses pela sua liberdade.

DECLARAÇÃO POR OCASIÃO DA ASSINATURA
DO ACORDO ENTRE PORTUGAL E A INDONÉSIA
SOBRE A QUESTÃO DE TIMOR-LESTE

Palácio de Belém

7 de Maio de 1999

No termo de um longo processo de conversações sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas, iniciado em 1983, Portugal e a Indonésia concluíram um acordo sobre a questão de Timor-Leste.

Neste momento, as minhas primeiras palavras são para os Timorenses, cuja luta verdadeiramente heróica tornou possível o acordo. Em nome de Portugal, quero render homenagem ao povo mártir de Timor-Leste, cujo exemplo forçou o reconhecimento internacional de uma causa que tantos julgaram perdida e abriu caminho para o exercício, livre e democrático, do seu direito inalienável à autodeterminação.

O acordo entre Portugal e a Indonésia, no quadro das Nações Unidas, é um marco histórico no processo de autodeterminação de Timor-Leste. Nos termos acordados, os Timorenses serão chamados a pronunciar-se, por sufrágio universal, directo e secreto, sobre uma proposta indonésia de autonomia, cuja rejeição terá como consequência a sua separação da Indonésia e a independência de Timor-Leste. A consulta será organizada pelas Nações Unidas, que terão, para o efeito, uma presença significativa em Timor-Leste, durante todo o processo.

Portugal, como sempre o disse, reconhecerá qualquer resultado da consulta, desde que as Nações Unidas possam garantir, no cumprimento do acordo, as condições de segurança e de liberdade indispensáveis para assegurar a legitimidade democrática da consulta.

Naturalmente, partilhamos com os Timorenses e com as Nações Unidas uma séria apreensão quanto à situação presente em Timor-Leste, marcada pela violência de grupos armados que perseguem a população civil, com o objectivo de estabelecer o terror e impedir a consulta. Não temos ilusões. Há forças poderosas dispostas a impedir que os Timorenses possam decidir, livremente, sobre o seu futuro.

Nesse contexto, creio dever dirigir um apelo ao Presidente da República Indonésia, cujas iniciativas se revelaram cruciais para definir uma nova orientação da Indonésia sobre a questão timorense e criar as condições indispensáveis para concluir o acordo tripartido.

Tenho acompanhado, com a maior atenção, os seus esforços na complexa transição indonésia. O caminho para a democratização e para a restauração do prestígio internacional da Indonésia são indissociáveis da resolução pacífica e honrosa da questão de Timor-Leste. Nesse sentido, espero que as autoridades indonésias possam, nomeadamente, garantir as condições de segurança no Território, indispensáveis para o cumprimento rigoroso e efectivo do acordo.

Portugal está pronto a assumir todas as suas obrigações resultantes do acordo, antes e depois da consulta. Nesse quadro, quero referir a nossa disponibilidade permanente para desempenhar todas as responsabilidades de Portugal como potência administrante. No caso de os Timorenses escolherem o caminho da independência, Portugal está pronto para cooperar, no âmbito das Nações Unidas, na transição pacífica para a independência, em especial nos planos político-institucional, administrativo e de segurança.

O acordo de Nova Iorque marca o início de uma nova etapa no processo de autodeterminação de Timor-Leste. Estamos cons-

cientes dos riscos e das dificuldades, e igualmente determinados em persistir na defesa firme dos direitos dos Timorenses, em todas as circunstâncias.

Temos confiança nos Timorenses e na sua capacidade de exercer o seu direito de autodeterminação. Temos confiança na sua vontade de ultrapassar as divisões e a violência. Temos confiança na sua maturidade política, que se exprimirá na escolha certa para o futuro. Temos confiança na orientação segura das personalidades que simbolizam a identidade e a luta dos Timorenses, como o Bispo de Díli, D. Ximenes Belo, e Xanana Gusmão, cuja libertação é urgente e necessária para a boa condução do processo de uma consulta livre e democrática.

Por último, é devida uma palavra de público reconhecimento ao Secretário-Geral das Nações Unidas, senhor Kofi Annan, e ao seu Representante Pessoal, embaixador Jamsheed Marker, bem como a todos os que, em nome do Estado português, ao longo dos anos, exerceram funções de responsabilidade na condução da questão de Timor-Leste, nomeadamente ao Primeiro-Ministro, engenheiro António Guterres, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Jaime Gama, e a todos os que com eles se empenharam na conclusão de um acordo que os honra e distingue na defesa de uma causa justa.

DECLARAÇÃO SOBRE O REFERENDO

EM TIMOR-LESTE

Palácio de Belém

4 de Setembro de 1999

O povo de Timor-Leste exerceu o seu direito de autodeterminação e rejeitou, por uma maioria clara e inequívoca, a proposta indonésia de autonomia, escolhendo o caminho da independência.

Numa consulta livre e democrática, organizada pelas Nações Unidas, a nação timorense decidiu dar o primeiro passo irreversível na formação do Estado de Timor Lorosae

A vitória dos timorenses é a vitória de uma luta heróica de vinte e quatro anos pela sua independência. É uma vitória de todos os que nunca desistiram de lutar pelos valores universais da democracia, da dignidade da pessoa humana e do direito. É uma vitória da comunidade internacional e de todos quantos confiaram nas Nações Unidas como instituição ao serviço da paz e da justiça. Nada, nem niguém, conseguiu negar o direito inalienável de autodeterminação aos Timorenses. Nada, nem ninguém, conseguirá negar aos Timorenses a vitória alcançada na sua luta pela independência.

As Nações Unidas, Portugal e a Indonésia, nos termos dos acordos de 5 de Maio, comprometeram-se a respeitar os resultados da vontade soberana dos Timorenses e a garantir o caminho pacífico para a independência.

É essa a primeira prioridade do período seguinte. É imperativo pôr fim ao ciclo de violência que se iniciou há vinte e quatro anos. É indispensável que a Indonésia cumpra, rigorosamente, as obriga-

ções que lhe são cometidas no domínio da segurança. É urgente que as Nações Unidas assumam, plenamente, as suas responsabilidades na garantia da segurança em Timor-Leste.

O primeiro acto fundador do Estado de Timor Lorosae foi um acto democrático. Esse acto anuncia uma vida nova para os Timorenses, que desejamos assente no respeito pelos direitos cívicos e políticos e na regra da tolerância. Esse acto anuncia a constituição de um regime que queremos seja de democracia e liberdade, um regime onde não pode haver vencidos, nem vencedores. Em democracia deixam de existir inimigos, num Estado de direito ninguém pode tomar a justiça nas suas mãos. Daí o meu apelo para que todos os timorenses, qualquer que tenha sido o seu voto, se reconciliem e se unam na constuição do seu destino comum.

Para Portugal e para os Portugueses, este é um momento inesquecível. A democracia portuguesa soube cumprir o seu dever e assegurar o exercício, livre e democrático, do direito de autodeterminação do povo irmão de Timor-Leste.

É também um momento de grande responsabilidade, perante um novo desafio nacional. Em permanente articulação com as Nações Unidas e todas as partes interessadas, Portugal deve assumir, com o maior empenho, as suas obrigações na próxima fase de transição e na criação das condições políticas e económicas indispensáveis para a consolidação do Estado de Timor Lorosae. Para terminar quero prestar homenagem ao Secretário-Geral das Nações Unidas pela sua determinação na procura de uma resolução justa e honrosa da questão de Timor-Leste, bem como à Missão das Nações Unidas em Timor-Leste, pela sua competência, dedicação e imparcialidade na organização da consulta de 30 de Agosto. Quero também prestar homenagem a todos quantos, em Portugal e por todo o mundo, se empenharam no movimen-

to de solidariedade para com a causa timorense. Quero, sobretudo, prestar homenagem à nação timorense, nas pessoas do Presidente Xanana Gusmão e dos Bispos D. Carlos Ximenes Belo e D. Basílio do Nascimento, pelo exemplo incomparável de coragem e sacrifício, penhor da nossa confiança num futuro de paz e liberdade para Timor-Leste.

**JANTAR OFERECIDO EM HONRA
DO BISPO D. XIMENES BELO**
Palácio de Belém
10 de Setembro de 1999

Senhor Bispo de Díli, Excelência Reverendíssima,
Num referendo proclamado válido pelas Nações Unidas, os timorenses escolheram de forma serena a liberdade e a independência pela qual lutam há vinte e quatro anos. Sobre essa firme vontade os seus inimigos lançaram o terror, a morte e a destruição.

Temos vivido dias de angústia e luto.

Num gesto sem precedentes os Portugueses uniram-se de forma sentida e comovida para expressar a sua indignação e angústia por esse indescritível sofrimento.

O Bispo de Díli sempre foi, para todos nós, um símbolo indiscutível da coragem do Povo Timorense. Permito-me, em nome de Portugal, depositar nas suas mãos o sentimento de um povo que vos quer como irmãos, que sofre o vosso sofrimento e que tudo fará para manter a pressão internacional para que seja garantida a segurança dos timorenses e para que a sua vontade seja respeitada.

Quero exprimir a todos os portugueses o meu reconhecimento pelos gestos de solidariedade que têm tido lugar de Norte a Sul do país. A força desse sentimento é de grande importância para manter bem presente na comunidade internacional o sentimento de revolta perante uma tragédia que se abate sobre um povo que luta pela sua liberdade.

Ao longo destes dias, de forma sistemática e ininterrupta, os responsáveis políticos têm desenvolvido todas as diligências possí-

veis para que o povo de Timor receba a ajuda de que tão dramaticamente necessita. Eu próprio, o Governo, a Assembleia da República, todos temos concentrado esforços com um objectivo comum: salvar um povo da morte a que o querem condenar. Infelizmente não depende só de nós. Temos de aliar à emoção medidas iguais de realismo e firmeza, indispensáveis para garantir a continuidade do caminho para a Independência, aberto pelos resultados da extraordinária consulta de 30 de Agosto.

O país inteiro está unido na solidariedade para com o povo de Timor. O vosso sofrimento é indescritível. Mas a vossa tenacidade é indestrutível. É uma Nação que quer ser livre. Que resistirá, mesmo quando os poderes permanecem indiferentes à chacina que sofrem. Que lutará, mesmo quando a esperança pareça ténue. Que lutará sempre pela liberdade da Independência consagrada pela livre escolha do povo.

Ao vosso lado, com orgulho pela enorme coragem e determinação dos timorenses, estará Portugal, unido num único propósito: tudo fazer para travar a onda de violência e fazer respeitar a vontade expressa dos timorenses.

A Independência já venceu o Referendo. A Liberdade vencerá a opressão em Timor-Leste.

DECLARAÇÃO SOBRE OS ACONTECIMENTOS
EM TIMOR-LESTE

Palácio de Belém

12 de Setembro de 1999

A declaração que o Presidente Habibie acaba de proferir parece dever ser positivamente encarada, como manifestação, embora tardia, de aceitação pela Indonésia dos apelos permentes que lhe foram dirigidos pela Comunidade Internacional, e como Portugal vem insistentemente reclamando.

As circunstâncias que temos vivido e o comportamento a que Jacarta nos tem habituado forçá-nos, todavia, a ser prudentes nesta primeira reacção.

E a não esconder que consideraríamos intolerável que o comportamento dos militares e outras forças indonésias que se encontram em Timor-Leste viesse, na prática a pôr em causa a boa fé em que temos a declaração do Presidente Habibie.

Apelamos, pois, ao Presidente Habibie, ao governo e às autoridades militares indonésias para que honrem o sentido da declaração presidencial e que, assim, viabilizem, desde já, as diligências indispensáveis para uma rápida deslocação de forças internacionais de segurança, mas sobretudo para que autorizem e cooperem com o início imediato das operações humanitárias no território.

Os olhos do Mundo estão fixados no sofrimento do povo de Timor-Leste. Mas estão igualmente atentos, e serão inflexíveis, relativamente ao comportamento da Indonésia.

Neste momento de esperança e não menor dramatismo, queremos reiterar a nossa emocionada solidariedade para com os

timorenses, os nossos agradecimentos ao trabalho determinado do Secretário-Geral da ONU e da sua equipa, e afirmar a nossa certeza na recondução da comunidade internacional à afirmação dos valores essenciais que sempre pautaram a actuação de Portugal.

MENSAGEM SOBRE A RESOLUÇÃO
DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU
Palácio de Belém
15 de Setembro de 1999

O Conselho de Segurança aprovou hoje a resolução que autoriza a intervenção de uma força militar internacional em Timor-Leste, cuja missão é restaurar a segurança e a ordem, bem como assistir nas operações de ajuda humanitária que devem começar imediatamente.

Esta decisão, que foi tomada num prazo excepcionalmente curto, é a resposta firme e determinada das Nações Unidas e da comunidade internacional aos responsáveis pela vaga de terror que semeou a morte, a dor e a destruição em Timor-Leste, depois do referendo.

Essa resposta significa que as Nações Unidas e a comunidade internacional estão dispostos a impor, por todos os meios, a decisão soberana dos Timorenses, expressa na consulta democrática de 30 de Agosto, que tornou irreversível a sua independência e a formação do Estado de Timor-Leste

Como é sua obrigação, Portugal, esteve, está e estará na primeira linha desses esforços. As nossas forças armadas estão preparadas para participar, com meios significativos, na força multinacional. Todos os nossos recursos estão à disposição da ajuda humanitária e da reconstituição de Timor-Leste.

Mas, sobretudo, são os Portugueses, como um todo, que estão mobilizados ao lado da nação timorense, nesta hora dramática. Esse movimento espontâneo de solidariedade é penhor da nossa solidariedade permanente e sem falhas para a nação timorense.

Gostaria também de aproveitar esta oportunidade para me referir à sugestão que me foi apresentada acerca da eventual necessidade de um adiamento das próximas eleições para a Assembleia da República.

Tomei nota dessa sugestão, cuja motivação compreendo e respeito. Creio, todavia, que a democracia portuguesa é uma democracia estável e adulta. A regularidade na realização das eleições é parte integrante do normal funcionamento das nossas instituições políticas de um valor que todos defendemos. Estou certo — absolutamente certo — que o processo eleitoral não implicará nenhuma quebra de solidariedade e, pelo contrário, reforçará o empenho dos Portugueses na luta por Timor-Leste.

É importante que a Assembleia da República receba uma nova legitimidade democrática. É, por isso, importante que se aproveite intensamente o período eleitoral para debater, com profundidade e rigor, as propostas que cada partido tem, para o governo de Portugal, e que a campanha decorra em condições de normalidade e equidade.

SESSÃO DA 54.^a ASSEMBLEIA GERAL
DAS NAÇÕES UNIDAS
(Nova Iorque)
20 de Setembro de 1999

Começo por felicitar o Senhor Theo Ben Gurirab pela sua eleição para a presidência desta Assembleia Geral, que constitui um merecido tributo ao papel que a Namíbia tem desempenhado na cena internacional. As suas qualidades humanas, profissionais e intelectuais assegurarão certamente a boa condução dos nossos trabalhos.

Presto também a minha homenagem ao Presidente cessante, Senhor Didier Operti, pela forma dedicada e competente como dirigiu os trabalhos da 53.^a Assembleia Geral.

Reservo uma palavra de particular apreço e estima para o Secretário-Geral, Kofi Annan, pela forma notável como tem desempenhado o seu difícil cargo, num momento em que tantos e tão complexos desafios são postos às Nações Unidas e em que tantas esperanças são depositadas na sua acção.

Senhor Presidente,

Dirijo-me a esta Assembleia ainda sob o impacto da vaga de emoção, indignação e revolta desencadeada em todo o mundo pela tragédia que se abateu sobre o povo de Timor-Leste após o anúncio do resultado da consulta sobre o futuro daquele território, exemplarmente organizada pelas Nações Unidas no passado dia 30 de Agosto.

Quem viu as imagens dos timorenses, no dia da votação, empunhando as suas certidões de recenseamento, em filas ordeiras, esperando pelo tão ansiado momento de exprimir livremente a

sua vontade, não pode ter deixado de reagir com profunda emoção e de perceber naqueles rostos e naqueles gestos o apelo universal da democracia, da liberdade e da justiça. O contraste singular entre o exemplo de coragem silenciosa e sentido cívico oferecido pelos timorenses, ao participarem em massa no acto eleitoral, e os actos bárbaros de vingança que se seguiram revela, com exemplar nitidez, o que verdadeiramente está em causa neste processo.

Não é esta a ocasião para relembrar os factos, infelizmente tão pouco conhecidos, da luta pela independência que o povo de Timor conduziu ao longo dos últimos 24 anos, nem tão-pouco o cortejo de horrores que teve de sofrer, e infelizmente ainda sofre, para conquistar a sua liberdade.

A História ensina-nos que o nascimento de uma nação é, regra geral, uma conquista do seu povo, ao cabo de um processo doloroso. O caso de Timor-Leste não constitui excepção. Foi o povo de Timor, pela sua coragem, determinação e capacidade de luta e sofrimento que conquistou o direito a constituir-se em nação independente. Quero aqui prestar-lhe a minha homenagem, bem como ao seu líder, Xanana Gusmão, cujo alto perfil humano e político se impôs ao respeito de todos quantos tiveram oportunidade de o contactar.

E quero aqui curvar-me, em nome de todos os portugueses, perante a memória dos timorenses que, ao longo dos anos, ofereceram a vida pela dignidade do seu povo.

Senhor Presidente,

Os acontecimentos das últimas semanas em Timor interpelam a consciência da Comunidade Internacional e devem constituir motivo de reflexão sobre a responsabilidade das Nações Unidas, como órgão representativo da Comunidade Internacional, na construção de uma sociedade internacional mais justa e mais humana.

Neste final de século, à medida que se afirma uma consciência universal do valor inalienável da dignidade da pessoa humana, pesa sobre todos os Estados que constituem a Comunidade Internacional uma responsabilidade cada vez maior de articularem, na sua conduta internacional, os princípios e os interesses, na certeza de que a salvaguarda dos princípios representa, também, condição da legitimidade dos interesses.

Essa consciência exige, de todos quantos têm responsabilidades públicas, respostas prontas e firmes a comportamentos políticos moral e juridicamente inaceitáveis, às tragédias humanitárias que regra geral provocam e aos ciclos de instabilidade regional que desencadeiam.

A opinião pública mundial, que toma forma diante dos nossos olhos graças à globalização dos meios de comunicação, espera de nós essas respostas e tem dificuldade em compreender porque se aplicam, tantas vezes, dois pesos e duas medidas a situações em tudo idênticas no plano dos princípios.

Sabemos que nem sempre a Comunidade Internacional se tem mostrado à altura destes desafios. Lembro aqui a tragédia do Ruanda, os caso do Sudão e da Somália, a demora em reagir aos conflitos da Bósnia e do Kosovo e tantas outras situações de sofrimento humano, que foram tragicamente descuradas.

Devemos, por isso, saudar a enérgica reacção da Comunidade Internacional à onda de violência e de terror que assolou Timor-Leste nas últimas semanas, e a mobilização de uma força multinacional, encarregada de garantir a paz e a segurança daquele território, de proteger e apoiar a UNAMET e de facilitar as operações de assistência humanitária ao povo de Timor. Quero aqui agradecer a todos aqueles que contribuíram para este resultado e, em particular aos países que se disponibilizaram para integrar esta força. Neste caso, para além dos dramáticos aspec-

tos humanos, estava em causa a própria credibilidade das Nações Unidas. Como podiam elas, que organizaram a consulta popular, trair a confiança que haviam suscitado e que o povo de Timor-Leste nelas depositara?

Ainda que a reacção não tivesse sido tão rápida quanto os timorenses mereceriam e Portugal desejaria, a adopção da resolução 1264 do Conselho de Segurança mostra ao mundo que este não assiste indiferente a desafios à sua autoridade, nem os deixa sem resposta.

Que este caso não constitua excepção, e sirva de exemplo para o futuro: a rapidez de resposta do Conselho de Segurança representa condição da sua autoridade e eficácia.

Senhor Presidente,

Muito do que aconteceu é irremediável e não pode ser esquecido. Digo-o com a mais profunda amargura. Considero também que, neste como noutros casos, não se poderá alimentar uma cultura de impunidade. Todavia, a instalação, que começou, da força multinacional em Timor-Leste abre um horizonte de esperança. Há, neste momento, que cuidar dos vivos e procurar salvar o que ainda pode ser salvo.

No imediato, considero essenciais os seguintes pontos:

Garantir a segurança em Timor-Leste é a tarefa prioritária que temos diante de nós, de modo a assegurar o respeito pelos direitos individuais dos timorenses e permitir que, finalmente, possam viver em paz, sem risco de violência e perseguições. Sem segurança, não haverá igualmente condições para conduzir, com todo o necessário vigor e amplitude, as urgentes tarefas de assistência humanitária à população de Timor-Leste.

Encaminhar, com toda a urgência, ajuda humanitária para Timor, alimentar, tratar e realojar as dezenas de milhares de deslocados espalhados por todo o território, cuidar de uma gente que foi

sistematicamente espoliada dos seus bens, confortar todos aqueles que perderam familiares e amigos e assistiram, impotentes, a cenas de horror que ficarão para sempre gravadas nas suas memórias, reunificar famílias, em suma acudir a uma população traumatizada pela orgia de violência de que foi vítima.

Acudir à situação daqueles timorenses, bem mais de uma centena de milhar, que foram deportados para a Indonésia ou fugiram do território e que se encontram sobretudo em Timor Ocidental. É urgente e indispensável o acesso imediato e irrestrito àquelas populações não apenas da assistência humanitária, como do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e de outros meios de defesa dos direitos humanos, para salvaguarda da vida e da dignidade destes refugiados e para assegurar que, quando queiram, possam regressar a Timor-Leste.

Acelerar a transferência de autoridade efectiva no território para as Nações Unidas, prevista pelos acordos de 5 de Maio, como consequência do resultado da consulta popular de 30 de Agosto. Qualquer dilação seria intolerável. Importa também definir um calendário para a retirada, no mais curto lapso de tempo, das forças indonésias presentes naquele território. É esse o único caminho possível para restaurar a paz e a estabilidade na região e para lançar as bases de uma sã convivência entre o futuro Estado de Timor e a Indonésia, que desejamos possa consolidar as promessas democráticas que o seu actual processo de transição prenuncia.

Finalmente, haverá que fazer uma enorme esforço de reconstrução do Território, devastado pelas pilhagens, saques e destruições dos últimos dias e para o qual será indispensável o generoso empenho da Comunidade Internacional.

Para todas estas tarefas, Portugal manifestou a sua vontade de contribuir. Pelas responsabilidades que tem perante o povo ir-

mão de Timor-Leste e pela solidariedade incondicional que a ele o une, Portugal manifestou, desde o primeiro momento, disponibilidade para integrar a força multinacional. Para evitar qualquer demora, visto que cada minuto conta, em vidas e em sofrimento, aceitámos, embora preparados para uma participação imediata, diferi-la para ocasião posterior.

No auxílio humanitário e na reconstrução de Timor-Leste, fazemos e faremos quanto pudermos. Quero deixar aqui um apelo veemente à Comunidade Internacional, às agências especializadas das Nações Unidas, às organizações não-governamentais, para acompanharem este esforço.

Senhor Presidente,

Com o território ocupado, sem que jamais as Nações Unidas houvessem reconhecido a sua pretendida anexação pela Indonésia, o povo de Timor-Leste esperou um quarto de século para exercer o direito de autodeterminação que lhe cabia enquanto povo de um território não-autónomo, como tal caracterizado pelas Nações Unidas.

No quadro ainda da resolução da Assembleia Geral n.º 37/30, de 1982, Portugal, enquanto potência administrante do território, a Indonésia e as próprias Nações Unidas chegaram, finalmente, a 5 de Maio passado, a um acordo nesse sentido.

A consulta popular foi instituída com referência explícita, tanto no Acordo Principal de 5 de Maio, como na Resolução do Conselho de Segurança n.º 1236, de 7 de Maio, às resoluções desta Assembleia Geral que representaram e representam a Magna Carta do direito dos povos coloniais à autodeterminação: as resoluções 1514, 1541 e 2625.

Apesar de todas as intimidações, o povo de Timor-Leste exerceu democraticamente, em 30 de Agosto, o seu direito à autodeterminação e escolheu, por uma maioria clara e inequívoca, o seu

futuro colectivo, adquirindo, de forma incondicional e irrevogável, o direito a constituir-se em Estado independente, findo o período de administração transitória que as Nações Unidas em breve iniciarão.

Alcança a liberdade, com cicatrizes e feridas do sofrimento passado; mas transporta a juventude de uma esperança e saberá, assim o espero, chegar sem ressentimento ao concerto dos Estados.

Senhor Presidente,

A questão de Timor-Leste é sobre um povo e sobre o essencial: o essencial da dignidade humana, do direito internacional e da consciência moral e universal.

Apesar de tudo quanto terrivelmente aconteceu, saudemos, neste final da década das Nações Unidas para a erradicação do colonialismo, a autodeterminação do povo de Timor-Leste.

Permitam-me, que termine formulando um voto e uma esperança: que tão brevemente quanto possível a Assembleia Geral possa ouvir a voz livre e soberana de Timor Lorosae.

RECEPÇÃO POPULAR

JUNTO AO PALÁCIO DO GOVERNADOR EM DÍLI

(Visita a Timor-Leste)

Díli

12 de Fevereiro de 2000

É muito bom estar entre amigos.

Quero agradecer-lhes, a todos os que durante estes vinte cinco anos lutaram pelos seus direitos e sofreram por eles.

Quero prestar a minha homenagem àqueles que tombaram em defesa desses direitos. Quero prestar a minha homenagem ao Comandante Xanana Gusmão e a toda a Resistência. Quero prestar a minha homenagem aos senhores Bispos, D. Ximenes Belo e D. Basílio do Nascimento.

Quero prestar a minha homenagem a todo este povo ímpar que, durante muitos anos, no silêncio, na dedicação e no sofrimento, conseguiu vencer e, em 30 de Agosto passado, realizar a sua grande aspiração – ganhar o direito à sua independência.

Quero agradecer os esforços desempenhados pelas Nações Unidas e pela INTERFET e, a partir de agora, os esforços a que o Dr. Sérgio Vieira de Mello, a UNTAET e as suas forças de paz, de reconstrução e do desenvolvimento, vão pôr ombros para reconstruir esta Pátria destruída.

Os Portugueses apenas querem ajudar, para que seja possível uma independência real e efectiva. Isto é, para que o vosso esforço de vinte e cinco anos, a vossa unidade inquebrantável, sejam postos agora ao serviço da reconstrução desta Pátria.

O trabalho à frente de todos nós é muito importante.

Quero saudar os Timorenses que neste momento têm responsabilidade de vos representar. O Comandante Xanana Gusmão, os

membros do Conselho Nacional de Resistência Timorense e do Conselho Consultivo Nacional, têm de fazer desta transição um momento exemplar para demonstrar ao mundo que um Povo determinado, com identidade própria, com unidade de esforços e de propósitos, é capaz de levar avante esta tarefa com as Nações Unidas e realizar aquilo com que sonharam e para o qual lutaram milhares e milhares de Timorenses.

Estaremos convosco para ajudar no que for preciso. Mas permitam que este vosso amigo de sempre, que acompanhou a causa timorense em todos os momentos, vos peça também que agora a unidade seja mais forte, que a diferença de opiniões seja posta ao serviço da reconstrução e que seja possível, com o esforço de todos, mobilizar todas as capacidades pois disso depende o desenvolvimento futuro de Timor.

Sobretudo, é indispensável que seja possível aos Timorenses, eles próprios ou através dos seus representantes, pelas formas jurídicas ou políticas que escolherem e com o apoio das Nações Unidas, decidirem sobre o que deve ser o seu futuro.

Nos próximos meses, a atenção do mundo continuará fixada sobre Timor-Leste. Vai ser muito importante perceber a eficácia das Nações Unidas. Estamos aqui para colaborar com as Nações Unidas, com o CNRT e com os Timorenses; estamos aqui apenas para isso e entendemos que há uma grande responsabilidade da comunidade internacional, depois do drama vivido aqui em Setembro e Outubro, para responder também, agora, ao esforço de reconstrução.

Mas vai ser o esforço de todos nós, o vosso em primeiro lugar, que há-de levar para a frente a demonstração de que é possível, apesar da destruição e de todas as dificuldades, manter a identidade e manter a unidade para que se possam realizar e efectivar as expectativas de todos os Timorenses por que todos esperamos.

Meus amigos, um grande, grande abraço.

Espero que esta minha presença de um país que nunca vos deixou nestes vinte e cinco anos, seja recebida como um abraço de esperança, de afectividade, de grande admiração pela vossa determinação e pela vossa coragem, e seja também um abraço de esperança pelo esforço que, junto com os vossos representantes e com as Nações Unidas, ides fazer para a construção do vosso futuro.

Junto de vós sinto-me muito mais novo e é preciso que nos sintamos todos muito mais novos para construir este novo País. Viva Timor-Leste!

Nota: Texto estabelecido a partir de um improviso.

VISITA AO CONTINGENTE NACIONAL

EM TIMOR-LESTE

(Visita a Timor-Leste)

Díli

13 de Fevereiro de 2000

Esta missão tem um significado muito especial para Portugal e para as suas Forças Armadas, que regressam a Timor, no quadro das Nações Unidas, para garantir a segurança do território e para assegurar o caminho pacífico para a independência de Timor-Leste.

Esta missão tem, igualmente, uma importância especial para os Timorenses e para as Nações Unidas. A segurança do território é a primeira condição para tornar possível o esforço de reconciliação e de reconstrução nacional, na transição para a independência.

Os Portugueses têm os olhos postos na vossa missão. Estou certo de que a saberão desempenhar com exemplar profissionalismo e espírito de servir, repetidamente demonstrado pela participação das Forças Armadas Portuguesas em Angola, em Moçambique, na Bósnia-Herzegovina e no Kosovo onde prestigiaram o nome de Portugal.

Também os Timorenses têm os olhos postos na vossa missão. Todos estamos conscientes das elevadas expectativas dos Timorenses e da relação especial de afecto que une os Portugueses e os Timorenses, construída nos anos difíceis da luta contra a opressão e a ocupação.

Essa expectativa deve ter como contrapartida um comportamento profissional e pessoal exemplares no desempenho desta missão. Mais do que ninguém, os soldados portugueses tem obriga-

ção de respeitar os Timorenses e de os defender, no exercício das suas competências e no quadro da missão que vos foi dada pelas Nações Unidas.

Sei que é uma honra para todos servirem nesta missão. Das vossas capacidades e do modo como a souberem cumprir, depende, em boa medida, o futuro das relações entre Portugal e Timor-Leste.

Estou certo que todos saberão ser dignos dessa responsabilidade. Quero também saudar os membros portugueses da CIVPOL, conhecedor do vosso profissionalismo, da capacidade demonstrada em outros teatros e em outros países. Estou seguro que esta função tão delicada, tão paciente e, neste momento, tão essencial para Timor, será, por via da vossa actuação, cumprida com o saber, a dedicação e o afecto que se pede a uma Polícia no contexto da transição em Timor-Leste.

A todos, o meu abraço de amizade, o meu abraço de orgulho e os meus votos de grandes felicidades.

Nota: Texto estabelecido a partir de um improviso.

VISITA AO ACANTONAMENTO DAS FALINTIL

(Visita a Timor-Leste)

Aileu

14 de Fevereiro de 2000

Quero, em primeiro lugar, agradecer a todo este Povo Timorense a lição que deu ao mundo, lutando praticamente sozinho pelo seu direito à liberdade.

Quando nós sobrevoamos estas serras e vemos as casas destruídas, percebemos o que a força de um Povo pode fazer para, apesar disso tudo, derrotar aqueles que sempre se opuseram ao seu direito à liberdade e à independência.

Quero, por isso, prestar homenagem, neste momento solene, a todas as vítimas da guerra e da ocupação de Timor-Leste e a todos os combatentes que deram a sua vida pela liberdade e pela independência, em mais de vinte anos de luta contra a invasão e a opressão. As FALINTIL foram a força armada que garantiu a continuidade da luta dos Timorenses. Fê-lo nas condições mais difíceis, diria mesmo, quase impossíveis de imaginar. Foi a força do Povo, a força da ligação entre todo o Povo resistente e as FALINTIL, que manteve a causa de Timor durante vinte e quatro anos, para chegarmos, felizmente, onde estamos hoje. A vossa resistência foi a vossa vitória. Essa vitória foi ganha com a vossa capacidade e, sobretudo, com a vossa unidade. Quero pedir-vos, como amigo, que por mais difíceis que sejam os tempos daqui para a frente — porque é difícil reconstruir o que outros destruíram — nunca percam a vossa unidade, a vossa força a favor da independência.

Quero saudar, muito em especial, as FALINTIL, que depois do dia 30 de Agosto, vendo os seus irmãos acossados, souberam

resistir disciplinadamente e não caíram na armadilha que estava preparada para obrigar os Timorenses a responder à violência com a violência.

Quero deixar uma palavra de homenagem ao vosso comandante. Sob a liderança de Xanana Gusmão, foi Taur Matan Ruak que, pelo seu discernimento e pela sua inteligência, percebeu o que era preciso fazer naquele momento, por mais difícil que fosse aguentar os heróicos combatentes no local onde se encontravam.

Agora as tarefas são de segurança e de garantia da estabilidade indispensável para reconstruir Timor. É preciso apoiar os Timorenses para que eles próprios possam erguer seu Estado, desenvolver a sua economia, dar escolas às crianças.

É uma responsabilidade da comunidade internacional fazer tudo para que, com a vossa energia, este desenvolvimento, esta paz e esta segurança possam continuar.

Meus amigos, eu já tenho muitos anos e alguns cabelos brancos. Já vi e vivi momentos de euforia e momentos de desilusão.

Exactamente por causa disso, aqui vos deixo um apelo solidário, certo de que o Povo de Timor-Leste vai saber resistir aos momentos de maior abatimento e por isso, vai ganhar a batalha do desenvolvimento, da unidade e da independência.

Não há nada de mais comovente que, vinte e cinco anos depois, ouvirmos cantar o hino das FALINTIL e a «Portuguesa» por estes magníficos jovens. Por isso também aqui solenemente vos digo que faremos todos os esforços para ajudar a consolidar as vossas decisões, em diálogo com as Nações Unidas. Para que esta magnífica liberdade possa continuar e a reconstrução se possa fazer, anunciando o futuro pelo qual todos lutaram.

Quem tem esperança, como os Timorenses tiveram durante vinte e cinco anos, nunca poderá mais ser derrotado.

Por isso, em nome de todos os Portugueses, que choraram convosco em Setembro, que viveram a vitória no referendo como se fosse também uma vitória nossa, quero-vos deixar, em nome de todos, um grande, grande abraço.

Espero que através dos tempos nos continuemos a encontrar e a conviver, como só o podem fazer os amigos de sempre.

Viva a Nação Timorense!

Viva a independência de Timor-Leste!

Viva Timor-Leste!

Muito obrigado.

Nota: Texto estabelecido a partir de um improviso.

SAUDAÇÃO À POPULAÇÃO

(Visita a Timor-Leste)

Baucau

14 de Fevereiro de 2000

*M*eus amigos, muito obrigado por esta vossa amizade, por esta força, que vos manteve fiéis aos ideais da liberdade e da independência.

Quero que saibam que o Povo Português vos acompanhou nesta luta de vinte e cinco anos, vos acompanhou no vosso sofrimento e continua agora a acompanhar-vos, certo de que os Timorenses vão ganhar a batalha do desenvolvimento e do progresso para a independência deste país.

Durante muitos anos, ninguém queria ouvir falar de Timor-Leste. Foram vocês, a Igreja Timorense, o CNRT e as FALINTIL que mantiveram viva perante o mundo esta ideia fundamental: não há povos dispensáveis! — «Nós, Timorenses, existimos!» — foi isto que disseram ao mundo inteiro durante vinte e cinco anos.

O segredo desta vitória foi a vossa unidade, a unidade de todos os Timorenses. A unidade das suas forças no CNRT e a unidade da sua Igreja. Por isso, também devo, como Presidente da República Portuguesa, agradecer à Igreja Timorense, aqui representada na pessoa de D. Basílio do Nascimento, o ter percebido o que era uma luta de libertação e identificar-se com essa luta.

Os Timorenses conseguiram reclamar a atenção do mundo. Ainda bem que assim acontece. Precisamos de responder ao mundo, vós precisais de responder ao mundo, dizendo que perceberam bem que a luta, agora, é pela paz, pela segurança, pela reconciliação e pela reconstrução nacional.

A chave da vitória continua a ser a mesma: a unidade, a mobilização e a participação de todos os Timorenses na construção do seu futuro comum.

A minha ambição, que quero exprimir na hora de deixar Timor, é que sejam capazes de construir escolas para as crianças e centros de saúde para os que precisam de cuidados. Sei que as vossas comunidades prestarão assistência a todos os cidadãos de mais idade que precisam de carinho e de afectividade.

A luta pela independência foi árdua e longa e muitos tombaram pelo caminho. Quero dizer-vos, em nome de Portugal, que estamos ao lado dos Timorenses para vos ajudar a conquistar o desenvolvimento, a justiça e uma paz duradoura.

Não podemos esquecer a forma como votaram no referendo da autodeterminação. Essa força extraordinária posta ao serviço daquilo que agora importa, vai fazer Timor triunfar da tristeza e da destruição.

Meus amigos,

Foi inesquecível reconhecer, nestes dias, a vossa simpatia, a vossa afectividade e a vossa confiança no futuro que acabaram de conquistar.

Agradeço-vos como Português a lição de coragem e de amizade e desejo-vos, do fundo do coração, o futuro que todos merecem neste abençoado país.

Viva Timor-Leste.

Nota: Texto estabelecido a partir de um improviso.

«Para Portugal não se trata, apenas, de realizar a transferência para a República Popular da China do exercício da soberania sobre Macau, mas de com essa transferência reafirmar, perante a Comunidade Internacional, o seu empenho solidário no futuro do Território, no quadro do estatuto de autonomia garantido pela Declaração Conjunta Luso-Chinesa.»

SESSÃO SOLENE DE BOAS-VINDAS
NO PALÁCIO DA PRAIA GRANDE

Macau

18 de Março de 1999

A presença em Macau do Presidente da República pretende ser um sinal acrescido do pleno empenho com que Portugal assume as suas responsabilidades de administração do Território e renovada garantia de que a República Portuguesa observará, com rigoroso escrúpulo, a Declaração Conjunta em que solenemente se comprometeu.

E digo sinal acrescido e renovada garantia, porquanto V. Ex.^a tem sido nesta terra não só o intérprete exemplar da estratégia portuguesa para o período de transição, concebida em permanente articulação e solidariedade institucional e com o decisivo contributo de V. Ex.^a, mas também o penhor *in loco* da honra de Portugal e do escrupuloso cumprimento das obrigações assumidas na Declaração Conjunta pelo Governo da República.

Bem-haja, por isso, Senhor Governador, por ter sido nesta terra um homem de Portugal.

E Portugal, a menos de um ano da transferência do exercício da soberania, está orgulhoso de Macau e do que em Macau se realizou.

O ciclo de modernização que V. Ex.^a acaba de referir constitui, efectivamente, um momento singular da presença portuguesa no Território, em resposta às exigências de profunda transformação que a Declaração Conjunta necessariamente comportava para os últimos doze anos de administração portuguesa. Exigências tanto mais árduas, quanto muitas das realizações, pela sua natureza e

duração no tempo, teriam de ser objecto de consultas e de consensos, em que as autoridades portuguesas e as autoridades chinesas acabaram por evidenciar, nas mais variadas sedes, o sentido de responsabilidade mútua que as animava e a força dos laços que têm marcado as relações entre a China e Portugal.

As dificuldades foram sendo ultrapassadas; e quem conhece a realidade de Macau sabe o que significam as notáveis realizações dos últimos doze anos.

Não foi apenas dotar o Território de infra-estruturas essenciais que viabilizassem o seu futuro como moderno centro de turismo e de serviços; ou dimensionar e orientar a sua economia em função das especificidades regionais e das virtualidades de mediação que oferecia. Tudo isto era decisivo e teve custos elevadíssimos, integralmente suportados pelas disponibilidades financeiras locais. Mas tanto ou mais importante que tudo isto, era criar condições institucionais que garantissem, pelo menos para os próximos cinquenta anos, a preservação da identidade de Macau e a autonomia de governo que a Declaração Conjunta lhe reconhece. É essa tarefa que está em vias de conclusão.

Há doze anos, o ordenamento jurídico vigente em Macau era, em grande parte, oriundo de Portugal e apenas acessível em língua portuguesa; o tribunal era o da comarca de Macau, com recurso para a Relação de Lisboa; o número de locais nos quadros da Administração Pública era reduzidíssimo e a língua portuguesa a única oficialmente reconhecida.

Doze anos volvidos, são oficiais a língua portuguesa e a língua chinesa, e o bilinguismo está generalizado na Administração; a localização de quadros encontra-se praticamente concluída; a autonomia judiciária plena, em vias de ser declarada; e o ordenamento jurídico, com a fase adiantada em que se encontram os trabalhos dos últimos grandes Códigos, será, em breve, da inte-

gral produção dos órgãos de governo próprio do Território, e em língua portuguesa e chinesa, quando, no início dos anos 90, eram raros os diplomas que tinham versão chinesa.

Tudo isto, se exigiu um enorme esforço de adaptação do aparelho administrativo e vultuosos investimentos em formação de recursos humanos locais, contou, sobretudo, com uma forte vontade política — de que V. Ex.^a, Senhor Governador, foi fiel intérprete — e com laboriosas negociações diplomáticas, porfiadamente conduzidas, nas sedes próprias, com assinalável mérito.

Chegados aqui, a pouco mais de nove meses da transferência de exercício da soberania, Macau aparece dotado de todas as instituições adequadas que garantem a sua autonomia político-administrativa e a preservação da identidade e especificidade próprias. O momento não é, por tudo isto, de perplexidades ou inquietações. É um momento de confiança — confiança na perdurabilidade das instituições criadas, confiança na força da cultura e identidade de Macau, confiança no dinamismo das suas gentes, confiança no cumprimento por todos os responsáveis dos compromissos solenemente assumidos.

Senhor Governador de Macau,

Excelências,

Minhas Senhoras e meus senhores,

Macau é expressão no mundo de um caso singular de convivência e de cooperação de povos, culturas e poderes, com perfis diferenciados e projectos próprios.

São mais de quatro séculos que as gentes desta terra levam de história comum. Dessa presença e do convívio secular entre chineses, portugueses e outros que aqui aportaram, nasceu esta comunidade singular, feita de Oriente e de Ocidente, por certo, mas com uma vincada identidade própria.

É essa identidade própria que permitirá a Macau continuar, no futuro, a desempenhar o papel que na História se gerou: ser caminho. Caminho de encontro, entendimento e cooperação entre o Oriente e o Ocidente, entre uma China que voltou ao concerto mundial e uma Europa emergente na sua unidade política e económica. E será tanto mais caminho, quanto mais preservar a sua identidade e a ela se mantiver fiel.

O que Macau é, o que define esta comunidade em história, cultura e projecto, terá de manter-se, para que Macau possa continuar a ser caminho de encontro entre povos e culturas, pois, se for apenas olhado como terra de partida e de chegada, será mais um simples e reduzido pedaço da China milenar, sem cor nem destino que o diferencie do continente a que sempre pertenceu. E se fosse assim, que não será, perder-se-ia na História um caso exemplar do mais valioso bem para a construir — as vias do entendimento harmonioso entre culturas e nações.

Senhor Governador de Macau,

Excelências,

Minhas Senhoras e meus senhores,

Esta cerimónia é uma homenagem a Macau e ao que ele representa.

Em primeiro lugar, na pessoa de um filho desta terra, chinês de parte inteira, que de um modo tão excelente tem sabido, no respeito pela especificidade e pela diferença, celebrar a convivência entre a cultura chinesa e a cultura portuguesa, evidenciando, com o merecido sucesso empresarial, uma exemplar complementaridade entre a contemplação e a acção, entre o disfrute e a criação do espírito e a colocação em obra dos bens materiais — o Senhor Chui Tak Kei.

A Hong-Kong levou o Senhor Comendador Arnaldo Barros Sales o espírito de Macau e a capacidade que ele revela de conciliar

fidelidades e ascendências culturais, apresentando toda uma vida de serviço, que honra Macau e honra Portugal.

Depois, o Padre Benjamim Videira Pires, que recentemente nos deixou, e que aqui invocamos como símbolo, entre todos, do espírito de missão, príncipe da cultura portuguesa, que se fez educador e sinólogo de mérito assinalável, em mais de meio século de convivência com este Macau que tanto amava. E nessa paixão, contribuiu como poucos para que, no dealbar do milênio, fosse tão clara para todos a identidade e singularidade desta terra que serviu.

E, finalmente, o Leal Senado, testemunho vivo da liberdade desta terra, nascido na História da vontade das gentes e construindo a História em comunhão e partilha com a cidade de que tomou o nome. E fê-lo com Valor, Lealdade e Mérito.

Para o Leal Senado, que simboliza a História de Macau e da presença de Portugal no Oriente, a Torre e Espada, o mais alto galardão português.

São gestos singelos que servem para sublinhar o nosso orgulho pelo passado, o nosso empenho no presente e a nossa confiança no futuro de Macau.

CERIMÓNIA DE INAUGURAÇÃO
DO CENTRO CULTURAL DE MACAU

Macau

19 de Março de 1999

O Centro Cultural que hoje inauguramos é uma grande obra de que Macau se pode orgulhar. Neste belo empreendimento podem, a partir de agora, tomar forma aquelas características que fazem a especificidade cultural de Macau, que constituem o melhor do seu perfil histórico e que a Declaração Conjunta reconhece e consagra para o futuro.

Terra onde se deu um encontro original de civilizações, culturas e povos, Macau é o ponto de cruzamento de espaços e de tempos, do Ocidente e do Oriente, do que foi e do que será.

Ao olharmos a rigorosa ousadia deste edifício, que associa solidez, subtilidade, elegância, grandeza, abertura, e ao considerarmos o que ele vai albergar, é legítimo concluir que aqui fica inscrito o mais alto simbolismo da identidade de Macau — essa identidade feita de contrastes e de harmonias, de raízes e de utopias, de luzes e de sombras.

A identidade de Macau, constituída ao longo dos séculos e que se expressou de modo único nos planos cultural, religioso, antropológico, científico, social e mesmo político é o seu melhor património para o futuro.

Foi em Macau que funcionou a primeira universidade ocidental do Extremo-Oriente, foi por aqui que se introduziu a imprensa de caracteres móveis, foi aqui que se procuraram, descobriram e criaram realidades novas.

Esta é a herança de modernidade, cosmopolitismo e universalismo que este Centro Cultural recebe e que será assumida na abertura à inovação, à criatividade, à diversidade cultural.

Nesse sentido, o Centro Cultural é um espaço de diálogo, intercâmbio e intervivência cultural, tanto no contexto regional como no internacional, um lugar de reflexão e de pluralismo de concepções e formas de expressão artística, contribuindo para que Macau continue a ser aquele espaço vocacionado para a grande causa do encontro entre civilizações.

O Território tem registado, nos últimos anos, um constante desenvolvimento económico. É importante que, a par desse progresso material, o desenvolvimento cultural, social e humano seja considerado uma preocupação estratégica e um motivo de atracção. Ao longo dos séculos, Macau foi, para Portugal, um inestimável factor de valorização cultural. Aqui encontrámos sempre razões para sermos universais. Sabemos que a próxima transferência de soberania para a China não diminuirá a nossa afeição por Macau, nem a nossa ligação, nem a memória desta terra e da sua gente, que continuará viva em nós.

Desejamos que o Macau do futuro seja o Macau que neste Centro Cultural encontra um dos seus símbolos de progresso, de identidade, de renovação, de dinamismo.

Saúdo Vossa Excelência, Senhor Vice-Primeiro Ministro da República Popular da China, Qian Qichen, que, para nossa alegria, aqui está connosco. É este o momento de darmos testemunho da nossa amizade secular com a China e de a projectarmos no futuro.

Agradeço e felicito todos os que tornaram possível, conceberam, dinamizaram e realizaram este grande projecto, com o qual nos congratulamos e em que nos revemos, um projecto que é sinal de ampla visão e confiança no futuro de Macau.

SESSÃO SOLENE

NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MACAU

Macau

19 de Março de 1999

É-me muito grato estar, de novo, nesta Câmara, agora, como no futuro, órgão de governo próprio do Território; agora, como no futuro, sede exemplar da legítima representação política da comunidade de Macau.

Bem haja, assim, Senhora Dr.^a Anabela Ritchie por continuar a presidir, com elevado sentido da função, incontornável tacto político e reconhecido cuidado pelo futuro de Macau, a este colégio de individualidades, que pela sua valia pessoal e pela sua integração na comunidade que os viu nascer ou a que vieram acolher-se, dá voz qualificada às gentes desta terra.

E nesta hora singular, que vai pondo em perspectiva Macau e o seu futuro, não posso deixar de prestar homenagem a um dos mais ilustres filhos da terra, figura eminente que, décadas a fio, deu a Macau o melhor do seu insubstituível talento, e contribuiu, de modo decisivo, para o modelo político que nesta casa se singulariza — o Dr. Carlos Assumpção, primeiro Presidente da Assembleia Legislativa e referência permanente para a comunidade de Macau. Senhora Presidente da Assembleia Legislativa,

Senhores Deputados,

Em breve se concluirá o período de transição, livre e soberanamente acordado entre a China e Portugal, para que a transferência do exercício da soberania fosse feita com segurança e no respeito continuado pelos princípios e valores que a Declaração Conjunta estabeleceu para os próximos cinquenta anos.

Nesse labor, teve a Assembleia Legislativa importância singular, como expressão permanente daqueles princípios e daqueles valores, e como símbolo vivo do modelo político pactuado para o território de Macau e do projecto de vida comunitária que ele terá de cumprir.

Nunca será demais reafirmar que toda a organização do poder, toda a produção de leis, toda a aplicação do direito ao caso, toda a governação, em suma, haverão de respeitar, agora, como no futuro, a maneira de viver de Macau — princípio e fim de toda a arquitectura política que a Declaração Conjunta estabeleceu para o Território.

É hoje bem claro que essa maneira de viver não se esgota na gestão de bens e serviços em economia livre de mercado. Ela é, antes de mais, e sobretudo, uma exigência permanente de respeito e protecção dos valores da vida e da liberdade, do pluralismo de ideias e da sua afirmação comunitária, de segurança das pessoas e dos bens, sem intervenções arbitrárias e com proporcionada aplicação de meios, tudo num quadro de relações em que o primado do Direito seja a forma habitual de regular interesses, resolver conflitos, promover o progresso da comunidade e assegurar o bem-estar das pessoas que nela se integram.

A Assembleia Legislativa tem sido expressão continuada da maneira de viver própria de Macau assim compreendida — e isto tanto no acompanhamento e apreciação política da actividade da Administração, como no contributo valioso que vem dando à incorporação em direito local dos valores que exprimem a sua especificidade. Dotar o Território de um ordenamento jurídico que, respeitando direitos, liberdades e garantias, estivesse adaptado à realidade e experiência locais, era objectivo essencial do período de transição. E esse objectivo comportava tanta mais complexidade quanto se tornava necessário compatibilizar a autonomia institucional des-

ta Assembleia com as condições políticas em que se garantisse que o Direito de Macau se manteria basicamente inalterado nos próximos cinquenta anos.

O engenho e o labor de todos permitiu encontrar as formas de compatibilização necessária e criar um quadro de actuação que, tendo-se revelado de inegável fecundidade, sustenta a legítima expectativa de que, no termo do período de transição, o ordenamento jurídico de Macau traduzirá, no essencial, a sua maneira de viver.

Senhora Presidente da Assembleia Legislativa,
Senhores Deputados,

Esta Assembleia Legislativa, que serve Macau há mais de duas décadas, servirá a Região Administrativa Especial de Macau nos cinquenta anos que se seguirem à transferência de exercício da soberania.

Leva consigo uma reiterada prática de cooperação entre o legislativo e o executivo, quer na produção de leis que constituem as traves mestras do direito local, quer nas críticas e recomendações à actividade da Administração, no respeito rigoroso das competências próprias.

Nessa frutuosa cooperação, a Assembleia Legislativa assumiu sempre como suas as aspirações e os anseios da comunidade de Macau, com o insubstituível conhecimento e experiência das coisas que os seus deputados, gente da terra e com a gente da terra partilhando o mesmo projecto de vida comum, trouxeram ao debate político e às propostas de progresso.

Mas acima de tudo, a Assembleia Legislativa tem sido, e terá de continuar a ser, o penhor dos direitos, liberdades e garantias, dos residentes de Macau.

É que só homens livres — reafirmo-o nesta casa —, e com correspondente estatuto, poderão ser representados e dar permanen-

te cooperação a deputados igualmente livres, que sejam para os governos, quer quando louvam, quer quando criticam, elementos essenciais na prossecução do bem comum.

Senhora Presidente da Assembleia Legislativa,
Senhores Deputados,

A Declaração Conjunta não é apenas a sede dos direitos e obrigações assumidos pela China e por Portugal na transferência do exercício da soberania sobre Macau.

Ela é também a garantia assumida perante as gentes de Macau e perante a comunidade internacional de que o território gozará de um largo grau de autonomia, que será governado pelos seus residentes, e que tanto a sua identidade sócio-cultural, como as suas tradições, serão escrupulosamente preservadas e protegidas.

A preparação e consolidação deste estatuto tem sido objecto de permanente diálogo entre a China e Portugal e tem contado com o labor continuado dos órgãos de governo próprio do Território. Naquele diálogo, densificaram-se os laços de amizade entre a China e Portugal e ganhou acrescido relevo o papel de Macau como meio privilegiado de relacionamento entre o Oriente e o Ocidente. Esse papel não poderá, nem deverá, cessar pós-99.

É que a preservação da identidade de Macau e da maneira de viver das suas gentes não seria integralmente respeitada, se o Território fosse amputado desse secular desempenho como mediador de culturas e de convivências, que nesta Assembleia encontrou tão fecunda concretização.

Num mundo que procura os meios de garantir, por forma duradoura, o progresso dos povos e a paz entre as nações, o paradigma de Macau é prova de que podem conviver e organizar-se em comum culturas, povos e interesses diversificados.

Que esse seja sempre o projecto de Macau são os votos de Portugal.

ALMOÇO OFERECIDO
PELA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE MACAU
Macau
20 de Março de 1999

*D*evo começar por agradecer ao Presidente da Associação Comercial de Macau, Senhor Ma Mankei, e a todos os membros da sua direcção, o seu amável convite para estar presente neste almoço, que muito me honra e que tive o maior gosto de aceitar.

A Associação Comercial de Macau é uma instituição altamente prestigiada da comunidade do Território, cujo contributo permanente para a estabilidade e a prosperidade de Macau, num espírito de serviço e em estreita cooperação com as autoridades, me cumpre salientar e louvar.

Pela minha parte, estou certo de que continuará a desempenhar essa importante função neste período final da transição, assim como depois da transferência do exercício da soberania. Estou certo também de que saberá preservar o seu estatuto como uma das instituições civis de maior relevo do Território, sem nunca se desviar do seu elevado sentido de responsabilidade, na defesa dos interesses legítimos da comunidade e da autonomia de Macau, como sempre manifestou no passado.

Creio ser este um momento e um lugar adequados para me referir ao processo de transição de Macau e ao quadro das relações entre Portugal e a República Popular da China, tão importante para garantir a estabilidade política, o progresso da economia e o desenvolvimento da sociedade, antes e depois da viragem do século, que ficará a assinalar a mudança de administração no Território.

Macau, durante séculos a porta aberta da China para o exterior, centro histórico do diálogo entre o Oriente e o Ocidente, constitui um traço específico nas relações entre Portugal e a República Popular da China.

Durante décadas, mesmo na ausência de relações diplomáticas oficiais, os dois Estados souberam encontrar os modos possíveis para garantir um quadro de normalidade no Território. Depois de 1974, a mudança de regime e a institucionalização da democracia em Portugal, bem como uma nova fase de abertura na política internacional da China, criaram condições para o estabelecimento de relações diplomáticas.

Posteriormente, as duas partes concordaram em iniciar conversações sobre o futuro de Macau, que levaram à assinatura da Declaração Conjunta luso-chinesa, em 1987. Esse acordo bilateral, o mais importante e completo entre os dois Estados sobre o estatuto de Macau, constitui um marco crucial na história das relações entre Portugal e a República Popular da China.

A Declaração Conjunta determina que a transferência de poderes, no próximo dia 20 de Dezembro, se realize num quadro de continuidade essencial. Nesse sentido, o acordo exprime, solenemente, o compromisso das duas partes em garantir a autonomia e a especificidade de Território, cujas instituições e leis, designadamente os direitos, liberdades e garantias, permanecerão inalterados, tal como a maneira de viver e o sistema económico e social de Macau.

Por outro lado, a Declaração Conjunta luso-chinesa define, claramente, a responsabilidade portuguesa pela administração do Território, até à data em que a República Popular da China assumir o exercício da soberania em Macau. Do mesmo modo, o acordo estabelece o quadro e os mecanismos institucionais atra-

vés dos quais os dois Governos, a todos os níveis, se empenham em preparar as condições mais apropriadas para uma transição sem sobressaltos, no melhor interesse de ambas as partes.

Portugal interpretou, desde a primeira hora, as suas responsabilidades no processo de transição como uma obrigação perante a comunidade de Macau e um penhor de cooperação leal com a República Popular da China.

Essa orientação norteou a administração portuguesa do Território, bem como o Governo, desde a entrada em vigor da Declaração Conjunta, num esforço constante e recíproco para assegurar uma efectiva cooperação bilateral, no respeito estrito pelas competências próprias de cada uma das partes.

Nos últimos doze anos, essa linha de rumo tornou possível resolver numerosos problemas e ultrapassar obstáculos consideráveis, sem nunca prescindir de uma exigência de rigor. É nessa condição que assenta a estratégia de cooperação bilateral, essencial para a defesa dos interesses de Macau e da sua comunidade.

Dentro desse espírito de responsabilidade, tudo continuarei a fazer para que a transição prossiga num quadro de tranquilidade e no respeito pelo compromisso histórico entre Portugal e a República Popular da China sobre o futuro de Macau.

Pela minha parte, creio existirem boas razões para ter confiança, não obstante as dificuldades do percurso, inevitáveis dada a complexidade do processo e acentuadas pelas incertezas que decorrem da própria natureza da transição.

Portugal e, estou certo, a República Popular da China estão empenhados na estabilidade e na prosperidade de Macau e decididos a demonstrar, perante a comunidade internacional, a sua capacidade para levar a bom termo o processo de transição. A própria comunidade de Macau adquiriu uma maturidade notável. A economia do Território tem uma estrutura sólida, como

ficou provado pelo seu comportamento durante a presente crise regional. A sua projecção externa consolidou-se e tem pela frente cada vez mais oportunidades de se expandir, designadamente na ligação entre a China e a Europa.

Na longa experiência das suas relações, os dois Estados, bem como a comunidade de Macau, saberão encontrar a melhor maneira de fazer com que a mudança seja um princípio em vez de um fim.

INAUGURAÇÃO DO EDIFÍCIO
DOS TRIBUNAIS DE MACAU

Macau

20 de Março de 1999

Este edifício que acabámos de inaugurar, em terra recém-conquistada ao rio, é bem o símbolo de um tempo novo, fundado no mais importante legado que deixaremos nesta terra onde aportámos há mais de quatro séculos — o direito.

Direito que se formou, séculos a fio, na Europa que o viu nascer e que aqui se autonomizou, sem perda da matriz inicial, para traduzir as aspirações e as necessidades deste território no Delta do Rio das Pérolas.

Mas o direito, por mais forte que sejam as convicções comunitárias que nele se expressam, é disciplina fraca se não encontrar a protecção que só um poder livre e independente é capaz de proporcionar. E esse poder, nas sociedades democráticas modernas, é o dos tribunais.

Daí a evolução operada na organização judiciária de Macau, nos últimos anos.

Foi nesta década que os tribunais do Território viram estatutariamente consagrada a sua autonomia, limitada embora pela manutenção nos tribunais superiores da República de algumas competências relativas à jurisdição sobre Macau.

Mas essa experiência de autonomia mitigada, que foi encontrando o seu norte no curso dos anos, constituiu um passo decisivo e prudente na adaptação das instituições judiciárias locais para as responsabilidades que, em projecto, lhes estavam cometidas.

Seis anos volvidos, os tribunais de Macau deram bem prova de que podem dizer o direito em todo o caso, e dizê-lo como coisa habitual e comum; e com tal consciência de que virão a ser os decisivos garantes da segurança e dos direitos, liberdades e garantias, dos residentes desta terra, que julgam com a mesma serenidade e determinação o devedor relapso ou o difamador leviano, o condutor negligente ou o criminoso protegido por sofisticadas associações de malfeitores.

Foi na contemplação deste desempenho excelente e no cumprimento do poder-dever atribuído ao Presidente da República que, ouvido o Conselho de Estado e o Governo da República, assinei, na passada quarta-feira, o decreto, hoje publicado no *Diário da República*, que investe os tribunais de Macau na plenitude e exclusividade da jurisdição a partir de 1 de Junho próximo.

Com esta medida fica garantido que será em Macau e nos seus tribunais que os residentes desta terra encontrarão não só tutela suficiente para os seus direitos, como ainda justificado motivo para confiar, que é nos seus tribunais que residirá sempre a garantia de que Macau é um território submetido ao Estado de Direito e aos indeclináveis princípios que o fundam.

São, e terão de continuar a ser, tribunais servidos por juízes independentes, responsáveis e inamovíveis; por magistrados do Ministério Público com um adequado estatuto de autonomia; e com a cooperação de advogados que detenham sempre um estatuto de total independência, que lhes permita exercer livremente o patrocínio judiciário.

Mas todos os agentes da Justiça só realizarão adequadamente a sua missão se estiverem em perfeita sintonia com a comunidade que servem e se, sem cedências ilegítimas, responderem, pela aplicação do direito, aos anseios e aspirações dessa comunidade.

E isto é tanto mais importante quanto a credibilidade e indispensabilidade dos tribunais como garantia suprema dos direitos, liberdades e garantias dos residentes de Macau vai depender, em grande parte, do modo como se continuarem a revelar críveis e indispensáveis, na defesa, com escrupuloso respeito pela lei, da segurança das pessoas que a esta terra chamaram sua.

O medo e a insegurança são ameaças à liberdade.

Não vencerão, que em Macau há tribunais para punir os seus responsáveis.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Perante este símbolo de um tempo novo que é o edifício agora inaugurado, quero terminar com o agradecimento de Portugal: aos senhores magistrados, aos senhores advogados, aos senhores oficiais de justiça que, ao longo dos anos, foram eles os primeiros responsáveis pela construção desta organização judiciária autónoma que hoje se consolida e que permitirá a Macau continuar a ser, na História do próximo milénio, terra de liberdade, de segurança, de justiça e de bem-estar.

Em nome de Portugal, bem-hajam!

III ENCONTRO DAS COMUNIDADES MACAENSES

Macau

22 de Março de 1999

Se não houvesse outros motivos para a visita a Macau que hoje termina, a presença nesta sessão de abertura do III Encontro das Comunidades Macaenses teria sido razão suficiente para o Presidente da República se deslocar a esta Cidade do Nome de Deus.

Na alegria de estar entre vós, Macaenses vindos de todo o mundo, quero deixar-vos a mensagem de Portugal, mensagem de estímulo e de confiança, agora que estão prestes a cessar as responsabilidades que, ao longo de mais de quatro séculos, exercemos no território de Macau.

É uma História longa, protagonizada por duas velhas nações que aprenderam no quotidiano do tempo o valor da diferença e o seu respeito, as virtualidades do intercâmbio de culturas e de civilizações e as exigências e limites que comportam; e que na reflexão serena, que só a distância no tempo pode oferecer, puderam concluir da relatividade de mútuos desentendimentos e de ultrapassados desencontros.

Dessa História longa, o que fica e perdura é Macau, terra de encontro e comunhão entre o Ocidente e o Oriente, depositária dos valores da tolerância, da liberdade e do progresso aberto ao mundo, que fazem do Território um caso singular de humanismo e de convivência.

E é por isso que os tempos novos que se avizinham são tempos de esperança e de renovada confiança.

Efectivamente, quando dois Estados tão antigos se comprometem perante o mundo num projecto de transcendente significado histórico e político, fazem-no para valer. E dessa valia, é testemunho o porfiado empenho que Portugal e a China têm posto na procura dos caminhos e dos consensos que dêem efectiva viabilidade e garantido futuro às soluções expressas na Declaração Conjunta.

É para este percurso em que todos estamos comprometidos — Portugal, China, Administração do Território, gentes de Macau — que também são convocadas as comunidades macaenses dispersas pelo mundo, numa diáspora magnífica, que dá testemunho, em toda a parte, desta realidade única que é Macau e da identidade que o singulariza.

Identidade feita de uma secular história comum, de respeitada convivência de línguas diferentes, de pacífico confronto de padrões culturais distintos, de instituições próprias e de leis específicas, *pari passu* com uma economia livre de mercado, liberdade de trabalho e livre exercício de direitos civis e políticos, num quadro de instituições judiciárias que a todos garantem a segurança das pessoas e dos bens. E por tudo isto, a capacidade de manter um caminho seguro para as relações entre o Oriente e o Ocidente, de que a História dá testemunho.

A transferência do exercício da soberania que se avizinha não pode ser vista, em caso nenhum, como o fim de Macau e das comunidades que, aqui, ou pelo mundo além, têm esta terra como sua. Antes de mais, porque a plena viabilidade da autonomia convencionada para Macau depende, em larga medida, da participação, em todos os domínios, dos «filhos da terra», intérpretes fiéis daquela identidade e, pela sua experiência histórica, elementos indispensáveis para assegurar o êxito da continuidade institucional e do novo ciclo de relacionamento que se abre.

Depois, porque a Declaração Conjunta estabeleceu solenemente que, nos próximos cinquenta anos, a maneira de viver de Macau — que é onde a sua identidade se manifesta de modo mais exemplar — seria escrupulosamente respeitada.

Para tudo isso, estão criadas todas as condições institucionais, desde a organização político-administrativa às instituições judiciais, do ordenamento jurídico, em que são respeitados todos os valores que nos direitos humanos se expressam, às instituições educativas, tributárias da cultura local, e em relação permanente com todos os centros importantes de produção do saber. É isto num quadro de viabilidade económica futura que garante as condições materiais para que a identidade de Macau se fortaleça e perdure, se for vontade de todas as gentes desta terra.

Portugal deixará em breve de administrar Macau. Mas os laços que o ligam às suas gentes e ao seu destino, vivam elas no Território, ou algures no mundo, vão manter-se — no intercâmbio económico e cultural, na presença actuante de instituições portuguesas no Território, no apoio às comunidades macaenses da diáspora, na atenção permanente ao rigor com que continuam a ser cumpridos os compromissos estabelecidos na Declaração Conjunta.

Mudam-se os poderes e o seu império. O carácter dos povos, gerado e fortalecido na História, na História se mantém — a do passado e a de todo o futuro.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO DAS CONFERÊNCIAS
SOBRE «O DIREITO PORTUGUÊS DE MACAU —
UM LEGADO PARA O FUTURO»

Lisboa

28 de Outubro de 1999

O processo de actualização do ordenamento jurídico de Macau constituiu uma inadiável necessidade dos tempos novos, filha da inércia que, décadas a fio, acompanhou a vida do território, e uma resposta inafastável às exigências da Declaração Conjunta.

Daí que a criação, no fim dos anos 80, do Gabinete de Modernização Legislativa tenha representado a linha de partida justa de um árduo e laborioso processo, que está agora em vias de ser concluído com sucesso. E se a isso juntarmos a obra notável levada a cabo pelo Gabinete de Tradução Jurídica, criado no mesmo momento em que era instituído o Gabinete de Modernização Legislativa, abarcar-se-á todo um marco importante da Administração Portuguesa de Macau pós-Declaração Conjunta. Mas em Macau actualizar era também traduzir para chinês o ordenamento jurídico local; e, por isso, cumpre-me sublinhar o carácter absolutamente inédito que a obra feita representa, quer organicamente, quer na qualidade do trabalho produzido.

É também a excelência da qualidade o que caracteriza a actualização do sistema jurídico de Macau, efectuada nos últimos dez anos, que nos permite, hoje, registar e festejar, com orgulho, a edição de todos os códigos estruturadores do sistema jurídico local. Tratou-se de um processo conduzido com a preocupação de manter intocada a matriz portuguesa do direito, mas com a sua prudente e sensata adaptação às realidades locais e regionais.

E isto sem perda de rigor técnico, até pela reconhecida valia de todos os que intervieram neste laborioso processo de actualização. Processo também laborioso, porque feito em permanente cooperação com a Parte Chinesa, de modo a garantir, face aos termos da Declaração Conjunta, que o ordenamento jurídico vigente, por com ela se conformar, teria vida garantida nos cinquenta anos que se seguirão à transferência do exercício de soberania, e nos mais que a História lhe reserve.

Foi um momento de frutuosa colaboração no âmbito do Grupo de Ligação Conjunto, que não poderia ter o sucesso alcançado sem a cooperação pericial nunca regateada pela Administração do Território, e cuja qualidade, quer no domínio da actualização legislativa, quer no da tradução jurídica, se revelou de incontornável.

Nem tudo se fez, sempre se dirá. Mas o universo abrangido, na medida em que esteve subordinado às limitações de um inafastável consenso diplomático, tem a extensão que nesse consenso foi possível obter. E aí, é justo realçar o denodo e a perícia reveladas pela nossa diplomacia, que me apraz lembrar neste momento de celebração.

Certo é que, no essencial, ficam adequadamente disciplinadas as relações jurídico-privadas e o modo de as tutelar. Séculos de evolução legislativa em matéria penal e no estabelecimento de garantias processuais da liberdade das pessoas serão a matriz, no território, da defesa dos valores essenciais da vida em sociedade. E se nem todos os direitos e liberdades têm regulamentação expressa, que detalhe o seu reconhecimento pela Declaração Conjunta e a directa aplicabilidade daí decorrente, foi-se até onde o consenso permitiu. Ter ido além dele, de forma unilateral, traria apenas ao Estado Português um inútil atestado de confirmação dos valores que proclama e pratica — que para mais não serviria a edição unilateral de regulamentação, aí onde o consenso não chegou.

Podemos orgulhar-nos do legado que deixamos em Macau. Ele fica a dar testemunho de que a cidade não foi apenas um entreposto nos confins do Império, e que séculos de presença se constituíram, sempre, um momento de comércio das coisas e de aproveitamento de oportunidades, umas legítimas, outras dispensáveis, fundaram, sobretudo, a sede mais longínqua de uma vontade de criar liberdade e progresso, respeito e entendimento na diferença, esperança de difusão dos valores e de compreensão dos direitos fundamentais. E isto numa zona do mundo onde tem sido difícil conciliar liberdades reais e liberdades formais, e onde os mecanismos de expressão da vontade política dos povos e do controle por eles dos espaços de decisão política e comunitária vão percorrendo caminhos dolorosos, em que muitos têm sacrificado a liberdade pessoal e seguido, amiúde, as agruras do exílio forçado.

É essa expressão de Justiça e de Liberdade que o Direito deixado em Macau proclama e protege. Assim os Juízes da terra saibam fazê-lo respeitar, com a independência que faça deles os reconhecidos guardiões do tempo futuro.

É com este voto que estarei em Macau, às zero horas de 20 de Dezembro, como testemunha qualificada da República Portuguesa, a assumir, de corpo inteiro, a herança de 450 anos, e a lembrar a todos o indeclinável cumprimento da palavra dada, solenemente, perante as Nações e perante a História.

SESSÃO SOLENE QUE ASSINALA
A TRANSFERÊNCIA DE SOBERANIA
DO TERRITÓRIO DE MACAU
Assembleia da República
14 de Dezembro de 1999

*F*oi com muito gosto que aceitei o convite para participar nesta sessão solene da Assembleia da República, nas vésperas da transferência do exercício da soberania no Território de Macau. Desde logo, a sua realização sublinha a importância excepcional desse momento, tão carregado de história, designadamente para todos os da minha geração, cujo tempo político coincidiu com o fim do império e nos impôs a responsabilidade das grandes decisões sobre o nosso destino comum como nação livre e independente. Por outro lado, a presença de todos os órgãos de soberania cuja legitimidade decorre do princípio da representação democrática assinala o consenso nacional sobre as principais linhas de orientação no processo de transição em Macau, que foi possível manter, nomeadamente desde a assinatura da Declaração Conjunta luso-chinesa. Esse consenso é ainda testemunho do sentido de responsabilidade do conjunto das forças políticas com representação parlamentar e da maturidade da democracia portuguesa. Por último, é este o quadro institucional apropriado para afirmar, na pluralidade das suas expressões, a permanência de uma vontade nacional indispensável para garantir o empenho continuado de Portugal no futuro de Macau, para lá da transferência do exercício da soberania, que se subordinará, naturalmente, a um princípio de cooperação com a República Popular da China e com as futuras autoridades do Território, no estrito respeito pelos acordos existentes.

Portugal reconheceu Macau como parte integrante da China em Janeiro de 1975, quando se deram os primeiros passos para estabelecer relações diplomáticas com a República Popular da China, corrigindo-se, desse modo, uma situação anómala, que se prolongava desde 1949.

Esse reconhecimento, inscrito na Constituição da República, que passou a definir Macau como um território sob administração portuguesa, implicava uma disponibilidade para determinar, por meio de negociações entre os dois Estados, o futuro do Território. A mesma posição foi expressamente reiterada, em Fevereiro de 1979, quando Portugal e a República Popular da China acordaram em estabelecer relações diplomáticas oficiais. Em 1985, na sequência da Declaração Conjunta sino-britânica e por iniciativa da parte chinesa, os dois Estados decidiram iniciar conversações sobre a transferência do exercício da soberania em Macau, que se concluíram, em 1987, com a assinatura da Declaração Conjunta luso-chinesa, ratificada, por unanimidade, pela Assembleia da República. O processo de transição em Macau, que se prolongou durante os últimos doze anos, foi um processo excepcional, quer no quadro das relações entre Portugal e a China, quer quanto à evolução do Território nesse período. Tratava-se de uma empresa de grande complexidade, que poucos acreditavam poder ser levada a bom porto, sem crises, nem sobressaltos, tanto nas relações bilaterais entre os dois Estados, como em Macau.

A complexidade política do processo resultava, desde logo, da necessidade de articular posições não só entre as autoridades centrais e a administração portuguesa de Macau, mas também entre Portugal e a República Popular da China, designadamente no Grupo de Ligação Conjunto.

A transição exigia, por um lado, um quadro de estabilidade política, económica e social em Macau e, por outro lado, um esfor-

ção extraordinário para adaptar as leis, a administração pública e os tribunais, de modo a garantir, nos termos da Declaração Conjunta, uma regra de continuidade essencial na passagem da administração portuguesa para a futura Região Administrativa Especial de Macau, que será formada em 20 de Dezembro de 1999.

Ao mesmo tempo, tornou-se indispensável criar as condições para uma estratégia de desenvolvimento acelerado, designadamente para consolidar as instituições políticas e judiciais do Território, bem como para dotar Macau de grandes infra-estruturas, de que são exemplos significativos o aeroporto internacional e o Centro Cultural, uma e outras essenciais para sustentar o estatuto de autonomia do Território depois da transição.

Era necessário dar um sinal claro do nosso empenho em projectar a posição regional e internacional de Macau como uma cidade moderna, com instituições próprias estáveis, subordinadas ao primado da lei, assentar a sua economia em fundações sólidas e garantir a segurança e o bem-estar da comunidade do Território, num quadro de respeito pelos seus direitos, liberdades e garantias. Creio poder afirmar que cumprimos todos os objectivos essenciais. Foi possível antecipar as previsíveis dificuldades e evitar situações de crise nas relações entre Portugal e a China, bem como garantir um quadro de estabilidade sem precedentes na administração de Macau, que pôde contar, em todos os momentos, com o indispensável apoio do Governo da República, numa articulação permanente, sem a qual teria sido impossível realizar a nossa estratégia.

Num quadro formal, o futuro de Macau está definido, com uma precisão sem precedentes na sua longa história, pela Declaração Conjunta e pelos respectivos anexos. Nos termos dos acordos entre Portugal e a República Popular da China, durante cin-

quenta anos, Macau manterá as suas instituições, as suas leis, o seu modelo económico e o seu modo de viver próprio, no quadro de um estatuto especial de autonomia que rege a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China. O português continuará a ser uma das duas línguas oficiais. O Território tem instituições próprias consolidadas, uma administração moderna e uma moldura jurídica consistente. Nos termos previstos pela Declaração Conjunta, os direitos, liberdades e garantias da comunidade estão codificados nas suas leis internas e pela aplicação a Macau dos principais pactos internacionais de direitos, que foi confirmada no quadro do Grupo de Ligação Conjunto luso-chinês. Tem também uma economia sólida e aberta, sistemas educativos e de segurança social eficazes. O rendimento *per capita* dos seus habitantes é dos mais altos da Ásia Oriental.

Macau tem também, e sobretudo, uma forte identidade. A sua história, a sua comunidade, as suas instituições, a sua especificidade cultural tornam Macau uma cidade única, com um trajecto singular, designadamente nas relações entre a civilização ocidental e a civilização chinesa.

Macau demonstrou, ao longo de séculos, uma grande capacidade de adaptação às mudanças e, neste momento, com o quadro formal do seu estatuto especial de autonomia e as condições económicas e sociais do Território, está preparado para iniciar um novo ciclo.

Os Portugueses têm boas razões para ter orgulho no passado e confiança no futuro de Macau, que, doravante, dependerá, sobretudo, das suas gentes e das autoridades da República Popular da China e da futura Região Administrativa Especial de Macau. No entanto, Portugal continuará a estar presente em Macau, onde a nossa história deixou tantas marcas, visíveis e invisíveis, que seria pretencioso procurar descrever cada uma delas.

Foi feito um esforço notável, por parte do Governo da República, da administração portuguesa do Território e de outras instituições para garantir uma visibilidade adequada da nossa presença em Macau depois da transição, nomeadamente na educação e na cultura. A Escola Portuguesa é um bom exemplo desses esforços. É igualmente importante uma presença de Macau em Portugal e foi nesse sentido que se criou o Centro Cultural e Científico de Macau em Lisboa.

Em paralelo, deve insistir-se na importância das relações económicas e fazer um esforço para desenvolver os investimentos recíprocos. São outros tantos vínculos necessários para o futuro das nossas relações com Macau e um sinal da nossa vontade em trabalhar, num espírito de abertura e cooperação, com as autoridades da futura Região Administrativa Especial.

Minhas senhoras e meus senhores,

Todos os fins podem ser um princípio.

A transferência do exercício da soberania em Macau abre um novo ciclo nas relações entre Portugal e a China, as mais antigas entre um Estado europeu e a principal potência da Ásia Oriental, que adquirem uma relevância acrescida para os equilíbrios internacionais, no quadro das relações entre a União Europeia e a República Popular da China. Abre também um novo ciclo das nossas relações com Macau, que queremos fortes e solidárias, portadoras que são de uma parte da nossa história. Abre, sobretudo, um novo ciclo na história de Macau, que se inicia marcado por um espírito de assinalável confiança no futuro, para o qual contribuimos e queremos continuar a partilhar.

CERIMÓNIA DE IMPOSIÇÃO OFICIAL DE INSÍGNIAS
DAS ORDENS HONORÍFICAS PORTUGUESAS

Macau

18 de Dezembro de 1999

É, para mim, uma honra e um prazer participar nesta cerimónia solene de homenagem a Macau, nas pessoas dos agraciados que representam tanto do melhor espírito de servir o Estado e a comunidade.

Para todos nós, creio, este momento vem carregado de história, de memórias e de emoções, mais fortes do que as nossas palavras. Os que partimos, temos já saudades desta cidade do Nome de Deus e das suas gentes, testemunho e penhor de uma missão, sempre inacabada, de aproximar povos, nações e culturas. A consciência do dever cumprido — um dever feito na história e para a história — deixa-nos partilhar o destino dos que ficam e comungar da sua confiança num futuro de paz e de liberdade numa comunidade tolerante e plural. Nesse sentido, este é, sobretudo, um momento de esperança. Os homens e as mulheres da minha geração tiveram de enfrentar tempos de profunda mudança, em que as grandes decisões que marcaram o fim dos impérios europeus puseram à prova, repetidamente, as nossas capacidades, a nossa vontade e a nossa visão. Procurámos responder, como Portugueses, assumindo, com respeito, o nosso passado e, com sentido de responsabilidade, os novos desafios. É cedo para balanços e seria pretencioso antecipar os juízos da história. O tempo revelará se caminhámos na direcção certa. Neste dia e nesta terra é forte a tentação de dizer que nos orientámos para um caminho seguro. A projecção externa de Macau sublinha as suas qualidades específicas, reconhecendo como, na

encruzilhada das civilizações, foi possível estabelecer instituições políticas e judiciais sólidas, formar-se uma comunidade estável e tranquila e desenvolver-se uma economia dinâmica. Macau é uma cidade moderna, preparada para a mudança, feita para as suas gentes e pelas suas gentes — chineses, portugueses e macaenses, unidos pelo seu dever comum.

Portugal e os Portugueses têm boas razões para sentir orgulho em Macau. Desde a assinatura da Declaração Conjunta luso-chinesa, em 1987, foi possível garantir um trabalho continuado e persistente de adaptação das instituições, das leis e da administração, bem como garantir um quadro de articulação permanente, a todos os níveis, com a República Popular da China para assegurar o cumprimento rigoroso dos acordos bilaterais e tornar a transição, à partida tão complexa, numa prova de maturidade das relações entre os dois Estados. Do mesmo modo, contra as expectativas mais pessimistas, foi possível realizar uma estratégia de acelerado desenvolvimento económico e social, indispensável para reforçar as condições de autonomia de Macau, de que são exemplos eloquentes o aeroporto internacional e o Centro Cultural de Macau.

Como Presidente da República e em meu próprio nome, devo e quero realçar, Senhor Governador, os assinaláveis méritos de V. Ex.^a nessa grande empresa. A sua dedicação e a sua inteligência, as suas qualidades de governante demonstradas ao longo de tantos anos, nas boas e nas más horas, fazem do último Governador português de Macau um exemplo do espírito de bem servir, a quem tanto devem Portugal e Macau. Bem haja, Senhor General Rocha Vieira.

Minhas senhoras e meus senhores,

A história não espera por nós. No fim do dia de amanhã começa um novo ciclo para Macau, bem como para as relações entre Portugal e a China.

A Declaração Conjunta luso-chinesa garante à futura Região Administrativa Especial de Macau um estatuto especial de autonomia. Durante os próximos cinquenta anos, Macau continuará a ter as suas instituições próprias, o seu direito, o seu modelo económico, o seu modo de vida. Os direitos cívicos e políticos das suas gentes estão assegurados, num quadro regido pelo primado do direito, que inclui, designadamente, as principais cartas de direitos internacionais.

As relações entre Portugal e a China, relações de séculos entre duas velhas nações e dois Estados tão antigos, puderam sair mais fortes do empenho comum, demonstrado pelos responsáveis ao mais alto nível, em fazer da transição de Macau um exemplo de respeito recíproco.

Portugal, membro de pleno direito da União Europeia, e a República Popular da China partilham crescentes responsabilidades na formação de uma sociedade internacional assente no direito, bem como na defesa dos equilíbrios indispensáveis nas relações internacionais. A experiência do passado continuará a ser a referência segura da orientação futura das nossas relações bilaterais.

Minhas senhoras e meus senhores,

Mandou-nos o poeta partir por mares nunca dantes navegados. Assim fizemos. Em Macau fica a marca desse destino e uma parte da nossa história, que esperamos sirva o futuro das gentes desta terra, à qual viemos prestar homenagem.

ESPECTÁCULO COMEMORATIVO
POR OCASIÃO DA TRANSFERÊNCIA DE PODERES
Macau
19 de Dezembro de 1999

Quando está prestes a cessar a administração portuguesa sobre Macau, é com orgulho que Portugal pode afirmar que mais de quatro séculos de encontro entre o Oriente e o Ocidente deixam aqui herança valiosa.

Herança feita, nos bons e nos maus momentos, de criatividade e de dinamismo, de continuado espírito de tolerância e de sentido dos limites de cada tempo, foi ela construída com as gentes desta terra. É nelas, por isso, que confiamos, para responderem, com sucesso, aos desafios dos tempos novos.

Não foi fácil chegar aqui, a este Oriente longínquo, quando os meios do tempo faziam da aproximação entre os dois extremos do nosso continente uma aventura que outros não ousaram.

E não foi fácil ficar, pelas exigências de engenho e de adaptação que o confronto entre poderes e entre civilizações tão diferenciadas necessariamente comportava.

Mas tudo isso permitiu fazer História; e tanta, que o porto de abrigo onde chegámos, em 500, e a que, a breve trecho, chamámos Cidade do Nome de Deus de Macau, é hoje, volvidos mais de quatrocentos e cinquenta anos, uma sociedade progressiva e dinâmica, portadora de um alto padrão de vida e fundada em exigentes valores pessoais e comunitários.

Foi para que Macau, no quadro das novas realidades políticas de Portugal e da China, pudesse continuar a seguir esse percurso — e segui-lo com segurança — que a Declaração Conjunta Luso-

-Chinesa veio fixar o estatuto especial de autonomia, fundado no Estado de direito, com que o território vai entrar no próximo milénio.

Mas se esse estatuto é uma garantia, selada pela palavra de dois Estados soberanos, e solenemente afirmada perante a comunidade internacional, constitui, também, um poderoso desafio a Macau e às suas gentes.

A resposta dada honra os filhos desta terra e é para Portugal motivo de orgulho.

Minhas senhoras e meus senhores,

A convivência de séculos fez de Macau uma realidade singular — na conformação e exercício dos poderes, no respeito pelos inalienáveis direitos das pessoas e das comunidades, no diálogo de culturas, na disciplina do comércio livre das coisas e dos serviços, na permanente abertura ao exterior, como terra de partida e de chegada de dois mundos, que aqui se foram encontrando e conhecendo.

Manter essa singularidade, toda ela forjada na História, quando for outra a sua administração e outra a soberania em que se estrutura, exigia um cuidadoso reordenamento institucional, a que se procedeu, com êxito, durante o período de transição, aberto em 13 de Abril de 1987.

Foram árduos os trabalhos nele realizados: a ampliação e consolidação da autonomia político-administrativa do território e do seu aparelho judiciário; a localização da Administração; a edição, em português e em chinês, dos códigos disciplinadores da vida jurídica da comunidade, em versão, laboriosamente refeita, e que atendeu, como competência, às circunstâncias do tempo e do lugar; o estabelecimento de um sistema de infra-estruturas decisivo para o desenvolvimento económico do território e para garantia do seu futuro; a diversificação e fortale-

cimento das relações de Macau com o exterior, quer no quadro regional, quer com a União Europeia e com os Estados Unidos da América.

Com tudo isto se procurou assegurar as condições físicas e institucionais de preservação da maneira de viver de Macau após a transferência de poderes.

Que fique claro, todavia, que se a administração portuguesa cessa, Portugal não parte. Fica apenas de modo diverso, para acompanhar Macau no seu percurso sob novos poderes de uma nova soberania.

Antes de mais, através da comunidade portuguesa, que ao longo de séculos aqui nasceu, e a este chão se afeiçoou, e que, no cruzamento de civilizações, soube integrar e manter vivo o espírito humanista, e através dele se revelando pronta a contribuir para a resposta de Macau as desafios da modernidade.

Depois, pela língua portuguesa, que continuará a ser aqui, por vontade de todos, instrumento de cultura e comunicação, na vida pública e privada, como língua oficial que também é.

De matriz portuguesa é, ainda, o direito que fica, com a importância que resulta de ser nele que se revelam, de forma mais imperativa, as concepções de vida da comunidade e o modo de as realizar, e, por isso, constitui a mais sólida garantia de preservação e expansão da identidade própria de Macau, tão exemplarmente expressa na sua maneira de viver.

A transferência de poderes muda as soberanias sobre os lugares, mas não destrói a sua História. E dela, partilham, por igual, Portugal e Macau.

É em nome dela, e do que dela fica, que as instituições consulares e culturais portuguesas, estabelecidas com a dimensão e a dignidade patentes, acompanharão os tempos novos e neles intervirão, com escrupuloso respeito pelas esferas próprias.

É, por isso, que o futuro Consulado-Geral de Portugal será, sem dúvida, a casa de todos os portugueses de Macau. Mas não só: ele será, também, o símbolo activo da permanente disponibilidade de Portugal para cooperar, com os novos poderes e com as gentes da terra, na preservação da identidade de Macau e da sua maneira de viver, e sinal do seu empenho em contribuir para o desenvolvimento do território e para a sua projecção exterior.

Assim todos o queiram.

É em tudo isto que Portugal, partindo, fica; sem os atributos da soberania, é certo, mas com responsabilidades, firmadas na História, de manter com Macau o encontro de povos e de culturas que fez desta terra um paradigma singular.

No quadro da Região Administrativa Especial, Macau será governado pelas gentes de Macau; no respeito pela sua História, sem dúvida, mas sobretudo com a convicção de que é nos direitos, liberdades e garantias dos seus habitantes, que sempre encontrará o mais forte esteio da identidade própria, esse modo de ser único que diferencia esta terra de todas as outras.

Saiba Macau entender sempre que só nessa diferença fundará, de modo perene, a sua razão de ser.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Está a fechar-se um ciclo da História de Portugal.

Cruzámos os mares das sete partidas, com os sucessos e as desventuras de quem ousa. Para chegarmos ao mundo desconhecido, «*quantas mães choraram, quantos filhos em vão rezaram, quantas noivas ficaram por casar*», na expressão insubstituível de Pessoa. É bom que seja em Macau, onde se cumpre de modo tão exemplar o sentido universalista das Descobertas, que possa ser dita a palavra que apazigua e dá sentido à longa viagem que em cinco séculos empreendemos e aqui se completa — valeu a pena.

CERIMÓNIA DE TRANSFERÊNCIA DE PODERES

Macau

19 de Dezembro de 1999

A cerimónia que aqui nos reúne constitui um momento essencial e único da História de Macau.

Para Portugal não se trata, apenas, de realizar, de forma solene, a transferência para a República Popular da China do exercício da soberania sobre Macau, mas de com essa transferência reafirmar, perante a comunidade internacional, aqui tão largamente representada, o seu empenho solidário no futuro do território, no quadro do estatuto de autonomia garantido pela Declaração Conjunta Luso-Chinesa.

E se é importante para as relações entre Portugal e a China que Macau tenha sido um lugar privilegiado de encontro entre as suas culturas e as suas gentes, o acordo a que os dois Estados chegaram sobre o estatuto do território representa uma forma sensata e pacífica de prosseguirem uma nova etapa no seu relacionamento velho de séculos, mudando o que era exigido pelas novas realidades dos dois países e mantendo o que faz de Macau uma realidade singular.

Aqui, onde de um modo tão evidente conviveram culturas e interesses diferenciados, que determinaram uma maneira de viver própria e insubstituível, vai ficar instituída a Região Administrativa Especial de Macau.

Nesse quadro, o território gozará de um alto grau de autonomia, expresso em instituições próprias de poder legislativo e executivo, e de um poder judicial, servido por tribunais independentes,

que julgarão, em primeira e última instância, as questões que digam respeito, exclusivamente, a Macau e aos seus habitantes. Foi este estatuto político-administrativo, fundado no primado da Lei, e em que serão as gentes de Macau quem governará a sua terra, de forma livre e democrática, que a China e Portugal sufragaram na Declaração Conjunta de 1987; com o compromisso firme de que os habitantes do território continuarão a gozar dos direitos, liberdades e garantias, que são património da sua maneira de viver e fizeram a singularidade e a prosperidade desta terra.

Mas se a Declaração Conjunta se revelou o modo adequado de prefigurar o destino de Macau, ela foi também, e continuará a ser, um momento privilegiado de excepcional atenção da comunidade internacional sobre este pequeno território e sobre a realidade única que a História aqui proporcionou.

É essa realidade que, com igual fisionomia, passará para o próximo século, sob a bandeira da República Popular da China, em estatuto de respeitosa convivência entre modelos sociais, que a fórmula «um país dois sistemas» veio expressar sem reticências. É perante essa comunidade internacional que Macau aparece com os instrumentos da modernidade e do progresso, e em legítima parceria com todos os que sufragaram os mais exigentes compromissos de promoção e de tutela dos direitos do homem, de que é justo realçar o Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais.

É com esta cidadania universal de valores e de direitos que Macau se manterá no encontro entre a Europa e a Ásia.

Com isso, continuará Macau a vocação secular de mediador na encruzilhada de gentes, civilizações e interesses, e, por essa via, a reforçar a sua identidade própria.

Foi para a preservação da identidade de Macau, herdeira de uma História feita em comum por Portugueses e Chineses, que a China e Portugal estabeleceram laboriosa cooperação, nos últimos doze anos.

Nesse cumprimento da Declaração Conjunta, fortaleceu-se a relação entre Portugal e a China e emergiu, com maior nitidez, Macau e o estatuto de autonomia que lhe é garantido. Para todos os que contribuíram para este sucesso, uma palavra de muito apreço e reconhecimento.

Minhas senhoras e meus senhores,

Numa sociedade internacional em que a todos importa o destino de cada um, Portugal continuará solidário com Macau, empenhado no seu futuro, e certo de que, também aqui, a democracia e a liberdade são realidade insubstituível e penhor da paz e do progresso para todos os povos.

«O destino de Portugal é inseparável do destino da Europa. Por isso, todos os Portugueses devem estar empenhados na construção da Europa.»

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

DO SEMINÁRIO ECONÓMICO LUSO-ESLOVENO

(Visita de Estado à Eslovénia)

Liubliana

9 de Abril de 1999

Associo-me com particular satisfação a esta iniciativa que visa reforçar o conhecimento mútuo e a cooperação entre a Eslovénia e Portugal, numa área particularmente importante para o progresso dos nossos dois países e para o desenvolvimento da Europa no seu conjunto.

Conhecemos todos bem as transformações ocorridas a nível mundial nas economias e nas sociedades em geral, a sua crescente interligação e o alargamento espacial dos mercados, assim como os problemas de adaptação que colocam.

Os mercados protegidos deixaram de existir e as empresas não podem já crescer e manterem-se à sombra da protecção estatal. Para que possam progredir, têm de enfrentar a concorrência internacional, conquistar mercados no exterior, encontrar parceiros em outros países, estabelecer com eles formas de colaboração flexíveis e diversificadas.

São exigências que se têm colocado de forma crescente às empresas portuguesas, e às quais, muitas delas — bem representadas aliás nesta reunião — têm sabido responder com eficácia, adaptando-se ao novo modelo de funcionamento da economia mundial e aproveitando as oportunidades que ele oferece.

As apresentações que decorreram ontem à tarde e esta manhã, no quadro deste seminário, ilustraram as experiências e perspectivas de um e outro país face a estes novos desafios, apontando pistas para uma melhor utilização das potencialidades respectivas.

Portugal é hoje um país moderno, que soube, em larga medida, ultrapassar o atraso estrutural herdado de uma economia fechada imposta por um regime político autoritário e retrógrado.

Reconquistada a liberdade e a democracia, há vinte cinco anos, pudemos iniciar o processo que nos permitiu reintegrarmo-nos plenamente na Europa e beneficiar do espaço de desenvolvimento, de progresso, que ele oferece. Beneficiámos, como a Eslovénia vai beneficiar, da solidariedade dos nossos parceiros, de apoios importantes à modernização da nossa economia, à nossa adaptação ao funcionamento do espaço comunitário.

Mas os apreciáveis resultados que vimos conseguindo só teriam sido possíveis com o nosso próprio esforço, com a mobilização das nossas capacidades. Como costume dizer, «ninguém fará por nós o nosso trabalho de casa»!

Adquirimos, quer no que se refere à modernização do nosso tecido produtivo, ou ao funcionamento do mercado comunitário, quer ainda no que respeita às negociações comunitárias nos mais variados domínios, uma larga experiência.

Uma experiência que está naturalmente à disposição dos nossos parceiros eslovenos, e que será certamente útil no quadro do reforço das nossas relações económicas bilaterais. Os nossos empresários têm de todas estas questões um conhecimento directo, baseado numa vivência de muitos anos.

Portugal sempre apoiou, sem reservas, o alargamento da União Europeia, e faremos tudo ao nosso alcance para manter a dinâmica deste processo.

A aceleração da harmonização da legislação eslovena relativamente ao acervo comunitário bem como a crescente abertura da economia da Eslovénia e a sua integração no mercado comunitário, constituem factores muito positivos que não deixarão de ser avaliados pelas instâncias apropriadas da União.

É particularmente importante que o ritmo deste processo seja mantido, em termos quantitativos e qualitativos, por forma a consolidar a posição eslovena no quadro das negociações de adesão e permitir a sua conclusão dentro de um calendário razoável, como todos desejamos.

Portugal está empenhado em aprofundar as suas relações com a Eslovénia em todas as áreas e a todos os níveis. Temos um excelente relacionamento político e partilhamos crescentemente o mesmo espaço e o mesmo mercado.

Há que aproveitar estas circunstâncias e procurar novas complementaridades, explorar novas oportunidades, promover as nossas trocas, desenvolver parcerias, reforçar o nosso conhecimento e cooperação nas áreas económica, comercial e financeira.

A minha visita à Eslovénia, acompanhado de um número tão expressivo de empresários portugueses, representativos de sectores muito importantes da nossa economia, testemunha do nosso empenho que, estou certo, é partilhado pelos agentes económicos eslovenos.

Este encontro não pode, nem deve, constituir uma iniciativa isolada. No ano passado, a Câmara de Comércio da Eslovénia promoveu aqui um seminário sobre Portugal e a EXPO'98.

No seguimento da minha visita e da realização deste seminário económico, será a vez de empresários eslovenos se deslocarem a Portugal para se aperceberem mais directamente da realidade do nosso país e prosseguirem o trabalho já iniciado com os seus parceiros portugueses. Espero que esta missão se concretize já em Junho. Faço sinceros votos para que destes encontros resulte o reforço do nosso conhecimento mútuo e da nossa cooperação económica, contribuindo para o progresso dos nossos povos e para a construção de uma Europa mais próspera, mais coesa e mais solidária.

ALMOÇO OFERECIDO
PELO PRESIDENTE DA ESLOVÉNIA
(Visita de Estado à Eslovénia)
Liubliana
9 de Abril de 1999

Senhor Presidente,
Senhora Kucan,

É com um grande prazer que me encontro no seu belo país, no seguimento do convite que Vossa Excelência teve a amabilidade de me endereçar pessoalmente aquando do nosso encontro em Lisboa, em Dezembro de 1997.

Estou certo de que esta primeira visita de um Presidente da República portuguesa marcará muito positivamente o desenvolvimento das relações entre os nossos dois países, inscrevendo-se numa linha de continuidade que se iniciou com o apoio de Portugal à independência da Eslovénia.

Desde então, temo-nos empenhado no reforço dessas relações, que adquiriram uma nova e importante dimensão com o início do processo que conduzirá à integração da Eslovénia na União Europeia. A significativa comitiva que me acompanha, que inclui personalidades do maior relevo na vida política, cultural e económica portuguesa, exprime o nosso compromisso e a nossa aposta no crescente desenvolvimento do nosso entendimento e cooperação, em todas as áreas e a todos os níveis, projectando-se no espaço europeu que nos é comum.

Um espaço europeu que tem de continuar a ser marcado por uma solidariedade sempre renovada entre os Estados e os povos que o compõem e por uma afirmação moderna da diversidade tão enriquecedora que caracteriza a realidade europeia.

Existe um largo campo para afirmarmos o nosso entendimento e para aprofundarmos um relacionamento mutuamente benéfico. Vimos animados com este propósito e estamos certos de que ele é correspondido pelas autoridades eslovenas.

Antes de prosseguir desejo, porém, Senhor Presidente, agradecer-lhe as amáveis palavras que teve para com Portugal e os portugueses. Agradeço-lhe também, muito penhorado o acolhimento tão caloroso que Vossa Excelência e as restantes autoridades eslovenas nos reservaram, a minha Mulher, a todos quantos me acompanham e a mim próprio.

Cabe salientar o exemplo da transição da Eslovénia para a democracia e a independência. Cabe lembrar a forma como os eslovenos souberam assumir as suas responsabilidades, consolidar um Estado de Direito democrático e pluralista, respeitador dos direitos humanos, abrir e modernizar a sua economia, alicerçando o caminho para a sua integração nas estruturas europeias e euro-atlânticas.

O mérito destas mudanças pertence, por inteiro, ao povo esloveno, aos seus responsáveis políticos, à sua sociedade civil.

Permitam-me, apenas, que expresse aqui a minha sincera homenagem a Vossa Excelência, Senhor Presidente, pela forma como tem sabido conduzir os destinos da Eslovénia, em paz e democracia. A eleição do seu país para o Conselho de Segurança testemunha, igualmente, da consideração com que a Eslovénia é tida pela Comunidade Internacional, o prestígio de que desfruta e a confiança que nela depositamos. Quero aqui salientar a excelente cooperação estabelecida entre as nossas duas Missões em Nova Iorque no quadro da nossa participação naquele órgão das Nações Unidas.

A defesa do direito internacional e dos direitos humanos, a prossecução da paz e da estabilidade internacionais são um marco na

definição da identidade europeia e valores fundamentais na determinação da nossa acção externa.

Gostaria, neste contexto, de agradecer o apoio da Eslovénia à causa do povo de Timor-Leste, que luta há mais de vinte anos pela sua liberdade.

Não obstante os sinais positivos de mudança na Indonésia, a comunidade mártir de Timor-Leste continua a ser vítima de violência, como ficou, mais uma vez, demonstrado com o bárbaro massacre de Liquiçá, que mereceu a nossa mais viva condenação. Portugal não tem outro objectivo que não seja o livre exercício do direito de autodeterminação dos timorenses, direito este que lhes é reconhecido pela comunidade internacional e, finalmente, também pela Indonésia. A criação de condições para que o processo de autodeterminação — a começar por uma consulta democrática organizada pelas Nações Unidas — se possa realizar em liberdade e sem violência, constitui, neste momento, a nossa prioridade.

Neste quadro, permita-me que apele a todos os que, como Vossa Excelência e o povo esloveno, partilham os valores da liberdade e dos direitos humanos, para que se empenhem de uma forma acrescida na sua solidariedade para com o povo de Timor-Leste. Senhor Presidente,

Portugal sempre apoiou, sem reservas, as legítimas aspirações da Eslovénia para aderir, quer à União Europeia, quer à Aliança Atlântica.

Regozijamo-nos pelo início das negociações que conduzirão o seu país a integrar como membro de pleno direito a União, e fazemos votos para que um processo análogo permita em breve à Eslovénia aderir às estruturas euro-atlânticas nas quais repousam a segurança de um grande número das democracias europeias.

Consideramos que o processo de alargamento da Aliança Atlântica deve, de facto, ser prosseguido, por forma a fortalecer a estabilidade democrática na Europa, reforçando a cooperação euro-atlântica e contribuindo para estabilizar as relações com vizinhos como a Rússia, a Ucrânia e os países da margem sul do Mediterrâneo. A adesão da Eslovénia à União Europeia reforçará certamente a nossa componente meridional e mediterrânica, contribuindo também para o aprofundamento da sua dimensão cultural e linguística, num quadro europeu em que temos que constantemente valorizar a diversidade que constitui uma das nossas maiores riquezas.

O nosso apoio ao processo de alargamento da União radica-se na nossa profunda convicção de se tratar de um desígnio estratégico dos europeus: institucionalizar a aliança do conjunto das democracias europeias, reforçar as condições do desenvolvimento económico e social do nosso continente, estimular a modernização das economias e assegurar a estabilidade democrática.

Reconquistada a liberdade e a democracia, com a revolução de 25 de Abril, cujo vigésimo quinto aniversário comemoraremos dentro de escassos dias, Portugal pôde reintegrar o espaço geográfico e político a que legitimamente pertencia.

A nossa adesão às Comunidades Europeias acarretou uma profunda reconversão económica, a modernização do nosso tecido produtivo, a abertura completa da nossa economia.

Tratou-se, naturalmente, de um processo complexo, não isento de dificuldades e que só foi possível concluir com êxito mobilizando todas as nossas capacidades e consentindo os sacrifícios necessários.

Compreendemos assim os desafios com que os países que igualmente operaram transições políticas democráticas se defrontam e que têm de vencer.

Portugal é hoje um país moderno, um membro-fundador da moeda única europeia, firmemente empenhado na construção de uma Europa mais próspera, mais coesa e mais solidária.

A nossa própria experiência histórica ensinou-nos que a solidariedade é um valor essencial do projecto europeu, um projecto que é político e que, como tal, deve ser claramente assumido.

Temos consciência de que vivemos um momento único na História da Europa, um momento que não pode ser desbaratado. O alargamento da União e o seu aprofundamento constante têm de ser prosseguidos, em paralelo, com determinação e coragem, reforçando a coesão económica e social, visando a crescente convergência das diversas economias que a compõem, garantindo a adesão das populações, a segurança e a estabilidade democráticas. Se assim não for, se o alargamento constituir pretexto para a dissolução do processo crescentemente integrador que está na base da construção europeia, teremos negado os valores, os princípios e os objectivos sobre os quais repousa o projecto europeu, desnaturando o seu sentido profundo e alienando as nossas opiniões públicas. Não será certamente a uma Europa menos integrada e menos coesa que a Eslovénia e os restantes países candidatos desejam aderir e à qual legitimamente se sentem em condições para pertencer.

Assumiremos, já no início do próximo ano, a Presidência da União Europeia. Estamos conscientes, Senhor Presidente, das responsabilidades acrescidas que tal acarretará para Portugal.

Exerceremos o nosso mandato da mesma forma como temos pautado a nossa acção desde a nossa adesão: com seriedade e rigor, valorizando a solidariedade e tudo o que une os povos europeus, que os leva a comungar de um mesmo projecto assente na democracia e na liberdade, no desenvolvimento económico e social, na estabilidade e na paz.

Não há alternativa viável para os países europeus fora de um processo que os integre de uma forma crescente e em todos os domínios. O projecto europeu tem certamente conhecido vicissitudes e problemas, mas tem sabido avançar de forma determinada, encontrando formas para conciliar os interesses de todos com os interesses de cada um. Com a concretização da terceira fase da União Económica e Monetária e a criação da moeda única, iniciámos uma nova fase deste processo, uma fase certamente exigente, mas que encerra as condições para uma nova arrancada em termos de progresso e de modernidade em todo o espaço europeu.

Senhor Presidente,

Tive hoje o prazer de participar no encerramento de um importante seminário económico que reuniu um apreciável número de empresários eslovenos e portugueses.

Cabe reconhecer que as nossas trocas económicas e comerciais, as oportunidades que se oferecem aos nossos sectores empresariais, se encontram insuficientemente exploradas e que não correspondem nem à medida do nosso estreito entendimento político nem do quadro europeu que nos é comum.

Outro tanto se poderia dizer relativamente à investigação científica e tecnológica, ao ambiente, à cooperação cultural, às relações entre os universitários de um e outro país, à Justiça e à cooperação judiciária.

A cooperação entre os nossos dois países em matérias directamente relevantes para o processo de alargamento da União Europeia surge-nos como uma outra área privilegiada para o reforço da nossa cooperação bilateral e relativamente às quais a Eslovénia pode contar com a nossa experiência.

A reunião que hoje teve lugar entre especialistas eslovenos e portugueses sobre política regional é uma demonstração concreta dessa nossa disponibilidade.

Pela nossa parte, tudo faremos para que as nossas relações, em todos os domínios, se desenvolvam por forma a permitir um melhor conhecimento e entendimentos mútuos.

É este o sentido da minha visita.

Peço a todos que me acompanhem num brinde pelas felicidades pessoais do Presidente e da Senhora Kucan, pela prosperidade da Eslovénia e por uma Europa mais coesa e solidária.

SESSÃO SOLENE NO PARLAMENTO HÚNGARO

(Visita de Estado à Hungria)

Budapeste

12 de Abril de 1999

É para mim uma grande honra poder dirigir-me aos representantes do povo húngaro, nesta casa que simboliza tão eloquentemente a sua luta pela liberdade ao longo de uma história milenária.

É uma alta distinção que honra, antes de mais, Portugal e os portugueses, e que espelha o nosso empenho comum num crescente reforço das nossas relações no quadro europeu que é o nosso. Como parlamentar que já fui, este encontro com todos vós, Senhor Presidente e Senhores Deputados, reveste-se, para mim, de um significado e de uma emoção muito particulares.

Permitam-me que recorde esta minha antiga condição para reiterar a importância decisiva que atribuo aos Parlamentos enquanto instâncias centrais da democracia representativa e do pluralismo político, *forum* incontornável do livre debate das ideias e dos projectos que moldarão o futuro colectivo dos Estados democráticos, sede legítima da formação da vontade nacional.

Desejo, assim, e antes de mais, saudar os deputados aqui presentes, e saudar, por seu intermédio, a grande nação húngara, prestar homenagem à sua História e à sua cultura tão rica, ao seu contributo indispensável para moldar a Europa do próximo milénio. Saudação esta a que se associam, naturalmente, os membros do Governo e os representantes de todos os partidos políticos com assento no Parlamento português que me acompanham nesta visita.

Trata-se de uma visita, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que ocorre num momento particularmente simbólico na vida dos nossos dois países:

- Há vinte e cinco anos era derrubada a ditadura que, durante quase cinquenta anos, oprimira os portugueses e lhes negara as condições do seu progresso político, económico e social, impedindo-os paralelamente de integrar o concerto das democracias europeias;
- Pouco depois da revolução de 25 de Abril de 1974, restabeleciam-se as relações diplomáticas entre a Hungria e Portugal, abrindo caminho para uma normalização das relações bilaterais;
- Há dez anos era revista a constituição húngara, institucionalizando uma democracia pluralista consolidada no ano seguinte por eleições livres, as primeiras em mais de quarenta anos, e abrindo caminho para a reintegração plena da Hungria no quadro institucional europeu;
- Há escassas semanas, a Hungria tornou-se um parceiro a parte inteira da Aliança Atlântica, contribuindo assim para o fortalecimento da segurança e da estabilidade democrática da Europa e para o reforço da cooperação Euro-Atlântica;
- Dentro de pouco mais de seis meses, Portugal assumirá a Presidência da União Europeia; estamos conscientes das responsabilidades particulares que nos incumbirão relativamente a um processo que permitirá institucionalizar a aliança do conjunto das democracias europeias, dando corpo a um espaço comum de progresso crescente, de paz e de solidariedade.

Creio, pois, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que a minha visita não poderia ocorrer num momento que fosse mais feliz e mais carregado de simbolismo na história das nossas duas nações. Quer no que diz respeito à integração na Aliança Atlântica, como no que concerne o alargamento da União Europeia, a Hungria e os restantes países candidatos puderam sempre contar com o apoio, sem hesitações nem reservas, de Portugal.

São questões que, para nós, se revestem de uma importância estratégica, que se radicam na nossa própria experiência histórica e na concepção que temos do projecto europeu e do papel da Europa na cena internacional.

Para nós, portugueses, a adesão às Comunidades Europeias revestiu-se de uma particular importância em termos de consolidação do nosso processo de transição democrática, da abertura da nossa economia, de criação de condições para podermos levar a cabo a modernização do país e garantir o progresso económico e social.

Compreendemos, assim, particularmente bem, as aspirações legítimas dos países da Europa Central, como a Hungria, que desejam partilhar um espaço de crescente integração económica, financeira e política que garanta a estabilidade democrática, as condições de um maior progresso para todos, a segurança e a paz.

Tal como nós, os países da Europa central e oriental que levaram a cabo transições democráticas, em nome dos valores e dos ideais europeus, devem beneficiar de uma idêntica solidariedade por parte das restantes democracias europeias.

A construção europeia é, de facto, um projecto de solidariedade. De solidariedade entre democracias, de solidariedade entre povos que partilham um mesmo espaço geográfico e idênticos valores civilizacionais, de solidariedade entre regiões, de solidariedade

no progresso económico e social, de solidariedade na criação das condições de estabilidade, de segurança e de paz em todo o continente.

A construção europeia é um processo exigente e uma exigência permanente. Não é, seguramente, uma panaceia. Exige trabalho e esforços, mobilização constante das capacidades nacionais, unidade em torno dos objectivos, convergência de posições e atitudes, coordenação da acção do Estado; acarreta tantas vezes sacrifícios e frequentes frustrações. Exige vontade e coragem políticas, uma reiterada afirmação dos valores e dos princípios, participação, adesão dos cidadãos, aprofundamento constante do projecto integrador. A possibilidade de alargar as fronteiras institucionais da Europa a todas as democracias europeias é um imperativo estratégico. Um objectivo que tem de convocar e mobilizar todos os europeus, todos os democratas, todos os cidadãos da Europa. Trata-se de uma oportunidade única na história do nosso continente e que não pode ser desperdiçada.

Mas o alargamento da União Europeia não é nem pode ser separável do seu aprofundamento: estão ambos subordinados à mesma finalidade.

Não quero nem posso minimizar a complexidade do processo de alargamento; mas não posso, nem devo deixar de sublinhar que é indispensável que a adesão de novos membros à União Europeia contribua para o reforço do próprio projecto europeu. O alargamento não poderá constituir um pretexto para a sua dissolução, quer em termos dos níveis de integração já conseguidos, quer no que toca o grau de coesão económica e social já existente.

Creio que se trata de uma exigência comum a todos nós; de outra forma, seriam os próprios países candidatos que se sentiriam desiludidos, pois teriam aderido a uma Europa diferente daquela a que legitimamente se sentiam com vocação para aderir.

Temos de ter uma ideia clara da Europa que queremos edificar, sabendo bem que não existe, para as democracias europeias, alternativa melhor.

Precisamos de uma visão positiva e mobilizadora da Europa do futuro, que continue a captar a imaginação e a vontade dos nossos povos, que garanta a participação efectiva das instituições políticas e sociais, o empenho das correntes de opinião e dos agentes económicos, dispostos a compreender os sacrifícios necessários para responder, com eficácia, aos novos e antigos desafios que se nos colocam.

Como projecto político que é, a construção europeia exige um empenho e uma responsabilidade permanente dos agentes e dos responsáveis políticos e, sobretudo, dos parlamentos, enquanto sedes insubstituíveis da representação nacional.

Queremos todos, com certeza, uma Europa mais forte, mais unida, mais coesa, uma Europa que tenha uma maior capacidade para se afirmar na cena internacional, para defender os seus interesses próprios, contribuindo para o reforço da estabilidade e da paz no Mundo. Queremos uma Europa que preserve a igualdade essencial dos seus Estados-membros, que mantenha a posição relativa de cada um deles, que assente numa repartição equilibrada das competências e dos poderes relativos das suas instituições, que seja uma comunidade de Direito e de direitos.

Queremos uma Europa com instituições prestigiadas, em que todos se reconheçam, que garanta a participação dos cidadãos na construção europeia, que seja mobilizadora das vontades e das criatividades.

Queremos, como já disse, uma Europa que preserve as condições do desenvolvimento económico e social crescente dos seus membros, assente na coesão e na solidariedade, que garanta as perspectivas de uma convergência económica real.

Queremos certamente uma Europa que caminhe com realismo, mas também com determinação, para uma maior integração política, seguindo o caminho natural que nos levou primeiro à integração económica e depois à integração financeira.

Senhor Presidente,

Senhores Deputados,

Referia, no início desta minha intervenção, o restabelecimento das relações bilaterais entre a Hungria e Portugal, ocorrido há vinte e cinco anos.

Portugal acabara de reconquistar a sua liberdade, e de criar as condições para a institucionalização de uma democracia pluralista.

A situação na Hungria era, obviamente, diferente. Mas, tal como os portugueses, nunca os húngaros deixaram de lutar pela liberdade, de afirmar a sua identidade própria, de recusar a sua marginalização relativamente às grandes transformações políticas e económicas levadas a cabo pelas democracias europeias após o final da Segunda Guerra.

A insurreição popular de 1956 constitui um paradigma desse combate pela liberdade e pela justiça, pela independência nacional, pela afirmação dos direitos inalienáveis da pessoa humana. Uma insurreição que marcou a consciência colectiva da Europa, que entusiasmou todos os democratas, que galvanizou a esperança de todos aqueles que acreditam na perenidade dos valores que caracterizam o humanismo europeu.

Vale a pena meditarmos um pouco sobre tudo isto, passarmos em revista a História recente da Europa, recordar as décadas em que tantos de nós fomos sujeitos a regimes totalitários e iníquos. Recordar as esperanças tantas vezes defraudadas, os sofrimentos individuais e colectivos, mas também os valores e os ideais que nunca deixamos esmorecer.

Creio que as nossas experiências históricas são um importante elemento para consolidar, nas nossas sociedades, a recusa do autoritarismo. Mas esta recusa só será eficaz se for acompanhada de uma constante pedagogia democrática, de uma firme defesa dos valores da liberdade, da tolerância e da justiça, face às tendências antidemocráticas, à violência, à xenofobia e ao sectarismo. Há dez anos, com a homenagem nacional dos mártires da revolução de 1956, a Hungria iniciou o processo que lhe permitiria reintegrar o conjunto das democracias europeias. Foi aqui que, em Setembro de 1989, se aboliram as fronteiras que dividiam a Europa, dando corpo ao movimento de emancipação dos povos da Europa central.

Quarenta anos de uma separação brutalmente imposta não tinham, de facto, conseguido cortar os profundos vínculos históricos, culturais e políticos que uniam as duas partes da Europa dividida.

Mas a reunificação da Europa revestiu-se de uma outra dimensão que me parece igualmente importante salientar.

Tínhamos vivido aqueles anos num quadro de paz armada, sujeitos a uma lógica bipolar que nos fora largamente imposta.

Este quadro alterou-se radicalmente, transformaram-se os equilíbrios estratégicos e os próprios termos de referência das relações internacionais.

Mas a grande promessa de paz, de estabilidade e de progresso que almejávamos, não foi conseguida em toda a sua plenitude, como tínhamos ousado esperar.

Fomos confrontados com a ressurgência de velhos problemas, fronteiras, minorias, movimentos separatistas, nacionalismos violentos. A Europa acordou para novas vagas de refugiados, para novos factores de tensão e de conflito dentro da sua própria casa.

Convirá reconhecer que fomos apanhados, em larga medida, desprevenidos e impreparados para responder a estas novas situações. A Aliança Atlântica soube adaptar a sua filosofia, a sua doutrina e as suas estruturas ao novo mapa europeu, acolher novos membros, fortalecendo a estabilidade e a segurança na Europa e continuando a desempenhar um papel indispensável na arquitectura de segurança europeia.

Mas a Europa tem de assumir responsabilidades acrescidas na defesa dos seus interesses comuns, antecipando riscos e agindo preventivamente, actuando política e militarmente com autonomia. Isto implica um esforço permanente para fazer avançar a Política Externa e de Segurança Comum, nomeadamente para fazer face às situações de crise, assim como desenvolver a Identidade Europeia de Defesa e de Segurança, factor indispensável para aumentar a nossa estabilidade, reforçar a cooperação europeia, e institucionalizar os novos equilíbrios das nossas relações com os Estados Unidos e o Canadá.

Existem condições políticas para reforçar o papel da Europa na cena internacional e contribuir, simultaneamente, para a vitalidade de uma Aliança Atlântica renovada.

Reforçar a Europa significa também valorizar o papel da OSCE e do Conselho da Europa, aproveitando bem as suas capacidades específicas, sem sobreposições inúteis, estabelecendo uma articulação eficaz entre o conjunto das organizações do espaço europeu. Só assim poderemos assegurar a paz e a segurança no nosso continente, e reforçar a paz e a estabilidade internacionais.

Senhor Presidente,

Senhores Deputados,

Antes de concluir, gostaria de agradecer o apoio que a Hungria tem concedido à causa do povo de Timor-Leste na luta pela sua liberdade.

Mau grado os sinais positivos de mudança na Indonésia, a comunidade mártir de Timor-Leste continua a ser vítima da violência, como aconteceu há poucos dias, com o bárbaro massacre de Liquiçá, que mereceu a nossa mais viva condenação.

O único objectivo de Portugal é garantir o livre exercício do direito de autodeterminação que a comunidade internacional, e agora a Indonésia, reconhecem solenemente aos timorenses. O nosso esforço principal, neste momento, é criar as condições para que o processo de autodeterminação — a começar por uma consulta democrática organizada pelas Nações Unidas — possa realizar-se em liberdade e sem violência.

O nosso apelo a todos os que partilham os valores da liberdade e dos direitos humanos, é para que se empenhem de uma forma acrescida na sua solidariedade para com o povo de Timor-Leste. Senhor Presidente,

Senhores Deputados,

Terminaria por onde comecei: pelo privilégio que me foi concedido de me poder dirigir aos representantes do povo húngaro, que vos agradeço muito penhorado.

No espaço europeu e democrático que partilhamos, as relações entre os nossos dois países assumiram uma importância e um significado acrescidos.

A minha visita à Hungria sublinha o empenho de Portugal no reforço crescente dessas relações, em todos os domínios e a todos os níveis.

Neste contexto, assumem particular significado o reforço das relações entre os nossos dois Parlamentos, instrumentos essenciais para se consolidar o nosso conhecimento mútuo, o entendimento recíproco, partilhar experiências, preocupações e perspectivas — em suma, para afirmar a solidariedade entre húngaros e portugueses face aos desafios que se colocam à Europa no próximo século.

A Hungria sabe que pode continuar a contar com o apoio sem reservas de Portugal à sua plena integração nas estruturas europeias.

Trata-se, para nós, portugueses, de uma questão de coerência, de convicção e de solidariedade democráticas.

Trata-se, para todos nós, de permitir às gerações vindouras, a todos os Europeus, que possam disfrutar das condições que lhes permitam consolidar sociedades mais desenvolvidas e mais justas, num quadro de segurança e de paz.

JANTAR OFERECIDO

PELO PRESIDENTE DA HUNGRIA

(Visita de Estado à Hungria)

Budapeste

12 de Abril de 1999

*A*gradeço-lhe, Senhor Presidente, as palavras tão amáveis que teve para com Portugal e os portugueses que tenho a honra de representar. Desejo também agradecer-lhe, em meu nome, no de minha Mulher e no de todos os que me acompanham, a forma tão calorosa como Vossa Excelência e as restantes autoridades húngaras nos acolheram desde a nossa chegada ao seu belo país.

Não esquecemos, em Portugal, Senhor Presidente, a coragem e determinação de Vossa Excelência na defesa intransigente dos valores que nos são caros — a liberdade, os direitos humanos, a dignidade da pessoa — o seu combate de décadas para que a Hungria pudesse ser um país livre e democrático, o seu profundo humanismo, a sua pedagogia em favor dos ideais europeus. Que me seja permitida uma muito sincera e respeitosa palavra de homenagem a Vossa Excelência, Senhor Presidente, pelo seu exemplo.

A nova Europa que estamos a construir precisa de tais exemplos, precisa de todos os democratas, de todos aqueles que lutam pela paz, pela justiça, pelo primado do Direito, pela solidariedade entre os povos.

Sem eles, sem a clara afirmação dos valores que tenazmente defendem, poderemos certamente ter uma Europa de consumidores, uma Europa contabilística e tecnocrática, mas nunca teremos uma Europa de cidadãos.

Senhor Presidente,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A Hungria e Portugal são dois Estados com áreas geográficas semelhantes e com populações idênticas; as suas maneiras de ser e de encarar o mundo foram moldadas por influências diversas, que marcaram as nossas culturas respectivas e lhes concederam a sua originalidade particular. Somos dois países orgulhosos da sua História e da sua cultura, da sua língua e da sua independência, ciosos da liberdade cantada pelo grande poeta Sandor Petofi. Estamos, um e outro país, seriamente empenhados na construção de uma Europa mais solidária e mais coesa, num projecto de consolidação de um vasto espaço de paz, de progresso, de estabilidade e de segurança, onde se afirme igualmente a enorme e enriquecedora diversidade que constitui a realidade europeia. Esta visita reveste-se, assim, para todos nós, de um significado muito particular, e ocorre num momento de especial simbolismo na História das nossas duas nações.

Dentro de alguns dias, os portugueses comemorarão o vigésimo quinto aniversário do derrube da ditadura que, durante quase cinquenta anos, os oprimira. Uma ditadura que nos mantivera numa situação de marginalização relativamente às grandes transformações atravessadas pela Europa desde o final do segundo conflito mundial, privando-nos das condições do progresso político, económico e social.

Há dez anos, a Hungria revia a sua Constituição e institucionalizava um regime político pluripartidário. As primeiras eleições livres em quarenta anos consolidaram a transição democrática da Hungria e o seu reencontro com o conjunto das democracias europeias, reintegrando o espaço humano, cultural, económico e político a que sempre pertenceu e de que se encontrava artificialmente separado.

A revolução portuguesa do 25 de Abril, tal como aconteceria na Hungria, foi feita em nome da liberdade e da democracia, do reencontro pleno com a Europa a que pertencemos, do desejo de construir sociedades mais justas, mais prósperas e mais solidárias entre si.

Conhecemos, por experiência própria, a complexidade e as dificuldades inerentes aos processos de transição democrática.

Conhecemos bem as enormes expectativas que lhes estão legitimamente associadas, tal como conhecemos os sacrifícios e as frustrações que inexoravelmente os acompanham.

Mas o que é importante, é manter o rumo traçado, mau grado todas as dificuldades, apesar de todos os contratemplos, independentemente das conjunturas políticas.

Creio sinceramente que a Hungria, Senhor Presidente, tem sabido demonstrar esta clareza de propósitos, a manutenção desta orientação estratégica e o seu empenho na prossecução dos ideais europeus, ao longo de sucessivas alternâncias políticas democráticas. Hoje, a Hungria é membro de pleno direito da Aliança Atlântica e iniciou o processo que a conduzirá a integrar a União Europeia. Numa e noutra questão, a Hungria contou e continuará a poder contar com o apoio, sem reservas, de Portugal.

Fazêmo-lo por convicção.

Fazêmo-lo porque, para nós, não há projecto europeu se o todo que é a Europa democrática permanecer separado de uma das suas partes. Fazêmo-lo por coerência e solidariedade, por reconhecermos a importância decisiva da nossa própria adesão às Comunidades Europeias para a consolidação da democracia política, a modernização da economia, e a estabilidade da nossa posição internacional.

Mas fazêmo-lo, sobretudo, porque acreditamos numa Europa livre e unida, num projecto que é político, baseado na consolidação

de uma comunidade de valores e de um destino comum de paz, de solidariedade, de progresso e de liberdade.

A escassos dias da comemoração do vigésimo quinto aniversário da revolução portuguesa e poucas semanas volvidas sobre a integração plena da Hungria na NATO, creio tratar-se, de facto, de um momento particularmente simbólico e feliz para visitar o seu belo país, Senhor Presidente.

Recordo a nossa longa conversa em Setembro passado, quando Vossa Excelência nos deu a honra de visitar a EXPO'98, e queria reiterar-lhe, Senhor Presidente, o meu agrado por me encontrar em Budapeste, assim como o meu desejo muito sincero de melhor conhecer as realidades deste grande país, a sua cultura tão rica, as suas gentes, as suas preocupações face aos desafios que se colocam às nossas sociedades e à Europa neste virar de século. Acompanha-me uma delegação muito significativa, que inclui vários membros do Governo, representantes de todos os partidos políticos com assento parlamentar, altos responsáveis da Administração pública, universitários e criadores culturais, um número muito expressivo de responsáveis empresariais e enviados dos principais órgãos de comunicação social portugueses.

A sua presença é testemunha do nosso empenho sincero no reforço constante das nossas relações, a todos os níveis e em todos os domínios. Será certamente no aprofundamento constante do nosso conhecimento mútuo, na exploração de novas formas concretas e cada vez mais diversificadas da nossa cooperação, que encontraremos as vias para consolidarmos os alicerces de um vasto espaço europeu de progresso e de paz.

Não duvidamos, Senhor Presidente, do papel muito positivo que a Hungria assumirá quer na Aliança Atlântica, quer na União Europeia, na prossecução dos ideais e dos objectivos que nos são comuns.

Esses ideais exigem o alargamento das fronteiras institucionais da União, mas exigem igualmente o aprofundamento constante do próprio projecto de integração e da sua inerente dimensão política.

O processo de alargamento exige meios, e meios substanciais, para permitir a modernização das economias dos países candidatos. Mas exige igualmente que se aprofunde um corpo de políticas que mantenha o curso do projecto integrador numa rota convergente. Exige, portanto, constante empenhamento e clara vontade política na aplicação e no aprofundamento do acervo comum.

Ou seja, o alargamento não poderá constituir um pretexto de dissolução do projecto europeu, não poderá afectar os níveis de integração já conseguidos nem o grau de coesão económica e social entre os Estados-membros.

Se assim acontecesse, não seria apenas a aceitabilidade do próprio projecto que seria posta em causa pelas nossas opiniões públicas, mas constituiria também uma clara frustração para todos os países candidatos que aspiram legitimamente participarem na construção de uma Europa baseada na solidariedade e na progressiva aproximação dos níveis de desenvolvimento das regiões que a compõem.

A construção europeia é um projecto político, não é por demais sublinhá-lo. Um projecto que terá sempre de basear-se em princípios e em valores, na solidariedade e na coesão, em direitos mas também em deveres, visando o aumento da integração não apenas económica e financeira, mas também política da União.

Só assim poderá a Europa assegurar as condições do seu próprio progresso, assim como garantir uma melhor projecção da sua identidade própria na cena internacional, uma mais eficaz defesa

dos seus interesses comuns, e uma constante valorização do direito internacional e dos direitos humanos no relacionamento internacional.

Neste contexto gostaria de referir a questão de Timor-Leste, agradecendo o apoio que a Hungria, em sintonia com as posições expressas pela União Europeia, tem concedido à causa da autodeterminação do povo daquele Território.

Não obstante os sinais positivos de mudança na Indonésia, a comunidade mártir de Timor-Leste continua a ser vítima da violência, demonstrada, mais uma vez, pelo bárbaro massacre de Liquiçá, na passada semana.

Move-nos apenas o objectivo de garantir o livre exercício do direito à autodeterminação dos timorenses, reconhecido pela comunidade internacional e agora, também, pela Indonésia. Neste momento, o que é essencial é a criação de condições para que o processo de autodeterminação — a começar por uma consulta democrática organizada pelas Nações Unidas — possa decorrer em liberdade e sem violência.

Neste quadro, é crucial que todos os que partilham dos mesmos valores, da liberdade, da justiça e dos direitos humanos, se empenhem de uma forma acrescida na sua solidariedade para com o povo de Timor-Leste. Estou certo de que a Hungria assim fará. Senhor Presidente,

As relações bilaterais entre a Hungria e Portugal têm-se desenvolvido a bom ritmo, mas há ainda certamente muito a fazer em vários domínios, explorando convenientemente todas as potencialidades do entendimento político entre os nossos dois países e do quadro comum europeu que é o nosso.

Nas trocas comerciais, nas parcerias entre empresários dos dois países, nos investimentos recíprocos, na cooperação científica e cultural, nos intercâmbios entre universitários e investigadores,

entre agentes culturais, em todas estas áreas haverá que aprofundar e consolidar o nosso conhecimento e entendimento mútuos.

Terei amanhã o prazer de encerrar um seminário económico que reunirá um significativo número de empresários húngaros e portugueses, oferecendo um quadro particularmente propício para se avançar em novas vias de reforço da nossa cooperação económica e comercial.

A minha visita a duas Universidades em Budapeste, onde funcionam desde há muito anos, e com apreciável sucesso, leitorados de português, assim como as deslocações ao INFOPARK e ao centro de investigação agronómica em Godelo, testemunham igualmente o nosso empenho em consolidarmos uma cooperação científica e cultural multifacetada.

Gostaria de referir também o encontro que vai decorrer entre especialistas húngaros e portugueses dedicado às questões do desenvolvimento regional e à experiência adquirida por Portugal no quadro das instituições europeias. Esta reunião constitui uma demonstração concreta da nossa total disponibilidade para partilharmos com a Hungria conhecimentos e experiências numa área central para o nosso futuro comum.

Buscar novas complementaridades entre os nossos dois países, explorar convergências nas mais diversas áreas, visar o aprofundamento constante do projecto europeu em que estamos empenhados, reforçar o seu sentido político e a sua dimensão solidária — creio serem estas, Senhor Presidente, as tarefas que temos de levar a cabo por forma a responder, com maior eficácia, às legítimas aspirações de progresso e de estabilidade democrática que são de todos nós.

Peço a todos que me acompanhem num brinde pelas felicidades pessoais do Presidente e da Senhora Goncz, pelo progresso crescente da Hungria, e por uma Europa cada vez mais unida e solidária.

ENCERRAMENTO

DO SEMINÁRIO ECONÓMICO LUSO-HÚNGARO

(Visita de Estado à Hungria)

Budapeste

12 de Abril de 1999

*D*esejo, antes de mais, agradecer a honrosa presença do Senhor Presidente Goncz no encerramento deste seminário, uma iniciativa que visa reforçar o nosso entendimento e conhecimento mútuos numa área de uma tão grande importância no contexto das relações entre a Hungria e Portugal.

As relações económicas e comerciais entre os nossos dois países têm-se desenvolvido de uma forma crescente, ocupando a Hungria o primeiro lugar, entre os países da Europa central, como destino das exportações portuguesas. As exportações húngaras para Portugal têm também aumentado, embora exista ainda um largo espaço para o seu desenvolvimento. No campo da criação de empresas mistas e do investimento português, a nossa cooperação tem tido igualmente um desenvolvimento importante, traduzindo a internacionalização crescente da economia portuguesa. Mas cabe reconhecer que muito há ainda a fazer para que o nosso relacionamento económico e empresarial corresponda às potencialidades que um e outro país oferecem, no quadro de um espaço europeu crescentemente integrado.

O reforço do nosso relacionamento económico tem de ser visto no quadro do contexto europeu que nos é comum.

Portugal tem apoiado, sem reservas nem hesitações, o processo de alargamento da União Europeia. Temo-lo feito por convicção, por coerência democrática, por razões que se prendem com a nossa própria experiência histórica, porque acreditamos que exis-

te uma ocasião única para fazer a unidade da Europa na base de um vasto espaço de crescente progresso económico e social, de estabilidade e de segurança democráticas.

A nossa adesão às Comunidades Europeias constituiu um acontecimento de profundas consequências para Portugal, tendo sido o principal impulsionador da abertura completa da nossa economia, da modernização do nosso tecido produtivo, da adaptação das empresas e da sociedade portuguesa em geral às grandes transformações da economia mundial.

A adaptação de Portugal ao modo de funcionamento do espaço comunitário tem constituído um inegável sucesso, traduzido num crescimento económico apreciável, a par da abertura da sociedade portuguesa a novas atitudes e valores. Tratou-se de um grande esforço, que mobilizou de uma forma considerável os nossos recursos e capacidades, e que nos permitiu fazer parte do grupo fundador da moeda única europeia.

O impacto da adesão às instituições europeias nos sectores empresariais dos nossos dois países constituiu um dos temas centrais do seminário que agora se conclui.

Temos, na matéria, uma apreciável experiência que está, naturalmente, à disposição dos nossos parceiros húngaros.

Uma outra área, que deve merecer a nossa atenção particular, diz respeito à indispensável internacionalização das nossas economias para poder fazer face, com eficácia, às profundas transformações no funcionamento do sistema internacional.

Estas transformações, particularmente aceleradas nos últimos anos, têm colocado naturais problemas de adaptação a todas as economias, sem excepção. A interligação entre os mercados, o seu considerável alargamento espacial, impõem que as empresas enfrentem, com determinação, a concorrência internacional, que conquistem parceiros noutros países, que penetrem novos mercados no exterior.

São exigências que se têm colocado aos empresários portugueses de forma crescente, mas posso dizer que muitos deles se têm sabido adaptar, de uma forma eficaz, a este novo modo de funcionamento da economia mundial, aproveitando as oportunidades que se lhes oferecem.

As exposições feitas neste seminário terão ilustrado as nossas perspectivas e experiências concretas e positivas neste importante domínio.

O encontro que agora encerramos deve ser visto no quadro de um relacionamento estreito e regular entre os agentes económicos dos dois países. Regozijo-me que novas iniciativas estejam já previstas, como sejam a deslocação a Portugal, no próximo Outono, de uma missão empresarial húngara no domínio dos equipamentos médicos; são também muito importantes as colaborações levadas a cabo pelas associações de empresários, e quero neste quadro salientar a troca de missões que está a ser organizada pela Associação Industrial Portuense.

São estas as vias concretas da cooperação e do entendimento mútuo que devemos trilhar.

Senhores empresários,

A Hungria e Portugal têm dado passos importantes, nos últimos anos, para reforçar as suas relações nos mais diversos domínios. Pelo nosso lado, existe uma enorme vontade e abertura para consolidar o nosso conhecimento e entendimento mútuos, para aumentar as nossas trocas comerciais, apoiar os investimentos recíprocos, desenvolver as parcerias entre empresários húngaros e portugueses, promover os fluxos turísticos entre os nossos dois países. Esta minha visita à Hungria, acompanhado de um tão expressivo número de empresários portugueses, representativos dos mais dinâmicos sectores da economia portuguesa, atesta da nossa vontade.

Este encontro e o conjunto de iniciativas já previstas expressam bem que existe uma idêntica vontade do lado dos agentes económicos húngaros.

SESSÃO DE BOAS-VINDAS

NA CÂMARA MUNICIPAL DE DUBLIN

(Visita de Estado à Irlanda)

Dublin

31 de Maio de 1999

Quero agradecer-lhe Lord Mayor, o tão simpático acolhimento que esta bela cidade de Dublin, na pessoa de V. Ex.^a e da sua Corporação, me dispensou assim como a todos os que me acompanham.

Esta minha visita traduz uma homenagem sincera que quero prestar a todos os seus habitantes, assim como testemunhar a minha muito forte convicção quanto ao papel essencial das cidades na construção de uma Europa mais solidária, com instituições mais próximas dos seus cidadãos.

Como sabe, exerci durante vários anos as exaltantes funções de Presidente da Câmara de Lisboa. Conheço assim bem a complexidade da gestão diária da vida de uma cidade e as exigências específicas e legítimas que são colocadas pelos cidadãos às suas municipalidades.

Quase sempre, cabe à administração municipal fazer face, em primeira linha, a muitos dos graves problemas com que as nossas sociedades modernas se defrontam, procurando respostas eficazes e imaginativas, abrindo caminhos para o progresso e o bem-estar. Creio, igualmente, que as municipalidades são chamadas a desempenhar uma importante função enquanto promotoras da actividade económica, criando emprego, tornando-se apelativas para os investidores, buscando formas de conjugar intervenções públicas e privadas, contribuindo, em suma, para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para a melhoria do tecido urbano.

Dublin tem sabido corresponder com acerto a estes desafios, constituindo um caso particularmente feliz de harmonia entre a modernidade e a tradição; uma harmonia onde reside, de alguma forma, o segredo do encanto das cidades com uma História tão viva e tão rica, como é a desta capital.

Como Lisboa, Dublin é uma cidade aberta ao mundo. O seu porto foi ponto de chegada, de passagem e de partida para muitos, de gente anónima e de personalidades ilustres. Esta constante troca de experiências, de conhecimentos, de ideias, moldou a vida desta cidade e contribuiu para o prestígio de que merecidamente goza.

Também àqueles que aqui nasceram e viveram deve Dublin algo da sua magia. Sem esquecer todos os outros dublinenses ilustres, permito-me salientar os nomes de Oscar Wilde, Jonathan Swift, Bernard Shaw e, naturalmente, James Joyce. Como Pessoa, em relação a Lisboa, o autor de «Dubliners» inscreveu a cidade entre os lugares emblemáticos da literatura universal.

Dublin é, de resto, para além da justa fama literária de que desfruta, um importante centro cultural da Europa, reunindo instituições de reconhecido valor e merecido prestígio.

Não é fácil, sei-o bem, que uma cidade se afirme como um centro cultural no concerto cada vez mais competitivo das metrópoles europeias. Dublin, ciosa do seu passado, mas ciente de que é no investimento e no esforço do presente que se jogam e se ganham os desafios do futuro, tem-no conseguido fazer com naturalidade. Reitero-lhe os meus agradecimentos, Lord Mayor, a sua recepção tão calorosa e desejo-lhe, a si, aos seus colegas e a todos os habitantes de Dublin, todos os sucessos.

JANTAR OFERECIDO
PELA PRESIDENTE DA IRLANDA
(Visita de Estado à Irlanda)
Dublin
31 de Maio de 1999

Desejo, antes de mais, agradecer-lhe, em nome de minha Mulher, de todos quantos me acompanham, e no meu próprio, o acolhimento tão caloroso que nos tem sido dispensado desde que chegámos ao seu belo país.

Agradeço-lhe, igualmente, muito penhorado, as palavras tão amáveis que teve para com Portugal e para com os portugueses. Como é sabido, o Infante D. Henrique, impulsionador decisivo das descobertas portuguesas, enviou a um seu amigo de Galway um leão capturado nas costas africanas. A História não nos deixou rastro do felino, mas a qualidade e a originalidade da prenda evidenciam uma estima e um apreço muito particulares!

De facto, irlandeses e portugueses, conhecem-se de há muito e são bem patentes as nossas afinidades.

Partilhamos idênticas raízes históricas, culturais e civilizacionais. Somos países com uma escassa extensão territorial mas dotados de uma forte e original afirmação cultural, ciosos da sua liberdade e da sua independência; o mar é para ambos uma constante presença e uma ligação íntima, moldando a nossa maneira de ser e emprestando-nos características muito próprias no contexto europeu.

Ao longo dos séculos, por razões diferentes e em momentos diversos, milhares e milhares de irlandeses e de portugueses buscaram noutras terras o sustento, a possibilidade de se expressarem de uma forma mais livre, condições de vida mais dignas para si

e para os seus filhos e mais conformes com as suas convicções pessoais.

Também este traço nos une e nos concede uma forma particular de encararmos o mundo.

Muitos irlandeses vieram para Portugal para escapar à intolerância religiosa, criando no nosso país escolas e outras instituições que disfrutaram de um merecido prestígio. Mas já antes as nossas relações se traduziam em trocas comerciais significativas e em intercâmbios pessoais regulares, dinamizados por uma empreendedora comunidade irlandesa residente em Portugal.

Tudo isto ajudou a cimentar um entendimento mútuo que encontra hoje, no quadro da construção de uma Europa mais próspera e mais solidária em que estamos conjuntamente empenhados, novos e mais vastos espaços de afirmação.

É com particular agrado e com grande interesse, Senhora Presidente, que visito a Irlanda, no seguimento do amável convite que me endereçou. É um agrado e um interesse partilhados pela significativa comitiva que me acompanha, que inclui vários membros do Governo, representantes de todos os partidos políticos representados no nosso Parlamento, universitários, investigadores e criadores culturais, empresários e representantes dos principais órgãos de comunicação social portugueses.

Ao agrado por estar no seu país, acrescenta-se uma grande curiosidade; curiosidade por melhor conhecer as suas realidades, a sua cultura, as suas preocupações, a forma singular como a Irlanda soube, em escassas duas décadas, operar uma profunda transformação económica, impondo-se hoje como um modelo de progresso bem conseguido.

Senhora Presidente,

Durante quase cinquenta anos, Portugal esteve arredado do convívio das nações democráticas da Europa por um regime ditato-

rial e iníquo, marginalizado relativamente às grandes transformações europeias do pós-guerra, privado das condições do progresso político, económico e social.

Celebrámos há escassas semanas o vigésimo quinto aniversário da revolução de 25 de Abril, o nosso reencontro com a liberdade e a democracia, que nos abriu as portas à nossa plena reintegração na Europa a que sempre pertencêramos.

As profundas transformações operadas no meu país nos últimos quinze anos são evidentes para todos quantos nos visitam. Somos hoje um país moderno que conseguiu, em larga medida, ultrapassar os atrasos estruturais herdados do passado. Tal como a Irlanda, e graças a um esforço sério, que acarretou sacrifícios incontornáveis, encontramos-nos no grupo fundador da moeda única europeia.

Conseguida, com sucesso, a concretização da terceira fase da União Económica e Monetária, decididas que foram já, de uma forma adequada, as perspectivas financeiras para os próximos seis anos, a União Europeia tem de vencer outros desafios exigentes que se lhe colocam, de prosseguir simultaneamente quer o alargamento das suas fronteiras institucionais às democracias da Europa central e oriental, quer o aprofundamento do próprio projecto integrador.

O alargamento constitui, porventura, o desafio mais importante com que estamos defrontados e que requer, de todos, vontade e determinação política para superar obstáculos e dificuldades concretas.

Mas, paralelamente, o processo europeu tem de ser constantemente aprofundado, compatibilizando as suas dimensões económica, social e financeira, por forma a garantir as possibilidades de uma convergência real, o reforço da coesão económica e social e o progresso e a estabilidade do espaço europeu no seu conjunto.

A Europa tem de avançar para novos níveis de integração política, consentâneas com os graus de integração já conseguidos e com a partilha de soberania que eles próprios encerram. Sem uma Europa politicamente mais integrada, não haverá uma Política Externa e de Segurança Comum credível e eficaz nem a Europa poderá assumir um papel mais actuante na defesa dos seus interesses próprios.

Vivemos momentos particularmente difíceis, tão dramaticamente evidenciados pela crise do Kosovo.

Estamos conscientes das limitações do uso da força e de que apenas uma solução política poderá resolver as causas que estão na origem do conflito, solução esta que deverá assentar nos termos convergentemente definidos pela Aliança Atlântica, pela União Europeia, pelo Secretário-Geral das Nações Unidas e pelo G8.

Esta solução é urgente, face à dimensão da catástrofe humanitária, do número crescente de vítimas inocentes, dos riscos desestabilizadores desta crise para outros países da região.

Os Balcãs, no seu conjunto, não podem continuar a ser uma região adiada, excluída do concerto europeu.

Consolidação dos quadros e das práticas democráticas, respeito pelos direitos humanos e pela diferença cultural e religiosa, criação de condições para o desenvolvimento económico e social, são certamente estes elementos indispensáveis para garantir a paz e o progresso de uma região de cuja estabilidade depende a segurança da Europa.

Senhora Presidente,

Funções que exerci anteriormente, no quadro da Comissão Europeia dos Direitos Humanos, levaram-me a interessar-me muito directamente pelos problemas que, infelizmente, ainda se colocam à paz e à convivência na Irlanda do Norte.

Tenho a honra de contar o Prémio Nobel da Paz John Hume entre os meus amigos. Que me seja permitido aqui testemunhar-lhe — e a todos quantos não esmoreceram ao longo de tantos anos na defesa da paz, dos direitos humanos, da convivência pacífica entre as comunidades, do respeito pelas convicções individuais — a nossa muito sincera admiração pela sua singular coragem e abnegação.

Vossa Excelência, Senhora Presidente, tem um conhecimento muito particular e directo da situação na Irlanda do Norte, incluindo-se, naturalmente, neste conjunto vasto de irlandeses que continuam a defender e a lutar pelo primado do diálogo sobre a violência, da tolerância sobre a cegueira, dos valores democráticos sobre a injustiça e o fanatismo.

Saudamos todos, com fundada esperança, os acordos concluídos na Páscoa do ano passado, e as perspectivas que daí decorrem para romper definitivamente o ciclo de violência e assentar as bases de uma política de normalização democrática e de reconciliação entre as comunidades, acordos estes muito expressivamente apoiados por uma clara maioria da população.

Esta esperança não pode ser frustrada, tal como não pode ser defraudada a confiança que a maioria da população da Irlanda do Norte depositou numa nova era de paz, de reconciliação intracomunitária, de convivência democrática, de progresso e bem-estar para todos.

Senhora Presidente,

Promover um conhecimento mútuo cada vez mais estreito entre irlandeses e portugueses, buscar novas complementaridades, explorar convergências, visar o aprofundamento constante do projecto europeu, reforçando o seu sentido político e a sua dimensão solidária, são as vias que nos permitirão responder, com eficácia, às aspirações dos nossos povos e aos desafios da construção europeia.

O projecto europeu terá de ser construído com os valores que fazem da cultura europeia uma obra em permanente construção, aberta e criadora.

Esses valores são a vontade de compreender, o espírito crítico, o inconformismo, o universalismo, a liberdade e a tolerância. Sempre que os cultivou, a Europa avançou e progrediu.

Quando os negou, negou-se e recuou.

A Irlanda e Portugal que, com James Joyce e Fernando Pessoa, prestaram, neste século, um contributo ímpar à modernidade europeia, sabem que só a afirmação ousada do pensamento livre e criador permite dar aos projectos a grandeza que os torna duradouros, consistentes e mobilizadores.

A Europa terá de fazer da diversidade e do diálogo entre culturas uma prática e um motivo de enriquecimento de todos os seus povos.

A Exposição de Pintura, mostrando obras de cinco pintoras portuguesas, que se apresenta em Dublin, com muito gosto nosso, por ocasião desta visita, quer ser, de algum modo, um símbolo desse diálogo, que queremos aprofundar, entre as nossas culturas. Concluirei, Senhora Presidente, agradecendo à Irlanda o apoio tão empenhado que tem concedido à causa do povo de Timor-Leste. O acordo alcançado recentemente, sob os auspícios do Secretário-Geral das Nações Unidas, sobre uma consulta livre e democrática representa um passo da maior importância no processo de autodeterminação do território.

Mas é necessário que todas as partes se empenhem em cumprir as disposições desse acordo, por forma a garantir as condições de indispensáveis para que a consulta possa decorrer em liberdade e sem violência.

É crucial, neste quadro, um redobrado empenho de todos quantos partilham os mesmos valores da liberdade, da justiça e dos direi-

tos humanos, por forma a garantir as condições de uma consulta livre e democrática. Estou certo de que a Irlanda continuará, tal como no passado, a testemunhar activamente ao povo de Timor-Leste a sua solidariedade, numa fase que será decisiva para o seu futuro colectivo.

Peço a todos que me acompanhem num brinde pela saúde da Senhora Presidente e do Dr. Mc Aleese, pela prosperidade crescente do povo da Irlanda e pelo reforço da amizade entre irlandeses e portugueses, no quadro de uma Europa mais unida e mais solidária.

ALMOÇO OFERECIDO
PELO PRIMEIRO-MINISTRO DA IRLANDA
(Visita de Estado à Irlanda)
Dublin
1 de Junho de 1999

Senhor Primeiro-Ministro,

Quero, antes de mais, agradecer-lhe esta sua tão amável hospitalidade, assim como o simpático acolhimento que nos tem sido reservado desde a nossa chegada à Irlanda, que muito nos sensibiliza.

Acompanha-me uma muito significativa comitiva, que inclui membros destacados do Governo Português, representantes de todos os partidos políticos com assento no nosso Parlamento, investigadores e universitários, responsáveis por sectores importantes da nossa Administração, criadores culturais, empresários e jornalistas. A sua presença testemunha, por um lado, a qualidade das nossas relações e, por outro, a nossa vontade de aprofundarmos o nosso entendimento e cooperação nas mais diversas áreas, num quadro comum europeu que é o nosso.

Se não existem entre nós quaisquer problemas bilaterais, se as nossas relações se têm desenvolvido de forma crescente e harmoniosa, se o conhecimento recíproco das nossas realidades humanas, culturais, económicas e sociais tem aumentado, cabe reconhecer que muito há ainda a fazer para reforçar esse conhecimento e entendimento mútuos, para aprofundarmos a nossa cooperação nos mais variados sectores.

Não há relações políticas, económicas, culturais ou científicas consequentes que não assentem num conhecimento pessoal, num factor humano, numa percepção individual das maneiras de ser

e de estar, das motivações, das capacidades e dos interesses de cada uma das partes.

Pretendo, com esta visita, contribuir justamente para um reforço do conhecimento mútuo entre irlandeses e portugueses, propiciando a mim próprio e a todos quantos me acompanham uma percepção mais directa das realidades do seu belo país, da sua cultura tão rica, das formas como os irlandeses têm conseguido, de uma forma tão feliz, fazer face aos desafios da modernidade e do progresso.

A Irlanda e Portugal têm afinidades evidentes; somos dois países dos extremos ocidentais da Europa, virados para o mar, que sofreram vicissitudes semelhantes, com povos ciosos da sua liberdade e da sua independência, com culturas originais e fortes identidades. Dois países que operaram profundas mutações económicas e sociais nas últimas duas décadas e que se encontram activamente empenhados na construção de uma Europa crescentemente unida, próspera e solidária.

Terei, esta tarde, a oportunidade de participar num encontro dedicado ao modelo de desenvolvimento da Irlanda. Creio que, nas vertentes do investimento, da investigação científica e tecnológica, no desenvolvimento dos recursos humanos, dos sectores industriais baseados em tecnologias avançadas, teremos, irlandeses e portugueses, áreas particularmente interessantes para trocarmos conhecimentos e experiências e para desenvolvermos novas formas de cooperação entre nós.

Para além do reforço e da diversificação da nossa cooperação bilateral, promovendo as trocas comerciais e económicas, os fluxos turísticos, as iniciativas de carácter científico e cultural, a construção europeia assume um lugar central no nosso relacionamento. Conseguimos, com sucesso, respeitar o calendário da Terceira Fase da União Económica e Monetária e a Irlanda e Portugal

encontram-se entre os países fundadores da Moeda Única, solidamente ancorados no centro de uma nova fase do processo de integração europeia. Será uma nova fase tão exigente como as anteriores. Temos de alargar as fronteiras da União e ao mesmo tempo aprofundar o próprio processo de integração, reforçando a coesão e a solidariedade entre os Estados membros.

Temos igualmente que assumir, com clareza e determinação, a dimensão política inerente ao projecto europeu. Não creio que o processo de integração possa avançar sem que esta dimensão se afirme de forma crescente e efectiva. Só assim poderemos assegurar as condições do progresso do espaço europeu, garantir uma maior projecção da nossa identidade própria na cena internacional, e prosseguir uma defesa mais eficaz dos nossos interesses comuns.

Em todas estas áreas, Senhor Primeiro-Ministro, existem consonâncias importantes entre a Irlanda e Portugal, perspectivas idênticas ou muito semelhantes, objectivos e princípios que queremos assegurar. Daí a utilidade de continuarmos e de desenvolvermos o nosso entendimento sobre estas questões que moldarão o futuro colectivo da Europa.

Portugal assumirá, dentro de pouco mais de seis meses, a Presidência da União. Estamos conscientes das responsabilidades acrescidas que então nos incumbirão.

Exerceremos o nosso mandato da mesma forma como temos pautado a nossa acção desde a nossa adesão: com seriedade e rigor, valorizando a solidariedade e tudo o que une os europeus. Senhor Primeiro-Ministro,

Tive já ontem ocasião, durante o jantar oficial oferecido pela Senhora Presidente McAleese, de expressar a nossa solidariedade com os irlandeses na busca de uma solução política para a situação na Irlanda do Norte. Admiramos a tenacidade, a perseveran-

ça e a inegável coragem pessoal de todos quantos se têm empenhado na criação de condições para que as comunidades da Irlanda do Norte possam, ao fim de tantas décadas de conflito fratricida, beneficiar da paz a que têm direito. Todos eles são merecedores do nosso reconhecimento.

O acordo da Sexta-Feira Santa do ano passado constitui o quadro político indispensável para conseguir aqueles objectivos e para iniciar uma nova era de convivência pacífica e mutuamente respeitadora entre irlandeses de diferentes confissões. Como tal, foi apoiado por uma maioria muito expressiva dos irlandeses e não podem ser defraudadas as esperanças e as promessas de paz que ele encerra.

A defesa da democracia e dos direitos humanos, a liberdade e o primado do Direito constituem, Senhor Primeiro-Ministro, uma marca essencial do projecto europeu e da matriz civilizacional da Europa.

Na Europa e fora dela assistimos, porém, a situações em que os direitos fundamentais da pessoa humana são diariamente violentados.

Pensamos imediatamente no Kosovo, na catástrofe humanitária a que ali estamos a assistir, a tantas vítimas inocentes.

Se à violência tem de se responder com a força, é igualmente necessário, por via política, atacar as causas que estão na origem desta situação. Uma solução política para o conflito, assente nas premissas definidas de forma convergente pela Aliança Atlântica, pela União Europeia, pelo Secretário-Geral das Nações Unidas e pelo G8 reveste-se de uma urgência evidente, e é indispensável que o Presidente Milosevic se compenetre de que é este o único caminho que pode seguir.

Mas pensamos também, Senhor Primeiro-Ministro, em Timor-Leste, e na luta do seu povo pela liberdade e pela autodetermi-

nação. A causa de Timor-Leste é bem conhecida na Irlanda e não posso deixar de salientar e agradecer o apoio consequente que as suas Autoridades lhe têm concedido.

Concluimos, há escassas semanas, um importante acordo sobre a realização de uma consulta democrática ao povo de Timor-Leste; trata-se de um passo da maior importância no processo de auto-determinação do Território. Mas é preciso um redobrado empenho de todas as partes e da Comunidade Internacional para que esta consulta se possa desenrolar nas condições indispensáveis, em liberdade e sem violência. Estou certo de que a Irlanda continuará a conceder ao povo de Timor-Leste o apoio que nunca lhe negou no passado, particularmente nesta fase crucial para o seu futuro.

Senhor Primeiro-Ministro,

Agradeço-lhe mais uma vez a sua hospitalidade; pelas conversas que já tivemos a ocasião de manter, estou ciente de que os nossos dois países estão animados do firme propósito de reforçarem o seu entendimento e cooperação nos mais variados domínios. É este o objectivo principal desta minha visita.

Peço a todos que me acompanhem num brinde pelas felicidades pessoais do Primeiro-Ministro Bertie Ahern e pela prosperidade crescente da Irlanda.

MENSAGEM AO PAÍS POR OCASIÃO
DAS ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU
Palácio de Belém
12 de Junho de 1999

Realizam-se amanhã, as eleições para o Parlamento Europeu, no qual todos os países que pertencem à União Europeia estão representados.

No passado, estas eleições têm sido marcadas por uma forte abstenção, em Portugal, tal como na maioria dos Estados da União Europeia. Creio que esse comportamento reflecte, pelo menos em parte, uma certa desvalorização do parlamento Europeu, que não se coaduna com a crescente importância política dessa instituição, cujos poderes se alargaram, significativamente, com o Tratado de Amesterdão. O Parlamento Europeu é a única instituição da União Europeia com uma legitimidade democrática directa. Esse facto sublinha o seu papel na representação da vontade e dos interesses dos cidadãos de todos e cada um dos Estados membros, contribuindo dessa forma para a consolidação da cidadania europeia.

Portugal afirmou-se, desde a primeira hora, como um dos países da primeira linha da União Europeia.

Esse estatuto é de importância decisiva para a defesa dos nossos interesses nacionais e para a nossa projecção internacional, bem como para a modernização da nossa economia e a melhoria das condições de vida de todos os portugueses.

O destino de Portugal é inseparável do destino da Europa.

Por isso, todos os Portugueses devem estar profundamente empenhados na construção da Europa, de uma Europa que é sinónimo da paz, da democracia e do direito.

A eleição dos deputados portugueses ao Parlamento Europeu é um passo importante nesse caminho, uma intervenção política de cada um dos cidadãos portugueses na defesa empenhada do seu futuro na Europa.

A campanha eleitoral mobilizou as principais forças políticas portuguesas com o propósito de apresentar aos eleitores uma pluralidade de estratégias e de programas sobre a evolução europeia.

O voto de cada cidadão representa a sua escolha entre essas alternativas plurais, a sua decisão sobre os Caminhos da União Europeia.

O seu voto é também uma forma de participação política que contribui para pôr em destaque o lugar de Portugal na construção Europeia.

A participação eleitoral reforça a posição dos Estados na União Europeia e, nesse sentido, é um sinal do empenho da comunidade nacional, que tem reflexos positivos na defesa dos interesses portugueses.

A construção europeia é um processo sempre inacabado, que tem agora pela frente novos desafios, incluindo o alargamento da União Europeia às novas democracias da Europa central e oriental, a reforma das suas instituições, a consolidação da moeda única. Estou certo de que o Parlamento Europeu terá responsabilidade crescente nesses processos e na definição das grandes orientações do futuro da Europa. É, pois, importante garantir nessa instituição uma representação portuguesa forte e qualificada.

O exercício do direito de voto é uma expressão fundamental da cidadania.

A indiferença ou o egoísmo pessoais não podem prejudicar a capacidade política da nossa comunidade nacional.

Apelo pois ao voto no Domingo. Votar é importante, para a Europa e para Portugal.

SESSÃO SOLENE NO PARLAMENTO SUÍÇO
(Visita de Estado à Confederação Suíça)
Berna
8 de Setembro de 1999

Quero, em primeiro lugar, agradecer as tão amáveis palavras de boas-vindas que, em nome do Povo suíço, Vossa Excelência me dirigiu e que muito me penhoram.

Gostaria igualmente de expressar os meus agradecimentos pela forma compreensiva e aberta com que as autoridades helvéticas imediatamente aceitaram a alteração do programa da visita, motivada pelos trágicos acontecimentos que nos últimos dias marcaram o processo de transição de Timor-Leste, território com o qual Portugal, por razões históricas sobejamente conhecidas, mantém os mais estreitos laços.

É para mim um prazer e uma honra estar hoje aqui, acompanhado por uma expressiva comitiva, para efectuar uma Visita de Estado que se reveste, para suíços e portugueses, de um importante significado.

A Suíça e Portugal têm mantido, desde há muito, um excelente quadro de relações que assenta num diálogo amistoso e aberto e num entendimento comum sobre um vasto conjunto de matérias de interesse mútuo.

A este bom relacionamento político corresponde um nível igualmente importante de relações económicas, cujas raízes se encontram na tão útil parceria que os nossos dois países mantiveram no quadro da EFTA, organização a que Portugal pertenceu até à sua adesão às então chamadas Comunidades Europeias e onde ensaiou a progressiva abertura da sua economia. Desejamos, na-

turalmente, que estas relações se possam aprofundar cada vez mais, para benefício recíproco.

Acresce que na Suíça vive e trabalha uma significativa comunidade portuguesa, que se integrou, com naturalidade, na sociedade que tão bem a acolheu. Estes compatriotas são, naturalmente, um muito relevante elo de ligação entre os nossos dois países. Na memória dos portugueses permanece também o reconhecimento pela forma solidária como a Suíça acolheu os nossos compatriotas que — como tantos europeus em diferentes períodos da história — aqui buscaram refúgio e as condições que o regime deposto em 1974 lhes negava, para desenvolverem, em liberdade, o seu trabalho e os seus estudos. Alguns desses portugueses acompanham-me nesta visita e são hoje destacadas figuras da nossa vida pública, política e académica. Aqui lhes presto também a minha homenagem.

Portugueses e suíços têm, em suma, muitas e boas razões para ter relações estreitas e amigas. Estou certo que esta visita servirá para as fortalecer.

Senhora Presidente,

Senhora membro do Conselho Federal,

Senhores membros do Conselho Federal,

Comemorámos este ano o 25.º aniversário da revolução de Abril, que reinstaurou a democracia em Portugal. No último quartel deste século, a consolidação da democracia política, a modernização da economia, a abertura da sociedade, transformaram profundamente Portugal.

Somos hoje um país moderno, orgulhoso do seu passado, mas virado para o futuro, fiel às suas raízes, mas aberto ao exterior, ciente dos desafios que ainda o esperam, mas confiante na sua capacidade para os vencer. Essa confiança, para além das vicissitudes e dificuldades do caminho, é, em si mesma, um sinal da nossa mudança.

Os portugueses vivem hoje numa sociedade aberta e disfrutam de um maior bem-estar material, de que gozam em plena liberdade e segurança. A nossa economia desenvolveu-se e internacionalizou-se. Refiro, a título de exemplo, que em 1998, pela primeira vez na nossa história, o investimento português no exterior superou o investimento estrangeiro em Portugal.

A sociedade portuguesa sofreu uma mudança de mentalidade muito significativa que a tornou mais apta para enfrentar os desafios do nosso tempo. Os portugueses são hoje mais exigentes, mais informados, mais interessados em intervir nas escolhas que hão-de moldar o seu futuro colectivo.

A cultura portuguesa floresceu, na literatura, nas artes plásticas, na arquitectura, no cinema e na música e projectou-se internacionalmente.

A nossa voz é respeitada na cena internacional. Somos um país empenhado em contribuir, com os nossos parceiros, para a procura de soluções estáveis e duradouras para os problemas com que se defrontam muitos países e regiões.

Recuperada a democracia, assumimos plenamente a vocação europeia do nosso país. Mau grado as disparidades entre o nosso nível de desenvolvimento e o de muitos dos nossos parceiros, integrámo-nos com naturalidade na Comunidade Europeia, desempenhando um papel activo no seu processo de aprofundamento. O facto de termos conseguido, por mérito próprio, participar na primeira fase da União Económica e Monetária, atesta bem o alcance do caminho já percorrido.

No âmbito da União Europeia, procuramos hoje estender a outros a solidariedade de que beneficiámos. Apoiamos sem hesitações o alargamento da União, tarefa de alcance histórico que, estamos convictos, constituirá um contributo decisivo para o progresso e a estabilidade do nosso Continente.

Findas as guerras coloniais, passámos a participar mais activamente nas tarefas de defesa colectiva da Europa, no âmbito das alianças em que nos inserimos. Quando a OTAN foi chamada a intervir militarmente nos conflitos provocados pela dissolução da Jugoslávia, não regateámos o nosso contributo. Na Bósnia e, mais recentemente, no Kosovo, tropas portuguesas integram as forças da paz da OTAN, prestando um contributo muito válido para a desejada pacificação e estabilidade dos Balcãs.

Sentimos uma especial responsabilidade pelos países irmãos de língua portuguesa, hoje agrupados na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Temos por isso, empreendido todos os esforços no sentido de contribuir para o seu progresso, o seu desenvolvimento e a sua estabilidade. O projecto solidário corporizado pela Comunidade Lusófona tem, de resto, encontrado um eco assinalável na sociedade civil, cujas iniciativas e propostas vêm concorrendo para o dinamizar.

Senhora Presidente,

Senhora membro do Conselho Federal,

Senhores membros do Conselho Federal,

O destino de Timor-Leste e a sorte do seu martirizado povo, estão neste momento na mente e no coração de todos os portugueses, constituindo para nós motivo de profunda preocupação.

Os factos falam por si e dispensam grandes comentários:

- No dia 30 de Agosto de 1999 o povo de Timor-Leste, numa inequívoca demonstração de coragem, determinação e sentido democrático, afluíu massivamente às urnas, escolhendo soberanamente o seu futuro;
- A consulta popular foi considerada justa e livre pelas Nações Unidas, bem como pela própria Indonésia;

- Apurados os resultados, concluiu-se que 78,5% dos timorenses desejavam a independência do seu território, anúncio que foi publicamente efectuado pelo próprio Secretário-Geral das Nações Unidas;
- Na sequência deste anúncio e apesar das garantias de segurança fornecidas pelo Governo indonésio, num total desrespeito pela vontade democraticamente expressa, forças paramilitares lançaram uma campanha orquestrada de terror e destruição em todo Timor-Leste, assassinando e deslocando pela força populações indefesas, saqueando e incendeando casas, incluindo a do Prémio Nobel da Paz, D. Ximenes Belo, obrigando os jornalistas estrangeiros a abandonarem o território, sitiando a sede da Missão das Nações Unidas e intimidando os seus funcionários, atacando igrejas e instituições religiosas e assaltando a delegação do Comité Internacional da Cruz Vermelha.

Senhora Presidente,

Senhora membro do Conselho Federal,

Senhores membros do Conselho Federal,

Será necessário dizer mais para expressar a medida do nosso repúdio e justificar o bem fundado dos veementes apelos e empenhadas diligências que, aos mais diversos níveis e nas mais variadas instâncias, Portugal tem vindo a desenvolver nos últimos dias, para que se ponha rapidamente cobro à enormidade de uma tal situação? Estou certo que a Suíça, país de profundas tradições democráticas e de defesa da Paz e dos Direitos do Homem, saberá bem avaliar a dimensão da enorme tragédia humana que se abate neste momento sobre o corajoso e determinado povo irmão de Timor-Leste, agindo em conformidade.

Portugal, pelo seu lado, lutando contra todas as adversidades, tudo continuará a fazer para que a vontade democraticamente expressa pelos timorenses, para nós sagrada, triunfe e se venha a tornar uma realidade, consubstanciando-se no nascimento do novo Estado de Timor Lorosae.

Madame la Présidente,

Madame membre du Conseil Fédéral,

Messieurs les membres du Conseil Fédéral

Ces dernières années, l'Europe et le monde ont subi des nombreuses et décisives transformations, dont la portée est aujourd'hui encore difficile à évaluer avec rigueur.

Je crois, sincèrement, que les transformations se sont produites dans un sens positif, malgré la turbulence causée dans certaines parties de notre continent.

La conscience s'est généralisée qu'il y a un ensemble de principes et de valeurs, une sorte de grammaire de la démocratie, dont l'application constante et effective constitue une condition essentielle pour l'obtention de la paix, du progrès et du développement, que nous souhaitons pour les Peuples.

Je crois que c'est dans ce sens — et je l'ai dit à plusieurs reprises — que l'Europe devra assumer les responsabilités accrûes en matière de politique mondiale, dans le respect du principe de l'égalité entre les peuples et de leur souveraineté.

Les suisses et les portugais ont, je n'en doute pas, un rôle à jouer dans la construction conjointe d'un monde plus juste, plus équilibré et plus développé, indépendamment des différentes formes d'insertion politique et économique dans l'Europe qu'ils ont choisie ou pourront choisir.

Nous nous sentons particulièrement reconnaissants à l'égard de la Confédération Suisse pour l'aide qu'elle a prêtée aux pays européens, qui, au prix de maints sacrifices, cherchent à

effectuer une transition difficile vers des économies ouvertes et modernes.

Nous nous réjouissons de la participation de la Suisse, ayant statut d'observateur, au Pacte de Stabilité, ainsi que des importantes ressources financières qu'elle a disponibilisée aux fins de reconstruction de la région balkanique.

Il y a également lieu de louer le généreux accueil qui a ici été dispensé aux milliers de réfugiés de la Bosnie et du Kosovo.

Nous apprécions la participation suisse au Partenariat pour la Paix, ainsi que la présence si active au sein de l'OSCE, dont elle a détenu la présidence au moment historique du Sommet de Lisbonne. Je ne peux non plus manquer de vous dire combien nous nous réjouissons du rapprochement progressif entre la Suisse et l'Union Européenne, avec laquelle nous aurons tous deux à gagner parce que nous partageons les mêmes valeurs, ainsi que la même vision du monde. Enfin, je profiterai de cette occasion pour souligner le legs de nombreuses années d'ininterrompu vécu républicain et démocratique de la Confédération Suisse. Le monde qui s'est implanté ici est aujourd'hui respecté par le monde un exemple bien réussi de démocratie participée, décentralisée et effective.

Senhora Presidente,

Ao longo desta visita, teremos oportunidade de conhecer melhor o vosso país e de melhor nos dar a conhecer. Estou certo de que dela sairão reforçados os laços de amizade que nos unem.

A Suíça pode contar com Portugal. Estivemos sempre disponíveis e continuaremos a estar para prosseguir um diálogo sério e rigoroso sobre todas as matérias de interesse comum.

Quero, através de Vossa Excelência, reiterar ao Povo suíço o meu muito sincero agradecimento pelo tão caloroso acolhimento que nos tem dispensado, a mim, a minha mulher e à comitiva que me acompanha.

JANTAR OFERECIDO

PELO CONSELHO FEDERAL SUÍÇO

(Visita de Estado à Confederação Suíça)

Berna

8 de Setembro de 1999

Quero agradecer, antes de mais, a tão cordial hospitalidade que Vossa Excelência nos dispensou, a minha mulher, à comitiva que me acompanha e a mim próprio, desde a nossa chegada a este belo país.

Foi com grato prazer que aceitei o convite que me foi dirigido pelo Conselho Federal para efectuar esta visita; um convite tanto mais honroso quanto é tradição da Confederação Suíça limitar as visitas de Estado que anualmente recebe.

Este é pois um momento simbólico que vem realçar os antigos laços de amizade e entendimento que unem os nossos dois países.

Suíços e portugueses conhecem-se há muito. Somos dois povos que mutuamente se estimam e se respeitam. Percorremos, naturalmente, nos avatares e encruzilhadas da história, diferentes caminhos. E é também nessa diferença, como no que nos é comum, que nos reconhecemos e admiramos.

Ancorado no extremo ocidental da Europa, Portugal esteve, através da sua aventura marítima, na origem do mundo global em que hoje vivemos; abrindo-se, abriu à Europa outros mundos, outros horizontes, outros mercados.

A Suíça, situada na confluência de algumas das mais marcantes culturas do Continente, viveu sempre no cerne das muitas convulsões por que passou a Europa, afirmando uma forte identidade plural, que é uma das suas grandes riquezas.

Os nossos países deram um contributo valioso, de que temos justificado orgulho, para a história e a cultura da Europa. João Calvino, Le Corbusier, Herman Hess, Carl Gustav Jung, como Damião de Góis, Luís de Camões, Henrique, *o Navegador*, e Fernando Pessoa são nomes que, no seu tempo e para além dele, constituem referências incontornáveis da nossa cultura e da nossa história europeia comuns.

O diálogo cultural luso-suíço tem antigas raízes e prolongou-se ao longo dos séculos. Evoco, por exemplo as ligações de Damião de Góis aos humanistas de Basileia, o eco da obra de Madame de Stael em autores da importância da Marquesa de Alorna, Alexandre Herculano ou Almeida Garrett, as leituras educativas que Luís António de Verney fez de autores suíços, os ilustres naturalistas deste país que se fixaram em Portugal na primeira metade deste século, a recepção helvética da obra de Pessoa.

Suíços e portugueses partilhamos uma tradição de abertura e de permeabilidade aos outros. Uma tradição enriquecedora que não é demais valorizar numa altura em que, um pouco por todo o lado, vemos aflorar fenómenos de intolerância, de perseguição, de segregação, que julgávamos pertencerem a um passado que não queremos recuperar.

O generoso acolhimento prestado pela Suíça aos portugueses que aqui se fixaram ao longo dos tempos é um exemplo dessa abertura, que naturalmente muito prezamos.

Senhora Presidente,

Senhores membros do Conselho Federal,

Estamos, suíços e portugueses, activamente empenhados na construção de uma Europa que queremos mais próspera, mais coesa, mais solidária e que desejamos seja também, cada vez mais, um espaço de paz.

São valores e anseios que os nossos povos compartilham, para além das distintas formas de participação política e económica na Europa que cada um legitimamente escolheu.

A grandeza da Europa reside na diversidade de que é feita. A sua vitalidade não pode reconduzir-se a um coro de vozes concordantes, nem se esgota no projecto político e económico da União Europeia, em que Portugal participa activamente.

Queremos uma Europa capaz de fazer face à exclusão social e à marginalização; queremos uma Europa dos cidadãos e não apenas dos consumidores; queremos uma Europa que faça da diversidade cultural e humana uma riqueza; queremos uma Europa aberta ao mundo e com respostas para quantos anseiam por segurança e por progresso; uma Europa cujas fronteiras sejam as da democracia e da liberdade; em suma, queremos uma Europa de paz, que gere e promova a estabilidade e o desenvolvimento e que seja capaz de agir face aos grandes desafios que o presente nos convoca.

Nesta Europa que desejamos e somos seguramente capazes de construir, a Suíça e Portugal têm, não o duvido, muito para dar e muito para receber.

No plano bilateral, mantemos hoje excelentes relações de amizade, sólidas e confiantes, tanto a nível político como económico. Com certeza que é sempre possível fazermos mais e melhor. É também este estímulo e esta vontade que aqui quero deixar. Senhora Presidente,

Senhores Membros do Conselho Federal,

Tenho a lamentar que esta visita, que desejava fosse uma ocasião festiva para os nossos dois países, decorra num momento em que toda a sociedade portuguesa está absorvida pela tragédia que se abateu sobre o povo de Timor-Leste, à qual já tive ocasião de me referir publicamente esta tarde.

Nos encontros que hoje mantivemos, as autoridades suíças tiveram a bondade de me manifestarem a sua solidariedade para com o povo de Timor e a sua compreensão pelos motivos que me levaram a encurtar esta viagem. Queria por isso exprimir-lhes aqui o meu reconhecimento.

Esta é mais uma prova do bom entendimento e da amizade existentes entre os nossos dois países, que esta viagem serviu, sem dúvida, para reforçar.

Estou certo de que os nossos dois países continuarão a encontrar, no futuro, inúmeras ocasiões para aprofundarem os laços de cooperação e entendimento mútuo que os unem. É com esta certeza que aqui viémos e é com esta certeza que daqui partimos. Peço a todos que me acompanhem num brinde pelas felicidades pessoais de Vossa Excelência, dos Senhores membros do Conselho Federal, à prosperidade crescente do Povo suíço, e ao fortalecimento da cooperação entre a Suíça e Portugal.

JANTAR EM HONRA DO REI DOS BELGAS

Palácio Nacional da Ajuda

23 de Novembro de 1999

*M*ajestade,

É para mim uma grande honra e motivo de particular satisfação acolher Vossas Majestades em Portugal. Os nossos dois povos mantêm sólidas relações de amizade que remontam há mais de seis séculos, relações que se foram transformando e enriquecendo ao longo do tempo e que, com a adesão de Portugal à União Europeia, se desenvolveram em novos interesses e desafios comuns.

Em Outubro de 1997, tivemos o grato prazer de acolher em Lisboa, Sua Alteza Real o Príncipe Filipe, em cujo auspicioso enlace matrimonial terei a grande alegria de estar presente dentro de pouco mais de uma semana. É, pois, num momento especialmente feliz para a Bélgica e por consequência, também para Portugal, que Vossas Majestades, com a Vossa Augusta presença em terras portuguesas, selam a forte amizade que une os nossos dois povos e Estados.

As seculares relações entre portugueses e belgas, dizia eu, perdem-se na memória do tempo. Se os laços políticos estabelecidos com a Borgonha, datando dos primórdios do século XV, constituíram um elemento particularmente importante na afirmação da nossa identidade nacional, na Flandres encontrámos um parceiro comercial indispensável no período dos Descobrimentos e beneficiámos mutuamente, em termos culturais e artísticos, do intercâmbio então estabelecido entre os nossos filósofos, pintores e escritores.

No século XIX, soldados belgas combateram em Portugal, pela causa sagrada da liberdade, tal como portugueses, no decurso da Primeira Grande Guerra Mundial, tombaram no Lys, em defesa da integridade da Bélgica.

A revolução de Abril de 1974, que os belgas acompanharam, desde o primeiro momento, com particular interesse, criou as condições para a participação de Portugal no processo de construção europeia, decisiva para o seu futuro e para a sua afirmação no concerto das Nações como país moderno e empreendedor. Não esqueceremos nunca, Majestade, o empenhado apoio prestado pela Bélgica no processo conducente à nossa adesão à então Comunidade Económica Europeia.

As excelentes relações existentes entre ambos os países traduziram-se também, naturalmente, em fluxos humanos. Encontra-se desde há muito radicada em Portugal uma comunidade belga particularmente empreendedora e a partir da segunda metade deste século, estabeleceu-se na Bélgica um número muito significativo de portugueses, que com o seu diversificado labor contribuem para o desenvolvimento do país. Hoje, sobretudo após a nossa adesão às Comunidades Europeias, Bruxelas é para muitos dos nossos compatriotas uma segunda casa.

Finalmente, também a família de Vossa Majestade se encontra ligada a Portugal por laços muito particulares, uma vez que um Príncipe de Saxe-Coburgo Gotha foi casado com uma Rainha portuguesa, deixando no nosso país a marca indelével do seu talento e da sua paixão pelas Arte e Cultura nacionais.

Esta amizade e esta cooperação estreita entre Portugal e a Bélgica, encontram, no projecto europeu que acarinhámos, perspectivas inéditas de aprofundamento e novas convergências de objectivos e interesses.

Majestade,

Portugal exercerá pela segunda vez, no decurso do primeiro semestre do próximo ano, a Presidência da União Europeia. Contamos com a colaboração e cooperação dos países amigos, como a Bélgica, para que venham a ser dados passos positivos no sentido do aprofundamento do processo de integração europeia, empenhados, como estamos, na construção de uma Europa mais forte e unida, que se afirme cada vez mais na cena internacional como um interlocutor incontornável, tanto no plano económico, como político.

Estamos conscientes da complexidade dos múltiplos desafios com que seremos confrontados durante a Presidência. Destes gostaria de destacar, como prioridade, o alargamento da União Europeia, que apoiamos sem hesitar. Trata-se de um desígnio histórico que, estou certo, terá uma importância decisiva na consolidação dos processos de transição democrática dos países da Europa Central e Oriental, permitindo a criação de um novo espaço europeu, mais rico, mais estável e mais abrangente.

O alargamento, indispensável como é, deverá porém efectuar-se em termos realistas, tomando em consideração os méritos próprios de cada candidato e não afectando o grau de integração já conseguido. Caber-nos-á, no próximo semestre, lançar uma nova Conferência Intergovernamental cujo objectivo central será a reforma das instituições, designadamente na perspectiva do alargamento. Estou seguro que a Bélgica e Portugal saberão trabalhar em conjunto de modo a assegurar que os resultados desta Conferência possam lograr os objectivos pretendidos, preservando os equilíbrios entre os Estados-membros de maior e menor dimensão e o princípio da igualdade entre eles.

Estamos também empenhados em reforçar a capacidade da União no domínio da política externa e de defesa. Quer Portugal, quer

a Bélgica, são membros fundadores da Aliança Atlântica, a qual continua a desempenhar um papel decisivo como garante da estabilidade regional e elemento indispensável na arquitectura de segurança europeia. Consideramos no entanto que é necessário desenvolver a Identidade Europeia de Defesa e Segurança, factor acrescido de estabilidade que contribuirá para o reforço de uma componente europeia de defesa, que permita fazer eficientemente face a situações de crise como a do Kosovo.

Queremos reforçar as relações entre a União Europeia e o mundo. Atribuímos particular prioridade ao diálogo com os países Africanos, da América Latina e da margem Sul do Mediterrâneo — a que estamos ligados por tantos vínculos históricos e que, cada vez mais, vêem na Europa um parceiro indispensável.

Atribuímos por fim uma especial importância ao Conselho Europeu Extraordinário sobre o Emprego, Reforma Económica e Coesão Social que terá lugar em Lisboa no próximo mês de Março, com o objectivo de contribuir para a definição de uma estratégia eficaz em matéria de luta contra o desemprego e de promoção de medidas activas de inclusão social.

Majestade,

Portugal goza hoje em todo o mundo de um indiscutível prestígio, que foi granjeando ao longo dos últimos vinte e cinco anos pela coerência e seriedade da sua conduta internacional. Timor-Leste e Macau constituirão porventura paradigmas desta actuação exigente e responsável, que agora começa a produzir os seus frutos.

Se o caminho que conduziu à autodeterminação do povo timorense foi longo e espinhoso, assumindo tantas vezes contornos de tragédia e horror, que os nossos mais empenhados esforços e veementes apelos não conseguiram evitar, é com sentido orgulho que hoje podemos afirmar que a futura independência de Timor-Leste é um dado incontestável.

A reconstrução do território e a edificação do novo Estado independente contam agora com a solidariedade da generalidade da Comunidade Internacional, encontrando-se felizmente na ordem do dia.

Particparei em Macau, a 19 de Dezembro, na cerimónia solene que marcará a acessão daquele território ao estatuto de Região Administrativa Especial da República Popular da China. Portugal orgulha-se do valioso legado que deixa em Macau, bem como do modo exemplar como decorreu o processo de transição do território. Estamos certos que Macau, ao manter a sua especificidade e autonomia, constituirá um precioso elo de ligação entre a China e a União Europeia, para benefício mútuo e desenvolvimento das relações entre ambas as Partes. Ao encerrarmos este ciclo da nossa História fazêmo-lo assim com o sentimento do dever cumprido e com os olhos voltados para o futuro, que se apresenta pleno de potencialidades e desafios.

Majestade,

Belgas e portugueses, partilhamos um mesmo ideal: construir uma Europa mais solidária, mais transparente e democrática, mais próspera e mais coesa; aprofundar a dimensão da cidadania europeia, combater a exclusão e a marginalização, garantir o desenvolvimento económico e social, manter o nosso Continente aberto ao Mundo e às expectativas de todos aqueles que legitimamente anseiam pelo progresso, pela segurança e pela Paz.

A Bélgica e Portugal são hoje dois países europeus orgulhosos da sua História, conscientes da sua contribuição para a cultura e a identidade europeias, ciosos da sua liberdade, tolerantes e abertos ao exterior.

Acredito, Majestade, que as afinidades que nos unem não deixarão de se desenvolver no futuro e que os sólidos laços de cooperação e amizade que unem os nossos dois povos e Estados encon-

trarão novas ocasiões para se reforçarem e aprofundarem. A presença de Vossas Majestades em terras lusas, que muito nos honra, é disso um sinal inequívoco.

Peço-vos que me acompanhem num brinde pela saúde de Suas Majestades o Rei Alberto e a Rainha Paola e de toda a Família Real, muito especialmente, pela felicidade e prosperidade de sua Alteza Real o Príncipe Filipe e da sua noiva e ainda pela amizade entre belgas e portugueses.

JANTAR OFERECIDO EM HONRA
DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA HELÉNICA
Palácio Nacional da Ajuda
2 de Dezembro de 1999

A presença de Vossa Excelência em Portugal é para mim motivo de grande satisfação. Como todos os portugueses, nutro pela Grécia e pela sua história e cultura uma profunda admiração, que remonta aos tempos da minha formação académica.

Aprendi então que na Grécia nasceu a Democracia, por cujos ideais me tenho norteado durante toda a vida; aprendi então que o moderno pensamento ocidental bebe directamente a sua inspiração nos grandes filósofos da Antiguidade Clássica; aprendi então, finalmente, que a Arte atingiu na Grécia Antiga um cume de perfeição inigualável. Em suma, a Grécia e a sua civilização fazem parte de todos nós – sem elas não seríamos o que somos e não pensaríamos como pensamos. «Por isso nos voltamos para a Grécia — não porque ela esteja aureolada pelo mítico prestígio de um passado glorioso — mas porque ela é para nós actualidade e exemplo», escreveu a grande poetisa portuguesa Sophia de Mello Breyner.

A Grécia e Portugal, por outro lado, apesar de se situarem em extremos opostos do Sul da Europa, mantêm, desde há muito, sólidas relações de amizade e de cooperação, a que não serão alheios os inúmeros pontos de contacto existentes entre os dois países: nações de forte vocação marítima e com uma História marcada pelo contacto enriquecedor com outros povos e culturas, ambas se libertaram, quase simultaneamente, de regimes

autoritários limitadores das suas potencialidades e ambas aderiram depois à União Europeia, encontrando ali um novo espaço de afirmação. Hoje em dia pertencemos ao mesmo quadro de alianças militares e económicas e partilhamos solidariamente os mesmos objectivos e valores.

Tudo se conjuga pois, Senhor Presidente, para que a visita de Vossa Excelência a terras lusas se revista de um especial significado para gregos e portugueses.

Excelência,

Portugal assumirá, no primeiro semestre do ano 2000, a Presidência da União Europeia. São grandes os desafios que nos esperam. Tudo faremos para estar à altura deles.

Gostaria de destacar, em primeiro lugar, o alargamento, desígnio histórico que consideramos indispensável para a criação de um novo espaço europeu, mais próspero, mais unido e mais seguro. Portugal e a Grécia conhecem bem, por experiência própria, os benefícios que colheram da sua adesão ao processo de integração europeia. Como negar agora a outros a solidariedade de que beneficiámos? Não obstante, teremos de proceder com rigor e exigência, tomando em consideração os méritos próprios de cada candidato e cuidando de preservar o grau de integração já conseguido.

Congratulamo-nos com a posição conciliatória e de abertura que tem vindo a ser adoptada pela Grécia neste domínio e acompanhamos com interesse e expectativa os desenvolvimentos positivos que, sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas, se têm verificado no sentido da obtenção de uma desejável solução para a questão cipriota.

Caber-nos-á lançar durante a nossa Presidência uma nova Conferência Intergovernamental, cujo objectivo central será a reforma das instituições, designadamente na perspectiva do alargamento. Estou certo que os nossos dois países saberão unir os seus

esforços para que esta Conferência possa, num prazo razoável, lograr os seus propósitos, conferindo às instituições comunitárias maior eficácia, mas preservando, também, os equilíbrios entre os Estados de maior e menor dimensão e o princípio da igualdade entre eles.

Dedicaremos particular atenção às relações externas da União, procurando reforçar o diálogo e a cooperação com os países da margem Sul do Mediterrâneo, de África e da América Latina. O desenvolvimento do diálogo no quadro da área mediterrânica, cuja importância estratégica para a Europa é manifesta, constituirá para nós uma prioridade e a ela dedicaremos várias iniciativas, nomeadamente de índole económica e social.

Participaremos ainda activamente, em estreita cooperação com a Comissão Europeia, na aplicação do Pacto de Estabilidade para o Sueste Europeu. A prevenção dos conflitos, a defesa dos valores que nos são comuns, o desenvolvimento económico e social e o combate à criminalidade organizada, assumem uma importância decisiva para aproximar esta região dos padrões europeus e diminuir os focos de instabilidade que nela persistem. Pelo prestígio e influência que goza, a Grécia continuará certamente a desempenhar neste desígnio um papel fundamental, tal como o fez durante o conflito do Kosovo, mantendo-se solidária com os seus aliados, em circunstâncias particularmente difíceis.

Uma palavra, por fim, para o Conselho Europeu Extraordinário sobre o Emprego, Reforma Económica e Coesão Social, que terá lugar em Lisboa, no próximo mês de Março. Trata-se de uma iniciativa na qual depositamos grandes esperanças, esperando-se que dela possam vir a resultar respostas mais eficazes e inovadoras para as actuais exigências em termos de emprego e inclusão social.

O processo de integração europeia é complexo e exigente. Requer por vezes dos seus participantes sacrifícios imediatos, que o

esforço comum e o avanço da União tornam indispensáveis, mas que, a longo prazo, são compensados pelos níveis de prosperidade alcançados. Saudamos os corajosos esforços empreendidos pelo Governo grego para atingir os critérios de convergência de Maastricht e esperamos sinceramente poder contar, a breve trecho, com a participação da Grécia no Euro.

Senhor Presidente,

Do ponto de vista político as relações bilaterais entre Portugal e a Grécia atingiram já um nível de excelência, o que constitui para nós motivo da maior satisfação e orgulho. Porém, do ponto de vista económico e cultural, muitas são ainda as potencialidades a explorar, para benefício mútuo e enriquecimento de ambas as Partes. A visita de Vossa Excelência ao nosso país, coincide simbolicamente com a ocorrência de alguns factos encorajadores neste domínio. Refiro-me, em particular, à assinatura, que terá amanhã lugar, de um Acordo para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal, instrumento fundamental para o aprofundamento das relações económicas entre os dois países, bem como à constituição de uma parceria entre empresas gregas e portuguesas, iniciativa inédita que naturalmente seguimos com interesse e expectativa.

Estou pois certo, Senhor Presidente, que, também nas vertentes económica e cultural, as relações entre os nossos dois países não deixarão de estreitar-se, dando assim corpo às vontades que, nesse sentido, da parte de gregos e portugueses, se têm vindo crescentemente a afirmar.

Excelência,

Na Grécia, Portugal encontra um país amigo e solidário, com que sabe poder contar nos momentos difíceis, na base de uma confiança recíproca, que se tem vindo a consolidar ao longo de anos de convivência comum nos mais diversos *fora* internacionais.

Quero aqui, neste âmbito, manifestar muito particularmente o meu apreço pelo corajoso e constante apoio desde sempre prestado pela Grécia à causa do povo de Timor-Leste, o qual, após décadas de uma luta tenaz e à custa de indizíveis sacrifícios, começa finalmente agora a ver realizados os seus mais nobres desígnios.

A pouco mais de quinze dias da cerimónia que marcará a acessão de Macau ao estatuto de Região Administrativa Especial da República Popular da China, não poderia naturalmente deixar de me referir ao processo de transição daquele território, tão intimamente ligado a Portugal. Deixamos em Macau, Senhor Presidente, não um testemunho morto do passado, mas antes um legado dinâmico e voltado para o futuro. Estou seguro que Macau funcionará como um importante elo de ligação entre a República Popular da China e a União Europeia, aproximando assim da Europa aquele vastíssimo e rico país. No próximo dia 19, mais do que a encerrar um ciclo histórico, estaremos pois a iniciar uma nova e promissora era, o que constitui para nós motivo de particular orgulho e emoção.

Senhor Presidente,

A presença de Vossa Excelência em Portugal, que muito nos honra, espelha bem a solidez da amizade que liga os nossos dois povos e Estados. Estou seguro que, unidos pelos mesmos ideais de uma Europa mais solidária e democrática, mais próspera e coesa, continuaremos a aprofundar a nossa amizade e a desenvolver e reforçar os fortes laços de cooperação existentes entre a Grécia e Portugal.

Peço-vos que me acompanhem num brinde pela saúde de Sua Excelência o Presidente Stephanopoulos, pela amizade entre gregos e portugueses e pelo progresso e desenvolvimento das relações entre os nossos dois povos e Estados.

JANTAR OFERECIDO
PELO PRESIDENTE DA ROMÉLIA
(Visita de Estado à Roménia)
Bucareste
4 de Março de 2000

Senhor Presidente,
Senhora Constantinescu,
Minhas senhoras e meus senhores,
Agradeço-lhe, em primeiro lugar, as palavras amáveis que teve para com Portugal e a recepção tão calorosa que nos tem dispensado, a mim, a minha mulher e a toda a comitiva que me acompanha. É para mim um prazer e uma honra efectuar esta Visita de Estado à Roménia, testemunho da amizade e confiança existentes entre os nossos dois países, do vigor e potencial das nossas relações, e da nossa vontade e interesse mútuos em as desenvolver.

Portugueses e romenos partilhamos uma matriz histórica e cultural comum, que remonta aos primórdios da civilização europeia. Latinos do oriente, os romenos são um povo de fronteira que, ao longo dos tempos, assegurou o contacto entre vários mundos, delimitando a Europa da Ásia, mantendo o diálogo entre o Oriente e o Ocidente. Guardiã do oitavo mar da Europa, como também assim é conhecido o Danúbio, porque dele detém as embocaduras, a antiga Dácia foi e será um ancoradouro da Europa, que sofreu no correr dos séculos os embates próprios de tempos conturbados, que conheceu as vicissitudes da história, alternando combate e resistência, vitórias e derrotas, na afirmação perene da sua pertença ao mundo geopolítico europeu.

Se a latinidade é factor óbvio de aproximação entre portugueses e romenos, Portugal e a Roménia cumpriram, outrossim, funções e destinos similares em termos de geoestratégia; territórios de confins, debruçados sobre espaços marítimos, situados na clivagem de duas civilizações milenares, cuja coexistência nem sempre foi pacífica, mas também constituindo a orla da confluência de culturas, em diálogo.

O período extremamente fecundo que estamos actualmente a viver, com a construção de uma nova Europa, tem alicerces nesta história comum, nos desafios que soubemos enfrentar, nas lutas que travámos, nas experiências, umas negativas, outras positivas, que acumulámos. Estamos agora a colher os frutos dos ensinamentos, amadurecidos nos erros que cometemos. Estamos agora a edificar, com todo o empenho, uma Europa nova, criadora de uma dinâmica renovada, garante de uma solidariedade acrescida, na defesa de valores e ideais comuns.

Desde que a Roménia iniciou a sua complexa transição para a democracia, facilmente se estabeleceu entre nós uma corrente de simpatia recíproca que se tem traduzido num gradual aprofundamento das nossas relações e em múltiplas expressões de solidariedade política. A opção da Roménia pela integração nas estruturas euro-atlânticas, garantidas da estabilidade do nosso continente, mereceu sempre o nosso apoio firme e sem hesitações.

Congratulo-me por conseguinte, pelo facto desta visita ocorrer num momento histórico para a Roménia, poucos dias depois de terem sido oficialmente iniciadas as negociações para a sua adesão à União Europeia, a que temos neste momento, o privilégio de presidir.

Não menosprezamos as dificuldades que a Roménia terá de ultrapassar para concluir as negociações de adesão. Tão pouco ignoramos os sacrifícios e o sofrimento a que muitos romenos têm

sido obrigados no percurso, tantas vezes árduo, para o estado de direito e a economia de mercado. Mas quero aqui exprimir um voto de confiança na capacidade da Roménia para vencer essas dificuldades e transmitir uma mensagem de esperança e de apoio para o futuro.

Senhor Presidente,

Também nós fomos candidatos e sabemos quão laboriosas são as negociações de adesão. Também nós atravessámos um período de transição democrática que, amiúde, nos pareceu longo; às nossas gentes foram pedidos sacrifícios momentâneos, empenhámos, por vezes, a facilidade de um presente sem devir em nome de um investimento, seguro, no futuro. Instámos à mudança, fomentámos a adaptação de mentalidades, imprimimos um dinamismo renovado à existência colectiva. Aplicámos programas de reformas, apostámos na modernização do país, superámos os efeitos nefastos de um isolamento que teimou em se prolongar no tempo. Posso garantir-lhe que colhemos os dividendos deste empreendimento, afirmo com orgulho que a nossa integração é história de sucesso. Digo-o sem modéstia e com algum ênfase porque, para os novos candidatos, é este exemplo factor de esperança.

Apoiamos o alargamento, em primeiro lugar, por dever de coerência: não podemos, nem queremos, negar a outros a solidariedade de que beneficiámos.

Apoiamos o alargamento, em segundo lugar, por considerarmos que ele é do interesse geral. Estamos firmemente convencidos que trará maior estabilidade à Europa, mais crescimento económico, mais confiança, mais largas perspectivas de futuro à União.

Mas fazêmo-lo, acima de tudo, por convicção, porque acreditamos numa Europa livre, aberta e unida, num projecto que é

político, baseado na consolidação de uma comunidade de valores e de um destino comum de paz, solidariedade, progresso e liberdade, de que nenhum país europeu pode, *a priori*, ser excluído. O alargamento da União Europeia é dever indeclinável e tarefa de alcance histórico. Mais de uma década depois do início da transição democrática na Europa Central e Oriental, o alargamento deve ser o grande projecto mobilizador da União Europeia, capaz de lhe dar um novo sentido e uma nova dinâmica no limiar do século XXI.

O horizonte de esperança não pode ser negado, nem indefinidamente adiado. Tem de ser renovado pelo exemplo e alimentado pelo estímulo que o exemplo constitui.

Não abdicamos, todavia, de honrar o princípio de abertura da União a novos candidatos com base no critério do mérito de cada um — na respectiva capacidade para absorver e aplicar o acervo comunitário e, acima de tudo, para respeitar e promover os valores fundamentais nos quais a União Europeia se baseia. Estaríamos, de outro modo, a comprometer a integridade do projecto europeu.

Todos estamos conscientes que o alargamento exigirá adaptações das instituições comunitárias, que estão neste momento em discussão no âmbito da Conferência Intergovernamental. É nosso objectivo concluir essas negociações até ao final do corrente ano. Esperamos que o processo do alargamento constitua um estímulo ao aprofundamento do processo de integração, mas não queremos que fique refém da reforma institucional. No âmbito do nosso exercício da Presidência da União, coube-nos lançar esta Conferência. Tomámos a iniciativa de consultar os países candidatos sobre os temas em discussão. Felicitamo-nos pela prontidão com que a Roménia respondeu ao nosso convite e tomamos boa nota das suas posições.

Senhor Presidente,

Infelizmente, nesta Europa assente na democracia, no respeito pelos direitos humanos e no Estado de direito, que estamos a construir, continuam a aflorar fenómenos de intolerância, xenofobia e nacionalismo exacerbado que não podemos tolerar. Mesmo as democracias mais sólidas não estão imunes a estes fenómenos. Devemos por isso manter-nos vigilantes e reagir prontamente sob pena de aqueles se agravarem.

Não nos assiste o direito à indiferença quando os princípios da democracia e o respeito pelos direitos humanos são postos em causa ou abertamente violados. O Kosovo e a Bósnia são exemplos vivos do que pode suceder quando se deixam alastrar ódios e ressentimentos étnicos que acabam por degenerar em violência. Todos avaliamos a magnitude dos desafios que temos pela frente para habilitar essas sociedades devastadas pela guerra a encontrar o caminho da paz, do progresso e da reconciliação. Apesar destas dificuldades, a União Europeia está firmemente empenhada em contribuir para a construção de um futuro de paz e prosperidade nos Balcãs, dando aos países da região perspectivas de desenvolvimento, assistindo na reconstrução, pondo ao seu dispor a sua experiência e conhecimentos. Mas sem o envolvimento dos seus habitantes, sem a sua participação e cooperação mútua, serão esforços vãos de efeitos efémeros. Nas horas mais difíceis, a Roménia soube abdicar dos seus interesses mais imediatos, para dar inteiro apoio aos esforços da União Europeia e da NATO. Sabemos que o preço deste gesto de solidariedade, de valor inestimável, foi elevado. Também a sua participação no Pacto de Estabilidade tem sido essencial, sendo de elementar justiça reconhecer a contribuição decisiva da Roménia em prol da paz e da estabilidade na região.

Senhor Presidente,

Esta visita é também ocasião para fazermos um balanço das nossas relações bilaterais e projectá-las no futuro. Podemos verificar que, na última década, elas se têm desenvolvido a bom ritmo. Dispomos de um quadro contratual consolidado e bastante completo. Resta agora concretizar as suas potencialidades.

Na área cultural, domínio onde a Roménia tem tantas tradições — basta aqui recordar, por exemplo, os nomes de Mircea Eliade que, nos anos quarenta, residiu alguns anos em Lisboa, Tristan Tzara, Ionesco que tive o prazer de conhecer ou Cioran — podemos constatar, com satisfação, assinaláveis progressos. No âmbito desta visita, será assinado um protocolo estabelecendo um Centro de Língua Portuguesa na Universidade de Bucareste, que constituirá por certo um incentivo à mais ampla divulgação da cultura e da língua portuguesa na Roménia. Amanhã, na companhia, que muito me honra, de Vossa Excelência, terei também ocasião de proceder ao encerramento do colóquio sobre «Os poetas portugueses e a Europa», mais um exemplo da vitalidade do nosso intercâmbio nesta área.

Registamos, todavia, que a crescente proximidade das nossas relações — de que a área da defesa constitui outro exemplo — não se traduziu ainda num desenvolvimento substancial do nosso intercâmbio económico. As trocas comerciais entre os dois países continuam a ser incipientes e pouco consolidadas e os fluxos de investimento praticamente inexistentes, apesar de alguns indícios promissores. Está em fase adiantada de execução um projecto conjunto destinado a promover junto dos operadores económicos portugueses o conhecimento das potencialidades do mercado romeno emergente. Estão aqui presentes, como meus convidados pessoais, vários empresários, representantes das associações empresariais e responsáveis do Instituto de Comércio Externo Por-

tuguês que se têm empenhado no mercado romeno. Defrontando-se por vezes com dificuldades inesperadas, mantêm a sua aposta no futuro deste país. Estou certo que esta visita contribuirá para reforçar o seu empenho e os ajudará a concretizar alguns dos seus projectos.

Senhor Presidente,

Esta Visita de Estado é ocasião para aprofundarmos o nosso conhecimento mútuo, fomentarmos o desenvolvimento das nossas relações, cimentarmos a nossa solidariedade e afirmarmos a nossa vocação europeia comum. É também ocasião para reiterarmos o nosso apoio aos esforços da Roménia — que Vossa Excelência, melhor do que ninguém, tem protagonizado — para consolidar a democracia, reestruturar a economia, modernizar a administração e assegurar ao povo romeno o futuro de liberdade e prosperidade que durante tanto tempo lhe foi negado.

Peço a todos que me acompanhem num brinde pelas felicidades pessoais do Presidente e da Senhora Constantinescu, pelo progresso da Roménia e por uma Europa cada vez mais unida e solidária.

CAPÍTULO XIV

COMUNIDADE
DOS PAÍSES
DE LÍNGUA
PORTUGUESA

«A língua portuguesa é um património de todos os que a falam e que a enriquecem, diariamente, com a diferença das suas histórias, situações geográficas, visões do Mundo, experiências, características próprias.»

JANTAR EM HONRA DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE
Palácio Nacional da Ajuda
20 de Abril de 1999

Tenho o prazer e o privilégio de, em nome do Povo Português, exprimir quanto nos congratulamos com a presença de Vossa Excelência entre nós.

Presença que, desde logo, significa o reafirmar dos laços fraternos que unem os nossos dois povos e países, numa relação que, mergulhando no Passado, sabe ter no Futuro o seu destino.

Presença que, coincidindo com as comemorações do quarto de século da alvorada libertadora do 25 de Abril — a que Vossa Excelência nos concede a honra de assistir — assume, na linguagem necessariamente simbólica que enforma as Visitas de Estado, o claro reiterar de um reencontro, por vontade própria, entre dois Estados livres e soberanos.

Presença que, no complexo e conturbado Mundo em que vivemos, traduz a excelência de um relacionamento bilateral, que, em gratificantes palavras proferidas por Vossa Excelência, representa um caso exemplar para a Humanidade.

Entre Portugal e Moçambique, com efeito, os laços de solidariedade que exprimimos na mesma língua não são meras palavras de circunstância. São laços que se consubstanciam num permanente reforço da cooperação bilateral a todos os níveis — político, institucional, económico e cultural — e que se reflectem, quer na multiplicidade dos contactos entre os mais diversos sectores das nossas sociedades, como na frequência das visitas entre autoridades e governantes de ambos os nossos países.

Para além das importantes visitas levadas a cabo a Moçambique por Suas Excelências o Presidente da Assembleia da República e pelo Primeiro-Ministro de Portugal, respectivamente em Abril e Outubro do ano passado, não posso aqui deixar de evocar a Visita de Estado que efectuei em Maio de 1997 e da qual guardo as mais comovidas recordações.

Em nome de minha Mulher e em meu próprio nome, quero uma vez mais testemunhar à Excelentíssima Senhora D. Marcelina Chissano e a Vossa Excelência o nosso profundo apreço pela hospitalidade e calor humano com que as Autoridades e o Povo Moçambicano nos receberam, assim como pela forma cativante como Vossas Excelências nos cumularam de atenções.

Senhor Presidente,

O empenho de Portugal no progresso e desenvolvimento de Moçambique está patente no esforço que levamos a cabo no sentido de incrementar a nossa cooperação bilateral. Cooperação que, privilegiando o apoio técnico e a formação humana, e norteando-se pelo reforço das capacidades institucionais e pela promoção dos valores da democracia e do Estado de Direito, continuará sempre a pautar-se pelo mais estrito respeito pela identidade histórica e cultural de cada um dos nossos países. Congratulamo-nos com o facto de que a nossa cooperação bilateral esteja a incidir num cada vez mais alargado campo de actuação, sendo porventura de destacar, na vertente cultural e linguística, a criação de Centros de Língua Portuguesa em Universidades Moçambicanas, o arranque de numerosas escolas e o alargamento da cobertura das emissões de rádio e de televisão. Igualmente nos congratulamos com o crescimento que se verifica numa outra área de particular relevância para o desenvolvimento sustentado de Moçambique: a da cooperação empresarial, sobretudo a do sector privado. Como já uma vez tive a ocasião de

referir, importará aqui, tanto a nível oficial, como a nível privado, procurar sempre observar os mais rigorosos padrões éticos de comportamento, nomeadamente nas relações laborais, privilegiando a formação profissional dos moçambicanos como prioridade associada a qualquer investimento ou acção de cooperação. O facto de Portugal ser hoje em dia um dos principais investidores externos em Moçambique, constitui uma cabal demonstração da confiança interiorizada pela sociedade portuguesa na estabilidade política e social do país, assim como na solidez das suas instituições livremente eleitas. Isso, acima de tudo, é mérito dos próprios moçambicanos! E se é verdade que a nossa cooperação bilateral pode efectivamente ser considerada como modelar, verdade é também que Moçambique, ele próprio, constitui um exemplo cada vez mais reconhecido pelo conjunto da Comunidade Internacional! Exemplo, na determinação com que todos os moçambicanos souberam trilhar e prosseguir os caminhos da paz e da reconciliação nacional!

Exemplo, na sua colectiva procura dos indispensáveis consensos para a estabilidade política e para a consolidação da democracia pluripartidária!

Exemplo, no persistente esforço dedicado ao desenvolvimento económico e à melhoria das condições de vida das populações! Senhor Presidente,

A eleição de Moçambique para a «Iniciativa de Alívio de Dívida» corrobora a confiança que a Comunidade Internacional deposita no desempenho económico do país.

Idêntica confiança, mas agora relativamente ao edifício institucional do país, reflecte-se no apoio concedido pela Comunidade Internacional, designadamente pela União Europeia, à preparação das próximas eleições gerais. Apoio tanto mais merecido quanto é certo que — hoje — com o amadurecimento da sua

vivência democrática — tal como ontem — com o sucesso do processo de paz, Moçambique se tornou efectivamente num exemplo que o Mundo muito valoriza, e que a África em particular, só terá a ganhar em ter sempre presente.

Com efeito, tendo corajosamente interiorizado as lições amargas de um passado recente em que a luta fratricida se sobrepunha ao entendimento e ao diálogo, Moçambique acumulou um inestimável capital de experiência e de sabedoria. Daí o respeito com que é hoje encarado a nível internacional, e o crescente papel a que é chamado a desempenhar, designadamente no contexto regional em que se insere.

Senhor Presidente,

Moçambique e Portugal partilham a mesma convicção de que a paz é um bem insubstituível, sem o qual o desenvolvimento e o bem-estar económico nunca passarão de uma miragem eternamente adiada. Os conflitos de carácter étnico e as tragédias humanitárias que ensombram o continente africano e, agora, também o europeu, aí estão para o comprovar. Igualmente partilhamos a convicção de que a via do diálogo deverá ser sempre o caminho a privilegiar na procura da solução dos conflitos.

Gostaria aqui de mencionar a forma eficaz e empenhada como, no contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, os nossos dois países contribuíram para a superação pacífica da crise em que se debateu a Guiné-Bissau e para a qual confiamos ter-se encontrado a definitiva resolução através do acordo que conduziu à formação do Governo de Unidade Nacional.

Ao conjugar os seus esforços no âmbito das diligências levadas a cabo no contexto regional da África Ocidental, a CPLP demonstrou não prosseguir quaisquer propósitos de protagonismo, norteando-se tão somente pelos princípios de solidariedade e cooperação consagrados no seu Acto Constitutivo.

Apraz-me igualmente salientar os resultados alcançados pela nossa Comunidade aquando da Cimeira reunida o ano passado em Cabo Verde, a qual deu um importante contributo para o reforço da projecção da CPLP na cena internacional, assim como nos diversos agrupamentos regionais em que se inserem cada um dos nossos países. Por sua vez, a 3.^a Cimeira da CPLP, a realizar-se no próximo ano em Maputo, irá seguramente conferir um adicional impulso à vitalidade e coesão da nossa Comunidade. Uma Comunidade que pretendemos cada vez mais activa e dinâmica no sentido do reforço da cooperação e solidariedade entre os povos e países que a integram, não num prisma de evocação do passado, mas sim com os olhos postos no futuro.

Mas não posso, neste momento, deixar de manifestar a preocupação que nos suscita a situação que se vive em Angola, preocupação tanto mais intensa quanto é certo que se avolumam os sinais que apontam para a sua envolvimento por uma vasta e perigosa crise regional.

O drama de Angola não se compadece com tergiversações. Nem o sofrimento das suas populações inocentes merece o esquecimento da Comunidade Internacional que, de resto, já tanto investiu na procura da resolução do conflito angolano.

Pelo contrário; temos todos e cada um de nós o estrito dever de demonstrar a nossa solidariedade para com o povo angolano, não permitindo que prevaleça o sistemático desrespeito das resoluções do Conselho de Segurança e a permanente violação dos acordos livremente aceites. Devemos simultaneamente assegurar que não se desperdice nenhuma tentativa nem nenhuma oportunidade para que seja alcançada a paz e a definitiva reconciliação da família angolana.

Conforta-me a ideia de que os nossos dois países, nesta, como em tantas outras matérias, fazem uma idêntica leitura da situação.

Como idêntica é a leitura que fazemos relativamente à questão de Timor-Leste, cujo povo, tenaz e heroicamente, luta há mais de vinte anos pela sua liberdade.

Mau grado alguns sinais positivos de mudança na Indonésia, o Povo de Timor-Leste continua a ser alvo de sangrentas perseguições, como mais uma vez ficou demonstrado com os bárbaros massacres perpetrados em Díli e Liquiçá.

A deliberada onda de violência que avassala Timor-Leste tem como objectivo, não apenas instalar um clima de terror e de intimidação naquele território, como também prejudicar os esforços que estão a ser envidados para se concluir um acordo no quadro das conversações tripartidas que decorrem sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas.

Quero daqui lançar um veemente apelo a todos os que, como Vossa Excelência, sempre demonstraram o seu profundo apego à causa de Timor-Leste e compartilham dos valores da Liberdade e do Direito, para que, com redobrado ânimo e determinação, empenhem o melhor dos seus esforços e das suas capacidades no apoio e solidariedade para com o povo mártir de Timor-Leste. Senhor Presidente,

O 25 de Abril em Portugal e a independência de Moçambique — independência para a qual Vossa Excelência tão persistentemente lutou — são acontecimentos históricos que, para além de tudo mais, permitiram que ambos os nossos países encontrassem novas formas de inserção nos espaços regionais em que, naturalmente, se integram.

Através da sua adesão à União Europeia — para cujo processo de construção e aprofundamento tem activamente contribuído — Portugal reencontrou a Europa a que sempre pertenceu, tendo nos últimos anos beneficiado de uma acelerada dinâmica de progresso económico e social.

Moçambique, por sua vez, usufrui no âmbito do SADC — de que Vossa Excelência é Vice-Presidente — de um vasto e importante espaço de cooperação regional.

Por outro lado, ciente de que os conflitos em África são o trágico resultado de profundas carências políticas, económicas e sociais, Portugal protagonizou a iniciativa de uma Cimeira entre a União Europeia e a África, cimeira essa que se irá concretizar no primeiro semestre do próximo ano, por ocasião da Presidência Portuguesa.

Desde a primeira hora, Moçambique foi receptivo à ideia da realização daquele importante evento, encarando-o, tal como nós o fazemos, como uma oportunidade privilegiada para se estabelecer um diálogo político ao mais alto nível em matérias de interesse comum, e para se lançarem as bases de uma parceria mais efectiva e consistente entre os dois continentes.

Senhor Presidente,

Quero terminar esta intervenção, reiterando as boas-vindas a Vossa Excelência, saudações que, naturalmente, são extensivas à ilustre comitiva que o acompanha.

Comitiva que, de resto, muito nos gratifica por integrar tão relevantes personalidades dos mais diversos sectores da sociedade moçambicana: governantes, parlamentares, escritores, artistas, empresários, técnicos, mulheres e homens da política, da cultura, da ciência, do jornalismo e do desporto. A todos dirijo as nossas mais amigas e sinceras saudações de boas-vindas, e a todos peço que se sintam no Portugal de hoje como em vossa própria casa.

Permita-me ainda — Senhor Presidente — que aproveite esta oportunidade para daqui lançar um repto e um apelo a todos os presentes — quer moçambicanos, como portugueses — para que nunca se contentem com o que já está feito, e para que, pelo

contrário, pugnem sempre no sentido de se ir mais longe no fortalecimento dos laços de cooperação e de fraternidade entre os nossos dois povos e países.

Peço a todos que me acompanhem num brinde pelas felicidades pessoais de Sua Excelência o Presidente da República de Moçambique e da Excelentíssima Senhora D. Marcelina Chissano, pela prosperidade de Moçambique e pela perene e fraterna amizade entre os nossos dois povos.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO CONGRESSO
PORTUGAL-BRASIL ANO 2000

Lisboa

18 de Junho de 1999

É com o maior prazer que me associo à louvável iniciativa de realização deste Congresso, que ao longo das suas diversas sessões se ocupará de um tão vasto leque de temáticas.

A sua realização insere-se no conjunto de efemérides que de um lado e do outro do Atlântico, em conjunto ou de forma autónoma, Brasil e Portugal programaram para comemorar os 500 anos da Descoberta do território que viria a ser o Estado do Brasil.

Compreendi esta iniciativa como um projecto virado para o futuro e por isso a ela quis dar o testemunho do meu interesse e empenho acompanhando o projecto desde que o Sr. Professor Ernani Lopes me o apresentou até à minha presença hoje aqui. Espero que o conhecimento recíproco, as experiências, os conhecimentos e os contactos que este vasto Congresso permite possam servir, ao longo deste ano de trabalhos, de base quer ao reforço da cooperação técnico-científica entre os dois países — e que é já muito grande, devo sublinhar — quer ao desenvolvimento regular de iniciativas deste tipo que permitam, de tantos em tantos anos, fazer balanços sectoriais desse relacionamento. E se algum desejo posso fazer é o de que se pense conjuntamente em promover uma iniciativa idêntica para as áreas das ciências exactas e das novas tecnologias.

Faço votos de que as sessões que se seguirão ao longo de um ano, em ambos os países, correspondam plenamente às expectativas

criadas e que dos seus trabalhos resulte um contributo valioso para as comunidades científicas que tão entusiasticamente responderam a esta iniciativa.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Tive a honra e o privilégio de ter sido convidado em 1997 pelo Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso para com ele comemorar, em Brasília o 7 de Setembro, Dia Nacional do Brasil. Esse convite pleno de simbolismo, essa inesquecível e comovente cerimónia ficará, talvez, como o mais importante acto de comemoração conjunta dos 500 anos de história que celebramos. Nesse dia, os dois presidentes, testemunharam aos dois países que o passado serve de elo da memória comum, mas que só um relacionamento moderno, liberto de preconceitos, baseado no presente e virado para o futuro, pode assegurar a vitalidade das relações, que se querem perenes, entre os dois países.

Estas comemorações devem representar, por isso, acima de tudo, a oportunidade que nos é oferecida para nos redescobrirmos reciprocamente.

Para divulgar em Portugal a realidade pujante e fascinante que é o Brasil moderno e que por vezes é tão pouco conhecida dos Portugueses. E, naturalmente, a oportunidade para dar também a conhecer no Brasil o Portugal moderno, este país europeu, pequeno — pequeníssimo para a dimensão brasileira — e distante, mas que conquistou hoje uma tão importante posição no *ranking* do investimento externo no Brasil e, também, na diversidade das suas responsabilidades na cena internacional.

Este «achamento» recíproco dos dois países tem vindo a acontecer de forma acelerada nos últimos anos e é importante aproveitar esta dinâmica comemorativista para o aprofundar.

Para a história deve olhar-se através do olhar do presente. E não deixar que a história se auto-imponha com perspectivas fixistas e

imutáveis do que cada um dos povos foi individualmente ou na sua relação histórica. É esse olhar liberto e moderno que permite alijar a carga inútil dos estereótipos que, com razão ou não, pouco importa, ao longo da história fomos criando uns dos outros. Nós, os que temos a responsabilidade de comemorar estes 500 anos, não temos nenhum fardo do passado a carregar. Sentimos, e temos orgulho em sentir, a responsabilidade de poder fazer um pouco de história ao contribuir para fortalecer o conhecimento sobre as modernas realidades dos nossos países.

Quinhentos anos são muitos anos em comum. Qualquer que seja a leitura que hoje se faça desse longo período histórico, a sua duração impõe-se por si própria como um facto histórico notável.

Para Portugal é um motivo de enorme prazer que o Brasil tenha hoje gosto em associar Portugal às suas Comemorações dos 500 anos.

Uns e outros olhamos para esse meio milénio de forma diferente e por isso, naturalmente, o comemoraremos também de forma diferente. Cada um procurando os meios que em cada país melhor possa dar uma dimensão nacional e popular a essas celebrações.

O comemorativismo tem, normalmente, muita liturgia e pouca ligação às pessoas. É preciso ser menos formal e procurar atingir mais as populações, levá-las a compreender a importância de que hoje se reveste a nossa relação e, se possível, através disso, dar-lhes a conhecer um pouco da nossa história comum.

Para isso, temos ao nosso dispor instrumentos poderosos. Em primeiro lugar, a língua, esta lindíssima língua comum em que todos nos exprimimos e em que nos entendemos, mesmo quando no Brasil nos dizem que o nosso português tem um «sotaque saboroso».

Temos, depois, duas culturas riquíssimas, desde a mais erudita à mais popular, da música à literatura ou às artes plásticas e para a qual existe, em ambos os países, uma enorme curiosidade e apetência.

Temos ainda esse património valiosíssimo que é o facto de pertencermos a espaços económicos diversos — a União Europeia e o Mercosul — mas que cada vez mais procuraram estreitar relações e criar complementaridade.

Temos tudo, enfim, para podermos fazer destas Comemorações dos 500 anos da Descoberta do Brasil um momento de aposta forte no futuro do nosso relacionamento e para fazer das efemérides um momento de contacto vibrante entre os dois países, um momento de festa, alegre e popular. É que, não é apenas importante que os dois Estados cooperem com maior intensidade. É muito importante que os dois povos se conheçam melhor e se sintam mais próximos.

Felicidades para os vossos trabalhos futuros.

MENSAGEM AO VI CONGRESSO INTERNACIONAL
DE LUSITANISTAS
Julho de 1999

O VI Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas constitui um grande acontecimento da lusofonia e é um importante factor de reforço dos laços entre todos os que falam, estudam, amam e cultivam a língua portuguesa, as culturas e as literaturas que nela se expressam.

Realizado neste tempo de passagem para o novo século, é ainda uma boa ocasião para se proceder a um balanço crítico e prospectivo sobre o que se fez e o que não se fez, sobre o que falta fazer e tem de ser feito.

Como tenho dito, uma política de língua, activa e de largo alcance, é hoje um instrumento fundamental de afirmação e de projecção no Mundo, em todos os planos, dos nossos países, povos e comunidades.

A globalização não pode significar uniformização linguística e hegemonia cultural. Temos de saber preservar a diversidade, o pluralismo, a variedade como uma riqueza insubstituível e uma marca da condição humana.

A língua portuguesa é um património de todos os que a falam e que a enriquecem, diariamente, com a diferença das suas histórias, situações geográficas, visões do Mundo, experiências, características próprias.

Ao realizar-se este Congresso no Brasil sublinhamos a relevância, em peso demográfico e em virtualidade cultural, deste grande país, na altura em que vamos comemorar os 500 anos da chega-

da dos portugueses, esse acontecimento único das nossas histórias, que hoje analisamos, preferindo o rigor à retórica, o que em nada diminui, antes a lança em bases mais sólidas, a sua projecção nos nossos futuros.

Seja-me permitido lembrar, neste momento, o povo de Timor-Leste que faz parte da nossa comunidade linguística e que espera agora poder, em condições de tranquilidade, segurança, liberdade e paz escolher o seu destino.

Quero manifestar a todos vós, reunidos em nome da língua que falamos, a nossa vontade de aprofundarmos os vínculos que fortalecem uma comunidade linguística viva e forte.

Aos que, em universidades de todos os continentes, fazem do português o objecto do seu trabalho e da sua actividade pedagógica, por vezes, com dificuldades e carências que são conhecidas, testemunho o meu reconhecimento afectuoso.

Com uma história riquíssima, falada por duzentos milhões de seres humanos, a nossa língua viu, este ano, um escritor que tanto a tem prestigiado ser distinguido com o prémio Nobel da Literatura.

Ao solicitar a José Saramago que me represente neste Congresso, renovo-lhe a homenagem que sei também ser a vossa e peço-lhe que vos leve a minha calorosa mensagem de saudação a todos os presentes, de felicitações aos organizadores e de confiança no futuro da língua portuguesa como instrumento de comunicação e de criação, como projecto e como comunidade.

CERIMÓNIA DE ENTREGA
DO PRÉMIO LUÍS DE CAMÕES
Palácio de Belém
19 de Novembro de 1999

Entregamos, hoje, o Prémio Luís de Camões a Sophia de Mello Breyner Andresen, nesta cerimónia que é mais do que um acto formal, pois a sentimos, verdadeiramente, como celebração da amizade, do reconhecimento e da admiração.

Ao distingui-la com o Prémio que é um símbolo da língua portuguesa e da comunidade dos países e dos povos que a falam, estamos a prestar homenagem a uma escritora que, já há muito, alcançou um lugar ímpar de prestígio moral e cultural, tendo-se tornado uma referência para gerações sucessivas.

De uma beleza tão alta e exacta, a sua obra é, no século agora a terminar, uma das criações em que nos revemos e de que nos orgulhamos.

Nos poemas, nos contos, nas histórias infantis, nos testemunhos de sabedoria, Sophia fala-nos da nossa cultura e da nossa civilização como memória, vida e futuro. Fala-nos da luz do sol e da sombra que é o seu espelho, da elevação das montanhas e da imensidão do mar, das estátuas gregas e dos actos humanos. Fala-nos do trigo que sacia a fome aos homens, das obras imortais que são capazes de criar e também dos campos de concentração onde matam. Fala-nos da beleza, da generosidade e da vergonha que não pode ser esquecida para não ser repetida.

Desde os seus primeiros versos até aos mais recentes, fala-nos do que é essencial — do que há de mais antigo e de mais moderno, do mais comum e do mais raro, do mais próximo e do mais

longínquo, do mais humano e do mais divino. A poesia de Sophia procura um acordo mais justo, original, elementar e límpido do homem consigo mesmo, com os outros homens, com as coisas, com a natureza, com o Universo. De todos nós deve ser a pergunta que Sophia põe na boca de um dos três Reis do Oriente. «Que pode crescer dentro do tempo senão a justiça?»

Arte do ser, a sua, poesia de comunhão com o Mundo, com a vida e de participação no real, como Sophia gosta de dizer, ficará também como um dos mais altos testemunhos do canto da liberdade face à opressão, da justiça ante a iniquidade, da beleza perante a fealdade, da coragem frente ao medo.

*Quando a pátria que temos não a temos
Perdida por silêncio e por renúncia
Até a voz do mar se torna exílio
E a luz que nos rodeia é como grades.*

Para tantos de nós, estes e outros versos valeram mais do que tratados, discursos, teorias políticas. Eles continham a indignação em estado puro, o som claro do protesto e foram um código de identificação num combate e uma fonte de energia e de acção. Verdadeiramente aristocrata porque fez do que recebeu uma marca do espírito, uma exigência, uma responsabilidade e uma partilha, nunca um privilégio, uma vaidade ou uma marca social de discriminação, a atitude moral de Sophia, de uma integridade luminosa, foi política, no mais nobre sentido que, desde os gregos, se dá à palavra política — a dedicação à *polis*, a cidadania.

Fiel à liberdade e à justiça por dever da poesia, fiel à poesia por amor, da liberdade e da justiça, os seus poemas políticos souberam ser do tempo e além do tempo, da circunstância e além da circunstância, particulares e universais, ao mesmo tempo.

Deste século, raros são os poemas políticos que, passadas ou mudadas as situações que os inspiraram, mantêm intacta a sua força e a sua verdade humana, porque recusando a demagogia e a simplificação, apontaram sempre ao que nos homens é vontade de dignidade e ideal de fraternidade. É este o caso de Sophia. Com palavras de uma justeza tão bela e às vezes tão magoada, a sua obra fala-nos de Portugal e da língua que nos faz ser como somos. Fala-nos da nossa língua como lugar de encontro de povos, de culturas, de proximidades e de diferenças. Fala-nos da língua como caminho para o outro e para nós mesmos. Da língua como comunicação e como comunhão, como partilha, como ligação e como afecto.

O Prémio Camões é também um sinal desses laços. Ao entregá-lo nas mãos de Sophia de Mello Breyner, estamos a dizer que fazemos nossa a sua atitude perante a língua que é de todos os que a falam, criam e recriam.

*Gosto de ouvir o português do Brasil
Onde as palavras recuperam sua substância total
Concretas como frutos nítidas como pássaros
Gosto de ouvir a palavra com suas sílabas todas
Sem perder sequer um quinto de vogal.*

Neste momento, quero saudar os povos lusófonos e expressar-lhes a solidariedade e o afecto de Portugal. Saúdo o Brasil, grande país, com quem estamos a comemorar os 500 anos do encontro que nos fez outros. Saúdo Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, todos aqui representados. Saúdo, também, com especial emoção, o Povo de Timor-Leste que, depois de tantos dramas e sofrimentos gritados na nossa língua, procura agora construir-se como país livre e independente.

Desde sempre, Sophia fez de Timor a sua causa. Sei que, hoje, a lembrança de Ruy Cinatti, grande poeta e seu amigo, lhe será grata. Por isso, a trazemos aqui, saudosamente.

Minha Senhora e Querida Amiga,

Meus Amigos,

Sob a égide do autor de *Os Lusíadas* e no dia em que entregamos a Sophia de Mello Breyner o Prémio que se honra de ter o nome imortal de Camões, façamos deste acto a ocasião para reafirmarmos a nossa vontade de dar à língua portuguesa a projecção a que tem direito no Mundo do próximo século.

A obra de Sophia é, dessa língua, um testemunho de universalidade e de grandeza. Por isso, aqui lhe dizemos, neste momento de alegria, como o nosso reconhecimento é grande.

Obrigado.

DISCURSO NA TORRE DE BELÉM
POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Lisboa

8 de Março de 2000

A visita do Presidente do Brasil a Portugal tem para nós um significado muito especial pelos profundos laços históricos que nos unem. Mas este vivo sentimento de fraterna amizade que todos sentimos não pode servir para nos disfarçarmos, para nos escondermos ou para nos recusarmos a ver como realmente somos, como crescemos, como felizmente nos diferenciámos. Quando nos demarcamos de uma certa retórica passadista, que em tempos reinava na expressão pública do nosso relacionamento, não é certamente para negar a memória comum e a vasta teia de afectos e ligações humanas que nos unem, não é certamente para renegarmos a nossa História, que foi esta e não outra.

As visitas, simbólicas, dos Presidentes da República de Portugal e do Brasil, coincidindo com as datas de partida e de chegada da Armada de Pedro Álvares Cabral, não se realizam nem para julgar o passado, nem para o ignorar, mas para, honrando e celebrando a história, construir com valores e instrumentos do presente o novo relacionamento entre os dois países e povos.

Neste reencontro de 500 anos de História, olhemo-nos agora como somos, no nosso presente e nas virtualidades enormes do nosso futuro.

Portugal e o Brasil, por viverem agora, coincidentemente, sob regimes democráticos podem fundar hoje em novos valores a história que no presente prolongará os séculos que hoje comemoramos.

A sociedade portuguesa mudou profundamente nos vinte e cinco anos que seguiram a Revolução dos Cravos: mudaram as estruturas, os comportamentos, as mentalidades. Portugal é hoje um país democrático, uma sociedade aberta, uma economia dinâmica. Pertencemos à União Europeia, uma união política e económica de Estados soberanos baseada no respeito pela democracia, pelos direitos do homem e pela solidariedade social. Não alcançámos certamente toda a liberdade e justiça que queremos e cada dia enfrentamos o peso das inércias, as dificuldades das mudanças, os constrangimentos que a economia globalizada de hoje impõe a todos nós.

É o Portugal democrático e moderno que está a reencontrar-se com o Brasil de hoje, com o Brasil democrático de hoje, esse país «gigante pela própria natureza», mas mais gigante ainda pela sua notável capacidade de criação e de adaptação.

É graças a essa sua capacidade que o Brasil tem conseguido, também, enfrentar as consequências decorrentes do imparável processo de globalização económica e financeira em que todos estamos envolvidos e em que todos procuramos caminhos de equilíbrio e justiça social, sem certezas dogmáticas, mas sempre guiados por valores e princípios de equidade.

Por isso, o investimento português no Brasil, que hoje atinge valores há poucos anos impensáveis e, nalguns casos, incide em sectores de elevada componente tecnológica, como as telecomunicações, tem vindo a intensificar-se.

A nossa aposta no Brasil significa, para o Estado Português, mas também para a nossa sociedade civil e para os nossos investidores, a profunda confiança que temos no Brasil. Nós acreditamos no Brasil: não é já a costumada retórica dos afectos que o diz, mas a fria expressão numérica das realidades económicas. Nós acreditamos no Brasil porque estamos a aprender a conhecê-lo melhor.

Do passado reconhecemos, com lucidez, as marcas que deixámos nesse grande país e toda a História comum de que fomos feitos, e valorizamos, com orgulho, a permanente presença nele de uma comunidade portuguesa empreendedora e fraterna.

E a primeira marca que deixámos, o primeiro factor da identidade cultural brasileira vindo de nós foi sem dúvida a língua, esta língua portuguesa que hoje é tão nossa como vossa, de que nenhum de nós é dono, mas de que todos somos parte e garante. Da nossa língua somos todos responsáveis.

Devemos juntos defendê-la e afirmá-la no Mundo, intensificando a cooperação entre as nossas instituições, públicas e privadas, na área da política da língua e da acção cultural externa e reforçando a sua presença nos foros internacionais.

Devemos juntos investir mais esforços e mais recursos na consolidação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que tanto espera de nós e da qual tanto nós podemos esperar.

Devemos juntos desenvolver e aprofundar o especial relacionamento que temos com os países africanos de língua portuguesa, e com o novo Timor em construção, no sentido de dar uma contribuição decisiva à paz, à consolidação institucional e ao desenvolvimento sustentado desses países e regiões irmãs. O drama de Angola, fruto de uma guerra que tarda em acabar, a recente tragédia em Moçambique, e a reconstrução de Timor-Leste deverão merecer-nos, neste quadro, especial atenção e dedicação. Com a visita do Presidente do Brasil a Portugal, comemoramos 500 anos de uma expedição marítima que transformou sociologicamente a realidade do Brasil. Construção múltipla e fascinante, por certo, feita de muitos contributos ao longo dos séculos, composta por variadas gentes e realizada ao longo de um processo histórico que assentou no sangue como no sonho, na paixão como na violência. O resultado dessa construção foi uma socie-

dade que, por injusta que possa ter sido — e foi —, mais sabedora se revelou da difícil arte de criar unidade a partir das diferenças do que a larga maioria das demais nações do Mundo! Represento aqui, com muito orgulho, a pátria de Pedro Álvares Cabral; mas represento sobretudo a nação que é feita todos os dias pelas portuguesas e pelos portugueses de hoje, um Estado democrático, um país cada vez mais integrado no projecto europeu e cada vez mais consciente da sua identidade nacional. Recebo-o aqui, Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso, em nome de um Portugal novo, de um Portugal moderno e criativo que soube transformar-se profundamente sem esquecer as suas tradições.

Um país que acredita no futuro e se orgulha da sua história.

JANTAR EM HONRA DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Palácio Nacional da Ajuda
8 de Março de 2000

Em nome da Maria José e no meu próprio saúdo a presença de VV. Ex.^{as} em Portugal, neste momento histórico em que comemoramos os quinhentos anos de um encontro que se prolonga até hoje.

Este encontro marcou de forma indelével a história dos nossos dois países: a do Brasil que iniciou, desde então, a construção da sua identidade nacional; e a de Portugal que, desde o século XVI até à independência do Brasil, foi fortemente influenciada pela evolução desse vasto e riquíssimo território.

Trezentos anos de colonização e duzentos anos de independência, com todas as suas vicissitudes, construíram uma relação singular entre dois estados e os seus povos. Uma relação baseada num contacto nunca interrompido, em solidariedades e influências recíprocas que se prolongam até hoje.

Somos herdeiros da história que construiu, irreversivelmente, essa singular relação. Mas somos principal e exclusivamente responsáveis por construir no presente, e com valores modernos, a continuidade desse complexo processo histórico.

Honramos a história coincidindo na vontade política de, simbolicamente, pontuar as suas datas fundadoras com uma troca de visitas oficiais entre os dois Presidentes da República. Honramos o presente apostando num relacionamento que assenta numa vontade política bilateral, consciente e plenamente assumida, em torno de objectivos fundamentais.

Em primeiro lugar, promover um melhor conhecimento recíproco das histórias dos dois países, base essencial a uma compreensão profunda das marcas deixadas na identidade dos povos.

Em segundo lugar, apostar num conhecimento maior e mais objectivo do novo Portugal democrático e do novo Brasil democrático, dois países, hoje, profundamente diferentes do que eram há vinte anos atrás e cada vez mais integrados em quadros regionais próprios. O reforço das relações Estado a Estado e entre as respectivas sociedades civis depende do nosso empenho. É pelo que fizermos no presente que seremos avaliados.

E, no presente, compete-nos procurar as melhores condições para projectar e reforçar as importantíssimas relações culturais e económicas que hoje nos ligam.

Senhor Presidente,

Há uma nova geração de trocas culturais e de investimentos entre Portugal e o Brasil que está a alterar significativa e positivamente a relação entre os dois países e o grau de conhecimento e relacionamento recíproco das suas sociedades civis.

É com entusiasmo, Senhor Presidente, que acompanhamos o dinamismo que, nos últimos anos, tem caracterizado o relacionamento económico entre os nossos dois países. O investimento português no Brasil, que hoje atinge valores há poucos anos impensáveis, constitui hoje prova inequívoca da confiança dos nossos empresários no comportamento da economia brasileira, marcando uma viragem significativa no panorama das relações luso-brasileiras.

Possuímos uma herança de inestimável valor, que o tempo só faz aumentar: refiro-me naturalmente à língua, esse elemento aglutinador e elo de ligação privilegiado.

Com base nesse valioso património comum, constituiu-se a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, cujas potencialidades

permanecem ainda por explorar em toda a sua plenitude. Estamos certos que, no âmbito do seu próximo exercício do Secretariado Executivo, o Brasil saberá fortalecer e revitalizar esse espaço de eleição, conferindo-lhe uma nova dinâmica e alcance.

Acompanhamos com satisfação o envolvimento do Brasil na reconstrução de Timor-Leste, a qual continua a constituir para nós uma prioridade. O Brasil tem um contributo da maior importância a dar para consolidar a componente lusófona daquele futuro Estado. O papel da CPLP, neste contexto, afigura-se-nos igualmente muito relevante.

Não poderia, ainda, deixar de me referir ao drama que, inesperadamente, se abateu sobre Moçambique, retardando o processo de desenvolvimento daquele país irmão. E não esqueço também Angola, formulando votos para que aquele grande país possa a breve trecho reencontrar o caminho da paz e do desenvolvimento.

A visita de Vossa Excelência tem lugar no momento em que Portugal ocupa, pela segunda vez, a Presidência da União Europeia. Como membros da União Europeia, não temos poupado esforços para promover a aproximação entre a Europa e a América Latina e forjar uma parceria estratégica entre os nossos dois continentes.

Quero aqui saudar os esforços do Brasil para criar e desenvolver formas de integração regional na América Latina que constituem, na nossa opinião, instrumentos da maior importância para promover o desenvolvimento sustentado e enfrentar as consequências da globalização.

Senhor Presidente,

Recebemo-lo hoje aqui, Senhor Presidente e caro amigo, não apenas como Chefe de Estado de um país irmão mas também como uma personalidade cujas altas qualidades humanas e inte-

lectuais e impressionante obra política e académica, ao serviço de um ideário progressista, se impuseram ao respeito e à consideração de todos nós.

A personalidade de Vossa Excelência é garante de que estas comemorações do quinto centenário da histórica viagem de Cabral serão realizadas com um espírito empreendedor, de olhos voltados para o futuro, na certeza de que esta efeméride constituirá um incentivo para o desenvolvimento e inovação dos seculares laços que unem os nossos dois povos e Estados.

Peço a todos que me acompanhem num brinde:

Pelo bem-estar e progresso do Brasil;

Pela amizade que une brasileiros e portugueses;

Pelo reforço e diversificação das relações entre os nossos dois países;

Ao futuro!

«É desafio do novo século forjar uma cultura que dê um sentido político à globalização, aliando a noção de um destino comum, assente no respeito pelos direitos humanos e na busca da paz e do progresso, à consciência da diversidade e à necessidade de tolerância e de diálogo entre todos os povos do nosso planeta.»

VISITA AO COMITÉ INTERNACIONAL
DA CRUZ VERMELHA
Genebra
9 de Setembro de 1999

Quero, em primeiro lugar, agradecer as amáveis palavras de boas-vindas que me foram dirigidas pelo Sr. Presidente do Comité Internacional da Cruz Vermelha e meu querido amigo, Senhor Cornélio Sommaruga.

É para mim um prazer e uma honra estar hoje aqui.

O Comité Internacional da Cruz Vermelha merece-me o maior respeito e consideração.

Nos quatros cantos do mundo, onde quer que haja situações de conflito armado, os delegados da Cruz Vermelha zelam, tantas vezes com sacrifício pessoal e pondo em risco a própria vida, pelo bem-estar das populações civis atingidas por esses conflitos, providenciando-lhes ajuda médica e alimentar, visitando e protegendo prisioneiros políticos, e defendendo o respeito pelo Direito Humanitário, tantas vezes ignorado.

Conhecemos bem o seu trabalho. Em Angola, em Moçambique, na Guiné-Bissau e em Timor, pudemos avaliar da sua isenção, rigor, empenho e generosidade.

Quero, nesta ocasião, prestar-lhes uma sentida homenagem.

Senhor Presidente,

Comemora-se este ano o quinquagésimo aniversário das Convenções de Genebra.

A pertinência destas Convenções mantém-se intacta face à proliferação de conflitos armados a que temos assistido nos últimos anos e que, assumindo amiúde as características de guerras civis,

cada vez mais atingem, de forma indiscriminada, as populações civis indefesas.

Este aniversário é, pois, uma ocasião especialmente apropriada para reiterar, enfaticamente, os princípios nelas consagrados.

O Direito Internacional Humanitário deverá, cada vez mais, ser percebido como um código de conduta a que ninguém se pode furtar, sob pena de merecer o opróbio, a condenação e a sanção da Comunidade Internacional.

Creio que, nestes cinquenta anos de vigência das Convenções, foi possível despertar, na Comunidade Internacional, a consciência de que o respeito pelos Direitos Humanos e a dignidade humana são valores inalienáveis e universais. Muito devemos à acção do Comité Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e das suas congéneres nacionais por essa tomada de consciência

Tal não tem impedido, porém, que as Convenções continuem, em muitos casos, a ser desrespeitadas ou pura e simplesmente ignoradas.

Assistimos, neste momento, em Timor-Leste a um exemplo flagrante de como os mais elementares princípios de respeito pelo Direito Humanitário e pela dignidade da pessoa humana podem ser grosseiramente violados, à vista de todo o mundo.

É difícil encontrar palavras para exprimir o nosso sentimento de indignação perante tão revoltante espectáculo. Cidades pilhadas e a saque, locais de culto violados, a delegação da Cruz Vermelha Internacional incendiada, a UNAMET sitiada, populações deslocadas, mortes gratuitas de civis indefesos e assassinatos premeditados, por todo o lado a violência e o terror — é este o quadro dantesco que se nos depara.

Situações intoleráveis como esta redobram o nosso ânimo para lutar pela defesa dos Direitos Humanos e pelo respeito do Direi-

to Humanitário, com o fito sempre presente de poupar à humanidade os horrores da guerra ou, sempre que isso se revele impossível, de minimizar os sofrimentos por ela causados. Esses esforços não serão em vão se permitirem poupar nem que seja só uma vida humana.

É este apelo vibrante que quero aqui deixar, na certeza de que ele encontrará, da parte da Comité Internacional da Cruz Vermelha, uma resposta entusiástica e dedicada.

ASSINATURA DO MANIFESTO 2000,
POR OCASIÃO DO LANÇAMENTO EM PORTUGAL
DO ANO INTERNACIONAL DA CULTURA DA PAZ,
PROCLAMADO PELA ASSEMBLEIA GERAL
DAS NAÇÕES UNIDAS
Palácio de Belém
14 de Setembro de 1999

*A*ceitei, com muito prazer, associar-me ao lançamento em Portugal do Ano Internacional da Cultura da Paz, que a Assembleia Geral das Nações Unidas em boa hora proclamou e que a UNESCO tem vindo a promover de forma tão empenhada. Com este acto simbólico da assinatura do Manifesto 2000 — em cuja redacção participaram vários Prémios Nobel da Paz, entre os quais D. Ximenes Belo e José Ramos Horta — quero prestar um pequeno contributo para a divulgação em Portugal desta importante iniciativa.

Quiseram as circunstâncias que esta cerimónia decorresse num momento particularmente triste não só para os portugueses como para o conjunto da Comunidade Internacional. A bárbara e sistemática agressão aos mais elementares direitos humanos perpetrada em Timor nos últimos dias chocou-nos e chocou profundamente o mundo.

Vivemos todos emocionadamente o dia-a-dia em Timor-Leste. Agimos com vigor e determinação no sentido de um pronto restabelecimento das condições de segurança e de ordem, através da indispensável presença no terreno de uma força multinacional, com vista a permitir o urgente encaminhamento de ajuda humanitária para o martirizado Povo do território e a consentir a transição pacífica para a sua efectiva independência.

O Manifesto 2000 faz-se eco de um conjunto de valores cuja vivência deveria constituir o nosso legado às gerações vindouras,

neste virar de milénio. Infelizmente, a realidade desmente, um pouco por todo o lado, esta legítima aspiração.

Essa é mais uma razão para continuar a proclamar os princípios de uma Cultura da Paz em que firmemente acreditamos, apelando ao compromisso de todos no sentido da sua defesa e da sua prática quotidianas. O Manifesto 2000 resume-os de uma maneira particularmente simples e feliz. Assim conseguíssemos vê-lo cumprido.

JANTAR EM HONRA DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA
Palácio Nacional da Ajuda
26 de Outubro de 1999

Em nome do Povo Português e em meu nome pessoal, começo por dirigir a Vossa Excelência, à Sua Excelentíssima Esposa e à ilustre comitiva que o acompanha, as mais calorosas saudações de boas-vindas.

Constitui para mim grande honra e motivo de particular satisfação receber aqui Vossa Excelência, na qualidade de lídimo representante do Povo Amigo da China, e poder assim retribuir todas as atenções com que Vossa Excelência me rodeou durante a visita que tive o grato prazer de efectuar à China em Fevereiro de 1997.

Atribuo à presença de Vossa Excelência em terras lusas um alto significado. Ela reflecte a excelência das relações entre os nossos dois países, bem como o nosso desejo mútuo de as aprofundar e desenvolver, numa perspectiva de futuro. Estou certo que a visita de Vossa Excelência em muito contribuirá para atingir estes fins. Senhor Presidente,

Dentro de pouco menos de dois meses, terá lugar, nos termos acordados entre os dois Estados, a transferência do exercício de soberania sobre o território de Macau, cidade que é referência simbólica do encontro entre os nossos dois países e entre o Oriente e o Ocidente. Trata-se de uma data histórica, que Portugal e a República Popular da China irão assinalar de forma condigna. A cerimónia que marcará a acessão daquele território ao estatuto de Região Administrativa Especial da República Popular da China

constituirá, estou certo, um momento ímpar para ambos os países, por simbolizar, aos olhos do mundo e dos nossos dois povos, a forma exemplar como decorreu o processo de transição daquele território.

Ao assinarem, em 1987, a Declaração Conjunta, os nossos dois países definiram um modelo de transição assente na promoção da estabilidade e da prosperidade da população de Macau, bem como na defesa da especificidade e autonomia do território, e assumiram o compromisso, que souberam honrar, de uma responsabilidade partilhada na concretização de tais objectivos, no respeito pelas competências de ambas as partes.

Ao longo dos últimos doze anos, os inúmeros entendimentos obtidos entre as Partes, bem como a criação de infra-estruturas essenciais e a modernização do território empreendidas pela Administração portuguesa, permitiram que o modelo definido pela Declaração Conjunta fosse efectivamente aplicado com êxito, o que se traduziu num apreciável desenvolvimento do território do Macau e num maior bem-estar para a sua população. Estou seguro de que o mesmo espírito de responsabilidade continuará a orientar as duas partes de molde a que as questões ainda pendentes sejam encerradas com pleno sucesso.

A futura Região Administrativa Especial de Macau poderá, assim, usufruir de um elevado grau de autonomia e manter basicamente inalterados os sistemas político, jurídico, económico, social e cultural vigentes — em suma, a sua singularidade.

É minha convicção, Senhor Presidente, que Macau, fiel ao modelo convencionado na Declaração Conjunta, saberá corresponder aos desafios do próximo milénio. Estou seguro que tal representará um poderoso incentivo para o reforço e o desenvolvimento das relações entre os nossos dois países.

A visita a Lisboa de Vossa Excelência constitui, desde já, penhor do êxito da transferência do exercício da soberania sobre Macau e permanecerá certamente como um marco histórico no fortalecimento dos laços de amizade mútua e cooperação que unem os nossos dois países.

Senhor Presidente,

A China e a União Europeia constituem dois pólos essenciais do actual sistema internacional.

A qualidade de grande potência e membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a brilhante cultura de que é portadora, o notável desenvolvimento económico que atingiu, fruto da perseverante política de reformas que tem vindo a ser executada pelas suas autoridades de há duas décadas a esta parte, conferem à China um papel de grande destaque na sociedade internacional.

Sem o seu envolvimento construtivo e empenhado, não será possível construir uma sociedade internacional mais justa e mais humana, a que todos aspiramos. Portugal entende, por isso, que a plena inserção da China nas instituições internacionais, o seu contributo para a resolução dos inúmeros problemas que afligem a Comunidade Internacional, em suma a assunção pela China de responsabilidades internacionais comensuráveis à sua grandeza e milenar civilização constituem factores de equilíbrio e de estabilidade política e económica no contexto regional e mundial. Estamos, pelo nosso lado, empenhados na construção de uma Europa mais forte e mais unida, uma Europa capaz de se afirmar, na cena internacional, como um interlocutor incontornável tanto no plano económico como no plano político. O projecto de integração europeia transformou o nosso continente, tantas vezes devastado por guerras fratricidas, num espaço de paz e de prosperidade. A criação de uma moeda única, o Euro, na qual

participamos, por mérito próprio, desde o início, representou um salto qualitativo no processo de construção europeia. Estamos agora apostados em reforçar a capacidade de actuação da União Europeia na área da política externa e da defesa, de modo a permitir que a influência da União seja comensurável à sua pujança económica. Estamos igualmente determinados a prosseguir o alargamento da União, estendendo a outros países europeus a solidariedade de que beneficiámos e permitindo-lhes usufruir das condições de estabilidade necessárias para consolidar a sua transição para a democracia. Acreditamos que a União Europeia tem um papel determinante a desempenhar na construção de uma sociedade internacional respeitadora dos direitos humanos e do direito internacional, capaz de promover os valores universais da paz e da dignidade da pessoa humana.

Consideramos por isso essencial o reforço dos laços entre a China e a União Europeia, laços que desejamos assentes no respeito recíproco, num diálogo aberto e amistoso sobre todas as questões de interesse mútuo, e numa cooperação cada vez mais estreita. Ao assumirmos, no primeiro semestre do próximo ano, a Presidência da União Europeia, quero assegurar-lhe, Senhor Presidente, que agiremos nesse sentido com toda a determinação e energia.

Senhor Presidente,

Não poderia naturalmente deixar de referir, nesta ocasião, a questão de Timor-Leste, que de forma tão profunda toca todos os portugueses e mobiliza a comunidade e a opinião pública internacionais.

Volvidas as semanas de horror que tão tragicamente se sucederam à livre escolha dos timorenses quanto ao seu destino e no decurso das quais podemos contar com a construtiva posição da China, no seio do Conselho de Segurança da ONU — que muito

apreciámos — os nossos olhos voltam-se agora para o futuro e para os desafios da reconstrução e do nascimento do novo Estado de Timor-Leste.

Quero sublinhar, Senhor Presidente, a importância do apoio da China nessa grande tarefa com que os timorenses se deparam, a qual dificilmente poderão levar a cabo sem a solidariedade da Comunidade Internacional e o empenho da maior potência regional.

Senhor Presidente,

A transferência de poderes de Macau abre um novo ciclo nas relações seculares entre os nossos dois países.

Os laços entre os dois povos remontam aos primórdios do século XVI, altura em que marinheiros, mercadores e missionários portugueses estabeleceram os primeiros contactos regulares entre o Oriente e o Ocidente, abrindo assim, de forma precursora, um novo capítulo na História das civilizações. Ao longo dos últimos cinco séculos, os nossos dois povos aprenderam a conhecer-se e a respeitar-se nas suas diferenças e especificidades e foram gradualmente tecendo as condições de maturidade que caracterizam as suas relações actuais, assentes na amizade, admiração e respeito mútuos.

Estou certo que esse legado, de que nos orgulhamos, constitui uma base sólida para o desenvolvimento futuro das nossas relações, que desejamos cada vez mais intensas e frutuosas em todos os domínios. As trocas económicas e comerciais, a cooperação científica e tecnológica, o intercâmbio cultural são domínios de grande potencial para o futuro, que desejamos desenvolver.

O clima de amizade e bom entendimento existente entre os nossos dois países, que a visita de Vossa Excelência vem consolidar, permite-nos encarar, com esperança e optimismo, o futuro das relações entre Portugal e a China. Fortes do nosso passado co-

num, estou certo que saberemos construir, no futuro, um relacionamento ainda mais proveitoso, que faça juz à longa tradição de contacto entre os nossos povos e à sua gloriosa história.

Peço a todos que me acompanhem num brinde:

- Pela saúde e pelas felicidades pessoais de Vossa Excelência e de Sua Excelentíssima Esposa;
- Pelo pleno êxito do processo de transição de Macau;
- Pela prosperidade do povo chinês, muito especialmente neste ano em que se comemora o 50.º aniversário da República Popular da China;

Finalmente pelo estreitamento da excelente e fecunda amizade que de modo tão forte une os nossos dois países e povos.

**ALMOÇO EM HONRA DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA**

Palácio da Bolsa

Porto

27 de Outubro de 1999

É para mim uma subida honra e um grato prazer acolher Vossa Excelência nesta histórica cidade do Porto, cidade a que sabemos atribui particular significado, uma vez que se encontra geminada, já desde 1995, com essa outra grande metrópole que é Shang Hai, por cujos destinos Vossa Excelência foi responsável durante vários anos.

Centro urbano de uma vasta zona que se tem distinguido pelo seu dinamismo económico, pela excelência da expressão cultural e por um sentido cívico que, secularmente, reclama como braço, o Porto é hoje um exemplo assinalável do Portugal moderno e do progresso que a consolidação da democracia trouxe consigo. Shang Hai é hoje o orgulho da China e emblema singular da vontade de progresso e bem-estar do Povo chinês.

Haverá por isso, Senhor Presidente, ilustração mais elucidativa do forte relacionamento que une os nossos dois Estados e povos do que os vivos elos de cooperação e amizade que ligam estes dois municípios, separados entre si por milhares de quilómetros de distância? Senhor Presidente, foi para nós uma satisfação imensa recebê-lo em Portugal, numa visita que permanecerá certamente como um marco histórico no quadro do intenso relacionamento bilateral entre os nossos dois países.

A forma calorosa e extremamente positiva como a deslocação de Vossa Excelência se desenrolou veio reforçar ainda mais os poderosos laços de cooperação que unem Portugal e a China, consti-

tuindo um importante incentivo ao desenvolvimento e à exploração futura de todas as suas enormes potencialidades.

Senhor Presidente, neste momento particular do relacionamento dos nosso dois países, os meus votos dirigem-se muito especialmente para o futuro. Peço assim a todos que me acompanhem num brinde:

- Pela prosperidade dos povos de Portugal e da China, incluindo a população de Macau, à qual, compreensivelmente, permaneceremos tão fortemente ligados;
- Pelo constante desenvolvimento da amizade e da cooperação luso-chinesas.

CERIMÓNIA DE ENTREGA
DOS PRÉMIOS NORTE-SUL
DO CONSELHO DA EUROPA
Assembleia da República
29 de Outubro de 1999

É para mim particularmente grato associar-me, mais uma vez, à cerimónia de entrega dos Prémios Norte-Sul. Faço-o este ano com renovada satisfação, pois conheço bem a personalidade ímpar dos dois galardoados e reconheço na sua acção política sobejada justificação para a distinção que hoje lhes acaba de ser entregue.

Ao longo dos anos, tem o Conselho da Europa prestado um justo tributo a um conjunto de figuras que empregaram o melhor do seu esforço e da sua determinação ao serviço da solidariedade entre o Norte e o Sul e contribuíram para a valorização da liberdade, da democracia, da justiça e dos Direitos do Homem.

Os nomes de Abderrhaman Youssoufi e de Emma Bonino vêm, sem dúvida, enriquecer e renovar a tradição deste Prémio.

Em Abderrhaman Youssoufi apreciamos a sabedoria, a tolerância e a solidez de um homem cuja longa carreira política foi sempre animada pelo constante afã de servir o seu Povo.

A sua incansável e determinada acção política em prol da defesa dos Direitos Humanos constitui um exemplo particularmente eloquente de coragem e de convicção. Essas qualidades, foram-lhe reconhecidas quando integrou várias organizações não governamentais e enformam hoje a conduta do Estadista que chefia o Governo de Marrocos.

Neste momento em que os marroquinos encaram com uma esperança renovada o seu futuro colectivo, as qualidades humanas,

cívicas e políticas do seu Primeiro-Ministro levam-me a acreditar que os seus anseios não serão ignorados.

Emma Bonino é uma figura bem conhecida de todos os europeus. Nela, habituámo-nos a identificar a determinada e eficiente defensora das causas humanitárias que tanto tocam a opinião pública da Europa.

O seu estilo inconfundível de actuar de forma directa e e enérgica junto das populações carenciadas de tantos países afectados pela barbárie da guerra e pelas suas terríveis sequelas, tornou-a, merecidamente, num dos rostos reconhecidos da solidariedade europeia. Não posso tão-pouco deixar de enaltecer o continuado empenho de Emma Bonino a favor da criação do Tribunal Penal Internacional, passo que viria sem dúvida significar a plena assunção por parte da Comunidade Internacional da consciência universal dos valores inalienáveis da dignidade da pessoa humana.

Senhor Presidente da Assembleia da República,

Senhor Primeiro-Ministro Abdherraman Youssoufi,

Senhora Deputada Emma Bonino,

Senhor Representante do Secretário-Geral do Conselho da Europa,

Senhor Presidente do Centro Norte-Sul,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Os prémios que tive a honra de entregar aos dois galardoados deste ano testemunham a nossa homenagem e o nosso reconhecimento às suas personalidades e à sua meritória acção em favor do conjunto de valores e de princípios perenes que são a razão de ser do Conselho da Europa. Traduzem igualmente a necessária confiança na construção de um mundo mais justo e mais humano, assente nesses valores e nesses princípios.

SESSÃO SOLENE NO SENADO
DOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS
(Visita de Estado ao México)
Cidade do México
II de Novembro de 1999

Quero, em primeiro lugar, agradecer muito penhoradamente as tão amáveis palavras que V. Ex.^a acabou de proferir.

É para mim uma grande honra ser hoje recebido em sessão solene no Senado dos Estados Unidos Mexicanos. Reconheço esta distinção como um acto com profundo significado e interpreto-a como um gesto que, dirigindo-se ao Chefe de Estado de Portugal, se estende a todo o Povo português.

É pois em seu nome que quero saudar, calorosa e afectuosamente, o Povo mexicano, nesta casa que tão dignamente o representa. É uma saudação que me permito formular igualmente em nome da importante delegação de parlamentares que, enquanto representantes do Povo português, me acompanharam neste tão simbólico momento.

Reencontrei no México um país amigo que, como todos os portugueses, de há muito aprendi a admirar. Orgulhosos herdeiros do fecundo legado aqui deixado pelas multisseculares culturas pré-colombianas, os mexicanos souberam, como poucos povos, forjar uma identidade original e plural, que nos impressiona pela sua força de afirmação, pelo seu génio criativo, pela sua abertura.

Ao longo da sua história, o Povo mexicano lutou denodada e corajosamente pela defesa dos valores perenes da independência, da liberdade, da justiça e da paz. À custa do seu esforço e da sua

vontade, importantes conquistas sociais e políticas foram aqui alcançadas muito antes de conseguirem vingar noutros países deste imenso continente. Presto-lhe aqui a minha homenagem.

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Nesta viragem do século, os valores da democracia vêm-se impondo em todo o mundo de uma forma paulatina mas continuada, como uma vaga imparável, desde a deposição do regime autoritário em Portugal, passando pela queda sucessiva das ditaduras na América Latina e, mais tarde, na Europa Central e Oriental.

Poderemos estar perante um ponto de viragem histórico, capaz de configurar uma nova era. Sabemos contudo quão difícil é, quase sempre, o caminho a percorrer para consolidar processos democráticos, tornando-os irreversíveis.

É necessário, por isso, valorizar constantemente as sedes da legitimidade democrática e do pluralismo político. Naturalmente é também este o sentido da minha presença nesta sessão solene do Senado, instância privilegiada para o debate das ideias e dos projectos em que se molda cada dia o devir e o futuro deste grande país.

Sabemos que não há democracia sem igualdade, que não há igualdade sem justiça, que não há justiça sem Estado de Direito, como não há cidadania sem responsabilidade. O reforço e a credibilidade dos nossos regimes democráticos supõem um constante aprofundamento dos valores em que se fundamentam. Um aprofundamento que exige transparência e rigor no exercício do poder político, equidade na administração do Estado, proximidade entre governantes e governados, percepção aguda do interesse público, acesso a uma informação livre e isenta, aceitação da alternância enquanto imanência da vivência democrática, respos-

tas concretas e eficazes para as necessidades de um mundo em acelerada mutação.

Sabemos ainda que a vitalidade das democracias se afere igualmente pela seriedade e rigor das forças partidárias na formulação, discussão e execução das propostas e dos projectos políticos, necessariamente plurais e quase sempre divergentes.

Creio que se forem permanentemente valorizados estes princípios, se esta gramática for rigorosamente aplicada, várias são as possibilidades que se abrem à nossa imaginação criativa, como várias serão as vias capazes de pôr de pé projectos políticos mobilizadores e portadores de desenvolvimento e de progresso. Se assim for, com certeza que poderemos contar com a indispensável adesão dos nossos cidadãos às políticas que lhes são dirigidas, tornando-os cada vez mais partícipes na vida pública; eles que são afinal a razão de ser das nossas democracias, em nome de quem concebemos e executamos as políticas.

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Vivemos na era da globalização. Não duvido que a este fenómeno imparável no domínio económico deverá corresponder um processo de mundialização de valores e de princípios, que traduza uma aposta política solidária no futuro da nossa aldeia global. Na última Cimeira Ibero-Americana, que Portugal teve o privilégio de acolher na cidade do Porto, os máximos dignatários da nossa comunidade mantiveram um útil debate sobre este tão importante tema, nas suas múltiplas vertentes. Mediante um debate aberto, participado, com o precioso contributo de todos, e em especial do México, foi possível alcançarmos uma assinalável convergência de perspectivas e um entendimento comum sobre os principais desafios que a globalização convoca neste quase dealbar de um novo século.

Reforçámos a consciência de que importa encontrar respostas conjuntas para problemas que nos são comuns e para desafios que — afectando-nos embora de forma diversa — apelam à solidariedade de todos.

Dentro de poucos dias, na Cimeira de Havana, prolongaremos a reflexão iniciada no Porto, discutindo a situação financeira internacional numa economia globalizada, matéria que já havia sido objecto específico de uma declaração na reunião do ano passado. É verdade que não se verificou, como muitos temiam há uma ano atrás, uma crise financeira global. Mas continua a ser necessário vencermos vários desafios.

É urgente reformar o sistema financeiro internacional de modo a poder responder às novas exigências e às novas realidades de hoje. É preciso fortalecer a cooperação política entre países e espaços regionais. É essencial a concertação de esforços e de vontades tendendo para a criação de mecanismos correctores das tão marcadas assimetrias que cada dia vemos acentuarem-se, quer entre espaços regionais, quer no interior dos Estados menos prósperos. É fundamental encontrarmos um novo equilíbrio entre a lógica do mercado e os valores da equidade que o poder político tem o dever de promover e fomentar.

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

No primeiro semestre do próximo ano, Portugal assumirá a Presidência da União Europeia, o que acontece pela segunda vez desde que aderiu às então chamadas Comunidades Europeias, em 1986. Somos um velho país com vocação universalista. Não estranhará pois que tenhamos apoiado sempre com firmeza o fortalecimento do relacionamento da Europa com outras regiões do mundo, a Ásia, a África e, em particular, a América Latina. Assim continuaremos a fazer.

Entendemos que para aproveitar de forma positiva a globalização é essencial fortalecer os vários processos de integração e aumentar a sua complementaridade.

O natural empenho de Portugal no reforço das relações entre os nossos dois continentes ficou bem patente na ainda recente Cimeira do Rio, cuja presidência, do lado latino-americano, o México partilhou com o Brasil, contribuindo para o seu sucesso; um sucesso que constitui um estímulo seguro para o futuro do nosso relacionamento.

Quero também exprimir a minha esperança na conclusão do Acordo de Livre Comércio entre a União Europeia e o México, o qual, confio, virá imprimir um renovado impulso às nossas relações. A experiência portuguesa de integração europeia deu-nos a consciência de que não estamos sós perante os problemas que se nos deparam e demonstrou-nos as vantagens de procurar soluções comuns, colectivamente decididas e assumidas. Este é, sem dúvida, um dos muitos aspectos positivos que dela retirámos.

Quis aludir a esta experiência porque ela nos aponta também os caminhos para um relacionamento e um diálogo frutífero entre espaços regionais. Diálogo e relacionamento que serão tanto mais efectivos e objectivos quanto maior for o grau de coesão e desenvolvimento de cada um desses espaços.

Creio que os processos de integração só poderão ser plenamente sucedidos se incluírem uma dimensão política, claramente assumida e partilhada, assente nos valores perenes da democracia, da solidariedade e da justiça.

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Na sua acção externa, tanto no plano bilateral, como na União Europeia e no quadro multilateral, Portugal tem constantemente perseguido o objectivo de promover os princípios e valores da

democracia, do estado de direito, assim como o respeito pela dignidade da pessoa humana.

No contexto dos propósitos que acabo de enunciar, não posso deixar de evocar a questão de Timor-Leste.

Como é sabido, a anexação deste pequeno território nunca foi reconhecida pelas Nações Unidas. Ao longo de mais de duas décadas Timor foi ilegalmente ocupado. No passado dia 30 de Agosto, num histórico referendo organizado pela ONU, os timorenses escolheram de forma categórica o seu futuro, numa votação que decorreu com um sentido cívico que a todos nos impressionou.

A tragédia vivida nos dias que se seguiram ao anúncio do resultado desta consulta popular indignou o mundo e provocou uma reacção enérgica que quero aqui saudar. A mobilização de uma força multinacional encarregue de garantir a paz e a segurança daquele território mostra que a Comunidade internacional é capaz de reagir com determinação a situações inaceitáveis no plano político e moral.

Devemos igualmente congratular-nos pela histórica resolução da Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas adoptada na última Sessão Especial, da qual resultou a formação de uma Comissão de Inquérito Internacional, para cuja aprovação tanto pesou o indefectível apoio de quase todos os países da América Latina.

Quero acreditar que os valores que tão repetidamente enunciamos poderão um dia ser efectivamente garantidos. Quero acreditar que situações em tudo idênticas no plano dos princípios merecerão idênticas respostas. Quero acreditar que estamos a dar passos firmes no sentido da edificação laboriosa mas possível de uma nova sociedade internacional, na qual a salvaguarda dos princípios constitua condição de legitimidade dos interesses.

Señora Presidenta,

Señoras y Señores Senadores,

Los portugueses conocemos y admiramos la historia del pueblo mexicano, un pueblo con el que siempre hemos mantenido una relación amiga, una relación de confianza, que deseamos profundizar y desarrollar cada vez más.

Esta visita de Estado, y en particular mi participación en esta sesión solemne del Senado, pretende hacer eco, junto de los representantes del pueblo mexicano, de esta admiración, esta amistad y esta confianza en el futuro de nuestras relaciones.

Permitánme concluir citando las palabras sabias y certeras del gran escritor mexicano Carlos Fuentes, pronunciadas en esta misma sala hace poco más de un mes, cuando le fue otorgado el Premio Belisario Domínguez. Creo no haber mejor forma de expresarles mi profundo agradecimiento por la tan cordial y calurosa bienvenida que me han brindado y de homenajear su labor, ustedes que son hombres de palabra y de acción:

«[...]

Destino de los actos.

Destino de las palabras.

no es cierto que sólo la acción cuente y la palabra no importe. la palabra y la acción caminan de la mano, en días de sol y en noches turbias.»

ALMOÇO OFERECIDO

A CRIADORES E INTELLECTUAIS MEXICANOS

(Visita de Estado ao México)

Cidade do México

12 de Novembro de 1999

É com muito prazer que — neste segundo dia da minha visita de Estado ao México — tenho a ocasião de me encontrar com ilustres personalidades da cultura dos nossos dois países, num almoço que, para além de ser um convívio informal, quer significar e simbolizar a vontade comum de melhor nos conhecermos, naquilo que nos aproxima, como no que nos distingue. A Cultura é, todos o sabemos, o território eleito da liberdade, da invenção, do fermento criador, da inovação, do engenho, da subversão dos códigos e, naturalmente, do conhecimento; do conhecimento de nós próprios e dos outros. Estamos pois em casa. Uma casa aberta e, felizmente, com a mesa posta. E, nesta mesa plural, temos com certeza muito que dizer, muito que ouvir, muito que conhecer.

Evocando ontem Octavio Paz e as suas leituras de Fernando Pessoa, evocámos também um encontro cultural particularmente fértil entre o México e Portugal. Creio que esse encontro, talvez o mais conhecido, mas não o único, terá hoje uma excelente oportunidade para se multiplicar.

Como Portugal, o México é, pela sua própria identidade, um país de encontros e um país que procura encontrar-se consigo mesmo, no seu passado, no seu presente e no seu caminho para o futuro. O meu desejo é que este encontro de hoje frutifique e seja apenas mais um de entre muitos outros que se lhe seguirão.

Falo-vos numa língua antiga e que hoje se renova falada por mais de duzentos milhões de pessoas, em todos os continentes — uma língua a que Pessoa chamou a sua Pátria. Falo-vos com um fascínio e admiração pela riquíssima cultura mexicana, que se expressa numa língua que nos é próxima pelo comum tronco latino de que derivamos, e em que temos justificado orgulho. Assim também as nossas duas línguas — ambas com projecção universal — sejam cada vez mais o permanente instrumento dos nossos diálogos e dos nossos encontros. Muito obrigado a todos e a cada um de vós pela vossa presença.

RECEPÇÃO OFERECIDA

À COMUNIDADE PORTUGUESA NO MÉXICO

(Visita de Estado ao México)

Cidade do México

12 de Novembro de 1999

É com sentida emoção que me encontro hoje entre vós, no termo desta minha visita de Estado ao México. Uma emoção que é ditada pelo reconhecimento do vosso valor e da vossa capacidade de afirmação no país que generosamente vos acolheu.

Tenho um profundo respeito e uma enorme admiração pela forma tão natural como todos os compatriotas aqui presentes se integraram plenamente na sociedade mexicana, mantendo, ao mesmo tempo, bem viva a sua ligação a Portugal.

A vossa participação no progresso e desenvolvimento deste grande país é, para todos os portugueses, motivo de legítimo orgulho. Quero deixar-vos aqui o testemunho muito caloroso do meu apreço e os votos sinceros de maior sucesso para a vossa vida pessoal e profissional, na certeza de que todos continuarão a prestigiar o nome de Portugal em terras mexicanas.

Esta recepção dá-me, igualmente, a grata ocasião de homenagear duas personalidades ímpares que muito contribuíram para aproximar o México e Portugal.

Francisco de Paula Oliveira Júnior, conhecido como Pavel, que aqui tomou o nome de Antonio Rodriguez, já não se encontra entre nós, mas dele perdura a vastíssima e multifacetada obra que nos legou, abarcando o romance, a crítica literária e artística, o ensaio, a grande reportagem. Foi seguramente uma das figuras mais notáveis da diáspora de portugueses que, neste século, tive-

ram de buscar noutros países a liberdade que lhes era negada na sua própria terra.

Este português de invulgar talento e cativante personalidade entrou, muito justamente, na lista de nomes que marcaram a vida cultural mexicana do século XX. É com muito prazer que entregarei a suas filhas a condecoração com que deliberei agraciá-lo, prestando-lhe, em nome do Povo português, um merecido tributo. Terei, igualmente, o gosto de aqui condecorar o Dr. Francisco Cervantes, um cidadão mexicano que, pela sua lusofilia e lusofonia apaixonadas, se tornou, ao longo dos anos, quase num português. O conhecimento e a divulgação no México da nossa literatura, e em particular de Fernando Pessoa, muito devem ao seu empenho e ao seu trabalho entusiasta.

Creio que não poderia haver melhor ocasião para homenagear Pavel e Francisco Cervantes do que este convívio com a comunidade portuguesa.

A todos e cada um de vós quero agradecer-vos a vossa presença.

JANTAR OFERECIDO

PELO PRESIDENTE DO MÉXICO

(Visita de Estado ao México)

Cidade do México

12 de Novembro de 1999

Quero, em primeiro lugar, agradecer as tão amáveis palavras que, em nome do Povo mexicano, me dirigiu e que muito me sensibilizaram. Quero, igualmente, dizer quanto nos penhora a calorosa hospitalidade que Vossa Excelência e sua Excelentíssima esposa nos dispensaram, a minha mulher, à comitiva que me acompanha e a mim próprio, desde a nossa chegada a esta terra amiga e acolhedora.

É para mim muito grato estar hoje aqui, acompanhado por uma expressiva comitiva, retribuindo a visita que Vossa Excelência efectuou a Portugal no passado ano. Trata-se, naturalmente, de uma ocasião que reveste, para mexicanos e portugueses, um alto significado, ao salientar os fortes e antigos laços de cooperação, de entendimento e de amizade que nos unem.

México e Portugal marcaram com cunho próprio a história da América e da Europa, participando nas suas mudanças decisivas, nas suas etapas conturbadas, nas suas grandes realizações. Ao longo dos anos, foi valioso e determinado o nosso contributo para o relacionamento tão especial que existe entre os nossos dois continentes, muito particularmente entre a América Latina e os velhos Estados peninsulares da Europa.

Os portugueses habituaram-se a reconhecer nos mexicanos o valor de um Povo que lutou sempre tenazmente pela sua dignidade, pela sua identidade e pela sua liberdade, que soube conquistar corajosas reformas políticas e sociais, que deu inexcusáveis provas

de solidariedade para com tantos cidadãos que, perseguidos nos seus países de origem, aqui procuraram refúgio.

Terra imensa, situada na encruzilhada das grandes culturas e civilizações pré-colombianas, Olmecas, Toltecas, Aztecas, Maias, entre outros, forjaram a forte personalidade e o nobre carácter dos mexicanos. A chegada dos europeus, com os encontros e desencontros que acarretou, não apagaria os traços perenes das antigas culturas autóctones, que se transformaram mas não se perderam. No génio dos grandes criadores mexicanos ecoa e fermenta a poderosa dialéctica e a feliz síntese desta fecunda herança, a par de um espírito sempre aberto à modernidade que, em muitos momentos do século XX, inscreveu este grande país na vanguarda da cultura mundial.

Na nossa história e na nossa cultura, vários são os contactos que mutuamente nos enriqueceram. Evoco, por exemplo, a fascinante figura de Luís de Carvalhal, que aqui se fixou no século XVI — como tantos cristãos-novos lusos — vindo a fundar o Reino de Nuevo León. Recordo igualmente a divulgação por Octavio Paz da obra de Fernando Pessoa, que tanto contribuiu para o conhecimento do genial poeta português no mundo de língua espanhola, a quem esta noite prestámos, também por isso, merecido tributo. Quero ainda homenagear a memória de Pavel, o histórico resistente antifascista português, que nesta terra generosa viveu um longo exílio.

Adoptando o nome de Antonio Rodriguez, privou com as maiores figuras da cultura deste país e ganhou, através da sua obra multifacetada e da sua cativante personalidade, a admiração e a estima dos mexicanos.

Senhor Presidente,

Mexicanos e portugueses respeitam-se e estimam-se mutuamente e são hoje animados pelo comum afã de estreitar ainda

mais os laços que nos unem. O notório aumento do intercâmbio de visitas ao mais alto nível verificado nos últimos anos diz bem da nossa vontade em fortalecer as relações bilaterais, alargando-as a um número crescente de áreas de interesse recíproco. As corajosas reformas políticas, económicas e financeiras que o México levou a cabo nos últimos anos vieram, sem dúvida, criar condições para desenvolver ainda mais este relacionamento.

Queremos aproveitar plenamente as potencialidades e complementaridades das nossas economias, aumentando os investimentos recíprocos e o volume das trocas comerciais, queremos atrair mais turistas mexicanos a Portugal e trazer mais portugueses a terras mexicanas, queremos intensificar e diversificar os intercâmbios culturais, queremos, em suma, melhorar o nosso conhecimento mútuo. O programa desta minha visita e a comitiva que me acompanha testemunham bem estes nossos anseios.

Portugal é hoje uma democracia moderna, um país comprometido com os grandes desafios do nosso tempo. Vinte e cinco anos após a revolução de Abril, podemos dizer, com legítima satisfação, que a nossa voz é ouvida e respeitada na cena internacional. O nosso contributo para a construção de uma sociedade global mais justa e mais humana é firme e continuado.

Paralelamente, a nossa economia acompanhou as profundas mutações que o país conheceu nos últimos anos, modernizando-se e internacionalizando-se de forma irreversível. Em 1998, facto inédito na nossa história, o investimento português no exterior superou o investimento estrangeiro em Portugal.

No mesmo ano, fomos o sexto investidor, de entre os países da União Europeia, no conjunto da América Latina, dado este que revela uma nova e muito positiva dinâmica de diversificação dos destinos do investimento português.

Nos últimos anos, a cultura portuguesa conheceu igualmente uma notória projecção, nas mais diversas áreas, contribuindo poderosamente para a afirmação do país no mundo. A esta irradiação da nossa literatura, do nosso cinema, das nossas artes plásticas, da nossa música, da nossa arquitectura, correspondeu naturalmente um renovado interesse pela língua portuguesa, pátria de Fernando Pessoa e de mais de duzentos milhões de luso-falantes. Temos pois um amplo campo de acção para o reforço das nossas relações bilaterais.

No quadro das relações externas da União Europeia, a América Latina tem vindo a assumir crescente importância, confirmando uma aposta estratégica que Portugal sempre apoiou com vigor. Naturalmente que continuaremos empenhados em contribuir para o fortalecimento destas relações durante a nossa próxima presidência da União.

Acreditamos que para aproveitar de forma positiva o presente fenómeno da globalização é fundamental fortalecer os distintos processos de integração regional e aumentar a complementaridade entre eles.

Neste sentido, não posso deixar de saudar os resultados alcançados na Cimeira do Rio, assim como os esforços do México — que partilhou a sua presidência com o Brasil — para que esta histórica reunião significasse um importante passo em frente no sentido de uma parceria cada vez mais consistente e objectiva entre a América Latina e a Europa. Escusado será dizer que Portugal nisso se empenhou de forma activa e entusiasmada.

Espero, por outro lado, que a negociação em curso com vista à conclusão do Acordo de Livre Comércio entre a UE e o México chegue a bom termo, o que, a concretizar-se, viria, sem dúvida, permitir encetar uma nova etapa nas nossas relações.

Quero igualmente sublinhar a acrescida utilidade e projecção internacional que vem tendo o diálogo político e a cooperação entre os países ibero-americanos, no quadro dos nossos encontros anuais de Chefes de Estado e de Governo.

Dentro de dias, em Havana, prosseguiremos a reflexão tão proveitosa que iniciámos no Porto, debatendo a situação financeira internacional numa economia globalizada. Estou certo de que, mais uma vez, a partir de um debate franco e aberto, lograremos reforçar o entendimento comum sobre uma matéria que a todos nos diz respeito, identificando os desafios que se nos deparam e apontando as respostas que estes nos exigem.

É necessário aumentar a cooperação política entre países e espaços regionais, é preciso concertar esforços no sentido de corrigir as assimetrias que cada dia vemos acentuarem-se quer no interior dos estados menos prósperos, quer entre estes e os mais desenvolvidos. É indispensável encontrarmos um equilíbrio entre a lógica do mercado e os valores da equidade, que precisamos de defender através de um impulso político firme e decidido. É necessário ponderar quais as reformas do sistema financeiro internacional que permitam melhor adaptar as instituições de Bretton Woods às novas realidades e exigências dos nossos dias.

Senhor Presidente,

Muitos são os desafios que o tempo presente nos convoca. Muitas são as dúvidas e as interrogações para as quais teremos de saber encontrar as respostas adequadas. Muitas são as esperanças por cumprir.

Permita-me que de entre essas muitas esperanças aqui destaque uma: a esperança de um dia podermos ver garantido pela Comunidade Internacional o valor inalienável da dignidade da pessoa humana; a esperança de um dia podermos confirmar que, nas

relações internacionais, o respeito dos princípios constitui condição de legitimidade dos interesses.

O caso de Timor-Leste, que Vossa Excelência bem conhece, forneceu-nos, infelizmente, a ocasião para demonstramos que é difícil mas possível concretizar a esperança de construir uma sociedade internacional comprometida com a salvaguarda dos valores e dos princípios em que diz rever-se. Assim a sua resolução — para a qual as Nações Unidas e tantos países vêm prestando um inestimável contributo — possa constituir um passo firme no caminho para uma nova sociedade internacional.

Ciertamente que los mexicanos y los portugueses tienen un papel que desempeñar en la tarea conjunta – y que debe movilizar a todos los países – de construir un mundo más solidario, más justo, más humano, más equilibrado, más desarrollado. En las organizaciones internacionales y regionales de que formamos parte, en nuestras relaciones bilaterales con otros Estados, tengo la seguridad de que sabremos corresponder a los ideales comunes que nos animan.

Señor Presidente,

En el transcurso de esta visita, tendremos la oportunidad de conocer mejor este gran país y también, de darnos mejor a conocer. El rescaldo de este primer día nos brinda la seguridad de que de él saldrán fortalecidos los lazos de amistad y de cooperación que nos unen, así como nuestro conocimiento mutuo.

Quiero reiterar a usted y a Su Excelentísima Señora Esposa mi muy sincero agradecimiento por la calurosa acogida que nos han dispensado a mí, a mi esposa y a la comitiva que me acompaña. Les pido que me acompañen en un brindis por su felicidad personal Señor Presidente, por la prosperidad creciente del pueblo mexicano y por el refuerzo constante de la cooperación entre México y Portugal.

Muchas Gracias.

SESSÃO DE ABERTURA
DA IX CIMEIRA IBERO-AMERICANA
Cuba, Havana
16 de Novembro de 1999

Quero, em primeiro lugar, agradecer a Vossa Excelência, Senhor Presidente Fidel Castro, o convite que me dirigiu para participar nesta Cimeira e desejar-lhe sucesso na condução dos trabalhos que agora iniciamos. Estou certo de que, uma vez mais, sairão reforçados os sólidos laços de cooperação e amizade que unem a nossa comunidade solidária de Estados, assim como o entendimento comum sobre vários temas de interesse recíproco, nomeadamente sobre o que hoje nos irá ocupar.

En nombre mío y de la delegación portuguesa quiero igualmente dirigir desde aquí un caluroso y fraterno saludo al Pueblo cubano, manifestarle mi más profundo respeto y formularle los más sinceros y amigos votos por un futuro de libertad, paz, desarrollo y progreso. Creo que todos aquellos que se encuentran alrededor de esta mesa me acompañan en este saludo y en este solidario deseo. Antes de passar a uma apreciação sobre o caminho até aqui percorrido nas nossas cimeiras e de entrar nas matérias que hoje iremos discutir, permitam-me uma breve referência a Timor. Nesta hora de esperança em que foi concretizada uma viragem histórica no sentido da independência daquele território, quero-vos agradecer muito vivamente o apoio que a justa causa do Povo timorense recebeu, ao longo dos anos, nas cimeiras ibero-americanas. Permitam-me, ainda, apelar à continuada solidariedade de todos e cada um dos países aqui representados para as tarefas de reconstrução e do nascimento do novo Estado de Timor-Leste.

Majestade,
Senhor Presidente,
Excelências,

Ao cabo de oito cimeiras, podemos hoje afirmar com justificada satisfação que o diálogo político e a cooperação entre os países ibero-americanos assumem uma cada vez maior utilidade para todos nós, ao mesmo tempo que aumenta a projecção internacional destes nossos encontros anuais e a sua capacidade de intervir nas grandes questões mundiais e de as influenciar. A presença entre nós de observadores de numerosas organizações internacionais, que aproveito para saudar — entre as quais a CPLP, que representa os mais de 200 milhões de luso-falantes — vem atestar esta realidade. Devêmo-lo ao continuado empenho no fortalecimento dos antigos laços que nos ligam, ao espírito de abertura e de franqueza que tem norteado sempre os nossos debates, à nossa capacidade de adaptar o seu formato em função de uma compartilhada exigência de atingirmos conclusões mais incisivas e operativas, à nossa determinação em conferir um carácter institucional à nossa cooperação, que se traduziu na criação da Secretaria de Cooperação Ibero-americana. Devêmo-lo, em suma, ao confiante relacionamento que soubemos construir, correspondendo ao objectivo constante de aproximar, cada vez mais, os nossos Povos.

Um objectivo que as nossas populações acarinham com indisfarçável entusiasmo, como temos verificado, ao longo destes anos, em Guadalajara, em Madrid, em Bariloche, em Cartagena da las Indias, em Salvador da Bahia, em Santiago do Chile, na Ilha Margarita, no Porto e, agora, na cidade de Havana.

Quero aqui assegurar que, durante a já próxima presidência portuguesa da União Europeia, continuaremos activamente empenhados e apostados no reforço das relações com a América Latina, que constituem para nós uma prioridade.

Concluir-se-á nesta reunião a participação do meu país na «troika» que representa os 21 Estados da nossa Comunidade. Como Chefe de Estado de Portugal, cabe-me a honra de intervir, este ano pela última vez, na sessão de abertura de uma Cimeira Ibero-americana. Na Cimeira do Porto, mantivemos uma útil discussão sobre os desafios da globalização. O tema que hoje discutiremos: Ibero-América e a situação financeira internacional numa economia globalizada dará continuidade à reflexão que então iniciámos. Temos de reconhecer que aqueles desafios permanecem este ano tão vivos quanto o eram aquando do nosso último encontro. A situação financeira internacional, embora não corresponda hoje aos cenários mais pessimistas de há meses atrás, não deixa de ser preocupante.

Os últimos anos caracterizaram-se por uma expansão constante dos mercados financeiros mundiais, acompanhada pela multiplicação dos instrumentos ao seu serviço. Se, por um lado, esta expansão veio facilitar o acesso a recursos financeiros por parte dos países em vias de desenvolvimento, por outro, abriu as portas a movimentos especulativos de grande envergadura e gerou uma tendência para a instabilidade e o desequilíbrio dos mercados devido à volatilidade do capital perante situações de oportunidade ou de crise.

Importa por isso, conforme já foi expresso na Declaração do Porto, fortalecer a capacidade de diagnóstico, reacção e prevenção por parte dos organismos financeiros internacionais para minorar os efeitos nocivos desta situação.

Sabemos que são os Estados menos prósperos os mais expostos à turbulência financeira, que são as economias mais frágeis as primeiras a sofrer o seu impacte brutal.

Os resultados destas crises são conhecidos. Traduzem-se invariavelmente no acentuar das desigualdades sociais no interior dos

países economicamente mais débeis e no aumento do fosso que os separa dos Estados mais desenvolvidos, comprometendo, tantas vezes, os esforços e os sacrifícios empreendidos ao longo de vários anos.

Quero salientar os esforços muito positivos dos países da América Latina para combater corajosamente os efeitos perniciosos das recentes crises dos mercados financeiros internacionais.

São esforços que têm de ser incentivados e apoiados, tanto mais quanto ocorreram em condições particularmente desfavoráveis e gravosas para muitas das economias da região. Essas condições difíceis não foram, felizmente, terreno de cultivo para tentações autoritárias. As soluções democráticas impuseram-se naturalmente, confirmando ser este o único caminho certo para o desenvolvimento e o progresso da América Latina.

Esta indispensável capacidade dos países ibero-americanos para fazer face aos embates da instabilidade financeira internacional poderá, no entanto, ver-se debilitada se não conseguirmos perspectivar o futuro a prazo e definirmos uma estratégia que tenha em conta os desequilíbrios da economia mundial.

Essa estratégia terá de passar pela procura de um novo equilíbrio entre a lógica do mercado e os valores da equidade. Para alcançar tal equilíbrio, será necessário caminhar para um funcionamento mais participado e mais eficaz das organizações e das instituições multilaterais, que permita corrigir os efeitos perversos gerados pela liberdade de movimentos do capital, contribuindo assim para que estas sirvam a difícil mas necessária construção de uma ordem global mais justa, mais equitativa, mais solidária. Será igualmente indispensável reforçar a cooperação política entre países e blocos regionais. Uma cooperação que deverá tender para a criação de mecanismos correctores das desigualdades que cada dia se vão aprofundando de forma evidente. Uma coopera-

ção que permita encontrar um novo equilíbrio entre o poder económico e o poder político e que não deixe irremediavelmente à margem do progresso e do bem-estar os países menos prósperos. Tenho a convicção de que a consciência acrescida da nossa interdependência é um dos dados positivos da globalização. É ela que não só nos recomenda mas igualmente nos impõe um dever de solidariedade. Creio, no entanto, que a entreativa internacional só poderá ser uma legítima reclamação se for acompanhada por uma auto-ajuda. Ou seja, cada Estado tem uma responsabilidade primária na escolha das políticas económicas mais adequadas ao seu próprio contexto, escolha essa que condiciona a eficácia e o alcance da cooperação externa.

Não haverá pois soluções internacionais eficazes sem soluções nacionais ajustadas. Mas também é certo que estas, por si só, não serão suficientes, em particular no caso dos países menos desenvolvidos.

Majestade,
Senhor Presidente,
Excelências,

Se queremos efectivamente pôr a globalização ao serviço da humanidade, para que ela se traduza, cada vez mais, numa dinâmica de mundialização das oportunidades, teremos que estar à altura destes desafios. Isso reclamará um grande empenhamento, um grande esforço e uma grande abertura de espírito.

Este exigente processo só será exequível num mundo crescentemente comprometido com os princípios e valores perenes da democracia. Porque, todos o sabemos, a democracia é a melhor aliada do desenvolvimento, assim como o desenvolvimento é o melhor aliado da democracia. E a verdadeira democracia pressupõe o respeito da dignidade da pessoa humana, dos seus direitos fundamentais, da sua capacidade de livre iniciativa, em suma da sua liberdade.

Quero terminar citando as palavras da declaração de Vinã del Mar que adoptámos em 1996 e que me parecem manter toda a actualidade: «Estamos convencidos de que la dignidad de las personas, la igualdad y la participación plena de mujeres y hombres en la política, la economía y la sociedad, son fundamentales para la práctica democrática. La noción de que ningún ciudadano puede verse afectado en sus derechos fundamentales en nombre de una vision dogmática de la sociedad, del Estado o de la economía, debe afianzarse hondamente en la cultura democrática de nuestros pueblos.»

Reiterando os mais sinceros votos de sucesso para os trabalhos desta cimeira, deixo agora a palavra ao Senhor Presidente Fidel Castro, que nos irá expor o tão importante tema que hoje iremos debater.

CERIMÓNIA DE APRESENTAÇÃO
DE CUMPRIMENTOS DE ANO NOVO
PELO CORPO DIPLOMÁTICO
Palácio Nacional de Queluz
28 de Janeiro de 2000

*A*gradeço-lhe, Excelência Reverendíssima, os votos tão amáveis que me transmitiu em nome do Corpo Diplomático. São votos que muito me penhoram e que gratamente retribuo, pedindo-vos, Excelências, que transmitam aos vossos Chefes de Estado e aos vossos Governos os meus votos sinceros de harmonia, bem-estar e progresso acrescido, neste novo ano que iniciámos e que, sendo, duplamente, o primeiro, do século e do milénio, reveste grande carga simbólica.

Cada ano novo é portador de uma esperança renovada de paz, progresso, justiça, solidariedade reforçada entre os Homens e entre as Nações. Com o dobrar do século, à esperança habitual acresce a consciência do peso da História que, constituindo uma herança e legando um património, molda o presente e delinea os contornos do futuro.

Ajuizar um ano de vida colectiva — no plano de cada nação ou da comunidade internacional no seu conjunto — parece tarefa relativamente fácil, embora a falta de recuo não deixe de constituir um óbice. Aferir cem anos dessa existência é exercício de maior dificuldade. Pesar mil anos da nossa história é obra demiúrgica que parece ultrapassar os limites da nossa consciência temporal.

A memória colectiva não se compadece de cronologias nem de encadeamentos de factos alargados no tempo. A sua lógica é cada vez mais a da imediatez e por isso se torna necessário reiterar o exercício comemorativo dos acontecimentos que marcaram a nossa

história e reafirmar valores e ideais partilhados pelos homens de todos os continentes.

Se quisermos contribuir para a construção de um futuro desejável, mas viável, assente em princípios que correspondam a um projecto voluntarista de reforma do mundo actual, é indispensável atermo-nos por alguns instantes no passado recente e lançar sobre ele um olhar retrospectivo.

Senhores Embaixadores,

O ano que passou foi rico em acontecimentos particularmente importantes à escala continental, ou mesmo mundial. Uns de sinal positivo, outros infelizmente, de efeitos preocupantes e amiúde negativos. Factos na sua maioria que, pelo significado revestido, continuarão a repercutir-se no tempo.

Assistimos uma vez mais à deflagração de conflitos armados, motivados por diferendos étnicos. Se alguns puderam ser contidos, como no Kosovo, graças à intervenção da NATO, outros continuam ainda a produzir efeitos devastadores, ceifando vidas, defraudando esperanças e acumulando ruínas e destroços. Penso particularmente na Chéchénia.

Infelizmente, a cessação das hostilidades nem sempre tem sido sucedida pela instauração de uma verdadeira paz. As feridas abertas pela guerra tardam a sarar. A persistência de conflitos latentes, contidos pela presença de forças internacionais de manutenção da paz, foi uma constante do ano que passou. Vemos continuamente prorrogados os mandatos das forças de paz da ONU em catorze zonas do globo. Na Bósnia e no Kosovo, a meta da reconciliação parece ainda distante. Não temos alternativa senão persistir, até que se vão criando as condições que possibilitem uma resolução pela via negocial dos problemas em causa.

Paralelamente, houve focos de tensão que felizmente se atenuaram, estando em negociação ou já consumada uma solução po-

lítica para os respectivos diferendos. Penso especialmente na Irlanda e no processo de paz do Médio Oriente, formulando votos para que, em relação ao último, as partes interessadas consigam vencer os obstáculos ainda remanescentes e evitar novos impasses. Motivo de preocupação no ano de 1999 foi certamente a ausência de progressos no domínio do controlo dos armamentos, em especial na vertente das armas nucleares. Faço votos para que esta questão seja objecto da consideração que deve merecer, em especial por parte dos países que, por serem potências nucleares, detêm uma responsabilidade particular nesta matéria.

Entre os acontecimentos de sinal positivo, saliente-se a renovação da dinâmica que anima as Nações Unidas, cujos princípios doutrinários o seu Secretário-Geral tem corajosamente defendido, mau grado a resistência sempre suscitada pelas ideias novas. No novo século, teremos de continuar a lutar pelo reconhecimento universal de que a dignidade da pessoa humana é um valor essencial que cada vez mais justificará uma intervenção da comunidade internacional quando os Estados não a saibam respeitar.

Senhores Embaixadores

De todos os continentes, África tem sido o mais martirizado, palco de guerras, miséria, fome e epidemias endémicas de efeitos devastadores. Não podemos alhear-nos das tragédias humanas que ali proliferam nem sucumbir ao desânimo perante o panorama tantas vezes desolador que o continente nos oferece. Teremos de continuar a procurar um novo modelo de relacionamento com África que alie a solidariedade e a responsabilização e encoraje a boa governação sem, no entanto, querer impor modelos rígidos nem sempre bem adaptados à realidade africana. Estou seguro de que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa poderá contribuir para esse fim.

Ao referir-me a África, desejaria fazer uma menção particular a alguns países da lusofonia. Em relação a Angola, entramos no novo ano com a esperança de que esteja próximo o termo da imensa catástrofe humanitária que ali se vive e que tenha início a reconstrução do país. Quanto a Moçambique, não poderia deixar de mencionar a realização das segundas eleições gerais, que constituem mais uma etapa na implantação de um regime democrático. Congratulo-me igualmente com a evolução da situação na Guiné-Bissau que, depois de ter atravessado uma fase conturbada da sua história, entrou agora num período de normalização da sua vida política, tendo igualmente assegurado a realização de mais um escrutínio democrático.

No que respeita à Ásia, parece entrar no novo século, tendo definitivamente vencido a crise financeira de 1997. É motivo de regozijo, restando augurar que a retoma se consolide também nos países mais afectados da região e que dê lugar ao reforço da democracia e das solidariedades regionais. Para Portugal, o ano que passou foi particularmente rico nas suas relações com este continente. Refiro-me naturalmente à transferência da soberania sobre Macau para a República Popular da China, início de um novo ciclo das nossas relações com este país; à conclusão do processo de autodeterminação de Timor; e ao restabelecimento de relações diplomáticas com a Indonésia. Temos agora pela frente o enorme desafio da reconstrução do território timorense e da gestação de um novo Estado independente. Confio na capacidade dos timorenses para responder a esse repto, para o que poderão contar com a ajuda da Comunidade Internacional e de Portugal. Que me seja permitido formular, em atenção do povo timorense e das gentes de Macau, votos de paz, estabilidade e progresso para a nova época que, em ambos os casos, agora se inicia.

Uma palavra também sobre a América Latina, que continua a rumar corajosamente contra a turbulência financeira que a atingiu, trilhando o seu caminho próprio, entre dificuldades, bloqueios e escolhos e a consolidando formas de integração e cooperação regional. Tive o privilégio este ano de participar em mais uma Cimeira Ibero-Americana, ocasião para cimentar a crescente solidariedade entre os países da América Latina, Espanha e Portugal. Uma referência muito especial para as celebrações neste ano de 2000 dos 500 anos da descoberta do Brasil. Que as comemorações desta efeméride espelhem e projectem no futuro o actual dinamismo das nossas relações.

A nível europeu, o último ano do século foi marcado pelo progresso notável da construção da União Europeia, na dupla vertente da consolidação e aprofundamento do acervo existente bem como da sua extensão e desenvolvimento. Em relação ao primeiro aspecto, procedeu-se à aplicação de decisões anteriormente tomadas, de que a introdução do Euro e a criação das instituições reguladoras da nova moeda, a conclusão da Agenda 2000 e a aplicação das reformas institucionais previstas no Tratado de Amesterdão são exemplos notórios. Quanto ao segundo, assistiu-se ao lançamento dos alicerces de uma nova fase, mediante as decisões da Cimeira de Helsínquia relativas ao alargamento e à inclusão da Turquia no grupo dos candidatos à adesão, bem como ao reforço da política externa e de segurança comum europeia. A actual Presidência Portuguesa da UE será a primeira a assumir a grande responsabilidade de aplicar estas decisões. Durante o semestre em curso, serão aceleradas as negociações para o alargamento, desígnio de importância histórica para a consolidação da paz, da democracia e da prosperidade na Europa. Deverão também ser iniciados os trabalhos atinentes à reforma das instituições da União, no âmbito da Conferência Intergovernamental,

que será em breve inaugurada e cuja conclusão, desejamos, tenha lugar até ao fim deste ano. Prioritária será também a edificação de uma Política Europeia Comum de Segurança e Defesa, com vista ao desenvolvimento de uma capacidade operacional credível, apoiada pelos instrumentos necessários para uma actuação autónoma da União na gestão dos aspectos militares e não militares de crises, sem prejuízo do papel insubstituível que a NATO continua a desempenhar nesta área.

Ninguém ignora que o desafio com que a UE se defronta exigirá, da parte dos seus diferentes actores, talentos de visionário e realismo pragmático, sentido da história e percepção da oportunidade, flexibilidade nas negociações e firmeza nas intenções, em prol do interesse geral. Temos de considerar não apenas os países membros da União e os candidatos ao alargamento, mas também a Rússia e a Ucrânia, e, noutro plano, os países da região balcânica. Todos eles devem encontrar o seu espaço nos diferentes segmentos da cooperação europeia. Os próximos anos serão decisivos para a afirmação do projecto europeu; pelo exemplo que este constitui, a evolução da comunidade internacional no seu conjunto é largamente tributária do seu curso.

Senhores Embaixadores,

A ordem internacional tem de assentar no primado do direito, no respeito pelos direitos humanos, no empenho sincero na resolução pacífica dos diferendos, na boa fé e na confiança mútua entre os Estados, na coerência de atitudes.

A estabilidade internacional e a paz não são, no entanto, incompatíveis com mudanças, crises ou convulsões. Há períodos, na história, em que, nos escombros de um mundo velho, desponta uma ordem nova. São períodos de charneira, em que se torna necessário restabelecer os princípios de uma organização renovada. São, em geral, épocas de renascimento, de labor e entusiasmo

excepcionais, mas também de dificuldade e incerteza causadas pela necessidade de reformular os arquétipos da vida colectiva em prol das gerações vindouras.

Como disse, este ano que iniciámos, revestindo-se de um simbolismo particular será para todos, estou certo, um ano exigente. Olhamo-lo com optimismo e confiança mas estamos cientes da dor e da miséria que continuam a estigmatizar a humanidade, bem como da nossa responsabilidade colectiva na procura de um mundo mais justo e mais humano.

A globalização, associada à nova ordem económica mundial, tem permitido, graças aos progressos tecnológicos e científicos, um assinalável progresso material e bem-estar acrescido das populações. Não ignoramos contudo que também tem redundado no aumento das desigualdades, criando marginalização e exclusão crescentes, quer a nível interno dos países mais desenvolvidos quer a nível internacional.

Não nos podemos fiar exclusivamente no mercado se quisermos combater estas tendências, de modo a repartir a riqueza com mais equidade. Teremos de criar os instrumentos para uma melhor governabilidade, à escala mundial, do processo de globalização, através do reforço e da reforma das instituições multilaterais e da criação de espaços regionais mais sólidos e integrados.

A decisão de acelerar e iniciar a aplicação do processo de perdão da dívida aos países mais pobres do terceiro mundo, cujos efeitos começam a ser visíveis é, neste contexto, de saudar. É um gesto que testemunha da responsabilização dos chamados países ricos perante o depauperamento e exclusão crescentes de uma extensa franja da população mundial.

A racionalização da produção dos bens económicos e da riqueza passará, outrossim, pela inclusão inevitável da vertente ambiental. Este é um dos desafios específicos do novo milénio que as gera-

ções passadas ignoraram, mas a que as gerações presentes não se poderão furtar.

Nos últimos anos, há a registar notáveis progressos materiais, uma elevação dos padrões de bem-estar de um número crescente de populações, o aprofundamento e acumulação dos conhecimentos científicos e a sua divulgação a grupos cada vez mais extensos de pessoas e manifestações múltiplas e plurais das mais diversas culturas, acessíveis a um número cada vez maior de indivíduos. Não obstante, temos por vezes a sensação de assistir a uma fragmentação do saber e a uma erosão de valores comuns e de ideais partilhados.

É desafio do novo século forjar uma cultura que dê um sentido político à globalização, aliando a noção de um destino comum, assente no respeito pelos direitos humanos e na busca da paz e do progresso, à consciência da diversidade e à necessidade de tolerância e de diálogo entre todos os povos do nosso planeta.

Senhores Embaixadores

Para terminar, desejo-vos que o ano agora iniciado seja de paz e de progresso para os vossos povos, e de bem-estar para os Chefes de Estado que aqui representais. Peço especialmente aos Embaixadores dos países que tive o prazer e a honra de visitar no ano passado que transmitam os meus penhorados agradecimentos a Suas Majestades os Reis de Marrocos, da Bélgica e da Tailândia, e a Suas Excelências os Presidentes da Confederação Suíça, Irlanda, Eslovénia, Hungria, México e Cuba pela forma tão cordial como me acolheram, de que guardo recordações indeléveis.

Permitam-me que, pelo seu significado tão especial, termine, referindo de uma forma particularmente sentida, as deslocações que, no ano de 1999, efectuei ao território de Macau e a viagem de homenagem ao povo timorense, que finalmente só este ano poderei realizar.

Muito obrigado e Bom Ano!

CAPÍTULO XVI

HOMENAGENS

*«Os seus exemplos têm direito a fazer parte
do nosso património mais honroso.»*

AOS PRESOS POLÍTICOS

Peniche

13 de Março de 1999

*A*gradeço à Câmara de Peniche o convite para esta visita e a oportunidade para tomar contacto com alguns projectos em desenvolvimento na cidade.

Quis porém que esta visita se não resumisse a uma presença meramente protocolar. Aliás, poder-se-ia mesmo dizer que os problemas e as realizações que ocorrem nas nossas cidades e concelhos são demasiado importantes para que lhes dispensemos meras passagens protocolares.

Estou pois aqui hoje — como procuro estar nas deslocações que efectuo — para ver e para ouvir, para exprimir uma solidariedade concreta e para valorizar as iniciativas igualmente concretas. Os portugueses têm exercitado, nas últimas décadas, uma capacidade colectiva de realizar e absorver mudanças fundamentais. Para muitos, essa capacidade era talvez insuspeitada. Não me canso, por isso, de sublinhar os exemplos concretos dessa capacidade e de apelar à energia e ao esforço nacionais para melhorar as nossas condições de existência e aperfeiçoar as condições da igualdade de oportunidades e da equidade.

A visita a Peniche abrange, além da Fortaleza, as instalações portuárias, a cooperativa CerciPeniche e a associação dos Bombeiros — em suma, organizações e locais onde todos os dias se combate pelo futuro, seja contra a exclusão e pela reabilitação da pessoa deficiente, pela competitividade das nossas actividades marítimas, ou pela segurança das pessoas e bens em situações de emergência.

Quero aproveitar para, de uma forma especial, dirigir uma saudação a Peniche, à cidade e ao concelho.

Permitam-me que, nessa saudação, destaque em primeiro lugar a Peniche dos pescadores, que, durante séculos, foi a alma da povoação e da sua economia; essa é uma Peniche de grandes sofrimentos, de determinação e de solidariedade; uma Peniche de heroísmo e de trabalho, cujas marcas fazem parte da nossa cultura. Quero dizer que, apesar das dificuldades de ontem e de hoje, essa Peniche não é dispensável, temos o dever de tudo fazer para poder continuar a contar com ela.

Saúdo também os outros ramos de actividade e os outros profissionais de Peniche — uma cidade que se expandiu fortemente em áreas de serviços e indústrias, as quais ajudaram a fazer de Peniche uma cidade moderna. Acredito que com o seu empenhamento e sua iniciativa será possível continuar a resolver os problemas complexos que a cidade tem pela frente e que o seu município, em colaboração com o Estado central, está a combater. Tem esta fortaleza onde nos encontramos a bela idade de 354 anos, se li bem a lápide da porta de armas. É um lugar de memória para Peniche e para o país.

Visitei esta fortaleza em 1991, já então aqui se desenvolviam actividades culturais e se perspectivava para este local um centro cultural e de lazer. Creio que esse projecto está hoje mais próximo, com a afectação de parte das instalações a uma pousada, contribuindo não só para a preservação deste património, como para a valorização do seu papel na vida cultural e económica da cidade.

Durante 40 anos, entre 1934 e 1974, esta fortaleza foi depósito de presos políticos. Vindo aqui hoje, quero também evocar essa circunstância, porque ela faz parte da nossa história colectiva.

Faço-o serenamente. Sem qualquer assomo de ajuste de contas com o passado, mas também sem passar ao lado dos factos, por mais incómodos que pareçam.

Por aqui passaram muitos portugueses que, com a sua palavra e os seus actos, desafiaram a Ditadura. Quis, de forma muito simples, lembrá-los a todos, sem excepção e por isso convidei alguns deles a acompanhar-me hoje nesta visita.

Quero agradecer-lhes o terem aceite o meu convite, caros Manuela Bernardino (em memória de José Bernardino), Dias Lourenço, Carlos Brito, Domingos Abrantes, António Borges Coelho, Edmundo Pedro, Fernando Pereira Marques, António Peres Metelo, José Luís Saldanha Sanches, Fernando Brederode Santos, Rui D'Espina e Manuel Serra. Por vosso intermédio quero saudar todos os que por aqui passaram.

É um reconhecimento devido em nome da Democracia — sem a qual não estaríamos aqui — pelo facto de terem tornado possível a Liberdade. Na vossa pluralidade — de gerações, de orientações, de proveniências — vocês representam a Dignidade de Portugal, forjada na afirmação da autonomia individual, na reivindicação de uma cidadania plena e na convicção de que se há um destino que vale a pena é o da Liberdade. É graças à Resistência que Portugal pode dizer, pelas palavras de Jaime Cortesão, referindo-se à Liberdade: «Bem sei que é necessário conquistar-te / A cada dia e a duro preço. / Por ti tenho sofrido quanto os homens / Podem sofrer. Por isso te mereço».

Jaime Cortesão esteve aqui, detido nesta fortaleza, em 1940. O regime da Liberdade que hoje vivemos é indissociável do pluralismo. Foi esse tributo ao pluralismo que quis simbolizar neste convite a personalidades tão diversas para me acompanharem nesta visita. É o pluralismo que defende a Liberdade, que defende e consolida.

A JORGE DE SENA

*(Mensagem enviada por ocasião
do 80.º Aniversário do seu nascimento)*

Porto

24 de Março de 1999

Não podendo estar presente, como era meu desejo, quero, no entanto, felicitar a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto por esta iniciativa tão interessante de homenagear Jorge de Sena, assinalando os 80 Anos do seu nascimento. Ao evocar um antigo aluno que se tornou conhecido, não como engenheiro, mas como grande escritor, a Faculdade de Engenharia dá provas de uma abertura e de uma sensibilidade às questões culturais que deve ser realçada e apontada como exemplo. Ainda aluno, Sena tinha começado já a criar a sua obra literária. Após ter concluído nessa Casa o curso, iniciando a sua vida profissional no domínio da engenharia civil e das obras públicas, manteve uma intensa actividade literária que logo cedo o tornou notado, considerado e respeitado como um homem que aliava às suas qualificações técnico-profissionais como engenheiro um invulgar conhecimento da língua e da literatura. Essa dupla formação humanística e técnica serviu-lhe não apenas para ser o engenheiro que era e o grande escritor em que se tornou. Serviu-lhe para ensaiar uma reflexão profunda e original sobre os temas culturais da segunda metade deste século que agora se aproxima do fim, enriquecendo essa reflexão com a vastidão e diversidade dos seus interesses, conhecimentos e experiências. A sua formação académico-científica deu-lhe uma disciplina mental e um rigor que se prolongaram na sua obra literária, marcada pela perfeição técnica e pela construção audaciosa. In-

fluenciou-se decerto também no exercício tão inovador da crítica literária, que praticou com recurso a novos métodos, novas teorias e novos conceitos. Com base neles, operou uma mudança fundamental em domínios tão importantes como o dos estudos camonianos.

O autor de *O Físico Prodigioso* foi, em tudo o que fez, um homem de enorme exigência. Essa exigência começava por si próprio e fazia com que denunciasse o amadorismo, a inércia, o desleixo e a ignorância como vícios nacionais que nos diminuíram.

Com o seu país, Sena manteve uma relação e paixão, sujeita, como é próprio da paixão, a crises e contradições. Cantou o seu amor a Portugal e aos seus heróis com uma intensidade constante, verberou em cóleras célebres os nossos males. Longe da Pátria, levou a sua identificação com ele ao ponto de a viver com um fervor único.

Homem livre e homem de liberdade, combateu a ditadura, exilou-se, denunciou a censura, a opressão e sobretudo a persistência de uma mentalidade mesquinha e inquisitorial que constitui o mais sólido aliado da tirania.

Foi um homem do nosso tempo, aberto a tudo o que era novo, mas com uma consciência exacta de que o novo tem raízes e filiações, afirma, nega e transforma o passado. Como poucos ele meditou sobre o longo curso da cultura humana e das suas criações, sobre aquilo que nela representou continuidade e ruptura, permanência e mudança. Divulgou, estudou e traduziu obras de todos os tempos e de todos os lugares. Foi, verdadeiramente, um português universal.

A sua obra literária é das mais poderosas do século, pela sua qualidade, diversidade, vastidão. É ainda uma das que maior poder de influência mostrou possuir.

Romancista, poeta, crítico, ensaísta, tradutor, professor, homem de cultura que como poucos reflectiu a condição humana nas suas grandezas e misérias, autor de *Sinais de Fogo* viveu preocupado com o destino do seu País e do seu Povo, com o destino do Mundo. A homenagem que lhe prestamos significa que temos presente a lição da sua vida e do seu trabalho incansável a favor da dignidade e da grandeza de todos os seres humanos. Sena acreditava que a arte e a ciência eram formas de criação e de descoberta em que essa grandeza mais se tinha revelado ao longo dos séculos.

O divórcio entre a cultura científica e a cultura humanística tem sido, entre nós, um motivo de empobrecimento de ambos os domínios da actividade intelectual.

Ao longo dos tempos, muitos foram aqueles que lutaram contra esta situação: de Luís António Verney a Antero de Quental, de Almeida Garrett a Alexandre Herculano, de Eça de Queirós a Oliveira Martins, de Fernando Pessoa a Vitorino Nemésio, de Orlando Ribeiro a Bento de Jesus Caraça, de Jorge de Sena a Rómulo de Carvalho.

Creio que, actualmente, as coisas se modificaram. Há hoje a crescente consciência de que a exigência de uma especialização numa área do saber não é incompatível com uma informação actualizada sobre as grandes questões dos outros domínios.

Devemos evitar, ao mesmo tempo, os perigos do saber generalista e superficial, sem aprofundamento nem rigor, e os do conhecimento que, em nome da hiperespecialização e da eficácia, se fecham numa auto-suficiência estéril. A interdisciplinaridade é fundamental para a criação daqueles nexos e daquelas grelhas que nos permitem aprender a complexidade do real e a vastidão dos problemas. Essa deve ser uma atitude pedagógica de fundo. A esta luz, a iniciativa da Faculdade de Engenharia do Porto é

merecedora do maior aplauso, devendo ter continuidade. Transmito-vos, por esta via, a minha palavra de estímulo e apreço. Presto homenagem, em nome de Portugal, a Jorge de Sena, engenheiro, escritor, cidadão e grande português que um dia disse, em palavras inesquecíveis, que a sua poesia representava «um desejo de exprimir o que entendo ser a dignidade humana — uma fidelidade integral à responsabilidade de estarmos no mundo».

A ANTÓNIO ALEIXO

*(Prefácio para a biografia cuja edição assinala
o Centenário do seu Nascimento)*

19 de Maio de 1999

António Aleixo foi um homem bom, digno, fiel às suas raízes, sensível, intuitivo, inteligente e sábio, de um «saber de experiência feito».

A sua vida, cheia de dificuldades, sofrimentos e aflições, apurou a sua inclinação natural à justiça a sua indignação contra o que está mal, o seu sentido de fraternidade e de solidariedade. Foi um homem que viveu e reflectiu intensamente, que observou, escutou e aprendeu com uma perspicácia e uma agudeza extraordinárias. A obra poética que nos legou reflecte estas mesma qualidades. De poesia popular se trata, se por poesia popular se entender aquela que capta os ritmos da oralidade, a música das canções tradicionais e das falas, dos provérbios, dos aforismos e dos ditos, em que cristaliza a sabedoria popular.

Mas é poesia que, apesar da sua aparente singeleza, tem uma complexidade e uma profundidade notáveis.

Os versos de António Aleixo transmitem, de facto, uma filosofia de vida e uma experiência do Mundo, expressas com os recursos e os instrumentos culturais de que ele dispunha.

O fascínio que possui essa obra — de que é sinal o permanente e renovado interesse que, desde a sua primeira edição, tem despertado — assenta na autenticidade humana da sua mensagem e na capacidade invulgar de a comunicar.

Ao lermos a poesia deste cauteleiro algarvio é como se ouvíssemos a sua voz, dando-nos testemunho dos sentimentos e pensa-

mentos que modelam a vida, nas suas grandezas e misérias, nas suas contradições e harmonias.

Neste ano em que celebramos o centenário do seu nascimento, a melhor maneira de o homenagearmos é conhecermos e divulgarmos a sua obra, a sua vida e as mensagens que uma e outra encerram.

António Sousa Duarte, que é autor de algumas biografias muito significativas e valiosas, que têm obtido justo êxito, dedicou agora o seu labor ao estudo da personalidade do poeta de *Este livro que vos deixo...* Ainda bem que o fez!

As minhas palavras representam uma homenagem a António Aleixo, que presto em nome do Povo à qual ele pertenceu honradamente. Estou certo de que esta biografia contribuirá para que se conheça melhor o seu exemplo de dignidade, sabedoria e de inconformismo perante a injustiça e a humilhação. E também a sua confiança de que é possível criarmos modos mais humanos de viver e de conviver.

A FERREIRA DE CASTRO

(*Mensagem por ocasião
do Colóquio Internacional sobre o escritor*)
20 de Maio de 1999

Não me é possível estar presente, como tanto gostava, na homenagem que é prestada a Ferreira de Castro, assinalando o centenário do seu nascimento.

Felicito a Junta de Freguesia de Ossela por esta iniciativa e saúdo todos os que a ela aderiram.

Como já tive oportunidade de dizer, o autor de *A Selva* e de *Os Emigrantes* era um homem bom e generoso, um cidadão comprometido com a causa da liberdade e da justiça social, um escritor que prestigiou muito a nossa cultura em Portugal e no estrangeiro.

Fiel às suas raízes, a sua obra reflecte essa fidelidade que se traduz num profundo e firme ideal humanista e num persistente combate pela dignificação do ser humano.

Lutador pela liberdade, a intervenção cívica de Ferreira de Castro teve o mesmo sentido de mensagem fundamentalmente solidária da sua obra.

Nesta ocasião tão significativa, evocamos Ferreira de Castro tem o mesmo sentido da mensagem fundamentalmente solidária da sua obra.

Nesta ocasião tão significativa, evocamos Ferreira de Castro, na sua terra natal, e apontamos o seu exemplo de devotamento a Portugal, à cultura e ao povo a que se orgulhava de pertencer.

A ÂNGELO ALMEIDA RIBEIRO

(Por ocasião da homenagem nacional)

21 de Junho de 1999

A propósito do tema «Justiça» ou «Crise da Justiça» tenho, em diversas ocasiões, chamado a atenção para o facto de nenhuma solução sustentada dos problemas mais sérios que ela encerra ser possível sem uma contribuição empenhada e convergente de todos os profissionais do foro.

Nesse sentido, sem ignorar que às associações profissionais do sector cabe, em primeira linha, atender aos problemas mais imediatos e particulares que afectam os respectivos membros, tenho insistido numa participação orientada pelo interesse comum que todos temos numa boa realização da justiça. Tenho, designadamente, apelado para que a defesa necessária, e indispensável em democracia, dos interesses próprios não obscureça a premência do fim último que se procura servir e que é a garantia dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

Se procurássemos ilustrar praticamente aquilo que pode ser uma acção orientada por estes objectivos e atenta a este tipo de preocupações, dificilmente encontraríamos melhor exemplo que aquele que nos é oferecido pela vida profissional e cívica do Dr. Ângelo de Almeida Ribeiro.

De facto, quando se percorre o impressionante *curriculum* do nosso homenageado de hoje há vários aspectos que não podem deixar de ser notados.

Em primeiro lugar, há, enquanto advogado, uma carreira profissional reconhecidamente brilhante, bem como um empenhamento notável na vida da Ordem dos Advogados

Em segundo lugar, salienta-se uma participação cívica permanente, que o levou, no plano interno, ao desempenho de elevados cargos constitucionais e, no externo, à representação do país em prestigiadas iniciativas e organizações internacionais.

Por último, mas não o menos importante, ressalta nas várias dimensões e fases da sua multifacetada vida profissional e cívica uma preocupação constante, traduzida em resultados que perdurarão no tempo, com a causa da defesa dos direitos fundamentais do homem. De acordo com os valores de cidadania democrática que tenho procurado prosseguir ao longo da minha vida, não posso deixar de considerar ser essa causa a tarefa que mais enobrece o jurista, o homem de cultura e o cidadão atento e empenhado na solução dos problemas do nosso tempo.

Da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem à Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados e à Provedoria de Justiça, da Comissão dos Direitos do Homem da ONU à Comissão Europeia dos Direitos do Homem há todo um percurso de dedicação exemplar à defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, já salientado pelos oradores que me precederam, mas que não é demais exaltar.

Em nome dos valores que fundam o nosso Estado de Direito democrático quero associar-me a esta homenagem e expressar-lhe a admiração, o reconhecimento e os agradecimentos que lhe são justamente devidos por tão inestimáveis obra e exemplo.

A PERSONALIDADES DA EXPO'98

(No acto de agradecimento)

Palácio Nacional da Ajuda

9 de Julho de 1999

A Exposição Mundial de Lisboa foi uma grande realização, na qual, justamente, os portugueses se reviram com orgulho e que apreciaram como um símbolo e uma aposta na nossa modernidade.

Com a Expo'98 comemorámos os 500 anos da chegada por mar dos Portugueses à Índia, essa extraordinária aventura que fundou a Idade Moderna e que é um dos grandes fundamentos do universalismo português. Por isso, os oceanos e o seu valor único para a Humanidade foram o tema da Exposição de Lisboa.

Comemorámos o passado, projectando-o e redescobrimo o que nele foi impulso para o futuro, pioneirismo, abertura, antecipação. É também nesse espírito que estamos agora a lembrar a nossa chegada ao Brasil, há meio século — celebrando os laços que nos unem e a língua que é vínculo a ligar duzentos milhões de seres humanos.

Os homens e mulheres, as instituições, os povos e as Nações revêem-se nos símbolos que os unem e que lhes são memória, referência, inspiração. A democracia é o regime da participação e da responsabilidade de todos e de cada um perante os outros. É assim que expressamos reconhecimento àqueles que, com o seu trabalho, talento, criatividade, competência e dedicação, prestaram serviços relevantes à comunidade e ao País, contribuindo para o prestigiar e afirmar. As condecorações são, em democracia, símbolo da homenagem que é testemunhada em nome de todos.

A Expo'98 foi uma obra que envolveu muitas pessoas, portuguesas e estrangeiros, e muitos meios. É justo que se manifeste público reconhecimento, por várias formas, àqueles que conceberam, projectaram, dirigiram, executaram e tornaram possível este grande projecto.

É, por isso, com muito gosto que vou agradecer, sob proposta do Governo, um conjunto de pessoas, às quais se deve muito do êxito da Exposição. A todos expresso a gratidão do País.

Ao atribuir estas distinções, faço-o na certeza de que a Expo'98 constituiu um exemplo, transmitiu uma mensagem e foi uma obra que terá continuidade. A alegria pelo que fizemos só reforça a nossa responsabilidade face ao que falta fazer. Essa é, não o esqueçamos, a razão que tornou a Expo'98 um projecto verdadeiramente nacional, mobilizador e importante para a afirmação de Portugal no Mundo.

A EMÍDIO GUERREIRO

(No acto de agradecimento)

Lisboa

6 de Setembro de 1999

*A*o condecorar, com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade, Emídio Guerreiro, prestamos homenagem ao resistente corajoso, ao cidadão dedicado e ao político que devotou a sua vida à causa da democracia.

Homem determinado, que nunca teve medo de ser incómodo e mesmo polémico, o Prof. Emídio Guerreiro recusou sempre as várias formas de conformismo e resignação, preferindo correr riscos e aventuras.

Talvez, por isso, nos apareça, nos seus magníficos 100 anos, que hoje completa, como um símbolo da juventude de espírito que permanece para além da passagem dos anos.

Com um vigor, uma energia e uma disposição invejáveis, o Prof. Emídio Guerreiro é uma memória viva deste século e das suas vicissitudes, desilusões, esperanças e combates. A vida de Emídio Guerreiro é, verdadeiramente, uma vida de romance e nela ecoam os debates, os dramas, os desafios, os ideais, as lutas destes cem anos.

A homenagem que lhe tributamos é penhor do nosso reconhecimento pelo seu combate frontal, continuado e corajoso, em defesa da Liberdade.

Ao prestarmos esta homenagem neste dia de tão grande significado, desejamos a Emídio Guerreiro as maiores felicidades. Parabéns, Prof. Emídio Guerreiro, e obrigado pelo que fez para que Portugal fosse um país livre, de que nos orgulhamos.

A ERNESTO MELO ANTUNES

(Homenagem publicada na revista

O Referencial, da Associação 25 de Abril)

Outubro de 1999

*H*á amizades que se forjam, desenvolvem e aprofundam por intermédio de uma variedade de sentimentos, de palavras, silêncios, actos, porventura de bem assumidas omissões. O lugar comum registará a palavra complexidade. Outros, mais optimistas, falarão da riqueza do relacionamento humano.

Como descrever em A4 vinte e cinco anos de amizade com o Ernesto? Como recordar o Ernesto, ou o Melo, ou o Melo Antunes? Como ser tolerante com a manifestação de apreço *post-mortem* de vários que nunca o suportaram? Como alinhar palavras para descrever os momentos cruciais da nova democracia portuguesa que se viveram em comum? Como não lembrar a redutora forma de descrever a história recente, incapaz de perceber que os protagonistas foram muitos e que há, apesar de envolvidos pelo manto da distância e do silêncio que sossega os que gostam de ver o chão rarefeito à sua volta, alguns que foram determinantes na evolução das coisas? Como não recordar que as convicções, os princípios, os valores podem ser assumidos com austeridade de comportamento na relação com os outros, e que é também por isto que a memória do Ernesto se não apagará?

* * *

Se bem me lembro, conheci pessoalmente «o oficial do Exército da Oposição», como a memória da CDE recordaria, após o 11

de Março de 1975, em casa do César de Oliveira. Sempre o César, a mais fraterna combinação de utopia e militante fraternidade. O Melo Antunes, acabado de ser designado «para os Estrangeiros» — como se dizia na gíria da formação dos Governos — pediu-me para o acompanhar como Secretário de Estado da Cooperação Externa. Lá fui, para escassos meses de responsabilidade num país em ebulição.

Não é o Portugal de 1975 que quero recordar agora. Tem havido para isso os especialistas do costume. O que importa é que o Ernesto Melo Antunes, acompanhado dos seus amigos militares, com os apoios e diálogos que conseguiu, foi capaz de exprimir, na vertente militar, as aspirações maioritárias do povo anónimo a uma sociedade de liberdade, de democracia e de justiça. A tarefa não era de somenos, se nos lembrarmos da fragilidade de uma sociedade civil pouco habituada a exprimir-se e de uma vida político-partidária, com uma assinalável excepção, então ainda construída, na prática, por emoções precariamente organizadas. Essa parte, entre aspirações populares básicas e aparelho militar reformista, só poderia ser feita pelo Melo Antunes. Claro que foram marcantes, decisivamente marcantes, outros militares dos Nove. Mas convenhamos que só ele estava colocado nos dois lados ao mesmo tempo. Do lado da sociedade, digamos assim, porque dentro dela há muito tinha assumido, antes do 25 de Abril, o percurso do intelectual que arrisca estatuto e carreira na luta pela liberdade e por uma sociedade moderna. Do lado dos militares porque a referência tematizadora e de enquadramento do «Movimento dos Capitães» tinha a sua marca fundadora. Esta síntese operativa foi crucial no Verão de 1975 e ao protagonismo discreto, mas fortíssimo e inquebrantável, do Melo Antunes se ficou a dever a solidez da nova componente militar que deu suporte físico e anónimo (as palavras são as indicadas) a quem,

na chamada vida política civil, se preocupava com a construção do regime das liberdades e da democracia.

* * *

Recordo, também, como tudo fez, com a determinação — quase obstinada — que se lhe conhecia, para que a nossa enorme saga colonizadora terminasse com a dignidade de novas relações de cooperação. Ainda teve tempo para ver como tantas frases feitas sobre o perigo do terceiro-mundismo (e de que ele seria o irrealista e perigoso teórico, lembram-se?) acabaram por desaparecer envergonhadas, dando lugar, felizmente, a uma comunidade de povos de língua portuguesa, componente essencial do percurso de povos que se exprimem do mesmo modo.

Este ponto não é aqui referido para dar razão ao Ernesto Melo Antunes, no debate da época, e à correcção do seu posicionamento. A verdade é que compreendeu que futuras relações de cooperação com os novos Estados eram o único cimento possível para uma descolonização efectuada nas piores condições, ainda por cima quando, no ex-poder colonial, se ensaiava a construção de um novo regime democrático.

* * *

Acompanhei de perto o isolamento a que foi votado pelas frases célebres proferidas nas horas imediatas ao 25 de Novembro. Uma vez mais, e agora por outro lado, procurou assegurar o espaço plural com que se faz uma democracia moderna. Resistiu sempre do mesmo modo, sem um queixume, e com incomparável dignidade. Lembro-me também da chamada passagem à vida civil, após a revisão constitucional que terminou com o Conselho da Revolu-

ção e consolidou o regime. Teria então apreciado um gesto de fraternidade democrática vindo do novo poder que decididamente ajudara a consolidar. Mas percebi, pelo seu fortíssimo silêncio, como lhe foi insuportável a sua inclusão na designação genérica «de poder militar finalmente derrotado», quando precisamente a sua grande batalha de 1975 fora travada para derrotar a degenerescência de um novo situacionismo militar em deriva, incapaz de perceber a aspiração de tantos a uma sociedade democrática, europeia, de ambição modernizadora...

Também me é impossível esquecer a sua posterior inscrição na secção da Ajuda do PS, afinal como homem só mas brutalmente acompanhado pela força das suas convicções de sempre. Foi um grito pouco escutado. Não se admirou com isso, aliás.

* * *

E agora recordo tudo, na velocidade do tempo cheio que a morte do Ernesto faz desfilhar à minha frente.

Fico a vê-lo na sua última presença em reunião do Conselho de Estado que se ocupou, uma vez mais, de Timor. Não me sai dos olhos o esforço físico que fez para estar presente e dar o seu contributo experiente e sabedor, sempre no contexto de uma inapagável fidelidade aos princípios.

Mas quero permanecer com a sua imagem, quando o fui visitar no passado 25 de Abril de 1999, em plenas comemorações dos vinte e cinco anos. Tinha pedido ao António Franco para o sondar sobre a possibilidade da visita, sabendo como avesso era a qualquer aproveitamento mediático.

Acompanharam-me os Generais Espírito Santo (hoje CEMGFA) e Faria Leal. Percebi-lhe nos olhos e na figura tão emagrecida, no discreto sorriso, no seu quase permanente silêncio, como gostou de

ver os seus colegas militares naquele dia. Terá pensado — porque não julgar assim? — que aquela carreira militar, a dele, lhe propiciara afinal dar ao seu país tudo quanto aprendera sobre a eterna batalha do Homem pela dignidade, pela liberdade, pela justiça, pela Verdade, pela igualdade de oportunidades. E para mim, face à evidência do destino próximo do Ernesto, fiquei discretamente feliz por lhe ter permitido viver ainda, connosco ali, a retrospectiva fantástica que naquele dia se comemorava e que não teria sido possível sem o seu contributo, central e decisivo.

* * *

O Ernesto Melo Antunes não é apropriável por ninguém. Não se pode pretender dar, sobre ele, qualquer testemunho, com a convicção de que, pelo conhecimento passado, valerá mais do que qualquer outro.

Cá para mim fiquei contente por ter ouvido tanto elogioso comentário, escrito e falado, sobre o Melo Antunes. Nem sequer me dei ao trabalho de elencar aqueles que provinham dos que só se lembraram dele no *post-mortem*. Não importa. Esta forma de fazer justiça não prescreve, felizmente. Nem é justo duvidar das intenções de ninguém. A verdade é que não me larga, porém, a ideia de que a vida do Ernesto teria sido mais feliz se pudesse ter ouvido antes algumas coisas que sobre ele, foram, muito justamente, ditas depois. Mas também é certo que o Ernesto nunca esperou que isso acontecesse. Morreu um grande português e um grande europeu. Deixou-nos um dos pais fundadores da democracia portuguesa.

A EGAS MONIZ

*(Por ocasião do 50.º Aniversário
de atribuição do Prémio Nobel)*

Estarreja

27 de Outubro de 1999

Quero agradecer as evocações de Egas Moniz e da sua obra que aqui pudemos ouvir e que somada àquela que a partir de agora podemos ler, da autoria do Prof. Lobo Antunes, permitem às actuais gerações conhecer melhor a personalidade multifacetada de um notável intelectual e cientista.

Agradeço igualmente à Câmara Municipal de Estarreja esta oportuna iniciativa de lembrar um dos grandes portugueses deste século, Egas Moniz, no momento em que passam cinquenta anos sobre a atribuição de um dos mais prestigiados galardões internacionais, o Prémio Nobel.

Associando-me a esta homenagem, gostaria de referir três dos aspectos que conferem a esta comemoração um especial significado. Em primeiro lugar, este primeiro Nobel — e hoje podemos felizmente dizer este nosso primeiro Nobel, que foi durante quase cinco décadas o único — distinguiu uma figura da Medicina, o que é indicador do desenvolvimento que esta disciplina tinha atingido em Portugal e da recuperação que em domínios tão sensíveis como era o da fisiologia do sistema nervoso esse desenvolvimento tinha logrado no exterior. Do grupo de médicos que foram alunos ou trabalharam com Egas Moniz fazem parte nomes notabilíssimos da Medicina com João Lobo Antunes, Barahona Fernandes, Almeida Lima, etc.

Em segundo lugar, o Nobel foi atribuído a um investigador científico, a um homem de ciência que deixou um legado de proibi-

dade e de convicção sobre o papel crucial da ciência e do espírito científico na modernização das sociedades.

Finalmente, vale a pena insistir que a uma curiosidade insaciável, que o levou a interessar-se pelas mais diversas áreas da criatividade humana, Egas Moniz aliava um gosto pela vida política, que aliás o levou a desempenhar funções do maior relevo, como deputado (tanto na Monarquia, como durante a República), Ministro e representante do Governo na Conferência de Paz constituída a seguir à Primeira Guerra.

A sua formação liberal e independência de cidadão nunca se conciliaram com a Ditadura de Salazar e o salazarismo e por isso o nosso primeiro Nobel não obteve do regime de então o reconhecimento e a gratidão merecidas.

Ainda bem que a democracia o pode fazer. E atrevo-me por isso a sugerir que o Governo, através dos ministérios competentes, estabeleça neste cinquentenário um programa de divulgação entre os jovens da obra de Egas Moniz e sobretudo da sua defesa e promoção do espírito científico.

Esse constituiria creio um belo ensejo para perpetuar a memória do nosso primeiro Nobel e prestar tributo à actualidade do seu magistério.

Podemos imaginar a determinação e exigência que foram necessárias a investigadores da estirpe de um Egas Moniz para vencer o isolamento do país e das suas instituições culturais, a falta de visão e o miserabilismo das suas classes dirigentes.

Hoje que Portugal reencontrou um caminho de relacionamento aberto e de cooperação com outros povos e que definiu uma nova prioridade para a ciência, o exemplo pioneiro de Egas Moniz tem direito a fazer parte do nosso património mais honroso.

A CÉSAR DE OLIVEIRA

(No lançamento do livro

Do Marcelismo ao Fim do Império)

Lisboa

28 de Outubro de 1999

Como disse no Prefácio do livro, César de Oliveira estava ligado a este projecto como cientista e como cidadão, pois aqui se expressam aquilo que era caro ao seu espírito como historiador e o que era grato ao seu coração como homem, como português e como democrata.

É por isso que esta obra em três volumes é a melhor homenagem que podemos prestar à sua memória, prosseguindo o labor que era o dele, e que ele julgava útil para o País, e retomando os valores morais e intelectuais que foram os seus e deram sentido à notável acção que desenvolveu como político, professor e investigador. Com a coordenação tão rigorosa de Brandão de Brito e com a colaboração de prestigiadas figuras da nossa historiografia e da nossa cultura *Do Marcelismo ao Fim do Império* representa um valioso instrumento de conhecimento do que somos e do que fomos recentemente.

Saúdo, por isso, todos os autores da obra, felicitando também os seus editores por esta ambiciosa aposta. A democracia portuguesa, que César de Oliveira ajudou a fundar e a construir, fica mais rica com este trabalho exigente e profundo.

Ao lembrarmos, hoje, aqui, César de Oliveira, fazêmo-lo com o afecto que ele punha em tudo o que fazia. Entre amigos, podemos dizer que César continua connosco.

A MANUEL DUARTE BAGANHA

(Por ocasião da Homenagem Nacional)

Porto

8 de Dezembro de 1999

O Professor Manuel Duarte Baganha leccionou, durante várias décadas e até à sua jubilação, na Faculdade de Economia do Porto. Depois disso, tem colaborado como docente no Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa. Nessa qualidade, foi responsável pela leccionação de múltiplas disciplinas na área da Contabilidade e Gestão de Empresas, influenciando decisivamente a formação de sucessivas gerações de economistas, muitos dos quais exercem hoje funções de direcção e de comando estratégico do mundo empresarial nortenho (e não só).

Sendo considerado pela generalidade dos estudantes um professor muito exigente, nem por isso deixou o Professor Manuel Baganha de ser uma personalidade altamente respeitada no meio profissional dos economistas e gestores. A exigência na avaliação de conhecimentos sempre significou, para este Professor, respeito pelos alunos, acautelando a sua inserção profissional futura, e respeito pelas empresas, garantindo-lhes o recrutamento de pessoal qualificado e com sentido inovador.

A intensa actividade profissional desenvolvida na Universidade, na vida empresarial e enquanto perito em múltiplas missões oficiais relacionadas com a sua área de especialização nunca afastou o Professor Manuel Baganha de uma participação cívica muito activa, nomeadamente no âmbito do associativismo e, em particular, do movimento cooperativo.

Esta empenhada atenção aos problemas da Polis, associada a uma aguda percepção das exigências do serviço público fazem com que, nos últimos dez anos, o Professor Manuel Baganha tenha vindo a exercer, com proficiência, equilíbrio e grande isenção, o delicado cargo de Presidente da Assembleia Municipal do Porto. O facto de pautar a sua vida por critérios de discrição e sobriedade quase ascéticas terá retirado alguma visibilidade pública à acção desenvolvida, neste como noutros domínios, pelo Dr. Manuel Baganha.

Nem por isso estamos autorizados a ignorá-la, tendo o Presidente da República todo o gosto em se associar à homenagem que a Universidade Católica e, afinal, todos os seus admiradores, sobretudo antigos alunos, entenderam prestar-lhe.

Espero que a minha participação nesta cerimónia seja interpretada como um pedido pessoal — que tenho a certeza será partilhado por todos os presentes — para que o Senhor Professor Manuel Duarte Baganha continue, na Universidade, na Assembleia Municipal do Porto e na vida da sua Cidade, a ser protagonista activo.

Permita-me, Senhor Professor, a ousadia de dizer que os grandes Mestres e os cidadãos exemplares não têm direito a aposentação.

CRONOLOGIA

MARÇO 1999

A MARÇO 2000

CRONOLOGIA

MARÇO 1999

Dia 9

Recebeu Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- da Holanda, Josef Hendrikus Jeurissen
- da Tailândia, Bunthan Bairaj-Vinichai
- de França, Pierre Brochand

¶ Apresentou o livro *A Educação e o Futuro*, no Palácio de Belém

¶ Participou no Jantar de Homenagem ao Prof. Ferrer Correia, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Deputado José Magalhães e o responsável da Editorial Notícias, Alexandre Manuel
- o Movimento em Defesa da Agricultura Alentejana — MODAA

Dia 10

¶ Participou no Grémio Literário no Jantar comemorativo dos 200 Anos do Nascimento de Almeida Garrett

Recebeu em audiência:

- a União Democrática Popular — UDP
- o Movimento Política XXI
- o Partido Socialista Revolucionário — PSR
- o Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses — PCTP/MRPP
- o Partido da Democracia Cristã — PDC
- o Movimento Partido da Terra — MPT

MARÇO 1999

- o Partido Democrático do Atlântico — PDA
- o Partido Popular Monárquico — PPM

Dia 11

- ¶ Presidiu, na Fragata *D. Fernando II e Glória*, à cerimónia de atribuição do Prémio «International Maritime Heritage Award»
- ¶ Recebeu, no Palácio de Belém, alunos da Faculdade de Direito da Universidade Clássica e alunos de Direito da Universidade Católica
- ¶ Concedeu entrevistas ao jornal *South China Morning Post* e à Televisão de Macau — TDM

Recebeu em audiência:

- o Embaixador do Panamá, Humberto Lopes Tirone

Dia 12

- ¶ Visitou a Companhia Nacional de Bailado, em Lisboa
- ¶ Inaugurou a Estátua de São João Bosco e do Complexo Desportivo, da Escola Salesiana de São Paulo, em Manique

Recebeu em audiência:

- o Vice-Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense, Mário Carrascalão

Dia 13

- ¶ Inaugurou as novas instalações da Feira Internacional de Lisboa, no Parque das Nações

Em Peniche:

- ¶ Visitou a Fortaleza, o Museu de Peniche e as obras de remodelação do Museu da Resistência
- ¶ Inaugurou as novas instalações do Centro de Recursos para a Inserção Social e Comunitária da CERCÍ — Peniche
- ¶ Inaugurou o novo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Peniche

MARÇO 1999

Dia 15

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Colóquio «Lutas Académicas nos Anos 60 e 70», na Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho, em Lisboa

¶ Presidiu ao Conselho Superior de Defesa Nacional

¶ Presidiu à Cerimónia de entrega do Prémio Pessoa, ao Arquitecto Eduardo Souto de Moura, seguida de jantar, no Palácio Nacional de Queluz

Recebeu em audiência:

- o Embaixador de Portugal em Belgrado, António Tânger
- o Embaixador de Portugal em Havana, Alfredo Duarte Costa
- o Embaixador de Portugal em Islamabad, Alexandre Vassalo
- a Embaixadora da Alemanha, Sabine Vollmar-Libal
- o Professor do Instituto de Economia e Gestão, Eduardo Sousa Ferreira

Dia 16

¶ Presidiu à Sessão Solene de Abertura do XII Encontro das Taipas, do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Conselho Pontifício para a Família, Cardeal Alfonso Lopez Trujillo
- o Embaixador da Confederação Helvética, Hansrudolf Hoffmann

Dias 17 a 22

Deslocação a Macau:

Deslocou-se a Macau para inaugurar o Centro Cultural de Macau. No território, presidiu a uma Sessão Solene no Palácio da Praia Grande, com imposição de condecorações a personalidades macaenses e foi o convidado de honra do jantar oferecido pelo Governador de Macau, na Fortaleza do Monte. Presidiu a uma Sessão Solene na Assembleia Legislativa de Macau, tendo-se

MARÇO 1999

encontrado com a sua Presidente. Encontrou-se, no Palácio da Praia Grande com o Vice-Primeiro Ministro da República Popular da China, Qian Qichen. Inaugurou o Edifício dos Tribunais de Macau, a Estátua da Deusa Kum Iam e o Centro Ecuménico de Macau. Ofereceu uma Recepção, no Palácio da Praia Grande, onde recebeu em audiência diversas autoridades oficiais, eclesiásticas e civis macaenses.

Participou num pequeno-almoço de trabalho com a Associação Macau Sempre e presidiu à Sessão Solene de Abertura do III Encontro das Comunidades Macaenses, no Centro Cultural de Macau. Visitou a Escola Portuguesa, o Instituto Português do Oriente, o Museu de Macau, as futuras instalações consulares portuguesas e o Centro Hospitalar de São Januário.

Dia 24

Recebeu em audiência:

- a Ministra da Justiça da Ucrânia, Siuzanna Stanik
- o Director do SIS, Rui Pereira
- o Conselho de Fiscalização do SIS
- o Presidente do CDS — Partido Popular, Paulo Portas
- o Presidente do Partido Social-Democrata, Marcelo Rebelo de Sousa
- o Secretário-Geral do Partido Comunista Português, Carlos Carvalhas
- o Presidente da Assembleia da República, António de Almeida Santos

no Porto:

¶ Assistiu, no Coliseu do Porto, à Antologia da Opereta (*A Viúva Alegre, O Morcego e A Princesa das Czardas*), pelo Teatro Nacional de Opereta de Moscovo

MARÇO 1999

Dias 25 a 27

No âmbito da deslocação ao Porto:

Dia 25

- ¶ Visitou o Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto, onde presidiu à Sessão Comemorativa do seu 10.º Aniversário
- ¶ Visitou o Arquivo Distrital do Porto
- ¶ Almoçou com a Comissão Porto 2001, Capital Europeia da Cultura
- ¶ Visitou as futuras instalações da Academia Contemporânea do Espectáculo-Escola Profissional
- ¶ Visitou o Museu da Imprensa, onde inaugurou uma Exposição de *Cartoons*
- ¶ Foi o convidado de honra do jantar com jovens criadores, no Museu do Carro Eléctrico, oferecido pela Câmara Municipal do Porto

Dia 26

- ¶ Visitou o poeta Eugénio de Andrade e a Fundação que tem o seu nome
- ¶ Visitou o Espaço T — Associação de Apoio à Integração Social e Comunitária
- ¶ Visitou a Sede da Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes, onde participou num almoço em sua honra
- ¶ Participou numa Exposição Comemorativa do 25 de Abril, e a Exposição de Fotografias de Bruno Neves, Pereira de Sousa e Ricardo Pereira, no Museu Militar, onde assistiu à apresentação do livro *Do 31 de Janeiro ao 25 de Abril: a história e o testemunho da imprensa*
- ¶ Presidiu à cerimónia de assinatura do protocolo entre a Câmara Municipal do Porto e o Ministério da Cultura relativo à organização do PONTI 99
- ¶ Foi o convidado de honra do jantar comemorativo do Dia Mundial do Teatro, no Teatro São João

MARÇO 1999

¶ Assistiu ao Espectáculo *A Ilusão Cómica* de Pierre Corneille, no Teatro Nacional São João

Dia 27

¶ Visitou as Obras do Edifício Cultural-Biblioteca Almeida Garret, no Palácio de Cristal

¶ Depôs uma coroa de flores na Estátua de Almeida Garrett

¶ No Café Magestic, assistiu à leitura de textos de Almeida Garrett, alusivos ao teatro como factor de civilização, tendo, de seguida, assistido à actuação do Rancho Folclórico do Porto

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Juiz-Conselheiro Cardona Ferreira

Dia 30

¶ Esteve presente num almoço oferecido pela Assembleia da República

Recebeu em audiência:

- a Ordem dos Médicos

ABRIL 1999

Dia 5

Recebeu em audiência:

- o Embaixador de Portugal no Senegal, João Luís Niza Pinheiro
- o Embaixador de Portugal em Nova Delhi, Manuel Marcelo Curto
- o Embaixador de Portugal no México, António Antas de Campos
- o Embaixador de Portugal na Venezuela, Fernando Castro Brandão

ABRIL 1999

¶ Concedeu entrevistas aos jornais húngaros *Nepszabdsag* e *Magyar Hirlap*

Recebeu em audiência:

- o Chefe da Casa Civil do Presidente do Brasil, Clovis de Carvalho

Dia 6

Recebeu Cartas Credenciais do Embaixadores de:

- de Espanha, José Rodríguez-Spiteri Palazuelo
- da Colômbia, Jorge Gabriel Perdomo Martinez
- do Chile, Belisario Velasco Baraona
- do Gabão, Senhora Honorine Dossou-Naki
- da Tanzânia, Kassim M. J. Mwawado

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um Porto de Honra aos Ministros dos Países Africanos de Língua Portuguesa encarregados das relações com os Parlamentos

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, José Miguel Mendonça
- o Embaixador de Portugal na Tailândia, José Tadeu Soares
- a Alta Autoridade para a Comunicação Social
- o Embaixador de Portugal em Bissau, Russo Dias
- o Embaixador de Portugal em Madrid, Leonardo Mathias

Dia 7

¶ Assistiu à ante-estreia do filme *Jaime*, de António Pedro Vasconcelos, no Forum Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Eslováquia, Eduard Kukan
- o Embaixador de Portugal em Atenas, António Syder Santiago
- a União Geral dos Trabalhadores

ABRIL 1999

Dias 8 a 10

Visita de Estado à República da Eslovénia:

¶ Efetuou uma Visita de Estado à República da Eslovénia, a convite do Presidente Milan Kucan, que incluiu, para além da capital eslovena, visitas ao Parque Nacional de Radovna e ao Lago Bled. Em Liubliana manteve contactos com o Presidente Kucan, com o Primeiro-Ministro, o Presidente da Assembleia Nacional e com representantes dos partidos políticos. Foi recebido na Câmara Municipal de Liubliana e visitou a Câmara de Comércio da Eslovénia.

Dias 11 a 15

Visita de Estado à República da Hungria:

¶ Efetuou uma Visita de Estado à República da Hungria, a convite do Presidente Árpád Goncz, que incluiu, para além da capital húngara, Gödöló e Eger. Em Budapeste manteve contactos com o Presidente Goncz, que ofereceu um jantar em sua honra, com o Primeiro-Ministro, com representantes dos partidos políticos e com o Presidente do Parlamento, tendo discursado perante o Plenário da Assembleia Nacional. Foi recebido na Câmara Municipal e visitou o «Info Park», a Universidade Clássica de Budapeste, o Museu Nacional de Belas Artes, onde inaugurou a exposição «Vieira da Silva-Arpád Szenes», o Museu de Etnografia, e a Universidade de Ciências Económicas de Budapeste, onde proferiu uma conferência e inaugurou uma exposição comemorativa do «25.º aniversário do 25 de Abril».

Dia 16

¶ Presidiu à Sessão Evocativa de «O 25 de Abril e a conquista da Liberdade de Expressão», no Palácio Foz

Dia 17

¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com o Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso

ABRIL 1999*No âmbito das comemorações do 30.º Aniversário da Crise Académica de 1969, em Coimbra:*

- ¶ Presidiu ao momento evocativo dos acontecimentos de 17 de Abril de 1969, na Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra
- ¶ Inaugurou a Exposição de Fotografias sobre a Crise Académica de 1969, na Casa Municipal da Cultura
- ¶ Visitou as Repúblicas «Pyn-Guyins» e «Ay-ó-Linda»
- ¶ Descerrou, na Associação Académica de Coimbra, uma placa de homenagem aos participantes na crise de 1969
- ¶ Presidiu à Sessão Solene comemorativa dos 30 anos da Crise Académica de Coimbra de 1969, na Associação Académica de Coimbra

Em Leiria:

- ¶ Inaugurou a Exposição «Abril 25 Anos», na Galeria 57

Recebeu em audiência:

- o Embaixador de Portugal em Bona, João Diogo Nunes Barata

Dia 18

- ¶ Assistiu ao Lançamento do CD-Room interativo infanto-juvenil «Foi aos 25 Dias de Abril», no Forum FNAC

Dia 19

- ¶ Concedeu uma entrevista ao *Jornal de Notícias*
- ¶ Presidiu ao Conselho Superior de Defesa Nacional
- ¶ Presidiu ao Conselho de Estado

Recebeu em audiência:

- o Partido Social-Democrata
- o CDS — Partido Popular

ABRIL 1999

Dia 20

- ¶ Assistiu, na Praça do Império, às cerimónias em honra do Presidente da República de Moçambique, Joaquim Chissano, que iniciou uma visita de Estado a Portugal
- ¶ Encontrou-se com o Presidente da República de Moçambique, Joaquim Chissano, tendo em seguida oferecido um almoço em sua honra, no Palácio de Belém
- ¶ Ofereceu um jantar em honra do Presidente da República de Moçambique, Joaquim Chissano, no Palácio da Ajuda

Recebeu em audiência:

- o Embaixador de Portugal em Riyadh, Jorge Preto
- a Coligação para a Economia Digital
- a Ordem dos Farmacêuticos
- o Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau, Francisco José Fadul
- o Embaixador de Portugal em Estocolmo, Álvaro Guerra
- o Embaixador de Portugal em Sófia, Carvalho de Faria

Dia 21

No âmbito das comemorações do 25.º Aniversário do 25 de Abril:

- ¶ Visitou as sede do Partido Ecologista «Os Verdes», do Partido Comunista Português, do CDS — Partido Popular, do Partido Social Democrático e do Partido Socialista
- ¶ Esteve presente no jantar que o Presidente da República de Moçambique ofereceu no Hotel Ritz em sua honra

Dia 22

- ¶ Concedeu uma entrevista à TV da Catalunha

Recebeu em audiência:

- o Grupo «Trovante»

ABRIL 1999

Dia 23

- ¶ Assistiu ao Doutoramento *Honoris Causa* do Presidente Joaquim Chissano, na Universidade de Coimbra
- ¶ Presidiu à cerimónia de entrega do Edifício de Sofia ao Centro 25 de Abril, em Coimbra
- ¶ Foi o convidado de honra do almoço oferecido pela Universidade de Coimbra
- ¶ Assistiu à cerimónia de Honras Militares de despedida ao Presidente da República de Moçambique, Joaquim Chissano, no Porto

No âmbito das comemorações do 25.º Aniversário do 25 de Abril, no Porto:

- ¶ Assistiu, no Pavilhão Rosa Mota, a actividades lúdico-desportivas
- ¶ Assistiu ao espectáculo do Grupo «ACERTE» de Tondela
- ¶ Participou, no espaço junto ao Café Magestic, na arruada, «A Poesia está na rua», promovida pela INATEL
- ¶ Presidiu à iniciativa Apoiáfrica/99, na Fundação Bissaya Barreto

Dias 24 a 26

No âmbito das comemorações do 25.º Aniversário do 25 de Abril:

Dia 24

- ¶ Visitou à Escola Prática de Infantaria em Mafra
- ¶ Visitou à Escola Prática de Artilharia em Vendas Novas
- ¶ Visitou a Escola Prática de Cavalaria, em Santarém, tendo condecorado aquela unidade com a Ordem da Liberdade, e presidido à inauguração da Estátua a Salgueiro Maia e à Liberdade
- ¶ Visitou as actividades de animação organizadas pelas Forças Armadas, no Parque das Nações, em Lisboa, onde inaugurou a Exposição «25 de Abril»
- ¶ Visitou o «Posto de Comando das Forças Armadas», no Regimento de Engenharia n.º 1, na Pontinha

ABRIL 1999

Dia 25

- ¶ Presidiu à Sessão Solene evocativa do 25 de Abril, na Assembleia da República
- ¶ Presidiu à Parada Militar, seguida de cerimónia de condecoração a várias unidades militares, no Parque das Nações
- ¶ Presidiu ao Almoço Oficial das Comemorações do 25.º Aniversário do 25 de Abril, no Pavilhão de Portugal, no Parque das Nações
- ¶ Assistiu à aposição do Carimbo do Primeiro Dia, no Selo Comemorativo do 25 de Abril, no Parque das Nações

Dia 26

Em Évora:

- ¶ Presidiu à cerimónia de lançamento do ciclo de debates organizados pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, cuja primeira conferência foi subordinado ao tema «Portugal, 25 anos de Democracia — Transição e Consolidação»

Dia 27

- ¶ Almoçou, no Palácio de Belém, com o Presidente do INA — Instituto Nacional de Administração, Correia de Campos

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Fundação das Descobertas e do Centro Cultural de Belém, Fraústio da Silva
- o investigador do INETI — Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, Colares Pereira
- o Embaixador de Portugal em Varsóvia, Álvaro Gonçalves Pereira
- o Embaixador de Portugal em Bruxelas, Francisco Quevedo de Crespo
- o Embaixador de Portugal em Nairóbi, José Lameiras
- o Embaixador do México em Lisboa, Carlos Almada Lopez

ABRIL 1999

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, uma recepção aos jornalistas e correspondentes da Imprensa Estrangeira em Portugal que fizeram a cobertura da Revolução do 25 de Abril

Dia 28

No âmbito de visitas a Escolas de Ensino Artístico:

¶ Visitou o IADE — Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing, a Escola António Arroio, a Escola de Dança do Conservatório Nacional e a Escola de Música do Conservatório Nacional

Dia 29

¶ Foi apresentante do Doutoramento *Honoris Causa* em Relações Internacionais do Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense, Comandante Xanana Gusmão, na Universidade Lusíada

Recebeu em audiência:

- o Reitor da Universidade Carlos III, Gregório Peces-Barba
- o Deputado à Assembleia Legislativa de Macau, Rui Afonso
- o responsável pelas relações exteriores do Partido Trabalhista israelita, Benjamim Dukarski
- o Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, Malai Bacai Sanhá

Dia 30

Recebeu Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- da Guiné-Bissau, Adelino Manio Queta
- do Panamá, Sandra Kieswetter Rubio
- do Uruguai, Ernesto Martinez Gariazo
- da Alemanha, Wilfried Richter

¶ Presidiu à conferência integrada no Ciclo de Conferências «Perspectivas da Realização do Direito e dos Valores que ele integra e veícula no início do terceiro Milénio», na Universidade de Coimbra

MAIO 1999

Dia 3

- ¶ Assistiu à Cerimónia Comemorativa do Dia da Guarda Nacional Republicana, na Praça do Império
- ¶ Assistiu ao Concerto de Gala comemorativo do Dia da Guarda Nacional Republicana, no Teatro São Carlos

Recebeu em audiência:

- um Grupo de «Jovens Luso-Descendentes», numa iniciativa da Secretaria de Estados das Comunidades Portuguesas
- o Embaixador de Portugal em Abidjan, Francisco Henriques da Silva
- o Bastonário da Ordem dos Advogados, António Pires de Lima
- a Presidente da Assembleia Legislativa de Macau, Anabela Ritchie
- o Embaixador de Portugal em Viena, Rosa Lã
- o Embaixador de Portugal no Luxemburgo, Paulo Barbosa

Dia 4

- ¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com o Bispo de Baucau, D. Basílio do Nascimento, tendo de seguida oferecido um almoço em sua honra

Dia 5

No âmbito da Iniciativa sobre as Pessoas Idosas:

- ¶ Visitou a Mansão de Santa Maria de Marvila, em Lisboa
- ¶ Almoçou, no Palácio de Belém, com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e responsáveis pelas Universidades da Terceira Idade
- ¶ Visitou a Academia de Cultura e Cooperação — Universidade da Terceira Idade, em Lisboa
- ¶ Visitou a Instituição «União dos Reformados, Pensionistas e Idosos de Tala, Meleças e Arredores», em Queluz
- ¶ Jantou, no Palácio de Belém, com os representantes das Associações de Família, Associações de Idosos, e Parceiros Sociais e Municipais

MAIO 1999

Dia 6

No âmbito da Iniciativa sobre as Pessoas:

- ¶ Visitou o Lar Alto da Raminha, do Centro e Apoio a Idosos, em Portimão
- ¶ Presidiu, em Faro, ao Encontro sob o tema «Idosos Activos na Região Algarvia»
- ¶ Visitou o Centro de Saúde, em Loulé
- ¶ Presidiu, no Café Nicola, à «Tertúlia de Gerações», tendo de seguida oferecido um jantar em honra dos intervenientes na tertúlia

Dia 7

- ¶ Tomou o pequeno-almoço com o político catalão Pasqual Maragall, no Palácio de Belém

No âmbito da Iniciativa sobre as Pessoas Idosas:

- ¶ Assistiu, na Fundação Calouste Gulbenkian, ao debate subordinado ao tema «Envelhecimento nas Sociedades Europeias — Novos Desafios para as Políticas Sociais», tendo oferecido um almoço em honra de Anthony Giddens, participante no debate
- ¶ Assistiu, na Fundação Calouste Gulbenkian, à Conferência «O Despertar Grisalho: Envelhecimento e Globalização»

Dia 10

- ¶ Almoçou, no Palácio de Belém com o ex-Presidente do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa

Recebeu em audiência:

- a nova Direcção do Partido Social-Democrata

No âmbito da sua deslocação a Setúbal:

- ¶ Visitou a Expo-Solidariedade
- ¶ Visitou as Caves de José Maria da Fonseca
- ¶ Visitou o edifício-sede da empresa Navigomes
- ¶ Esteve presente na Sessão Solene em sua honra na Câmara Municipal de Setúbal

MAIO 1999

¶ Foi o convidado de honra no jantar oferecido pela Câmara Municipal de Setúbal

Dia **11**

No âmbito da sua deslocação a Setúbal:

¶ Assistiu à apresentação do projecto Redes no âmbito do Plano Municipal de Prevenção das Toxicodependências, na Biblioteca Municipal

¶ Visitou a zona oriental de Setúbal

¶ Presidiu ao lançamento da Primeira Pedra do novo edifício da Escola Profissional de Setúbal, nas Manteigadas

¶ Visitou o bairro Casal das Figueiras

¶ Almoçou, no Palácio de Belém, com o Professor Universitário Gerald Bender

¶ Presidiu à Sessão de Encerramento do Forum «A Presença Portuguesa no Pacífico», no Forum Picoas

Recebeu em audiência:

- o Embaixador de Portugal em Washington, João da Rocha Páris
- o Presidente do Grupo BCP, Jorge Jardim Gonçalves
- o Embaixador de Portugal em Haia, Gonçalo Santa Clara Gomes
- o Presidente do Conselho de Administração da Hidroeléctrica de Chaora Bassa, coronel Manuel da Costa Braz

Dia **12**

¶ Visitou a Casa Museu dos Patudos, na Azambuja, onde tomou conhecimento do projecto de recuperação da mesma e onde inaugurou a Exposição «O Telégrafo de Cupido».

¶ Esteve presente na apresentação do projecto de Reversão Urbanística do Centro Cívico de Alpiarça.

¶ Almoçou, no Palácio de Belém, com o Director do Grupo «Futuribles», Hugues de Jouvenel

¶ Assistiu, ao Concerto d'«Os Trovante», no Pavilhão Atlântico, no Parque das Nações

MAIO 1999

Dia 13

- ¶ No âmbito de uma visita a Pombal, por ocasião das comemorações do 3.º Centenário do Nascimento do Marquês de Pombal:
- ¶ Visitou a empresa Iber-Oleff
- ¶ Presidiu ao lançamento de uma emissão de selos alusiva à data, no Celeiro do Marquês
- ¶ Esteve presente numa Sessão Solene de Boas-Vindas nos Paços do Concelho
- ¶ Assistiu a uma Conferência sobre a vida e obra do Marquês de Pombal, na Biblioteca Municipal
- ¶ Presidiu à inauguração da Exposição «D. João VI e o seu Tempo», no Palácio Nacional da Ajuda

Recebeu em audiência:

- o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Croácia, Mate Granic
- o Embaixador do Chipre, Andreas Pirishis

Dia 14

- ¶ Presidiu a uma reunião do Conselho de Estado
- ¶ Agraciou, no Palácio de Belém, o realizador norte-americano Peter Bogdanovich, tendo de seguida oferecido uma Recepção em sua honra

Dias 15 e 16

Deslocação a Penafiel, Mesão Frio e Carregal do Sal

Dia 15

Em Penafiel:

- ¶ Esteve presente numa Sessão Solene em sua honra, na Câmara Municipal de Peniche
- ¶ Esteve presente no lançamento do livro *Ser Português — O Mar*, na Biblioteca Municipal de Peniche

MAIO 1999

- ¶ Esteve presente, no almoço oferecido em sua honra pela Câmara Municipal de Penafiel, na Quinta do Padrão
- ¶ Presidiu à cerimónia de Homenagem e à Inauguração da Estátua de D. António Ferreira Gomes, em Milhundos

Em Mesão Frio:

- ¶ Presidiu à Inauguração da Pousada «Solar da Rede»

Dia 16

Em Carregal do Sal:

- ¶ Esteve presente na Sessão Solene, em sua honra na Câmara Municipal de Carregal do Sal
- ¶ Presidiu à Cerimónia de Lançamento da Primeira Pedra do futuro Edifício da Câmara Municipal de Carregal do Sal
- ¶ Inaugurou as novas instalações da Adega Quinta de Cabris — Dão-Sul, tendo de seguida decorrido um jantar, oferecido pela Câmara Municipal de Carregal do Sal e pela Dão-Sul, onde foi o convidado de honra

Dia 17

- ¶ Assistiu, na região de Castro de Aire, ao Exercício Militar «Moliço 92»

Dia 18

- ¶ Almoçou, no Palácio de Belém, com o Professor Catedrático, da Universidade Robert Schuman, em Estrasburgo, Nikitas Aliprantis
- ¶ Assistiu ao concerto comemorativo do Dia da Marinha, na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa
- ¶ Concedeu uma entrevista ao jornal *O Jogo*
- ¶ Esteve presente no lançamento do Livro *O 25 de Abril na Arte Pública Portuguesa*, no Centro Cultural de Belém
- ¶ Inaugurou a Exposição da pintora Paula Rego, no Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian

MAIO 1999

Recebeu em audiência:

- o Embaixador de Portugal em Madrid, António Martins da Cruz
- uma delegação da Associação Intervenção Democrática — ID
- uma delegação do Bloco de Esquerda
- o gestor de empresas, José Gomes Mota

Dia 19

Na Universidade de Faro:

- ¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Seminário sobre «Requalificação de Armação de Pêra»
- ¶ Presidiu a uma Sessão Solene, seguida da cerimónia de aceitação formal da biblioteca particular da Doutora Aliete Galhoz
- ¶ Visitou as obras da Biblioteca Geral da Universidade
- ¶ Esteve presente na Sessão Cultural no Grande Auditório, com a participação do Grupo de Teatro e a Orquestra Virtual da Universidade

Dia 20

- ¶ Presidiu à Cerimónia Militar do Dia da Marinha e das Forças Armadas, na Praça do Império
- ¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, uma Recepção aos jornalistas que fizeram trabalhos assinalando o 25.º Aniversário do 25 de Abril

Recebeu em audiência:

- Um grupo de artistas plásticos das Comunidades Portuguesas, no âmbito de uma iniciativa da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas

Dia 21

- ¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, uma Recepção aos participantes na 1.ª Conferência dos Presidentes dos Parlamentos dos Estados Membros da União Europeia e Parlamento Europeu
- ¶ Inaugurou do Departamento de Acções Comunitárias e de Formação Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Sintra, em Sintra

MAIO 1999

¶ Agraciou, no Palácio de Belém, os Marinheiros que participaram na Revolta de 8 de Setembro de 1936

¶ Jantou, no Palácio de Belém, com os participantes no Colóquio «Voluntariado Social, Que Futuro?»

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Assembleia Nacional Francesa, Laurent Fabius
- o Deputado do Partido Social-Democrata, José Pacheco Pereira
- o Professor e resistente político, José Emídio Guerreiro

Dia 22

¶ Presidiu às Jornadas da «International Penal and Penitentiary Foundation», na Fundação Calouste Gulbenkian

¶ Presidiu à Sessão de Encerramento do Colóquio «Voluntariado Social, Que Futuro?», na Torre do Tombo

Dia 24

¶ Recebeu, um grupo de Alunos do 1.º Ano da Faculdade de Direito de Lisboa, que visitaram o Palácio de Belém

Recebeu em audiência:

- o Embaixador de Portugal junto dos Organismos e Organizações Internacionais em Genebra, Álvaro Mendonça e Moura
- o Embaixador de Itália, Catalano de Melilli
- uma Delegação do Partido Socialista da Madeira
- a Associação de Criadores de Toiros de Lide
- uma Delegação da AMI — Assistência Médica Internacional

Dia 25

¶ Para discutir a questão de Timor-Leste, almoçou, no Palácio de Belém, com o Primeiro-Ministro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e os Líderes dos Partidos com Representação Parlamentar

MAIO 1999

Dias 26 e 27

No âmbito da iniciativa da Academia do Empreendedor, a «Rota do Empreendedor»:

Dia 26

- ¶ Visitou a empresa Miragem, em Matosinhos
- ¶ Visitou a empresa Multitema, no Porto
- ¶ Foi o convidado de honra no Almoço oferecido pela ANJE, em Matosinhos
- ¶ Visitou a zona industrial de Campos — Pólo 1, em Vila Nova de Cerveira
- ¶ Visitou a empresa Rusticasa, em Vila Nova de Cerveira
- ¶ Visitou, no edifício sede da ANJE, no Porto, a «Mostra de Empreendedores» e participou na recepção que a ANJE ofereceu em sua honra
- ¶ Assistiu ao espectáculo «Há Fome em Timor», no Coliseu dos Recreios, em Lisboa

Dia 27

- ¶ Presidiu à Sessão Solene de Abertura do VI Congresso do Jovem Empresário, na Culturgest
- ¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, uma Recepção a jornalistas das Comunidades Portuguesas

Recebeu em audiência:

- o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Alexander Avdeev
- a Direcção da Associação de Jovens Agricultores de Portugal
- o jornalista da BBC, António Figueiredo
- o Maestro da Orquestra Metropolitana de Lisboa, Miguel Graça Moura

MAIO 1999

Dia 28

- ¶ Presidiu à Sessão de Abertura dos «V Encontros da Arrábida»
- ¶ Presidiu ao lançamento do Livro *Educação para a Cidadania*, no Instituto de Defesa Nacional
- ¶ Concedeu uma entrevista ao programa «Onda Zero»
- ¶ Foi o convidado de honra do jantar oferecido pelo Futebol Clube do Porto, por ocasião do seu 100.º Aniversário, na Póvoa do Varzim

Dias 31, 1 e 2 de Junho

Vista de Estado à Irlanda:

- ¶ Efetuou uma Visita de Estado à Irlanda, a convite da Presidente Mary McAleese que incluiu, para além da capital irlandesa, Drogheda e o Centro Arqueológico de Newgrange. Em Dublin, manteve contactos com a Presidente McAleese, que ofereceu um jantar em sua honra no Castelo de Dublin, com o Primeiro-Ministro, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado e com representantes dos partidos políticos. Foi recebido na Câmara Municipal e visitou o Trinity College, a Guinness Hop Store, onde inaugurou a exposição «Cinco Pintoras Portuguesas». Participou ainda num Encontro-Debate sobre o Modelo de Desenvolvimento Irlandês

JUNHO 1999

Dias 1 e 2

Visita de Estado à Irlanda

Dia 4

Recebeu em audiência:

- o Embaixador de Portugal na DELNATO, Fernando Andresen Guimaraes

Dia 5

- ¶ Participou no Encontro Bilderberg, em Sintra

JUNHO 1999

Dia 6

No âmbito da sua deslocação ao Porto:

- ¶ No Planetário do Porto, visitou a exposição «O Planetário na Escola», e assistiu a uma sessão do planetário
- ¶ Inaugurou o Museu de Arte Contemporânea, da Fundação de Serralves
- ¶ Foi o convidado de honra do jantar oferecido pela British Association, na sede da Feitoria Inglesa

Dia 7

- ¶ Visitou a Biblioteca Nacional onde presidiu à Homenagem ao Prof. César de Oliveira

Dia 8

- ¶ Concedeu uma entrevista ao programa Morgenmagazine da ARD/ZDF alemã, em Montemor-o-Novo
- ¶ Presidiu à sessão Solene Comemorativa do 20.º Aniversário do Instituto Nacional de Administração em Oeiras
- ¶ Inaugurou a ETAR de Frielas

Recebeu em audiência:

- o ex-Primeiro-Ministro de Cabo Verde, Pedro Pires
- o Presidente da União das Misericórdias Portuguesas, Victor Melícias

Dia 9

- ¶ Visitou a 36.ª Feira Nacional da Agricultura, em Santarém

No âmbito das comemorações do Dia de Portugal de Camões e das Comunidades Portuguesas:

Em Aveiro:

- ¶ Esteve presente na Sessão Solene de Boas-Vindas, na Câmara Municipal de Aveiro

JUNHO 1999

- ¶ Inaugurou a Exposição Bibliográfica «Os Lusíadas», na Biblioteca da Universidade de Aveiro
- ¶ No Centro Cultural e de Congressos de Aveiro, assistiu a um concerto pela Filarmónica das Beiras e visitou a Exposição «Cidadãos do Mundo»
- ¶ Ofereceu um jantar em honra do Corpo Diplomático, no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro
- ¶ Assistiu, no Rossio de Aveiro, ao concerto de Tunas, «Serenata à Ria»

Dia **10**

No âmbito das comemorações do Dia de Portugal de Camões e das Comunidades Portuguesas:

Em Aveiro:

- ¶ Presidiu às Honras Militares, na Avenida de Santa Joana Princesa
- ¶ Recebeu cumprimentos do Corpo Diplomático acreditado em Lisboa, no Museu de Aveiro, Convento de Jesus
- ¶ Presidiu à Sessão Solene Comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro
- ¶ Foi o convidado de honra do almoço oferecido pela Câmara Municipal de Aveiro, no Teatro Aveirense

Dia **11**

- ¶ Concedeu uma entrevista ao jornal canadiano «Sol Português»

Recebeu em audiência:

- o Embaixador de Portugal junto da ONU, António Monteiro

Dias **14 a 17**

Deslocação à África do Sul:

- ¶ Efetuou uma Visita à República da África do Sul para assistir à Tomada de Posse do Presidente Thabo Mbeki. Em Joanesburgo, visitou as Instituições de Beneficência «O Lusito» e «Os Lusíadas»

JUNHO 1999

e a Sociedade Portuguesa de Beneficência. Em Pretória, assistiu à cerimónia da Tomada de Posse, no «Union Building» e participou no banquete oficial. Ofereceu ainda um recepção a representantes da Comunidade Portuguesa.

Dia 18

¶ Presidiu à Sessão de Encerramento do Congresso Portugal-Brasil Ano 2000, no Mosteiro dos Jerónimos

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, uma recepção aos participantes na X Conferência dos Presidentes dos Parlamentos Democráticos Ibero-Americanos

Recebeu em audiência:

- o Embaixador de Portugal em Telavive, José Filipe Moraes Cabral

Dia 19

¶ Assistiu à Final da Taça de Portugal, entre o Sport Clube Beira-Mar e o Sporting Clube Campomaiorense, no Estádio Nacional

Dia 21

¶ Presidiu à Sessão de Homenagem a Ângelo de Almeida Ribeiro, na Ordem dos Advogados

Recebeu em audiência:

- a Embaixadora de Portugal em Zagreb, Ana Barata
- o Presidente do Grupo TERTIR, Armindo Rodrigo Leite
- o Primeiro-Ministro da Coreia do Sul, Kim Jong-Pil
- uma delegação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portuguesas — IN

Dia 22

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Delegação Portuguesa à Comissão Internacional de Limites e à Comissão dos Rios Internacionais, Embaixador Júlio de Mascarenhas

JUNHO 1999

- o Professor Universitário, Veiga da Cunha
- a Federação Nacional das Associações de Juventude
- a Direcção da AGROS
- o criador de touros de lide, David Ribeiro Telles
- o Ministro do Desporto e do Turismo do Brasil, Grecca de Macedo

Dia 23

¶ Visitou o Grupo n.º 1 de Escolas da Armada, em Vila Franca de Xira

¶ Inaugurou a Exposição «200 Anos de Imprensa de Macau», na Torre do Tombo

No âmbito da Semana das Cidades — Coesão, Competitividade e Cidadania:

¶ Foi o convidado de honra de um jantar oferecido pela Câmara Municipal do Porto, nas Caves Grahams, em Vila Nova de Gaia

¶ Visitou a Cascata São Joanina, por ocasião dos festejos de S. João, no Porto

Dias 24 a 28

No âmbito da Semana das Cidades — Coesão, Competitividade e Cidadania:

Dia 24

Em Aveiro:

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Seminário «Coesão e Competitividade das aglomerações urbanas — níveis de governo, competências e cidadania», na Universidade de Aveiro

¶ Foi o convidado de honra do almoço oferecido pela Universidade de Aveiro aos participantes no Seminário

Dia 25

Em Matosinhos:

¶ Visitou instalações portuárias, em Leixões

JUNHO 1999

No Porto:

- ¶ Almoçou com associações empresariais, no Palácio da Bolsa
- ¶ Assistiu à apresentação dos projectos de expansão do Aeroporto de Pedras Rubras, na Fundação Cupertino de Miranda

Na Maia:

- ¶ Visitou a Bienal da Maia, na Praça do Município da Maia, tendo de seguida estado presente no jantar oferecido pela Câmara Municipal da Maia aos artistas presentes na Bienal

Dia 26

Em Castelo Branco:

- ¶ Assistiu à apresentação da organização e dos projectos de desenvolvimento do Parque Industrial de Castelo Branco, tendo em seguida efectuado uma visita ao Parque
- ¶ Visitou as obras de recuperação do antigo Quartel de Cavalaria e do antigo Cine-Teatro
- ¶ Foi o convidado de honra do almoço oferecido pela Câmara Municipal de Castelo Branco, no Hotel Colina do Castelo

No Fundão:

- ¶ Esteve presente na Sessão Solene em sua honra, na Câmara Municipal do Fundão
- ¶ Visitou o Hospital do Fundão
- ¶ Assistiu, no Largo do Palácio da Justiça, à actuação de grupos de bombos e bandas
- ¶ Assistiu à actuação da Academia de Música da Misericórdia, no Tribunal do Fundão

Na Covilhã:

- ¶ Visitou a Covifeira, no Pavilhão de Exposições da Covilhã

JUNHO 1999

Dia 27

Na Covilhã:

- ¶ Visitou o núcleo urbano que inclui a Zona Industrial, a área do complexo desportivo, os novos eixos urbanos — TCT e o Hospital da Cova da Beira
- ¶ Visitou a fábrica de lanifícios, Paulo Oliveira

Na Guarda:

- ¶ Visitou o Museu da Guarda
- ¶ Visitou as obras de recuperação do antigo Paço Episcopal
- ¶ Foi o convidado de honra do almoço que a Câmara Municipal de Guarda, ofereceu, nas instalações das Piscinas Municipais
- ¶ Assistiu à apresentação do estudo preliminar sobre o Território de Intervenção Prioritária, no Auditório do NERGA — Parque Industrial da Guarda

Dia 28

Em Coimbra:

- ¶ Visitou a EXPOVITA

Em Vila Franca de Xira:

- ¶ Visitou o Bairro do Olival de Fora (Vialonga, Vila Franca de Xira), onde assistiu à apresentação do projecto de reabilitação urbana do Bairro
- ¶ Visitou o infantário da Associação para o Bem-Estar Infantil da Vialonga — ABEIV

Em Oeiras:

- ¶ Visitou o Bairro da Encosta da Portela
- ¶ Visitou o Parque Urbano da Quinta do Sales
- ¶ Esteve presente na Sede da Associação de Moradores do Bairro 18 de Maio, onde assistiu à apresentação da política de habitação e integração social da Câmara Municipal
- ¶ Jantou, no Palácio de Belém, com os participantes na Iniciativa sobre a Integração Multicultural na Área Metropolitana de Lisboa

JUNHO 1999

Dia 29

¶ Agraciou, no Palácio de Belém, o empresário alemão Reinfred Phol

Recebeu em audiência:

- o Embaixador de Portugal em Roma, José Palouro das Neves
- o Porta-Voz do Bloco de Esquerda, Miguel Portas
- uma delegação da Livraria Leitura
- o Reitor da Universidade Católica e Provincial da Companhia de Jesus, Manuel Izidro Alves

Dia 30

¶ Visitou a fábrica AUTOEUROPA, em Palmela

¶ Presidiu à entrega do Prémio AMI «Jornalismo Contra a Indiferença», em Lisboa

JULHO 1999

Dia 1

¶ Presidiu à Cerimónia de entrega do Certificado de Qualidade NP-ENISO 9001, em Lisboa

¶ Recebeu, no Palácio de Belém, o Presidente da Autoridade Nacional Palestiniana, Yasser Arafat, tendo em seguida oferecido um jantar em sua honra

Dia 2

¶ Condecorou a Confederação Industrial Portuguesa — CIP, no Europarque em Santa Maria da Feira

Dia 3

¶ Presidiu à Sessão de Entrega do Prémio de Romance e Novela da APE 98, a Fernanda Botelho, em Tróia

JULHO 1999

- ¶ Visitou a fábrica de porcelana da Vista Alegre por ocasião do seu 75.º Aniversário, em Ílhavo
- ¶ Visitou a Grande Mostra do Mundo Rural, no Parque das Nações

Dia 5

- ¶ Visitou a Provedoria da Justiça, tendo de seguida participado num almoço nas suas instalações
- ¶ Visitou a Casa da Moeda
- ¶ Presidiu à Cerimónia de Entrega do Grande Prémio de Poesia da APE a Vasco Graça Moura e Manuel Alegre, no Palácio Galveias

Recebeu em audiência:

- a Direcção da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros
- o Reitor e Vice-Reitores da Universidade Técnica de Lisboa
- o Embaixador de Portugal em Nova Delhi, Manuel Marcelo Curto
- o Embaixador de Portugal em Lagos, António Ramalho Ortigão

Dia 6

Recebeu em audiência:

- o Embaixador do Reino Unido, Roger Westbrook, tendo de seguida oferecido um almoço em sua honra no Palácio de Belém
- ¶ Visitou o Convento da Cartuxa, em Évora

Dia 7

Recebeu em audiência:

- o Partido Socialista
- o Partido Social-Democrata
- o CDS — Partido Popular
- o Partido Comunista Português
- o Partido Ecologista «Os Verdes»

JULHO 1999

Dia 8

Recebeu em audiência:

- o Embaixador de Portugal em Rabat, Rui Brito e Cunha

Dia 9

¶ Condecorou individualidades ligadas à EXPO'98, no Palácio Nacional da Ajuda

Recebeu Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- de Cabo Verde, João Higinio Rosário Silva
- da Confederação Helvética, Bernard de Riedmatten
- de Itália, Michele Cosentino

¶ Assistiu à apresentação do programa «Para uma Sociedade do Conhecimento e da Informação», na Feira Internacional de Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Embaixador de Portugal em Maputo, António Valente

Dias II a 24

Deslocação à Região Autónoma dos Açores

Dia II

Na Ilha Terceira:

¶ Presidiu ao baptismo de um avião da SATA com o nome de *Terceira*

¶ Visitou o Centro Histórico

¶ Assistiu à apresentação do Plano integrado da Baía de Angra, na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

¶ Presidiu à Sessão Solene, na Praça Velha de Angra de Heroísmo

¶ Ofereceu, na Residência da Silveira, um jantar em honra do Ministro da República para os Açores, Alberto Sampaio da Nóvoa

JULHO 1999

Dia 12

Na Ilha Graciosa:

- ¶ Assistiu à Sessão de Boas-Vindas, na Câmara Municipal de Santa Cruz
- ¶ Visitou a Caldeira do Enxofre
- ¶ Esteve presente no almoço oferecido em sua honra pela Câmara Municipal de Santa Cruz, na Praia de São Mateus
- ¶ Assistiu à explicação do projecto «Centelha de Esperança» e dos resultados do Rendimento Mínimo Garantido, no Carapacho, tendo em seguida visitado uma das casas do projecto Centelha de Esperança
- ¶ Visitou o Parque de Campismo e as Termas do Carapacho

Na Ilha Terceira:

- ¶ Presidiu à Inauguração do Estádio Municipal
- ¶ Visitou a Escola Profissional da Praia da Vitória
- ¶ Presidiu à Sessão Inaugural da ETAR de Angra de Heroísmo
- ¶ Ofereceu, no Solar de Madre de Deus, um jantar a individualidades da Ilha Terceira

Dia 13

Na Ilha Terceira:

- ¶ Visitou a Zona Aérea dos Açores — Base Aérea n.º 4
- ¶ Visitou o Pólo de Terra Chã da Universidade dos Açores
- ¶ Assistiu à Tourada à Corda em São Bento

Dia 14

Na Ilha das Flores:

- ¶ Visitou o Parque Florestal da Ilha das Flores, tendo assistido à apresentação do Programa LIFE
- ¶ Visitou a Exploração Agrícola do Juncal
- ¶ Foi o convidado de honra do almoço oferecido pelas Câmaras Municipais de Santa Cruz e de Lajes das Flores, em Fajã Grande

JULHO 1999

Na Ilha do Corvo:

- ¶ Visitou a Escola Integrada
- ¶ Presidiu à Inauguração do Edifício Polivalente de Serviços
- ¶ Visitou as obras de construção da Queijaria e da Casa da Matança
- ¶ Foi o convidado de honra do jantar oferecido pela Câmara Municipal do Corvo

Dia 15

Na Ilha do Faial:

- ¶ Presidiu à Sessão Solene na Assembleia Legislativa Regional, tendo de seguida sido o convidado de honra do almoço oferecido pela Assembleia Legislativa Regional
- ¶ Visitou o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores
- ¶ Visitou o Navio Oceanográfico *Arquipélago*
- ¶ Presidiu ao baptismo de um navio atuneiro

Dia 16

Na Ilha do Faial:

- ¶ Assistiu à Sessão Solene de Boas-Vindas na Câmara Municipal da Horta
- ¶ Assistiu ao *briefing* sobre a reconstrução e realojamento das zonas sinistradas pelo sismo, tendo visitado as zonas de realojamento: Ribeirinha e Espalhafatos, tendo inaugurado a nova Ponte do Salão
- ¶ Presidiu à Sessão Inaugural da Feira Açores 99

Dia 17

Na Ilha de São Jorge:

- ¶ Visitou as Tecedeiras em Fajã dos Vimes
- ¶ Visitou as instalações da Uniqueijo
- ¶ Visitou a Igreja de Santo António, reconstruída após o sismo
- ¶ Foi entronizado, na Confraria do Queijo de São Jorge, em Velas, no Auditório Municipal

JULHO 1999

¶ Embarcou no porto de Velas, num navio da Açorline, para a Ilha do Pico

Na Ilha do Pico:

- ¶ Visitou o Museu da Indústria Baleeira
- ¶ Na Câmara Municipal, visitou uma mostra de artesanato do Concelho de São Roque

Dia 18

Na Ilha do Pico:

- ¶ Visitou o Museu dos Baleeiros, nas Lages do Pico
- ¶ Observou, a bordo de um navio, em alto mar, as baleias
- ¶ Foi o convidado de honra do almoço oferecido pela Associação de Municípios da Ilha do Pico, na Casa do Povo da Criação Velha
- ¶ Visitou a Adega Cooperativa Vitivinícola do Pico
- ¶ Presidiu à inauguração do edifício do futuro Museu do Vinho
- ¶ No Campo de Ensaios de Viticultura dos Serviços Agrários do Pico, assistiu a uma explicação sobre a investigação realizada no Campo de Ensaios e relativa às novas castas de vinho de mesa
- ¶ Contactou com a população de Madalena do Pico
- ¶ Ofereceu, na Aldeia da Fonte, um jantar aos jornalistas que acompanhavam a deslocação à Região Autónoma dos Açores

Dia 19

Na Ilha de Santa Maria:

- ¶ Visitou o Centro de Controlo Oceânico do Atlântico Norte
- ¶ Visitou o Miradouro da Macela
- ¶ Foi o convidado de honra do almoço oferecido pela Câmara Municipal de Santa Maria, na Praia Formosa
- ¶ Visitou o Museu Etnográfico do Santo Espírito, com paragem no Miradouro do Espigão

Na Ilha de São Miguel:

- ¶ Presidiu à Sessão Solene comemorativa dos 500 Anos do Concelho de Ponta Delgada

JULHO 1999

¶ Esteve presente no jantar oferecido em sua honra pelo Presidente do Governo Regional, Carlos César, no Palácio da Conceição

Dia 20

Na Ilha de São Miguel:

¶ Encontrou-se com o Governo Regional, no Palácio da Conceição
 ¶ Almoçou com o Ministro da República para os Açores, o Presidente da Assembleia Legislativa, o Presidente do Governo Regional e Deputados à Assembleia da República, no Palácio de Santana

No Concelho de Ribeira Grande:

¶ Assistiu a um *briefing*, pelos responsáveis do Projecto de Luta Contra a Pobreza, no Centro Paroquial de Rabo de Peixe, tendo visitado as diversas valências do projecto
 ¶ Visitou o Centro de Desenvolvimento Infantil, e o Centro de Apoio Comunitário ao Pescador, em Rabo de Peixe

No Concelho do Nordeste:

¶ Presidiu à Sessão Solene comemorativa dos 485 anos do Município, no Largo em frente à Câmara Municipal
 ¶ Visitou a Exposição «Nordeste Anos 2000», no Salão Nobre dos Paços do Concelho
 ¶ Foi o convidado de honra do jantar que a Câmara Municipal do Nordeste, ofereceu no Miradouro da Ponta do Sossego

Dia 21

Na Ilha de São Miguel:

No Concelho de Povoação:

¶ Visitou a Esquadra da PSP de Povoação
 ¶ Esteve presente no almoço que a Câmara Municipal de Povoação ofereceu em sua honra, no Miradouro do Pôr do Sol
 ¶ Efetuou um percurso a pé pelo centro da Vila de Povoação, onde assistiu à apresentação do projecto de Defesa da Orla Marítima de Povoação

JULHO 1999

- ¶ Visitou as obras de construção do porto de Pesca e assistiu à apresentação do projecto de protecção das orla marítima da Ribeira Quente
- ¶ Visitou a Lagoa das Sete Cidades

Dia 22

Na Ilha de São Miguel:

No Concelho de Ribeira Grande:

- ¶ Visitou a UNILEITE
- ¶ Visitou a Feira do Gado de Ribeira Grande
- ¶ Presidiu à Sessão Solene Comemorativa do Dia do Agricultor

No Concelho de Ponta Delgada:

- ¶ Visitou a Reitoria, o Centro de Vulcanologia e o Pavilhão Desportivo, da Universidade dos Açores
- ¶ Recebeu em audiência, no Palácio de Santana, os partidos com representação na Assembleia Legislativa Regional
- ¶ Ofereceu, um jantar, no Hotel Açores Atlântico a diversas individualidades

Dia 23

Na Ilha de São Miguel:

- ¶ Visitou a fábrica Transformadora de Peixe «A Correctora», em Vila Franca do Campo
- ¶ Visitou o Ilhéu da ilha de São Miguel
- ¶ Almoçou com o Primeiro-Ministro e o Presidente do Governo Regional dos Açores, no Palácio Santana
- ¶ Visitou, em Lagoa, a Exposição de Artesãos, na Praça do Rosário

Dia 24

- ¶ Presidiu em Fajã de Baixo a uma Homenagem a Natália Correia

JULHO 1999

Dia 25

Deslocação a Santiago de Compostela:

¶ Em Santiago de Compostela, assistiu às cerimónias religiosas e à invocação do Apóstolo na Catedral no âmbito do Xacobeo, foi recebido na Câmara Municipal e encontrou-se com o Presidente da Xunta da Galiza e com os Reis de Espanha, que ofereceram um jantar em sua honra.

Dia 26

Recebeu em audiência:

- a Federação Nacional de Estudantes do Ensino Secundário
- a CAP — Confederação dos Agricultores de Portugal
- a Comissão Política do Partido Social Democrata da Madeira
- o Governador do Banco de Portugal, António de Sousa

Dia 27

¶ Assistiu ao espectáculo «A Desobediência», no Teatro Experimental de Cascais, tendo, de seguida, condecorado Luiz Francisco Rebello

Recebeu em audiência:

- o Comissário Europeu, João de Deus Pinheiro
- a Confederação Nacional da Agricultura
- o Secretário-Geral da Aministría Internacional, Pierre Sané

Dia 28

¶ Almoçou, no Palácio de Belém, com o Embaixador de Marrocos, Aziz Mekouar

¶ Assistiu ao ensaio geral da Ópera *Aida*, no Teatro Nacional de São Carlos

Dia 29

¶ Presidiu ao Conselho Superior de Defesa Nacional

AGOSTO 1999

Dia 5

¶ Participou na Campanha «Praia Limpa, Praia Segura», no Algarve

Dia 6

¶ Almoçou com o Prémio Nobel da Paz 97, Ramos Horta, no Algarve

Dia 13

¶ Presidiu à Sessão de Abertura da XXIV Reunião Internacional da Amnistia Internacional, em Tróia

Dia 23

¶ Presidiu, no Palácio de Belém, à assinatura do Protocolo de Criação da SDTL — Sociedade de Desenvolvimento de Timor-Lorosae, seguida de almoço

Recebeu em audiência:

- o Embaixador Representante permanente junto da União Europeia, Vasco Valente

¶ Almoçou, no Palácio de Belém, com o Embaixador Jamsheed Marker

Dia 31

Recebeu em audiência:

- o Secretário-Geral da UEO, José Cutileiro

SETEMBRO 1999

De 1 a 7

Acompanhando a situação de Timor-Leste, manteve sessões de trabalho permanentes com o Primeiro-Ministro e o Ministro

SETEMBRO 1999

dos Negócios Estrangeiros. Fez contactos internacionais e produziu declarações à imprensa.

Dia 1

Recebeu em audiência:

- o Embaixador do Egipto em Lisboa, Mohamed K. Radi

Dia 2

¶ Concedeu uma Entrevista ao *Neues Zurchers Zeitung* e à Televisão Suíça

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Grupo BCP, Jorge Jardim Gonçalves

Dia 3

¶ Presidiu à Inauguração dos Sublanços Estremoz/Borba/Elvas, da Auto Estrada — A6

¶ Presidiu à cerimónia de inauguração do Centro Ricardo Gallo, integrada nas comemorações do centenário da empresa, cujas instalações visitou, na Marinha Grande

Recebeu em audiência:

- uma Missão de Observadores do Parlamento Europeu

Dia 6

¶ Presidiu ao Jantar de atribuição do Grande Prémio Gazeta, em Lisboa

¶ Participou na Sessão de Homenagem, por ocasião do centésimo aniversário, ao do Prof. Emídio Guerreiro, na Estufa Fria, tendo-o condecorado na ocasião

¶ Concedeu uma entrevista à France Internacional

¶ Concedeu uma entrevista à Radio Internacional de Paris

SETEMBRO 1999

Recebeu em audiência:

- o Comissário para Timor Leste, Vitor Melícias
- o ex-Primeiro-Ministro de Angola, Lopo Nascimento
- o Embaixador de Portugal em Montevidéu, José Sequeira e Serpa
- a Comissão para as comemorações do 30 aniversário das Eleições de 69
- o Professor Universitário, Martim de Albuquerque

Dia 7

Recebeu em audiência:

- o Partido Socialista
- o Partido Social Democrata
- o CDS — Partido Popular
- o Partido Comunista Português
- o Partido Ecologista «Os Verdes»

Dias 8 e 9

Visita de Estado à Confederação Suíça:

¶ Efectuou uma Visita de Estado à Confederação Suíça, a convite da Presidente Ruth Dreifuss. Em Berna, manteve contactos com a Presidente Dreifuss, que ofereceu um jantar em sua honra no Palácio do Governo de Berna-Rathaus, e com membros do Conselho Federal. Foi recebido no Palácio do Parlamento, onde proferiu uma alocução e ofereceu uma recepção à Comunidade Portuguesa. Em Genebra visitou o Comité Internacional da Cruz Vermelha.

Dia 9

Recebeu em audiência:

- o Bloco de Esquerda

Dia 10

¶ Presidiu ao Conselho de Estado

SETEMBRO 1999

Dia **11**

¶ Presidiu à Sessão Inauguração da Casa do Artista, na Pontinha

Dia **12**

¶ Presidiu à Sessão de Abertura da «Experimenta Design 99», no Convento do Beato, em Lisboa

Dia **13**

Recebeu em audiência:

- a Associação Industrial do Algarve
- o Presidente da GESTNAVE, Fernando Sousa Marques
- a Federação Portuguesa de Golfe

Dia **14**

¶ Presidiu, no Palácio de Belém, à Cerimónia de Assinatura do Manifesto 2000 para uma Cultura da Paz, no âmbito do Ano Internacional da Cultura da Paz proclamado pelas Nações Unidas

Recebeu em audiência:

- a Ordem dos Enfermeiros

Dia **15**

Recebeu Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- do Reino da Arábia Saudita, Mohammad Al-Rachid
- do Reino Unido, John Eaton Holmes

Dia **16**

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do XVII Congresso Europeu dos Directores Hospitalares, na Culturgest

¶ Encontrou-se com Directores de Jornais, no Palácio de Belém

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Banco Comercial Português, Jorge Jardim Gonçalves

SETEMBRO 1999

Dia 17

- ¶ Concedeu uma entrevista à TV Cable News de Macau
- ¶ Concedeu uma entrevista à TSF

Dias 18 a 22

Deslocação a Nova Iorque:

¶ Em Nova Iorque, participou na 54.^a Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, tendo na ocasião feito uma intervenção. Encontrou-se com os Presidentes da Namíbia e da África do Sul e com o Primeiro-Ministro da França e participou num almoço oferecido pelo Secretário-Geral da ONU, onde se avistou com o Presidente Clinton. Deu uma entrevista à CNN e visitou a sede da Newsweek, tendo-se encontrado com o respectivo Editorial Board.

Dia 24

Recebeu em audiência:

- Uma delegação do European Institute For Comparative Urban Research — EURICUR

Dia 25

- ¶ Presidiu à cerimónia de entrega do Prémio D. Diniz à escritora Lúcia Jorge, no Solar de Mateus, em Vila Real
- ¶ Inaugurou a Exposição de pintura de Luis Pinto Coelho, na Casa de Mateus, em Vila Real
- ¶ Presidiu à Sessão de Encerramento do III Congresso de Arqueologia Peninsular, na Universidade de Trás-os-Montes, em Vila Real

Dia 27

- ¶ Visitou a Exposição «Caminhos do Partimónio», em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Embaixador da Polónia, Roman Czyzycki
- o Pároco de Santa Maria de Belém, Cónego José Santos Ferreira

SETEMBRO 1999

Dia 29

- ¶ Concedeu uma entrevista à Rádio Renascença e à RDP

Dia 30

Recebeu em audiência:

- o CEMGFA da Polónia, tenente-general Henryk Szumski
- o Embaixador da Macedónia em Lisboa, Luan Starova
- o Embaixador dos EUA em Lisboa, Gerald McGowan

OUTUBRO 1999

Dia 1

- ¶ Almoçou, no Palácio de Belém, com o Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense, Xanana Gusmão
- ¶ Assistiu ao concerto comemorativo do Dia Nacional da Música, pela Orquestra Sinfónica Portuguesa, no Teatro Camões, no Parque das Nações

Dia 2

- ¶ Jantou, no Palácio de Belém, com o Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense, Xanana Gusmão

Dia 4

Recebeu em audiência:

- o ex-Euro deputado, José Mendes Bota
 - a Câmara dos Solicitadores
- ¶ Foi o convidado de honra do almoço oferecido pelo Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, general Espírito Santo, no Forte de São Julião da Barra

OUTUBRO 1999

Dia 7

¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com o Presidente de São Tomé e Príncipe, Miguel Trovoada, tendo em seguida oferecido um almoço em sua honra

¶ Jantou, no Palácio de Belém, com o Prof. Kenneth Maxwell

Recebeu em audiência:

- os Centros Escolares Republicanos de Lisboa

Dia 8

¶ Esteve presente na Cerimónias Fúnebres de Amália Rodrigues

¶ Gravou uma mensagem sobre as Eleições Legislativas de 99

Dia 9

¶ Assistiu, no Estádio do Benfica, ao jogo entre as Selecções de Portugal e da Hungria para o apuramento para o EURO 2000

Dia 12

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço em honra da Selecção Nacional de Futebol Sub-18

Recebeu em audiência:

- o Partido Socialista
- o Partido Social-Democrata
- o Director das Relações Internacionais do Partido Socialista Francês, Alain Chenal

Dia 13

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um jantar em honra do Príncipe e Grão-Mestre da Ordem Soberana e Militar de Malta, Fra Andrew Bertie

¶ Assistiu ao Concerto comemorativo do Centenário da Associação Portuguesa da Ordem de Malta, na Igreja de São Roque, Lisboa

OUTUBRO 1999

Recebeu em audiência:

- o Partido Comunista Português
- o CDS — Partido Popular
- o Partido Ecologista «Os Verdes»
- o Bloco de Esquerda

Dia 14

¶ Presidiu à cerimónia de entrega dos Prémios Nacionais de *Design*, no Centro Cultural de Belém

Recebeu em audiência:

- o Ministro da República para a Madeira, Juiz-Conselheiro Antero Monteiro Diniz

Dia 15

¶ Concedeu um a entrevista a um grupo de jornalistas chineses

Recebeu em audiência:

- o Reitor da Universidade de Medicina de New Jersey, Ruy V. Lourenço

Dia 19

¶ Jantou, no Palácio de Belém, com Jovens Investigadores Sociais

Dia 20

¶ Participou num debate com jovens, promovido pela Associação Cyber 25, no Teatro Taborda

¶ Presidiu à Sessão de Abertura da 6.^a Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente e da International Conference on Public Participation and Information Technologies, no Centro de Congressos da AIP

OUTUBRO 1999

Dias 20 a 23

Deslocação ao Distrito de Bragança:

Dia 20

No Concelho do Vimioso:

- ¶ Assinou o Livro de Honra do Município, na Câmara Municipal
- ¶ Inaugurou as Infra-estruturas da Zona Industrial do Vimioso
- ¶ Inaugurou a Avenida de Alcanices
- ¶ Inaugurou a da Casa da Cultura do Vimioso

Dia 21

No Concelho de Carrazeda de Ansiães:

- ¶ Presidiu à Sessão Solene no Auditório do edifício do Centro de Apoio Rural
- ¶ Visitou as obras de recuperação do antigo edifício da Câmara Municipal e a biblioteca

No Concelho de Vila Flor:

- ¶ Assistiu à Sessão Solene de Boas-Vindas, na Câmara Municipal de Vila Flor
- ¶ Visitou o Mirante da Senhora da Lapa, tendo passado pelas obras de recuperação das Capelas do Monte
- ¶ Visitou a Adega Cooperativa de Vila Flor, tendo em seguida sido o convidado de honra do almoço oferecido pela Câmara Municipal
- ¶ Visitou o *atelier* da pintora Graça Morais, no Vieiro

No Concelho de Alfândega da Fé:

- ¶ Presidiu à Sessão Solene no antigo auditório do edifício dos Bombeiros Voluntários
- ¶ Visitou o Centro de Saúde de Alfândega da Fé
- ¶ Visitou as obras da Estalagem da Senhora das Neves
- ¶ Ofereceu, uma recepção na Associação Recreativa Alfandeguense

OUTUBRO 1999

Dia 22

No Concelho de Bragança:

- ¶ Presidiu à Sessão Solene no auditório Paulo Quintela
- ¶ Visitou a Exposição de Projectos Estratégicos de Bragança, no Salão de Exposições
- ¶ Visitou as obras de recuperação do antigo edifício do Banco de Portugal, onde irá funcionar o Gabinete Técnico Local
- ¶ Visitou o empreendimento da Quinta da Braguinha
- ¶ Visitou as obras de recuperação no Centro da Cidade
- ¶ Participou no debate «Perspectivas para o Desenvolvimento Económico e Social», na Escola Superior Agrária
- ¶ Foi o convidado de honra do jantar oferecido pela Câmara Municipal de Bragança
- ¶ Assistiu ao Concerto pela Orquestra do Norte e Coral Bragantino Nossa Senhora das Graças, na Igreja de Santa Maria

Dia 23

No Concelho de Mirandela:

- ¶ Presidiu à Sessão Solene de Abertura do Dia da Olivicultura no Centro Cultural de Mirandela

No Concelho de Macedo de Cavaleiros:

- ¶ Presidiu à Sessão Solene em sua honra no anfiteatro da Praça das Eiras
- ¶ Fez um passeio a pé pelo Centro da Cidade
- ¶ Inaugurou a exposição do concelho de Macedo de Cavaleiros na Câmara Municipal
- ¶ Inaugurou e visitou o Ecocentro
- ¶ Visitou o Centro Social do Bairro da Alegria

No Concelho das Torres de Moncorvo:

- ¶ Inaugurou as novas instalações do Lar da Fundação Francisco António Meireles
- ¶ Esteve presente na recepção oferecida em sua honra, pela Câmara Municipal

OUTUBRO 1999

Dia 24

Em Belmonte:

- ¶ Visitou a exposição de projectos do concelho de Belmonte
- ¶ Depôs uma coroa de flores na Estátua de Pedro Álvares Cabral
- ¶ Passeou a pé pela zona histórica de Belmonte até ao Castelo
- ¶ Presidiu à Sessão Solene comemorativa dos 800 Anos do Foral de Belmonte e do Dia Nacional dos Castelos
- ¶ Esteve presente no almoço oferecido em sua honra pela Câmara Municipal de Belmonte, no Pavilhão Gimnodesportivo de Belmonte
- ¶ Visitou a Torre de Centum Cellas
- ¶ Assistiu na Igreja Matriz a um concerto pela Orquestra Sinfónica da Escola Profissional de Artes da Beira Interior

Dia 25

- ¶ Deu posse ao XIV Governo Constitucional, no Palácio Nacional da Ajuda

Recebeu em audiência:

- o Governador de Macau, General Rocha Vieira
- o Comandante Supremo da Junta Militar da Guiné-Bissau, Brigadeiro Ansumane Mané
- o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cuba, Felipe Perez Roque

Dia 26

- ¶ Assistiu às Honras Militares em honra do Presidente da República Popular da China, Jiang Zemin, na Praça do Império
- ¶ Manteve um encontro com o Presidente da República Popular da China, Jiang Zemin
- ¶ Ofereceu, no Palácio Nacional da Ajuda, um jantar em honra do Presidente da República da China, Jiang Zemin

OUTUBRO 1999

Dia 27

No Porto:

- ¶ Ofereceu um almoço em honra do Presidente da República Popular da China, Jiang Zemin
- ¶ Assistiu às Honras Militares de despedida ao Presidente da República Popular da China, Jiang Zemin
- ¶ Presidiu à Sessão comemorativa do Dia Internacional das Pessoas Idosas

Em Estarreja:

- ¶ Presidiu às Comemorações do Cinquentenário da atribuição do Prémio Nobel a Egas Moniz

Dia 28

- ¶ Esteve presente no Lançamento do livro *Do Marcelismo ao Fim do Império*, em Lisboa
- ¶ Presidiu à Sessão de Encerramento das conferências sobre o tema «O Direito Português de Macau — Um Legado para o Futuro», no Centro de Estudos Judiciários
- ¶ Conferiu Posse aos Secretários de Estado do XIV Governo Constitucional, no Palácio Nacional da Ajuda
- ¶ Concedeu uma entrevista à TV de Hong Kong

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim
- o Director do Departamento de Droga dos EUA, General Barry McCaffrey,

Dia 29

- ¶ Visitou, por ocasião das comemorações do centenário da Opel a Fábrica da Opel Portugal, na Azambuja
- ¶ Recebeu em audiência o Primeiro-Ministro do Reino de Marrocos, Abderrhamane Youssoufi, tendo em seguida oferecido um almoço em sua honra no Palácio de Belém

OUTUBRO 1999

- ¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, uma Recepção aos Participantes no 1.º Encontro de Maçonaria Latina
- ¶ Presidiu à Entrega do Prémio Norte-Sul do Conselho da Europa, na Assembleia da República

Dia 30

- ¶ Presidiu às inaugurações da sede da Casa de Macau e da Fundação Casa de Macau, em Lisboa

Dia 31

- ¶ Presidiu à sessão de Encerramento do XXXVII Congresso Nacional da Liga dos Bombeiros Portugueses, em Torres Vedras
- ¶ Presidiu às comemorações dos trinta anos da campanha democrática de 1969, em Ferreira do Alentejo

NOVEMBRO

Dia 2

Recebeu Cartas Credenciais dos embaixadores:

- da Letónia, Rolands Lappuke
- do do Chipre, Thalia Petrides
- da Noruega, Aase Speilberg Danielsen

Recebeu em audiência:

- o Embaixador da Federação da Rússia, Guennady Tarassov
- a Direcção da Associação de Deficientes das Forças Armadas
- a ex-Primeiro-Ministro, Maria de Lurdes Pintasilgo
- o ex-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Luís Marques Mendes

Dia 3

- ¶ Concedeu uma entrevista ao CNL, para o programa «Portugalmente»

NOVEMBRO 1999

Recebeu em audiência:

- a Directora do Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo, Isabel Cabeçadas
- o Presidente da Câmara Municipal do Porto, Nuno Cardoso

Dia 4

- ¶ Concedeu uma entrevista ao jornal mexicano *El Universal*
- ¶ Concedeu uma entrevista à TV de Hong Kong

Dia 5

- ¶ Presidiu à Aula Inaugural do X Ano Lectivo da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça, no Centro de Congressos da FIL, em Lisboa
- ¶ Assistiu ao concerto para Dois Pianos de Artur Pizarro e António Rosado, na Culturgest

Recebeu em audiência:

- o Secretário-Geral da NATO, George Robertson
- o Presidente do Conselho de Administração da Hidroelétrica de Cahora Bassa, Veiga Anjos

Dia 6

Em Viseu:

- ¶ Visitou as obras de recuperação do Solar do Dão
- ¶ Visitou a Quinta dos Carvalhais
- ¶ Foi entronizado pela Confraria de Enófilos do Dão
- ¶ Foi o convidado de honra do jantar oferecido pela Confraria dos Enófilos do Dão e pela Comissão Vitivinícola Regional do Dão

Dia 8

- ¶ Presidiu à Sessão de Abertura da Conferência Internacional «A Reforma do Pacto Social», no Centro Cultural de Belém
- ¶ Jantou, no Palácio de Belém, com os participantes na Conferência Internacional «A Reforma do Pacto Social»

NOVEMBRO 1999

Dia 9

Recebeu em audiência:

- o Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para Timor-Leste, Sérgio Vieira de Mello, tendo em seguida oferecido um jantar em sua honra, no Palácio de Belém
- os representantes do Conselho Nacional da Resistência Timorense em Portugal, Roque Rodrigues e Pascolea Barreto

Dia 10

¶ Presidiu às Comemorações dos 150 Anos de Tribunal de Contas, em Lisboa

Dias 10 a 13

Visita de Estado ao México:

¶ Efetuou uma Visita de Estado ao México, a convite do Presidente Ernesto Zedillo, que incluiu, para além da capital mexicana, a zona arqueológica de Teotihuacán. Na Cidade do México manteve contactos com o Presidente Zedillo, que ofereceu um jantar em sua honra no Palácio Nacional, com o Presidente do Senado, tendo discursado perante a Câmara do Senado, e com representantes dos partidos políticos. Foi recebido no Governo do Distrito Federal e visitou o Museu Nacional de Antropologia e o Museu Franz Mayer, onde inaugurou a exposição «Fernando Pessoa — Todos Los Dias Son Mios». Ofereceu ainda uma recepção à Comunidade Portuguesa residente no México

Dias 14 a 17

Deslocação a Cuba:

¶ Deslocou-se a Cuba para participar na IX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, tendo discursado na sua Cerimónia Inaugural. Em Havana encontrou-se com o Arcebispo de Havana, Cardeal Jaime Ortega e com representantes do oposição política, visitou a Escola Latino-Americana de Medicina e Habana

NOVEMBRO 1999

Vieja. Participou ainda no jantar oficial oferecido pelo Presidente Fidel Castro e assistiu à Gala Artística comemorativa do 480.º Aniversário da Fundação da Cidade de Havana.

Dia 18

- ¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Colóquio sobre Direitos Fundamentais, no Supremo Tribunal de Justiça
- ¶ Inaugurou a Exposição «Liberdade e Cidadania: 100 Anos Portugueses», na Cordoaria Nacional

Dia 19

- ¶ Presidiu à Sessão Solene de Abertura da VIII Legislatura seguida de almoço, na Assembleia da República
- ¶ Presidiu à Entrega do Prémio Camões, a Sophia de Mello Breyner, no Palácio de Belém
- ¶ Esteve presente no lançamento da Revista *O Mundo em Português*, no Grémio Literário

Dia 22

Recebeu em audiência:

- uma delegação de autarcas de Rabo de Peixe

Dia 23

- ¶ Assistiu às Honras Militares em honra do Rei dos Belgas, Alberto I, na Praça do Império
- ¶ Encontrou-se, com o Rei dos Belgas, tendo em seguida oferecido um almoço em sua honra, no Palácio de Belém
- ¶ Visitou, juntamente com o Rei dos Belgas, Alberto I, o Observatório Europeu das Drogas e Toxicodependências, em Lisboa
- ¶ Ofereceu, no Palácio Nacional da Ajuda, um jantar em honra do Rei dos Belgas, Alberto I

NOVEMBRO 1999

Dia 24

- ¶ Visitou o Pavilhão do Conhecimento Ciência Viva, no Parque das Nações, no âmbito das Comemorações do Dia Nacional da Cultura Científica
- ¶ Foi o convidado de honra do jantar oferecido pelo Rei dos Belgas, Alberto I, no Palácio Nacional de Queluz
- ¶ Presidiu à de Sessão de Abertura do Colóquio «O Seguro e o Terceiro Milénio — Certezas e Incertezas», no Estoril
- ¶ Presidiu ao Conselho Superior de Defesa Nacional

Recebeu em audiência:

- a Presidente do Parlamento Europeu, Nicole Fontaine

Dia 25

- ¶ Almoçou com os Rei dos Belgas em Évora, tendo em seguida visitado as obras da Barragem do Alqueva
- ¶ Assistiu às cerimónias de despedida ao Rei dos Belgas, Alberto I, na Base Aérea de Beja
- ¶ Presidiu ao Jantar de Gala comemorativo do 50.º Aniversário do Jornal *Record*, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, José Fernandez Estigarribia

Dias 26 a 30

No âmbito da Semana da Saúde:

Dia 26

- ¶ Apresentou a Semana da Saúde no Hospital Dr. José Maria Antunes Júnior, em Torres Vedras
- ¶ Visitou a empresa «Clean Compounds», em Porto de Mós
- ¶ Visitou a Escola Primária da Gafanha da Nazaré, em Ílhavo

NOVEMBRO 1999

Dia 27

Em Aveiro:

¶ Visitou o Hospital de Aveiro

Em Oliveira do Bairro:

¶ Visitou o Centro de Saúde de Oliveira do Bairro

No Sabugal:

¶ Assistiu à Sessão de Boas-Vindas em sua honra, na Câmara Municipal

¶ Inaugurou a Central de Camionagem

¶ Inaugurou o Mercado Municipal

¶ Visitou o Centro de Saúde

Na Guarda:

¶ Inaugurou as obras de recuperação dos antigos Paços do Concelho

¶ Presidiu à Sessão Solene comemorativa do VIII Centenário da Cidade da Guarda

Dia 28

Na Guarda:

¶ Visitou o Hospital Psiquiátrico do Lorvão

Em Coimbra:

¶ Encontrou-se com especialistas sobre «Problemas e Propostas para o Sistema de Saúde»

Dia 29

No Porto:

¶ Visitou o Hospital de São João

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, uma recepção aos responsáveis pelo sistema de ensino e formação em Saúde

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém um almoço em honra dos Deputados da Assembleia Legislativa de Macau

NOVEMBRO 1999

Dia 30

Em Lisboa:

- ¶ Visitou o Centro de Reabilitação do Alcoitão
- ¶ Visitou o Hospital de Santa Maria
- ¶ Almoçou com as Associações de Doentes, no Palácio Nacional da Ajuda
- ¶ Inaugurou o Centro Científico e Cultural de Macau, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Governador de Macau, general Rocha Vieira
- o Conselho Consultivo de Macau

DEZEMBRO 1999

Dia 1

Deslocação a Marrocos:

- ¶ Deslocou-se a Rabat, para se encontrar com o Rei Mohammed VI, que ofereceu um almoço em sua honra.
- ¶ Presidiu à Sessão Solene comemorativa do Dia da Independência de Portugal, na Universidade do Algarve

Dia 2

- ¶ Assistiu às Honras Militares em honra do Presidente da República Helénica, Constantinos Stephanopoulos, na Praça do Império
- ¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com o Presidente da República Helénica, tendo em seguida oferecido um almoço em sua honra
- ¶ Ofereceu, no Palácio Nacional da Ajuda, um jantar em honra do Presidente da República Helénica, Constantinos Stephanopoulos

Recebeu em audiência:

- o Embaixador cessante da Áustria, Alfred Missong
- o Embaixador cessante da Argentina, Jorge Asís

DEZEMBRO 1999

- o Embaixador cessante da Lituânia, Justas Vincas Paleckis
- o Bispo de Baucau, D. Basílio do Nascimento
- o Embaixador cessante de Angola, José Gonçalves Patrício

Dia 3

- ¶ Concedeu uma entrevista à TDM, à RTP e aos jornais *Ponto Final*, *South China Morning Post*, *Ou Mun* e *Va Kio*
- ¶ Inaugurou em conjunto com o Presidente da República Helénica, Constantinos Stephanopoulos, a Exposição «Ex Oriente Lux — ícones gregos da Colecção Velimezis», no Mosteiro dos Jerónimos
- ¶ Presidiu ao Lançamento do livro *58 dias que abalaram Macau*, em Lisboa
- ¶ Foi o convidado de honra da recepção que o Presidente da República Helénica ofereceu no Museu da Marinha, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Primeiro-Ministro da Eslováquia, Mikulas Dzurinda

Dia 4

Deslocação à Bélgica:

- ¶ Deslocou-se a Bruxelas para assistir ao casamento do Príncipe Filipe da Bélgica

Dia 6

- ¶ Visitou o Instituto de Altos Estudos Militares, em Lisboa
- ¶ Ofereceu, no Palácio Nacional da Ajuda, uma recepção a individualidades ligadas à cultura
- ¶ Concedeu entrevistas à revista *Time*, à Reuters TV e à Rádio Internacional da China

Dia 8

No âmbito da sua deslocação ao Porto:

- ¶ Visitou o Atelier do Mestre Júlio Resende

DEZEMBRO 1999

- ¶ Presidiu à Sessão Solene de Entrega do Prémio «Fundação Casa da Cultura de Língua Portuguesa», na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto
- ¶ Presidiu à Sessão de Homenagem ao Professor Manuel Baganha, na Universidade Católica do Porto

Dia 9

- ¶ Presidiu à Sessão de Abertura da Conferência «Os Cidadãos e a Sociedade de Informação» no Centro Cultural de Belém
- ¶ Jantou, no Palácio de Belém, com as personalidades que participam na Conferência «Os Cidadãos e a Sociedade de Informação»

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Comissão de Honra para as Comemorações dos 500 Anos da Viagem de Pedro Álvares Cabral, Mário Soares
- a Direcção da Associação Industrial Portuguesa

Dia 10

- ¶ Presidiu à Sessão de Encerramento da Conferência «Os Cidadãos e a Sociedade de Informação», no Centro Cultural de Belém
- ¶ Concedeu uma entrevista à Rádio Renascença
- ¶ Assistiu ao Lançamento do livro *Percursos*, de João Gabriel, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Comandante das Falantil, Taur Matan Ruak
- o responsável para a Educação do CNRT, Padre Filomeno Jacob

Dia 11

- ¶ Presidiu às Comemorações do Centenário do Nascimento de António Aleixo, na Quarteira
- ¶ Presidiu às Comemorações do Dia da Cidade de Portimão, em Portimão

DEZEMBRO 1999

Dia 13

No âmbito da Iniciativa no âmbito da Educação Pré-Escolar:

- ¶ Visitou o Centro Infantil Olivais Sul
- ¶ Visitou o Jardim de Infância de Benfica 1
- ¶ Visitou o Jardim de Infância ligado à Escola Buraca 2
- ¶ No Palácio de Belém, ofereceu um almoço a convidados ligados à infância e Educação Pré-Escolar
- ¶ Visitou o Externato Infantil «O Beiral»
- ¶ Visitou a «Creche do Povo», em Torres Vedras

Dia 14

- ¶ Presidiu à Sessão Solene do Ano Académico de 1999 da Academia Portuguesa de Medicina, na Faculdade de Ciências Médicas
- ¶ Presidiu à Sessão Solene que assinala a Transferência da Soberania do Território de Macau, seguida de almoço, na Assembleia da República
- ¶ Presidiu à entrega do Troféu Ambiente-Escola 98/99, na Gare Marítima de Alcântara
- ¶ Inaugurou, no Palácio de Belém, a Exposição de Natal «Auto do Nascimento — Leituras da Carta de Pêro Vaz de Caminha e Outros Tesouros»
- ¶ Presidiu ao Lançamento do livro *Olhares* de Eduardo Gageiro, no Museu da Electricidade em Lisboa

Recebeu Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- do Egipto, Dawlat Ibrahim Mohamed
- da Polónia, Adam Alamski
- do México, José Antonio Alvarez Lima
- de Marrocos, Abdallah Salah Eddine Tazi

Dia 15

- ¶ Presidiu à Sessão Solene de Abertura do Ano Académico 1999/2000, no Instituto de Defesa Nacional, em Lisboa
- ¶ Presidiu à Cerimónia que assinalou os 30 Anos do Maestro Michel Corboz na Direcção do Coro e Orquestra da Fundação Calouste Gulbenkian, na Fundação Calouste Gulbenkian

DEZEMBRO 1999

Dia **16** a **19**

Deslocação Macau para participar nas cerimónias de transferência do Território.

¶ No Palácio da Praia Grande ofereceu um jantar e no Centro Cultural de Macau condecorou diversas personalidades macaenses, às quais ofereceu um recepção, tendo ainda, no mesmo local, recebido os cumprimentos das delegações estrangeiras presentes na cerimónia de transição e assistido a uma sessão cultural. Foi obsequiado com um almoço pelo Governador de Macau na Residência de Santa Sancha e participou no Banquete Oficial da Transição. Encontrou-se com o Presidente da República Popular da China, Jiang Zemin, tendo participado e discursado na Cerimónia de Transferência de Poderes.

Dias **20** e **21**

Visita Oficial à Tailândia:

¶ Efetuou uma Visita Oficial à Tailândia, durante a qual se encontrou com o Primeiro-Ministro tailandês, Chuan Leekpai, que ofereceu um almoço em sua honra no Palácio do Governo, em Banguecoque. Na Embaixada de Portugal ofereceu uma recepção à Comunidade Portuguesa e a personalidades tailandesas.

JANEIRO 2000

Dia **6**

¶ Recebeu no Palácio de Belém, vários grupos que lhe foram «Cantar as Janeiras»

Dia **19**

¶ Presidiu ao Conselho Superior de Defesa Nacional

Dia **21**

Recebeu em audiência:

- o Primeiro-Ministro da Polónia Jerzy Buzek

JANEIRO 2000

Dia **22**

Recebeu em audiência:

- o Secretário Executivo do Partido Socialista Francês, François d'Hollande

Dia **24**

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Partido CDS — Partido Popular, Paulo Portas

Dia **25**

¶ Presidiu à Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial, no Supremo Tribunal de Justiça, em Lisboa

¶ Almoçou, no Palácio de Belém, com o antigo futebolista, Eusébio da Silva Ferreira, por ocasião do seu 58.º aniversário

Dia **26**

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Associação 12 de Novembro, Rui Marques
- a Presidente do CIDAC — Centro de Investigação e Documentação Amílcar Cabral, Luísa Teotónio Pereira

Dia **27**

¶ Conferiu Posse aos novos Membros do Conselho de Estado

Recebeu em audiência:

- o Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas de Espanha, Santiago Valderas
- o Primeiro-Ministro da Hungria, Viktor Orbán
- o Professor Universitário, Barbedo de Magalhães

Dia **28**

¶ Recebeu os cumprimentos do Corpo Diplomático acreditado em Lisboa, no Palácio Nacional de Queluz

JANEIRO 2000

¶ Ofereceu, no Palácio Nacional da Ajuda, um concerto seguido de jantar, em honra do Corpo Diplomático acreditado em Lisboa

Dia 29

¶ Visitou as Instalações do Lugar-Comum, Centro de Experimentação Artística da Fábrica de Pólvora de Barcarena, e inaugurou a Exposição «Emergências, em Oeiras

Dia 31

Recebeu em audiência:

- uma delegação da Associação Nacional de Municípios Portugueses

FEVEREIRO 2000

Dia 1

Recebeu em audiências:

- uma delegações de Igrejas Ortodoxas

Dia 2

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Seminário Internacional Território e Administração — Gestão de Grandes Áreas Urbanas, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Recebeu em audiência:

- o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Alexander Downer

¶ Encontrou-se com o Presidente da República da Macedónia, Boris Trajkovski

FEVEREIRO 2000

Dia 3

Recebeu em audiência:

- o responsável da Comunidade de Santo Egídio de Roma, Mateo Zuppi
- o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Albânia, Paskal Milo
- uma delegação do Bloco de Esquerda

Dia 4

Recebeu em audiência:

- o Deputado do CDS — Partido Popular, Daniel Campelo
- o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, General Espírito Santo

Dia 5

¶ Presidiu à cerimónia de Inauguração das lápides com os nomes dos Militares falecidos ao serviço de Portugal, no Forte do Bom Sucesso, em Lisboa

Dia 7

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Colóquio «Sociedade, Tecnologia e Inovação Empresarial», na Fundação Calouste Gulbenkian

¶ Almoçou, no Palácio de Belém, com o Comissário Neil Kinnock

¶ Jantou, no Palácio de Belém, com os participantes no Colóquio «Sociedade, Tecnologia e Inovação Empresarial»

Dia 8

¶ Presidiu à Sessão de Encerramento do Colóquio «Sociedade, Tecnologia e Inovação Empresarial»

¶ Conferiu Posse ao Secretário de Estado da Defesa, no Palácio de Belém

FEVEREIRO 2000

Dia 9

¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém com o Presidente da Nigéria, Olusegun Obasanjo, tendo em seguida oferecido um jantar em sua honra

Recebeu em audiência:

- o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia, Boris Tarasuik
- a atriz, Maria de Medeiros

Dias 10 a 14

Deslocação a Timor-Leste:

¶ Deslocou-se a Timor-Leste, tendo visitado para além da capital timorense, Aileu e Baucau. Em Díli, no Palácio do Governador, encontrou-se com o Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense, Comandante Xanana Gusmão, com o representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, com os comandantes da INTERFET e UNTAET e com o Bispo D. Ximenes Belo. Na Fragata *Vasco da Gama* ofereceu um jantar a personalidades e responsáveis timorenses e internacionais. Visitou a Missão Portuguesa, tendo-se encontrado com elementos da Missão Diplomática, da Missão Humanitária e de ONG's em Timor. Em Becora visitou as forças militares portuguesas em Timor. Em Aileu encontrou-se com elementos das Falintil e, em Baucau, encontrou-se com o Bispo, D. Basílio do Nascimento.

Dia 16

¶ Visitou, em Lisboa, o guitarrista Carlos Paredes, por ocasião do seu 75.º aniversário

Dia 17

¶ Presidiu à Sessão de Abertura da Conferência sobre Televisão Digital Terrestre, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, Russell Johnston

FEVEREIRO 2000

Dia 18

¶ Almoçou, no Palácio de Belém, com o Professor Universitário Manuel Castells

Recebeu em audiência:

- o Embaixador dos Estados Unidos junto das Nações Unidas, Richard Holbrooke

Dia 19

¶ Assistiu ao Open de Portugal, no Algarve

Dia 24

Recebeu cartas credenciais dos Embaixadores:

- do Panamá, Lourdes Carlota Vallarino Pinilla
- da Lituânia, Dalius Cekuolis
- da República Federal da Nigéria, Bappa Lawal Toro

¶ Assistiu à peça «Tudo Corre Bem no Melhor dos Mundos», no Teatro da Comuna em Lisboa

Dia 25

Recebeu em audiência:

- o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Colômbia, Guilhermino Fernández de Soto
- o Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Filipe Lampreia
- o Presidente brasileiro do Conselho do Forum Euro-Latino-Americano, Celso Lafer

Dia 28

¶ Visitou a Direcção de Faróis, em Lisboa

¶ Visitou o Clube de Futebol «Os Belenenses»

FEVEREIRO 2000

Dia 29

Recebeu em audiência:

- o ex-Primeiro-Ministro de Israel, Shimon Peres
- uma delegação da Grande Loja Feminina de Portugal
- a Associação de Oficiais das Forças Armadas

¶ Assistiu a uma representação da peça «Amor-Enganos», no Teatro da Cornucópia em Lisboa

MARÇO 2000

Dias 3, 4 e 5

Visita de Estado à Roménia:

¶ Efectuou uma Visita de Estado à Roménia, a convite do Presidente Emil Constantinescu. Em Bucareste manteve contactos com o Presidente Constantinescu, que ofereceu um jantar em sua honra no Palácio Cotroceni, com o Primeiro-Ministro e com representantes dos partidos políticos. Foi recebido no Parlamento, onde se encontrou com os Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados. Na Fundação Cultural Romena encerrou o colóquio «Os Escritores Portugueses e a Europa», tendo ainda oferecido uma recepção, no Museu Nacional de Arte Antiga, em honra do Presidente romeno.

Dia 7

¶ Recebeu, no Palácio de Belém o Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, tendo assistido em conjunto ao fogo de artifício que deu início às comemorações do V Centenário da vigem de Pedro Álvares Cabral

Dia 8

¶ Assistiu, em conjunto com o Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, ao início do cruzeiro comemorativo do V centenário comemorativo da viagem de Pedro Álvares Cabral, na Torre de Belém

MARÇO 2000

- ¶ Encontrou-se, no Palácio de Belém, com o Presidente da República Federativa do Brasil
- ¶ Inaugurou em conjunto com o Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso à Exposição «A Construção do Brasil», no Palácio Nacional da Ajuda
- ¶ Ofereceu, no Palácio Nacional da Ajuda um jantar em honra do Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso

Nota: No âmbito do seu relacionamento institucional com o Governo, recebeu semanalmente, às quintas-feiras, o Primeiro-Ministro, António Guterres, bem como, regularmente e quando tal se justificou, Membros do Governo, Deputados à Assembleia da República e Membros do Conselho de Estado.

Coordenação: Alberto Laplaine Guimarães
José Manuel dos Santos

Colaboração: Clara Chambel

Orientação gráfica: José Brandão

Fotografias: Orlando Teixeira
Jorge Brilhante

Capa: José Brandão

Da presente edição fez-se
uma tiragem normal de 3100 exemplares
em papel *IOR* de 80 grs./m²

Acabou de imprimir-se
nas Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional-Casa da Moeda
aos 26 de Maio de 2000

EDIÇÃO 130 000 2032
CÓDIGO 292 258 000
ISBN 972-27-1011-7

DEP. LEGAL N.º 141 541/99